



enipac VII

Encontro Internacional
Interdisciplinar em
Patrimônio Cultural

Patrimônio Cultural, Cultura Digital e Decolonialidade



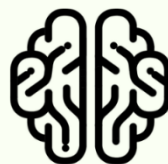
Organizadores

Roberta Barros Meira

Ilanil Coelho

Lucas Jair Petroski

UNIVILLE
2025



fapesc

Fundação de Amparo à
Pesquisa e Inovação do
Estado de Santa Catarina

ANAIS DO VII ENIPAC

PATRIMÔNIO CULTURAL, CULTURA DIGITAL E DECOLONIALIDADE

LOCAL

Univille | Joinville
Inscrições em: <https://enipac.com.br/>

DATA

16 a 19 de setembro de 2025

REALIZAÇÃO

Programa em Patrimônio Cultural e Sociedade da Univille

PATROCÍNIO

Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (Fapesc)
Programa em Patrimônio Cultural e Sociedade da Univille.

ACESSÓRIA TÉCNICA

Lucia Bandeira (Assessoria de Eventos da Univille)

ORGANIZAÇÃO DO CADERNO

Roberta Barros Meira
Ilanil Coelho
Lucas Jair Petroski

SECRETARIA DO EVENTO

- Roberta Barros Meira
- Ilanil Coelho
- Patricia de Oliveira Areas
- Eloyse Caroline Davet
- Tayna Vicente
- Euler Renato Westphal
- Nadja de Carvalho Lamas
- Taiza Mara Rauen Moraes
- Dione da Rocha Bandeira
- Angela Luciane Peyerl
- Larizza Bergui de Andrade
- Gabriel Berndt Borges
- Aldry Pereira Chaves
- Marcelo Alves
- Alessandra Tereza Mansur Silva
- Murilo Catarina Ristow
- Thiago Luiz Corrêa
- Jessica Fernanda Barauna
- Ana Paula Pagno Laurindo

ANAIS DO VII ENIPAC

PATRIMÔNIO CULTURAL, CULTURA DIGITAL E DECOLONIALIDADE

COMISSÃO CIENTÍFICA

Prof^o. Dr. Euler Renato Westphal (Universidade da Região de Joinville)
Prof^a. Dra. Nadja de Carvalho Lamas (Universidade da Região de Joinville)
Prof^a. Dra. Luana de Carvalho Silva Gusso (Universidade da Região de Joinville)
Prof^a. Dra. Ilanil Coelho (Universidade da Região de Joinville)
Prof^a. Dra. Roberta Barros Meira (Universidade da Região de Joinville)
Prof^a. Dra. Mariluci Neis Carelli (Universidade da Região de Joinville)
Prof^a. Dra. Raquel Alvarenga Sena Venera (Universidade da Região de Joinville)
Prof^o. Dr. Ralf Koerrenz (Friedrich Schiller University Jena)
Prof^a. Dra. Anne Stiebritz (Friedrich Schiller University Jena)
Prof^o. Me. Christoph Lukas Schroeder (Friedrich Schiller University Jena)
Prof^a. Dra. Cleusa Maria Gomes Graebin (Universidade La Salle)
Prof^o. Dr. Paulo Jorge Marques Peixoto (Universidade de Coimbra)
Prof^a. Dra. Maria Paula Meneses (Universidade de Coimbra)

COMISSÃO ORGANIZADORA

- Ilanil Coelho
- Euler Renato Westphal
- Nadja de Carvalho Lamas
- Roberta Barros Meira
- Luana de Carvalho Silva Gusso
- Taiza Mara Rauen Moraes
- Dione da Rocha Bandeira
- Larizza Bergui de Andrade
- Rosane Patrícia Fernandes
- Tayna Vicente
- Marcelo Alves
- Eloyse Davet
- Angela Luciane Peyerl
- Anthonia Voss Sell
- Gabriel Berndt Borges
- Luana Seidel

ANAIS DO VII ENIPAC

PATRIMÔNIO CULTURAL, CULTURA DIGITAL E DECOLONIALIDADE

PRODUÇÃO EDITORIAL

Lucas Jair Petroski

COORDENAÇÃO GERAL

Ilanil Coelho

Roberta Barros Meira

PRODUÇÃO GRÁFICA / DIAGRAMAÇÃO

Lucas Jair Petroski

Roberta Barros Meira

Catálogo na publicação pela Biblioteca Universitária da Univille

E56a Encontro Internacional Interdisciplinar em Patrimônio Cultural –
ENIPAC (7. : 2025 : Joinville, SC)

Anais do VII ENIPAC: Patrimônio cultural, cultura digital e
decolonialidade / organizadores: Roberta de Barros Meira, Ilanil
Coelho, Lucas Jair Petroski – Joinville, SC : UNIVILLE, 2025.

379 p. : il.

ISBN: [978-65-87142-84-5](https://www.isbn.org/978-65-87142-84-5)

1. Patrimônio cultural. 2. Decolonização. 3. Comunicação e
cultura. 4. Comunicações digitais. I. Meira, Roberta de Barros (org.).

Os textos integrantes desta publicação são de inteira responsabilidade de seus respectivos autores. As Comissões Organizadoras e Científicas do VII ENIPAC – VII Encontro Internacional Interdisciplinar de Patrimônio Cultural, assim como a Univille como um todo, não se responsabilizam pelas afirmações registradas nesta publicação, bem como por eventuais equívocos gramaticais.

Apresentação

O VII Encontro Internacional Interdisciplinar de Patrimônio Cultural (ENIPAC), realizado de 16 a 19 de setembro de 2025, teve como temática central “Patrimônio Cultural, Cultura Digital e Decolonialidade”. O Encontro - promovido pelo Programa em Pós-graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade da Univille com o apoio da FAPESC - foi organizado de forma híbrida.

Na sua sétima edição, o ENIPAC contou com a presença de pesquisadores brasileiros e estrangeiros. Esta edição visou refletir, discutir e compartilhar, de uma perspectiva interdisciplinar, conhecimentos, problemas e desafios enfrentados pelas sociedades contemporâneas quando pensam e operam com o patrimônio cultural nos marcos do digital e do decolonial. Por meio de palestras, fórum, mesas-redondas, oficinas, cursos, uma sessão audiovisual e simpósios temáticos, o evento buscou aprofundar debates sobre os desafios teóricos-metodológicos, técnicos, tecnológicos e de gestão que envolvem o patrimônio cultural quando associado às tecnologias digitais, aos problemas de desigualdades e diferenças entre os hemisférios Norte-Sul e Sul-Sul, aos modos de vida de populações originárias, de grupos diaspóricos e de mulheres, aos direitos à cultura e ao patrimônio ambiental e à democracia em suas múltiplas configurações e contradições.

O Encontro buscou fortalecer redes de pesquisa nacional e internacional e parcerias acadêmicas do campo do patrimônio cultural, intensificando o compartilhamento de conhecimentos, análises comparativas e problematizações sobre semelhanças e diferenças entre distintas configurações territoriais; propiciar, desde o patrimônio cultural, espaço para formulação de questões e soluções que visem dirimir assimetrias sociais, culturais, econômicas e políticas, de longa duração, entre Sul-Norte global; oportunizar diálogos sobre o tema do evento com diferentes interlocutores provenientes do poder público, da iniciativa privada, da universidade, da sociedade civil organizada, da comunidade regional e demais interessados; estimular a formação de jovens pesquisadores, por meio da divulgação dos resultados parciais e finais de investigações, de comunicações e publicações, que contribuam para o aperfeiçoamento da interpretação e das correções dos problemas no campo patrimonial.

Entre as diferentes ações promovidas registrou-se a realização de atividades integradas por pesquisadores nacionais e internacionais, como as mesas redondas, a sessão de audiovisual,

as apresentações culturais, o lançamento de livros e os simpósios temáticos. A mesa de abertura “Democracia e Decolonialidade” foi realizada pelos professores da Friedrich-Schiller-Universität Jena - Jena, Alemanha: Anne Stiebritz, Christoph Lukas Schröder e Ralf Koerrenz. A mesa-redonda de encerramento “Diálogos Sul-Norte e Decolonialidade” teve a participação dos professores doutores Pedro Pablo Gómez Moreno, Universidad Distrital Francisco José de Caldas de Bogotá (Colômbia) e Manuelina Duarte Cândido, da Universidade Federal de Minas Gerais (Brasil). As outras mesas realizadas durante o evento contaram com a presença de importantes pesquisadores brasileiros e estrangeiros: Adolfo Alban Achinte (Universidade de Cauca - Colômbia), Izabela Pucu (UFRJ), Alessandra Mello Simões Paiva (UFBA); Mari Escobar (Univille); Lindomar Lili Sebastião (prefeitura Municipal de Aquidauana/Educação Básica); Nadja de Carvalho Lamas (Univille), Walderes Cocta Pripra De Almeida (USP), Alessandra Tereza Mansur Silva (Univille), Yussef Daibert Salomão de Campos (UFG); Ilanil Coelho (Univille); João Carlos Ferreira Melo Júnior (Univille), Iván Fernando Rodrigo Mendizábal (Universidad Andina Simón Bolívar), Maria Elisa Máximo (Udesc).

Registramos também a realização do Fórum do Patrimônio Cultural: olhares institucionais com a participação de representantes das seguintes instâncias: Renilton Roberto da Silva Matos de Assis (Sistema Estadual de Museus), Regina Helena Meirelles Santiago (IPHAN-SC) e Guilherme Augusto Heinemann Gassenferth (Secretário Municipal de Cultura).

As comunicações científicas inscritas nos sete simpósios temáticos totalizaram 130 trabalhos. Os textos apresentados nos anais foram o resultado das pesquisas desenvolvidas por docentes e discentes da Univille e de outras universidades brasileiras. Releva notar a importância dos simpósios e dos anais do Encontro para a divulgação científica de pesquisas com uma enorme variedade temática realizadas por graduandos, mestrandos, doutorandos, pesquisadores, gestores e docentes.

Os organizadores(as) do evento.

SUMÁRIO

PARQUES ARQUEOLÓGICOS COMO TERRITÓRIOS DE MUSEALIZAÇÃO: ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE TRÊS EXPERIÊNCIAS NO BRASIL, COLÔMBIA E ESPANHA -----	9
CURITIBA E O LEGADO INDUSTRIAL: A FÁBRICA MATTE LEÃO COMO ESPELHO DO APAGAMENTO DO PATRIMÔNIO INDUSTRIAL CURITIBANO-----	20
ATELIÊ BIOGRÁFICO – A POÉTICA DE NARRAR: UMA EXPERIÊNCIA COM ARTISTAS E ARTE EDUCADORES NO MUSEU DE ARTE DE JOINVILLE -----	30
ECOANDO VOZES E MEMÓRIAS ANCESTRAIS: O PATRIMÔNIO AMBIENTAL NA LITERATURA INDÍGENA -----	40
NARRATIVAS DECOLONIAIS NA SUSTENTABILIDADE MUSEOLÓGICA DO PATRIMÔNIO CULTURAL -----	47
“E DAÍ? EU NÃO SOU COVEIRO!”_O TRABALHO DOS AGENTES FUNERÁRIOS EM TEMPOS DE PANDEMIA -----	58
DESENVOLVIMENTO, CONFLITOS AMBIENTAIS E RESISTÊNCIA: O MOVIMENTO “NÃO À UHE MONTE SANTO” E A LUTA POR JUSTIÇA SOCIOAMBIENTAL NO TOCANTINS -----	69
RAINHAS DO CARNAVAL DO CLUBE GUARANI EM ARROIO GRANDE: UMA EXPOSIÇÃO VIRTUAL DE RECONHECIMENTO DA MEMÓRIA E ESTÉTICA NEGRA -----	77
ENTRELACES DA LUTA COMUNITÁRIA E DA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO AMBIENTAL E ARQUEOLÓGICO: SAMBAQUI RIO VELHO II E O PARQUE NATURAL MUNICIPAL DA CAIEIRA -----	86
LITERATURA, MUSEU E OS LUGARES DA ESCRITA-----	94
TECENDO SABERES, ALINHAVANDO EXPERIÊNCIAS: ENCONTRO COM MULHERES DA COMUNIDADE REMANESCENTE QUILOMBOLA RIBEIRÃO DO CUBATÃO EM JOINVILLE/SANTA CATARINA-----	102
CAMINHOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS PARA UM ESTUDO SOBRE PATRIMÔNIO INDUSTRIAL E MULHERES OPERÁRIAS EM JOINVILLE (1970–2000) -----	110
ENTRE MARÉS E MEMÓRIAS: PROPOSTA DE UM ECOMUSEU NA COMUNIDADE DA PRAIA DO ERVINO -----	120
COTIDIANOS COMUNS, HISTÓRIAS EM ASSOCIAÇÃO: O PROJETO DE ATIVAÇÃO PATRIMONIAL DA ANTIGA TORRES -----	130
TECNOLOGIAS DIGITAIS EM SMART HERITAGE: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA -----	139
A DESTRUIÇÃO DA NATUREZA NA COLÔNIA DONA FRANCISCA: OS OLHARES DE AVÉ-	

LALLEMANT, FREDERICO CARLOS HOEHNE E THEODOR RODOWICZ -----	149
ENTRE QUINTAIS E LEMBRANÇAS: NARRATIVAS FEMININAS NO DOCUMENTÁRIO O DIAGNÓSTICO-----	158
QUINTAIS COMO PAISAGENS CULTURAIS EM RISCO: SABERES TRADICIONAIS, MEMÓRIA ECOLÓGICA E RESISTÊNCIAS NO LITORAL DE SANTA CATARINA - BRASIL -----	168
PAISAGEM E TEATRO ESPONTÂNEO: NARRATIVAS REFLEXIVAS SOBRE AMBIENTE E SUBJETIVIDADES NO CONTEXTO DA COVID-19 -----	178
QUANDO O SILÊNCIO TAMBÉM É UM ATO DE LEMBRAR E/OU ESQUECER: EXPERIÊNCIAS NO USO DA METODOLOGIA DE HISTÓRIA ORAL COM TRABALHADORES FERROVIÁRIOS DE MAFRA E PORTO UNIÃO – SC-----	185
“DISTO NÃO SE FALA”: OS PERCURSOS DAS POLÍTICAS DE MEMÓRIA SOBRE A GUERRA CIVIL DE SERRA LEOA-----	192
MEMÓRIA PÚBLICA E CONTESTAÇÕES MONUMENTAIS: UM DEBATE HISTORIOGRÁFICO NA IMPRESA DOS ANOS 2020 -----	200
O PATRIMÔNIO ARTÍSTICO PARA ALÉM DOS VALORES ESTÉTICOS E SIMBÓLICOS: NARRATIVAS OCULTAS-----	212
PRESERVAÇÃO E DIFUSÃO DO ACERVO DO MUSEU CASA DE BRUSQUE -----	222
“SALVE COLOSSO BRAÇO É BRAÇO”: O ECO DA PRESENÇA NEGRA NA CLASSE TRABALHADORA RIOGRANDINA ATRAVÉS DO CLUBE BRAÇO É BRAÇO -----	232
PRÁTICA DECOLONIAL EM PERCURSO: PRESENÇA NEGRA E INDÍGENA NO MUSEU DA ESCOLA CATARINENSE -----	244
SOBERANIA INFORMACIONAL E CULTURA DIGITAL: TENSIONANDO A COLONIALIDADE NA CONSTRUÇÃO DO PATRIMÔNIO EPISTÊMICO-----	254
TECNOLOGIAS DIGITAIS E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: PRÁTICAS COM ACERVOS DIGITAIS NO ENSINO MÉDIO DE ITAJAÍ/SC-----	262
MEMÓRIAS DE PROFESSORES PELO VIÉS DA LITERATURA-----	272
OS USOS DO PATRIMÔNIO NA EDUCAÇÃO BÁSICA: ANÁLISE DOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA (PNLD 2020 – BRASIL) -----	280
DEVIR QUILOMBA: A HISTÓRIA FEITA À MÃO PARA ALÉM DA IDENTIDADE -----	291
A LINGUAGEM NEOCOLONIAL: TRADIÇÕES E CONTEMPORANEIDADES EM BELÉM DO PARÁ -----	301
JUVENTUDE, TERRITÓRIO SIMBÓLICO E NOVAS FORMAS DE COMUNIDADE NO MEIO	

DIGITAL-----	311
ENFRENTANDO DESASTRES SOCIOAMBIENTAIS: O PAPEL HUMANITÁRIO DA FORÇA DE PAZ BRASILEIRA NO HAITI -----	321
O PATRIMÔNIO CULTURAL NA FORMAÇÃO ACADÊMICA DOS GRADUANDOS EM DIREITO DA UNIVILLE DE SÃO BENTO DO SUL-----	331
FEITO À MÃO: BORDADO DO CRIVO COMO PRÁTICA CULTURAL CATARINENSE-----	339
ARMAÇÃO DA PIEDADE: PATRIMÔNIO CULTURAL E HISTÓRICO CATARINENSE -----	352
NARRATIVAS, SILENCIAMENTOS E REPARAÇÃO: A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA MEMÓRIA NO CENTRO ANGLOGOLD ASHANTI-----	362
A HARMONIZAÇÃO ENTRE SABER CIENTÍFICO E SABER TRADICIONAL NA VITIVINICULTURA MINEIRA -----	370

PARQUES ARQUEOLÓGICOS COMO TERRITÓRIOS DE MUSEALIZAÇÃO: ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE TRÊS EXPERIÊNCIAS NO BRASIL, COLÔMBIA E ESPANHA

Lia Cristina Moraes | Universidade Federal de Santa Catarina | arq.liacmoraes@gmail.com¹
Danielle Rocha Benício | Universidade do Estado de Santa Catarina | danielle.benicio@udesc.br²

1. INTRODUÇÃO

Os parques arqueológicos operam como dispositivos museológicos expandidos, cujo objetivo principal, em geral, é proteger o patrimônio cultural *in situ*. Embora essa prática venha se consolidando em países da América Latina e da Europa, no Brasil ainda se carece de presença sistematizada nas políticas públicas e no planejamento territorial. Logo, objetiva-se contribuir para esse campo por meio da análise de ações museológicas e programáticas consolidadas, bem como dos desafios enfrentados, a fim de orientar o desenvolvimento de parques arqueológicos no contexto brasileiro. Para isso, realiza-se uma análise comparativa entre três experiências localizadas em Badajoz (Espanha), Facatativá (Colômbia) e Pinhal da Serra (Brasil). Os procedimentos metodológicos incluem: revisão teórica sobre parques arqueológicos; levantamento de documentos e imagens em meios digitais; visita *in loco* ao caso brasileiro; e análise e síntese crítica à luz do referencial teórico. Os resultados indicam diferentes graus de efetividade. Na Espanha, observa-se o equilíbrio entre ação museológica e programática, com integração territorial, sustentabilidade e conservação ativa. O caso brasileiro apresenta desempenho intermediário, com foco na proteção física, mas baixa articulação com o território e o cotidiano local. O parque colombiano prioriza o valor cênico e o lazer em detrimento da conservação, o que compromete sua função educativa e enfraquece sua missão de proteger o patrimônio cultural. Conclui-se que a integração entre ações museológicas e programáticas nos parques arqueológicos é ainda incipiente e desigual, reforçando a necessidade de diretrizes mais contextualizadas e sensíveis às realidades locais para garantir a proteção efetiva e a valorização sustentável do patrimônio arqueológico.

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PósArq) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

² Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais (PPGAV) da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) e coordenadora do mesmo Programa.



O termo parque arqueológico, presente na literatura internacional desde o fim do século XX, designa um complexo voltado à conservação patrimonial e à experiência do público, configurando uma "área sob proteção arqueológica, suplementada com elementos paisagísticos [...] onde os vestígios são apresentados *in situ* e ao ar livre" (Breznik, 2014, p. 7, tradução nossa). Para Tozzini (2007), projetar esse complexo implica articular ações museológicas, voltadas à apresentação do patrimônio ao público, e ações programáticas, relacionadas ao uso consciente dos recursos da paisagem.

No Brasil, entretanto, os parques arqueológicos ainda carecem de presença sistematizada nas políticas públicas e no planejamento territorial, dificultando o reconhecimento social dos sítios e ampliando seu risco de desaparecimento. Daí a urgência de buscar orientações em práticas consolidadas em diferentes contextos, investigando ações museológicas, programáticas e os desafios enfrentados.

Diante disso, este artigo analisa comparativamente três experiências localizadas em Badajoz (Espanha), Facatativá (Colômbia) e Pinhal da Serra (Brasil). Parte-se de uma breve revisão teórica (Breznik, 2014; Tozzini, 2007), seguida da apresentação de cada caso, com base em levantamentos documentais em mídias digitais e, no caso brasileiro, visita *in loco*. Por fim, realiza-se a análise comparativa com base na revisão teórica, buscando contribuir para o debate sobre a criação e a gestão de parques arqueológicos, e oferecer subsídios para fortalecimento dessas práticas no país.

2. REVISÃO TEÓRICA

Segundo Breznik (2014), o propósito de um parque arqueológico é conservar os vestígios do passado em seu contexto original, além de promover apresentação do patrimônio ao público, educação, lazer, turismo, valorização da experiência, pesquisa e sustentabilidade econômica. Para atingir esses objetivos, são necessárias ações programáticas, envolvendo a organização espacial e a infraestrutura física (caminhos, centro de visitantes, espaços de apoio à pesquisa e recreação, etc.), e ações museológicas (painéis informativos, sinalização, guias impressos e recursos multimídia) (Breznik, 2014; Tozzini, 2007). Tais elementos são essenciais para a análise dos parques.

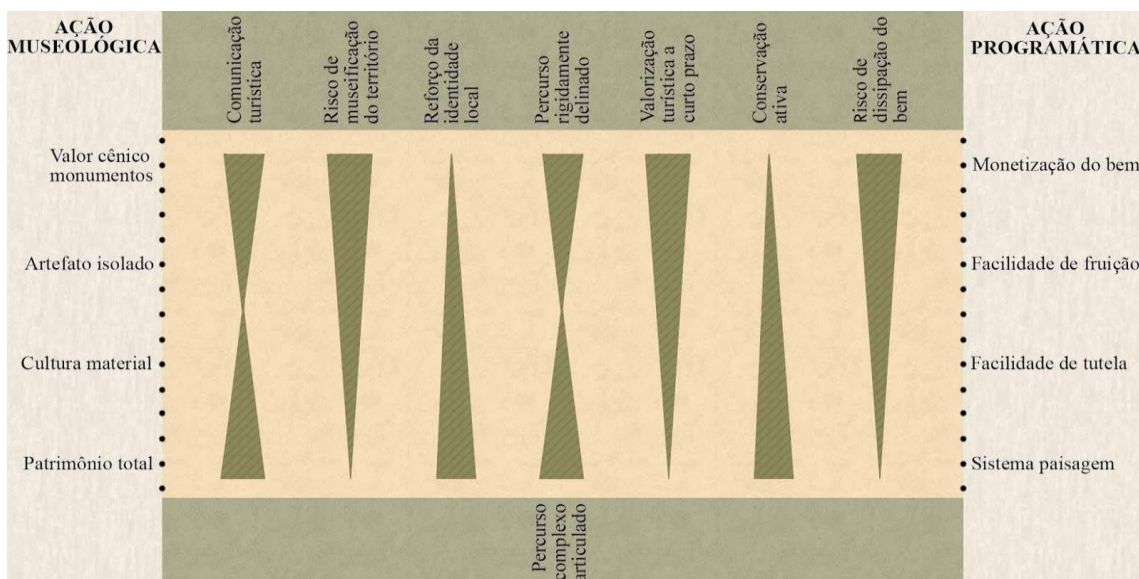
Outro aspecto a considerar é a correspondência do parque arqueológico com o ecomuseu. Para Breznik (2014, p. 10, tradução nossa), este constitui um "conceito universal que



dita as operações de todos os tipos de museus no sentido mais amplo da palavra", pois adota uma abordagem holística que não separa tangíveis de intangíveis. Tozzini (2007) enfatiza que, para se aproximar das características de um ecomuseu, o parque deve integrar o patrimônio cultural à escala territorial e envolver a comunidade local por meio de sua cultura, economia, identidade, qualidade de vida e tempo livre.

Dessa forma, torna-se fundamental considerar os aspectos contextuais dos parques arqueológicos, sua integração territorial e sua abordagem do patrimônio e da paisagem. Para sistematizar essas dimensões, Tozzini (2007) propõe um diagrama, no qual a parte inferior indica os resultados mais desejáveis, consolidando a estrutura que orienta a discussão sobre os parques selecionados (Figura 1).

Figura 1 - Diagrama interpretativo para projetos de parques arqueológicos.



Fonte: Moraes (2021), adaptado de Tozzini (2007).

3. OS TRÊS PARQUES ARQUEOLÓGICOS

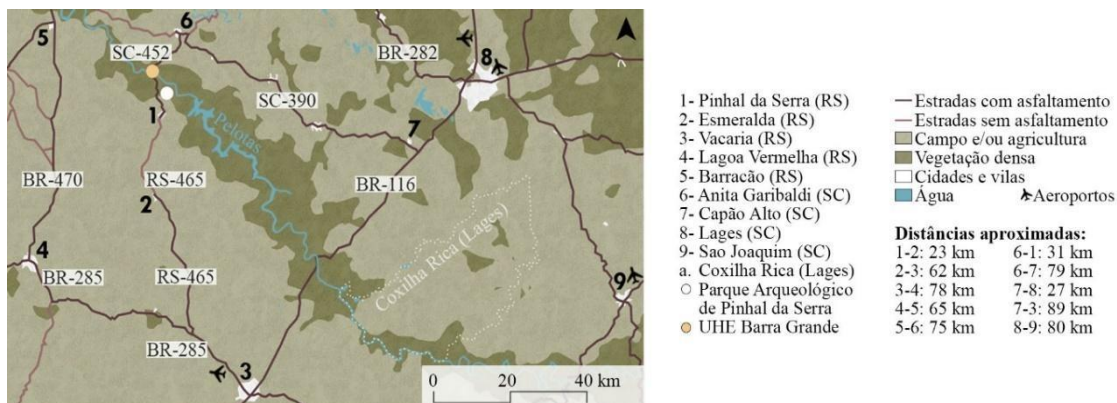
Para a análise comparativa, adotam-se o Parque Arqueológico de Pinhal da Serra (Brasil), o de Facatativá (Colômbia) e o Parque Arqueológico y Natural El Rebellao (Espanha), considerando seus variados contextos geográficos, institucionais e culturais. Cada caso é descrito em seus aspectos territoriais, programáticos e museológicos, sendo então comparado à luz dos objetivos de Breznik (2014) e do diagrama de Tozzini (2007).



3.1 Parque arqueológico de Pinhal da Serra

O Parque Arqueológico de Pinhal da Serra, localizado em município de pequeno porte no interior do Rio Grande do Sul, surgiu como medida de compensação ambiental da Usina Hidrelétrica Barra Grande. Ele abrange o sítio Ary Duarte I, composto por montículos funerários e casas subterrâneas dos Jês Meridionais, situado a cerca de 4 quilômetros da área urbana, às margens da SC-452. Apesar da posição estratégica junto a essa rodovia, o Parque permanece isolado no contexto regional, já que a ligação com o município vizinho de Esmeralda se dá apenas por estrada de chão (Figura 2).

Figura 2 - Contexto territorial do Parque Arqueológico de Pinhal da Serra.



Fonte: Adaptado de Moraes (2021).

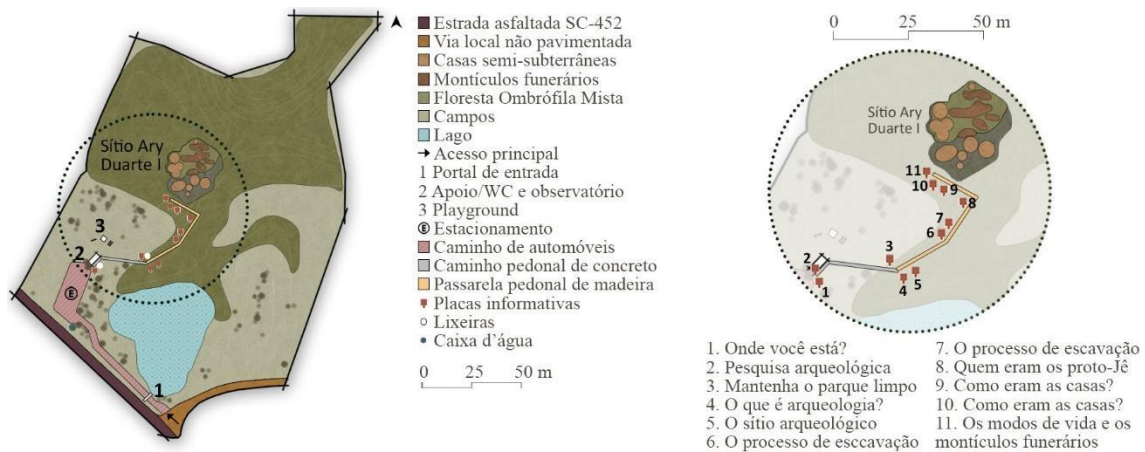
Em termos programáticos, o Parque apresenta uma participação restrita no território: sua presença pouco dialoga com a vida cotidiana da população ou com as iniciativas de turismo regional. O espaço é usufruído principalmente para atividades de baixo impacto, como o lazer ao ar livre, a observação da fauna e da flora e a visita ao sítio arqueológico. As intervenções antrópicas existentes são pontuais e reversíveis, mantendo em geral adequação de escala, cor, textura e materiais. Apesar disso, a carência de equipamentos voltados à convivência e à recreação ativa cotidiana limita a apropriação comunitária e reduz o potencial de sustentabilidade econômica do Parque.

No mesmo sentido, a ausência de equipamentos voltados à pesquisa e à educação patrimonial restringe a produção contínua de conhecimento e enfraquece a aproximação entre pesquisadores e comunidade local. Essa limitação programática repercute na dimensão museológica, que, no caso do Parque, enfrenta desafios relacionados à legibilidade dos vestígios e à multiplicidade de narrativas.



Na área do sítio arqueológico, a circulação e a sinalização ainda não favorecem a compreensão do patrimônio total. O acesso é feito por uma passarela elevada, que percorre apenas parte do sítio e não permite aproximação direta das casas subterrâneas e montículos funerários. A sinalização destaca a ancestralidade indígena e as pesquisas arqueológicas, mas permanece unidirecional, sem incorporar as vozes locais ou indígenas, nem aspectos intangíveis e ambientais, comprometendo a experiência interpretativa e a construção de sentidos compartilhados do patrimônio (Figura 3).

Figura 3 - Ação programática e museológica do Parque Arqueológico de Pinhal da Serra.



Fonte: Adaptado de Moraes (2021).

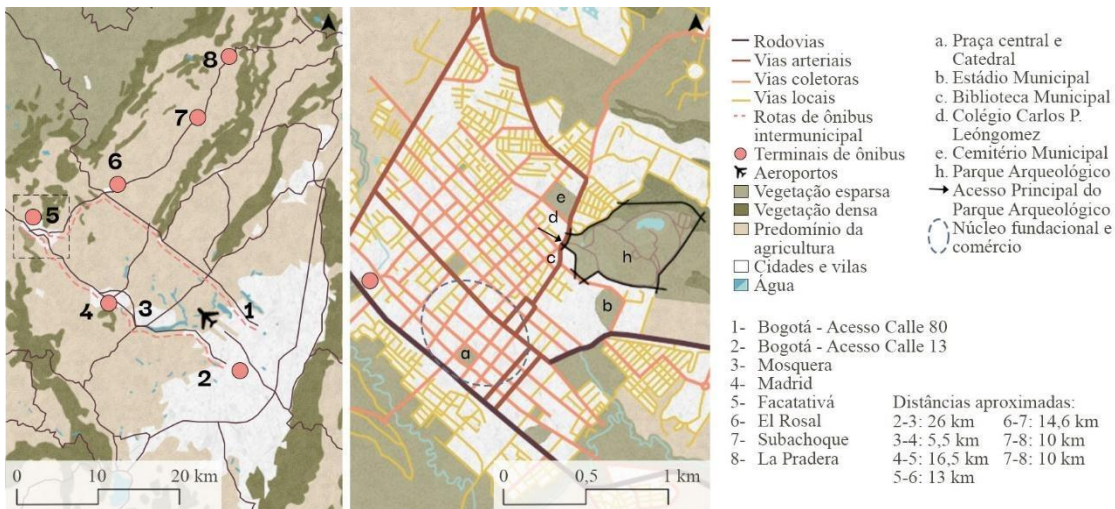
Em síntese, o Parque Arqueológico de Pinhal da Serra protege adequadamente os vestígios, mas se distancia do conceito de ecomuseu, pois apresenta baixa integração com o território e o cotidiano local, além de uma mediação que limita o entendimento de todas as dimensões da paisagem e do patrimônio que faz parte dela.

3.2 Parque arqueológico de Facatativá (colômbia)

O Parque Arqueológico de Facatativá localiza-se em uma cidade de médio porte a aproximadamente 45 quilômetros de Bogotá, conectando-se à capital colombiana por meio de duas estradas nas quais circulam ônibus intermunicipais, o que facilita seu uso turístico. Em escala municipal, situa-se próximo ao centro e a equipamentos de uso cotidiano, sendo ainda uma das poucas áreas verdes da cidade. Essa condição o torna um importante ponto de encontro da população e demonstra, diferentemente do caso anterior, sua efetiva integração ao território (Figura 4).



Figura 4 - Contexto territorial do Parque Arqueológico de Facatativá.



Fonte: Adaptado de Moraes (2021).

Apesar disso, o patrimônio arqueológico do Parque sofreu forte deterioração em função do uso recreativo inconsciente. A maioria dos visitantes desconhecia a existência das pinturas rupestres dos povos pré-colombianos, enquanto outros as danificavam por meio de pichações, fogueiras ou pelo toque direto. O patrimônio natural também foi impactado, sobretudo pela circulação de automóveis, pela poluição sonora e pela degradação dos solos e do ar (Celis; Contreras, 2011).

Esses problemas começaram a ser enfrentados a partir de 2005, com o Plano de Manejo do Instituto Colombiano de Antropologia e História (Icahn). O documento estabeleceu um novo zoneamento, diferenciando usos para cada área (Álvarez, 2005), e passou a ser aplicado pela Prefeitura, que assumiu a gestão do Parque em 2008. Como medida programática, desde então, o espaço se organiza em quatro setores: natural e arqueológico, voltados à recreação passiva, com atividades contemplativas e sensoriais; recreação ativa, onde são permitidas atividades lúdicas e esportivas; e administrativo.

Como parte desse planejamento programático, a criação dos percursos também orientou a ação museológica. O novo desenho paisagístico setorizou os caminhos da recreação passiva em três temas que se aproximam da ideia de patrimônio total: geologia, natureza e arqueologia. Dentre eles, somente o setor arqueológico apresenta caminho pavimentado, também acessível a ciclistas, enquanto os demais possuem apenas trilhas de uso exclusivo de pedestres (Álvarez, 2005). O espaço oferece, ainda, visitas guiadas, oficinas e apresentações



artísticas, cursos de turismo, exposição de artesanato local e outras atividades pensadas por e para a população local (Figura 5).

Figura 5 - Ação programática e museológica do Parque Arqueológico de Facatativá.



Fonte: Adaptado de Moraes (2021), Facatativá ([s. d.]).

Nota-se, na Figura 5, a dimensão excessiva dos estacionamentos e a ausência de infraestrutura de pesquisa. A ação museológica também precisa ser revista, pois, apesar da abordagem holística do Plano de Manejo, os vestígios seguem sendo deteriorados pelo público. Portanto, embora se aproxime da ideia de ecomuseu, o Parque ainda não cumpre plenamente sua meta principal: a preservação do patrimônio.

3.3 Parque arqueológico e natural El Rebellao

O Parque Arqueológico e Natural El Rebellao, situado na Estremadura (Espanha), compreende uma fazenda cujo patrimônio cultural se relaciona à fertilidade das terras e aos mananciais naturais, abrangendo dólmenes, túmulos, sítios cerâmicos, vestígios romanos e medievais. Essa integração entre cultura e natureza é essencial também para o território, pois o Parque atua como barreira ao avanço da agricultura (Figura 6).



Figura 6 - Contexto territorial do Parque Arqueológico e Natural El Rebellao.



Fonte: Adaptado de Moraes (2021).

Na Figura 6 observa-se que o Parque está em uma via expressa entre dois municípios de pequeno porte. Embora esteja na rota do ônibus, o acesso depende de transporte particular ou traslado, o que evidencia a opção por um turismo sustentável e comunitário, baseado em visitas guiadas, oficinas, cursos e conferências. Essa diretriz é conduzida pela Fundación Dolores Bas de Arus, proprietária da fazenda e entidade sem fins lucrativos, que promove a socialização do patrimônio junto às populações do entorno, criando sensação de pertencimento e conectando diferentes gerações, em consonância com o conceito de ecomuseu.

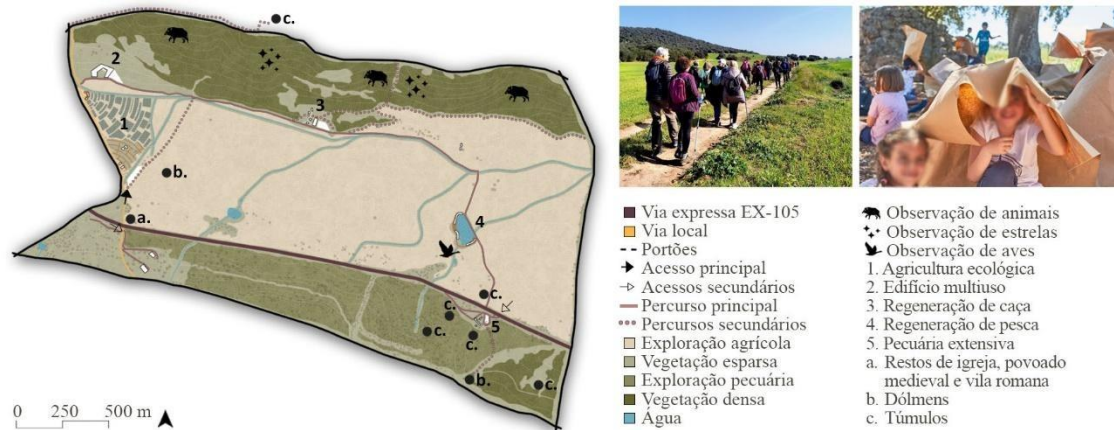
Diante disso, a ação programática do Parque abrange diferentes dimensões, com foco no uso consciente dos recursos da paisagem, garantindo sua sustentabilidade econômica. Além das atividades educacionais e recreativas, desenvolvem-se agricultura ecológica, pecuária extensiva e a regeneração da vegetação nativa, da caça, dos corpos d'água e da pesca. Para atender a esse programa, edificações tradicionais pré-existentes no terreno foram reabilitadas, outras construídas, como o centro de visitantes e pesquisa, consolidando uma infraestrutura dispersa pela fazenda.

De modo similar, os vestígios arqueológicos estão afastados entre si, o que influencia a experiência museológica, mediada por guias locais e placas informativas que contextualizam o patrimônio cultural na paisagem natural. Os visitantes percorrem dois trajetos: o principal, acessível a pé, a cavalo, de bicicleta, quadriciclo ou automóvel; e os secundários, restritos a pedestres, ciclistas e animais de montaria. Nenhum caminho é pavimentado, o que dificulta a



acessibilidade física, mas o deslocamento pela natureza intensifica a experiência multissensorial (Figura 7).

Figura 7 - Ação programática e museológica do Parque Arqueológico e Natural El Rebellao.



Fonte: Adaptado de Moraes (2021), Fundación Dolores Bas ([s. d.]).

Em suma, o Parque Arqueológico e Natural El Rebellao equilibra ação programática e museológica, recreação ativa e passiva, integrando preservação do patrimônio, uso sustentável do território e experiências participativas multissensoriais. Ao articular recursos naturais e culturais de forma consciente, conecta gerações das comunidades do entorno, consolidando-se como o modelo mais próximo ao ecomuseu.

3.4. Análise comparativa dos três parques arqueológicos

Diante do exposto, a análise comparativa evidencia diferentes níveis de atendimento aos objetivos de um Parque Arqueológico (Breznik, 2014) (Figura 8). O caso brasileiro limita-se à preservação e à recreação passiva, sem integrar plenamente outras dimensões. O colombiano amplia as práticas de recreação ativa, mas sem garantir a conservação do patrimônio. Já o espanhol se destaca por atender integralmente aos objetivos, equilibrando preservação, sustentabilidade e experiência.



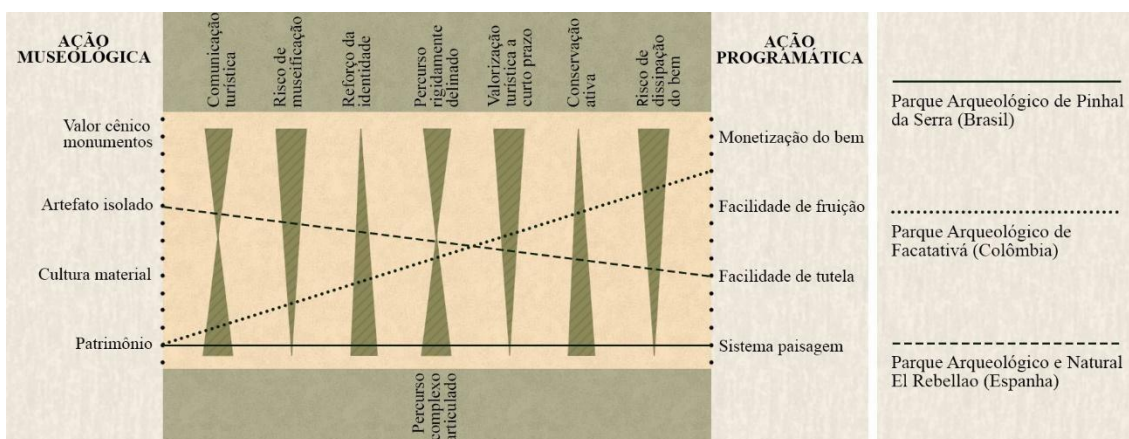
Figura 8 - Análise comparativa através dos objetivos de parques arqueológicos segundo Breznik (2014).

Parque Arqueológico de Pinhal da Serra (Brasil)				Parque Arqueológico de Facatativá (Colômbia)				Parque Arqueológico e Natural El Rebellao (Espanha)			
Objetivos	Atende	+/-	Não atende	Objetivos	Atende	+/-	Não atende	Objetivos	Atende	+/-	Não atende
Proteção do patrimônio	●			Proteção do patrimônio		●		Proteção do patrimônio	●		
Apresentação e educação		●		Apresentação e educação		●		Apresentação e educação	●		
Pesquisa			●	Pesquisa			●	Pesquisa	●		
Entretenimento		●		Entretenimento	●			Entretenimento	●		
Uso turístico			●	Uso turístico	●			Uso turístico	●		
Experiência			●	Experiência	●			Experiência	●		
Sustentabilidade econômica			●	Sustentabilidade econômica	●			Sustentabilidade econômica	●		
Envolvimento comunitário			●	Envolvimento comunitário	●			Envolvimento comunitário	●		

Fonte: Elaborado pelas autoras (2025).

De modo complementar, o Diagrama de Tozzini (2007) (Figura 9) mostra que o caso espanhol é o que mais se aproxima do conceito de ecomuseu, pois articula ações programáticas e museológicas de forma equilibrada, considerando o patrimônio total e a paisagem. Já os parques brasileiro e colombiano revelam tendências opostas: no primeiro, a ação museológica limita-se aos vestígios, enquanto a programática privilegia a tutela e a recreação passiva; no segundo, embora o patrimônio inclua dimensões arqueológicas, geológicas e naturais, prevalece a monetização, inclusive com cobrança de ingresso aos visitantes externos. Assim, o caso brasileiro apresenta pior comunicação turística e menor reforço identitário, enquanto o colombiano evidencia maior risco de dissipação patrimonial devido à falta de conservação ativa.

Figura 9 – Análise comparativa através do Diagrama de Tozzini (2007).



Fonte: Elaborado pelas autoras (2025).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS



Conclui-se que a integração entre ações museológicas e programáticas nos parques arqueológicos ainda é incipiente e desigual, evidenciando a necessidade de diretrizes mais contextualizadas e sensíveis às realidades locais para assegurar a proteção e a valorização sustentável do patrimônio arqueológico.

REFERÊNCIAS

ÁLVAREZ, M. P. *et al.* **Plan de manejo**: Parque Arqueológico de Facatativá "Piedras del Tunja". [S. l.]: Icahn, 2005.

BREZNIK, A. **Management of an archaeological park**. Slovenia: National Museum of Slovenia, 2014.

CELIS, D.; CONTRERAS, A. **Compendio documental del Parque Arqueológico de Facatativá**: insumo para su interpretación integral. Facatativá: Alcaldía Municipal de Facatativá, 2011.

FACATATIVÁ. Alcaldía Municipal de Facatativá. Parque Arqueológico de Facatativá. **Fotos**. Facatativá: [s. n., s. d.]. Disponível em: <https://www.facebook.com/profile.php?id=61555806157864&sk=photos>. Acesso em: 11 out. 2025.

FUNDACIÓN DOLORES BAS. Fundación "Hija de Pepe Reyes" Dolores Bas "De Arus". **Fotos**. Badajoz: [s. n., s. d.]. Disponível em: <https://www.facebook.com/fundaciondolores.bas/photos>. Acesso em: 11 out. 2025.

MORAES, L. **A ancestralidade indígena como protagonista**: Parque Arqueológico Jê do Sul no território cultural da Coxilha Rica. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Laguna, 2021.

TOZZINI, S. Tra azione museologica e azione programmatlca: sinergie da inseguire nel progetto paesaggistico per i parchi archeologici. **Paesaggio: didattica, ricerche e progetti - 1997-2007**, v. 4, p. 291-301, 2007.



CURITIBA E O LEGADO INDUSTRIAL: A FÁBRICA MATTE LEÃO COMO ESPELHO DO APAGAMENTO DO PATRIMÔNIO INDUSTRIAL CURITIBANO

André Fabrício Silva | Universidade Estadual do Paraná | andre.fabricio@unespar.edu.br¹

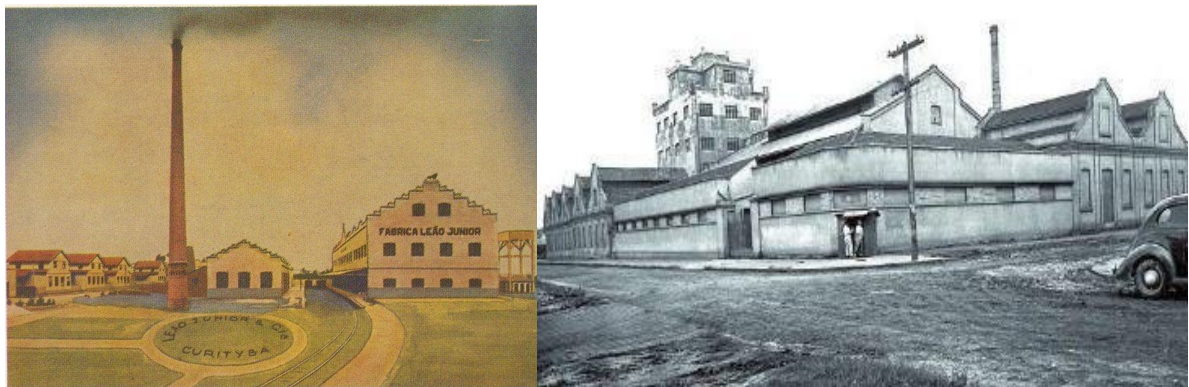
Daiana Marsal Damiani | Museu do Holocausto | daianamdiani@hotmail.com²

Gabriella Perazza | Biblioteca Pública do Paraná | gabriella.perazza.uni@gmail.com³

1. O CASO DA FÁBRICA MATTE LEÃO: A FÁBRICA QUE VIROU IGREJA

Para aprofundar nossa compreensão sobre a problemática da preservação de espaços industriais na cidade de Curitiba, optamos por analisar um local emblemático do passado industrial de Curitiba e conduzir 14 entrevistas breves com pessoas transeuntes de dentro e do entorno desses espaços, no intuito de entender qual a profundidade do reconhecimento e relevância histórica que os frequentadores têm acerca desse lugar, cenário de seus cotidianos. Nos referimos ao Templo Maior da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), que ocupa o terreno onde anteriormente funcionava a Mate Leão Junior S/A. Com o propósito de compreender o valor patrimonial inerente a esses espaços, procederemos a uma síntese histórica relativa à empresa.

20



A Matte Leão Jr, fundada em 1901, decorrente da indústria ervateira, era uma das primeiras indústrias da cidade, vista, naquele período, como a maior e mais moderna do Brasil. Na década de 1920 liderou a produção de erva-mate no mundo, tornando-se protagonista do

¹ Professor do curso de bacharelado em Museologia da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR). Licenciado em História e Bacharel em Museologia pela Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP; Mestre e Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio - UNIRIO/MAST. Pós-Graduado Lato Sensu em Educação Patrimonial pelo Instituto de Pesquisa Pretos Novos em parceria com FATECPR.

² Bacharela em Museologia pela Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR).

³ Bacharela em Museologia pela Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR).



Ciclo da Erva-Mate. Depois de 106 anos comandada pela família Leão, foi fechada em 2007 quando a marca foi vendida para a Companhia Coca-Cola, deixando seu espaço à mercê, sem ganhar funcionalidade ou novos propósitos, até que no final do mesmo ano os herdeiros venderam a construção, já sucateada, para IURD. O argumento para o não bloqueio da prefeitura sobre a venda é que a mesma não teria condições de comprar e cuidar do edifício, além de que eles não esperavam sua demolição. O complexo foi demolido em 2011, causando uma lacuna histórica e paisagística para a cidade de Curitiba, sendo essa uma das maiores indústrias já inseridas no tecido urbano central da capital, além de ter proporcionado desenvolvimento econômico e social para toda região.

A demolição do histórico edifício é um reflexo da falta de políticas patrimoniais voltadas para o legado industrial na cidade de Curitiba. Devido à falta de proteção legal da construção, os proprietários escolheram a opção que lhes agradaram, uma vez que a prefeitura da cidade não tinha condições de cobrir o valor exorbitante oferecido pela IURD. Dessa forma, o imóvel foi vendido por cerca de R\$ 32 milhões, preço R\$ 7 milhões acima do valor de mercado (Bertoldi,2010). Embora tenha sido vendida, os órgãos de preservação do município tinham a dimensão da importância desse espaço, porém sem o poder de intervenção legal, como ocorre em casos de tombamento. Isso porque, o IPPUC não promove o tombamento dos bens, apenas aplica “alertas” nas documentações referentes aos imóveis que são cadastrados como “unidades de interesse”, o que não proíbe a alteração dos prédios (Fernandez,2011). O IPPUC recomendou apenas a preservação de dois sobrados, um antigo prédio administrativo da Matte Leão Jr. em *art déco*, que fica na quadra ao lado da antiga fábrica, além de alguns galpões. Mesmo preservados, seguem propriedades da IURD e, por isso, esses espaços seguem sem usos culturais.



Devido à importância da fábrica Matte Leão no Rebouças, em distintos momentos foram desenvolvidas propostas de revitalização do espaço, mas que nunca se concretizaram. Destacamos a realizada pelo escritório do arquiteto e urbanista Jaime Lerner, que foi governador do estado do Paraná durante dois mandatos e prefeito da capital Curitiba em três ocasiões. Reconhecido por mudar os rumos do planejamento urbano brasileiro com os projetos ambiciosos que implementou em Curitiba a partir dos anos 1970, o arquiteto reconhecia o potencial cultural do legado industrial do bairro Rebouças, principalmente da fábrica Matte Leão. Por isso, deu iniciativa no ano de 2003, após o fim do seu mandato, no projeto de revitalização da antiga fábrica. Um dos arquitetos responsáveis pela atualização e expansão do projeto em 2012, Felipe Guerra, destaca que a

“iniciativa arquitetônica valorizava não só a importância da memória do Matte Leão para a história de Curitiba e do Paraná, mas também interagia com a paisagem urbana e industrial do Rebouças, numa espécie de mini-bairro que previa torres residenciais de oito pavimentos e um entorno comercial” (Guerra apud Nunes, 2017, n.p.).



Segundo o arquiteto, houve uma tentativa do escritório pela aprovação do projeto, mas que devido ao aspecto financeiro, a família Leão optou pelo valor proposto pela IURD, demonstrando que a proteção do patrimônio em muitos casos deve ser uma iniciativa do estado, pois o interesse privado muitas vezes é pautado pelo lucro. Como o imóvel não era tombado, não houve qualquer possibilidade de intervenção na destruição da fábrica. Fato este que José Carlos Fernandes (2011) irá destacar que vai na própria contramão dos órgãos responsáveis pela preservação do patrimônio curitibano. Conforme aponta o autor, a demolição da fábrica Matte Leão traz a luz a própria contradição do poder público, uma vez que a partir dos anos 2000, a prefeitura iniciou um projeto com o propósito de ocupar o bairro do Rebouças. Com isso, a sede da Fundação Cultural se mudou para um moinho no bairro com o objetivo de iniciar o projeto SoHo Rebouças, que assim como diversas outras experiências Sohos pelo mundo, propunha ações do espaço, atraindo investimentos, reduzindo a violência e consequentemente ampliando a ocupação do espaço público, atraindo artistas, estudantes, empresas. Obviamente que este movimento gera o processo de gentrificação desses espaços. Atenta a essa problemática, a população de Curitiba se organizou contra a implementação deste projeto e, principalmente, pela mudança do nome do bairro para SoHo Rebouças, assim como ocorreria em diversos outros, criando o movimento “SoHos Não” que buscava se mobilizar pela valorização da identidade e história curitibanas.



No bairro Rebouças o projeto não vigorou, menos ainda a preservação do patrimônio industrial do bairro. Em meio aos impasses que envolvia a demolição da fábrica Matte Leão, a FCC, agora com sede em um edifício industrial, apresentou uma posição contra a demolição da fábrica, destacando o valor arquitetônico do imóvel, que foi corroborado pelo IPPUC, levando o órgão a oficializar no documento do imóvel a importância do edifício, porém de forma tardia(id). Conforme destaca o supervisor de planejamento a época, Ricardo Antonio Bindo, “a



decisão sobre o destino da Matte Leão "mexeu com os nervos" de seu gabinete. Mas que se trata de um impasse antigo, sobre o qual teve de fazer uma escolha de Minerva (Bindo apud Fernandes, 2011, n.p). Se os órgãos municipais não puderam promover o tombamento da fábrica, parece que o IPHAN, por meio da sua representação regional, tão pouco se envolveu no caso, ou viu com interesse o patrimônio industrial no estado como elemento simbólico da identidade local a ser preservado. Como podemos observar no relato do superintendente estadual do IPHAN no ano de 2011 diante da demolição da fábrica:

O superintendente estadual do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o Iphan, José La Pastina, lembra dos atentados em série à memória fabril em Curitiba, do qual o episódio Matte Leão, reconhece, é um dos mais lastimáveis. Ele cita o desaparecimento das fábricas de massas, como a Todeschini; e as de móveis, como a Cimo. E se confessa pouco otimista. "Eu diria que a proteção fabril estagnou." (La Pastina apud Fernandes, 2011, n.p.).

Como observamos, "a proteção fabril estagnou" e ainda permanece estagnada. E mesmo que haja esse descaso, o universo fabril parece figurar no imaginário da população curitibana, que em muitos casos afirmam a importância da preservação desses espaços, seja por sua importância histórica, cultural e/ou identitária. Foi possível perceber essa relação a partir de algumas entrevistas realizadas pessoas em volta da IURD. Na conversa com um grupo de adolescentes que estudam no Instituto Federal do Paraná - Campus Curitiba, imóvel que também pertencia a fábrica Matte Leão, notamos que embora adolescentes, reconhecem que onde hoje se encontra a IURD existia a fábrica de Matte e que ela deveria ter sido preservada para a valorização da história local. Refletem um descaso que existe no próprio prédio do Instituto, que ainda mantém uma série de documentos da antiga fábrica que estão guardados sem qualquer tipo de tratamento ou pesquisa. Como relata a estudante S. de 17 anos: "*tem um projeto que analisa todos os documentos da Matte, participei desse projeto. A gente tem esse projeto, do professor de História, mas ele praticamente é o único que se importa*" (S. 2023).

Um morador de Rebouças, Rodrigo, de 33 anos, descreve todo o processo de descaracterização da fábrica, lamentando que apenas uma fachada ficou de lembrança:

Naquela quadra não ficou nada, agora são áreas administrativas da igreja. O que restou da fábrica foi a fachada aqui, dessa esquina, que fica algo assim, que fica de lembrança, mas nas demais dependências virou estacionamento, como vocês podem ver, lá no fundo uma quadra esportiva, ali no campo auditório e salas administrativas (R., 2023).

Além da descrição do que se tornou a fábrica Matte Leão, é interessante notar na fala do morador a dimensão que o mesmo tem da importância da preservação do patrimônio



industrial e toda a materialidade e imaterialidade que envolve essa tipologia patrimonial. Atento a historicidade dos objetos, as dimensões da importância dos maquinários, equipamentos, registros fotográficos, expressa a importância de se preservar as histórias das fábricas de Curitiba.

Sim, é bacana saber essas informações. E assim, eu acredito que a melhor maneira, como hoje tudo é digital, é realmente ter a parte digital, fotos e tal. E se tem algo assim físico, alguma coisa, talvez alguma peça que era usada, alguma máquina que era usada na fábrica, daí teria que ver com, talvez com os, digamos assim, os proprietários da fábrica hoje em dia, se eles têm alguma informação sobre isso, se eles têm algum lugar guardado, né? Por exemplo, antes de ser construído aqui, antes de ficar abandonado, no caso, foi removido provavelmente, máquinas, equipamento (Rodrigo., 2023).

Outro morador do Rebouças, Plínio, de 54 anos, além da importância da fábrica, entende o próprio bairro como uma herança importante do legado industrial que deveria ser preservado. Envolve a memória do bairro com a dos irmão Rebouças, reconhecendo em sua fala a importância dos irmãos, não só pelos trabalhos como engenheiros, mas também pelas suas articulações no movimento abolicionista.

esse terreno onde vocês estão aqui, ele é... Aqui é a cidade... Aqui é a primeira cidade industrial de Curitiba. Então, se você perceber, tem um trilho de trem que passa aqui e ele vai correr. Foi feito pelos irmãos Rebouças. Não me recordo a data certa, mas mais de 100 anos atrás. Por quê? Porque aqui era um plano zero. Aqui não existia nada... Os Irmãos Rebouças foram dois irmãos negros, abolicionistas, baianos, que construíram a estrada de ferro Curitiba-Paranaguá. Eles fizeram essa região aqui (Plínio, 2023).

A dimensão valorativa do bairro Rebouças e principalmente da fábrica Matte Leão relevam esse aspecto do patrimônio ligado a identidade dos grupos sociais, garantindo a preservação de sua memória e da cultura, conferindo-lhe identidade e alteridade, aqui pensada na memória do trabalho. Aspectos que em muitos casos são preservados a partir de políticas públicas que, como observamos, são ausentes na cidade de Curitiba, quando se trata do legado industrial. Um dos entrevistados, Jacson, de 28 anos, compreende a importância do tombamento, que deveria ocorrer na fábrica da Matte Leão, pois assim não seria derrubada. Nos apresenta que existe um prédio tombado próximo a igreja, “É aqui do outro lado da rua, né? Que o prédio ele foi... Ele é tombado, acho que é patrimônio histórico. Ele não pode destruir, mantiveram.” (Jacson,2023). Justamente por isso, acredita que parte da memória da fábrica, seus objetos, documentos, poderiam ter sido guardados dentro de um espaço museológico. Ou em suas palavras: “dentro de um museu, alguma coisa assim, seria bem interessante.” Isso porque,



para o morador “é legal esse tema histórico, ver de onde, o que foi, o que era antigamente nessa rua, o que era antigamente nessa praça, o que foi...” (id.)

Uma trabalhadora da igreja onde se encontrava a fábrica faz um importante relato que diz muito sobre os descasos envolvendo a preservação dos patrimônios industriais. Ao ser perguntada se a fábrica deveria ter sido preservada, responde de forma sincera o que vemos ocorrer em diversas situações quando se trata de uma ausência de interesse público, de investimento, nos espaços considerados de importância patrimonial. O que consequentemente faz com que a iniciativa privada se aproprie desses bens, resultando no apagamento de memórias.

Eu acho que a fábrica estava bem falida, né? E também pelas histórias que a minha mãe contou, ninguém queria pegar o local devido aos valores. Segundo ela, né, estava bem-acabada, né? Tanto a reputação quanto a fábrica em si. Então, tipo, ninguém queria nada com nada mais, né? Tipo assim, a Matte Leão é conhecida pelo nome, mas o local ninguém queria comprar, ninguém queria valorizar, ia ficar talvez que nem os esqueletos que hoje em dia tem ali, que a prefeitura quer conservar, mas não conserva, não pinta, não arruma, não coloca nada lá dentro. Ficam os esqueletos porque o negócio fica caído, demolido e ninguém faz nada, que nem tem aqui atrás, tem esse galpão gigante ali. Então, assim, acredito que ninguém queira preservar. O nome todo mundo queria, mas preservar o local, ninguém queria preservar. Então, acredito que a igreja pegou essa oportunidade, né? (B., 2023).

Mesmo que no discurso transpareça que a igreja ficou com o imóvel porque ninguém tinha interesse, vimos que se refere ao valor elevado oferecido pela IURD. Porém, o descaso demonstrado pela entrevistada revela esse aspecto de abandono que comumente vemos ocorrer por falta de vontade política. Muitas vezes, prédios abandonados pela burocracia que poderia funcionar como museus, centros culturais, áreas de lazer etc. De fato, a fábrica Matte Leão vem anos sofrendo um processo de abandono, o que culminou na sua venda e destruição, acarretando o apagamento de mais um importante espaço da memória industrial da cidade de Curitiba.

2. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo do patrimônio industrial revela-se como um campo de análise vasto e significativo. A conservação desses locais industriais não apenas resguarda a memória e a história local, mas também homenageia os esforços dos trabalhadores que contribuíram para seu desenvolvimento. Contudo, essa importância ainda não é plenamente reconhecida pelos órgãos de proteção patrimonial no Brasil, carecendo de uma representatividade adequada. É



evidente que, para superar os desafios identificados neste estudo, é fundamental questionar e reformular a concepção tradicional de patrimônio. Essa concepção, frequentemente centrada em critérios estéticos e permeada por uma perspectiva histórica elitista, tende a negligenciar a riqueza e a complexidade das histórias industriais, como é o caso de Curitiba, onde essa abordagem pode resultar no esquecimento da contribuição dos trabalhadores. Ao longo do século XX, o patrimônio industrial emergiu como uma categoria patrimonial relevante, refletindo transformações nas formas de valorização cultural. Ele “encapsula” as memórias do desenvolvimento territorial, as mudanças na paisagem urbana e as vivências dos trabalhadores industriais. Mais do que simplesmente um conjunto de estruturas físicas, esse patrimônio representa um testemunho histórico das atividades humanas, materializando experiências e registrando a trajetória social dos trabalhadores e suas contribuições para a sociedade.

Em relação à cidade de Curitiba, a urgência dessa discussão se amplifica, dada a insuficiente atenção que os órgãos governamentais e de proteção têm dedicado ao patrimônio industrial. Assim, este estudo se propôs a iluminar o patrimônio industrial curitibano, valorizando seu significado cultural e patrimonial e sublinhando que sua preservação é essencial para a manutenção da história da cidade. O estudo de caso da fábrica Matte Leão exemplifica os desafios frequentemente enfrentados na preservação do patrimônio cultural, destacando conflitos entre interesses públicos e privados e a necessidade de uma intervenção mais proativa dos órgãos de proteção. Nesse contexto, torna-se imperativo fomentar o reconhecimento dos valores intrínsecos aos patrimônios industriais e adotar uma perspectiva de patrimônio construído e pertencente às comunidades locais. Como demonstrado em nossa análise, essas comunidades reconhecem a importância histórica do legado industrial. Os sítios industriais não apenas desempenham um papel central no desenvolvimento territorial e comunitário de Curitiba, mas também emergem como poderosos símbolos de identidade e memória para as comunidades circundantes.

REFERÊNCIAS

BERTOLDI, A. Fábrica da Matte Leão será templo da Universal. Folha de Londrina, Londrina, 2 jun. 2010. Disponível em: <https://bit.ly/3S35Z8q>. Acesso em: 28 out. 2025.

BOSCHILIA, R. Entre fitas, bolachas e caixas de fósforos: a mulher no espaço fabril curitibano (1940-1960). Curitiba: [s. n.], 2010. 204 p.



CASTRO, E. A.; RODRIGUES DOS SANTOS, M. G. Trajetória da preservação do patrimônio cultural em Curitiba: um relato de inovações, avanços e simplificações. *Arquitextos*, São Paulo, n. 254.07, ano 22, ago. 2021. (Políticas de preservação em Curitiba: fundamentos e práticas, parte 2).

DA REDAÇÃO. “Soho” não é palavrão. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 24 mar. 2014. Disponível em: <https://bit.ly/3H8yg7g> . Acesso em: 28 out. 2025.

FERNANDES, J. Sem defesa, fábrica da Matte Leão começa a ser demolida. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 6 abr. 2011. Disponível em: <https://bit.ly/48FTaqd>. Acesso em: 28 out. 2025.

FLORENZANO, I. S. Rebouças: um olhar sobre o patrimônio industrial do Rebouças. Curitiba: [s. n.], 2022. 240 p.

INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA (IPPUC). Memória da Curitiba urbana 7: planejamento urbano, concepção e prática. Curitiba: IPPUC, 1991. 320 p. (Depoimento Ed. FTD, 7).

KERSTEN, M. S. A. Os rituais do tombamento e a escrita da história: bens tombados no Paraná entre 1938-1990. Curitiba: Editora da UFPR, 2000.

KÜHL, B. M. Algumas questões relativas ao patrimônio industrial e à sua preservação. IPHAN, São Paulo, 2004. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/algumas_questoes_relativas_ao_patrimonio.pdf. Acesso em: 4 jan. 2024.

LOEFFLER, W. Aspectos da indústria paranaense: 1930-1970. 2009. 189 f. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

NADALIN, S. O. Paraná: ocupação do território, população e migrações. Curitiba: SEED, 2001. 107 p.

NEVES, S. C. Patrimônio industrial como recurso turístico na cidade do Porto: a Fábrica Social/Fundação José Rodrigues. 2016. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Porto, 2016.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução de Yara Aun Khoury. *Revista Projeto História*, São Paulo, n. 10, p. 7-28, 1993.

NUNES, A. Projeto alternativo de Jaime Lerner poderia ter salvo o imóvel da Matte Leão. *Haus / Gazeta do Povo*, Curitiba, 14 dez. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/48JDRwP>. Acesso em: 28 out. 2025.

OLIVEIRA, D. Urbanização e industrialização no Paraná. 2. ed. eletrônica. Curitiba: Sociedade de Amigos do Museu Paranaense, 2001. (Coleção História do Paraná: textos introdutórios).



OLIVEIRA, E. R. Arquitetura industrial, patrimônio industrial e sua difusão cultural. In: FUNARI, P. P. A.; CAMPOS, J. B.; RODRIGUES, M. H. S. G. (org.). *Arqueologia pública e patrimônio: questões atuais*. Criciúma: UNESC, 2015. v. 1, p. 197-226.

OLIVEIRA, E. R. A cultura industrial como herança: questões sobre o reconhecimento de um patrimônio da industrialização “tardia” no Brasil. *Oculum Ensaios*, Campinas, v. 14, n. 2, p. 311–330, 2017.

RAIHER, A. P. Desenvolvimento industrial do Paraná e o programa Paraná Competitivo. *Revista Paranaense de Desenvolvimento (RPD)*, Curitiba, v. 42, n. 140, 2022.



ATELIÊ BIOGRÁFICO – A POÉTICA DE NARRAR: UMA EXPERIÊNCIA COM ARTISTAS E ARTE EDUCADORES NO MUSEU DE ARTE DE JOINVILLE¹

Bruna de Souza Medina | Univille | bruna_s_medina@hotmail.com ²

Eloyse Davet | Univille | eloysecdavet@gmail.com³

1. INTRODUÇÃO

Esse trabalho é um relato da experiência do projeto "Ateliê Biográfico: a poética de narrar", financiado pela Lei de Incentivo à Cultura Paulo Gustavo, realizado no Museu de Arte de Joinville (MAJ). Foram realizadas sete oficinas com artistas e arte-educadores, nas quais elaboraram narrativas (auto)biográficas em diferentes linguagens do campo da arte. O objetivo foi proporcionar-lhes uma maior consciência de si e do impacto de suas vidas em suas produções, bem como suas potencialidades a partir de um projeto de si. Ao término dos encontros, foi realizada uma exposição no porão do MAJ das obras biográficas produzidas. O projeto foi inspirado na metodologia de Delory-Momberger (2014) e Josso (2010), que tem suas bases na narrativa-formação. Nesse modelo, a reflexividade da história de vida constitui um caminho para pensar a própria formação, o contexto coletivo e as demandas sociais. Dessa forma, o espaço do museu foi utilizado não apenas como um espaço expositivo, mas também como um local de criação e reflexão da vida e da obra dos artistas e arte-educadores.

30

O presente artigo tem como objetivo relatar a experiência do projeto *Ateliê Biográfico: a poética de narrar*, financiado pela Lei de Incentivo à Cultura Paulo Gustavo, realizado no Museu de Arte de Joinville (MAJ) com a participação de artistas e arte-educadores. Ao longo de sete oficinas, os participantes elaboraram narrativas (auto)biográficas por meio de diferentes linguagens artísticas, buscando refletir sobre suas trajetórias pessoais e profissionais. O projeto visou proporcionar aos participantes uma maior consciência de si mesmos, do impacto de suas experiências de vida em suas produções artísticas e das potencialidades que emergem a partir

¹ Pesquisa desenvolvida com financiamento público municipal da Lei de Incentivo à Cultura Paulo Gustavo, edital nº 002/2023.

² Graduada em Licenciatura em História pela Universidade da Região de Joinville. Mestre em Patrimônio Cultural e Sociedade e doutorando em Patrimônio Cultural e Sociedade na Universidade da Região de Joinville.

³ Graduada em Licenciatura em História pela Universidade da Região de Joinville. Mestre em Patrimônio Cultural e Sociedade e doutorando em Patrimônio Cultural e Sociedade na Universidade da Região de Joinville.



da construção de um projeto de si. Ao final dos encontros, foi realizada uma exposição no porão do MAJ, na qual foram apresentadas as obras biográficas produzidas.

A metodologia do projeto foi inspirada nas propostas de Delory-Momberger (2014) e Josso (2010), fundamentada na narrativa-formação. Nesse modelo, a reflexividade sobre a história de vida constitui um caminho para pensar a própria formação, o contexto coletivo e as demandas sociais. A dinâmica coletiva de construção e escuta das narrativas de si promove a articulação entre o individual e o social, possibilitando uma escuta empática das histórias alheias, ao mesmo tempo em que incentiva a reflexão sobre a própria trajetória.

As oficinas foram realizadas, majoritariamente, no jardim do MAJ, sendo transferidas para a sala administrativa em dias de chuva. Dessa forma, o espaço museológico foi ressignificado, funcionando não apenas como local expositivo, mas também como ambiente de criação, diálogo e reflexão sobre a vida e a obra dos artistas e arte-educadores. Essa experiência evidenciou como o museu pode se constituir como um território formativo, no qual práticas artísticas e processos de autoformação se articulam de maneira integrada.

O artigo está organizado da seguinte forma: inicialmente, apresentamos as bases teóricas que fundamentam a pesquisa-formação; em seguida, descrevemos a metodologia do ateliê biográfico; e, por fim, relatamos a experiência realizada no MAJ, acompanhada de considerações finais sobre os impactos e aprendizados do projeto.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A pesquisa-formação compreende a narrativa de vida como um vetor reflexivo e formativo, por meio do qual o sujeito pensa, interpreta e ressignifica sua trajetória. Trata-se de um processo de formação de si, no qual o autor da narrativa “vai poder tornar-se o ator de sua história, isto é, reapropriar-se do sentido de sua vida” (Delory-Momberger, 2014, p. 318). Nesse contexto, a história de vida não é apenas uma recordação, mas uma mediação que possibilita o conhecimento de si em sua existência, oferecendo oportunidades de tomada de consciência sobre registros de expressão, representações de si e sobre as dinâmicas que orientam a formação (Josso, 2010, p. 27).

O movimento reflexivo proporcionado pelas narrativas permite ao sujeito elaborar um projeto de futuro, articulando passado, presente e perspectivas de ação, de modo a transformar a reflexão sobre si em ato formativo capaz de produzir mudanças na própria vida. Essa



articulação temporal possibilita que experiências pessoais, sociais e profissionais sejam compreendidas em conjunto, promovendo não apenas o autoconhecimento, mas também a construção de sentido para o fazer artístico e educativo.

No ateliê biográfico, a reflexividade ganha centralidade. É na escuta, no diálogo e na observação das narrativas do outro que o sujeito reconhece e constrói sua própria experiência, identificando relações entre sua trajetória individual e os contextos coletivos nos quais está inserido. Assim, a autoformação se constrói na relação singular-plural: identidades emergem de um contínuo entre experiências individuais e coletivas, entre o que é particular e o que se compartilha (Josso, 2010; Bondía, 2002).

A dimensão estética da narrativa é igualmente significativa. A arte funciona como uma mediação que permite ao sujeito falar de si e de sua visão de mundo, transformando experiências sensíveis em significados articulados e compreensíveis, potencializando a construção identitária (Josso, 2010; Ostetto; Kolb-Bernardes, 2015). Diferentes linguagens e formas de expressão, pintura, desenho, escrita, performance, multiplicam os modos de se perceber e de se narrar, abrindo novos canais para o autoconhecimento e para o registro de trajetórias de vida.

Inspirado na proposta de “ateliê biográfico de projeto”, o trabalho busca ampliar possibilidades nos modos de falar de si, articulando memória, subjetividade e ação. Ao utilizar diferentes linguagens artísticas, o sujeito consegue reconfigurar sua história e projetar futuros possíveis, estabelecendo relações entre experiência, criação e planejamento existencial (Kolb-Bernardes; Velloso, 2018). A prática artística, nesse contexto, não apenas expressa experiências, mas atua como instrumento pedagógico de transformação, integrando corpo, memória e saber-fazer em uma formação holística (Bernardes; Velloso, 2015).

A narrativa de vida e a experiência artística também promovem o desenvolvimento de capacidades reflexivas em relação ao coletivo. O diálogo entre narrativas individuais e coletivas possibilita o reconhecimento das diferenças, a escuta empática e a construção de sentido compartilhado, fortalecendo vínculos sociais e o aprendizado colaborativo. Nesse processo, o sujeito não apenas compreende a si mesmo, mas também participa da produção de conhecimento em rede, em que experiências, memórias e aprendizagens se entrelaçam (Kolb-Bernardes; Velloso, 2015; Bondía, 2002).

O trabalho no ateliê biográfico evidencia, portanto, a dimensão formativa da narrativa e da experiência estética, mostrando como arte, memória e subjetividade se articulam em



processos de autoformação e de aprendizado coletivo. A integração entre reflexão, expressão artística e interação social cria um espaço formativo e pedagógico no qual narrar, escutar e criar se tornam atos de transformação pessoal e coletiva. A consciência ampliada sobre si mesmo e sua trajetória potencializa práticas profissionais e artísticas, possibilitando que os sujeitos se reconheçam como agentes de sua própria história, capazes de intervir e produzir mudanças significativas no mundo em que vivem (Ostetto; Kolb-Bernardes, 2015; Kolb-Bernardes; Velloso, 2015).

A narrativa de vida desempenha um papel central na formação do sujeito, pois possibilita a construção de sentido sobre sua própria existência. Ao narrar suas experiências, o indivíduo organiza lembranças, escolhas e eventos em uma sequência compreensível, permitindo refletir sobre decisões passadas e projetar ações futuras. Nesse processo, a narrativa não apenas registra acontecimentos, mas atua como mediadora do autoconhecimento, ajudando o sujeito a identificar padrões, conflitos e potências presentes em sua trajetória (Josso, 2010; Delory-Momberger, 2014). A prática de narrar torna-se, portanto, uma ferramenta formativa capaz de transformar experiências individuais em aprendizado estruturado e significativo.

Além disso, a narrativa promove a integração entre o individual e o coletivo, pois ao compartilhar suas histórias com outros, o sujeito participa de um processo dialógico que amplia sua compreensão sobre si mesmo e sobre o contexto social em que está inserido. A escuta das narrativas de outros indivíduos oferece novas perspectivas, favorecendo a empatia, a reflexão crítica e o reconhecimento das múltiplas dimensões da experiência humana (Kolb-Bernardes; Velloso, 2015; Bondía, 2002). Nesse sentido, narrar é também um ato de formação social: ao construir pontes entre a memória pessoal e a experiência coletiva, o sujeito desenvolve habilidades de comunicação, colaboração e autoexpressão, elementos fundamentais tanto para práticas artísticas quanto para o exercício da cidadania e da ética social.

3. METODOLOGIA

A proposta do Ateliê Biográfico, inspirado em Josso (2010), Abrahão (2016) e Delory-Momberger (2014), é propiciar ao sujeito uma autoformação por meio de um processo coletivo, estruturado em seis etapas de narrativa e escuta, a fim de promover a reflexividade dos participantes e, a partir disso, possibilitar a construção de um projeto de futuro. O ateliê aborda a história de vida na dinâmica de passado, presente e futuro, de modo que o sujeito reflita sobre



seu percurso e faça emergir seu projeto de vida. Com isso, a história do sujeito torna-se vetor de mobilização para a execução de um projeto concreto.

A proposta metodológica da oficina consiste na realização empírica do ateliê biográfico, em seis etapas que estão organizados em sete encontros. O ponto de partida para a reflexão se dá a partir de perguntas condutoras: O que aconteceu na minha vida que fez com que eu me tornasse artista/arte-educador? Como a minha história de vida impacta no meu trabalho como artista/arte-educador?

As etapas foram organizadas da seguinte forma:

- **Primeira etapa:** A metodologia é apresentada aos participantes, e o contrato biográfico é firmado, o contrato será realizado de forma escrita sem necessidade de assinatura, e cada participante receberá uma cópia. Após o acordo do contrato será realizado o primeiro esboço da narrativa a partir da pergunta condutora. A narrativa poderá ser realizada na linguagem que o participante desejar. E ao final do encontro fica aberto para os participantes que quiserem narrar oralmente sua história.
- **Segunda etapa:** Os participantes serão divididos em grupos de até 4 pessoas (Isso dependerá do número total de participantes). Nesse grupo socializarão sua narrativa, neste momento os demais do grupo podem realizar perguntas. Após essa etapa as participantes terão como tarefa reescrever sua narrativa no formatado de sua escolha.
- **Terceira etapa:** Será realizada a narrativa oral para o grande grupo, nesta etapa quem estiver narrando deverá escolher um escriba para escrever sua narrativa em primeira pessoa, e ir escrevendo em primeira pessoa tudo que a pessoa estiver narrando, dessa forma além do exercício de escuta, teremos o olhar do outro sobre nossa história.
- **Quarta etapa:** Os participantes iram elaborar seus projetos de futuro a partir da construção de uma obra de arte, na linguagem que escolherem.
- **Quinta etapa:** Será realizado a socialização e apresentação de seus projetos de futuros e de suas obras.
- **Sexta etapa:** Nesse encontro será realizado o balanço do ateliê, cada participante poderá falar sobre suas impressões sobre a metodologia, sobre sua experiência nesse processo. E realizar um diálogo e reflexão da experiência ateliê a fim de pensar como ela pode contribuir profissionalmente.



Após as etapas da oficina, foi realizada uma exposição com as obras produzidas durante o ateliê biográfico no Museu de Arte de Joinville (MAJ).

4. A EXPERIÊNCIA DO ATELIÊ

A primeira etapa da oficina ocorreu no dia 1º de junho de 2024, às 10 horas da manhã, no jardim do MAJ. Nesse encontro, firmamos verbalmente o contrato biográfico, no qual acordamos respeitar todas as histórias ali compartilhadas, sem julgamentos. Em seguida, realizamos o primeiro esboço da narrativa a partir das perguntas norteadoras: “O que aconteceu na minha vida que fez com que eu me tornasse artista/arte-educador?” e “Como a minha história de vida impacta o meu trabalho como artista/arte-educador?”. O esboço foi construído em forma de obra de arte, utilizando os materiais adquiridos para o ateliê e aqueles trazidos pelas participantes (figura 1).

Figura 1 – Encontro ateliê biográfico jardim do MAJ



Fonte: Das autoras (2024)

O segundo encontro da oficina foi realizado no dia 8 de junho de 2024. Dividimos o grupo em dois subgrupos de quatro pessoas. Cada participante compartilhou o esboço que havia elaborado previamente. Durante esse momento, os colegas do pequeno grupo assumiram



a função de escuta ativa e puderam realizar perguntas, desde que não fossem de caráter julgativo, com o intuito de auxiliar o narrador na reflexão sobre sua trajetória.

No encontro do dia 15 de junho, os cinco participantes presentes refizeram suas histórias utilizando os materiais disponíveis no ateliê e os que trouxeram consigo, expressando-se por meio de suas linguagens artísticas.

No dia 22 de junho de 2024, na sala da administração do MAJ, em razão do tempo chuvoso, realizamos a socialização das narrativas reelaboradas. Nesse momento, cada participante escolheu outro colega para atuar como escriba, função que consistia em registrar, em primeira pessoa, tudo o que o narrador expressava. Dessa forma, além de exercitarmos a escuta ativa, cada participante teve a oportunidade de receber o olhar do outro sobre sua própria narrativa.

A etapa seguinte da oficina ocorreu no dia 29 de junho de 2024, realizamos a construção dos projetos de futuro. Cada pessoa escolheu a linguagem artística de sua preferência, utilizando tanto seus próprios materiais quanto os disponibilizados no ateliê.

O quinto encontro da oficina estava inicialmente previsto para a socialização dos projetos, mas como muitos participantes não haviam concluído suas produções, optamos por dedicar essa etapa à continuidade dos trabalhos. Assim, no dia 6 de julho de 2024, no jardim do MAJ, os cinco participantes presentes deram sequência à produção de suas obras.

Na última etapa da oficina, realizada no dia 13 de julho de 2024, às 9 horas, reunimo-nos na sala administrativa do MAJ. Os cinco participantes estiveram presentes, e foi realizada a socialização dos projetos de futuro, bem como o balanço do Ateliê Biográfico.

O encontro seguinte, ocorrido no dia 20 de julho de 2024, às 10 horas, na sala administrativa do MAJ, contou com a presença de todos os cinco participantes. Nesse dia, organizamos o texto de apresentação e divulgação da exposição das obras produzidas no ateliê (figura 2), além de verificar com os funcionários do museu os materiais disponíveis para a montagem da exposição e o que ainda precisávamos providenciar.



Figura 2 – Apresentação da Exposição Ateliê Biográfico: a poética de narrar



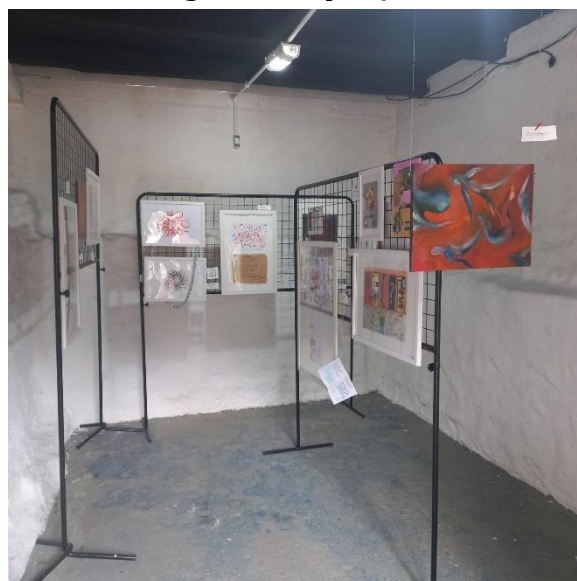
Fonte: Das autoras (2024)

No sábado seguinte, dia 27 de julho de 2024, reunimo-nos novamente no MAJ para iniciar a montagem da exposição, inicialmente prevista para ser aberta no dia 30 de julho. Contudo, não conseguimos concluir a montagem a tempo e, visando ampliar o período de divulgação, optamos por adiar a abertura para o dia 3 de agosto de 2024, um sábado pela manhã. A montagem foi finalizada na tarde de quarta-feira, dia 31 de julho.

Assim, no dia 3 de agosto de 2024, às 10 horas, foi inaugurada a exposição *Ateliê Biográfico – A Poética de Narrar* (figura 3), no porão do Museu de Arte de Joinville. Participaram da mostra os cinco integrantes da oficina e as duasicineiras, totalizando 17 obras expostas.

37

Figura 3 – Exposição



Fonte: Das autoras (2024)



5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ateliê biográfico, ao articular narrativa, escuta e arte, mostrou-se um dispositivo potente de autoformação e de reflexão sobre as histórias de vida dos cinco participantes. O processo possibilitou que cada sujeito revisitasse sua trajetória, reconhecendo os entrelaçamentos entre vida pessoal e prática artística, projetando novos sentidos e perspectivas para o futuro. Nesse contexto, a narrativa de si revelou-se não apenas um registro de experiências, mas um instrumento de compreensão, ressignificação e planejamento existencial.

A realização das oficinas no Museu de Arte de Joinville (MAJ) conferiu ao processo uma dimensão simbólica e singular. O espaço museológico foi ressignificado, deixando de ser apenas um local de exposição para tornar-se um território de criação, partilha e reflexão sobre experiências e obras produzidas. O museu transformou-se em um espaço vivo e coletivo, promovendo a circulação de saberes, afetos e vivências, fortalecendo a compreensão de que os espaços culturais podem funcionar como territórios formativos nos quais o fazer artístico se entrelaça à formação pessoal e profissional.

O projeto “Ateliê Biográfico: a poética de narrar” evidenciou que a narrativa de si, quando mediada por processos criativos através da arte, potencializa a consciência de si e favorece a autoformação. A experiência também destaca a importância de espaços culturais, como o MAJ, assumirem o papel de mediadores de processos formativos, abrindo-se à comunidade como locais de encontro entre arte, história de vida e educação. Assim, a articulação entre narrativa, criação artística e reflexão coletiva mostra-se fundamental para fortalecer a compreensão de si, do outro e do papel social da arte, reafirmando a relevância de projetos que promovam experiências integradas de formação estética, existencial e social.

A narrativa de vida, ao ser expressa e compartilhada no contexto do ateliê, permite aos participantes perceberem relações entre experiências passadas e possibilidades futuras, ampliando a capacidade de reflexão crítica e de tomada de decisão. Ao elaborar e ouvir histórias de si e dos outros, os sujeitos desenvolvem habilidades de escuta, empatia e comunicação, consolidando um espaço de aprendizagem dialógica e colaborativa. Esse processo evidencia como a prática da narrativa, associada à expressão artística, pode ser um potente mecanismo de transformação pessoal e coletiva.



Por fim, o ateliê demonstrou que a integração de espaços culturais, processos narrativos e experiências artísticas constitui uma metodologia significativa para a formação de sujeitos mais conscientes de si e do mundo. A vivência no museu, combinada à prática de narrar, cria condições para que os participantes reconheçam suas potencialidades, desenvolvam competências afetivas e cognitivas e se tornem protagonistas de sua própria história. Assim, experiências como o “Ateliê Biográfico: a poética de narrar” reafirmam a importância de promover encontros entre arte, educação e narrativas de vida como caminhos estratégicos para a construção de conhecimento, identidade e cidadania.

REFERÊNCIAS

ABRAHÃO, M. H. M. B. Intencionalidade, reflexividade, experiência e identidade em pesquisa (auto)biográfica: dimensões epistemo-empíricas em narrativas de formação. In: BRAGANÇA, Inês Ferreira de Souza; ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto; FERREIRA, Márcia Santos. (Org.). **Perspectivas epistêmico-metodológicas da pesquisa (auto)biográfica**. Curitiba: CRV, 2016.

BONDÍA, J. L. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista Brasileira de Educação**, [S.L.], v. 0, n. 19, p. 20-28, abr. 2002. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1413-24782002000100003>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/Ycc5QDzZKcYVspCNspZVDxC/?lang=pt>. Acesso em: 23 out. 2025.

DELORY-MOMBERGER, C. **As histórias de vida**. Da invenção de si ao projeto de formação. Natal: UFRN; Porto Alegre: PUCRS; Salvador: UNEB, 2014

JOSSO, M. C. **Experiências de vida e formação**. Natal: UFRN; São Paulo: Paulus, 2010.

KOLB-BERNARDES, R.; VELLOSO, L. M. Narrativas autobiográficas entre a arte, o corpo e o afeto. **Revista @mbienteeducação**, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 234–247, 2018. DOI: 10.26843/v8.n2.2015.529.p234 - 247. Disponível em: <https://publicacoes.unicid.edu.br/ambienteeducacao/article/view/529>. Acesso em: 23 out. 2025.

OSTETTO, L. E.; KOLB-BERNARDES, R. Modos de falar de si: a dimensão estética nas narrativas autobiográficas. **Pro-Proposições**, [S.L.], v. 26, n. 1, p. 161-178, abr. 2015. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0103-7307201507611>.



ECOANDO VOZES E MEMÓRIAS ANCESTRAIS: O PATRIMÔNIO AMBIENTAL NA LITERATURA INDÍGENA¹

Alcione Pauli | Univille | alcionepauli@gmail.com²
Roberta Barros Meira | Univille | rbmeira@gmail.com³
Mariluci Neis Carelli | Univille | mariluci.carelli@gmail.com⁴

1. INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, diversas etnias indígenas brasileiras vêm conquistando destaque valendo-se da literatura, ecoando vozes e histórias antes silenciadas por representações homogêneas nos campos escolar e acadêmico. Como ressalta Ailton Krenak (2022), os povos indígenas, apesar de sua diversidade, ainda são retratados sob visões estereotipadas, o que evidencia a necessidade de revisitar seus saberes e narrativas de forma mais sensível e plural. A promulgação da Lei 11.645/2008, que tornou obrigatória a inclusão da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena nos currículos escolares, impulsionou uma nova geração de escritores indígenas, especialmente voltados à produção de obras para os públicos infantil e juvenil. Este trabalho investiga os temas e as práticas de educação ambiental e patrimonial presentes na literatura indígena adotadas nos acervos públicos de Joinville entre os anos de 2008 e 2025. É nesse entrelaçamento entre memória ancestral, educação inclusiva e patrimônio ambiental que esta pesquisa pretende se desenvolver.

A literatura indígena brasileira emerge contemporaneamente como um campo de resistência e afirmação da diversidade de 305 povos originários, superando a visão uniformizante e redutora historicamente imposta desde a Carta de Caminha. Este movimento, impulsionado por autores como Eliane Potiguara, Daniel Munduruku, Ailton Krenak, e articulado por iniciativas como o Núcleo de Escritores e Ilustradores Indígenas (Nearin), ganhou força com a promulgação da Lei nº 11.645/2008, que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena.

A escrita indígena, profundamente enraizada na cosmovisão de seus povos, manifesta uma perspectiva de interdependência e respeito profundo pela natureza, dialogando diretamente com os debates sobre patrimônio ambiental e sustentabilidade. No entanto, apesar

¹ Pesquisa vinculada ao projeto de apoio financeiro FAPESC - Fundo de Amparo à Pesquisa de Santa Catarina.

² Doutoranda, no curso Patrimônio Cultural e Sociedade da Univille.

³ Professora Dra. do curso Patrimônio Cultural e Sociedade da Univille.

⁴ Professora Dra. do curso Patrimônio Cultural e Sociedade da Univille.



da crescente valorização e do reconhecimento em prêmios literários nacionais e internacionais, e marcos como a eleição de Ailton Krenak para a ABL, a efetividade da circulação dessas obras nos espaços formais e informais de ensino ainda é incerta.

Neste momento, o planejamento dos estudos organiza-se em etapas que combinam revisão teórica, pesquisa de campo e intervenção. A participação da pesquisadora no grupo de pesquisa “Cana & Cults” (Cultura e Sustentabilidade), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade (PPGPCS) da Universidade da Região de Joinville (Univille), sob a coordenação das professoras doutoras Mariluci Neis Carelli e Roberta Barros Meira.

2. OS NOVOS CAMINHOS DA LITERATURA INDÍGENA

O arcabouço teórico se constrói em torno dos conceitos de memória, literatura Indígena, linguagem e epistemologia ambiental.

A linguagem (ASSMANN, 2011) assume um papel central na criação e na transmissão da memória. Se não há, por meio da linguagem, a possibilidade de verbalizar experiências, a criação de memória se torna dificultada. No entanto, a memória também carrega riscos, como a possibilidade de manipulação e o caráter ilusório das lembranças, que podem ser forjadas ou alteradas.

No fragmento do livro **Eu sou Macuxi e outras histórias**, da autora Julie Dorrico (2019:82;83):

Fazendo ponte entre um porto e outro atraquei, como um barco velho, no antigo porto de minha vida. Nesse retorno passei pelas antigas ruas que em minha juventude eu tinha percorrido.

Decidi visitar meus parentes karitiana, um dos povos que se alojam na cidade para resolver assuntos médicos ou burocráticos, ou só para dar uma volta em Porto Velho. Chegando lá, com muito entusiasmo, cumprimentei os vendedores de artesanato para estabelecer alguma simpatia.

Escolhi um cocar e um arco e flecha tecido pelas mãos daqueles sobreviventes.

Eles só aceitavam dinheiro, e eu, muito desligada da condição pobre dos estabelecimentos da Funai, só tinha comigo o cartão de crédito.

Foi então que me lembrei da existência de um Banco do Brasil ali pertinho naquela região. A mulher kari-tiana como lendo meus pensamentos prontamente me avisou:

- Tem um banco aqui perto, dá pra ir caminhando!

Eu agradei e fui em direção ao carro para chegar nas duas quadras indicadas pela parente. A essa altura já não sabia mais andar duas quadras que, na minha cabeça, pareciam a extensão não de um bairro, mas de uma cidade.



Na saída do estacionamento encontrei um grupo de jovens karitiana conversando entre si, pedi licença e novamente perguntei onde era o local que eu procurava. O rapaz olhou pra mim e respondeu:
-Sabe aquela castanheira ali? Você vai até ela, vai reto e depois você dobra à esquerda. Ao dobrar a rua, você vai logo ver o banco. Eu olhei pra frente, pressionei os olhos, vi as paredes de concreto cinzas, vi a rua deserta, senti o sol refletindo sobre a rua e as paredes, mas não enxerguei a castanheira. Logo o rapaz se deu conta de que eu não conhecia uma castanheira. Com um olhar incrédulo, sinalizou com o braço alguns metros à minha frente e disse:
-Moça, é aquela árvore ali, a única que tem na quadra. Era uma árvore grande. Bem grande. Naquele momento eu reconheci a castanheira. Envergonhada, agradei e fui em direção ao meu destino. Por que não vejo mais árvores? Quando foi que deixei de perceber as gentes-floresta? Quando? E você?

Texto provocativo em inquietações, da Julie Dorrico, o que nossa memória vê? Onde nosso olhar está aprisionado que não enxerga uma castanheira?

Quando discutiu-se a linguagem, percorre-se o pensamento da autora SANTAELLA (2007), a linguagem caracteriza a própria humanidade do ser. A necessidade de se comunicar e estabelecer vínculos e relacionamentos por meio das diferentes formas da linguagem é inerente à vida humana. As palavras, enquanto mediações de arquétipos profundos, possuem o poder de libertar ou aprisionar.

A palavra memória é muito presente nas narrativas indígenas: “A memória é um vínculo com o passado, sem abrir mão do que se vive no presente.”(MUNDURUKU, 2017;116).

A vida monetizada (VENERA,2021) e a concorrência como modo de vida representam desafios para a construção de uma memória comum. As narrativas podem ser parte da resistência, um esforço de reapropriação coletiva da potência vital que conecta a todos em um "comum". Cita-se aqui um fragmento do texto do autor indígena Daniel Munduruku (2022;5), do livro **Sawé: o grito ancestral** “Karusakaibo subiu na montanha mais alta da sua querida região do Tapajós. Tinha saudades do lugar onde havia criado as coisas mais belas que poderia ter feito.” Um lugar que constrói e conecta memórias, entre tantas outras belezas que vê-se, ou sente-se e que fica difícil escrever tudo.

Roland Barthes reflete sobre o "fascismo da linguagem", indicando seu poder de controle e dominação. Essa perspectiva crítica é fundamental para desvelar as estruturas de poder que se manifestam através da linguagem. Graça Graúna (2014;29), no seu livro de poemas **Flor da mata**, escreve o seguinte poema:



“Utopia é cantar
uma trajetória possível:
Pindorama”

Lúcia Santaella, em **Linguagens Líquidas na Era da Mobilidade**, discute a transformação da linguagem na contemporaneidade, marcada pela fluidez e pela constante mudança. Essa "liquidez" afeta a forma como nos comunicamos e como as identidades são construídas. Neste sentido, as autorias das escritas indígenas são permeadas por referências, de seus antecessores como por exemplo no texto **Kaján e os meninos sabidos**, de Ailton Krenak (2024;6), no qual ele inicia a narrativa: “Contam os antigos que quando o Marét-Khamanknian terminou a criação do mundo, viveu um tempo entre as criaturas, cantando e dançando com seus filhos.” Percebe-se que a propriedade da narrativa é outra, não é só do Ailton Krenak que registra, ele informa que os antigos contam, e ainda na epígrafe da obra há a informação: “Está é uma história do tempo em que Deus visitava a aldeia dos humanos. Foi a Avó Laurita quem ouviu da Avó Bastiana.” Como ele afirma em outra obra: "Os Krenak acham que nós somos parte da natureza, as árvores são as nossas irmãs, as montanhas pensam e sentem. Isso faz parte da sabedoria, da memória e da criação do mundo." (KRENAK, 2015:42)

Xadalu Tupã Jekupé é um artista indígena que usa elementos da serigrafia, pintura, fotografia e objetos para abordar em forma de arte urbana o tensionamento entre a cultura indígena e ocidental nas cidades. O diálogo e a integração com a comunidade Guarani Mbyá permitiram ao artista o resgate e reconhecimento da própria ancestralidade. Nascido em Alegrete, Xadalu tem origem ligada aos indígenas que historicamente habitavam as margens do Rio Ibirapuitã. Sua criação interfere nas áreas urbanas e questiona os momentos e construções. O livro **Cadê cadê/ Mamo tu matu tu** (texto bilingue português e guarani) apresenta uma narrativa instigante e questiona onde está a semente, o colar, a cunhatã (mulher indígena)...até chegar na cidade. A arte de Xadalu acorda a percepção da memória, o artista apresenta os silenciados, os esquecidos. Como Xadalu expressa com cores, linhas e texturas a palavra da autora TAITELBAUM (2023;1) que escreve já no título do livro: “Cadê cadê”.

Pensar a cidade e seus lugares a partir de uma relação complexa com os povos indígenas é, talvez, uma forma de “adiar o fim do mundo” (KRENAK, 2019). Essa abordagem nos convida a rever os modos de ocupação e pertencimento, reconhecendo que os saberes originários oferecem alternativas éticas e sustentáveis para habitar o território. Como destaca Carelli et al. (2024, p. 77), “os povos indígenas têm uma conexão intrínseca com a natureza, e seus saberes



tradicionais estão enraizados em uma compreensão holística da paisagem e da vida.” Incorporar essa visão aos debates urbanos e nos ambientes educacionais significa reconhecer que há outras formas de construir e viver os espaços, pautadas pela escuta da terra, pela memória ancestral e pela coexistência respeitosa entre culturas.

Edgar Morin, no livro **A cabeça bem-feita: repensar, reformar o pensamento**, discute que a ecologia é apresentada como uma ciência que estuda ecossistemas, recorrendo a múltiplas disciplinas físicas, biológicas e humanas. As ciências da Terra percebem o planeta como um sistema complexo e se articulam com geologia, meteorologia, vulcanologia e sismologia. A Cosmologia, que estuda o universo em evolução, associa astrofísica e microfísica. Nesse contexto Morin enfatiza a importância de:

(...) procurar sempre as relações e inter-retro-ações entre cada fenômeno e seu contexto, as relações de reciprocidade todo/partes: como uma modificação local repercute sobre o todo e como uma modificação do todo repercute sobre as partes (MORIN, 2002; 25).

No Brasil, há comunidades ribeirinhas amazônicas que, com sua cultura polivalente de pesca, agricultura e extrativismo, propõem as Reservas de Lago para proteger os recursos pesqueiros e garantir sua subsistência, baseando-se em acordos comunitários e conhecimentos tradicionais. Essa experiência demonstra a importância da organização comunitária e do diálogo de saberes (acadêmicos e tradicionais) para a construção de uma racionalidade produtiva sustentável. (LEFF, 2009).

A **epistemologia ambiental** (LEFF, 2014), busca a sustentabilidade da vida, não através da internalização do ambiente na centralidade do conhecimento, mas pela transformação das formas de ser no mundo. A coerência dessa "aventura epistemológica" não está em sua unidade temática, mas na postura irreduzível do saber ambiental contra o fechamento totalitário da razão, abrindo-se para novos horizontes de conhecimento e para a construção de um futuro sustentável através da criatividade no encontro com o Outro. É nesse entrelaçamento entre memória ancestral, literatura indígena, educação Inclusiva patrimônio ambiental que esta pesquisa pretende se desenvolver — como o caminho da onça, firme e profundo; e o voo do beija-flor, leve e poético.

Ailton Krenak reflete a fragmentação ocidental, no texto **Pensando com a cabeça na Terra:**



E como traduzir para um pensamento plural, para uma sociedade complexa como a que nós acabamos por nos constituir, onde não há mais uma cosmovisão compartilhada? Onde, se eu disser para você que nós vamos dançar para suspender o céu, você pode até admitir que eu faça isso, mas exige que eu faça isso lá no meu terreiro? Porque o seu céu, esse céu que está na sua paisagem, vocês ainda não admitem que ele possa ter alguma comunhão com a terra, com vocês e com todos os outros seres que compartilham com você dessas paisagens." (KRENAK, 2017; 4).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo encontra-se em fase inicial e é uma tentativa de amplificar o debate e a circulação da produção literária indígena, fortalecendo sua presença nos espaços de formação e memória de Santa Catarina. A pesquisa se desenvolverá no entrelaçamento entre memória ancestral, literatura indígena, educação inclusiva e patrimônio ambiental, como o caminho da onça, firme e profundo, e o voo do beija-flor, leve e poético, buscando reverter o esquecimento e construir uma sociedade mais plural e sustentável.

REFERÊNCIAS

ASSMANN, Aleida. Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural. Tradução: Paulo Soethe (coord.). Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.

BRASIL, Lei de Diretrizes e Bases da Educação. 2008.
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm.

CAGNETI, Sueli de Souza; PAULI, Alcione. **Trilhas literárias indígenas**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

CARELLI, M. N., & Venera, R. A. S. (Orgs.). **Funções do Patrimônio Cultural: para quem e para quem?** Traços & Capturas, 2024.

DORRICO, Julie. **Eu sou Macuxi e outras histórias**. Nova Lima: Editora Caos & Letras, 2019.

GRAÚNA, Graça. **Flor da Mata**. Ilustradora Carmen Barbi. Belo Horizonte: Penninha Edições, 2014.



KRENAK, Ailton. **Kuján e os meninos sabidos**. Ilustrações de Rita Carelli. São Paulo: Companhia das Letrinhas, 2024.

KRENAK, Ailton. **Encontros: Ailton Krenak**. Organização de Sérgio Cohn. Rio de Janeiro: Azougue, 2015.

KRENAK, Ailton. Ailton Krenak. **Pensando com a cabeça na Terra**. in *Anais da VI Reunião de Antropologia da Ciência e Tecnologia*. São Paulo: USP, 2017

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

KRENAK, Ailton. **A vida não é útil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

KRENAK, Ailton. **Futuro ancestral**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

LEFF, Erique. Além do desenvolvimento sustentável: a territorialização da racionalidade ambiental. In.: **Ecologia, capital e cultura**. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 356-408.

LEFF, Erique. **Epistemologia ambiental**. 5. ed., 2. reimpr. Tradução de Sandra Valenzuela. São Paulo: Cortez Editora, 2014.

MUNDURUKU, Daniel. **Mundurukando 2: sobre vivências, piolhos e afetos: roda de conversa com educadores**. Lorena, SP: UK`A Editorial, 2017.

MUNDURUKU, Daniel. **Sawé: o grito ancestral**. Ilustrações Mauricio Negro. Tradução Honési Munduruku. Lorena: Uk`a Editorial, 2022.

SANTAELLA, Lúcia. **Linguagens líquidas na era da mobilidade**. São Paulo: Paulus, 2007.

TAITELBAUM, Paula. **Cadê cadê/Mamo tu, mamo**. Ilustrações de Xadalu Tupã, Jekupé. Tradutora Ara Poty. Porto Alegre, Editora Piu, 2023.

VENERA, Raquel. **Um trabalho pela vida: narrativa de si contra a coisificação dos corpos**. Revista Práxis Educacional V. 17, N. 44, P. 1-17, Jan./Mar. | 2021:Vitória Da Conquista | Bahia | Brasil.



NARRATIVAS DECOLONIAIS NA SUSTENTABILIDADE MUSEOLÓGICA DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Gloria Alejandra Guarnizo Luna | Univille | alelunabrasil2000@gmail.com¹

1. INTRODUÇÃO

O artigo propõe uma reflexão sobre a interseção entre narrativas decoloniais e sustentabilidade, nas quais questões ambientais, sociais, culturais e epistemológicas se entrelaçam no campo museológico. É destacado que os museus podem ser agentes de transformação social e espaços de conscientização sobre a diversidade e a justiça ambiental. Analisa-se a preservação do patrimônio cultural e natural à luz dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU, com destaque para a museologia social brasileira e as políticas públicas, como o Plano Museológico e o Programa Socioambiental. Apresentam-se iniciativas do Museu da Escola Catarinense (MESC) e do Museu de Florianópolis, que criaram através dos seus Planos Museológicos estratégias de abordagens e desenvolvimento de práticas sustentáveis, bem como experiências de comunidades indígenas e quilombolas, como o Museu Maguta do Povo Tikuna, o Museu das Culturas Indígenas (MCI), o Ecomuseu Quilombo Dona Bilina e a Rede Museologia Kilombola. Essas e outras práticas (re)imaginam o patrimônio cultural a partir de perspectivas decoloniais e colocam novos desafios ao campo museológico e patrimonial.

47

Desde o sul global, configuram-se críticas e resistências às identidades atribuídas e hierarquias binárias como natureza e civilidade, instauradas pelos processos coloniais e sustentadas pela episteme moderna-colonial. Os estudos pós-coloniais e o pensamento decolonial, tem desempenhado papel central na promoção de desobediências epistêmicas, ao propor deslocamentos teóricos e práticos que possibilitam a emergência de outras formas de experiência, subjetividade e produção de conhecimento (GÓMEZ; MIGNOLO, 2012). Neste contexto, Grada Kilomba (2019), escritora e artista Afro-Portuguesa, concebe a opção decolonial, não apenas como categoria analítica, mas como postura político-epistêmica orientada à ação e a crítica. Esta perspectiva procura problematizar os fundamentos ontológicos e epistemológicos das bases da construção da colonialidade e do imaginário, que estruturou

¹ Museóloga e historiadora, Mestre e Dra. em História, e pós doutora em Patrimônio Cultural e Sociedade.



uma única cultura específica de poder, exercendo formas de opressão, silenciamentos e desqualificação sobre as demais culturas. A autora, propõe estratégias de desprendimento que visam a reconstituição de novas formas de pensamento, conhecimento e poder comprometidos com a superação das estruturas coloniais de dominação.

Cabe lembrar que o movimento de decolonização, são pautas históricas de lutas sociais que parte de países do continente africano, da Oceania e da América Latina, que são incorporadas as diferentes áreas do conhecimento. Conforme aponta a pesquisadora Catherine Walsh (2013, p. 25) o decolonial “denota um caminho de luta” e convoca a formulação de projetos intelectuais e políticos que possam ser pensados fora dos limites do colonialismo com o propósito de construir caminhos diferentes de ser e pensar. Estas perspectivas dialogam com outras reivindicações contemporâneas de diferentes sujeitos e coletivos entre eles, mulheres, indígenas, afro-ameríndios, movimento LGBTQIA+, artistas, educadores, intelectuais, ambientalistas, que de modo singular, reclamam seu direito de dialogar com o planeta inteiro. A questão ambiental é uma destas pautas que tem adquirido centralidade crescente nas últimas décadas, impulsionada pela preocupação do esgotamento e exaustão das diversas formas de vida no Planeta Terra.

O intelectual, escritor e ambientalista Ailton Krenak, da etnia Crenaque, no seu livro *Ideias para adiar o fim do mundo* (2020, p. 42) alerta para a marca profunda deixada pela ação humana no Planeta Terra, aponto de caracterizar uma era geológica que ameaça a própria continuidade da vida; “uma marca tão pesada que pode permanecer mesmo depois de já estarmos exaurindo as fontes da vida que nos possibilitaram prosperar e sentir que estávamos em casa”. Krenak, destaca a relação intrínseca que os povos indígenas têm com a natureza, ecossistemas e seres que habitam o planeta. A natureza, para os povos originários, não é algo que alguém possa se apropriar, uma vez que ela faz parte da construção de um coletivo que habita um território específico. Esta ideia interligada de natureza, dentro da cosmovisão indígena, consolida as bases de uma epistemologia ambiental e fornece uma “visão única e valiosa sobre a interação entre seres humanos e a natureza” (CARELLI; MEIRA; BANDEIRA; LUNA, 2024, p. 79).

A busca pela desconstrução das estruturas binárias e pela proposição de outras subjetividades, tem conduzido centros culturais e museus à revisão crítica de seus acervos e coleções, possibilitado novas aquisições, bem como na expografia e práticas curatoriais. Este movimento, vem promovendo modos de subjetivação de existência, voltados às práticas de



liberdade e narrativas plurais reimaginando o patrimônio cultural onde natureza e cultura se entrelaçam.

Numa perspectiva internacional, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, propostos pela ONU, oferecem um marco estratégico para os museus. Vários ODS estão diretamente relacionados ao trabalho museológico, como o ODS 1 (Erradicação da Pobreza), ODS 2 (Fome zero e agricultura sustentável), ODS 3 (Saúde e bem-estar), ODS 4 (Educação de Qualidade), ODS 5 (Igualdade de gênero), ODS 6 (Água potável e saneamento), ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis) ODS 13 (Ação contra a Mudança Global do Clima), ODS 14 (Vida na água), ODS 15 (Vida terrestre) e o ODS 16 (Paz, justiça e instituições eficazes). Estas diretrizes repercutem no campo museológico e museal em vários países e no Brasil que por meio de ações educativas e exposições, os museus podem e devem contribuir para a conscientização sobre esses objetivos e promover práticas sustentáveis, reafirmando seu compromisso social e político e fortalecendo esforços de salvaguarda do patrimônio cultural e natural na construção de um presente e futuro mais sustentável.

2. MUSEOLOGIA SOCIAL, PATRIMÔNIO CULTURAL E DIVERSIDADE

No âmbito museológico os debates sobre meio ambiente e sustentabilidade aludem à Declaração da Mesa Redonda de Santiago do Chile (1972), organizada pela UNESCO e ICOM, a qual marca um ponto de inflexão na compressão social dos museus. Nesse encontro, foram definidos os princípios do Museu Integral, compreendido como um instrumento político e educativo voltado à promoção de uma visão integrada do meio material e cultural das comunidades e como alternativa para se superação das desigualdades sociais na América Latina. A ruptura do modelo tradicional de museu, consolidou uma nova perspectiva de museu, “a serviço da sociedade da qual é parte integrante” (ICOM, 1972). Reconhece-se nesse momento, a função ativa do museu, na valorização do patrimônio natural e cultural e na melhoria da qualidade de vida. (MELLADO; BRULON, 2022 p 17).

Em 1982, durante a Conferência Geral do Conselho Internacional de Museus (ICOM), foram revisadas as reflexões sobre sustentabilidade, desenvolvimento e compromisso educativo dos museus, postos na Declaração de Santiago. Nesse contexto, Mario Chagas, Denise Sudart e Claudia Storino em *Museus, biodiversidade e sustentabilidade ambiental* (2014, p 29) enfatizam a necessidade de os museus assumirem um compromisso ético e político com a construção de



um futuro sustentável, orientado ao bem comum e às novas gerações. A publicação, destaca o papel dos museus como espaços de criação, reflexão e diálogo que vinculam biodiversidade, memória e justiça socioambiental, propondo uma atuação museológica enraizada nas realidades locais e na responsabilidade global.

Com a Declaração de Quebec (1984), consolidam-se as bases da Nova Museologia e da Museologia Social, compreendidas como práticas museológicas ativas e transformadoras (ARAÚJO; BRUNO, 1995). A Museologia Social ou sociomuseologia, afirma-se como um exercício político aplicável a qualquer tipologia de museus, comprometida com o Patrimônio Cultural, a pluralidade, inclusão e qualidade de vida nas dimensões sociais e ambientais. A sociomuseologia implica conceber o museu como espaço de disputas de uma nova ética pautada na escuta, na participação e na justiça, no qual diferentes projetos de memória se articulam e se confrontam. Chagas, Primo, Assunção e Storino (2018, p 87), defendem que a Museologia Social é uma abordagem que articula dimensões científicas, políticas e poéticas dos museus, orientando os museus a agir de forma crítica e participativa perante as diversas demandas sociais. Neste sentido Mário Chagas (2015, p. 10), reitera que é fundamental que os museus incorporem a sustentabilidade ambiental como pauta prioritária em suas ações educativas, expográficas e curatoriais, por meio da criação de percursos territoriais, do uso crítico dos acervos, da promoção de eventos, publicações e políticas públicas voltadas à defesa da biodiversidade e da sustentabilidade socioambiental (CHAGAS, 2015, p. 9).

Cabe salientar que a Constituição Federal de 1988 estabelece no artigo 225 que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (BRASIL, 1988). No campo museológico, a sustentabilidade se alinha às políticas públicas que incentivam uma gestão mais consciente e responsável, as quais tem como base o arcabouço jurídico no Brasil, consolidado em 2009 com a criação do Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM (2009).

Destaco o Plano Museológico, conforme definido no Estatuto de Museus (Lei nº 11.904/2009), como princípios fundamentais dos museus que focam na “valorização e preservação do patrimônio cultural e ambiental e a universalidade do acesso, o respeito e a valorização à diversidade cultural”. O Plano Museológico surgiu como uma ferramenta de gestão instituída pela Lei n. 11.904/2009, que trata do Estatuto de Museus, e foi regulamentado pelo Decreto n. 8.124 de 2013, que reitera sua importância. O plano é considerado como sendo



o principal instrumento de gestão e de compreensão das funções dos museus, no que tange ao planejamento, objetivos e ações. Suas diretrizes podem ser aplicadas à sustentabilidade, como a gestão eficiente de recursos e a promoção de ações educativas voltadas para o meio ambiente. O Programa Socioambiental, entre os diversos programas que integram o Plano Museológico, tem como finalidade promover ações articuladas, voltadas ao meio ambiente e as áreas sociais, que permitam o desenvolvimento dos museus e de suas atividades, a partir da incorporação de princípios e critérios de gestão ambiental” (Decreto nº 8.124, de 2013).

Alinhado com os princípios da sustentabilidade o Programa Socioambiental, objetiva a construção de ações estratégicas voltadas à preservação cultural e ambiental, por meio da integração entre museus e comunidades e melhorar a qualidade de vida do público interno e externo dos museus (IBRAM, 2017, p. 92). Entre suas diretrizes, ressaltam-se a sustentabilidade através da Conservação Preventiva dos acervos, o uso de materiais sustentáveis e reaproveitados em exposições, infraestrutura ecológica implementando soluções arquitetônicas sustentáveis e eficiência da gestão de recursos, como água e energia e gestão de resíduos.

Estas e outras atividades devem ser fundamentadas através de diagnósticos institucionais com foco no cenário e desafios socioambientais, alinhados aos demais programas do Plano Museológico como o Institucional, Educativo e de Comunicação. Através das Exposições e Programas Educativos os museus podem e devem abordar temas como mudanças climáticas, perda de biodiversidade, sustentabilidade e práticas ambientais responsáveis. Além disso, atividades educativas, como oficinas, palestras e projetos interativos, permitem envolver a comunidade e aumentar a conscientização ambiental. Deste modo, espera-se que os museus brasileiros, possam se adequar ao Estatuto dos Museus e incorporem práticas sustentáveis na sua gestão, reduzindo os impactos ambientais.

Entre diversos museus brasileiros, que tem desenvolvido estratégias sustentáveis nos seus Planos Museológicos, coloco em evidência o *Museu da Escola Catarinense - MESC*, localizado na cidade Florianópolis (SC), criado em 1992, e instalado no edifício histórico construído para abrigar a *Escola Normal Catharinense* no final do século XIX na área central da cidade. O MESC se dedica à preservação da memória e história da educação no Estado de Santa Catarina, através do seu acervo, pesquisa dos processos culturais e comunicação do patrimônio cultural e possui Plano Museológico vigente para o período de 2020 a 2025. No Programa Socioambiental, é ressaltado o compromisso com as práticas sustentáveis que



promovam a melhoria da qualidade de vida das pessoas, e com a diminuição da degradação ambiental e equilíbrio ecológico. Os projetos socioambientais preveem quatro metas, entre elas, a elaboração de um plano de adequação do museu às práticas socioambientais, como o de separação dos resíduos e seu descarte consciente e aproveitamento destes resíduos em parceria com cooperativas ou Prefeitura Municipal (Plano Museológico MESC/UDESC, 2020, p 99).

Destaco o *Museu de Florianópolis*, inaugurado em 2021, e instalado no prédio histórico da antiga Casa de Câmara e Cadeia que data de 1780, localizado aos redores da Praça XV de novembro, área central da cidade de Florianópolis (SC). O museu elegeu o território como objeto de estudo, reflexão e comunicação, mas do que a cidade política e geograficamente definida. O acervo de mais de 11 mil peças, presentes nas exposições e Reserva Técnica, entre eles objetos líticos, foi organizado a partir de coletas advindas de escavações arqueológicas, doações, empréstimos de instituições parceiras e colecionadores. O Plano Museológico com vigência de 2015 a 2025, aborda no seu Programa Socioambiental a necessidade de adoção de práticas sustentáveis no dia a dia da instituição e com a Educação ambiental em seus projetos e ações, focadas principalmente para o público da comunidade escolar e turistas. Ressalta a possibilidade do Museu se tornar um importante polo de discussão e respeito a sustentabilidade, promovendo olhares sobre a cidade, população, ocupação territorial, economia e hábitos. Ainda, foca na promoção de apresentações, palestras, oficinas e sobre o programa socioambiental.

As reformulações museológicas em nível nacional, colocam os museus num confronto entre o seu papel na sociedade e aquilo que elas realmente podem desenvolver. Muitos museus, possuem recursos financeiros limitados e tem dificuldades em seu funcionamento, como falta de materiais básicos para o desenvolvimento de atividades de conservação, difusão dos seus acervos e contratação de museólogos que possam desenvolver os processos museológicos previstos pelas novas Políticas de Museus, entre eles a elaboração do Plano Museológico. As desigualdades regionais também impactam em museus de regiões mais remotas ou economicamente desfavorecidas, enfrentando maiores dificuldades em acessar recursos e implementar políticas sustentáveis.

3. NARRATIVAS DECOLONIAIS E SUSTENTABILIDADE MUSEOLÓGICA



Para além dos diversos desafios, muitos museus, entre eles museus de territórios e ecomuseus, têm explorado iniciativas de integrar a sustentabilidade às suas atividades, demonstrando o potencial dos museus em conectar a preservação do patrimônio cultural com a educação ambiental, e incentivar a reflexão sobre a sustentabilidade de forma integrada, levando em conta o território e a biodiversidade sócio ambiental, onde este ocorre. Nestes museus, as comunidades, constroem uma pedagogia da escuta, articulando natureza e cultura, história e cotidiano tornando-as instrumentos de cidadania e fortalecimento político.

Exemplos relevantes no Brasil incluem iniciativas promovidas por comunidades indígenas e quilombolas, que realçam o valor dos saberes tradicionais e a relação dessas comunidades com a preservação ambiental e com seu patrimônio cultural. O ativismo indígena e quilombola foca na luta por questões relacionadas ao direito à terra, à vida e à defesa da ecologia da floresta. A conjunção de arte, política e ativismo, se faz presente também na promoção e criação de novos museus em terras indígenas (MELLADO; BRULON, 2022 p 21) e quilombolas.

Cabe destacar a iniciativa de criação do *Museu Maguta do Povo Tikuna* (1990) na cidade de Benjamin Constant (AM), primeiro museu exclusivamente indígena do Brasil, que é um lugar de mobilização de luta política, construção da memória, e fortalecimento de identidades coletiva. O povo Tikuna corresponde a maior população indígena com mais de 47 mil pessoas, localizados na região Amazônica brasileira e áreas da Colômbia e Peru, nas margens do Rio Solimões. A museografia foi organizada pelos próprios indígenas do povo Tikuna, a qual apresenta uma ampla coleção de objetos relacionados a sua cultura material. O acervo é dividido em fotografias e desenhos, vídeos e publicações próprias produzidas pelos Tikuna, ou sobre seu povo, e temáticas referentes aos Museus indígenas no Brasil.

Numa proposta de gestão compartilhada entre indígenas e não indígenas, destaco o *Museu das Culturas Indígenas – MCI*, criado em 2022 na cidade de São Paulo (SP). O Museu é uma conquista dos povos originários do Brasil, a partir da mobilização do povo Guarani através do protagonismo do Conselho Indígena Aty Mirim, composta por diversos povos indígenas do Estado de São Paulo, e Secretaria da Cultura, Economia e Indústria Criativa do Governo do Estado de São Paulo, administrada pela ACAM Portinari – Organização Social de Cultura em parceria com o Instituto Maracá. No Plano Educativo (2024) é ressaltado o interesse na execução de um programa museológico e na elaboração de um Plano Museológico que possa contemplar as diferenças éticas e valores dos povos indígenas do Estado de São Paulo. O MCI



tem como missão, preservar, pesquisar e comunicar seu acervo do patrimônio material e imaterial, entre eles de arte contemporânea dos povos originários, contribuindo com direitos e qualidade de vida dos povos indígenas e com a sustentabilidade socioambiental. Na sua visão, o museu projeta a inserção e atuação de indígenas nas atividades do museu, aprofundar estudos patrimoniais, promover vivências culturais entre indígenas e não indígenas e ter nas suas ações sensibilidade socioeconômica. Deste modo, pretende ser um espaço de representação, interlocução cultural, das diversas produções artísticas entendida como um meio de promover a proteção física e espiritual dos corpos, territórios e culturas dos diversos povos originários.

O protagonismo quilombola no campo museológico, se faz presente no *Ecomuseu Quilombo Dona Bilina*, criado em 2022, localizado no norte do Maciço da Pedra Branca, região do Rio da Prata, no bairro Campo Grande, Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro (RJ). O museu popularmente conhecido como “museu andado”, por ser um museu de território, se propõe preservar, pesquisar, valorizar e divulgar as histórias da comunidade agrícola que vive no local. Entre suas referências culturais estão os saberes, ofícios e modos de vida dos moradores do quilombo, tradições, memórias, tradições religiosas e festivas, agrícolas e culinárias, a medicina tradicional, a natureza e a paisagem cultural. O Ecomuseu se posiciona como um referencial indenitário quilombola, que busca nutrir os laços de pertencimento comunitário. O inventário etnobotânico elaborado a partir dos saberes ancestrais de diversos moradores, sobre as plantas e ervas medicinais, consiste em um valioso patrimônio cultural da comunidade.

O Museu Orgânico Terreiro Cultural da Mestre Tiê, inaugurado pelo Sistema de Comércio do Ceará, através do SESC em 2023, faz parte de uma rede de fomento e tradição, reconhecendo o valor excepcional de integridade e universalidade cultural. Localizado no Sítio Vassourinhas, em Porteiras, Cariri (CE). O Quilombo dos Souza, foi reconhecido pela Fundação Palmares (2005) e tem 300 famílias registradas. É um lugar de resistência, de presença e de insistência em existir num sistema de apagamentos de culturas e memórias do povo negro na região. A Mestre de Tiê, Maria Josefa da Conceição, é reconhecida na tradição da dança do coco e maneiro pau, surgidas por volta do século XVI, nas proximidades dos engenhos de açúcar. O Museu coloca em evidência a vivência da ancestralidade cultural através das danças, batuques, versos e rimas sobre os afazeres cotidianos, que foram se transformando a partir da interação das culturas africanas e indígenas. A sustentabilidade socioambiental e cultural é integrada ao território.



A liderança quilombola também se faz presente através da *Rede Museologia Kilombola* organizada em 2019, no Recôncavo da Bahia (BA), a partir de inquietações de estudantes de Museologia oriundos de quilombos de diversas regiões brasileiras, atuantes e marginalizados no meio acadêmico. Tem com o intuito de promover outras atuações sobre a preservação dos territórios quilombolas e do patrimônio cultural dos povos negros em diáspora. A organização com interesses coletivos aborda reflexões sobre políticas de inclusão, práticas e narrativas museais decoloniais e antirracistas para o setor museal e museológico no Brasil. Durante a Pandemia de Covid 19, estreitaram laços com o ICOM Brasil, num compromisso de reparação com o objetivo de propiciar oportunidades profissionais, levando em conta a pluriversidade étnica dos povos pretos.

A participação indígena e quilombola nos museus, nas práticas curatoriais, e produções artísticas, têm contribuído para a redefinição de funções centrais destas instituições oficiais, especialmente nos processos de tomada de decisões que moldam coleções de museus, acervos e exposições, num movimento de insurgência decolonial (FLORES; MELO; LUNA, 2021).

Estes e outros museus assumem assim, uma dimensão simultaneamente poética, política e pedagógica, inspirada na reinterpretação a partir do “Museu Integral”, proposto na Declaração de Santiago de Chile, respeitando suas singularidades “*com a utilização do poder da memória, do patrimônio e do museu a favor das comunidades populares*” (CHAGAS; GOUVEIA, 2014, p.17). Neste contexto, torna-se central, o engajamento dos movimentos sociais, das comunidades locais, em especial as comunidades indígenas e quilombolas que mantêm relações intrínsecas com a biodiversidade, capazes de oferecer saberes tradicionais em favor da preservação do patrimônio cultural e fortalecer práticas museológicas comprometidas com a justiça social e ecológica.

A integração entre museologia, meio ambiente e sustentabilidade oferece uma oportunidade única para os museus ampliarem seu impacto social e cultural. Ao adotar Políticas Públicas voltadas para a sustentabilidade socioambiental do campo museológico, práticas sustentáveis que promovam a conscientização ambiental, os museus e a museologia, reafirmam sua relevância como espaços e campos do saber de transformação e preservação. Ao integrar a sustentabilidade em sua missão, gestão e exposições, os museus não apenas preservam o patrimônio cultural, mas também contribuem para a preservação do planeta, sendo exemplos de responsabilidade social e ambiental e como agentes transformadores da sociedade.



Descolonizar o saber colonial ou colonialismo epistemológico é um dos desafios do tempo presente, entre outros, para o campo museológico e do patrimônio cultural.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Marcelo Mattos, BRUNO, Maria Cristina Oliveira, [org.]. **A Memória do Pensamento Museológico Contemporâneo**: documentos e depoimentos. São Paulo: Comitê Brasileiro do ICOM, 1995.

CARELLI, Mariluci N; BARROS Roberta M; BANDEIRA Dione da R; LUNA G. Alejandra G. O “Reflorestar” do Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville: Paisagens, Culturas e Sustentabilidades. In: CARELLI, Mariluci N; VENERA, Raquel A. S. (Org.) **Funções do Patrimônio Cultural**: para quê e para quem. 1 ed. Itajaí: Traços & Capturas, 2024

CHAGAS, M; GOUVEIA, Inês. Museologia social: reflexões e práticas (à guisa de apresentação). **Cadernos do CEOM**, v. 27, p. 9-22, 2014.

CHAGAS, Mário. Perspectivas. Museus para uma Sociedade Sustentável: Que Futuro? **ICOM Portugal, Boletim Série III**, n. 3, maio, 2015.

CHAGAS, Mário; PRIMO, Judite; ASSUNÇÃO, Paula, STORINO, Claudia. A museologia e a construção de sua dimensão social: olhares e caminhos. **Cadernos de Sociomuseologia**. n. 11, v. 55, p. 77-102, 2018.

CHAGAS, Mário; SUDART, Denise; STORINO Claudia. **Museus, biodiversidade e sustentabilidade ambiental**. Rio de Janeiro: Espirógrafo Editorial: Associação Brasileira de Museologia, 2014.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988.

Decreto nº 8.124, de 2013.

FLORES, Maria Bernardete Ramos; MELO, Sabrina Fernandes; LUNA, Gloria Alejandra Guarnizo; Curadorias Indígenas. Sobre a arte curandeira. **Cadernos de Estudos Culturais**. Campo Grande, MS, v.2, p. 175-190, jul/dez. 2021.

GÓMEZ, Moreno, Pedro Pablo; MIGNOLO, Walter (Orgs). **Estéticas decoloniales**. Bogotá: Universidad Distrital Francisco José de Caldas, 2012, p. 8. Disponível em https://issuu.com/paulusgo/docs/est_ticasdecoloniales_gm. Acesso em 28/07/2025.

KILOMBA, Grada. Descolonizando o conhecimento. **Instituto Goethe**. Tradução Jéssica Oliveira. (2019) Disponível em: <https://www.goethe.de/mmo/priv/15259710-STANDARD.pdf>. Acesso em 05/07/2025

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.



Lei nº 11.904/2009. Estatuto de Museus

MELLADO, Leonardo; BRULON, Bruno Soares. Introdução. 50 años de la Mesa Redonda de Santiago de Chile: lecturas em la clave actual. ICOFOM, *Study Series*, p. 16-24, 2022.

Disponível em: <https://journals.openedition.org/iss/4084>. Acesso em 03/07/2025.

Mesa Redonda de Santiago do Chile, **ICOM**, 1972. Disponível em:

<https://www.revistamuseu.com.br/site/br/legislacao/museologia/3-1972-icom-mesa-redonda-de-santiago-do-chile.html>. Acesso em 25/07/2025.

MUSEU DAS CULTURAS INDÍGENAS – NÚCLEO DE TRANSFORMAÇÃO E SABERES.

Plano Educativo. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo; MCI; ACAM Portinari, 2024.

Disponível em: <https://museudasculturasindigenas.org.br/transformacao-e-saberes/programa-educativo/>. Acesso em 08/08/2025.

ONU Brasil. **Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)**.

Disponível em: <https://www.agenda2030.org.br>. Acesso em: 5/07/2025.

Plano Museológico da Escola Catarinense MESC/UDESC. Florianópolis: UDESC/MESC, 2020. Disponível em: <https://www1.udesc.br/?id=2318>.

Plano Museológico Museu de Florianópolis. Florianópolis: SESC, 2015.

Subsídios para a elaboração de planos museológicos. Brasília: Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM, 2016.

WALSH, Catherine (Ed.). **Pedagogías decoloniales**: prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir. Tomo I. Quito, Ecuador: Ediciones Abya-Yala, 2013.

Ecomuseu Quilombo Dona Bilina. Disponível em:

<https://ecomuseuquilombodonabilina.com.br/>. Acesso em 07/07/2025

Museu Orgânico Terreiro Cultural da Mestre Tiê. Disponível em:

<https://www.mostrasescdeculturas.com.br/museu-organico-de-maria-de-tie-reconhece-importancia-cultural-do-quilombo-dos-souza/>. Acesso em 09/08/2025.

ICOM Brasil. Rede Museologia Kilombola. Disponível em: <https://www.icom.org.br/rede-museologia-kilombola/>. Acesso em 20/08/2025.



“E DAÍ? EU NÃO SOU COVEIRO!” O TRABALHO DOS AGENTES FUNERÁRIOS EM TEMPOS DE PANDEMIA¹

Angelita Borba de Souza | Univille | angelitasouza@univille.br²

Ilanil Coelho | Univille | ilanil.coelho@gmail.com³

1 INTRODUÇÃO

“Eu não sou coveiro!”. Em abril de 2020, assim respondeu o presidente da República Jair Messias Bolsonaro aos jornalistas, quando foi questionado sobre o número de mortes que crescia dia a dia no Brasil. Risadas ao fundo demonstram que a negligência governamental não era apenas aceita, mas celebrada entre seus apoiadores. Também conhecido como sepultador, o coveiro é o trabalhador responsável pela manutenção do espaço cemiterial, pelo diálogo com familiares e pelo fechamento dos jazigos. Ou seja, está diretamente envolvido com momentos delicados na trajetória de vivos e mortos. A importância desses sujeitos na sociedade – especialmente o trabalho indispensável que realizaram na pandemia de Covid-19 – não foi objeto de reconhecimento, conforme se depreende do episódio citado acima. Busca-se entender este trabalhador, a maneira como o seu trabalho é representado na sociedade e a sua rotina durante a pandemia de Covid-19 cruzando informações sobre protocolos de biossegurança assinados e aplicados no Brasil, ações do Estado brasileiro e notícias divulgadas nas mídias que enfatizavam os desafios do sepultador diante da multiplicação de mortes. Cenas comuns em livros e na ficção – caixões enfileirados aguardando a inumação, produção de covas coletivas – tornaram-se cotidianas durante o período pandêmico e foram aos poucos deixando claro que a literatura e a realidade estão mais conectadas do que podemos imaginar.

58

2. A ECONOMIA NÃO PODE PARAR

¹ Esta comunicação é resultante do projeto de doutoramento, ora em andamento, junto ao PPG Patrimônio Cultural e Sociedade da Universidade de Região de Joinville (Univille). Encontra-se vinculado ao Grupo de Pesquisa Cidade Cultura e Diferença conta com bolsa da CAPES.

² Doutoranda no PPG Patrimônio Cultural e Sociedade da Univille.

³ Professora Titular do curso de História do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade da Universidade da Região de Joinville (Univille) e é líder do Grupo de Pesquisa Cidade Cultura e Diferença.



Logo nos primeiros momentos pandêmicos, quando o vírus se mostrava capaz de grassar pelo mundo sem respeitar fronteiras, as discussões relacionadas ao mundo do trabalho estavam na ordem do dia. Grupos de debate foram instituídos em todos os setores (públicos e privados) para pensar estratégias e evitar o colapso da economia. Reuniões foram marcadas para pensar maneiras de dar continuidade ao atendimento público, de pensar os setores de produção, de organizar os trabalhos na educação, a produção de bens e serviços, dentre outras preocupações ligadas à manutenção da “vida” em sociedade, que seria indiscutivelmente atingida pelas medidas sanitárias implementadas no enfrentamento da Covid-19 no Brasil. Em meio às discussões e busca por saídas, observou-se uma preocupação enorme com a roda da economia – esta criatura invisível e incontestável – que não poderia sofrer com o vírus.

Diante dos planejamentos e da efetivação do combate à proliferação do vírus, observou-se a demarcação de grupos que despertavam maiores preocupações e atenção e outros que nem eram cogitados. Logo nos primeiros meses de 2020 percebeu-se que a frase “Fique em Casa” e o conseqüente isolamento social não era opção para todos. Ficou claro que as populações estavam no mesmo mar, mas não no mesmo barco.

Como proteger empregadas domésticas, trabalhadores do transporte público, pequenos comerciantes, coveiros, ambulantes, pequenos empreendedores individuais, dentre outros inúmeros trabalhadores atingidos pela agenda de flexibilização das relações trabalhistas, aos quais a frase “Fique em casa” nem poderia ser cogitada? Diante desta brutal realidade, em que estamos no mesmo mar, mas não no mesmo barco, observamos que “não por acaso uma das primeiras vítimas da Covid-19 no Brasil foi uma trabalhadora doméstica” (Valeriano; Tosta, 2021, p.2), que assim como a maioria dos trabalhadores precarizados brasileiros, se deslocavam das periferias para atender à roda da economia e à mão invisível do mercado, que não podiam parar.

Aos trabalhadores precarizados, aos informais, aos supostos empreendedores de si mesmo, aos que não tiveram a opção de ficar em casa e aderir ao isolamento social, restava então, em última instância, contar com o auxílio do Estado. Esperava-se que o poder público agisse e intercedesse por estes cidadãos que estavam diariamente cara a cara com a possibilidade de se contaminar e levar o vírus para dentro de casa.

3. “E DAÍ? SOU MESSIAS, MAS NÃO FAÇO MILAGRE”.



Para o enfrentamento sério deste novo tipo de vírus, precisariam ser discutidos a compra de vacina e o isolamento social, políticas públicas e privadas voltadas à manutenção da renda da população, campanhas informativas sobre o contágio, ações prevendo a distribuição de alimento nas periferias, distribuição de kits de higiene, atendimento aos enlutados e centenas de outras políticas que mitigariam os danos. Entretanto, o que se assistiu no Brasil, por parte de muitas autoridades, foram atitudes irresponsáveis e perigosas, que causaram o desespero na população.

O presidente do Brasil não apenas atacou sistematicamente medidas de proteção à vida dos cidadãos, mas também iniciou uma verdadeira caça às bruxas contra governantes que adotavam tais medidas. Segundo o site da CNN Brasil, em 20 de março de 2020, durante reunião com empresários, o então presidente da República Jair M. Bolsonaro falou: “Desde o começo, eu, como estadista, tenho falado ao Brasil: não podemos entrar em pânico, temos que tomar as medidas que forem necessárias, mas sem histeria”. Defendendo a ideia de que era preciso movimentar a economia, pois do contrário, a catástrofe viria de verdade, o político atacou medidas mais severas adotadas por prefeitos e governadores: “Não procedem algumas decisões isoladamente sendo tomadas no Brasil por outras autoridades de fechar aeroportos, de fechar estradas, quer sejam federais ou estaduais, porque agindo dessa maneira nós levamos pânico em uma situação que requer a cabeça no lugar e muita frieza”. Em outras palavras, as mortes que estavam ocorrendo pelo mundo e que chegavam ao Brasil por meio do vírus precisavam ser tratadas com naturalidade porque – “eram fruto de uma gripezinha” – não havia necessidade de pânico, afinal de contas, todos um dia morrerão. Por meio destes depoimentos, é possível ter a dimensão do quanto os mortos por Covid-19 foram banalizados, “apresentados como consequências “normais”, como fatalidade e não como um problema a ser combatido” (POSSAS; ALMEIDA; MATIAS, 2020, p.5).

Ainda mais cruel é a entrevista divulgada pelo G1, em 16 junho de 2021 quando o presidente afirmou – “quem contraiu o vírus, não se discute, esse está imunizado”. Ou seja, não há necessidade de se preocupar com Lockdown, isolamento social ou vacina, pois estas medidas se mostrarão ineficazes diante do contágio em massa. Três dias após Bolsonaro defender a imunização de rebanho, em 19 de junho de 2021 o Brasil atingiu a triste marca de 500.000 mortes por Covid-19.

O presidente Bolsonaro, acreditando em teorias sem comprovação científica e por meio de pensamentos equivocados sobre a produção de vacinas, duvidou da letalidade da doença e



influenciou milhões de brasileiros a também duvidar. Assim, de maneira irresponsável, se negou a comprar vacinas produzidas em países considerados inimigos e retardou de maneira irresponsável a imunização de milhares de pessoas que desejavam viver. Ao invés de salvar vidas, utilizou o seu poder de chefe do poder executivo para recomendar tratamentos ineficazes e perigosos e disseminar FAKE NEWS entre seus seguidores.

Coube então, diante da situação, a diferentes setores da sociedade se organizar. Em busca de informações sobre os casos confirmados de Covid-19, foi criado em junho de 2020, o Consórcio de Veículos da Imprensa. A Central Única de Favelas (CUFA) atuou nas comunidades periféricas do Brasil. O Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) trabalhou em ações focadas na segurança alimentar e nutricional de populações carentes. Artistas, pesquisadores, ONGs, empresários e muitos outros movimentos anônimos de bairros e pequenas comunidades atuaram no apoio aos vulneráveis.

Restou aos vulneráveis e marginalizados, aos moradores das periferias, aos trabalhadores que não podiam ficar em casa, o acolhimento oferecido por diferentes organizações e a torcida para não ser contaminado até a chegada da vacina, além, é claro, da expectativa pelo fim da pandemia. O messias não precisava fazer milagre, era só fazer o seu trabalho.

4. UM CORPO QUE CONTAMINA

Apesar da negligência e irresponsabilidade demonstradas pelo chefe do poder executivo e seus asseclas diante da crise pandêmica no Brasil, movimentos empreendidos por servidores técnicos, conseguiram, na medida do possível, pensar o vírus e propor caminhos para enfrentá-lo em meio ao caos que cercava o Ministério da Saúde. Durante a pandemia, o setor foi chefiado por quatro pessoas diferentes: Mandetta, Teich, Pazuello e Queiroga. Conforme propunham medidas que desagradavam ao Palácio do Planalto, como lockdown ou isolamento social, os ministros eram substituídos. O Ministro Teich (que defendeu o isolamento social e chegou a propor lockdown (confinamento total) para cidades com maior taxa de transmissão do coronavírus) permaneceu no cargo de chefia pouco menos de um mês, entre 16 de abril de 2020 e 15 de maio de 2020. Logo após sua saída, em 20 de maio, foi liberado o uso de cloroquina (sem comprovação terapêutica para a Covid) no SUS até para casos leves.



Aproveitando informações e documentos organizados pela Organização Mundial de Saúde, o Ministério da Saúde e Anvisa produziram “Manejo de corpos no contexto do novo coronavírus COVID-19” (MS, 2020), publicado em março, e a “Nota Técnica 04-2020 GVIMS-GGTES da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA)” (NT, 2020), documentos basilares e que orientaram a população diante do desconhecido. A nota técnica apresentava medidas de prevenção e controle que deveriam ser adotadas durante a assistência aos casos suspeitos ou confirmados de infecção pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2) e o manual, orientava a população e profissionais da saúde, funerárias e cemitérios como lidar com os corpos. Estes documentos se revelaram essenciais, pois diante do apagão no Ministério da Saúde, da disseminação de Fake News e das informações desencontradas, a população estava desorientada, sem saber efetivamente como se proteger e lidar com a morte pandêmica.

Nos protocolos foram descritas as recomendações para a ocorrência de morte hospitalar, domiciliar, recomendações para coleta de tecidos, manipulação de amostras, verificação de óbito, transporte, velório e enterro dos corpos contaminados pelo vírus. O cadáver contaminado pelo coronavírus foi classificado tecnicamente como potencialmente danoso à saúde, porque abriga um agente biológico classe 3 que precisa estar visível em etiqueta de identificação, em função dos “princípios das precauções padrão de controle de infecção e precauções baseadas na transmissão, que devem continuar sendo seguidos para o manuseio do corpo após a morte” (NT, 2020, p. 89).

Concluído o “processo de manejo, o defunto segue para o cemitério em caixão lacrado e uma declaração de óbito entregue à família com a descrição da doença causadora da morte: Covid-19 e CID B34.2 (em caso de infecção não especificada) ou U040.9 (em caso de síndrome respiratória aguda grave)” (VICENTE DA SILVA, 2020, p.3).

A partir deste momento, o corpo/caixão é entregue ao profissional que precisa finalizar o longo processo de dor e separação que atingiu tanto o ocupante do caixão quanto seus familiares. Recebendo toda a carga emocional e na maioria das vezes invisibilizados, os agentes funerários, sepultadores ou coveiros, são o ponto final de uma longa jornada.

5. E DAÍ? “EU NÃO SOU COVEIRO!”

Final da tarde da segunda-feira, 20 de abril de 2020, primeiro mês do decreto da pandemia no Brasil, população desconcertada com as mortes aumentando dia após dia e a



seguinte cena acontece na portaria do Palácio da Alvorada. Ao ser questionado sobre o número de mortes no Brasil, o chefe do executivo respondeu: “Eu não sou coveiro”. O jornalista insiste na pergunta e ele repete: “Eu não sou coveiro, tá? Desviando o foco do questionamento, reforçando estereótipos relacionados aos serviços funerários e descaracterizando as mortes “como algo que não dizia respeito ao seu governo” (POSSAS; ALMEIDA; MATIAS, 2020, p.1), Bolsonaro novamente desacredita da seriedade da doença e não se mostra interessado nas mortes, ao contrário, banaliza-as. A fala está alinhada às atitudes do presidente ao longo da pandemia, ela se materializou quando optou pela economia em detrimento da vida dos trabalhadores, quando respondeu com ironia ao se declarar um messias sem poderes para realizar milagres, quando divulgou o uso de medicamentos sem nenhum tipo de comprovação, quando não utilizou máscaras e incentivou a aglomeração, quando negligenciou a compra de vacina, entre outras que demonstram a sua opção pela morte e não pela vida.

E ao coveiro, o que resta? Não restou a ele a opção de ficar em casa porque é trabalhador essencial, entretanto, foi motivo de chacota no cercadinho do presidente. Coveiros ou sepultadores são trabalhadores essenciais para qualquer sociedade e frequentemente se “tornam invisíveis nos cemitérios onde vivenciam a precarização das condições de trabalho, muitas vezes materializada na falta de equipamentos de segurança e nos baixos salários” (CATIVO; RIBEIRO; WEIL, 2014, p.1).

A invisibilidade está relacionada ao trabalho executado, à rotina que lida com o corpo já sem vida e é atravessada pelas alterações relacionadas à morte e ao morrer na sociedade moderna. A partir destes novos entendimentos, a finitude é interpretada como fracasso/derrota, e assim é silenciada e afastada dos que passam pelo processo de perda. Enlutados repassam as responsabilidades legais para terceiros, especialistas na área que, teoricamente, nada têm a ver com o morto (FRANCO, 2010), mas que, em uma espécie de rede (proprietários de funerárias, administradores de planos funerários e cemitérios, celebrantes, cartórios, hospitais, agentes funerários, sepultadores) se encarregarão dos processos burocráticos, contribuindo para tornar o morrer invisível, ou pelo menos o minimamente disruptivo da rotina cotidiana.

Segundo Câmara (2011), a sociedade que procura camuflar e até esconder a morte necessita de profissionais que amenizem as feições daquela que não deveria se fazer presente, que deveria ser silenciada. Porém, é digno de nota que esta mesma sociedade apresenta grandes dificuldades para valorizar tais profissionais e vai de encontro as suas necessidades



mais íntimas, pois os afasta, invisibilizando-os e os silenciando da mesma maneira como faz com a morte.

Sepultadores e coveiros são responsáveis pelos últimos momentos entre vivos e mortos, são o elo entre os que ainda vivem e aqueles que partiram, e durante a pandemia, estiveram diante de um corpo identificado como altamente contagioso. O medo do contágio experimentado pela população mundial durante o período pandêmico faz parte do cotidiano dos agentes funerários e o perigo, outro componente importante na produção de estigmas ligados à ocupação: “Nossa profissão é perigosa. Lidamos com baratas, escorpiões, lacraias, cobras, sapos; lidamos com sujeira, doenças, não é agradável” (FRANCO, 2010, p.178). A categoria trabalho sujo, diz respeito à presença de divisão moral do trabalho na sociedade, isto é, à classificação das profissões segundo seu maior ou menor prestígio social, o que permite compreender a estigmatização dos trabalhadores das profissões de menos prestígio (BATISTA; CODO, 2017, p.73). E assim temos o lugar comum do trabalhador da morte, alguém essencial, mas alvo da desvalorização, invisibilidade, afastamento, desqualificação e que enfrenta dificuldades históricas.

A divisão moral do trabalho na sociedade é também responsável por produzir políticas públicas equivocadas que se preocupam com determinados trabalhadores (aqueles que podem atender ao chamado “Fique em casa”) e aqueles que devem permanecer exercendo suas atividades, pois afinal de contas, a economia não pode parar. Percebidos como peças de uma engrenagem que não pode ser paralisada, atuam nas bordas de uma sociedade que os enxerga como peças substituíveis, não sendo, portanto, humanizados, e podem ser descartados como uma máquina enferrujada que não atende mais aos objetivos da indústria. Menosprezados, sentiram superficialmente em seu dia a dia as políticas públicas de contenção de danos produzidas durante a crise pandêmica e ainda foram vítimas de preconceito e frases degradantes como as repetidas por Bolsonaro.

Em reportagem de abril de 2020 o site de notícias Uol trouxe a seguinte manchete: “No maior cemitério do Brasil, coveiros sentem peso do coronavírus”, denunciando o ritmo cansativo de trabalho dos sepultadores, que tiveram sua carga de trabalho dobrada ao atingir 60 enterros diários. A denúncia de que seis enterros aconteciam ao mesmo tempo em uma fileira de covas, mostrava que aglomerações estavam sendo produzidas nos cemitérios. João Batista Gomes, líder sindical dos coveiros, desabafou para a reportagem: “Os grupos são um problema. “Por isso nosso sindicato está pedindo o cancelamento de todos os funerais”.



E se essa engrenagem parasse? E se os coveiros entrassem em greve? Érico Veríssimo em sua famosa obra intitulada *Incidente em Antares* descreve exatamente essa situação. Sete cortejos fúnebres são impedidos de serem finalizados, obrigando familiares a abandonar os caixões nas portas do cemitério, porque se deparam com uma situação inusitada: a greve dos coveiros. Diante do cemitério, o coronel da cidade pergunta: “onde estão os coveiros?”, e apresentam-se “... homens magros, de pele e vestes encardidas, em mangas de camisa e calças remendadas. Recendiam a suor de muitas vezes dormido e pés no chão [...]” (VERÍSSIMO, 2006, p. 226). Em busca de reconhecimento e melhores condições de trabalho, os três homens fecharam o cemitério e se juntaram aos demais operários de Antares em uma greve geral. Revoltados por não receberem um enterro digno, os cadáveres abandonaram seus caixões nas portas do cemitério e se dirigiram à praça da cidade. Ocupando o coreto e exigindo um enterro digno, os defuntos utilizaram como moeda de negociação – a divulgação de segredos de autoridades locais – que lavavam suas mãos diante da greve. Exigindo rápida inumação, os defuntos delataram para quem quisesse ouvir as torturas, traições e crimes cometidos pela elite local. Provando que os vivos são cada vez mais governados pelos mortos, as revelações do coreto, que a princípio foram desacreditadas, atingiram o objetivo, patrões e empregados chegaram a um acordo e a greve terminou. Após causarem pavor, divórcio, discussões entre correligionários, brigas em família, confissão de crimes de tortura e de atos de corrupção, os sete mortos foram inumados deixando um rastro de desconforto, incredulidade e questionamentos diante do futuro de Antares após o incidente.

A obra literária produzida por Érico Veríssimo – *Incidente em Antares* - não pode ser tomada como uma produção descolada da realidade brasileira. Historicizar uma obra literária é submetê-la a interrogatório, é entendê-la como problema histórico que pode ser explorado e analisado, inserindo-a no movimento da sociedade, investigando suas redes de interlocução social, destrinchando não sua suposta autonomia em relação a sociedade, mas sim a forma como constrói ou representa a sua relação com a realidade social (PEREIRA; CHALHOUB, 1998). As ações, tramas políticas, estratégias de dominação, mensagens subentendidas presentes na literatura podem ir muito além das páginas do livro, podem estar inseridas em discussões mais amplas, podem revelar verdades históricas na forma da construção dos seus personagens, podem se posicionar criticamente diante da organização das sociedades, podem denunciar violências assim como também podem reforçar estereótipos.



Desta maneira, ao historicizar as contribuições de Veríssimo, é possível perceber que situações propostas lá, críticas sociais apontadas, personagens presentes na trama, questionamentos sobre o poder da memória e do esquecimento, são recursos utilizados pelo autor para provocar a reflexão e fazer a crítica a ordem estabelecida. E que apesar de parecerem encapsulados apenas em Antares, podem ser aplicadas a questões reais presentes no Brasil não apenas na década de 1970, período em que foi lançado o livro, mas até os dias atuais.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho do setor funerário chama atenção por tocar nas subjetividades e nas dores da sociedade. Os trabalhadores do ramo são testemunhas da relação entre as populações e os chamados patrimônios difíceis (sombrios, de dor, exceção, punição, morte) que cumprem uma função essencial na manutenção dos direitos humanos, promovendo visibilidade a minorias perseguidas, evitando o apagamento de suas experiências (MENEGUELLO, 2020). Lidar com essas dores é o cotidiano do trabalho funerário, que, mesmo estigmatizado e enfrentando uma pandemia desgovernada no Brasil, desenvolveu atividades essenciais, contribuindo para a preservação dos rituais fúnebres, das memórias e das histórias das famílias enlutadas pela Covid-19.

E se a literatura de Erico Veríssimo retratasse o Brasil da Covid-19? E se estes trabalhadores entrassem em greve no período pandêmico? Como reagiriam os mortos diante da impossibilidade do seu enterro/ritual fúnebre? Como responderiam os coveiros aos questionamentos de enlutados indignados com centenas de corpos insepultos se multiplicando pelos arredores dos cemitérios?

Na obra, apesar do choque diante dos corpos em decomposição e das revelações apresentadas por eles, uma Operação Borracha (objetivando ocultar o escândalo) organizada pela elite local foi um sucesso e “anos após aquela terrível sexta-feira 13 de dezembro de 1963, pode-se afirmar, sem risco de exagero, que Antares esqueceu o seu macabro incidente” (VERISSÍMO, 2006, p. 488). Entrelaçados o tempo e o esquecimento foram aliados dos “cidadãos de bem” de Antares, que apesar de desmascarados pelos defuntos em plena praça pública, tiveram suas rotinas reestabelecidas pouco tempo depois.

E os nossos 700 mil mortos? Uma investigação focada nos patrimônios difíceis e cotidiano dos trabalhadores funerários pode oferecer pistas sobre desvios nos direitos



fundamentais de doentes, enlutados e trabalhadores precarizados no contexto da pandemia de Covid-19. Por meio da metodologia da História Oral é possível oferecer um espaço ao diálogo, promover a escuta e o respeito aos narradores na busca por diferentes versões, fugindo de apagamentos ou Operações Borracha que já estão em vigor.

REFERÊNCIAS

Agência nacional de vigilância sanitária (Anvisa). Nota técnica GVIMS/GGTES/ANVISA nº04/2020. Orientações para serviços de saúde: medidas de prevenção e controle que devem ser adotadas durante a assistência aos casos suspeitos ou confirmados de infecção pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2). (Atualizada em 08/05/2020). Acesso em 17 out 2025.

CATIVO, C. K. V.; RIBEIRO, P. A.; WELL, A. G. Cemitério, vida e trabalho: reflexão sobre as condições de trabalho dos coveiros na cidade de Parintins/AM. **Contribuciones a las ciencias sociales**, 2014, p. 1-13. Disponível em:
<https://www.eumed.net/rev/cccss/30/coveiros.html>. Acesso em: 15 out. 2025.

CÂMARA, M. C. C. **O agente funerário e a morte**: o cuidado presente diante da vida ausente. 2011. 166f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Rio Grande do Norte. Disponível em:
https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/17485/1/ClaudiaMCC_DISSERT.pdf. Acesso em: 11 set. 2025.

FRANCO, C. de. **A cara da morte**: os sepultadores, o imaginário fúnebre e o universo onírico. Aparecida: Ideias & Letras, 2010.

MENEGUELLO, Cristina. Patrimônios difíceis (sombrios). In: CARVALHO, Aline; MENEGUELLO, Cristina (org.). **Dicionário temático de patrimônio**: debates contemporâneos. Campinas: Editora da Unicamp, 2020. p. 245-248.

Ministério da Saúde. Manejo de corpos no contexto do novo coronavírus covid-19. Secretaria de Vigilância Sanitária em Saúde. Departamento de Análise em Saúde e Vigilância de Doenças não Transmissíveis. Brasília/DF Versão 1. Publicada em 25/03/2020.

PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda; CHALHOUB, Sidney. Apresentação. In: PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda; CHALHOUB, Sidney (org.). **A história contada: capítulos de história social da literatura no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. p. 7-13.

POSSAS, Mariana Thorstensen; ALMEIDA, Andrija Oliveira; MATIAS, Karla. 'E daí?': Respostas à pandemia e a gestão da morte no Brasil. **Dilemas: revista de Estudos de Conflito e Controle Social**. Rio de Janeiro, Reflexões na pandemia. 2020, p. 1-10.

VALERIANO, Marta Maria; TOSTA, Tania Ludmila Dias. Trabalho e família de trabalhadoras domésticas em tempos de pandemia: Uma análise interseccional. **Civitas: revista de Ciências Sociais**, [S. l.], v. 21, n. 3, p. 412–422, 2021. DOI: 10.15448/1984-



7289.2021.3.40571. Disponível em:

<https://revistaseletronicas.pucrs.br/civitas/article/view/40571>. Acesso em: 27 out. 2025.



DESENVOLVIMENTO, CONFLITOS AMBIENTAIS E RESISTÊNCIA: O MOVIMENTO “NÃO À UHE MONTE SANTO” E A LUTA POR JUSTIÇA SOCIOAMBIENTAL NO TOCANTINS

Arthur Lopes dos Reis | Universidade Federal do Tocantins | arthurlreis@outlook.com¹

1. O DESENVOLVIMENTO E A DEFESA DE FUTUROS ANCESTRAIS

Este trabalho analisa o Movimento "Não à UHE Monte Santo", que desde 2017 se opõe à construção de uma usina hidrelétrica no Rio do Sono, no Tocantins. Por meio de mobilizações populares, ações jurídicas e estratégias comunicacionais, o movimento desafia a lógica predatória do desenvolvimento hegemônico e enxerga o Rio do Sono como sujeito de direitos e elemento central das culturas e modos de vida locais, sendo um bem material e ambiental importante para as vidas dos sujeitos humanos e não humanos que habitam suas proximidades. À luz de teóricos como Ailton Krenak, Antônio Bispo e Maria Gohn, este estudo busca se inserir no campo da História Ambiental, investigando como redes de resistência pouco visibilizadas pela mídia tradicional conseguem se articular de forma eficaz, combinando instrumentos legais e estratégias de comunicação. A pesquisa busca, assim, compreender como o movimento, não apenas confronta um projeto energético, mas reivindica um outro paradigma de relação com a natureza.

69

Hoje, diante das crises climáticas e da urgência em repensar nosso lugar no planeta, torna-se essencial produzir conhecimentos que considerem não apenas os agentes humanos, mas também os não humanos, rios, florestas, animais, como sujeitos de direitos e partes ativas nos conflitos socioambientais.

Os desastres ambientais recentes, como o rompimento das barragens de Mariana (2015) e Brumadinho (2019), escancararam as consequências brutais desse modelo de desenvolvimento. Esses eventos não foram meros "acidentes", mas resultados previsíveis de uma lógica econômica que trata a natureza como descartável.

Paralelamente, grandes projetos de desenvolvimento como a Usina Hidrelétrica de Belo Monte revelam como o Estado e empresas impõem, muitas vezes através da violência, uma noção distorcida de "progresso". Como denuncia Ailton Krenak, "enquanto o poder público fala

¹ Mestrando em História das Populações Amazônicas, pela Universidade Federal do Tocantins.



em energia limpa, as comunidades ribeirinhas e indígenas testemunham a morte de seus rios-parentes" (KRENAK, 2019, p. 34).

Nesse contexto, ganham força movimentos que defendem os rios não como "recursos hídricos", mas como entes vivos e sagrados, que merecem não apenas a preservação, como o respeito. Muitos destes movimentos de resistência afirmam que "um rio não é uma hidrelétrica em potencial, é um ancestral" (KRENAK, 2022, p. 67).

Essas resistências articulam saberes tradicionais e ação política. A mobilização contra Belo Monte, por exemplo, não se limitou a questionar impactos ambientais, mas colocou em conflito a visão ocidental com outras formas de enxergar o mundo.

Estudos nessa perspectiva permitem compreender o passado e o presente de forma mais complexa, revelando como os territórios e paisagens atuais são produtos de conflitos e negociações. Ao recuperar as memórias das comunidades afetadas por barragens ou desmatamentos, a historiografia pode construir narrativas que contestem a versão oficial do progresso, destacando as vozes dos que resistem.

Como lembra José Augusto Pádua, "a história ambiental não é apenas sobre a natureza, mas sobre as escolhas civilizatórias que nos trouxeram até este colapso" (PÁDUA, 2013, p. 112). A história ambiental, ao dar voz aos rios, florestas e comunidades humanas, nos convida a repensar não apenas o passado, mas os futuros possíveis. A luta ambiental é também, defender outras formas de memória e existência, um desafio que a História não pode ignorar.

Deste modo, vale retomar, a perspectiva crítica de Ailton Krenak, em obras como "Ideias para Adiar o Fim do Mundo" (2019) e "Futuro Ancestral" (2022), que oferecem um contraponto essencial aos modelos hegemônicos de desenvolvimento. Ailton denuncia a destruição ambiental promovida por projetos desenvolvimentistas que ignoram os saberes indígenas e as dinâmicas ecológicas locais. Para este autor o modelo de desenvolvimento hegemônico é um "trem desgovernado" rumo ao abismo, que substitui relações de reciprocidade com a natureza por lógicas extrativistas (KRENAK, 2019, p. 23).

Sua reflexão sobre o mundo da destruição questiona a noção de progresso linear e desenvolvimento econômico e sustentável, e destaca a urgência de outras formas de habitar o planeta, alinhando-se às preocupações centrais desta pesquisa. Este autor, alinha-se com as reflexões de Nego Bispo (BISPO, 2023) intelectual e ativista quilombola, cujos escritos introduzem o conceito de "território-corpo-território".



Para Bispo, o território não é apenas um espaço geográfico, mas uma extensão do corpo coletivo das comunidades tradicionais, onde se entrelaçam memória, ancestralidade e resistência. (BISPO, 2023, p. 34) Sua crítica ao modelo hegemônico de desenvolvimento, que fragmenta e mercantiliza a natureza, reforça a necessidade de se pensar a partir de epistemologias outras, como as dos povos indígenas e quilombolas, para quem o rio, a mata e os animais são parentes, não "recursos" (BISPO, 2023, p. 115).

Estas visões, ampliam o conhecimento de como as lutas territoriais no Tocantins e na Amazônia não se limitam a conflitos materiais, mas envolvem cosmologias e modos de existência em disputa.

2. O RIO DO SONO AMEAÇADO PELAS HIDRELÉTRICAS

As hidrelétricas representam um capítulo complexo na relação entre sociedade e meio ambiente, marcado por contradições que a História ajuda a desvendar. No Brasil, desde que surgiram, esses empreendimentos foram promovidos como símbolos do progresso e da modernização.

No entanto, por trás da ideia de uma forma de energia limpa e renovável, escondem-se profundas transformações ecológicas e sociais que merecem uma análise, a partir do olhar dos afetados, posto que boa parte das construções de hidrelétricas seguiram um padrão de intervenção que priorizou interesses econômicos em detrimento de populações tradicionais e ecossistemas naturais.

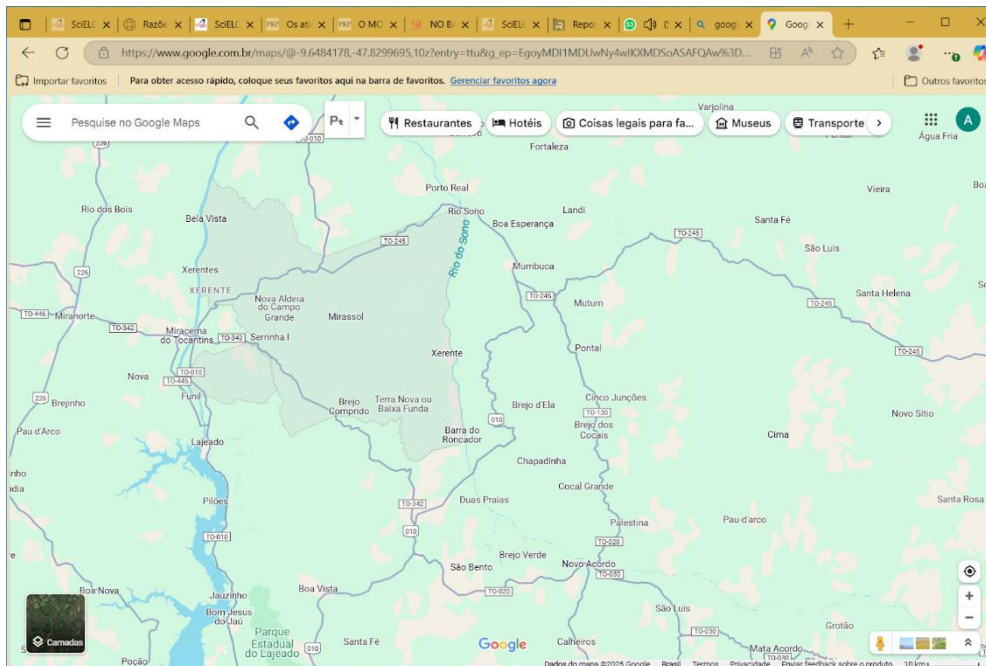
Um exemplo silencioso é o Rio do Sono, localizado na margem direita do Rio Tocantins, nascendo dentro do Parque Estadual do Jalapão e tendo sua foz à vazante da Uhe Leandro Magalhães (Usina de Lajeado) este rio segue ameaçado, hoje, são previstas para o corpo do Rio Sono, a construção de seis hidrelétricas, “chamadas Brejão, Cachoeira da Velha, Monte Santo, Ponte Nova, Rio Sono Baixo e Vermelho” (GRÁCIO, 2020).

A construção de barragens causa impactos ambientais, econômicos, políticos e culturais nos locais em que são implantadas. Os modos de vida e as vontades preexistentes das populações que interagem com os rios nem sempre são consideradas. Diante desse cenário, torna-se uma questão central as maneiras de mobilização sociais e os movimentos que buscam proteger o meio ambiente.



Este trabalho busca tecer uma breve análise e trazer alguns apontamentos sobre o Movimento "Não à UHE Monte Santo", que desde 2017 se opõe à construção de uma usina hidrelétrica no Rio do Sono, no Tocantins.

Deste modo, o recorte espacial desta pesquisa, é delimitado pelos lugares que ocorreram as manifestações e nas zonas de maior impacto da UHE que pode vir a ser construída entre as cidades de Novo Acordo, Rio Sono e na Terra Indígena Xerente, posto que esta seja demarcada pelo Rio do Sono, conforme representado na Figura 1³:



Por meio de mobilizações populares, ações jurídicas e estratégias comunicacionais, o movimento desafiou a lógica predatória do desenvolvimento hegemônico e enxergou o Rio do Sono como sujeito de direitos e elemento central das culturas e modos de vida locais, sendo um bem material e ambiental importante para as vidas dos sujeitos humanos e não humanos que habitam suas proximidades

Como se pode ver pela Figura 2, o movimento “abraça” o rio, como seu ente próximo e importante para o modo de vida da população. Com o qual, seu futuro e passado enquanto comunidade estão intimamente ligados:





Além de imagens e protestos como estes, o movimento atua nas redes e no meio jurídico, lamentando e intervindo em ações arbitrárias do governo e dos órgãos responsáveis:

“A população de Novo Acordo, representada por mais de 4 mil pessoas (conforme opinião colhida em abaixo assinado), contrários a construção da UHE Monte Santo no Rio do Sono, entre os municípios de Novo Acordo e Rio Sono (ambos no Tocantins) recebe com extrema tristeza e repúdio a notícia (via imprensa) de que o Instituto Natureza do Tocantins (Naturatins) estendeu o prazo da Licença Prévia (LP) para a construção da Usina Hidrelétrica Monte Santo até 2024.

Informamos também que há diversos vícios no processo, sendo o mais recente o uso de servidores contratadas para atuarem no processo (o que é vedado por Lei), pela gestão do Governador Wanderlei Barbosa e do atual presidente do Naturatins, Renato Jaime, prática esta que muito nos entristece e nos causa repúdio, já que ambos têm o papel de proteger o rio e zelar pela legalidade e moralidade.

Informamos que o caso já está sendo analisado pelo nosso jurídico e que nossa luta em favor do Rio do Sono e das futuras gerações não terminou, vamos lutar com todas as forças, e tentar reverter na Justiça, já que o órgão, a empresa Ecbrasil – Energias Complementares do Brasil Geração de Energia Elétrica S.A e o Governo do Tocantins, sequer respeitaram a legislação no tocante a análise do processo, designando servidores contratados por indicação de políticos para analisar o processo e estender o prazo da LP até 2024.

Ressaltamos que, mesmo sabendo que nossa luta é contra uma empresa de gigante poder aquisitivo, e que o próprio Naturatins é conivente com a destruição de um rio que nasce no Parque Estadual do Jalapão, nossa motivação torna ainda maior para lutar contra aqueles que só pensam em si mesmos, no dinheiro e no que podem tirar proveitos para si e para outros, ainda que momentâneo. O que está em jogo é o nosso futuro e de nossas gerações. Eles não vão nos calar.

Por fim, lamentamos também a falta de apoio de nossos representantes municipais (Executivo e Legislativo) e dos órgãos de controle, que pensando apenas em si, não deram, pelo menos até o momento, a devida importância a esta causa tão nobre e justa. Nossa luta continua, não vamos desistir!



Ressaltamos que a UHE Monte Santo será construída (Se conseguir todas as licenças, dentro da Lei, sem vícios jurídicos ou qualquer ingerência política para beneficiar quem quer que seja. Por fim, ressaltamos que a maioria da população de Novo Acordo e região é contra a obra.

Posicionamento este, já demonstrado em Audiência Pública com a presença de mais de 600 pessoas e em manifestação que bloqueou a entrada da cidade nos dois sentidos, ainda nos anos de 2016 e 2017.” (T1 NOTÍCIAS, 2023).

Como se pode ver, este movimento parte de um grupo de moradores que zelam pelo lugar em que vivem. Deste modo, mais do que uma resistência pontual a um empreendimento específico, o movimento articula uma defesa política e cultural do rio, elemento vital para as comunidades locais e para o equilíbrio ecossistêmico da região, que sofreriam inúmeros impactos com a implantação da hidrelétrica, seja no turismo, no abastecimento hídrico, quanto na continuidade da conservação de espécies da fauna endêmica.

Assim, além dos impactos socioculturais, a construção de hidrelétricas representa uma ameaça direta e profunda à fauna silvestre. O represamento do rio altera radicalmente o ecossistema aquático, transformando habitats essenciais para a reprodução de peixes, (OBESO, 2020, p.43) que são a base da cadeia alimentar para diversas outras espécies (incluindo, obviamente, Humanos). A barragem impede o fluxo das populações de animais e isola espécies, sendo necessários estudos que analisem a capacidade de adaptação dessas populações às mudanças ambientais provocadas pelos humanos, posto que estes dependem de inúmeros fatores (OBESO, 2020, p.5)

No contexto do Rio do Sono, destaca-se o pato-mergulhão (*Mergus octosetaceus*). Uma das aves aquáticas mais raras e ameaçadas do planeta essa espécie é um bioindicador de excelência da saúde ambiental. Sua sobrevivência está intrinsecamente ligada a rios de águas cristalinas, limpas, rápidas e bem oxigenadas, com corredeiras e cavernas subaquáticas que utiliza para nidificação. A extrema seletividade de habitat torna-o particularmente vulnerável, pois sua existência depende da integridade absoluta desses ecossistemas fluviais.

Atualmente, a população do pato-mergulhão está restrita a poucos e fragmentados locais nos estados de Goiás, Minas Gerais e Tocantins, com estimativas alarmantes de menos de 250 indivíduos maduros na natureza. Sua conservação é um desafio monumental, pois as principais ameaças são justamente aquelas que degradam seus preciosos habitats: o desmatamento de matas ciliares, a poluição dos rios por agrotóxicos e o assoreamento, e, de forma mais crítica, a construção de barragens e hidrelétricas. Esses empreendimentos alteram irreversivelmente a



dinâmica dos rios, transformando águas rápidas e oxigenadas em lagos parados e turvos, o que pode vir a extinguir localmente a espécie.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do Movimento "Não à UHE Monte Santo" e a luta pela preservação do Rio do Sono revelam-se uma representação substantiva dos modos de resistência ao modelo hegemônico de desenvolvimento. Este trabalho verificou que a resistência transcende a oposição a um empreendimento isolado, configurando-se como uma defesa profunda de um paradigma alternativo de existência.

À luz das reflexões de Ailton Krenak e Nego Bispo, fica evidente que o conflito no Tocantins é um embate profundo, de um lado, a visão que mercantiliza a natureza, reduzindo o rio a um mero "recurso hídrico" e um "potencial energético" de outro, a visão que o compreende como um sujeito de direitos, e a base de um território-corpo indissociável da identidade e da memória das comunidades.

A ameaça de extinção do pato-mergulhão, espécie emblemática que depende da integridade absoluta do Rio do Sono, funciona como um alerta biológico dos malefícios que ação humana indiscriminada pode causar.

A mobilização popular, articulando estratégias jurídicas, protestos simbólicos e manifestações, junto à denúncia contundente das irregularidades processuais, evidencia a capacidade de movimentos locais em desafiar estruturas de poder consolidadas.

Por fim, o desfecho desta luta específica permanece em aberto, mas sua existência já é um testemunho poderoso de que outros futuros são não apenas necessários, mas possíveis.

REFERÊNCIAS

BISPO, Nego. *A terra dá, a terra quer*. São Paulo: Editora X, 2023.

BUSQUETS, Monise Vieira. *Água falada: histórias de vidas e histórias de águas*. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente). Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente, Palmas, 2014.

GOHN, Maria da Glória. *Sociologia dos Movimentos Sociais*. 2 ed. São Paulo: Editora Cortez, 2014.

KRENAK, Ailton. *A Vida Não É Útil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.



KRENAK, Ailton. *“Futuro Ancestral”*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

KRENAK, Ailton. *“Ideias para Adiar o Fim do Mundo”*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

OBESO, Max Portuguese. Planejamento energético e a conservação da fauna de peixe na bacia Tocantins - Araguaia: estudo de caso na sub-bacia do Rio do Sono. 2023. 63 f. Tese (Doutorado em Recursos Pesqueiros e Engenharia de Pesca) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2023.

PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. Estudos Avançados [online]. 2010, v. 24, n. 68, p. 81-101. Epub 17 Maio 2010. ISSN 1806-9592. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142010000100009>. Acesso em: 10 fev. 2024.

PÁDUA, José Augusto. “Um Sopro de Destruição: Pensamento Político e Crítica Ambiental no Brasil”. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

SILVA, Reijane Pinheiro da; GRÁCIO, Héber Rogério; SALAINI, Cristian Jobi. O Modelo de Desenvolvimento do Tocantins e os impactos para o povo Akwẽ-Xerente: limites e possibilidades das políticas públicas para os indígenas no estado. XXXII Congresso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. Asociación Latinoamericana de Sociología, Lima, 2019.

T1 NOTÍCIAS. Movimento pede suspensão de licença para construção da UHE Monte Santo e cita vícios. 09 de maio de 2023. Disponível em: <https://t1noticias.com.br/cidades/movimento-pede-suspensao-de-licenca-para-construcao-da-uhe-monte-santo-e-cita-vicios/127213/>. Acesso em: 28 out. 2024.



RAINHAS DO CARNAVAL DO CLUBE GUARANI EM ARROIO GRANDE: UMA EXPOSIÇÃO VIRTUAL DE RECONHECIMENTO DA MEMÓRIA E ESTÉTICA NEGRA¹

Franciéle Gonçalves Soares | Universidade Federal de Pelotas | francielesoares.mp@gmail.com²

1. INTRODUÇÃO

O trabalho apresenta a exposição virtual “Rainhas do Carnaval do Clube Guarani: memória, negritude e ancestralidade em Arroio Grande/RS (1970-2003)”, que busca resgatar e socializar a história das soberanas do Clube Guarani, um clube social negro fundado em 1920. A pesquisa combina métodos bibliográficos, qualitativos, descritivos e de pesquisa-ação participativa, envolvendo entrevistas, coleta de relatos e análise de documentos. Os resultados destacam a importância da tecnologia como ferramenta para ampliação do conhecimento, engajamento comunitário e preservação da memória social, permitindo que o público, local e remoto, reconheça o associativismo negro, as práticas festivas e a resistência cultural presentes no Clube Guarani.

A exposição virtual intitulada “Rainhas do Carnaval do Clube Guarani: memória, negritude e ancestralidade em Arroio Grande/RS (1970-2003)” propõe uma imersão na memória das soberanas do Clube Guarani, um clube social negro fundado em 1920, voltado para a inserção e fortalecimento da comunidade negra arroio-grandense, que era segregada dos demais espaços sociais da cidade.

Esta exposição foi concebida como uma forma de socializar a dissertação de mestrado da autora, realizada no Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da UFPEL. Por meio deste estudo, busca-se analisar como a criação da exposição virtual funciona como uma ferramenta de acesso democrático à memórias historicamente silenciadas,

¹ Pesquisa desenvolvida em nível de mestrado para o Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural - Universidade Federal de Pelotas.

² É mestra em Memória Social e Patrimônio Cultural pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) e pós-graduanda em Artes, também pela UFPEL. Graduada em Tecnologia em Gestão do Turismo pela Universidade Federal do Pampa (Campus Jaguarão). Atuou, por três anos, como Coordenadora de Memória e Patrimônio do município de Arroio Grande. Atualmente, é membro suplente do Colegiado Setorial de Memória e Patrimônio do Rio Grande do Sul e sócia efetiva do Instituto Histórico e Geográfico de Arroio Grande. Integra o grupo de pesquisa Turismo, educação, hospitalidade, cidade e políticas públicas (cnpq/unipampa) e desenvolve projetos autorais como agente cultural, entre eles o Memórias Plurais, iniciativa de mediação cultural com foco no ambiente digital.



evidenciar como a ação atua na valorização da estética e da memória da comunidade negra local, e discutir a potencialidade da cultura digital na valorização de narrativas decoloniais.

Para atingir esses objetivos, a pesquisa adotou uma metodologia que combinando pesquisa bibliográfica, com revisão de autores que discutem estética, decolonialidade e cultura digital, pesquisa qualitativa, que incluiu entrevistas e coleta de relatos da comunidade, pesquisa descritiva, que sistematizou informações sobre o Clube Guarani e seus carnavais, e pesquisa-ação participativa, que possibilitou a construção colaborativa da exposição virtual, envolvendo a própria comunidade na curadoria e compartilhamento de memórias.

Espera-se que este estudo demonstre como a cultura digital pode ser utilizada como forma de decolonizar as práticas tradicionais de abordagem das memórias subalternas, promovendo novos modos de reconhecer e preservar a história. Além disso, este trabalho visa incentivar práticas educacionais e culturais inclusivas, que valorizem o campo da memória social e a diversidade cultural

2. RAINHAS DO CARNAVAL DO CLUBE GUARANI: O ASSOCIATIVISMO NEGRO NO EXTREMO SUL DO RIO GRANDE DO SUL

O município de Arroio Grande está localizado no extremo sul do Rio Grande do Sul, a aproximadamente 48 km de Jaguarão, que faz fronteira com o Uruguai, e a pouco mais de 300 km de Porto Alegre, capital do estado (SCHRODER, 2023). Sua origem remonta ao início do século XVIII, com a distribuição das primeiras sesmarias a casais de açorianos. Conforme o autor, além da presença açoriana, a formação de Arroio Grande foi marcada, de modo predominante, pela presença de africanos e de seus descendentes.

Cabe destacar que a base econômica local estava ligada à criação de gado e à indústria pastoril e, para a manutenção dessas atividades, utilizava-se predominantemente a mão de obra de pessoas escravizadas (KOSBY, 2011). Os resquícios da escravidão evidenciam não apenas a exploração de africanos e seus descendentes, mas também a significativa proporção que estes representavam na população: em 1858, somando-se os dois distritos de Arroio Grande, havia 3.929 moradores, dos quais 1.833 eram escravizados(as).

Com o fim desse regime, a população negra passou a enfrentar novos desafios e obstáculos, o que deu origem a novas formas de luta, que já se faziam necessárias durante a escravidão, mas que no pós-abolição exigiram novos contornos. “É nesse sentido que as



associações de resistência se tornaram importantes aliadas na busca pelo direito dos afrodescendentes serem reconhecidos como cidadãos capazes de organizar-se socialmente” (SOARES, 2025, p. 35).

Dentre as associações de resistência, destacam-se os Clubes Sociais Negros, espaços fundados por famílias negras com o objetivo de promover a sociabilidade, o fortalecimento e o estreitamento dos laços comunitários, além da articulação política e social. Em grande parte, esses clubes foram criados como resposta à segregação racial, que impedia a presença da população negra nos clubes organizados pelos não negros. Conforme mapeamento realizado por Escobar (2010), mais da metade dos Clubes Negros encontra-se no Rio Grande do Sul, o que revela que a região foi polo de organização comunitária negra e resistência frente à segregação racial.

Em Arroio Grande foi fundado o Clube Guarani, em 26 de fevereiro de 1920, a partir da organização e articulação de um grupo de amigos negros, mais especificamente os senhores “João Lúcio, Alvião Lúcio, Idílio Freitas, Carlos Ferreira, Evaristo Cardoso e, como presidente, João Medeiros” (QUADRADO, 2012).

Em virtude dessa ruptura, as famílias negras de Arroio Grande passaram a ter um local corporificado para realizar suas manifestações festivas e integrarem-se, estreitando suas relações e se fortalecendo juntas. Vale ressaltar que o clube se tornou uma referência de associativismo no município (SOARES, 2025, p. 36).

79

Neste contexto, a instauração do Clube Guarani marca um período de forte segregação racial, tornando-se não apenas um espaço de festa, mas também uma resposta à carência de locais destinados a sociabilidade negra. Para além do caráter festivo, o clube, diante das questões raciais, configurou-se como um espaço político de articulação e resistência.

Fundado em um período carnavalesco, o clube destacou-se pelos ilustres carnavais que promovia, refletindo o entusiasmo e a energia contagiante de seus sócios e frequentadores. O auge dessas festas ocorreu entre as décadas de 1970 e 1990, período em que também passou a ser realizada a escolha da Rainha do Carnaval.

A Rainha do Carnaval passou a ser mais um título de beleza do Clube Guarani. Desde as primeiras décadas de sua fundação, já existem registros de certames envolvendo as associadas, como Garota Axé, Mais Bela Negra, Rainha do Carnaval, Rainha da Primavera, Boneca Café e Garota Guarani. Para Oliveira (2020) os Clubes Sociais Negros promoviam esses concursos com



o intuito de valorizar e exaltar a estética negra das sócias e frequentadores, ao fazê-lo, confrontavam o padrão eurocêntrico de beleza e afirmavam a existência de uma estética própria e representativa.

A titulação da soberana era feita a partir da escolha entre os presidentes e a diretoria. Não havia um certame tradicional, mas sim a indicação por parte dos gestores da agremiação. A ausência de mulheres na presidência do clube até 2006 e a escassez delas na diretoria fizeram com que a seleção das moças, bem como as decisões importantes, fossem de domínio masculino. “A soberana não representava a agremiação apenas internamente, mas tornava-se, ainda, uma figura de prestígio em eventos municipais, como nos demais clubes sociais da cidade e no carnaval de rua” (SOARES, 2025. p. 132).

Sendo assim, ser Rainha do Carnaval do Clube Guarani fez parte do processo de construção e afirmação da autoestima das moças tituladas, uma vez que essa posição lhes concedia um papel de destaque, valorizando sua presença e estética, e possibilitando que mulheres racializadas ocupassem uma posição de prestígio naquele clube.

3. EXPOSIÇÃO VIRTUAL: CELEBRAÇÃO DA MEMÓRIA, NEGRITUDE E ANCESTRALIDADE DAS RAINHAS NEGRAS

80

A exposição virtual “Rainhas do Carnaval do Clube Guarani: memória, negritude e ancestralidade em Arroio Grande/RS (1970-2003)” teve como objetivo socializar a dissertação de mestrado da autora, por meio de fotografias e relatos coletados ao longo da pesquisa. A iniciativa buscou aproximar o conhecimento, que frequentemente permaneceria restrito ao ambiente acadêmico, torna-se acessível a um público mais amplo.

Nesse contexto, a exposição apresentou parte da história e da memória do Clube Guarani e de suas soberanas, direcionando-se tanto à comunidade arroio-grandense quanto a outros interessados no tema. Inaugurada em julho de 2025, a mostra destacou o concurso de Rainhas do Carnaval como um espaço de afirmação da autoestima das tituladas, momento possibilitado pelos Clubes Sociais Negros.

Além da galeria de fotografias e das memórias compartilhadas, os visitantes têm acesso à obra do artista arroio-grandense Zé Darci, que retratou na obra “Velhos Carnavais” o arrastão, que era o ato simbólico de levar a soberana até sua residência. Além disso, os visitantes podem registrar sua visita, acessar os comentários e conhecer a equipe executora.



Entre a equipe técnica, destacam-se o orientador da pesquisa, Prof. Dr. Lúcio Menezes Ferreira, e a coorientadora, Profa. Dra. Rita Juliana Soares Poloni; Erick Araújo, que auxiliou na revisão textual; e Maristela Corrêa e Lizandro Araújo, que contribuíram com fotografias e entrevistas. A atividade contou ainda com o apoio institucional do Colegiado Setorial de Memória e Patrimônio do RS, do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas, do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial (COMPIR), do Instituto Ateliê da Laje e do Memorial do Carnaval.

Dentre os principais resultados da exposição virtual, destaca-se sua função como facilitadora de acesso à memória e à história local. A mostra recebeu diversos visitantes, provenientes de diferentes regiões do Brasil, número expressivo considerando que Arroio Grande é um município interiorano. Trata-se de um facilitador de acesso ao conteúdo, embora não seja totalmente inclusivo, uma vez que o acesso à internet não está disponível para todos.

A repercussão da exposição contou com comentários e compartilhamentos, tanto nas redes sociais quanto na própria plataforma. A comunidade local também participou: ex-rainhas do concurso e antigos frequentadores do Clube Guarani visitaram a mostra, reconhecendo seu valor para a preservação da memória do clube e de seus eventos.

Diversos comentários ressaltaram a clareza e o valor cultural da iniciativa, e também foram feitas sugestões para a realização de novas exposições sobre temas acadêmicos relacionados. De maneira geral, o retorno indicou interesse e reconhecimento do público pelo projeto.

Além de promover engajamento, a exposição consolidou-se como um importante registro público, traduzindo em linguagem acessível os resultados da pesquisa acadêmica e garantindo que o conhecimento produzido alcançasse parte da comunidade que lhe dá sentido.

Outro aspecto relevante é o alcance proporcionado pelo ambiente virtual, que amplia a circulação da memória coletiva sem demandar grandes investimentos. No caso específico dessa exposição, não houve aplicação de recursos financeiros diretos, o que evidencia seu potencial como ferramenta de democratização cultural e científica.

4. CULTURA DIGITAL E DECOLONIALIDADE

Considerável parte dos meios de comunicação tem distribuído seu conteúdo de forma digital, sejam jornais, revistas, a indústria da música, do cinema, entre outros. O conteúdo digital



torna-se, assim, imprescindível para alcançar o público que se concentra no consumo desses serviços (BORTOLAZZO, 2016). Entretanto, ainda conforme o autor, a tecnologia digital vai além dos meios de comunicação: ela é ampla e pode estar vinculada até mesmo a atividades e demandas cotidianas, como acessar contas bancárias e realizar pagamentos. Dessa forma, vivenciamos uma era em que nossas ações necessitam do recurso digital e portanto são constantemente monitoradas.

Lapa, Pina e Menou (2019) afirmam que as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) possibilitam que os sujeitos ampliem sua autonomia, tomem decisões, produzam conteúdo e informação, além de dinamizarem suas práticas cotidianas, como o trabalho, o estudo e a socialização. Essas novas tecnologias criam, assim, novas formas de ser e de pensar, multiplicando as maneiras de estar e interagir no mundo contemporâneo.

Salientamos, trata-se de uma inclusão que transcende a concepção comum desta primeira forma - ter acesso a - e inclui o que denominamos aqui de ser sujeito na cultura digital. Implica ser capaz de amalgamar suas singularidades em contextos culturais mais amplos, mediados pelas TIC (LAPA, PINA E MENU, 2019, p. 422).

Nesse momento, os autores destacam a importância de compreender a tecnologia não apenas como um mero receptáculo de informações, do qual nos tornamos reféns, mas como um espaço que deve ser utilizado de forma consciente, permitindo que o indivíduo assuma uma postura de sujeito ativo. Trata-se de participar criticamente do ambiente digital, expressar-se de maneira autônoma e utilizar essa ferramenta como um meio de compreender, interagir e questionar o mundo ao seu redor.

Isso quer dizer que a cultura digital não é neutra, ela pode tanto reproduzir discursos existentes quanto gerar novos discursos. Esse espaço pode auxiliar a refletir sobre as relações de poder historicamente construídas, como a colonialidade. Segundo Quijano (2005), a colonialidade do poder é uma estrutura que organizou identidades e posições hierárquicas, colocando alguns grupos em posição de superioridade em relação a outros, perpetuando mecanismos de dominação e inferiorização de certos sujeitos, como negros e indígenas. A partir dessa perspectiva, o ambiente digital pode refletir esses conflitos, pois está imerso em contextos culturais e históricos que influenciam quem é ouvido e visibilizado, evidenciando a necessidade de uma comunicação digital crítica e reflexiva.



No que tange à exposição virtual mencionada nesta pesquisa, ela serve exatamente para isso, promover uma cultura digital que proporcione reflexão. Não se trata de uma vitrine online, mas de uma oportunidade para pensar e questionar as relações de poder, o contexto de segregação racial e a importância da fundação dos Clubes Sociais Negros, bem como dos certames de beleza que surgem nesses espaços de convivência.

Muitas exposições contam histórias, histórias de objetos, de pessoas, de eventos, de processos. Se já tradicionalmente se faz uso de diversas estratégias midiáticas para contar estas histórias, a tecnologia só vem aumentar essas possibilidades (CHELINI, 2016, p. 63).

A autora reflete sobre as exposições como instrumentos para contar histórias e preservar memórias, destacando o papel potencializador da virtualidade como ferramenta de ampliação dessas narrativas.

Para Moura (2019), existem discursos e formas de pensar e repensar o mundo a partir do que foi produzido na América Latina, não com o objetivo de desconsiderar a produção ocidental, mas de abranger e valorizar ideias que nos representem: “Trata-se de (re)pensar criticamente a colonialidade intelectual que opera sobre as epistemes latino-americanas” (MOURA, 2019, p. 38).

Buscar a decolonialidade por meio da cultura digital implica propor uma reconfiguração dos espaços e da própria produção do saber. Trata-se de construir um domínio tecnológico que transcenda o eurocentrismo, reconhecendo outras formas de pensar e produzir conhecimento. Nesse contexto, as tecnologias da informação podem abrir caminhos para a descolonização do conhecimento digital, favorecendo a circulação de diferentes perspectivas, histórias e memórias.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se, portanto, que a exposição “Rainhas do Carnaval do Clube Guarani: memória, negritude e ancestralidade em Arroio Grande/RS (1970–2003)” cumpriu com o propósito de tornar acessível a memória e a história de mulheres historicamente silenciada, socializando, por meio do ambiente virtual, o resultado de uma pesquisa acadêmica que resgata as formas de sociabilidade negra, no extremo sul do Rio Grande do Sul.



Ao resgatar a história das soberanas do Clube Guarani, o projeto não apenas resgata sua dimensão estética e simbólica, mas também afirma identidade e resistências que historicamente foram submetidas ao esquecimento. Possibilitando também uma forma de registro das narrativas e fotografias das rainhas.

Os resultados demonstram que a cultura digital pode se constituir como um mecanismo de decolonização do conhecimento, possibilitando novas formas de narrar e fomentar histórias que, por um longo período, foram subalternizadas e marginalizadas. A experiência da exposição evidencia que o uso crítico da tecnologia é capaz de ampliar o acesso a diversos debates, neste caso, sobre memória social e diversidade cultural.

Nessa perspectiva, evidenciou-se a potência do meio digital como espaço de produção do saber e valorização de diferentes narrativas. A mostra reafirma a noção de que o ambiente digital pode ser um território de resistência.

REFERÊNCIAS

BORTOLAZZO, Sandro Faccin. O imperativo da cultura digital: entre novas tecnologias e estudos culturais. *Cadernos de Comunicação*, Santa Maria, v. 20, n. 1, p. 1-24, 2016.

CHELINI, Maria Júlia Estefânia. NOVAS TECNOLOGIAS PARA... NOVAS (?)

EXPOGRAFIAS. *Museologia e Interdisciplinariedade*, Brasília, v. 1, n. 2, p. 59-71, Jul/2012.

ESCOBAR, Giane Vargas. Clubes Sociais Negros: lugares de memória, resistência negra, patrimônio e potencial. 2010. 221 f. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural) - Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2010.

KOSBY, Marília. O Clube Guarani: raça, família e parentesco em uma entidade afro-cultural do extremo sul do Brasil. *Revista Encuentros Latinoamericanos*, segunda época, v. 3, n. 2, p. 01-12, jul./dez. 2011.

LAPA, Andrea Brandão; PINA, Antonio Bartolomé; MENO, Michel. Empoderamento e educação na cultura digital. *Educação e Cultura Contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 43, p. 419-438, 2019. GN1 Sistemas e Publicações Ltd.. <http://dx.doi.org/10.5935/2238-1279.20190020>.

MOURA, Eduardo Junio Santos. ARTE/EDUCAÇÃO DECOLONIAL na América Latina. *Cadernos de Estudos Culturais*, Campo Grande, v. 1, p. 31-44, jun, 2019.

OLIVEIRA, Maybel Sulamita de. Garotas bonitas, de cor de canela ou de jabuticaba madura: os concursos de beleza negra no teatro experimental donegro. *Revista do Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas*, Amazonas, v. 12, p. 288-316, Jan/Jun 2020.



QUADRADO, Beatriz Floor. Clube Guarani (1920-2006): tempos de luta contra o preconceito racial em Arroio Grande. Cadernos Clio, Curitiba, v.3, p.93-116, 2012.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. Descolonizar o saber, descolonizar o imaginário. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2000. p. 115-134.

SCHRODER, Victor Faria. A produção do espaço: geografia histórica da cidade de Arroio Grande. Arroio Grande, RS: [s. n.], 2023.

SOARES, Franciéle Gonçalves. Rainhas do Carnaval do Clube Guarani: um Clube Social Negro em Arroio Grande/RS. 2025. 155 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2025.



ENTRELACES DA LUTA COMUNITÁRIA E DA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO AMBIENTAL E ARQUEOLÓGICO: SAMBAQUI RIO VELHO II E O PARQUE NATURAL MUNICIPAL DA CAIEIRA¹

Eduardo da Silva de Castilho | Univille | eduardoedsdc@gmail.com²

Dione da Rocha Bandeira | Univille | dione.rbandeira@gmail.com³

1. INTRODUÇÃO

Este texto parte de projeto de pesquisa e de extensão, vinculado ao Laboratório de Arqueologia e Patrimônio Arqueológico (LAPArq) da Univille, em que se busca analisar o processo de formação do bairro Adhemar Garcia, Zona Sul de Joinville, enquanto espaço de resistência e contestação concomitantemente com a busca popular pela defesa dos patrimônios arqueológicos da localidade. Para isso, parte-se da Arqueologia Pública enquanto área resultante da virada pós-processual da década de 1980, pautando a necessidade de aproximar a arqueologia acadêmica com as massas populares, em uma ideia de “arqueologia vista de baixo”, que não somente utilize do conhecimento dos grupos sociais, mas que atue em conjunto e em favor. Desse modo, a partir de atividades realizadas com diferentes turmas do curso de História da Univille com os moradores do bairro, encontrou-se pontos de concordância dentro das narrativas nas entrevistas de História Oral que aproximam o processo de surgimento das reivindicações da população com a preocupação da defesa da paisagem natural, sendo pontos marcantes o Parque Natural Municipal da Caieira e as percepções da ocupação do Sambaqui Rio Velho II. Desse modo, busca-se aproximar os relatos sociais com as contrariedades das políticas públicas, que empurram cada vez mais a população periférica, (i)migrante para a margem da cidade.

86

Entre 2023 e 2024, o Laboratório de Arqueologia e Patrimônio Arqueológico da Univille (LAPArq) desenvolveu o projeto de extensão “Sambaqui, escola e comunidade - a experiência do Laboratório de Arqueologia e Patrimônio Arqueológico - LAPArq na extensão”, sob coordenação das professoras Dra. Dione da Rocha Bandeira e Dra. Mariluci Neis Carelli. Foi a

¹ Pesquisa vinculada ao Laboratório de Arqueologia e Patrimônio Arqueológico da Univille (LAPArq) e ao Grupo de Estudos Interdisciplinares em Patrimônio Cultural (GEIPAC), associada à projeto de extensão desenvolvido anteriormente.

² Graduando em História na Univille.

³ Docente do curso de História, do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade (PPGPCS), ambos da Univille, e coordenadora do LAPArq.



primeira atividade vinculada à extensão dentro do laboratório e permitiu a abertura de novas discussões, naquele momento, dentro de diferentes possibilidades e metodologias no campo da Arqueologia, pensando juntamente o patrimônio.

Diversas atividades foram realizadas, em diferentes contextos, com diferentes públicos. Em um primeiro momento, a ideia foi justamente trabalhar em conjunto com a professora de História e alunos da Escola Municipal Prefeito Luiz Gomes, no bairro Adhemar Garcia, pensando iniciativas comunitárias que andassem no caminho de uma educação patrimonial entorno ao Sambaqui Rio Velho II, que fica localizado muito próximo à instituição, às margens do rio Cidral (ou Velho). Entretanto, no decorrer da inserção das atividades na rotina do Laboratório, no contato com a comunidade através da participação de alunos do curso de História, e as aulas de campo realizadas no sítio pré-colonial, percebeu-se que as noções de preocupação ambiental, patrimonial e arqueológica, ali, mostravam-se muito mais afloradas e miravam diferentes questionamentos de ordem pública, organizacional, migratória etc.

Diante do exposto, no segundo semestre de 2025, iniciou-se um projeto de pesquisa, em encontro ao projeto de extensão, para aprofundar-se nos questionamentos da possibilidade de uma Arqueologia Pública e Comunitária na Zona Sul, de que modo (e para quem) esta Arqueologia seria feita e por quem. Sendo importante pontuar a excepcionalidade de Joinville: Somente na Baía Babitonga há mais de 140 sítios sambaquis (Ferreira, et al, 2019). Além disso, desde 1972 o Museu Arqueológico do Sambaqui de Joinville (MASJ) vem atuando na esfera patrimonial de preservação destes espaços (Machado, 2018). Ainda assim, os relatos de quem reside próximo, ou em um sítio, movem-se para diferentes considerações que os órgãos que devidamente atuam nestes locais, como o MASJ, já citado, mas também o IPHAN e a Prefeitura Municipal (PMJ).

2. O RIO VELHO II E SUAS TRANSFORMAÇÕES DE TEMPO-ESPAÇO-PAISAGEM

Um dos principais objetivos do projeto de extensão desenvolvido, foi o registro e sensibilização do estado de conservação e preservação do sítio a ser trabalhado. O Rio Velho II, localiza-se no bairro Adhemar Garcia, Zona Sul de Joinville, lugar historicamente marcado por alterações incessantes da paisagem que serão abordadas à frente. Entretanto, no primeiro contato percebeu-se a modificação do espaço natural e patrimonial de forma alarmante.



Diversas construções estavam dispostas na área do sambaqui (figura 1) criando o alarme para o modo como os órgãos estariam atuando para evitar estas ocupações “indevidas”.

Figura 1



Fonte: autoria própria, 2024.

Além disso, se olharmos as imagens aéreas, percebe-se a mudança na paisagem ainda mais acentuada (figuras 2 e 3).

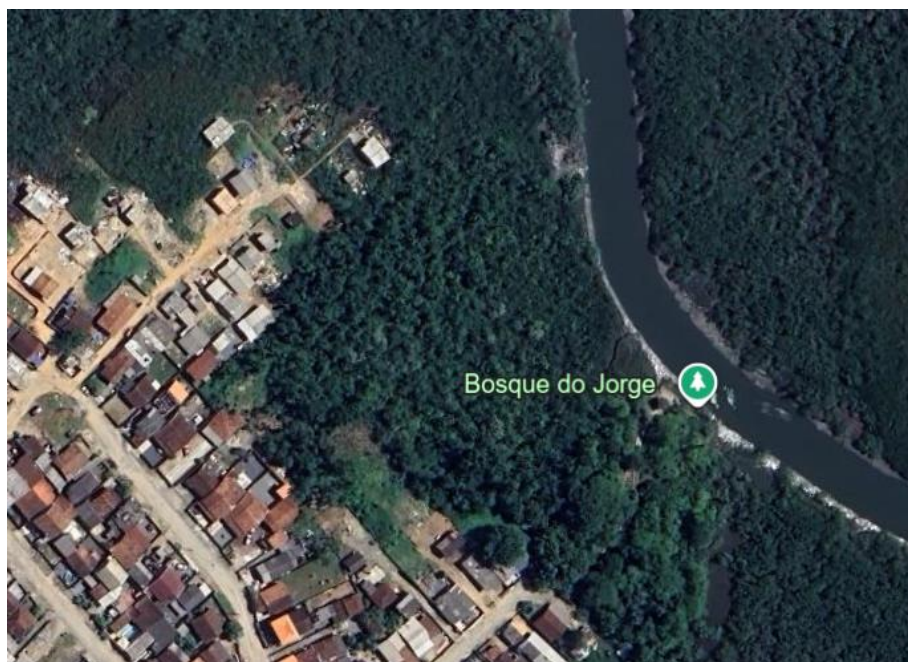
Figura 2



Fonte: Google Earth. 24 de agosto de 2014.



Figura 3



Fonte: Google Earth. 08 de fevereiro de 2024.

A partir de uma postura crítica quanto à sensibilidade do espaço, o contato primário com os moradores, outra visão tornou-se presente, o que permitiu olhar para além do patrimônio em si, mas de suas relações com o espaço e a comunidade que o entorna. Obviamente, o impacto ambiental e arqueológico de uma ocupação humana descompassada em cima do patrimônio, protegido por lei, é imensurável. Os sambaquis passam por um processo de assimilação à área urbana em Joinville, gerando impactos, principalmente, devido à expansão do município. Porém, em um olhar de igualdade, deve-se procurar saber o que tem a dizer quem habita o espaço. Para além de um sítio sambaquiano pré-colonial, a presente pesquisa pretende assimilar a importância de entendê-lo também como uma zona de arqueologia urbana, de resistência, e “ouvir” a paisagem através dos relatos orais.

3. A HISTÓRIA ORAL E A ARQUEOLOGIA PÚBLICA COMO METODOLOGIAS DE RESISTÊNCIA

Um dos principais objetivos do projeto de extensão do LAPArq era agregar a metodologia da Arqueologia Pública na análise do sítio em questão. Esta área da Arqueologia surge após a virada pós-processual no campo, vinculada aos estudos marxistas dos anos 1970 e 1980 (Carvalho; Funari, 2007). Assim, como a História Pública, que destacarei adiante, a AP



buscava uma maior integração entre a sociedade e a disciplina acadêmica, fugindo dos espaços universitários como único meio para desenvolvimento da prática arqueológica (Carvalho; Funari, 2007). Para além desta, trago também o destaque para a Arqueologia Comunitária, muitas das vezes associada diretamente à outra, mas que gera ênfase justamente nos grupos comunitários que se vinculam aos estudos.

Quando digo que para além de um sítio pré-colonial, deve-se encarar o Rio Velho II como sítio urbano, é escancarar sua proeminência diante de um espaço de construção de narrativas arqueológicas do tempo presente, que, justamente dialogam com diferentes esferas e campos. Para isso, o trabalho com e para a comunidade é inerente, indo ao encontro com o que se destaca da AP.

Porém, para além disso, com o decorrer do projeto, surgiu a possibilidade de realizar-se entrevistas de História Oral, juntamente com os discentes da disciplina de História e História Oral, ministrada pela professora Ilanil Coelho em 2024/2. A História Oral também é instrumento e metodologia que se adequa e possibilita a abertura de um campo, neste caso o da História, para escutar e trabalhar com a população fora do espaço acadêmico. Neste sentido, diversas possibilidades de narrativas foram construídas.

Para facilitar o processo de acesso à população, iniciou-se o contato também com a Associação de Moradores do Adhemar Garcia. Assim, dentre moradores, militantes e a professora da escola trabalhada, cinco entrevistas foram realizadas.

Em uma introspecção de análises entre as possibilidades da AP e HO, diversas construções de paisagem, meio ambiente, usos do espaço e passado foram montadas. Dentre as narrativas, apesar de as perguntas se direcionarem à percepção do sambaqui e do patrimônio do local a partir de uma Arqueologia vista de baixo, as vinculações com um passado sindicalista, ligado à pastoral operária, de lutas e de resistência se sobressaiu, mostrando as diversas conexões possíveis em cima de um sítio que gera esta integração de passado-presente em diferentes camadas.

Uma destas figuras, Dona Chica (figura 4), é uma das principais lideranças comunitárias no Adhemar Garcia e através de sua conversa com os alunos do curso de História da Univille, além da concessão de entrevista, percebemos como as percepções quanto ao Parque Natural Municipal da Caieira e o Sambaqui Rio Velho II se vinculam à memória migrante do bairro. Muitos de seus moradores, segundo as narrativas, chegaram à região durante as décadas de 1970 e 1980, motivados pelas oportunidades na indústria de Joinville.



Figura 4



Fonte: Acervo LAPArq. 2024.

Ilanil Coelho (2010), alega que a partir da segunda metade do XX, devido ao desenvolvimento industrial, ondas migratórias se movimentaram para Joinville, entretanto, a falta de moradia e segregação espacial fez parte do contingente se direcionar às regiões alagadiças. Podemos traçar um paralelo relacionando com a própria história de formação do Adhemar Garcia, nos anos 1980, iniciando como loteamento e expandindo sua área. Coelho (2010) também destaca a necessidade de analisar a região a partir dos movimentos negros e diversas expressividades que se movimentavam contra a conduta de “cidade ordeira”. Muitos dos moradores se recordam de um processo de estabelecimento de grupos vinculados à Igreja Católica, como a pastoral operária, atuando na luta dos trabalhadores, principalmente dentro dos grupos sindicalistas do período, criando grupos de formação teórica e crítica do processo que vivenciavam.

Mas, como pensar a questão ambiental e patrimonial dentro deste processo? À medida que entendemos os sítios também como urbanos, resultados de processos de tomada, de movimentações contrárias à norma empregada pelo avanço de uma onda neoliberal em Joinville, principalmente à periferia, na Zona Sul, o espaço e a paisagem estão totalmente vinculadas. A sensibilidade dos moradores quanto ao Rio Velho II, por exemplo, se destaca a partir da luta da população pela proteção ambiental da região, momentos de conflito com a prefeitura.



Os relatos que cruzam a formação de uma comunidade engajada na luta social e política com as necessidades de defesa patrimonial e ambiental estão presentes de diversos modos nas entrevistas. É interessante analisar que parte dos moradores não reconhece exatamente o “casqueiro” Rio Velho II como patrimônio ambiental e arqueológico, mas sim espaço de ocupação. Esta diferença se contrasta com o Parque Caieira à medida que este é visto, sim, como local de intervenção de cunho de preservação e de lazer ambiental.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebendo as insurgências da população do bairro, principalmente conectado às questões de ordem patrimonial, como destacado, percebe-se a intervenção do poder público e suas instituições para repressão e controle destas pautas. O Adhemar Garcia, por si, constituindo uma região periférica de Joinville, acaba sendo inerente a um palco de singularidade nos direitos sociais e acesso à cidade. A atuação da PM e da PMJ no combate a violência também é prevalente nos relatos, principalmente ao percebermos como a região do sambaqui se constitui em torno de uma área ocupada por facções. Estas intervenções, de características violentas, se ressoam no imaginário da comunidade acerca da real proteção destes órgãos.

Além disso, tem-se percebido como o avanço neoliberal de cercar o centro às populações periféricas em Joinville se acentua, cada vez mais a parcela mais pobre é empurrada às margens do município, para as regiões marcadas pela paisagem do mangue, aqui ressoando também as características ambientais e de sensibilidade. Podemos citar, por exemplo, o caso ocorrido em julho de 2025, em que a prefeitura, em conjunto à Polícia Militar, Celesc e Águas de Joinville, mandou demolir residências no bairro Ulysses Guimarães, também na Zona Sul, pois estavam localizadas em uma APP - Área de Preservação Permanente - seguindo a prerrogativa de “que conforme o Decreto 36.070/2019, “cabe ao Poder Público promover ações para evitar a ocupação irregular de áreas públicas e preservar as chamadas APP (Áreas de Preservação Permanente)”.”

Este processo de ocupação é dicotômico. Leva a pensarmos sobre a liminaridade entre a proteção arqueológica e ambiental devida do espaço, mas também do acesso de moradia dessa população geralmente (i)migrante, estigmatizada e periférica. O caso do Ulysses pode ser um prenúncio de como as medidas tomadas pela política joinvilense, geram dualidades sobre



a real preocupação com a proteção ambiental e a escancarada falta de medidas efetivas para garantir o apoio às famílias que vivem nestas áreas claramente não por escolha.

Por fim, destaca-se como a cidade possui instituições importantes e de referência nesta ordem, como o próprio MASJ,

O caso do Sambaqui Rio Velho II e o entorno composto pelo rio Cidral e vegetação de manguezal espremidos por loteamentos e ocupações irregulares é um reflexo da falta de políticas abrangentes e efetivas de proteção ao patrimônio arqueológico e ambiental do município e das pessoas que por falta de condições ocupam a periferia do município e área (mal)protegidas. Também compreende um processo de reflexão sobre a atuação de instituições de referência na cidade, no caso o MASJ, nesta área e outras semelhantes, de maneira que se preocupe com a natureza social do espaço.

A continuidade da pesquisa apresentada seguirá no sentido de reconhecer as políticas públicas no município de Joinville, compreender o papel das instituições patrimoniais e reconhecer o lugar ocupado pelos indivíduos migrantes e periféricos nas ações públicas, bem como os usos e apropriações de espaços de lazer conectados a sítios de sambaqui, como o Parque Natural Municipal da Caieira.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, A. V de et; FUNARI, P. P. A. “Arqueologia e patrimônio no século XXI”: As perspectivas abertas pela Arqueologia Pública. In: **III ENCONTRO DE HISTÓRIA DA ARTE – IFCH/UNICAMP**. Campinas, SP, n. 3, p. 133–140, 2007.

COELHO, Ilanil. **Pelas tramas de uma cidade migrante (Joinville, 1980-2010)**. 2010. 376 f. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

FERREIRA, Jessica et al. Reflexões sobre a pesca pré-colonial na Baía da Babitonga, Litoral Norte de Santa Catarina, Brasil. **Cadernos Lepaarq**, v. XVI, nº 32, p. 138-155, Julho/Dezembro 2019.

FERREIRA, L. M. Sob fogo cruzado: Arqueologia Comunitária e Patrimônio Cultural. **Revista de Arqueologia Pública**, São Paulo, n. 3, p. 81-92, 2008.

MACHADO, Diego Finder. **Marcas da profanação: versões e subversões da ordem patrimonial em Joinville - SC**. 2018. 441 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.



LITERATURA, MUSEU E OS LUGARES DA ESCRITA

Claudinei Sevegnani | Secretaria Municipal de Educação de Araquari |
sevegnaniclaudinei@gmail.com¹

1. ESCREVER OUTROS MUNDOS

Lugar é uma espacialidade vivida pelos indivíduos, compreendida por relações culturais e históricas em que coabitam experiências, memórias, desejos, encontros e disputas de narrativas. A cidade é uma possibilidade de múltiplos lugares que se interseccionam e se atritam, produzindo as suas culturas. Ao tomar a cidade de Joinville como mote de criação, o projeto *Lugares em escrita literária* propõe, por meio de contos ficcionais, a construção de percepções distintas sobre os lugares que constituem este território. Aprovado pelo Edital da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB) – 2024 para execução em Joinville, o projeto selecionou dez pessoas de diferentes regiões da cidade. Os encontros foram realizados no Museu de Arte de Joinville, que surge como território dinâmico de trânsito de poéticas, de sentidos e de criação de atmosferas que propiciam contextos férteis de discussão. O museu é um disparador para um tipo de criação literária que se propõe na interface com a cidade. As paisagens urbanas e simbólicas participam de um movimento de rememoração de histórias e de ficcionalizações, denotando características de uma cidade brasileira resultante também dos processos de expropriação e invisibilização de identidades, aspectos discutidos ao longo do projeto e que participam dos contos. Literatura e museu constituem-se como espaços de ficção onde suas linguagens presentificam o que está ausente, não se opondo à realidade, mas criando possibilidades de reinterpretação, de contação de outras histórias e de tensionamento das complexidades que habitam a cidade.

94

A cidade, enquanto lugar de experiências, afetos e disputas, se apresenta como campo fértil para a criação literária. Escrever a cidade ou sobre a cidade pode ser uma tarefa de reinterpretações, em que a construção de outros imaginários se dá no tensionamento com as realidades múltiplas que atravessam o tecido social e simbólico de seus territórios. A literatura é também uma agente de construção crítica e política e pode desvelar processos por vezes invisibilizados por narrativas hegemônicas que tentam justificar atrocidades através de um

¹ Doutor em Artes Cênicas e Mestre em Dança pela Universidade Federal da Bahia. Professor de Artes e Coordenador do Grupo Interdisciplinar de Formação para o Ensino – Secretaria Municipal de Educação de Araquari.



discurso de pacificação e de progresso, e que destitui territorialidades embaralhando as lógicas de origem dos povos.

Joinville é o ponto de partida do projeto *Lugares em escrita literária* – aprovado pelo Edital da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB)/2024. Em execução no ano de 2025, o projeto articula literatura, memória e cidade através de uma oficina literária realizada no Museu de Arte de Joinville, com publicação de um livro de contos.

Numa cidade de príncipes e de colonização europeia, a lógica dominante tenta exercer controle sobre as histórias dissidentes. Escrever outros mundos será sempre uma necessidade e uma das muitas formas de reparação cruciais para o reconhecimento das diversidades. Esse é um dos objetivos do projeto: construir e apresentar outros modos de contar as histórias, e contar as histórias através de perspectivas distintas daquelas que apenas se restringem aos mitos das descobertas e das pacificações ou que fazem alusão a elas, em produções literárias que se conformam com a lógica da universalização.

2. SOBRE O PROJETO LUGARES EM ESCRITA LITERÁRIA

O projeto Lugares em Escrita Literária articula a reflexão, a prática e a formalização da escrita literária, com a publicação de um livro de contos, em que as pessoas participantes são instigadas a explorar as percepções sobre os lugares da cidade de Joinville, ao articularem e compartilharem suas referências e memórias sobre o que aparentemente se institui como o mesmo lugar.

Foram selecionadas 10 (dez) pessoas para participar da oficina de escrita. A oficina abordou aspectos teóricos e práticos da literatura, com a leitura, análise e discussão de textos literários brasileiros, tendo como foco principal a criação no gênero conto. Durante o processo, as pessoas participantes tiveram a oportunidade de entrar em contato com teorias literárias, conhecer elementos do mercado editorial e desenvolver suas habilidades por meio de exercícios de escrita criativa. O Museu de Arte de Joinville despontou como espaço de aglutinação destes desejos, fomentando um tipo de escrita literária que se deu na relação com as paisagens patrimoniais e seus desdobramentos.

Os contos produzidos ao longo da oficina integram um livro intitulado *paisagens movediças: dez contos para uma cidade*. A arte da capa foi criada por uma artista residente em



Joinville, que utilizou referências visuais e simbólicas com ênfase nos mangues e morros que permeiam este território.

Para marcar o lançamento da obra, é realizado um evento com a presença dos autores participantes, que integram uma mesa de conversa para compartilhar o processo criativo do livro. Como forma de ampliar o acesso à produção, exemplares são distribuídos gratuitamente às Bibliotecas Públicas Municipais.

O projeto Lugares em escrita literária propõe, portanto, a disseminação do acesso à literatura, o desenvolvimento de estratégias e de atividades de formação em escrita e a valorização da escrita literária como meio para a constituição da diversidade de percepções sobre escrita e literatura, promovendo a bibliodiversidade através da circulação de publicações que expressam múltiplas percepções de mundo. Este projeto também incentiva o desenvolvimento da escrita como estratégia para a formação de leitores.

3. TENSÕES, MEMÓRIAS E REALIDADES IMAGINADAS

Para pensar e agir sobre o projeto, foram delineados recortes conceituais e selecionados textos literários brasileiros contemporâneos. É preciso que se afirme que todo recorte pressupõe uma base ideológica e por isso o projeto fomentou práticas de leitura de contos que apresentassem relações com o escrever a cidade, escrever sobre a cidade, escrever a partir da cidade, sempre com uma perspectiva crítica. Dentre as referências, pode-se citar: Ruth Ducaso (Luciany Aparecida), Geovani Martins, Natália Borges Polesso e Conceição Evaristo, que promovem, de maneiras singulares, ações de enunciação territorial.

As escolhas de diferentes vozes para contar diferentes histórias tendo a cidade como pano de fundo denota a possibilidade de estabelecer relações que escapam de uma lógica de produção literária universal. Toda pessoa escreve a partir de um lugar, mesmo que não escreva sobre esse lugar. A literatura não é isenta. Toda pessoa possui uma base ideológica e toda escrita se assenta a partir de um lugar. Adotar essa perspectiva é crucial para o entendimento de que, ao escrever sobre outra realidade que não a sua própria, será necessário estabelecer um estado de pesquisa que possa de fato produzir uma escrita que se desfaça dos perigos dos estereótipos. A tendência de uma escrita descuidada é a de produzir visões de mundo distorcidas. Por isso é importante compreender o lugar que se ocupa para, a partir disso, produzir seus sentidos. A ideia do lugar de fala pretende “[...] refutar uma pretensa



universalidade. Ao promover uma multiplicidade de vozes o que se quer, acima de tudo, é quebrar com o discurso autorizado e único, que se pretende universal.” (RIBEIRO, 2019, p. 69).

Algumas questões serviram de base para os encontros: Como escrever o lugar? Quais são as singularidades do lugar de cada pessoa? Como essas singularidades se interseccionam, constituindo-se em outras? Quais são as linhas de desejo que aparecem no texto? Como as experiências se inscrevem na escrita? Estas perguntas também movimentaram as reflexões sobre uma identidade de escrita e de leitura que dizem respeito às formas com que cada pessoa percebe o seu entorno, e provocaram a consciência de que toda realidade é também imaginada — e que as narrativas que compartilhamos moldam o mundo que percebemos cotidianamente: “[...] uma realidade imaginada é algo em que todo mundo acredita e, enquanto essa crença partilhada persiste, a realidade imaginada exerce influência no mundo.” (HARARI, 2017, p. 41).

De que lugar estamos falando? Sobre qual lugar estamos escrevendo? Pensar e agir sobre o território demandam aberturas e possibilitam visualizar as fissuras das memórias, espaços de recriação para o fortalecimento e ampliação de repertórios.

O termo lugar abrange uma miríade de concepções. Para o projeto Lugares em escrita literária, lugar é categoria geográfica e existencial, é espaço vivido, carregado de significados culturais, históricos e afetivos, compreendido por relações culturais e históricas que fomentam e constituem as existências. O lugar é onde as pessoas produzem suas memórias, nas relações e nas tensões com aspectos simbólicos, contribuindo e provocando transformações ao longo do tempo. Portanto, a cidade é uma possibilidade de múltiplos lugares que se interseccionam e se atritam, produzindo culturas. Ao escrever sobre lugares, os sujeitos, além de descreverem o espaço, o (re)constroem simbolicamente: “[...] um pensamento crítico diante de nossas realidades contemporâneas, mas também diante de nossos passados possíveis de serem revisitados e ressignificados.” (ACHINTE, 2014, p. 157, tradução minha).

Ao propor a escrita da cidade a partir de perspectivas singulares e coletivas, o projeto quer tensionar as narrativas hegemônicas sobre Joinville. Como espaço marcado por processos de expropriação, escravização e invisibilização de identidades, a cidade abriga memórias encarnadas que muitas vezes permanecem ausentes dos discursos oficiais.

A literatura, nesse sentido, atua como prática de contra-colonização e denúncia. Os contos produzidos nas oficinas incorporam aspectos discutidos ao longo dos encontros, como a memória urbana, os apagamentos históricos e os jogos de poder que permeiam a constituição dos lugares. A escrita é um espaço de resistência e de invenção de realidades outras, ao mesmo



tempo em que se despe de uma utilidade imediata prática, o que, de certo modo, a liberta para que possa se apresentar de múltiplas formas: “Diferentemente dos outros usos da linguagem, mais funcionais e utilitários, a literatura não tem função definida: meio e fim coincidem.” (JAFFE, 2023, p. 14). Isso não quer dizer que a literatura se desfaz de seu lugar de potência mobilizadora de transformação. Pelo contrário: é nesse processo de destituição de uma funcionalidade primária que a literatura injeta sua capacidade de reinventar e mover lógicas de mundo.

Durante os encontros, as pessoas participantes foram convidados a mapear e narrar seus próprios percursos na cidade, transformando lugares cotidianos em paisagens simbólicas e literárias. Por meio de exercícios de escrita criativa, as pessoas experimentaram ficcionalizações a partir de pontos históricos específicos, bem como de localizações geográficas e políticas no jogo das relações que constituem a cidade. Ora escrevendo a partir do lugar de um objeto, ora tensionando referências culturais, as propostas de exercício contribuíram para um tipo de pensamento permeado pela mudança de foco discursivo.

O museu teve participação mobilizadora nos processos de criação. O museu não apenas acolhe a criação, mas se transforma em agente espacial, ressignificando seu papel como produtor de conhecimento poético e político. A escolha do Museu de Arte de Joinville como espaço da oficina potencializa as interfaces entre museologia, literatura e cidade, ao pensar o museu como território vivo que acolhe processos criativos e que promove o encontro entre memória, ficção e pertencimento.

A arquitetura do museu exerce influências sobre os processos da escrita e instaura um tipo de fluxo ao fazer emergir memórias e atmosferas conectadas com a força histórica do ambiente, que carrega em si uma marca também colonial.

A partir dessa perspectiva, a escrita se afirma como um gesto político, poético e coletivo — capaz de restaurar ausências e de ativar memórias escondidas sob o concreto da cidade. Os contos produzidos para o projeto explicitam um modo de composição que se dá na interface da literatura com o museu, da literatura com a cidade, da literatura com o patrimônio material e imaterial. A cidade, nesse contexto, é entendida não como entidade homogênea, mas como rede de lugares tensionados, percorridos e reinventados pela escrita.

A museologia contemporânea reconhece os museus como territórios em disputa e propõe uma revisão crítica de seus fundamentos tradicionais: “Os museus são também zonas de negociações e, por vezes, zonas de conflitos e disputas.” (RUSSI E ABREU, 2019, p.41). O



museu pode criar articulações entre sujeitos, memórias, territórios e saberes, possibilitando a emergência de narrativas plurais e fortalecendo a construção de imaginários outros que possam escapar do estado atual das coisas. As narrativas são campos de força que tensionam as realidades e que podem tecer ou desestabilizar estruturas de poder já consolidadas. Cada nova voz que se irrompe é uma fagulha de choque.

Museu e literatura são espaços de ficcionalização e de produção de conhecimento (CALDEIRA e JUVÊNCIO, 2025). O museu, enquanto espaço que abriga atividades distintas, surge como lugar de deslocamentos do imaginário. O diálogo estabelecido aponta para o reconhecimento de que, para dar conta da complexidade da vida, são necessárias estratégias de criação que flertam com a ficcionalização. Literatura e museu, portanto, propõem espaços de ficção ao mobilizar formas de dizer o mundo (MENESES, 2002).

4. REINVENTAR A ESCRITA

A literatura pode ser um lugar para que sejam contadas outras histórias, constituindo um posicionamento crítico frente à história única que cria estereótipos e que concentra o poder: “Histórias importam. Muitas histórias importam. [...] histórias podem também ser usadas para capacitar e humanizar.” (ADICHIE, 2009).

Na esteira da colonialidade, existem cidades outras que foram apagadas e que necessitam ressurgir, transmutadas num tipo de contemporaneidade que se pretende na multiplicidade e na diversidade. “A história não é uma narrativa única, mas milhares de narrativas alternativas. Sempre que escolhemos contar uma delas, escolhemos também silenciar outras.” (HARARI, 2016, p. 184).

É preciso também que se reinventem os modos de escrever para esfacelar os modelos que não atendem às emergências dos corpos dissidentes e suas palavras. Museu e literatura podem ser lugares de fazer invadir o campo simbólico das coisas já estabelecidas.

Ao integrar práticas de formação literária, escuta ativa e criação coletiva, o projeto quer contribuir para o fortalecimento de identidades leitoras e escritoras, fomentando formas de instigar uma produção literária que é local e que por isso deve ser valorizada, contrapondo-se à noção pretensiosa da universalização. Todo conhecimento é localizado e cria “[...] condições distintas de estar, ser, pensar, conhecer, aprender, sentir e viver.” (WALSH, 2009, s/n, tradução minha).



O projeto Lugares em Escrita Literária evidencia o potencial da literatura como ferramenta de reinterpretação do espaço urbano e de valorização das múltiplas vozes que compõem a cidade. A escrita literária pode ser um lugar de deslocamentos e de construção de vozes múltiplas e pode assumir, também, um lugar de denúncia. Propor um projeto de escrita em grupo é também uma postura de reimaginações.

REFERÊNCIAS

ACHINTE, Adolfo Albán. Arte, docencia e investigación. In.: BORSANI, María Eugenia; QUINTERO, Pablo (Orgs.). *Los desafíos decoloniales de nuestros días: pensar en colectivo*. Neuquén: EDUCO – Universidad Nacional del Comahue, 2014.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. O perigo de uma história única. TED – Ideas worth spreading, jul. 2009. Disponível em: https://www.ted.com/talks/chimamanda_adichie_the_danger_of_a_single_story?language=pt-br. Acesso em: 23 fev. 2018.

CALDEIRA, Ana Paula Sampaio; JUVÊNCIO, Carlos Henrique. Arquivos, museus e bibliotecas como espaços de produção de conhecimento: apresentação do dossiê. In.: *Acervo*, [S. l.], v. 38, n. 1, p. 1–5, 2025. DOI: 10.64729/an.acervo.v38i1.2595. Disponível em: <https://revistaacervo.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/2595>. Acesso em: 3 nov. 2025.

HARARI, Yuval Noah. *Sapiens: uma breve história da humanidade*. Trad. Janaína Marcoantonio. Porto Alegre: L&PM, 2017.

JAFFE, Noemi. *Escrita em movimento: sete princípios do fazer literário*. São Paulo: Companhia das Letras, 2023.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. O museu e o problema do conhecimento. In.: *Anais do IV Seminário sobre Museus Casa: pesquisa e documentação*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2002.

RIBEIRO, Djamila. *Lugar de fala*. São Paulo: Sueli Carneiro: Polén, 2019.

ROCHA DO VALLE, Ana Luiza; CARVALHO BRITTO, Clovis. Museus, museologia e literatura: representações de mundo e técnicas narrativas. In.: *Museologia & Interdisciplinaridade*, Brasília, v. 10, n. 19, p. 305–335, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.26512/museologia.v10i19.36728>. Acesso em: 1 out. 2025.

RUSSI, Adriana; ABREU, Regina. Museologia colaborativa: diferentes processos nas relações entre antropólogos, coleções etnográficas e povos indígenas. In.: *Horizontes antropológicos*. Porto Alegre, ano 25, n. 53, p. 17-46, jan./abr. 2019. Disponível em:



<https://www.scielo.br/j/ha/a/CPrCPbWpCJPY5KjhW7fFmCx/?lang=pt>. Acesso em: 17 out. 2025.

WALSH, Catherine. Interculturalidad crítica y educación intercultural. *In.: Seminario Interculturalidad y educación intercultural*. Instituto Internacional de Integración del Convenio Andrés Bello, La Paz, 2009. Disponível em: . Acesso em: 12 mar. 2018.



TECENDO SABERES, ALINHAVANDO EXPERIÊNCIAS: ENCONTRO COM MULHERES DA COMUNIDADE REMANESCENTE QUILOMBOLA RIBEIRÃO DO CUBATÃO EM JOINVILLE/SANTA CATARINA

Eduarda Pacheco Daggetti | INESA | eduardapacheco.d@gmail.com¹

Maiara Priscila Cardoso | INESA | maiaracardoso634@gmail.com²

Lara Camile Avila | INESA | laracamileavila@gmail.com³

Ana Caroline Capitani | INESA | anaccapitani@gmail.com⁴

Fernanda Dalonso | Univille | contato.dalonso@gmail.com⁵

Roselete Fagundes de Aviz | UFSC | roseavizz@gmail.com⁶

1. INTRODUÇÃO

O objetivo do presente trabalho é compreender as experiências registradas durante o estágio básico no curso de Psicologia. Com ênfase em processos grupais, o estágio segue com a promoção de espaços vivenciais entre ensino e comunidade. Os encontros acontecem com mulheres da comunidade remanescente quilombola Ribeirão do Cubatão, em Joinville/Santa Catarina.

Como enfatiza hooks⁷ (2023), o processo de cura e autorrecuperação das mulheres negras está intrinsecamente ligado à coletividade, pois é na relação com as outras que se torna possível romper com os mecanismos de opressão e fortalecer a consciência de si e da comunidade. Assim, o fortalecimento das redes de apoio e a possibilidade para que contêm suas histórias, questionando os costumes tradicionais, subvertendo as interpretações naturalizadas, mostrando como inovam com suas práticas libertárias e seus saberes singulares, constituem caminhos fundamentais para a emancipação e o bem-viver das mulheres quilombolas. Portanto, ao observar as violências históricas impostas pelo racismo estrutural, a violência de gênero, a misoginia e pela colonialidade do poder e da vida, os encontros com mulheres da comunidade remanescente quilombola Ribeirão do Cubatão, buscam criar um espaço de acolhimento, fortalecimento e reconstrução do pertencimento étnico-racial,

¹ Graduanda em Psicologia.

² Graduanda em Psicologia.

³ Graduanda em Psicologia.

⁴ Graduanda em Psicologia.

⁵ Doutora em Patrimônio Cultural e Sociedade pela Univille.

⁶ Doutora em Educação pela UFSC

⁷ O nome “bell hooks” foi inspirado na sua bisavó materna, Bell Blair Hooks. A letra minúscula pretende dar enfoque ao conteúdo da sua escrita e não à sua pessoa.



possibilitando que mulheres quilombolas se reconheçam como principais agentes de suas histórias e dos processos de transformação social.

Esse contexto permite observar as dinâmicas sociais, culturais e históricas que permeiam o grupo da comunidade localizada na zona rural na cidade de Joinville (SC), especialmente no que diz respeito ao protagonismo das mulheres quilombolas e aos desafios enfrentados em razão da invisibilidade social e das desigualdades estruturais.

Ao longo do estágio, buscou-se compreender a partir de dramatizações referenciadas pelo psicodrama e rodas de conversas alinhadas com a perspectiva teórica de bell hooks (2023) como o pertencimento étnico-racial e a ancestralidade influenciam as práticas coletivas e individuais, além de identificar caminhos para fortalecer a identidade e o papel dessas mulheres na comunidade, especialmente voltadas para a construção do comum, cada vez mais ameaçado pelas políticas neoliberais.

2. COMUNIDADE RIBEIRÃO DO CUBATÃO

Registros históricos indicam a presença dos negros na região do Ribeirão do Cubatão desde meados do século XIX. Em 1851, o local fazia parte da Colônia Dona Francisca, situada na divisa do atual município de São Francisco do Sul com Pirabeiraba, distrito de Joinville (SC). Na época, toda a área pertencia a São Francisco do Sul e era composta majoritariamente por zonas rurais, com presença significativa de fazendas e sesmarias (Aviz, 2024).

De acordo com Maia *et al.* (2013), o rio Cubatão é responsável por abastecer 70% da cidade de Joinville e do Rio Pirai da cidade. Os outros 30% é direcionado para serviços de esgoto, além disso o rio possui um elemento central na formação histórica e cultural da comunidade, sendo berço de memórias e vivências que moldaram a identidade local.

Atualmente encontram-se nessa região duas comunidades quilombolas: Beco do Caminho Curto e Ribeirão do Cubatão, ambas certificadas em 2019. Tal constatação evidencia não apenas a luta pela permanência territorial, mas também a resistência cultural diante de décadas de exclusão e silenciamento. O cotidiano das famílias é marcado pela força coletiva, ancestralidade e o desejo de manter viva a memória de seus antepassados, reforçando a identidade quilombola, ao mesmo tempo em que lutam para modificar interpretações naturalizadas sobre si.



A Comunidade Quilombola também é marcada por costumes ancestrais que se constituem a partir das práticas ligadas à saúde como o uso de plantas medicinais, à benzeção e ao parto e ao resguardo. Estes costumes despertam a memória coletiva e fortalecem o vínculo entre o território e a história de seu povo, expressando modos próprios de existir e cuidar (Aviz, 2023).

De acordo com Aviz, 2023 os saberes expressam sua identidade:

Nos conhecimentos culturais incorporados, uma pluralidade de saberes se manifesta, sejam eles de natureza filosófica, estética, técnica, entre outros; quer nos mais notáveis eventos socioculturais, quer nas mínimas e invisíveis ações do cotidiano. Em tudo o que fazemos, expressamos o que somos, o que nos impulsiona, o que nos forma, o que nos torna integrantes de um grupo, conjunto, comunidade, cultura e sociedade (Aviz, 2023 p. 153).

A educação, neste território, sempre esteve sob a responsabilidade de pessoas da própria comunidade, indivíduos que todos possuíam vínculos. Conforme com essa realidade, os relatos apresentados no livro “Preto No Branco Um Livro Vivo, por Aviz e Silva Filho (2024)” evidenciam as dificuldades de acesso à escola, quando a educação não era obrigatória.

Dito isso, a relação da comunidade com a educação vai muito além dos ensinamentos sistematizados da escola, as disciplinas de estudo estão fundamentadas com os saberes e fazeres transmitidos pelos idosos, expressando aspectos singulares que compõem sua identidade cultural.

3. MULHERES DO RIBEIRÃO DO CUBATÃO

Apesar da presença viva dos saberes ancestrais e da força cultural que atravessa a comunidade, muitas mulheres continuam enfrentando a desvalorização de sua mulheridade negra e de seus conhecimentos tradicionais, um reflexo do processo histórico de negação e silenciamento que, segundo hooks (2023), é sustentado por estruturas racistas e patriarcais que moldam a forma como as mulheres negras são vistas e tratadas socialmente. Essa realidade se agrava diante da ausência de espaços que promovam a auto recuperação, expressão e fortalecimento coletivo, fundamentais para reconstruir a dignidade e a consciência crítica das mulheres negras (hooks, 2023).



No contexto da comunidade, as mulheres negras são caracterizadas como sujeitos impactados por marcadores de gênero, raça e posição social, o que intensifica sua vulnerabilidade e invisibilidade diante das estruturas de exclusão histórica. Ao mesmo tempo, seu cotidiano é atravessado por múltiplas responsabilidades, que vão do trabalho doméstico ao cultivo da terra, do cuidado com familiares à atuação política. Tarefas essenciais à reprodução da comunidade, mas frequentemente naturalizadas como obrigações não reconhecidas (Fernandes, 2020).

Nesse sentido, compreender as experiências dessas mulheres requer reconhecer que a resistência cotidiana é uma forma de existência política e afetiva. Inspiradas pela ancestralidade e pela memória coletiva, elas ressignificam suas trajetórias a partir da solidariedade, do cuidado e da partilha de saberes, transformando o sofrimento histórico em potência de reconstrução.

4. METODOLOGIA

A metodologia proposta nos encontros baseia-se no cuidado de si como ponto de partida para que o coletivo se transforme, compreendida sob a perspectiva de bell hooks (2023). O projeto propôs encontros que envolveram rodas de conversa, vivências expressivas e dramatizações simbólicas a partir do psicodrama, favorecendo o compartilhamento de experiências e a ativação de vínculos comunitários.

Os encontros foram estruturados seguindo as etapas previstas no método do psicodrama/teatro espontâneo de Aguiar (1999): (A) Aquecimento (*warm-up*): o encontro iniciava com atividades destinadas a preparar o grupo para o trabalho coletivo e para a temática. (B) Dramatização: cada subgrupo apresentou suas discussões, em geral por meio do teatro espontâneo. Definiram a situação específica a ser representada, podendo recriar coletivamente cenas. (C) Compartilhamento (*sharing*): após a dramatização, abria-se um espaço de partilha coletiva.

Ao reconhecer essas mulheres como portadoras de conhecimento e agentes de transformação, os encontros visam contribuir para a ampliação de sua autonomia, poder de fala e reconhecimento social, promovendo, assim, saúde psíquica e fortalecimento do protagonismo da história da mulher quilombola em Santa Catarina.

5. COMPREENSÕES PARCIAIS



Os encontros foram elaborados com o intuito de fortalecer a presença feminina no coletivo e incentivar a expressão de sentimentos e vivências. Serão compartilhadas parte das experiências de intervenções grupais e compreensões sobre o reconhecimento do papel das mulheres na preservação da cultura quilombola, na ampliação dos vínculos comunitários e no fortalecimento da identidade étnico-racial. A intervenção “Traçando Vidas” foi realizada no primeiro encontro com a comunidade Ribeirão do Cubatão onde detinha como objetivo evidenciar as memórias criadas pelos laços geracionais e reconhecer a importância da mulher na ancestralidade.

Partindo de uma prática comum entre elas: o trabalho com tecidos e com crochê, entregamos a elas 4 linhas de crochê das cores azul, roxo, rosa e branco, conforme demonstrado na Figura 1. Formando duplas ou trios, as participantes amarravam os fios enquanto compartilhavam histórias sobre uma mulher marcante em sua trajetória. Ao tecer fios e histórias, criaram juntas um símbolo coletivo de pertencimento. Em seguida, houve um momento de partilha, no qual puderam expressar suas percepções sobre a experiência vivenciada.

Figura 1- Intervenção Traçando Vidas.



Fonte: as autoras (2025).

Legenda: Preparação para a união dos fios e relatos de histórias.



Após a realização da intervenção, todos os fios utilizados pelas mulheres foram reunidos, e uma das participantes se voluntariou para confeccionar uma flor de crochê. A Figura 2 apresenta a produção da participante. Dessa forma, deu-se continuidade às artes de fazer e à valorização dos saberes ancestrais e, principalmente a possibilidade para que elas pudessem "erguer a voz" (hooks, 2019), contando histórias, domínio que envolvem as subjetividades, as emoções, os sentimentos e os afetos.

Figura 2 - Intervenção Traçando Vidas.



Fonte: as autoras (2025).

Legenda: Resultado da união dos fios de todas as mulheres em forma de arte.

A intervenção "Do que você precisa?" foi organizada com papéis dispostos sobre a mesa, cada um contendo uma palavra. As mulheres foram convidadas a escolher aquele que representasse algo de que precisavam naquele dia.

Após a escolha, formaram duplas e compartilharam o motivo de sua escolha. Em seguida, reuniu-se o grupo em uma grande roda, onde cada dupla apresentou o que a outra precisava e suas razões pela escolha. Seguindo o método, grupos apresentaram cenas cocriadas a partir das aproximações de discussão da temática. Ao final, compartilharam suas reflexões sobre o encontro. Manifestaram identificação umas com as outras e expressaram apoio mútuo, fortalecendo os laços comunitários, enfatizando o cuidado de si e do outro como elementos



fundantes na experiência e no fortalecimento pessoal e coletivo do que se faz comum: comunidade.

Figura 3 - Dinâmica: Do Que Você Precisa?



Fonte: as autoras (2025).

Legenda: Representação simbólica do que cada mulher precisa em sua vida.

Esses momentos coletivos, favorecem a escuta ativa, a espontaneidade e a construção coletiva de sentido. Foi possível perceber que as heranças culturais da comunidade como as artes de fazer e o canto são elementos potentes, saberes tradicionais confluem com a saúde emocional e física.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização do Estágio Curricular Básico do curso de Psicologia, na Comunidade Remanescente Quilombola do Ribeirão do Cubatão, reafirma a potência das trocas entre universidade e território proporcionando vivências significativas pautadas na escuta, no respeito às singularidades culturais e na valorização dos saberes tradicionais. Ao longo do processo, foi possível construir uma prática que articula teoria e realidade social, permitindo o desenvolvimento de habilidades essenciais para o exercício ético e crítico da Psicologia.

O contato com as mulheres quilombolas revelou a força dos vínculos comunitários e a relevância da ancestralidade como base para a construção da identidade e do cuidado coletivo. As atividades desenvolvidas demonstraram que espaços de fala, escuta e partilha são fundamentais para promover a saúde emocional e fortalecer a autonomia dos sujeitos, especialmente em contextos marcados por desigualdades históricas e sociais.



A proposta metodológica, fundamentada no psicodrama, contribuiu para a criação de um ambiente acolhedor a partir da dramatização, possibilitando que as participantes se reconheçam como protagonistas de suas histórias. Essa abordagem, está alinhada com o referencial teórico pela perspectiva de bell hooks (2023), o que permite compreender o sofrimento psíquico dentro do entendimento dos atravessamentos culturais pelos marcadores identitários primários.

Conclui-se que o estágio cumpriu seu papel formativo ao proporcionar uma experiência que ampliou a compreensão sobre o papel da Psicologia em contextos comunitários. O trabalho desenvolvido fortaleceu o compromisso com uma atuação sensível às diferenças, atenta às necessidades do território e comprometida com o contexto social. A experiência vivenciada permanecerá como um marco importante na formação e, reafirmando a importância de uma Psicologia que se constrói em diálogo com as realidades vividas pelos sujeitos.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Moysés. **Teatro espontâneo e psicodrama**. Editora Agora, 1999.

AVIZ, Roselete Fagundes. **Preto no branco: um livro vivo**. Florianópolis: Editora Cruz e Sousa, 2024. Acesso em 16 jun. 2025.

FERNANDES, S. L.; GALINDO, D. C. G.; VALENCIA, L. P.. **Identidade quilombola: atuações no cotidiano de mulheres quilombolas no agreste de Alagoas**. Psicologia em Estudo, v. 25, p. e45031, 2020. Disponível em <https://www.scielo.br/j/pe/a/HQ9q3vV8g3GmkDxDmVjpM6k/>. Acesso em 16 jun. 2025.

HOOKS, Bell. **Irmãs do inhome** [livro eletrônico]: mulheres negras e autorrecuperação / bell hooks; tradução floresta. -- 1. ed. -- São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2023. Acesso em 16 jun 2025.

MAIA, B. G. O.; KLOSTERMANN, J. et al. **Bacias hidrográficas da região de Joinville**. [S.l.]: [s.n.], 2013. Disponível em: link. Acesso em: 16 jun. 2025.

MINISTÉRIO DA SAÚDE DO BRASIL. 2016. **Resolução No. 510 de 07 de abril de 2016**. Ministério da Saúde/Conselho Nacional de Saúde. Diário Oficial da União, edição 98, seção 1. Disponível em: <https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/atos-normativos/resolucoes/2016/resolucao-no-510.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2025.



CAMINHOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS PARA UM ESTUDO SOBRE PATRIMÔNIO INDUSTRIAL E MULHERES OPERÁRIAS EM JOINVILLE (1970–2000)¹

Eleni Lechinski | Univille | elenilechi@gmail.com²

Ilanil Coelho | Univille | ilanilcoelho@gmail.com³

1. INTRODUÇÃO

Escrever uma história das mulheres significa (...) criticar a própria estrutura de um relato apresentado como universal, nas próprias palavras que o constituem. — Michelle Perrot.

Este artigo visa apresentar, em linhas gerais, a construção de referenciais teóricos fundamentais para a análise da presença feminina no setor metalmeccânico de Joinville (1970-2000). Para isso, examinamos a bibliografia sobre industrialização e gênero, articulando-a com o estudo das representações e invisibilidades do trabalho feminino encontradas nas fontes da imprensa da cidade e da fábrica.

O estudo analisa como a presença das mulheres nas fábricas de Joinville foi representada pelos periódicos jornalístico e de que modo essas narrativas contribuíram para conformar a memória e o patrimônio cultural da cidade. A consolidação de Joinville como um polo industrial de Santa Catarina, impulsionada pelo desenvolvimento do setor metalmeccânico e de fundição entre as décadas de 1970-2000, constitui o pano de fundo de nossa reflexão sobre a inserção da mulher no “chão de fábrica”, isto é, no local onde funcionam linhas de produção fabril.

Neste contexto, destacamos a experiência pioneira da Fundação Tupy que, em 1974, deu início à contratação de mulheres. Reportagens da época, como a do jornal *O Estado* (1976)⁴, documentaram a entrada das primeiras 50 mulheres solteiras na linha de produção.

¹ Pesquisa vinculada ao projeto de apoio financeiro FAPESC – Fundo de Amparo à Pesquisa de Santa Catarina.

² Doutoranda do programa: Patrimônio Cultural e Sociedade (Univille).

³ Professora Dra. Ilanil Coelho, orientadora da pesquisa.

⁴ A Fundação Tupy S.A. fez a primeira experiência com um grupo de cinquenta mulheres. A empresa fez um amplo estudo e chegou à conclusão de que havia muitos preconceitos, principalmente por ser este um tipo de experiência pioneira, e porque a maioria da população não tinha ainda uma mentalidade aberta para uma situação. A experiência com as primeiras 50 mulheres (solteiras) demonstrou resultados altamente positivos, modificando, inclusive, os padrões de rendimento estabelecidos pela empresa, com base no trabalho masculino. Mão-de-obra



A historiografia local, marcada por interpretações de caráter econômico e focada no protagonismo masculino e empresarial (FICKER, 1965; TERNES, 1986; ROCHA, 1997; GOULARTI FILHO, 2002), pouco abordou as experiências das trabalhadoras. Essa lacuna é facilmente percebida nos trabalhos de autores considerados clássicos da história local:

- Carlos Ficker (1965), embora essencial para a história inicial de Joinville, não se aprofunda nos processos industriais das décadas posteriores a 1960.
- Apolinário Ternes (1986) ressalta o papel do "espírito familiar" e da "disciplina alemã" como fatores cruciais para o crescimento da cidade, partindo de uma base artesanal.
- Isa de Oliveira Rocha (1997) analisa a gênese e evolução do processo de industrialização, focando no sucesso da substituição de importações e na capacidade de exportação do setor metalmeccânico.
- Alcides Goularti Filho (2002) identifica em Santa Catarina — e, por extensão, em polos industriais como Joinville — uma trajetória de desenvolvimento sustentado por indústrias de base diversificada (madeireira, têxtil, metalmeccânica, entre outras), cuja raiz eurocêntrica e alinhamento com o padrão de acumulação capitalista contribuíram para a reprodução de desigualdades sociais e territoriais. Nesse modelo, embora haja modernização e crescimento industrial, persiste uma diferenciação econômica de base e uma inserção subordinada das microrregiões, o que evidencia que o avanço tecnológico e industrial não equivalem, por si só, à inclusão ou à equalização social. Em Joinville, esse padrão se manifesta na forma de uma industrialização “bem-sucedida” em termos quantitativos, mas que internaliza divisões de classe e de gênero e que pouco altera a estrutura de desigualdade subjacente à economia regional.

Apesar dessas contribuições, permanece uma lacuna significativa: nenhuma dessas narrativas analisa sistematicamente a presença feminina como força de trabalho no processo industrial de Joinville – apesar de sua contribuição relevante ao entendimento do processo industrial em Joinville entre 1970 e 2000. Essa omissão legitima a necessidade de reorientar a pesquisa e incorporar as memórias das mulheres operárias à história do patrimônio industrial da cidade.

A problematização deste estudo, apresenta resultados parciais de uma pesquisa de doutorado em andamento no Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade

feminina resolve problema de empresa do Norte. *Jornal O Estado*, Florianópolis, 06 de maio (1976, p. 9).



da Univille (linha de pesquisa Patrimônio, Memória e Linguagens), reside em compreender como a imprensa fabril representou as mulheres trabalhadoras e de que modo essas narrativas contribuíram para o apagamento histórico da sua presença no patrimônio cultural da cidade. Neste artigo, centra-se a análise em periódicos jornalísticos e empresariais – em especial *A Notícia*, *Correio Tupy* e *O Estado* – com o objetivo de compreender de que modo os registros sobre trabalho, moralidade e eficiência produtiva configuraram as representações da mulher operária no setor metalmeccânico de Joinville entre as décadas de 1970 e 2000. A ausência do protagonismo feminino na historiografia reflete o que Michelle Perrot (1991) identificou como uma necessidade de dar visibilidade às experiências de grupos sistematicamente “excluídos da história”, categoria na qual se inserem as mulheres operárias. Perrot sustenta que “o trabalho feminino foi por longo tempo invisível, porque confundido com as tarefas domésticas ou secundarizado, foi também subestimado na historiografia do trabalho” (PERROT, 1991, p. 85).

O estudo parte do pressuposto de que essa secundarização simbólica — que associa o trabalho da mulher à esfera doméstica mesmo no contexto fabril — constitui coluna vertebral para decifrar as omissões e representações paternalistas evidenciadas na imprensa de Joinville. As representações e a invisibilidade histórica são interpretadas como resultado de uma desqualificação simbólica que impediu o reconhecimento pleno das trabalhadoras como agentes do legado fabril.

A análise delimita-se pela utilização do conceito existencialista de “Outro”, derivado de Simone de Beauvoir (1949)⁵, para interpretar a construção simbólica da mulher operária como categoria auxiliar e secundária no discurso industrial joinvilense. Essa dinâmica de subordinação projeta-se diretamente nos discursos industriais das décadas de 1970 a 2000, nos quais a presença feminina, embora celebrada como modernidade, foi enquadrada como dócil e subsidiária. Além disso, com base em aportes da História Social do Trabalho e dos Estudos de Gênero, compreendemos que essa incorporação ocorreu por meio de contradições. A inserção feminina nas linhas de produção não ocorreu apenas sob o signo de estigmas sociais, mas através deles impulsionou mecanismos de desigualdades salariais e posicionou o trabalho da mulher como “subsidiário” ou “auxiliar” na estrutura produtiva capitalista (SAFFIOTI, 1969).

Ao analisar como a imprensa fabril contribuiu para a formação de discursos que normalizaram e invisibilizaram a presença feminina no “chão de fábrica”, busca-se dar

⁵ Simone de Beauvoir (1949) “definido como ser humano e a mulher como fêmea: todas as vezes que ela se conduz como ser humano, afirma-se que imita o macho”.



visibilidade às trajetórias dessas mulheres e reinseri-las no campo do patrimônio industrial da cidade. A partir desse enfoque, pretendemos demonstrar que o patrimônio industrial não se limita aos bens materiais e às construções visíveis, mas inclui as práticas de trabalho, as memórias e os silenciamentos que moldaram o entendimento de industrialização local.

2. PERIÓDICOS E REPRESENTAÇÃO FEMININA

Na análise dos periódicos fabris da época, constata-se que, embora a entrada das mulheres nas fábricas fosse apresentada como sinal de modernização e progresso econômico — em consonância com o período do “milagre econômico” brasileiro (1968-1973) —, a narrativa veiculada pela imprensa empresarial mantinha uma ótica paternalista. Por exemplo, *Correio Tupy* (1974, p. 5) reconhecia o desempenho feminino “Na produção de peças Tupy, elas participam ativamente. Nota-se hoje a participação ativa e eficiente”, ao mesmo tempo em que reforçava a naturalização de valores biológicos vinculados aos ofícios domésticos. Habilidades femininas como “docilidade” e “responsabilidade moral” eram associadas à produtividade, e o trabalho feminino era qualificado como extensão de atividades domésticas mais do que como parte autônoma da força produtiva. Essas práticas simbólicas funcionaram como dispositivos de poder que legitimaram o controle e a vigilância sobre o espaço fabril e a subjetividade feminina em Joinville, contribuindo para que a mulher operária permanecesse invisível na historiografia subsequente. Em síntese, é imprescindível ampliar a historiografia de Joinville para que o patrimônio industrial seja compreendido não apenas como herança de máquinas e edifícios, mas também como resultado da atuação das mulheres operárias, cuja presença permanece escassamente documentada em arquivos tradicionais.

113

Fontes jornalísticas, especialmente o jornal *A Notícia*, *Correio Tupy*, *O Estado*, entre outros periódicos empresariais, permitem observar como a imprensa local atuou como mediadora das transformações sociais e culturais do trabalho.

A análise postula que o jornalismo industrial operou como instância produtora de significados, buscando normatizar a inserção feminina no ambiente fabril ao associar sua eficiência produtiva e conduta moral aos padrões dos ofícios domésticos. A leitura dessas fontes, sob o prisma teórico de gênero e memória, é fundamental para desvelar como os dispositivos de controle e as representações simbólicas foram cruciais na conformação da memória e do patrimônio cultural urbano. Dessa forma, ao articular linguagem, memória e



gênero, o presente estudo visa adensar a compreensão do patrimônio industrial de Joinville como um campo de produção simbólica e social que requer a inscrição definitiva do protagonismo feminino.

Os periódicos empresariais de Joinville não registravam apenas o cotidiano fabril, mas atuavam como dispositivos discursivos — no sentido foucaultiano (1970) de “conjunto de práticas que sistematizam-os, regulam-nos, sustentam-nos e conferem-lhes visibilidade” — legitimando papéis de gênero e naturalizando desigualdades, assim evidenciado em pesquisa anterior (LECHINSKI, 2014)⁶.

O jornal *A Notícia* ilustrou a cidade de Joinville, com publicações importantes sobre a inserção da mulher no espaço fabril (metalurgia). A reportagem “A participação da mulher na força de trabalho” (*A NOTÍCIA*, 30 jan. 1976), reforça a compreensão sobre a mão de obra feminina como colaboradora eficiente e moralmente exemplar. Já o periódico interno da *Fundição Tupy*, o *Correio Tupy* (1973, p. 16), anunciava: “Elemento Feminino na área industrial. Agora, entretanto, com a extraordinária expansão da empresa e graças à implantação de métodos ensejados pela moderna tecnologia, abriu-se campo ao elemento feminino, em trabalhos condizentes”. Nessa construção discursiva, a “mulher” é reduzida a “elemento” — termo que despersonaliza e sugere substituíbilidade — e não como operária que participa de modo pleno, coletivo e historicamente localizado no avanço industrial da empresa. O uso da expressão “trabalhos condizentes” revela uma delimitação normativa: ela pode participar, desde que seu trabalho se insira em categorias já legitimadas pelo sistema produtivo masculino. A visibilidade concedida à presença feminina torna-se, assim, medida de adesão a normas de gênero industrialmente definidas, ao invés de reconhecimento de agência ou autonomia no processo fabril.

Conforme Tania Regina de Luca (2005), os jornais devem ser analisados não apenas como repositórios de fatos, mas como “práticas de linguagem que exprimem relações de poder, disputas ideológicas e estratégias de legitimação social” (LUCA, 2005, p. 113). Para ela, a imprensa é um “espaço privilegiado de construção de sentidos” (p. 117), onde se materializam os embates entre memória, cultura e representação. Assim, ao examinar os periódicos

⁶ Indústria metalmecânica em Joinville: no setor da macharia, a mão de obra é das mulheres (décadas de 1970 e 1980) - A pesquisa se concentra na cidade de Joinville e investiga a inserção da mão de obra feminina em um setor tradicionalmente dominado por homens, a indústria metalmecânica, com um recorte específico no setor de macharia de grandes empresas, como a Tupy, durante as décadas de 1970 e 1980.



joinvilenses, compreende-se que eles não apenas informaram o público, mas atuaram na formação de uma consciência industrial e de um imaginário social sobre o papel das mulheres nas fábricas. As páginas de *A Notícia* e *Correio Tupy*, portanto, constituem verdadeiros laboratórios de observação das relações entre discurso, gênero e trabalho, permitindo acessar as camadas simbólicas que estruturaram a cultura fabril da cidade.

A invisibilidade histórica das mulheres operárias na historiografia industrial de Joinville demanda uma análise que vá além da simples omissão, entendendo a exclusão como parte de um sistema estrutural. Angela Davis (2016) fornece a lente necessária para essa leitura ao afirmar que a opressão de gênero se articula inseparavelmente a outras formas de dominação, operando como um mecanismo ideológico unificado. A autora demonstra essa correlação ao postular que: “a opressão é um sistema interligado, um ‘profundo vínculo ideológico’ onde raça, classe e gênero operam simultaneamente.” (DAVIS, 2016, p. 30). Desse modo, compreendemos que o silenciamento das trabalhadoras do chão de fábrica deve ser lido como uma prática de poder que reforça a narrativa hegemônica do desenvolvimento industrial, a qual privilegiou historicamente o sujeito masculino, branco e empresarial.

Diante da natureza ideológica da exclusão, entendemos que a pesquisa precisa submeter a memória seletiva do patrimônio industrial de Joinville a uma rigorosa crítica histórica. Jacques Le Goff (2003) ajuda-nos a situar essa tarefa no campo da História ao sublinhar que a memória social precisa de organização e escrutínio constante para se converter em História. O historiador enfatiza que “a história é a memória organizada das sociedades. É a memória de um grupo, de uma época ou de uma civilização, transmitida sob a forma de saber, mas que deve ser constantemente criticada.” (LE GOFF, 2003, p. 100). Assim, a crítica historiográfica às fontes impressas (jornais e periódicos empresariais) que serviram como mediadoras dessa memória seletiva devem buscar desvelar, os dispositivos de poder que operaram com estigmas e com o apagamento feminino do legado fabril.

Para superar o viés das narrativas jornalísticas e atender à crítica da memória proposta por Jacques Le Goff, este estudo insere-se na tendência contemporânea de valorização da experiência individual. Conforme Beatriz Sarlo (2007), essa guinada subjetiva legitima a recuperação das vozes historicamente marginalizadas como chave para reescrever o passado. A autora explica que: “o tempo passado, como cultura da memória, privilegia a subjetividade e a experiência individual em detrimento das narrativas totalizantes da história.” (SARLO, 2007, p. 16). Portanto, a incorporação da História Oral (entrevistas com as ex-operárias metalúrgicas)



é fundamental para recuperarmos as tensões, os trabalhos e as sociabilidades das mulheres, reinscrevendo-as como protagonistas da construção do patrimônio industrial⁷ de Joinville.

A interconexão teórica entre escritos de Angela Davis, Jacques Le Goff e Beatriz Sarlo fundamenta a abordagem teórico metodológica e crítica desta pesquisa, orientando-nos a uma escrita inclusiva, da memória e história industrial de Joinville. Nós utilizamos o diagnóstico de Davis (2016) em *Mulheres, Raça e Classe* para compreendermos o silenciamento das mulheres operárias não como um lapso acidental, mas como um resultado sistemático da intersecção entre gênero e classe na estrutura industrial. Este aporte permite-nos interpretar as representações da imprensa, como as veiculadas pelo *Correio Tupy* e *A Notícia* (1970–2000) como parte de um sistema ideológico que legitima desigualdades socioeconômicas e de gênero em diferentes tempos e ambientes fabris e em seus entornos.

Diante da seletividade histórica, como apontada por Le Goff (*História e Memória*, 2003), nós caberia o dever de submeter a memória seletiva do patrimônio industrial de Joinville a uma crítica rigorosa e organizada, ou seja, problematizar as fontes documentais procurando desvelar as nuances do poder que atuaram como mediadoras da memória fabril.

A linguagem utilizada reforça o papel da mulher como agente de harmonia e produtividade, vinculando sua presença ao progresso industrial. Dessa forma, os jornais se constituem como arquivos de memória cultural (ASSMANN, 2011), capazes de revelar as disputas simbólicas em torno do trabalho feminino.

Já, na perspectiva de Sarlo (*Tempo Passado*, 2007) acerca das subjetividades que envolvem testemunhos de memória, apostamos na valorização da experiência individual das ex-operárias — a ser produzida por meio da História Oral como chave para desestabilizar as narrativas totalizantes e que naturalizam os agenciamentos do desenvolvimento industrial joinvilense. Ao articularmos esses autores, buscamos transcender a leitura monumental do patrimônio e inserir a mulher como protagonista da história industrial da cidade de Joinville/SC.

No que tange às reflexões sobre Memória, Linguagem e Poder, valemo-nos das contribuições de Michel Foucault (1996) e Aleida Assmann (2011). Compreendemos, que os

⁷ A Carta de Nizhny Tagil é um importante documento internacional para a preservação do patrimônio industrial. Ela foi elaborada e adotada pelo Comitê Internacional para a Conservação do Patrimônio Industrial (TICCIH - The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage) durante o 12º Congresso Mundial realizado em Nizhny Tagil, Rússia, em 2003.



impressos funcionam como espaços de produção de memória e de poder simbólico. Algumas das representações das operárias, ao mesmo tempo em que conferem visibilidade à presença feminina, reforçam hierarquias e disciplinamentos. A narrativa da “mulher disciplinada” legitima práticas de controle e exclusão, naturalizando a desigualdade como parte da ordem produtiva. Essa construção discursiva permite entender a imprensa não apenas como fonte documental, mas como agente ativo na constituição de identidades e memórias coletivas. Assim, os periódicos empresariais e jornalísticos tornam-se fundamentais para compreender a cultura industrial joinvilense e as suas configurações de gênero.

A análise preliminar das fontes jornalísticas evidencia lacunas historiográficas significativas sobre a presença das mulheres na indústria metalmeccânica. As representações construídas pela imprensa, ao mesmo tempo em que reconhecem a inserção feminina, reproduzem estereótipos e silenciamentos. Contudo, cremos que, ao mobilizarmos fontes orais, produzidas pelas próprias trabalhadoras que vivenciaram o espaço fabril, poderemos avançar na interpretação crítica da historiografia e das fontes de imprensa, bem como nos discursos que procuram demarcar seletivamente o patrimônio industrial de Joinville.

3. CONSIDERAÇÕES

117

A análise das representações da mulher operária na imprensa industrial de Joinville, entre as décadas de 1970 e 2000, permitiu identificar como os periódicos empresariais e jornais locais contribuíram para a construção simbólica da presença feminina no espaço fabril. As fontes analisadas — como *A Notícia*, *O Estado* e *Correio Tupy* — revelam que o discurso jornalístico não se limitou a registrar a inserção das mulheres na produção industrial, mas atuou como mediador de sentidos e de valores sociais, associando o trabalho feminino a atributos de disciplina, moralidade e eficiência.

Embora as fontes jornalísticas reconhecessem a inserção das trabalhadoras, elas reforçaram sua posição como agentes de ofícios estigmatizados — comuns à «parte inferior» da cadeia produtiva — e naturalizaram hierarquias de gênero no campo do trabalho. Simultaneamente, a imprensa assume o papel de fonte privilegiada para analisar a construção da memória operária e do patrimônio industrial, uma vez que articula linguagem, poder e representação.



Confirmamos a relevância das fontes jornalísticas para o estudo do patrimônio industrial em Joinville e para a reinterpretação desse patrimônio como campo de disputas simbólicas. A abordagem adotada demonstra que o patrimônio industrial não deve ser compreendido apenas como herança de máquinas e edifícios, mas como resultado vivo das experiências e memórias das mulheres operárias.

REFERÊNCIAS

A NOTÍCIA. A participação da mulher na força de trabalho. A Notícia, Joinville, 30 jan. 1976.

ASSMANN, Aleida. Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

BEAUVOIR, Simone de. O segundo sexo. [A data de 1949 é da primeira edição, a referência deve ser ajustada para a edição consultada pelo projeto]. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, [Ano da edição consultada].

CORREIO TUPY. Elemento feminino na área industrial. Joinville, 1974, p. 12.

CORREIO TUPY. Na produção de peças Tupy, elas participam ativamente. Joinville, 1974, p. 5.

DAVIS, Angela Y. Mulheres, raça e classe. [A data de 2016 é da primeira edição brasileira, a referência deve ser ajustada para a edição consultada pelo projeto]. São Paulo: Boitempo, [Ano da edição consultada].

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. História oral: memória, tempo e estratégias de pesquisa. São Paulo: Contexto, 2006.

FICKER, Carlos. História de Joinville. Joinville: Imprensa Ipiranga, 1965.

FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso. São Paulo: Loyola, 1996.

LE GOFF, Jacques. História e memória. 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

PERROT, Michelle. Minha História das Mulheres. Lisboa: [Editora], 1991. [Nota: A obra citada é Minha História das Mulheres. A referência abaixo do arquivo é Os Excluídos da História].

PERROT, Michelle. Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

ROCHA, Isa de Oliveira. Industrialização de Joinville (SC): da gênese às exportações. 1994.



Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal de Santa Catarina,
Florianópolis, 1994.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. A mulher na sociedade de classes: mito e realidade. São Paulo:
Quatro Artes, 1969.

SARLO, Beatriz. Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo:
Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

TERNES, Apolinário. História Econômica e Social de Joinville, 1986.



ENTRE MARÉS E MEMÓRIAS: PROPOSTA DE UM ECOMUSEU NA COMUNIDADE DA PRAIA DO ERVINO

Luiz Fernando Klug | Univille | luizfernandoklug@gmail.com¹
Eloyse Davet | Univille | eloysecdavet@gmail.com²

1. INTRODUÇÃO: O MUSEU QUE MORA NA GENTE

A presente comunicação aborda a intersecção entre museus, poder e representações sociais, ressaltando o fato de que essas instituições não atuam de forma neutra, mas sim como mecanismos que constroem e validam determinadas versões da história, em consonância com as reflexões de Foucault (2016) e Bourdieu (1989). Os museus operam a partir de critérios ideológicos que selecionam memórias a serem preservadas e outras a serem silenciadas, configurando-se como arenas de disputa simbólica e política (Chagas, 2009; Guarnieri, 2010). A partir de uma crítica à museologia tradicional e do reconhecimento das propostas da Nova Museologia, com destaque para o conceito de ecomuseu desenvolvido por Rivière e Varine (2000), o texto propõe um olhar sobre práticas museológicas voltadas ao território e à participação ativa das comunidades. No cenário brasileiro, destacam-se as contribuições da museologia social e da sociomuseologia, defendidas por autores como Chagas e Gouveia (2014), Cândido (2013) e Tolentino (2016), que enfatizam a escuta dos sujeitos marginalizados e a promoção da justiça cultural. Sob essa perspectiva, o estudo analisa o território da Praia do Ervino, em São Francisco do Sul (SC), atravessado por disputas fundiárias, processos de urbanização e apagamentos culturais, como um local viável à criação de um ecomuseu. Inspirado por experiências como o Museu da Maré e o Museu de Favela, o ecomuseu do Ervino é concebido como instrumento de resistência, pertencimento e valorização da memória coletiva, promovendo justiça territorial e construção compartilhada do espaço (Dardot; Laval, 2017).

120

O Museu Que Mora na Gente não tem paredes frias nem vitrines empoeiradas. Ele pulsa onde a vida acontece: no falar cotidiano, nas redes lançadas ao mar, nas histórias contadas à beira da praia, nas lembranças que atravessam gerações. Em tempos marcados por

¹ Doutorando em Patrimônio Cultural e Sociedade (Univille), membro do Grupo de Pesquisa Direito, Patrimônio, Desenvolvimento e Inovação (PODE).

² Doutoranda em Patrimônio Cultural e Sociedade (Univille), membro do Grupo de Pesquisa Direito, Patrimônio, Desenvolvimento e Inovação (PODE) e do Grupo de Pesquisa Subjetividades e (auto)biografias.



apagamentos simbólicos e disputas territoriais, os museus comunitários emergem como espaços vivos de escuta, resistência e pertencimento. Este artigo propõe uma reflexão sobre as potencialidades dos ecomuseus como instrumentos de valorização dos saberes locais, tomando como ponto de partida a Praia do Ervino, em São Francisco do Sul (SC), onde o território e a memória se entrelaçam como forma de existir e resistir. Ao considerar o museu como prática social (Tolentino, 2016) enraizada no cotidiano das pessoas, busca-se pensar novas possibilidades para a museologia contemporânea, não como abrigo do passado, mas como espaço de futuro compartilhado.

A construção de museus comunitários vem ganhando relevância crescente no campo da museologia contemporânea, especialmente em contextos marcados por disputas territoriais, apagamentos históricos e ameaças à diversidade cultural. Nesse cenário, os ecomuseus se apresentam como dispositivos de memória e pertencimento, articulados aos princípios da museologia social (Chagas; Gouveia, 2014; Cândido, 2013; Tolentino, 2016). A escolha da comunidade da Praia do Ervino se justifica por seu contexto singular — uma área de transição entre o rural e o urbano, marcada por modos de vida tradicionais em diálogo e tensão com o turismo e a especulação imobiliária. Ao considerar esse território como ponto de partida para pensar um projeto museológico, destaca-se a importância de proteger não apenas o patrimônio material, mas também os modos de vida e as formas coletivas de memória que estruturam o pertencimento ao lugar.

Os ecomuseus, pensados desde a década de 1970 como instrumentos de desenvolvimento local e valorização da cultura viva, propõem-se como instituições enraizadas no território e construídas em diálogo direto com as comunidades (Chagas; Gouveia, 2014). Assim, a proposta de criação de um ecomuseu na Praia do Ervino parte da compreensão de que os territórios são configurações simbólicas moldadas por práticas, afetos e disputas, vinculadas à tentativa de “Decolonizar o Museu”, conforme Vergès (2023). No caso do Ervino, o território revela uma sobreposição de temporalidades — saberes tradicionais que persistem nas práticas de pesca artesanal e religiosidade popular convivem com os efeitos do urbanismo acelerado e da especulação imobiliária. Nesse contexto, o ecomuseu aparece como possibilidade de reinvenção da memória comunitária, atuando como dispositivo de escuta, resistência e produção de pertencimento.

A paisagem do Ervino, como apontam Ribeiro (2007) e Besse (2014), expressa os conflitos entre permanência e transformação, entre memória e esquecimento. Reconhecer



trilhas, nomes populares e festas comunitárias como elementos patrimoniais rompe com a lógica monumentalista e afirma o patrimônio como prática viva e situada. Inserido em um contexto de vulnerabilidade ambiental e exclusão institucional, o Ervino convida a repensar a própria ideia de museu. Como demonstram os casos do Museu da Maré e do Museu de Favela, é possível constituir espaços museológicos que não apenas expõem memórias, mas as produzem em diálogo com os sujeitos que habitam os territórios. No Ervino, o ecomuseu pode articular lutas pela regularização fundiária, preservação ambiental e afirmação cultural, projetando futuros possíveis sustentados na justiça territorial e no direito à memória.

2. MUSEUS COMO ESPAÇO DE PODER E REPRESENTAÇÃO

Como sugere Manoel de Barros (1996), “Deixa falar a voz das coisas caladas”, convidando-nos a ouvir aquilo que foi silenciado. Essa poética da escuta se conecta à crítica contemporânea sobre os museus como espaços de poder e representação. Ao selecionar objetos, histórias e memórias, os museus constroem narrativas que parecem neutras, mas estão atravessadas por disputas simbólicas, políticas e epistemológicas. Pensar criticamente essas instituições exige reconfigurar os sentidos de pertencimento e memória, especialmente em territórios onde modos de vida tradicionais são ameaçados ou deslegitimados.

122

A trajetória dos museus está ligada à formação da modernidade ocidental e à consolidação de regimes de saber e poder. Foucault (2016) e Chagas (2003) mostram que essas instituições funcionam como dispositivos que definem o que deve ser lembrado, preservado e celebrado, legitimando algumas memórias enquanto excluem outras. Assim, compreender os museus implica reconhecer os mecanismos que tornam certas narrativas hegemônicas e outras invisíveis, em grandes instituições ou em comunidades periféricas ameaçadas de apagamento cultural.

Autores como Guarnieri (2010), Chagas (2009) e Cândido (2013) enfatizam que a museologia é um campo de disputa simbólica e política. Toda decisão museológica é um ato de poder. Musealizar significa instituir sentidos, disciplinar memórias e normatizar esquecimentos, enquanto práticas críticas e insurgentes, como os ecomuseus e museus comunitários, transformam essas decisões em instrumentos de resistência e reapropriação simbólica.



A crítica decolonial, proposta por Françoise Vergès (2023), amplia essa discussão ao considerar os museus como herdeiros do colonialismo ocidental, exemplificados por instituições como o Louvre, que consolidam narrativas eurocêntricas por meio de pilhagens e expropriações. Para romper com essas estruturas, Vergès propõe a “desordem absoluta” e o surgimento de um “pós-museu”, baseado em práticas colaborativas e comunitárias, no qual as vozes historicamente silenciadas possam narrar suas próprias memórias, instaurando um horizonte de justiça, escuta e reconstrução simbólica.

3. “MEMÓRIAS EM MUTIRÃO”: ENTRE A CRÍTICA À MUSEOLOGIA TRADICIONAL E A CONSTRUÇÃO DE NOVOS MODELOS MUSEAIS

O texto “Memórias em mutirão” propõe uma reflexão crítica sobre a tradição museológica e a emergência de novas tipologias baseadas na participação comunitária e na valorização dos territórios vividos. Diferentemente do modelo tradicional, centrado na autoridade institucional e na sacralização do objeto, essas abordagens defendem a democratização do museu como espaço de escuta, coautoria e construção coletiva da memória. O patrimônio, assim, deixa de ser um bem estático e universal para ser compreendido como processo relacional e situado, atravessado por disputas simbólicas e políticas.

123

A partir da segunda metade do século XX, consolidou-se a Nova Museologia, formulada por Georges Henri Rivière e Hugues de Varine, que desloca o foco do objeto para a comunidade e enfatiza a dimensão social e educativa do museu. Varine (2000) defende que o museu deve ser espaço de desenvolvimento local, valorizando os modos de vida e transformando práticas cotidianas em processos de preservação cultural. Essa concepção se concretiza nos ecomuseus, instituições que operam a partir do território e da participação ativa da comunidade, subvertendo o paradigma expositivo clássico.

No contexto brasileiro, essas ideias foram reelaboradas pela museologia social e pela sociomuseologia. Chagas e Gouveia (2014) consideram o museu como instrumento de resistência e reparação simbólica, enquanto Cândido (2013) o define como campo comprometido com direitos culturais e justiça social. Tolentino (2016) destaca que a museologia social prioriza os sujeitos e suas referências culturais, executando funções museológicas de forma participativa e integrada às realidades locais, enquanto a sociomuseologia amplia a



análise para os condicionantes sociopolíticos e culturais mais amplos, incorporando abordagens inter e transdisciplinares.

Essas transformações resultam em novas tipologias, como museus comunitários, de território, indígenas e quilombolas, que problematizam o patrimônio como herança universal. O ecomuseu representa uma das expressões mais radicais desse movimento, estruturado em torno de território, patrimônio e comunidade, e voltado para práticas cotidianas e memória compartilhada. Experiências como o Museu da Maré e o Museu de Favela (MUF), no Rio de Janeiro, exemplificam o potencial da museologia social e dos ecomuseus em promover pertencimento, cidadania e justiça cultural por meio da escuta e da participação, reafirmando o museu como espaço de resistência simbólica e de construção coletiva da memória, especialmente em territórios em disputa, como a Praia do Ervino, em São Francisco do Sul (SC).

4. “ONDE A MARÉ GUARDA MEMÓRIAS: PATRIMÔNIO, TERRITÓRIO E IDENTIDADE NA PRAIA DO ERVINO”

O título “Onde a Maré Guarda Memórias” sintetiza a ideia de que a Praia do Ervino é mais que um espaço físico: é um território simbólico onde a memória coletiva se acumula como os rastros da maré. Essa metáfora expressa a tensão entre permanência e transformação no cotidiano da comunidade local, cujas práticas e narrativas moldam uma paisagem viva. Situada no extremo leste de São Francisco do Sul (SC), entre o Parque Estadual do Acaraí e áreas de expansão imobiliária, a Praia do Ervino configura-se como zona de transição entre o urbano e o rural, o tradicional e o turístico (Santa Catarina, 2011). Recentes processos de especulação e crescimento populacional, aumento de 324% entre 2010 e 2022 (Tóffoli, 2025), pressionam a biodiversidade e ameaçam a memória social do território.

A ocupação começou na década de 1950, quando famílias migrantes se fixaram no litoral, estruturando modos de vida baseados na pesca, na religiosidade e na solidariedade (Santa Catarina, 2011). Esse senso de pertencimento resistiu a décadas de irregularidade fundiária e ausência de políticas públicas, regularizadas parcialmente em 2015 com o TAC, que garantiu escrituras a 911 famílias (Redação NSC, 2015). Entretanto, o avanço de loteamentos e o turismo sazonal vêm descaracterizando práticas tradicionais, convertendo o espaço em mercadoria. A paisagem, nesse sentido, deve ser entendida como construção cultural, resultado



de negociações entre sociedade, natureza e memória, marcada pela tensão entre o vivido e o projetado (Ribeiro, 2007; Besse, 2014).

Pensar o Ervino como território-patrimônio implica valorizar sua dimensão sensível e afetiva, expressa em práticas cotidianas como caminhar na areia, colher ervas ou rezar à beira-mar (Besse, 2014). Essas microações, muitas vezes invisíveis às políticas de preservação, constituem uma pedagogia do pertencimento. Contudo, a turistificação fragiliza esses vínculos, transformando a comunidade em espectadora de seu próprio espaço. Nesse contexto, o ecomuseu surge como proposta contra-hegemônica: um espaço de escuta, coautoria e preservação viva, inspirado na museologia social e nas pedagogias do território (Tolentino, 2016; Scifoni, 2022), reconhecendo o conflito como constitutivo das identidades e da luta por justiça cultural.

Conceber um ecomuseu na Praia do Ervino é criar um dispositivo que articule memória, paisagem e pertencimento, valorizando modos de vida e memórias encarnadas. Mais que conservar objetos, promove a participação ativa da comunidade na gestão do patrimônio. Como lembra Nora (1993), os lugares de memória surgem quando há risco de esquecimento; ao afirmar o Ervino como um desses lugares, o ecomuseu preserva o passado, reinscreve o presente e projeta futuros possíveis. Integrado a políticas públicas de ordenamento territorial e educação patrimonial, ele atua como espaço de diálogo entre poder público e moradores, fortalecendo o direito à memória e ao território, funcionando como gesto de resistência e pedagogia da maré.

5. O MUSEU COMO UM ESPAÇO DE COCRIAÇÃO: UMA REFLEXÃO DE APROXIMAÇÃO ENTRE O CONCEITO DE COMUM E A MUSEOLOGIA

O museu, aqui, é concebido como um espaço de entrelaçamento de vozes, saberes e afetos, que se constitui nas tramas do comum, esse campo de disputas, negociações e resistências onde cada gesto e cada memória expressam modos de existir e de persistir. Inspirado em autores como Dardot e Laval (2017), Suely Rolnik (2019) e Manuelina Duarte Cândido (2013), o texto propõe compreender a museologia como prática insurgente, voltada à justiça territorial e à criação coletiva de sentidos, na contramão da mercantilização e da homogeneização cultural.



O conceito de comum, conforme Dardot e Laval (2017), não designa uma substância ou herança coletiva pré-existente, mas um princípio ativo de organização social que se produz pela cooperação e pela ação política partilhada. O comum é, portanto, prática situada, constantemente tensionada pelas forças de privatização e expropriação, e que se enraíza nas experiências concretas de convivência e resistência. Sua construção não é harmônica: ela envolve dissensos, mediações e conflitos de sentido. No contexto de territórios vulneráveis, como o da Praia do Ervino, o comum se manifesta nas lutas pela memória e pelo reconhecimento das formas de vida ameaçadas, configurando um campo de disputa simbólica e material em torno do direito de permanecer e narrar-se.

Nesse horizonte, a contribuição de Suely Rolnik (2019) amplia a compreensão do comum como força de criação em meio à precarização da vida contemporânea. Em “Esferas da Insurreição”, a autora propõe uma escuta ética e sensível que acolhe o sofrimento e transforma a dor em potência inventiva. Escutar, nesse sentido, é mais do que ouvir, é abrir-se ao outro, permitindo que memórias silenciadas e afetos marginalizados se tornem matéria viva da experiência museológica. O museu, quando orientado por essa escuta, assume o papel de esfera micropolítica, na qual os sujeitos podem reinscrever suas histórias e afetos em contraposição aos regimes hegemônicos do sensível.

A museologia do comum, como defende Manuelina Duarte Cândido (2013), rompe com os modelos verticais e hierárquicos de mediação, afirmando o protagonismo das comunidades em todas as etapas do processo museológico, da pesquisa à curadoria, da gestão à difusão. A escuta ativa, nesse contexto, adquire centralidade metodológica e política: ela implica reconhecer os saberes locais, os tempos da oralidade e os modos de narrar que escapam às linguagens curatoriais convencionais. O museu torna-se, assim, um espaço de coautoria e corresponsabilidade, no qual os moradores não são informantes ou beneficiários, mas sujeitos de enunciação. Essa postura exige do profissional do museu, conforme Bourdieu (1989), uma mediação crítica e reflexiva diante das assimetrias de poder que atravessam o campo cultural.

Por fim, conceber o museu como território insurgente significa entendê-lo não como instituição estática de conservação, mas como dispositivo político de criação e resistência. A musealização, nesse sentido, opera como estratégia de insurgência cultural, capaz de ampliar o espaço público das memórias e de fortalecer o tecido social por meio da copresença, do cuidado e da experimentação democrática. Mesmo diante das contradições e do risco de esvaziamento das práticas participativas, a museologia do comum aponta para a possibilidade



de uma prática que entrelaça memória, política e afetividade, um museu que não apenas representa o mundo, mas o reinventa a partir da escuta das vozes que nele insistem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar um ecomuseu na Praia do Ervino é compreender o território como um espaço de memória viva, onde afetos, disputas e pertencimentos se entrelaçam na construção cotidiana do patrimônio. Romper com os modelos tradicionais de patrimonialização significa reconhecer o valor dos saberes locais, das práticas comunitárias e da escuta ativa como fundamentos de uma museologia comprometida com a vida e com o território. O ecomuseu, sob essa perspectiva, ultrapassa a função de preservar objetos ou celebrar um passado idealizado: ele se torna um dispositivo de resistência simbólica e política, capaz de fortalecer vínculos sociais e reconfigurar as relações entre comunidade, meio ambiente e poder frente às pressões da turistificação e da mercantilização do litoral.

Assumir o museu como território insurgente implica adotar metodologias baseadas na participação e na coautoria, que descentralizem a autoridade institucional e reconheçam os moradores como sujeitos de memória e história. A museologia do comum e a sociomuseologia oferecem caminhos para pensar o museu como espaço democrático e pedagógico, no qual a memória atua como força de criação, pertencimento e justiça cultural. Nessa direção, o ecomuseu do Ervino não seria apenas um repositório de lembranças, mas um campo de invenção do comum como um lugar de escuta e diálogo, onde se cultivam afetos, se elaboram conflitos e se projetam futuros partilhados.

127

REFERÊNCIAS

BAPTISTA, C. A.; GONÇALVES, R. S. MARECIDADE: o Museu da Maré e a memória das favelas cariocas. **Paranoá**, [S. l.], v. 15, n. 33, p. 1–17, 2022. DOI: 10.18830/issn.1679-0944.n33.2022.02. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/paranoa/article/view/42261>. Acesso em: 8 jul. 2025.

BAUMAN, Z. **Comunidade**: A busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

BARROS, M. de. **Livro sobre nada**. 1. ed. Rio de Janeiro: Record, 1996.



BESSE, J. M. Entre a geografia e a ética: a paisagem e a questão do bem-estar. **Geosp: Espaço e Tempo**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 241-252, 2014. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/84455>. Acesso em: 14 out. 2024.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

CHAGAS, M.; GOUVEIA, I. Museologia social: reflexões e práticas (à guisa de apresentação). **Cadernos do CEOM**, Santa Catarina, v. 27, p. 9-22, 2014. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/2592>. Acesso em: 20 jun. 2025.

CHAGAS, M. **A imaginação museal**: Museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro. Rio de Janeiro: MinC/IBRAM, 2009.

CÂNDIDO, M. M. D. Pensar a história dos museus em um mundo em transformação. **Arte Revista**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 101-108, dez. 2013. Disponível em: <https://hdl.handle.net/2268/257893>. Acesso em: 22 jun. 2025.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **Comum**: ensaio sobre a revolução no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2017.

FONSECA, M. C. L. **O patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ, 2017. 328p.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. 4 ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2016.

128

GUARNIERI, W. R. C. Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional. In: BRUNO, M. C. (Org.) São Paulo: Pinacoteca do Estado/Secretaria Municipal de Cultura/Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2010.

LEITE, L. P. Museologia Social e novos atores no Rio de Janeiro: o caso do Museu de Favela. **Cadernos de Campo**, São Paulo, Brasil, v. 28, n. 1, p. 273-295, 2019. DOI: [10.11606/issn.2316-9133.v28i1p273-295](https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v28i1p273-295). Disponível em: <https://revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/153701>. Acesso em: 8 jul. 2025.

LYNCH, K. **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

NORA, P. Entre memória e história: os lugares de memória. **Revista Projeto História**, São Paulo, v. 10, p.7-28, dez. 1993. Disponível em: <http://repositorio.asc.es.br/handle/123456789/3153>. Acesso em: 20 jun. 2025.

REDAÇÃO NSC. Moradores da Praia do Ervino, em São Francisco do Sul, começam a receber escrituras. *NSC Total*, 4 jul. 2015. Disponível em: <https://www.nsctotal.com.br/noticias/moradores-da-praia-do-ervino-em-sao-francisco-do-sul-comecam-a-receber-escrituras>. Acesso em: 24 jul. 2025.



RIBEIRO, R. W. **Paisagem Cultural e patrimônio**. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2007.

ROLNIK, S. **Esferas da insurreição**: notas para uma vida não cafetinada. 2. ed. São Paulo: n-1 edições, 2019.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável. **Plano de Manejo do Parque Estadual do Acaará**. Florianópolis: SDS, 2011. Disponível em: <https://www.ima.sc.gov.br>. Acesso em: 24 jul. 2025.

SÃO FRANCISCO DO SUL (Município). Projeto de Lei nº 12, de 04 de dezembro de 2019. **Projeto de Lei Complementar Nº 12/2019**. São Francisco do Sul, SC, Disponível em: <https://www.saofranciscodosul.sc.gov.br/download.php?id=4119>. Acesso em: 30 mar. 2024.

SCIFONI, S. PATRIMÔNIO E EDUCAÇÃO NO BRASIL: o que há de novo?. **Educação & Sociedade**, [S.L.], v. 43, p. 1-13, 2022. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/es.255310>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/zK7BLX6XmXMX5QnZFhLbRBS/>. Acesso em: 28 jun. 2025.

TÓFFOLI, V. **Por que premiada praia com belezas naturais quase quintuplicou em cidade histórica de SC**. NSC Total. 2025. Disponível em: <https://www.nsctotal.com.br/noticias/por-que-premiada-praia-com-belezas-naturais-quase-quintuplicou-em-cidade-historica-de-sc>. Acesso em: 20 jun. 2025.

TOLENTINO, A. Museologia Social: apontamentos históricos e conceituais. **Cadernos de Sociomuseologia**, Lisboa, v. 52, n. 8, p. 21-44, 2016. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/5499>. Acesso em: 08 jul. 2025.

VARINE, H. de. “O Ecomuseu”. **Ciências e Letras: Revista da Faculdade Porto Alegre de Educação, Ciências e Letras**, Porto Alegre, n. 27, p. 61–90, jan. 2000.

VERGÉS, F. **Decolonizar o Museu**: Programa de desordem absoluta. São Paulo: UBU, 2023.



COTIDIANOS COMUNS, HISTÓRIAS EM ASSOCIAÇÃO: O PROJETO DE ATIVAÇÃO PATRIMONIAL DA ANTIGA TORRES

Amanda Mensch Eltz | UFPel | eltz.amanda@gmail.com¹
Juliana Mohr dos Santos | UFPel | prof.jumohr@gmail.com²

1. ANTIGA TORRES: PAISAGEM CULTURAL E DINÂMICAS AGROALIMENTARES

Este artigo³ apresenta o projeto "Memórias e Saberes da Antiga Torres", proposta de ativação patrimonial dedicada ao reconhecimento, salvaguarda e difusão do patrimônio agroalimentar no conjunto de municípios que compõem a Antiga Torres, no Litoral Norte do Rio Grande do Sul. A partir de levantamento documental e de narrativas orais, descrevem-se práticas de produção e beneficiamento tradicionais, com ênfase em engenhos de cana e atafonas de mandioca. Analisa-se o risco de perda desses saberes diante de transformações socioeconômicas contemporâneas. Propõe-se um plano de ação orientado à documentação técnica e sensorial, à mobilização comunitária, ao mapeamento de acervos cotidianos e à articulação com editais culturais, vinculando a preservação cultural à segurança alimentar e ao turismo rural sustentável.

A Antiga Torres refere-se a uma paisagem cultural regional situada no Litoral Norte do Rio Grande do Sul, centrada no município de Torres e estendida aos municípios vizinhos de Dom Pedro de Alcântara, Arroio do Sal, Mampituba, Morrinhos do Sul, Três Cachoeiras e Três Forquilhas, abrangendo desde as escarpas da Serra Geral até a faixa costeira.

Essa delimitação combina critérios geográficos, históricos e socioculturais, uma vez que as qualidades naturais (relevo, solos e proximidade do litoral) e as trajetórias de ocupação moldaram as práticas produtivas, as formas de sociabilidade e os circuitos locais de circulação de bens e saberes. Desse modo, o território da Antiga Torres configura-se como um recorte espacial onde congregam distintos fatores integrativos que propiciam os modos de vida e arranjos produtivos.

130

¹ Licenciada em História (PUCRS). Mestre em Museologia e Patrimônio (UFRGS). Doutora em Memória Social e Patrimônio Cultural (UFPel).

² Licenciada em História (FAPA) e Bacharela em História (UFRGS). Mestre em Memória Social e Patrimônio Cultural (UFPel).

³ Na produção deste artigo foi utilizada a inteligência artificial (IA) Gemini exclusivamente para a correção ortográfica e gramatical, assim como, para fluidez do texto. Também foi aplicada para a tradução do resumo do português para o inglês.



O processo de ocupação não originário do espaço, inicia-se com formação dos núcleos de povoação portuguesa na Antiga Torres, no século XIX, desenrolando-se com maior profusão a partir da segunda metade do oitocentos. Esse movimento de apropriação e ocupação territorial insere-se em um contexto de múltiplas transformações ocorridas no Brasil, 1800 e 1810, impulsionadas, sobretudo, pela migração e instalação da Corte e Família Real Portuguesa (1808).

O evento agenciou a abertura dos portos às nações amigas, a criação de instituições e a reorganização de setores políticos-administrativos e territoriais, influenciando no desenvolvimento regional. No Rio Grande do Sul, entre 1770 e 1809, advieram ações de reconhecimento territorial, sendo a delimitação formalizada pela provisão de 07 de outubro de 1809, que estabeleceu as primeiras vilas e suas respectivas câmaras de vereança: Porto Alegre, Rio Grande, Rio Pardo e Santo Antônio da Patrulha (FEE, 1981).

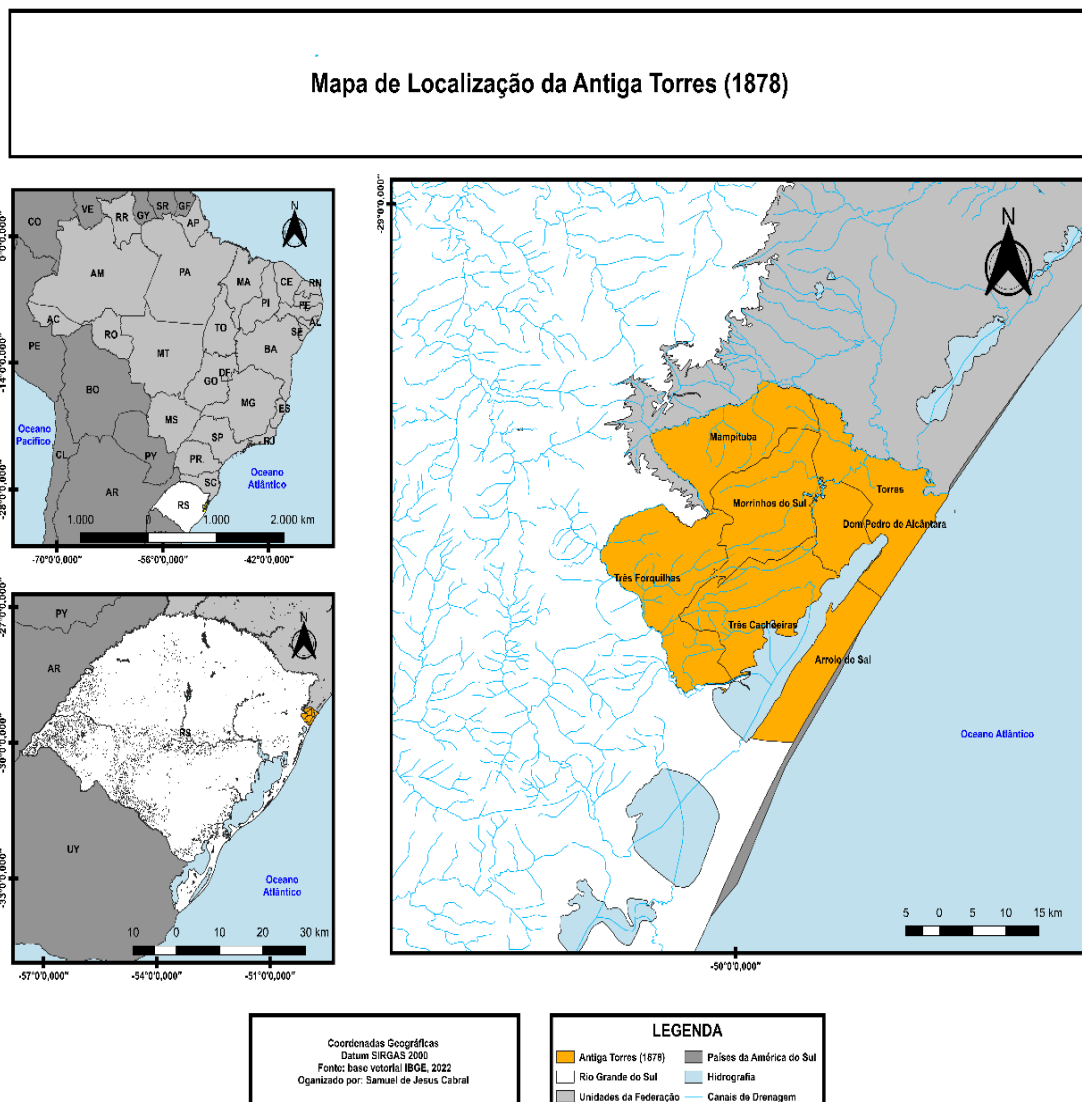
Nesse panorama, congregou-se as povoações de Conceição do Arroio (Osório) e Torres à vila de Santo Antônio da Patrulha. Posteriormente, em 1857, Conceição do Arroio alcança sua emancipação política-administrativa, ficando a freguesia de Torres sobre a sua jurisdição. Assim, evidencia-se que a configuração dos núcleos humanos e dos circuitos produtivos nesta porção territorial da província resultou de políticas de apropriação, exploração e colonização portuguesa, com ênfase na defesa militar costeira entre meados dos séculos XVIII e XIX.

A formação do território da Antiga Torres, ocorreu entre 1878 e 1890. Caracterizou-se pelo percurso dinâmico e de sucessivas redefinições administrativas. Esse processo inicia-se com a definição oficial do território, estabelecida pela lei provincial nº 1.152/1878. A resolução foi posteriormente suprimida pela lei provincial nº 1.610/1887, que determinou a reanexação de Torres ao município de Conceição do Arroio. Poucos anos depois, eleva-se novamente Torres a condição de vila pelo decreto estadual nº 62/1890. No ano seguinte, deu-se início ao processo formal de demarcação territorial (Eltz, 2025 – no prelo), similar a figura 1.

No esquema imagético produzido por Cabral (2025), observa-se, no canto superior esquerdo, a localização do Rio Grande do Sul em relação ao território brasileiro. Seguidamente, no canto inferior esquerdo, é apresentada a posição da área da Antiga Torres no contexto do estado. Por fim, figura-se a demarcação atual dos municípios que compõem o espaço a partir das emancipações ocorridas entre os anos de 1988 e 1995.



Figura 01 - Mapa de Delimitação da Antiga Torres.



Fonte: IBGE, 2022. Produzido por: Cabral (2025).

Sobre a economia, ela se desenvolveu a partir das dinâmicas agroindústrias associadas ao ambiente rural (campo) e costeiro (mar), as quais condicionaram as relações sociais locais. Além disso, observa-se atualmente neste espaço-território, historicamente reconhecido como Antiga Torres, a persistência de uma economia rural diversificada, balizada por pequenas propriedades rurais, marcadas pelo cultivo tradicional de cana-de-açúcar, milho, mandioca e banana, além das agroindústrias de beneficiamento como os engenhos e as atafonas.

2. MEMÓRIAS E SABERES AGROALIMENTARES EM RISCO



A partir do percurso realizado no supracitado espaço-território, verifica-se que os roçados e as agroindústrias se configuram como articuladores da (re)produção do cotidiano. Isto, porque, as tecnologias e fazeres produtivos foram mais do que um suporte à economia local, pois geraram saberes operacionais e repertórios sensoriais compartilhados, os quais estendem-se a outros conjuntos analíticos.

Nesse contexto, torna-se pertinente mobilizar o conceito de patrimônio agroalimentar, que se insere nos campos material e imaterial. Apresenta viés coletivo, envolvendo práticas comuns desde o campo até a mesa dos grupos envolvidos. Sobre a patrimonialização agroalimentar os pesquisadores Viana Júnior e Oliveira (2024), defendem que o fenômeno insurge em momentos de crise de paradigma alimentar, ecológico ou identitário, que colocam em risco saberes e recursos produtivos.

A perspectiva apresentada pelos autores encontra respaldo na realidade identificada na Antiga Torres, onde se evidencia uma redução expressiva dos espaços de cultivo e beneficiamento de determinadas culturas agrícolas. Essa manifestação é particularmente notável nas cadeias produtivas da cana-de-açúcar e mandioca, cuja presença, outrora significativa, vem sendo gradualmente substituída ou limitada, refletindo políticas públicas e mudanças nas dinâmicas territoriais produtivas.

Para iniciar a contextualização, o cultivo e beneficiamento artesanal de cana-de-açúcar, existente no espaço desde o século XIX, em 1976, tem 434 alambiques identificados. Atualmente, foram encontrados 16 espaços produtivos distribuídos entre os municípios que compõem a Antiga Torres, com exceção de Arroio do Sal. Dentre essas unidades, 14 não possuem produção voltada a ampla comercialização. Em relação ao açúcar mascavo artesanal, verifica-se, até o presente momento, apenas três espaços produtivos (Eltz, 2025 – no prelo).

Na perspectiva das atafonas, em 1976 havia aproximadamente 200 unidades produtivas. Atualmente, foram identificados três espaços de beneficiamento artesanal localizados no município de Três Cachoeiras, todos voltados à produção de subsistência, popularmente conhecida como produção “pra casa”. Destaca-se que, a partir da mandioca e do aipim, realiza-se o beneficiamento de diversos derivados, como a farinha simples ou torrada, a massa de engenho, além do polvilho doce e azedo (Santos, 2025 – no prelo). Dos citados, não há mais a produção de polvilho no referido território, sendo o insumo oriundo de industriais artesanais situadas no estado de Santa Catarina.



Esse cenário reflete as transformações nas dinâmicas da agricultura familiar, que desempenha papel central na manutenção desses saberes, práticas e tradições. Dessa forma, constata-se a necessidade de ações de preservação das agroindústrias, tanto no âmbito imaterial, quanto material. Isto porque, esses espaços laboram como núcleos de memória e tradição, articulando saberes e fazeres transmitidos entre gerações. Porém, o risco ao patrimônio não se limita apenas às técnicas produtivas, mas alcança também os sabores e conhecimentos que moldam a cultura alimentar local, refletindo modos de vida profundamente enraizados no espaço (Eltz; Santos, 2024).

Logo, a descontinuidade dos espaços produtivos e, por consequência, o abandono de técnicas tradicionais resultam na carência de oferta de insumos com propriedades específicas, comprometendo a elaboração dos alimentos. Dentre elas, está o açúcar mascavo e, principalmente, o açúcar de bola que, quando associados a insumos provenientes do beneficiamento da mandioca e do milho, possibilitam a preparação de alimentos comuns ou tradicionais do cotidiano.

Um exemplo emblemático é o cuscuz assado na folha vegetal, revelado ao longo das quatro oficinas de mobilização cultural e patrimonial “Memórias Agroalimentares da Antiga Torres”. Contudo, a referida iguaria estava silenciada na memória dessas mulheres, todas entre 55 e 75 anos. Elas foram reativadas pelo diálogo e vivência agroalimentar, efetuada em Arroio do Sal. Nesta ocasião, mestras que compartilhavam seus saberes se recordaram de saborear o cuscuz na infância, embora naquele momento não soubessem o modo de preparado.

Por conseguinte, como continuidade foram estabelecidos dois objetivos centrais: a identificação de como é feito esse cuscuz e a redescoberta pelas oficinandas. Seguidamente ao relato e demonstração da receita realizado pela mestra Luzia, residente em Morrinhos do Sul, diante da carência dos insumos, foram mapeados engenhos de cana-de-açúcar e mandioca, os quais produzissem os ingredientes. Com esses disponíveis, partiu-se para etapa de retorno com a elaboração da receita em nova oficina com as mestras em Arroio do Sal, conforme figura 02.

Nesta ocasião, ao testemunhar a expressão de felicidade e redescoberta, impulsionada pela experiência sensorial e de reativação plena da memória, foi possível verificar a transmutação do fenômeno de patrimonialização, pois o ato expressou a identidade cultural adormecida pelas adversidades do tempo e das transformações no meio produtivo. Assim, qualifica-se a experiência como um potente processo de ativação e valorização de índices imateriais.



Figura 02. Oficina “Cuscuz na folha vegetal”



Fonte: Acervo das autoras (06 nov. 2024).

Portanto, a receita evidencia a riqueza e a potencialidade do patrimônio agrícola, agroindustrial alimentar na Antiga Torres, todos os conjuntos, atualmente, em situação de risco. A começar, observa-se um expressivo declínio no número de estruturas produtivas, o que dificulta o acesso a ingredientes essenciais, como o açúcar de bola e massa de engenho. Esses ingredientes, para as mestras, são considerados como imprescindíveis para a produção do cuscuz na folha vegetal, justamente por conferirem um sabor característico que apenas os métodos artesanais conseguem oportunizar.

Por conseguinte, constata-se que os referidos ingredientes atuam como sociotransmissores, pois conectam informações, valores e memórias vividas e plurais, marcadas pela tradição de mestras e mestres. Do saber-fazer relacionado ao ponto do açúcar até as lembranças dos dias de cozedura coletiva no formo de barro, cada etapa está impregnada de percepções sensoriais múltiplas como o cheiro, aroma, tato, gosto e visualidade.

A redução ou ausência das agroindústrias artesanais, acarretam a suspensão ou a quebra ciclos cotidianos, fragilizando a transmissão de saberes e técnicas que historicamente conectam as distintas etapas do ciclo agroindustrial. Quando um insumo deixa de ser amplamente produzido, os alimentos resultantes também são afetados, muitas vezes perdendo parcialmente ou integralmente suas características de preparação, como os ingredientes. Logo, verifica-se o



comprometimento das narrativas agrícolas e alimentares, como a gestualidade e os rituais que envolvem o fazer que dão sentido a cultura. Contudo, eles podem ser reativados.

Outra questão a ser abordada: somente quem perdeu o direito ao livre acesso a ingredientes ou alimentos compreende o que isso significa em sua identidade. As ações de pesquisa identificaram estes e outros insumos agroalimentares em situação de risco, embora não referenciados neste artigo. Tais evidências permitem refletir o quanto essa tipologia cultural está diretamente associada ao direito à alimentação e à segurança alimentar, temas históricos presentes na contemporaneidade, os quais ainda demandam debates e reivindicações.

Por conseguinte, os processos de identificação, sistematização e reconhecimento consolidam-se como instrumentos-chaves para a proteção, salvaguarda e valorização de matrizes culturais em situação de risco. Essas ações contribuem para fortalecer as tradições locais, reafirmar vínculos identitários com o espaço-território e promover práticas sustentáveis. Neste sentido, reconhecer o conjunto agroalimentar como patrimônio vivo implica valorizar uma manifestação e, sobretudo, as redes de saberes, técnicas e relações sociais que o sustentam. Trata-se de um olhar multidirecional, que considera as manifestações culturais como expressões da memória coletiva.

3. O MACROPROJETO: MEMÓRIAS E SABERES DA ANTIGA TORRES

O macroprojeto Memórias e Saberes da Antiga Torres (MSAT) investiga a paisagem cultural agroalimentar dos sete municípios que compõe o espaço-território, com foco na valorização de saberes técnicos e práticas tradicionais vinculadas à agricultura familiar. Com base em uma abordagem interdisciplinar, documenta rotinas produtivas e dispositivos culturais, como engenhos, atafonas, fornos de barro, processos de comensalidade e outros, que estruturam a cadeia agroalimentar. A iniciativa adota a metodologia de inventário participativo reconhecendo a centralidade das vozes de pessoas agricultoras e mestras locais como agentes de suma importância na preservação do patrimônio material e imaterial “do roçado à mesa”.

Dessa forma, destina-se prioritariamente as pessoas agricultoras familiares, mestras e mestres do saber-fazer, assim como gestores de políticas culturais e de desenvolvimento rural (EMATER, Sindicatos de Trabalhadores e Associações Rurais e outros), equipes educacionais locais e públicos vinculados ao turismo rural. A interlocução com esses atores tem como objetivo identificar, documentar e, sobretudo, fortalecer redes de transmissão intergeracional,



criar oportunidades de valorização econômica e capacitar agentes locais para a gestão continuada dos bens culturais presentes no espaço. Por conseguinte, tem por objetivos teóricos-metodológicos no quadro 01:

Quadro 01. Ações e Estratégias do Projeto Memórias e Saberes da Antiga Torres

Ação	Estratégia
Identificar índices culturais	Mapear e/ou inventariar práticas, técnicas, edificações e utensílios significativos para a memória agrícola e alimentar regional.
Registrar tecnicamente processos de beneficiamento	Produzir documentação detalhada (fichas técnicas, registros audiovisuais, protocolos de processamento) que capturem sequências, medidas e saberes sensoriais por meio do inventário, preferencialmente participativo.
Referenciar as coleções cotidianas	Constituir um inventário das coleções materiais e imateriais, com categorização para uso museográfico e educativo.
Fomentar ações de ativação patrimonial	Promover oficinas de alimentação tradicional, feiras e eventos que tornem visíveis as práticas e ampliem a participação comunitária.
Articular microprojetos a editais de incentivo à cultura estadual e federal	Formular e apresentar propostas para financiamento que assegurem continuidade, interlocução institucional e integração com políticas públicas.

Fonte: projeto MSAT. Produzido por Eltz (2025).

Destaca-se que o MSAT apresenta ações em desenvolvimento (parcial), como: a) a realização de entrevistas semiestruturadas e filmagens/gravações, b) o inventário participativo nos momentos de expressão dos saberes-fazer, como os relativos aos engenhos de cana-de-açúcar e mandioca, c) levantamento de índices materiais que são sociotransmissores da cultura agroalimentar, e, d) a realização de oficinas formativas com penta função, ou seja: ativar, identificar, documentar, se reconhecer e transmitir as manifestações culturais vivas.

Não menos importante, as presentes autoras, que são as idealizadoras e articuladoras do macroprojeto (MSAT) preveem a constituição comitê consultivo local composto por representantes comunitários, especialistas acadêmicos e gestores públicos, garantindo critérios éticos de produção e retorno comunitário dos dados coletados.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, a salvaguarda do patrimônio agroalimentar na Antiga Torres exige a análise plural das manifestações imateriais e materiais ao longo de toda a cadeia agroalimentar, desde a produção primária até a transformação do insumo em comida. Associado a ela, está a promoção da transmissão saberes-fazer no espaço, a fim de privilegiar a difusão desses cotidianos comuns e suas histórias em associação.



Assim, através de múltiplos projetos de ativação patrimonial, torna-se possível valorar as agroindústrias artesanais e as memórias alimentares. As ações oportunizam a manutenção da diversidade cultural e a preservação das referências identitárias que articulam pessoas, práticas e paisagens, assegurando que esses saberes tradicionais subsistam como patrimônio vivo.

REFERÊNCIAS

CABRAL, Samuel de Jesus. **Mapa de delimitação da Antiga Torres (1878)** [mapa]. Datum: SIRGAS (2000). Fonte: base vetorial IBGE (2022). Pelotas: [s.n.], 2025.

ELTZ, Amanda Mensch Eltz. **Colocando o engenho a tocar: moendas, tachos, alambiques e a memória da cultura da cana-de-açúcar na Antiga Torres – RS – Brasil**. 2025. 284f. Tese (Doutorado em Memória Social e Patrimônio Cultural) - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2025 [no prelo].

ELTZ, A. M; MOHR, J. M. Memórias e Saberes da Antiga Torres: Sabores e vivências agroalimentares. In: SILVA JÚNIOR, Edison Botelho (Org). **Observatório de história de Santa Maria**. Santo Ângelo: Ilustração, 2024, p.p. 107 - 126. Disponível em: <https://editorailustracao.com.br/livro/observatorio-de-historia-de-santa-maria>. Acesso em: 25 jun. 2025.

FEE (Fundação de Economia e Estatística). **De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul: Censos do RS: 1803-1950**. Porto Alegre: FEE, 1981. Disponível em: <http://cdn.fee.tche.br/publicacoes/digitalizacao/de-provincia-ide-sao-pedro-a-estado-dors-vol-1-1981.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2023.

SANTOS, Juliana Mohr dos. **As memórias da Antiga Torres: elementos da construção e desconstrução de sabores tradicionais de uma região**. 2025. 134f. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural) - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2025 [no prelo].

VIANA JUNIOR, F. S. C.; OLIVEIRA, T. C. de O. Identidades em trânsito: turismo, patrimônio agroalimentar e a mercantilização da cultura. **Revista Hospitalidade**, [S. l.], v. 21, p. 923–940, 2024. DOI: 10.29147/revhosp.v21.1192. Disponível em: <https://revhosp.org/hospitalidade/article/view/1192>. Acesso em: 05 out. 2025.



TECNOLOGIAS DIGITAIS EM SMART HERITAGE: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA¹

Jaber Caetano da Silva Filho | Universidade Federal de Goiás | jabercaetano@gmail.com²

1. INTRODUÇÃO

O conceito de *smart heritage* envolve a aplicação de tecnologias digitais em patrimônios culturais, incluindo museus, sítios históricos e manifestações culturais. Contudo, a literatura ainda carece de sínteses integradas sobre quais tecnologias são mais empregadas e como influenciam impactos culturais, institucionais e sociais. Este trabalho tem por objetivo identificar as tecnologias digitais predominantes em *smart heritage* e analisar sua relação com temas e impactos relevantes. Adotou-se uma revisão sistemática da literatura (2020–2025), fundamentada no protocolo PRISMA 2020, resultando na análise de 167 artigos. Os resultados evidenciam que Realidade Virtual, Realidade Aumentada, Internet das Coisas, BIM, Digital Twin e Big Data são as tecnologias mais frequentes, sendo associadas principalmente a temas de memória, tecnologia, governança, educação e sustentabilidade. Temáticas como decolonialidade, justiça territorial, engajamento e acessibilidade aparecem em menos de 10 estudos cada, indicando agendas ainda emergentes. Predominam impactos culturais e simbólicos, com menor ênfase em transformações institucionais. Conclui-se que, apesar do avanço das soluções digitais, persistem desafios de inclusão, participação comunitária e justiça territorial, ressaltando a necessidade de abordagens críticas e colaborativas para ampliar o potencial transformador do *smart heritage*.

139

O conceito de *smart heritage* situa-se na convergência entre políticas de cidades inteligentes, digitalização cultural e reconfiguração institucional, abrangendo práticas tecnológicas voltadas à preservação, mediação e governança do patrimônio cultural (Giaccardi, 2012; Castro, 2020; Batchelor; Schnabel; Dudding, 2021). Essa perspectiva traduz a incorporação de tecnologias digitais aos processos de significação e uso do patrimônio, articulando aspectos materiais e simbólicos da cultura (Cameron; Kenderdine, 2007). Ao mesmo tempo, observa-se a ausência de análises críticas que conectem essas inovações às dimensões políticas e territoriais do patrimônio, evidenciando a necessidade de abordagens

¹ Pesquisa vinculada ao PPG em Artes, Culturas e Tecnologias e desenvolvida com bolsa da CAPES.

² Museólogo (UFG), Especialista em Engenharia de Produção (UNINTER), Mestrando (PPG ACT/UFG).



que considerem sua complexidade sociotécnica. O campo tem avançado no plano técnico-operacional, mas carece de revisões sistemáticas capazes de revelar padrões, convergências e lacunas epistêmicas de forma reprodutível e comparável.

Este estudo apresenta os resultados de uma revisão sistemática de literatura internacional sobre *smart heritage*, abrangendo o período de 2020 a 2024. A investigação segue as diretrizes do protocolo PRISMA 2020, que consolida boas práticas de transparência e replicabilidade em revisões sistemáticas (Page *et al.*, 2021; Haddaway *et al.*, 2022). Foram analisados 167 estudos selecionados segundo critérios linguísticos, temáticos e metodológicos. O objetivo é mapear as principais abordagens, tecnologias e impactos relatados, além de propor uma estrutura analítica que sistematize os achados em três dimensões: infraestrutura e dados, mediação e experiência, e governança orientada por valores. A partir dessa base, formula-se o modelo SH-MAP e um conjunto de proposições voltadas à avaliação crítica de políticas e práticas de *smart heritage* no contexto das cidades inteligentes.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa adota o protocolo PRISMA 2020 como referência para a condução da revisão sistemática, reconhecido por sua aplicabilidade em estudos de síntese e pela ênfase na transparência dos procedimentos (Page *et al.*, 2021; Haddaway *et al.*, 2022). O processo metodológico compreendeu quatro etapas sucessivas: identificação, triagem, elegibilidade e inclusão, com registro detalhado de cada decisão para garantir rastreabilidade e reprodutibilidade (Lim, 2023). As bases indexadas *Scopus*, *Web of Science* e *Google Scholar* foram consultadas, complementadas por portais institucionais e revistas especializadas em patrimônio digital, cidades inteligentes e turismo cultural. As buscas foram realizadas em inglês, espanhol e português, combinando termos como *smart heritage*, *digital heritage*, “inteligência artificial”, “cidades inteligentes”, “realidade aumentada”, “blockchain” e “destinos turísticos inteligentes”. Foram incluídos documentos publicados entre 2020 e março de 2025 com texto completo disponível e aderência temática aos objetivos da revisão. Após a deduplicação e a aplicação dos critérios de elegibilidade, o *corpus* final compreendeu 167 estudos.

Os documentos selecionados foram organizados em planilhas estruturadas com variáveis referentes ao tema principal, tipo de tecnologia empregada, tipo de impacto relatado, abordagem metodológica, escopo geográfico e natureza institucional. A etapa analítica



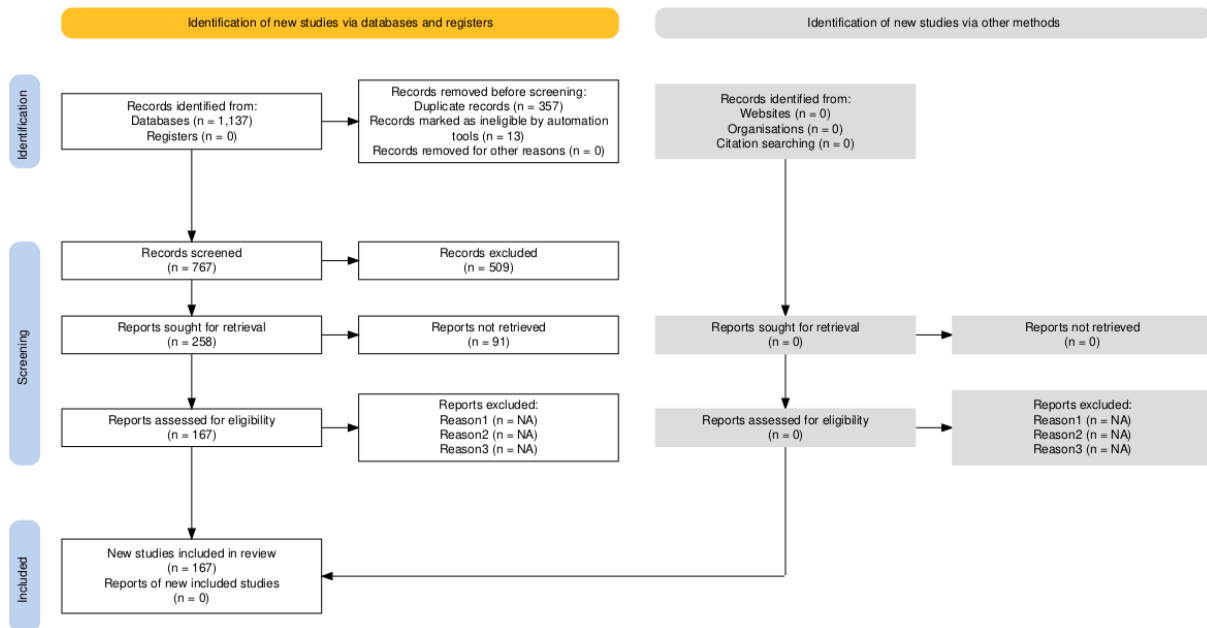
combinou codificação manual e semiautomatizada, apoiada por ferramentas como Zotero, *Google Sheets*, *Google Colab* e *Looker Studio*. Essa sistematização permitiu identificar padrões, realizar cruzamentos temáticos e construir visualizações interpretativas, em diálogo com recomendações metodológicas para revisões em ciências sociais e estudos culturais (Lim, 2023; Haddaway *et al.*, 2022). A partir desse processo, foi desenvolvido o modelo analítico SH-MAP, estruturado em três dimensões: infraestrutura e dados, mediação e experiência, e governança orientada por valores, que orientam as proposições apresentadas nas seções seguintes.

3. RESULTADOS DA ANÁLISE

O corpus final, composto por 167 estudos, foi analisado segundo critérios temáticos, metodológicos e tecnológicos definidos com base nas diretrizes de revisão sistemática em humanidades digitais (Page *et al.*, 2021; Lim, 2023). A maioria das publicações consiste em artigos indexados em periódicos acadêmicos, complementados por dissertações e relatórios institucionais. O inglês predomina como idioma de publicação, embora haja presença expressiva de estudos em espanhol e português, especialmente na América Latina. Quanto à distribuição temporal, observa-se crescimento contínuo entre 2020 e 2023, com pico em 2022 e leve estabilização em 2024. A Figura 1 apresenta o percurso metodológico conforme o protocolo PRISMA 2020, enquanto a Tabela 1 sintetiza as características gerais do corpus, revelando concentração de pesquisas voltadas a museus, cidades históricas e plataformas digitais.



Figura 1 – Fluxograma PRISMA 2020 do processo de seleção dos estudos.



Fonte: Elaborado pelo autor (2025), com base em Haddaway *et al.* (2022).

Tabela 1- Registros por etapa da triagem

Etapa PRISMA	n
Registros identificados nas bases	1137
Duplicatas removidas	357
Registros pós-duplicatas	780
Excluídos por automação	13
Registros avaliados em título e resumo	767
Excluídos em Título e Resumo (motivos 2–8)	509
Excluídos por falta de texto completo	91
Estudos incluídos na síntese qualitativa	167

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

As tecnologias mais recorrentes nos estudos são realidade aumentada (AR), inteligência artificial (IA), gêmeos digitais, big data e Modelagem da Informação da Construção (BIM), amplamente documentadas em pesquisas sobre museus digitais e experiências imersivas (Parry, 2010; Vermeeren; Calvi; Sabiescu, 2018). Embora menos frequentes, aplicações baseadas em blockchain surgem em projetos voltados à autenticação de metadados e rastreamento de bens culturais. A distribuição temática indica predomínio das categorias



“tecnologia”, “governança” e “educação”, seguidas por “sustentabilidade”, “memória” e “identidade”. Temas como “justiça territorial”, “acessibilidade”, “decolonialidade” e “engajamento” aparecem em caráter emergente, confirmando o foco do campo em aspectos técnicos e cognitivos. As aplicações analisadas concentram-se, sobretudo, em museus, sítios históricos e ambientes institucionais digitais, o que confirma o predomínio de infraestruturas centralizadas e controladas (Parry, 2013).

Em relação aos impactos observados, prevalecem as transformações simbólicas e culturais, expressas na ressignificação patrimonial, no engajamento estético e na ampliação de experiências imersivas. Impactos institucionais, como a reestruturação de processos administrativos e de governança, são menos recorrentes. A articulação entre tema, tecnologia e tipo de impacto foi sintetizada em tabelas cruzadas que evidenciam padrões de associação entre soluções técnicas e categorias analíticas. A combinação de AR e IA, por exemplo, é frequente em projetos voltados à educação patrimonial e à ampliação da experiência museológica. Já os estudos sobre gêmeos digitais e BIM concentram-se em documentação tridimensional e conservação preventiva.

As abordagens metodológicas confirmam a predominância de estudos de caso, que constituem a maioria das publicações. Observa-se também presença de análises experimentais e teóricas, ainda que com menor densidade empírica. A escassez de triangulações metodológicas e de indicadores mensuráveis de impacto institucional evidencia limitações recorrentes, já apontadas em revisões anteriores sobre inovação tecnológica no patrimônio (Giaccardi, 2012; Batchelor; Schnabel; Dudding, 2021). Essa constatação reforça a necessidade de frameworks analíticos integradores, como o modelo SH-MAP, capaz de articular dimensões técnicas, culturais e organizacionais para interpretação dos resultados.

4. MODELO ANALÍTICO SH-MAP

A partir dos padrões identificados na revisão sistemática, propõe-se o modelo analítico SH-MAP, composto por três dimensões interdependentes que estruturam o campo do *smart heritage*. A primeira dimensão, infraestrutura e dados, compreende as tecnologias responsáveis pela coleta, organização e interoperabilidade das informações patrimoniais, como sensores, big data, BIM e gêmeos digitais. Essa camada define o substrato informacional do patrimônio e aproxima o domínio cultural da lógica dos sistemas sociotécnicos descritos por Floridi (2019),



em que a informação constitui o elo entre representação e ação. Embora indispensável para a gestão e documentação de bens culturais, a infraestrutura, isoladamente, não garante apropriação simbólica nem relevância social dos dados produzidos.

A segunda dimensão, mediação e experiência, abrange as tecnologias de interface e interação entre instituições e públicos. Incluem-se nesse grupo aplicações de realidade aumentada, experiências imersivas e plataformas colaborativas, amplamente discutidas por Parry (2013) ao examinar os desafios éticos e curatoriais do museu pós-digital. O uso dessas ferramentas expressa um esforço de tradução cultural, capaz de ampliar o acesso, diversificar a recepção e enriquecer a aprendizagem patrimonial. A efetividade dessa mediação depende, contudo, da intencionalidade pedagógica e da coerência narrativa que orientam o design das experiências, evitando o uso meramente instrumental da tecnologia.

A terceira dimensão, governança e valores, diz respeito aos dispositivos institucionais e normativos que regulam a adoção das tecnologias no patrimônio cultural. Envolve práticas de gestão participativa, políticas de dados abertos, revisão de vieses algorítmicos e definição de indicadores de impacto institucional. Essa camada reflete as orientações de organismos internacionais sobre cultura como bem público global (UNESCO, 2022), evidenciando que o *smart heritage* deve promover inclusão, transparência e responsabilidade social. A integração dessas três dimensões permite compreender o patrimônio como ecossistema informacional e político, no qual a infraestrutura técnica só alcança sentido quando mediada por valores culturais e processos coletivos de decisão. As proposições analíticas derivadas dessa estrutura estão sintetizadas na Tabela 2.

Tabela 2 – Proposições analíticas do modelo SH-MAP

Proposição	Enunciado
P1	O acoplamento entre infraestrutura de dados e mediação aumenta as possibilidades de descoberta, reuso e remixagem cultural.
P2	A curadoria algorítmica explicável, quando articulada à mediação humana, eleva a confiança institucional.
P3	A adoção de padrões semânticos e APIs abertas favorece a interoperabilidade entre instituições patrimoniais.



P4	A definição de indicadores de impacto organizacional ex ante aumenta a chance de transformação institucional mensurável.
P5	O uso de AR/VR com design instrucional fundamentado melhora a aprendizagem patrimonial em ambientes digitais.
P6	A inclusão e a justiça dependem de uma governança de dados sensível à participação e à revisão crítica de vieses.

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

5. DISCUSSÃO CRÍTICA

A análise do corpus revela padrões consolidados e lacunas persistentes no campo do *smart heritage*. Predomina uma orientação tecnocentrada, em que as soluções digitais são tratadas como respostas abrangentes aos desafios da preservação cultural. A maioria dos estudos enfatiza inovação técnica e estética, mas dedica atenção limitada às dimensões institucionais e políticas que condicionam a apropriação social das tecnologias. Essa tendência confirma o predomínio do paradigma informacional descrito por Floridi (2019), no qual a eficiência técnica tende a eclipsar a reflexão crítica sobre valores e finalidades. Persistem lacunas conceituais importantes, especialmente na articulação entre tecnologia, patrimônio imaterial e justiça territorial, dimensões que a perspectiva decolonial propõe recolocar no centro das práticas patrimoniais (Mignolo; Walsh, 2018). Nesse contexto, o modelo SH-MAP oferece um referencial integrador que permite conectar técnica, cultura e política, contribuindo para comparações consistentes entre estudos e formulações críticas mais amplas.

Do ponto de vista político e epistêmico, o *smart heritage* apresenta riscos de captura algorítmica e padronização tecnocrática das experiências culturais. O uso de tecnologias sem participação cidadã ou sem revisão crítica de seus algoritmos pode reproduzir desigualdades e silenciar memórias locais, reforçando epistemologias hegemônicas. Esses riscos se relacionam às estruturas de poder e à lógica de dados discutidas por Floridi (2019), em que a informação tende a se sobrepor à interpretação.

Ao mesmo tempo, o campo oferece oportunidades para experimentações democráticas e inclusão simbólica, sobretudo quando projetos tecnológicos se alinham às diretrizes internacionais que reconhecem a cultura como bem público e condição de cidadania (Unesco, 2022). O impacto positivo dessas tecnologias depende, portanto, menos de sua natureza técnica



e mais da forma como são institucionalmente enquadradas e socialmente disputadas. A mediação crítica e a governança de dados com base em participação e transparência configuram condições estruturantes para que o *smart heritage* contribua para a transformação das instituições culturais em contextos digitais.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo apresentou uma revisão sistemática da produção recente sobre *smart heritage*, abrangendo 167 estudos publicados entre 2020 e 2024. A análise evidenciou o predomínio de abordagens tecnocêntricas e simbólicas, com atenção reduzida à transformação institucional, à justiça territorial e à participação cidadã. Esses resultados confirmam a configuração do *smart heritage* como campo híbrido, situado entre práticas técnicas e disputas culturais, conforme apontam Batchelor, Schnabel e Dudding (2021). Em resposta a essas lacunas, propôs-se o modelo analítico SH-MAP como instrumento teórico destinado a estruturar os principais achados da revisão e orientar novas pesquisas. Ao integrar as dimensões de infraestrutura e dados, mediação e experiência, e governança orientada por valores, o modelo permite compreender a interdependência entre técnica, cultura e política nos projetos patrimoniais.

As proposições derivadas do SH-MAP oferecem parâmetros para a avaliação crítica de iniciativas que incorporam tecnologias emergentes ao patrimônio cultural, enfatizando os riscos de padronização, apagamento epistêmico e exclusão digital. O estudo reforça a importância de diretrizes internacionais que tratam a cultura como bem público e orientam políticas de inovação para inclusão e diversidade (UNESCO, 2022). Em termos aplicados, o modelo fornece base para estudos de caso voltados a museus, cidades históricas e territórios culturais, especialmente em contextos latino-americanos que buscam equilibrar modernização tecnológica e preservação simbólica (Dutra; Porto, 2020). A adoção do SH-MAP em análises empíricas permitirá avançar na consolidação de indicadores comparáveis e no fortalecimento de práticas sociotécnicas críticas voltadas à democratização da cultura digital.

REFERÊNCIAS

BATCHELOR, David; SCHNABEL, Marc Aurel; DUDDING, Michael. Smart heritage: defining discourse. **Heritage**, v. 4, p. 1005-1015, 2021. DOI: <https://doi.org/10.3390/heritage4020055>. Acesso em: 3 set. 2025.



CAMERON, Fiona; KENDERDINE, Sarah. Introduction: theorizing digital cultural heritage. In: _____. (org.). **Theorizing digital cultural heritage: a critical discourse**. Cambridge: MIT Press, 2007. p. 1–18.

CASTRO Carroso, Juliana Martins de. **O patrimônio cultural nas cidades inteligentes**. 2020. Dissertação (Mestrado) — Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020.

DUTRA, Larissa Fernandes; PORTO, Renata Maria Abrantes Baracho. Alternativas inteligentes para a preservação do patrimônio cultural no contexto das smart cities. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, v. 13, n. 1, p. 372–390, 2020. DOI: <https://doi.org/10.26512/rici.v13.n1.2020.26210>. Acesso em: 26 ago. 2025.

FLORIDI, Luciano. **The logic of information: a theory of philosophy as conceptual design**. Oxford: Oxford University Press, 2019.

GIACCARDI, Elisa. Introduction: heritage and social media. In: _____. (org.). **Heritage and social media: understanding heritage in a participatory culture**. Londres: Routledge, 2012. p. 1–10.

HADDAWAY, Neal R. *et al.* PRISMA2020: an R package and Shiny app for producing PRISMA 2020-compliant flow diagrams, with interactivity for optimised digital transparency and Open Synthesis. **Campbell Systematic Reviews**, v. 18, e1230, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1002/cl2.1230>. Acesso em: 26 ago. 2025.

LIM, Wee Meng. Systematic literature reviews: reflections, recommendations, and robustness check. **Journal of Consumer Behaviour**, v. 22, n. 6, p. 1383–1402, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1002/cb.2479>. Acesso em: 26 ago. 2025.

MIGNOLO, Walter; WALSH, Catherine. **On decoloniality: concepts, analytics, praxis**. Durham: Duke University Press, 2018.

PAGE, Matthew J. *et al.* The PRISMA 2020 statement: an updated guideline for reporting systematic reviews. *BMJ*, v. 372, n. 71, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1136/bmj.n71>. Acesso em: 26 ago. 2025.

PARRY, Ross. Introduction: the end of the beginning. In: _____. (org.). **Museums in a digital age**. Londres: Routledge, 2010. p. 1–13.

PARRY, Ross. The end of the beginning: normativity in the postdigital museum. **Museum Worlds**, v. 1, p. 24–39, 2013. DOI: <https://doi.org/10.3167/armw.2013.010103>. Acesso em: 26 ago. 2025.

UNESCO. **Re|shaping policies for creativity: addressing culture as a global public good**. Paris: UNESCO, 2022. Disponível em: <https://www.unesco.org/reports/reshaping-creativity/2022/en>. Acesso em: 26 ago. 2025.



VERMEEREN, Arnold P. O. S.; CALVI, Licia; SABIESCU, Amalia. Future museum experience design: crowds, ecosystems and novel technologies. *In: _____.(org.). **Museum experience design: crowds, ecosystems and novel technologies***. Cham: Springer, 2018. p. 1–16.



A DESTRUIÇÃO DA NATUREZA NA COLÔNIA DONA FRANCISCA: OS OLHARES DE AVÉ-LALLEMANT, FREDERICO CARLOS HOEHNE E THEODOR RODOWICZ¹

Eduardo da Silva de Castilho | Univille | eduardoedsdc@gmail.com²

Roberta Barros Meira | Univille | rbmeira@gmail.com³

1. INTRODUÇÃO

Este artigo busca analisar os impactos do estabelecimento da Colônia Dona Francisca na Mata Atlântica, vinculado à devastação das áreas florestais para a construção do núcleo urbano e desenvolvimento da agricultura. Para isso, analisa-se, primeiramente, dois autores europeus: Theodor Rodowicz e Avé-Lallemant, que caracterizam o desmatamento como positivo pelo desenvolvimento de uma sociedade “puramente europeia” na região. Em contraposição, destaca-se Frederico Carlos Hoehne, botânico brasileiro, que, ao transitar pela região no início do XX, desenvolve argumentos a partir de uma perspectiva ambientalista, existente no país desde o século XIX.

O processo de imigração na História Ambiental pode ser um dos elementos centrais para a análise dos usos e destruição do patrimônio ambiental em todo o seu processo. Guerez (2022), ao trabalhar a migração de poloneses para o Paraná, utiliza as palavras “territorialização”, “desterritorialização” e “reterritorialização”, para pensarmos as relações estabelecidas entre o ser humano, o território e o ambiente nestes fluxos. A partir disso, podemos pensar os impactos destas movimentações na fauna e flora, tanto do local de origem quanto do local de chegada e as diferentes ramificações que podem se atrelar, como a política, a sociedade e a economia.

Para isso, podemos pensar o caso da chegada dos imigrantes germânicos na atual região de Joinville, para a construção da Colônia Dona Francisca, em 1851, através dos ideais da Sociedade de Colonização de Hamburgo, fundada em 1848 (SCH, 1849), que estabelece os pormenores para este processo imigratório. Sem dúvida, seus impactos econômicos e sociais são diversos, gerando questões morais que permanecem no imaginário da cidade, e de Santa Catarina em geral. Este trabalho busca pensar a história da imigração a partir do viés do

¹ Pesquisa voluntária desenvolvida no Grupo de Pesquisa Estudos em Circulação de Saberes, Natureza e Agricultura (CANA), junto ao curso de História da Univille.

² Graduando em História na Universidade da Região de Joinville (Univille).

³ Docente do curso de História e do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade (PPGPCS) da Univille.



patrimônio ambiental. Desse modo, serão abordados três autores, ligados às possibilidades de uma História Ambiental da antiga Colônia: Theodor Rodowicz (1853), Avé-Lallemant (1858) e Frederico Carlos Hoehne (1928).

2. THEODOR RODOWICZ E OS PRIMEIROS OLHARES PARA A COLÔNIA DONA FRANCISCA

Rodowicz, então militar prussiano, foi um dos designados da Prússia para um primeiro contato com a Colônia Dona Francisca (Duarte, 2023). Dessa maneira, sua obra “A Colônia Dona Francisca no Sul do Brasil”, apresenta um relato crítico do que foi o primeiro contato dos imigrantes com o solo brasileiro, apresentando características interessantes sobre os problemas de gestão da Companhia Colonizadora de Hamburgo, o manejo do solo e a fauna local.

Um dos elementos mais interessantes do autor, sem dúvidas, é a dualidade nos relatos sobre as expectativas e a realidade. Worster (1991), destaca os desequilíbrios dos ecossistemas ocasionados por uma incessante “mudança” para além da capacidade da floresta (p. 205). Partindo da Europa, como ponto inicial de nossa análise, percebe-se o quanto as trocas comerciais entre o “velho” e “novo” mundo, sempre em favorecimento da Europa, estiveram (e estão) vinculadas ao processo de destruição do patrimônio ambiental europeu, assim como dos países que receberam a imigração desses homens e mulheres no século XIX. Pádua (2002), argumenta que as medidas tomadas para “remediar” o caos ambiental na Europa que impactou diretamente a distribuição de recursos e a agricultura foram, basicamente, exportar o processo de tomada da natureza caracterizada como “virgem” para a América. Ainda assim, dentro do continente europeu, ideais iniciais ambientalistas começaram a se difundir entre os acadêmicos.

Diante disso, entende-se a visão atual idealizada sobre os colonos alemães que teriam trazido técnicas modernas que propiciassem uma agricultura menos destruidora do solo e do patrimônio ambiental brasileira. Entretanto, pelos relatos de Rodowicz, percebemos exatamente o contrário. O militar destacou alguns elementos que demonstram as práticas rudimentares e destrutivas que caminham de mãos dadas com os ideais morais de progresso e civilização implementados na Colônia. Avé-Lallemant também critica o pouco acesso às ferramentas modernas e a demarcação real do solo pelo governo brasileiro. A visão idílica sobre as colônias agrícolas no Brasil foi encarada, então, como uma propaganda falsa para atração

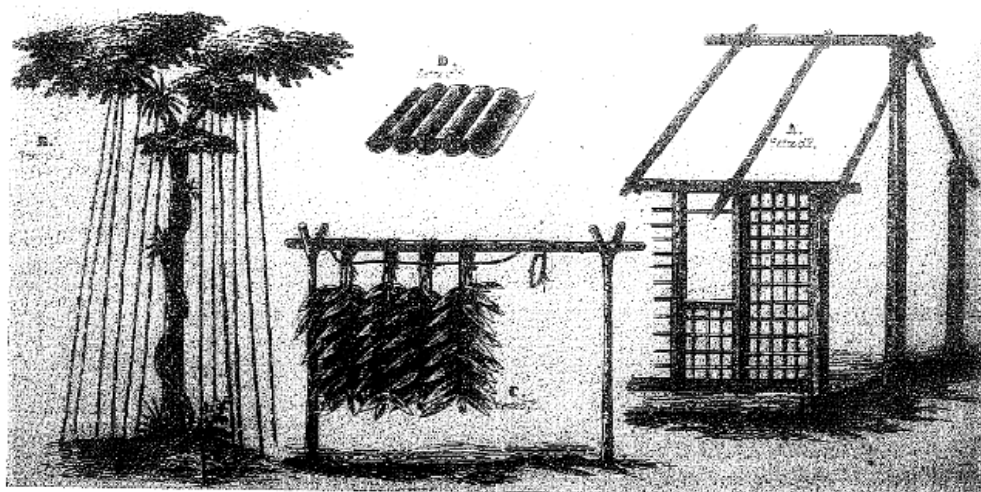


desses imigrantes, o que gerou um movimento de contrariedade à chegada de novas pessoas para a formação da Colônia.

Então começa a verdadeira crise, que termina com uma situação de relativo conforto, ou de infelicidade. Descontentamento com a situação em que se encontram, desenganos quanto a enriquecimento rápido, perseguição política, desejo de aventuras, etc. são as principais causas da doença e assim, conforme a intensidade destas causas, se poderá prever o desfecho da aventura (Rodowicz, 1992, p. 3).

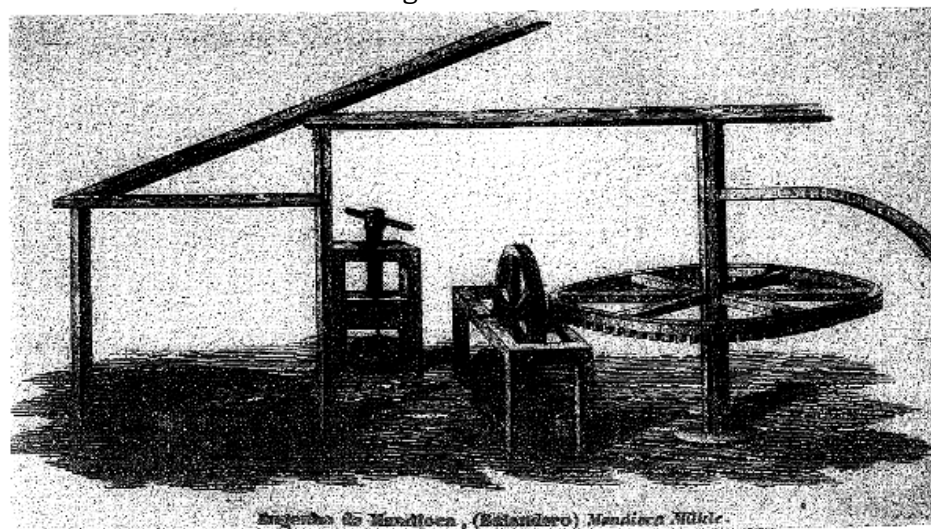
Na obra de Rodowicz, a iconografia pode ser encaixada como um elemento central nas descrições, já que se complementam com os visuais de “deslumbre” em contraposição com a incessante proposição de devastar a mata (figura 1 e 2).

Figura 1



Fonte: Rodowicz, 1992, p. 40.

Figura 2



Fonte: Rodowicz, 1992, p. 91.



Observa-se ilustrações para diferentes aspectos: a fauna encarada como exótica, os primeiros gêneros plantados, as construções iniciais possibilitadas através da queimada das áreas florestais. Tudo isso favorece um relato que demarca uma imposição social de superioridade, que parte dos colonos germânicos.

3. A “BELEZA DA NATUREZA” VERSUS A “CIVILIZAÇÃO ALEMÃ” EM AVÉ-LALLEMANT

A divisão em dois grupos dos três autores desenvolvidos no presente trabalho muito se estabelece devido às características que aproximam Avé-Lallemant de Rodowicz, mas uma questão é pontual aos dois estrangeiros: a moralidade. Nas duas obras produzidas no XIX, o contexto moral e civilizador aparecem, mas no segundo autor isto é desenvolvido com maior clareza nos relatos ufanistas de caráter repressor e impositivo, tanto nos relatos sobre a natureza como nas descrições dos povos indígenas.

Avé-Lallemant, viajante alemão, escreveu seu livro “Viagem pelo Sul do Brasil”, de 1858, apresentando percepções que transpassam diferentes regiões. Da serra, ao litoral, ao planalto, tudo é carregado de um teor exploratório extrativista, de ocupação de uma terra “virgem”, exemplificada pela necessidade de estabelecimento de um ideal de civilização. Além disso, o autor está bastante preocupado com o cenário político da região, fato observável a partir de suas próprias descrições dos governos locais, ora em simpatia, como é o caso de Joinville, ora em desagrado, como é o caso de Blumenau e em partes do litoral, onde “vive muita gente ruim” (Avé-Lallemant, 1953, p. 173):

Se quisesse externar aqui meu ponto de vista, dizendo por que não posso nem devo apresentar um bom prognóstico para a Colônia de Blumenau, tal qual se acha, teria de dizer muita coisa que, por causa de seu caráter especial, não tem interesse para o público (Avé-Lallemant, 1953, p. 158).

Este caráter de viés político de Avé-Lallemant determina relatos menos impessoais e de uma perspectiva diferente à narrativa de Rodowicz, que descreveu o ponto de vista do colono médio e das lideranças locais. Diante disso, podemos pensar que seu aspecto utilitarista da floresta é encaixado como devido projeto social e econômico: obviamente, desmatar para a produção, mas fixar elementos que subjagam a natureza e as populações indígenas para determinar o “heroísmo” alemão. A beleza da natureza é a beleza vista de sua decadência e



utilitarismo, como se observa ao dizer que “entra em ação a espingarda de caça e do alto de esbelto araçazeiro cai magnífico tucano, que fornece excelente sopa e apetitoso assado.” (Avé Lallemand, 1953, p. 165).

A ocupação da colônia Dona Francisca, em si, no livro está atrelada a uma multidão de termos que polarizam a vida do período entre progresso *versus* retrocesso, bom *versus* mau. A natureza pitoresca ganha papel de vilã contra o “bom” e “necessário” estabelecimento da cultura germânica, aqui em todos os seus aspectos, como a língua e os costumes⁴. Os aspectos físicos, os cabelos louros, a força braçal todos se transformam em prerrogativas para o assassinato indiscriminado tanto de animais, como de indígenas, ou, para o uso da coivara na mata pautada como “virgem” (Avé-Lallemand, 1953, p. 182).

O que podem realizar, em poucos anos, o trabalho diligente e o esforço! Há talvez, 15 ou 17 anos, aqui viviam os sanguissedentos bugres e na casa isolada de um colono que morava em Cachoeira assassinaram várias pessoas! (...), chegamos a um lugar apazível, cuja boa ordem e asseio se reconhecia mesmo de noite. (...). (Avé-Lallemand, 1953, p. 179).⁵

A devida construção de “um pequeno, alegre e satisfatório mundo alemão” (Avé-Lallemand, 1953, p. 185) nas descrições naturais e sociais desses viajantes é um passo para compreendermos a construção da narrativa oficial da história de Santa Catarina, principalmente ao se referir sobre cidades como Joinville e Blumenau. O destaque temático ao ruralismo, urbanização e industrialização atrelado a grandes figuras do imaginário catarinense, principalmente do XX, destacado por Wolff (2009).

4. FREDERICO CARLOS HOEHNE E A DEFESA DO PATRIMÔNIO AMBIENTAL NO BRASIL

A utilização da técnica da coivara para a limpeza da floresta foi um dos traços destacados por Rodowicz e que demonstram a total despreocupação com qualquer reminiscência do cuidado ambiental. Talvez, pode-se considerar como anacrônico uma possível causa ambientalista no século XIX, mas este não é o caso. Como já destacado, Pádua (2002) relata essencialmente o desenvolvimento de um pensamento acadêmico de preocupação com o

⁴ Ainda em Rodowicz, o militar destaca que se deve assegurar uma “pureza” dos traços culturais trazidos a fim de se formar uma espécie de bolha social, desprovida de costumes locais/brasileiros, pois “uma mistura, porém, de tais elementos, com gente ordeira e de bons costumes é que não trará bons resultados.” (Rodowicz, 1992, p.88).

⁵ Avé-Lallemand sobre a chegada à Colônia Dona Francisca pelo Rio Cachoeira.



desgaste ambiental desde o XVIII, na Europa, e Frederico Carlos Hoehne vem nos confirmar o fortalecimento destas ideias no Brasil no início do século XX.

Hoehne, natural de Minas Gerais, foi um botânico engajado na defesa da natureza brasileira. Neste projeto, analisa-se a obra “Araucarilândia” (1930), mas especificamente a passagem do autor em Joinville. No entanto, toda a crítica e os problemas levantados nos diferentes capítulos do livro são fundamentais para o desenvolvimento da análise de seu pensamento e percepção. Sua obra está fundamentada em um contexto histórico de atuação de madeiras estrangeiras entre o Paraná e Santa Catarina e daí, então, surge o seu envolvimento com a destruição das florestas de araucárias.

O botânico, em contrariedade aos viajantes germânicos, defende que a ocupação europeia em solo brasileiro foi o que devastou e prejudicou nossas florestas. Em contraposição, Hoehne aponta os usos da sociedade brasileira das florestas e destaca que os grupos indígenas viviam em um sentimento de preocupação com a natureza ao se relacionarem intimamente com diferentes aspectos da fauna e flora, apresentados em suas culturas e aspectos da sociedade.

O homem americano, pré-colombiano, mais intimamente ligado e dependente da natureza, vivendo dos produtos da flora e da fauna indígenas, aprendeu a apelidar os lugares e os países com mais felicidade e com mais acerto do que o imigrado europeu e os mestiços descendentes dele e destes. (Hoehne, 1930, p. 7).

154

Em sua crítica, o imigrante é responsabilizado pelo desaparecimento das florestas e a transformação negativa do meio. Um território que, para ele, se o indígena, agora apagado deste ambiente, tivesse sobrevivido, não reconheceria mais como sua terra (Hoehne, 1930, p. 9). A narrativa de Hoehne apresenta-se bastante sentimental ao mesmo tempo que segue os padrões da escrita científica do período, com elementos iconográficos que destacam sua preocupação com o extrativismo desenfreado e os campos, outrora cobertos, agora dizimados, principalmente para a construção de ferrovias (Hoehne, 1930, p. 14).



Figura 3 - “Uma parte do grande stock de Imbuia, da Serraria <<Bôa Esperança>>. Nos fundos, restos de matas de Araucaria basiliiana”



Fonte: (Hoehne, 1930, p. 9).

Em relação à passagem do naturalista por Joinville, é importante determinar que a região já se encontrava em processo diferente daquele descrito pelos dois outros viajantes, embora alguns elementos se entrelacem. O encantamento gerado pelas orquídeas da região (Hoehne, 1930, p. 61-63), é motivado pelos estudos extensivos de Hoehne sobre diferentes espécies da flor, apresentados diretamente em seus relatos e na iconografia da obra. Alguns dos problemas elencados em sua descrição, se diferem dos apresentados anteriormente. Naturalmente, vinculam-se à preocupação com os espaços verdes da cidade, o patrimônio ambiental e suas paisagens.

Figura 4 - “Repuxo do centro do jardim público, Joinville.”



Fonte: (Hoehne, 1930, p. 63)



A paisagem fluvial de Joinville torna-se central em um primeiro momento, destacando-se a passagem de barcas que estabelecem comunicação e transporte com Itajaí e São Francisco do Sul, a partir de um pequeno porto (Hoehne, 1930, p. 60). Frederico Hoehne indica a necessidade de adaptar a rede de esgoto, que não supriria a real necessidade da cidade, o sistema de comunicação e a iluminação pública (Hoehne, 1930, p. 60-61).

CONCLUSÃO

As narrativas de Avé-Lallemant e Theodor Rodowicz conversam diretamente com as descrições do século XIX, iniciando os ideais de “salvação”, “progresso” e “ato heroico” das populações europeias, principalmente alemã, que resultaram no desenvolvimento urbano e industrial das últimas décadas do século XX. A verdade é que a história institucional é narrada essencialmente para proporcionar o destaque às figuras políticas atreladas às famílias que deram origem ao processo de colonização germânica (Wolff, 2009).

Mesmo sendo narrativas dos séculos XIX e início do século XX, entender estes processos nos permite observar traços remanescentes no pensamento geral da população catarinense, principalmente no que se refere aos discursos sobre natureza e imigração. A relação entre o caráter idílico e utilitário da natureza e a defesa da civilização aos moldes europeus permanecem no imaginário.

Por outro lado, a falta de cuidados com os jardins públicos mencionados por Hoehne (1930, p. 65) em sua passagem pela região, demonstram duas questões essenciais: a distinção entre o cuidado dos espaços verdes públicos e privados e a comparação possível com o tempo presente. Joinville carece enormemente de espaços verdes no espaço urbano, e sua constante expansão é de caráter alarmante. Nesse viés, podemos criar paralelo com Rodowicz, que aborda um pouco sobre as características climáticas da Colônia Dona Francisca:

O verão em dezembro, janeiro e fevereiro, entretanto, traz dias bastante mais quentes. O termômetro não baixa nem mesmo à noite, dos 19° a 20° e sobe de dia, à sombra, até 26°. Alguém diz ter registrado 28°, mas eu creio que tais termômetros estavam expostos a reflexos do sol. (Rodowicz, 1992, p. 48).

Segundo relatório da Prefeitura Municipal de Joinville, de 2023, as temperaturas médias entre os três meses citados em 2022 foram entre 27,4°C e 28,4°C (Joinville, 2023, p. 13). Com as temperaturas passando facilmente dos 35°C nos meses mais quentes, podemos perceber



como avanço das áreas urbanas, a partir da ocupação da floresta e a falta de preocupação ambiental sobre a região incidem sobre a qualidade de vida e o desgaste do meio ambiente. Ainda que possa haver divergências sobre a medição apresentada por Rodowicz, se caracteriza como fonte interessante para análise dos impactos climáticos em Joinville.

REFERÊNCIAS

AVÉ-LALLEMANT, R. C.. **Viagem pelo sul do Brasil**. Instituto Nacional do Livro, Rio de Janeiro, 1953.

DUARTE, A. F. “As terras do príncipe”: migrações e paisagens de Joinville (SC) em Rodowicz-Oswiecimsky e Leo Waibel (1853-1949). **Confluências Culturais**, v. 12, n. 2, 2023. p. 75-91.

FRANCO, J. L. A.; DRUMMOND, J. A. FREDERICO CARLOS HOEHNE: A ATUALIDADE DE UM PIONEIRO NA CAMPO DA PROTEÇÃO À NATUREZA NO BRASIL. In.: **Ambiente & Sociedade**, vol. VIII, n. 1, jan./jun. 2005.

GUAREZ, F. C.. Historia ambiental y migraciones: posibilidades de investigación. In: URQUIJO, P. S. et al (org.). **Historia Ambiental de América Latina. Enfoques, procedimientos y cotidianidades**. Universidad Nacional Autónoma de México, Centro de Investigaciones en Geografía Ambiental, 2022. p. 241-257.

HOEHNE, F. C. **Araucarilandia**. Companhia Melhoramentos de São Paulo, 1930.

Prefeitura Municipal de Joinville. **Joinville**. 2023. 20 páginas.

NODARI, E. S.; MORES, L.. Monocultivos Modernos e o Neo Columbian Exchange: o Atlântico na era do Antropoceno. In.: NODARI, E. S., et al (org.). **História Ambiental em Rede: novos temas e abordagens**. Editora Univale, Passo Fundo, 2022. p. 13-34.

PÁDUA, J. A. **Um Sopro de Destruição: Pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888**. Editora Zahar, Rio de Janeiro, 2002.

RODOWICZ-OSWIECIMSKY, T. **A Colônia Dona Francisca no Sul do Brasil**. Editora da UFSC, Joinville/Florianópolis, 1992.

SOCIEDADE COLONIZADORA DE HAMBURGO (SCH). **Relatórios da Direção da Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo**. Tradução de Helena Remina Richlin. Arquivo Histórico de Joinville (AHJ).

WOLFF, C. S.. Historiografia Catarinense: uma introdução ao debate. **Revista Santa Catarina em História**, p. 52-61, 2009.

WORSTER, D. Para fazer História Ambiental. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8, 1991, p. 198-215.



ENTRE QUINTAIS E LEMBRANÇAS: NARRATIVAS FEMININAS NO DOCUMENTÁRIO O DIAGNÓSTICO

Fernanda Aidê Seganfredo do Canto | Universidade do Estado de Santa Catarina |
fernanda.canto@udesc.br¹

1. INTRODUÇÃO

O documentário *O Diagnóstico* (2022) parte de um processo de escuta conduzido com seis mulheres da Costa da Lagoa, território tradicional de Florianópolis (SC), que têm vínculos diretos com o Casarão da Dona Lóquinha, um bem cultural em processo de restauração. A partir dessas falas, que atravessam experiências de pertencimento, cuidado e transmissão intergeracional, propõe-se uma leitura dessas memórias como fabulações micropolíticas (DELEUZE & GUATTARI, 2003), nas quais se sobrepõem camadas de pertencimento, apagamento e reflexão, evidenciando a relação entre as mulheres e os modos de vida tradicionais ameaçados pela gentrificação urbana. Ao evocar o Casarão da Dona Lóquinha como lugar de memória (NORA, 1993) e ativar recordações silenciadas (POLLAK, 1992), o documentário atua como dispositivo de reativação do sensível, como tecnologia social de cuidado e escuta, capaz de estabelecer pontes entre cultura e território, memória e futuro. Em sua superfície, o filme apresenta o trabalho dos arquitetos restauradores sobre o Diagnóstico do Estado de Conservação da edificação, operação racional e técnica, que é deslocada para o campo afetivo e simbólico com a inclusão desses fragmentos de narrativas orais e imagéticas, onde outras formas de saber e de cura se inscrevem. Além disso, o filme opera como uma arqueologia do saber (FOUCAULT, 2008), escavando camadas de discursos invisibilizados, trazendo luz a narrativas que, tradicionalmente, não ocupam o centro da história oficial, especialmente quando protagonizadas por mulheres em contextos periféricos e rurais.

O Casarão da Dona Lóquinha, construído em meados de 1780, na Costa da Lagoa, em Florianópolis, Ilha de Santa Catarina, constitui um marco simbólico e afetivo para a comunidade local, abrigando histórias que atravessam gerações. Este território tradicional, acessível apenas pelo caminho tombado ou por embarcações lacustres, tem visto seu modo de vida tradicional ameaçado pelas profundas transformações ocorridas com o avanço da urbanização. Em meio

¹ Doutoranda em Gestão da Informação pela Universidade do Estado de Santa Catarina. Mestre em Investigación en Prácticas Artísticas y Visuales pela Universidade de Castilla-La Mancha, com revalidação pela UNIRIO. Bacharel em Design Gráfico e Museologia pela Universidade Federal de Santa Catarina.



a esse cenário, memórias vinculadas a formas de sociabilidade, cuidado e transmissão de saberes conectadas à natureza e à soberania alimentar encontram-se em risco de apagamento, sendo frequentemente relegadas a uma posição marginal na história oficial.

O filme desloca o olhar técnico do diagnóstico arquitetônico para uma dimensão simbólica e relacional, onde as vozes femininas ganham centralidade política. As narrativas são lidas como fabulações micropolíticas (Deleuze & Guattari, 2003), que revelam tensões entre pertencimento, apagamento e resistência cultural. A memória oral é compreendida como tecnologia social de cuidado e resistência à homogeneização cultural (Canclini, 2011), e o filme, como uma arqueologia do saber (Foucault, 2008), que reinscreve as vozes femininas na história do território.

Essas memórias, vistas como patrimônio imaterial em movimento, não apenas recordam o passado, mas produzem futuros possíveis em cartografias da diferença (Haesbaert, 2004). Assim, o artigo propõe refletir sobre as relações entre linguagem, território e subjetividade, destacando a potência política das vozes tradicionais e periféricas na construção de outras formas de narrar e habitar o mundo.

2. CONTEXTO: COSTA DA LAGOA E O CASARÃO DA DONA LÓQUINHA

159

A Costa da Lagoa, localizada no leste da Ilha de Santa Catarina, em Florianópolis, constitui um território tradicional marcado pela forte relação com a pesca artesanal, a agricultura de subsistência e modos de vida comunitários. A região se destaca por sua geografia peculiar: acessível apenas por trilhas ou embarcações, mantém características de isolamento relativas, que favoreceram, ao longo do tempo, a preservação de práticas culturais próprias, como produções agrícolas e redes de solidariedade locais. Essa configuração territorial produz o que Haesbaert (2004) define como “território vivido”, isto é, um espaço não apenas geográfico, mas afetivo e simbólico, estruturado por laços de pertencimento e práticas cotidianas que atualizam memórias coletivas.

Com o crescimento urbano de Florianópolis e o desenvolvimento do turismo, especialmente a partir das últimas décadas, a Costa da Lagoa passou a enfrentar pressões externas que colocam em risco a continuidade desses modos de vida. Processos de gentrificação e especulação imobiliária têm provocado deslocamentos populacionais, alterações radicais nos modos de subsistência e, por conseguinte, mudanças no uso dos



espaços comunitários. Nesse sentido, as dinâmicas locais evidenciam tensões entre reterritorialização e desterritorialização (HAESBAERT, 2004), revelando como a modernização urbana pode desarticular práticas culturais enquanto fomenta novas formas híbridas de sociabilidade, como observa Canclini (2011) ao tratar das culturas híbridas.

O Casarão da Dona Lóquinha insere-se nesse contexto como um marco material e simbólico da história da Costa da Lagoa. Construído no final do século XIX, a edificação serviu durante décadas como espaço de moradia, estoque de produção e sociabilidade comunitária. Com o falecimento de seus últimos moradores, em 1993, o Casarão entrou em processo de degradação física, refletindo também um processo de apagamento simbólico. A edificação, no entanto, continuou presente na comunidade como um lugar de memória (NORA, 1993), onde o passado não é simplesmente preservado, mas constantemente reinventado por aqueles que o evocam.

Figura 1: Casarão da Dona Lóquinha em cena do filme “O Diagnóstico”



Fonte: Tombô Produtora, 2022

O início de sua restauração, em 2022, marcou não apenas uma ação de salvaguarda arquitetônica, mas também um momento de reativação das memórias ligadas ao território. Como observa Pollak (1992), a memória é sempre seletiva e atravessada por silêncios e esquecimentos, sendo muitas vezes disputada entre diferentes grupos sociais. No caso do Casarão, esse movimento é visível na emergência de narrativas femininas que, por muito tempo, permaneceram à margem da história oficial. As mulheres da Costa da Lagoa,



protagonistas dessas memórias, desempenham papel central na transmissão intergeracional de saberes relacionados à pesca, à culinária tradicional e ao cuidado com a comunidade — práticas frequentemente desvalorizadas por não se enquadrarem nas lógicas hegemônicas de patrimônio.

Assim, o Casarão da Dona Lóquinha não pode ser entendido apenas como uma estrutura física em processo de restauração, mas como um dispositivo narrativo que condensa disputas sobre identidade, pertencimento e futuro. Ao mesmo tempo em que materializa camadas históricas da região, ele opera como catalisador de fabulações e resistências, tornando-se ponto de encontro entre memória e imaginação. Como propõem Deleuze e Guattari (1995), tais narrativas funcionam como práticas micropolíticas, capazes de redesenhar mapas afetivos e políticos do território, resistindo à homogeneização cultural e produzindo outras formas de habitar o mundo.

3. METODOLOGIA: OUVIR E FABULAR

A metodologia que orienta o documentário *O Diagnóstico* funda-se em uma escuta atenta e situada, um gesto ético e estético que compreende a fala como criação e não apenas como registro. Inspirada pelos estudos da memória (POLLAK, 1992; NORA, 1993), essa escuta desloca o foco da reconstrução factual do passado para a produção de sentidos no presente. Ouvir, aqui, é reconhecer que as lembranças emergem sempre mediadas pelo tempo, pela emoção e pelo corpo; é permitir que o ato de narrar se converta em performance de pertencimento e gesto de resistência.

Como observa Pollak (1992), a memória é sempre seletiva, fragmentária e marcada por silêncios, o que não a torna menos verdadeira, mas mais complexa. O relato pessoal é um território de disputas e afetos, em que o vivido e o imaginado se misturam, compondo uma tessitura sensível que desafia a linearidade histórica. É nesse espaço híbrido que as entrevistas realizadas com as mulheres da Costa da Lagoa se inscrevem. Longe de constituírem “fontes” de um passado a ser verificado, elas se configuram como fabulações micropolíticas (DELEUZE & GUATTARI, 1995), nas quais o cotidiano se torna matéria de criação e a fala, um modo de existir.

A escuta, portanto, é compreendida como prática de coautoria. O filme não “extraí” das entrevistadas suas lembranças; ele se constrói com elas, na reciprocidade de um diálogo que



reconhece a potência política do sensível. O Casarão da Dona Lóquinha, nesse processo, deixa de ser apenas o objeto do discurso e passa a funcionar como dispositivo enunciativo, catalisador de memórias e invenções. Cada narrativa produz, à sua maneira, uma reescrita simbólica do território.

Figura 2: Acima: Bernardete, Izabel, Simone; Abaixo: Raquel, Maura e Santa.



Fonte: Tombô Produtora, 2022

Nas palavras de Simone, o medo e o mistério da casa de infância emergem como uma espécie de iniciação sensorial, quando diz:

A gente já ia diretamente pra cozinha, onde tinha o fogão a lenha... mas antes tinha um corredor. A única lembrança que eu tenho é que esse corredor me chamou atenção, porque me deu um medo, parecia uma casa mal-assombrada.

Esse “medo”, ambíguo, entre o real e o imaginário, revela a dimensão afetiva da memória, em que o espaço arquitetônico se transforma em personagem. O corredor é, aqui, uma passagem simbólica: atravessá-lo é entrar no domínio do vivido, do ancestral, do que resiste em forma de sensação.

Já Raquel, ao recordar suas noites na casa da avó, traz à tona uma infância marcada por presenças invisíveis, misturando o medo e o encantamento do cotidiano. Ela diz: “Eu tinha medo porque tinha a rateira [cobra caninana] que vivia caminhando no telhado da casa. A vó, ou a Maria, tinha sempre que dormir grudada comigo.”. Entre serpentes e sussurros, essa narrativa reinscreve o território doméstico como um espaço de coexistência entre o humano e o não humano, dimensão recorrente nas cosmologias tradicionais. A fabulação de Raquel é um gesto de tradução entre mundos: o da natureza viva e o da casa habitada pela memória.



A lembrança de Maura amplia esse campo de afetos, entrelaçando o medo e a ternura: “Tinha uma rateira imensa... A gente dizia: ‘Ô tia, a cobra!’ E ela dizia: ‘Não, é a nossa visita, não vai fazer mal pra gente.’”. Aqui, o perigo se torna convivência, o medo se converte em cuidado. O discurso da tia Loquinha quando comenta “é a nossa visita”, desloca o olhar antropocêntrico e reinscreve o animal como parte da casa, do cosmos compartilhado. Trata-se, portanto, de uma micropolítica da convivência, uma ética do cotidiano que se opõe às narrativas de separação entre humano e natureza.

Já a fala de Dona Santa condensa, em sua longa evocação do trabalho e da infância, o elo entre memória, gesto e matéria. Ela rememora o tempo do café e da farinha, o pilão, o cheiro, o beiju: uma economia do afeto que se inscreve nos corpos e nas práticas. “Ela dizia assim: ‘Ai, Santa, a sinhá Loquinha tá com os braços muito cansados hoje.’ Eu dizia: ‘Deixa que eu soco pra senhora!’”. Com a mandioca faziam polvinho, beiju e farinha.

Nessa evocação detalhada, o trabalho doméstico e agrícola ganha estatuto de sabedoria incorporada, um saber-fazer que resiste à modernidade e à invisibilização das práticas femininas. O gesto de “socar o café” ou “fazer polvinho” não é apenas uma lembrança; é um modo de reencenar, pelo relato, uma ética da coletividade e da reciprocidade. Como sugerem Deleuze e Guattari (1995), trata-se de uma *fabricação de território*, em que o corpo e a palavra se tornam inseparáveis, uma forma de resistência que pulsa na memória.

163

Já Bernadete, ao retomar o passado com emoção, desloca o tom da narrativa para o campo da saudade e da reflexão:

Olha, gente, como eu tenho saudades daqueles tempos assim, né. Tenho muita saudade. Às vezes eu fico em casa, sozinha, lembrando daqueles tempos que era tudo muito bom, era tudo tão calmo, as pessoas se amavam mais. Respeitava os mais velhos... As coisas hoje evoluíram muito mas o passado ainda tá aqui guardado dentro do meu coração.

Em sua fala, o tempo não é linear, mas coexistente: o passado vive no presente como força afetiva e política. A nostalgia não é paralisante; ela atua como dispositivo de preservação do sensível, aquilo que resiste à aceleração e ao esquecimento. Bernadete fabula o tempo como quem costura ausências, fazendo da memória um lugar de permanência e pertencimento.

Assim, as entrevistas que compõem *O Diagnóstico* não apenas documentam lembranças: elas produzem realidades sensíveis, fabulações que reconstroem laços entre humanos, não humanos, coisas e lugares. O filme, ao se constituir como tecnologia social de escuta,



transforma o gesto de ouvir em prática de cuidado e o gesto de narrar em ato político. Nesse entrelaçamento de memória e fabulação, o Casarão da Dona Lóquinha torna-se mais que patrimônio, torna-se espaço de reinvenção do mundo comum.

4. ANÁLISE: O CASARÃO COMO CORPO NARRATIVO

4.1 Território afetivo e feminino

O território que se desdobra nas falas não é apenas geográfico, mas também afetivo, tecido pela experiência das mulheres com o cotidiano e com o trabalho. O Casarão surge como extensão do corpo feminino, sendo espaço de abrigo, convivência e transmissão de saberes. As entrevistadas falam da cozinha, do fogão a lenha, do café torrado no pilão, da farinha feita no engenho. São lembranças do gesto, da textura, do cheiro: fragmentos de uma economia do cuidado que sustenta a vida comunitária.

Essa dimensão se aproxima do que Pierre Nora (1993) chama de lugares de memória: pontos de condensação onde o tempo se acumula e resiste ao esquecimento. Mas aqui, o lugar de memória é também lugar de afeto, um quintal simbólico onde o passado continua sendo cultivado. Como mostra o trecho de Virgílio Várzea (1984), escrito originalmente em 1900, o trabalho feminino era frequentemente relegado ao âmbito doméstico, considerado “insignificante” diante das lógicas de produção e comércio:

É este [o trabalho de raspadura da mandioca], junto com a colheita do café e a do algodão, o único serviço propriamente agrícola em que se emprega a mulher nesses sítios da Ilha, não falando na pequena ocupação com a criação, os jardins e as hortas, o que é insignificante. Além desses, os outros trabalhos femininos são exclusivamente domésticos, isto é, só se fazem portas a dentro no lar, como a fiação do gravatá, do algodão, do linho, os bordados, as rendas de almofada, os crivos, as tecelagens e tantos outros (VÁRZEA, 1984).

Contudo, é justamente nessas atividades invisibilizadas (e que não são poucas) que reside a permanência da comunidade no território. As mulheres da Costa da Lagoa tornam-se, assim, guardiãs das práticas que mantêm a vida arraigada à terra, desafiando a hierarquia entre o público e o privado. No documentário, a presença dessas vozes reverte a lógica descrita por Várzea. O que antes era tido como “insignificante” torna-se o eixo da narrativa, e o Casarão aparece como um corpo feminino ampliado: casa, ventre e memória coletiva.



4.2 Ficção e lembrança

Nas falas dessas mulheres, o real se mistura ao imaginário. As serpentes que rastejam no telhado, o corredor “mal-assombrado”, o medo da infância e o consolo da tia que transforma o perigo em visita, todos esses elementos extrapolam o registro histórico e se aproximam do fabular, do poético e do mágico.

Essas narrativas constroem o Casarão como um personagem vivo, que respira, sente e amedronta. Ao fabular, as mulheres não distorcem o passado, mas inventam formas de significá-lo. Como propõem Deleuze e Guattari (2003) em *Kafka: por uma literatura menor*, essas pequenas fabulações funcionam como dispositivos de desterritorialização: deslocam o discurso dominante e produzem novos modos de sentir e pensar o lugar.

A casa “mal-assombrada”, a “cobra visita”, o “cheiro do café torrado” são figuras que ultrapassam o campo da lembrança individual e entram na esfera do mito. Elas reencantam o cotidiano e inscrevem na paisagem uma dimensão simbólica que resiste à racionalização moderna. São, portanto, atos poéticos de resistência, em que a imaginação atua como ferramenta de preservação cultural.

165

4.3 Resistência e agência

A emergência dessas narrativas femininas, ao mesmo tempo íntimas e coletivas, tensiona o esquecimento e o apagamento institucional. Como observa Pollak (1992), a memória é sempre campo de disputa entre grupos sociais; e no caso do Casarão, o que está em jogo é mais do que a lembrança de um tempo passado, é a própria permanência de um modo de vida ameaçado pela gentrificação urbana e pela especulação imobiliária.

Quando Bernadete diz que “as coisas hoje evoluíram muito, mas o passado ainda tá aqui guardado dentro do meu coração”, ela não expressa nostalgia passiva, mas um ato de resistência. Sua fala reivindica o direito à memória e à continuidade das práticas tradicionais como forma de existir no presente.

Nesse sentido, o documentário atua como uma literatura menor no sentido deleuze-guattariano: tudo nele é político, tudo toma um valor coletivo, e a enunciação se dá em nome de uma comunidade que resiste à margem. A câmera torna-se meio de escuta, e o filme, um



espaço de enunciação compartilhada onde o íntimo se conecta ao político; e o Casarão se torna corpo simbólico, encarnando a luta por permanência e reterritorialização, fabulando o futuro a partir da escuta do passado.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS: ESCUTAR O PORVIR

Os medos e desejos que emergem nas falas das mulheres da Costa da Lagoa ultrapassam o registro da lembrança individual e configuram um campo de forças entre o passado e o futuro. O Casarão da Dona Lóquinha, nesse contexto, revela-se não apenas como um lugar de memória, mas como um lugar de política e de porvir.

Seu reconhecimento como Ponto de Cultura pelo Ministério da Cultura (MinC) e como Ponto de Memória pelo Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) evidencia a relevância das políticas públicas na salvaguarda do patrimônio imaterial e na valorização dos modos de vida tradicionais. Tais reconhecimentos, quando acompanhados de apoio financeiro e institucional, fortalecem as ações comunitárias e garantem que as vozes do território sigam ressoando no presente.

Outro marco significativo é a criação do Refúgio de Vida Silvestre Municipal Meiembipe, área de proteção ambiental que tange o Casarão. O processo participativo de elaboração do plano de manejo do refúgio demonstra que a proteção ambiental e a valorização cultural são dimensões inseparáveis, reafirmando a necessidade de integrar a conservação da natureza às práticas culturais locais. A pendência de sua efetivação administrativa reforça a urgência da mobilização social contínua e da vigilância cidadã.

Desse modo, o documentário *O Diagnóstico* e as ações associadas à restauração do Casarão da Dona Lóquinha mostram que escutar as narrativas do território é mais do que um gesto de pesquisa: é um ato político e afetivo. É por meio dessa escuta que se tornam visíveis outras possibilidades de futuro, nas quais memória e imaginação se entrelaçam, tecendo resistências frente às forças de homogeneização e apagamento. O Casarão, com suas paredes em processo de restauração e suas histórias em permanente reinvenção, mantém-se como um corpo vivo de memória, convocando à continuidade da escuta e da fabulação coletiva de mundos possíveis.

REFERÊNCIAS



CANCLINI, Néstor García. **Culturas Híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: EDUSP, 2011.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Kafka**: para uma literatura menor. Lisboa: Assírio & Alvim, 2003.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

HAESBAERT, Rogério. **O Mito da Desterritorialização**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, n.10, São Paulo, 1993.

O DIAGNÓSTICO. Direção de Fernanda do Canto e Natália Poli. Florianópolis: Tombô Produtora, 2022. (56 min.), Digital, Full HD, son., col. Legendado. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8-c5BvUmz4s>. Acesso em: 7 ago. 2025.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, v. 5, n. 10, 1992.

VÁRZEA, Virgílio. **Santa Catarina, a ilha**. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina, 1984.



QUINTAIS COMO PAISAGENS CULTURAIS EM RISCO: SABERES TRADICIONAIS, MEMÓRIA ECOLÓGICA E RESISTÊNCIAS NO LITORAL DE SANTA CATARINA - BRASIL

Fernanda Aidê Seganfredo do Canto | Universidade do Estado de Santa Catarina |
fernanda.canto@udesc.br¹

Aracidio de Freitas Barbosa Neto | Universidade Federal de Santa Catarina |
cidneto83@gmail.com²

1. INTRODUÇÃO – QUE QUINTAL É ESSE?

Este trabalho investiga os quintais como expressões da paisagem cultural no litoral catarinense, onde se entrelaçam saberes indígenas, africanos e açorianos desde o século XVIII. Na capital Florianópolis, com o avanço da urbanização, especialmente a partir da década de 1960, práticas agrícolas tradicionais foram progressivamente suprimidas, restando fragmentos e remanescentes em áreas como Ratoles, Ribeirão da Ilha e Sertão do Ribeirão, além de vestígios espalhados por toda cidade (CANTO, 2020). Segundo Schama (1996), os quintais podem ser lidos como camadas de memória ecológica inscritas na paisagem, que persistem apesar das transformações promovidas pelo progresso urbano. Em meio às crises do Antropoceno e às lógicas da sociedade de risco (BECK, 2011), sua valorização aponta caminhos para a reconstrução de vínculos entre cultura, natureza e modos de vida ecológicos. Haraway (2016) sugere pensar o “plantationoceno” e nos obriga a reconhecer os danos causados por modelos extrativistas escravizadores e a fazer parentes (humanos e não humanos) como forma de resistência e regeneração. Por sua vez, Berjman (2006) propõe que o paisagismo urbano deve responder às necessidades reais dos habitantes e sua relação identitária com o território, valorizando espaços verdes e lúdicos como os quintais. Assim, este estudo propõe o reconhecimento desses espaços como patrimônio cultural e ambiental, em diálogo com políticas públicas como a Agricultura Urbana e a proteção da agrobiodiversidade e com o conjunto de áreas protegidas. A museologia e a geografia, nesse contexto, são criticamente convocadas a interpretar, salvaguardar e comunicar, juntamente com autores atuais da

168

¹ Doutoranda em Gestão da Informação pela Universidade do Estado de Santa Catarina (PPGInfo/ UDESC). Mestre em Investigación en Prácticas Artísticas y Visuales pela Universidade de Castilla-La Mancha, com revalidação pela UNIRIO. Bacharel em Design Gráfico e Museologia pela Universidade Federal de Santa Catarina.

² Mestrando em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina, Bacharel em Geografia pela mesma instituição.



antropologia, esses fragmentos resistentes da paisagem, fundamentais para o futuro das cidades e de suas comunidades.

O litoral de Santa Catarina apresenta formas históricas de ocupação do território, entre as quais, o “quintal açoriano” sobressai como expressão singular de práticas tradicionais, ainda que, por sua naturalidade e presença cotidiana, seja pouco reconhecido como patrimônio e esteja sob risco iminente de perda. Trata-se de um sistema de uso da terra que combina práticas agrícolas, extrativistas e domésticas, resultante da adaptação de saberes indígenas, africanos e portugueses associado ao modo de vida estabelecido pelos cerca de 6.000 imigrantes açórico-madeirenses e seus descendentes, que colonizaram³ a região entre 1748 e 1756. Esse modelo singular de quintal não apenas modulou a paisagem, mas também se estabeleceu como cultura, persistindo até os dias atuais, mesmo diante das transformações urbanas.

O que se chama aqui por “quintal açoriano” é uma expressão da cultura tradicional local, que se constitui por um conjunto de espécies vegetais típicas, associadas aos modos de vida e produção tradicionais, mas que também se adaptaram à vida urbanizada e sobrevivem por toda parte[...]. A presença de edificações e estruturas associadas, como casarões, engenhos, ranchos, alambiques, poços e criadouros ativos, ou ruínas como chão de casa, muradas, eiras e pontes, além de marcos de pedra ou trilhas, auxiliam na identificação e caracterização dos quintais açorianos. (DO CANTO, 2020, p. 26-28).

As novas ondas migratórias de alemães (1828) e italianos (1875), e, posteriormente, a modernização e urbanização acelerada, sobretudo a partir da década de 1960, modificaram e diversificaram profundamente essas paisagens culturais catarinenses. Os quintais, antes espaços de produção, convívio e biodiversidade, foram gradativamente sendo substituídos por edificações e equipamentos turísticos, pressionados pela especulação imobiliária que caracteriza os territórios litorâneos (DO CANTO; BARBOSA NETO, 2020). Esse processo não implicou apenas mudanças territoriais, mas também o apagamento de práticas tradicionais, saberes locais e formas de sociabilidade, resultando na perda de sociobiodiversidade e no agravamento da crise climática.

³ Conforme Oliveira e Salomon (2010), a vinda dos casais açorianos e madeirenses no século XVIII, ainda que dentro do contexto colonizatório ibérico, tinha como objetivo a ocupação do território, onde a disposição longínqua das sesmarias dadas e a forma da produção esperada atendia à lógica militar e não representava a criação de colônias em si, como ocorreu no século seguinte quando da chegada de alemães e italianos, a partir do desenvolvimento de núcleos populacionais. Dessa determinação histórica, surgem algumas características do quintal açoriano que os distinguem de outros quintais.



A compreensão dos quintais como patrimônio deve considerar, portanto, a dimensão material e imaterial que os constitui. A “Carta Internacional y Directrices de Sitios con Patrimonio Cultural Inmaterial” do ICOMOS (2024) ressalta que

Entre el patrimonio inmaterial y el material hay un nexo indisoluble cifrado en prácticas y conocimientos tradicionales, sociales o culturales que se transmiten de generación en generación, al proporcionar comprensión e infundir significado, valor y contexto a objetos, sitios y otros espacios físicos (ICOMOS, 2024, p. 2).

Nessa perspectiva, conservar os quintais não significa apenas proteger estruturas arquitetônicas e conjuntos de espécies vegetais associados, mas também salvaguardar os sistemas de conhecimento, os rituais, a memória coletiva e as identidades que esses lugares abrigam. A proteção dos sítios físicos é crucial para a continuidade das expressões culturais vivas, especialmente em contextos de grande mobilidade populacional e urbanização acelerada e pouco planejada.

Segundo Schama (1996, p. 24-25), toda tradição da paisagem é produto de uma cultura comum, construída sobre “um rico depósito de mitos, lembranças e obsessões”, e o desafio está em redescobrir “o que já possuímos, mas que, de alguma forma, escapa-nos ao reconhecimento e à apreciação”. Os quintais açorianos, enquanto formas históricas de ocupação do litoral de Santa Catarina, exemplificam essa ideia: apesar de presentes e atuantes, muitas vezes passam despercebidos como patrimônio. Tal como Schama aponta, “a força [da paisagem] geralmente se esconde sob camadas e camadas de lugar-comum”, e é justamente essa riqueza histórica, ecológica e cultural que os quintais carregam, entrelaçando natureza, práticas agrícolas, modos de vida e memória coletiva, além das características atuais que assumem, como corredores e trampolins ecológicos, colaborando na atenuação do microclima das áreas urbanas em tempos de mudanças climáticas, prestando benefícios/serviços ecossistêmicos à coletividade nunca antes tão necessários.

2. TRANSFORMAÇÕES, RISCOS E PERDA DE MODOS DE VIDA

A rápida urbanização do litoral catarinense e a crescente pressão imobiliária impactaram profundamente os modos de vida tradicionais e a paisagem cultural dos quintais açorianos. Na capital, Florianópolis, “Os ilhéus foram assim, em grande parte, rapidamente expropriados de seus sítios. Alguns destes destinaram-se à especulação imobiliária em longo prazo, outros foram



imediatamente loteados e vendidos.” (CECCA, 1997, p. 105). Gradualmente, unidades de produção de pesca artesanal, agricultura, derivados da mandioca e da cana-de-açúcar foram se desarticulando, resultando em perda de sociobiodiversidade, de conhecimentos tradicionais e de práticas culturais. Entre 1975 e 1980, a população ocupada no setor primário caiu 62,21%, evidenciando a ruptura do sistema produtivo local (IPUF, 1988 apud CECCA, 1997).

Contudo, essas alterações não podem ser compreendidas apenas como fenômenos locais. Inserem-se em um contexto global de capitalismo tardio, marcado pela lógica especulativa e pelo uso intensivo de recursos, que remodela a paisagem em função de interesses econômicos de curto prazo e que no litoral de Santa Catarina possui evidente concretude. Segundo Mauro Manoel da Costa (2024, p. 35), “[a] colônia não se restringiu a um lugar específico; ela foi onipresente, moldando e destruindo paisagens, culturas e vidas. A imposição de uma homogeneidade ambiental veio acompanhada de uma devastação sem precedentes. Na esteira da colonização, a modernidade industrial se espalhou, trazendo consigo não apenas avanços tecnológicos, mas também uma profunda desigualdade.”. Costa (2024) observa que tais processos se intensificam no Antropoceno, uma era marcada pelo impacto humano global sobre o planeta, incluindo mudanças climáticas, extinções e poluição.

Anna Tsing (2022), em *O Cogumelo no Fim do Mundo*, propõe uma leitura potente para compreender essas relações. Para a autora, são os encontros multiespécies que moldam os indivíduos e a sociedade, levando a um estado de “contaminação”, no qual a mudança emerge. A sobrevivência depende de colaborações entre diferentes espécies, culturas e ambientes que se adaptam e prosperam juntos, não por meio do isolamento ou da competição, mas a partir de interações contínuas, muitas vezes forjadas em cenários de opressão e destruição.

Percebe-se que os colonos açoriano-madeirenses que migraram para o Brasil integraram um sistema histórico de exploração ambiental e humana: o modelo de *plantation* europeu. Nesse sistema, substituiu-se a floresta nativa por cultivos exóticos de alto valor comercial (como o café e a cana-de-açúcar), sustentados por mão de obra igualmente estrangeira e, em sua maioria, escravizada. Tal lógica rompe as conexões entre pessoas e território, afastando tanto os corpos quanto as plantas de seus contextos ecológicos e culturais. Esse modelo dá origem ao conceito de *Plantationocene*, proposto por Haraway (2016), em referência à sua longa e ampla reprodução pelo mundo.

Como contraponto, esse mesmo legado colonial ressurgiu hoje como uma fissura de resistência ao capitalismo moderno. Embora alguns colonos tenham se beneficiado do trabalho



escravizado, muitos mais foram os que recorreram à própria força de trabalho familiar em práticas de subsistência. Essas práticas, baseadas na adaptação dos modos e costumes Guarani a partir de referências eurocêntricas pré-industriais, impuseram uma conversão severa do meio natural para viabilizar a sobrevivência. São, portanto, expressão colonial e, ao mesmo tempo, símbolo de resistência.

Os engenhos de farinha, historicamente presentes neste território que se reconhece como um “quintal”, revelam um encontro intercultural e interespecies a partir da adaptação do cultivo e do processamento da mandioca. Essa planta nativa, ao substituir o trigo europeu, inapto ao clima e ao solo do sul, não apenas assegurou a sobrevivência das comunidades locais, como também deu origem a uma nova identidade cultural, moldada pelas necessidades e pelas possibilidades ecológicas do lugar. Os saberes e fazeres indígenas foram dinamizados sem a lógica do excedente produtivo, conciliando práticas coletivas orientadas pela sazonalidade da natureza e sugerindo formas de organização social não capitalistas (MARTINS, 1993), ainda que não totalmente desvinculadas das determinações próprias do capitalismo dependente.

Apesar da histórica derrubada da vegetação causada por essas atividades humanas, Tsing (2022) chama atenção para a capacidade de ressurgência ecológica. Processos naturais, como incêndios e glaciações, mostram que a destruição não significa necessariamente um fim, mas pode ser um catalisador para ecossistemas renovados. O que ocorre nas chamadas “florestas camponesas” no Japão é o resultado das adaptações da paisagem manejada por comunidades humanas, onde dita interferência não anula a vitalidade da natureza, mas cria condições para que múltiplas formas de vida coexistam.

É irônico que esses episódios de desmatamento tenham dado lugar às florestas que se tornaram a própria imagem da estabilidade e da sustentabilidade para grande parte do pensamento contemporâneo japonês. Essa ironia não torna a floresta camponesa menos útil ou desejável, mas transforma o modo como reconhecemos o trabalho da convivência com o ressurgimento da floresta: os esforços cotidianos dos camponeses são muitas vezes respostas a viradas históricas que estão fora do seu alcance. As pequenas perturbações operam no interior da correnteza das grandes perturbações. (TSING, 2022, p.274)

Nesse sentido, os quintais açorianos também podem ser compreendidos como microcosmos dessas paisagens híbridas, espaços em que espécies humanas e não humanas se entrelaçam, resistem e recriam possibilidades de vida diante das pressões impostas pelo



capitalismo financeiro globalizado, base material das transformações das paisagens tais quais se apresentam no século XXI.

3. COMO DECOLONIZAR O PATRIMÔNIO

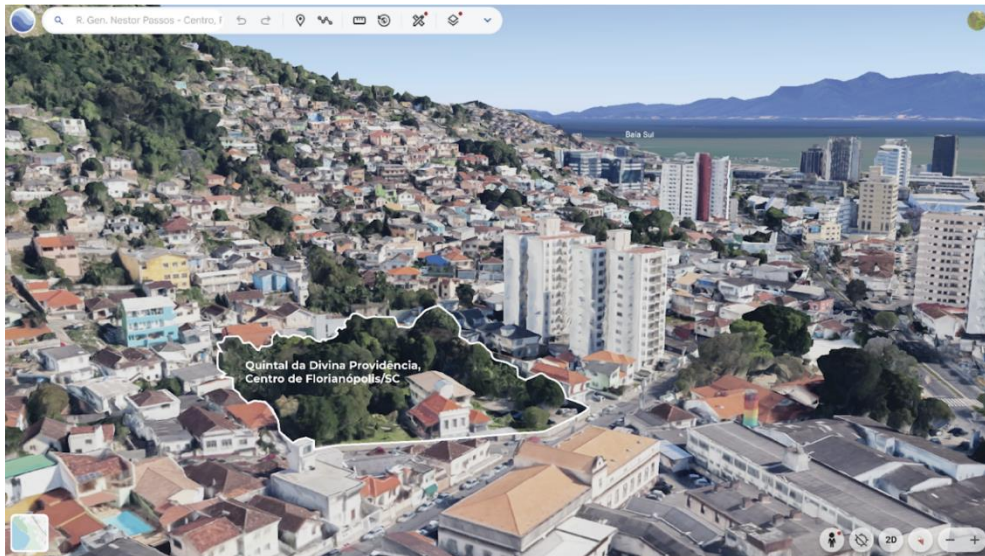
O quintal açoriano pode ser visto por três ângulos: como o legado de um passado colonial muitas vezes ligado às práticas de subsistência, rugosidades na paisagem atual, conforme o geógrafo brasileiro Milton Santos define: “espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares.” (SANTOS, 2006, p.92); o segundo ângulo, pelo viés cultural, como um patrimônio material e imaterial de uma comunidade tradicional secular a ser reconhecido (VÁRZEA, 1984); e ainda, como o resultado de perturbações causadas e sofridas por humanos e não humanos em um processo histórico (TSING, 2022).

Haraway (2021) propõe uma conciliação na mesma direção de Anna Tsing, que é repensar as relações interespecies e *fazer parentes*, como estratégia de resistência frente à lógica capitalocêntrica. Onde isso pode acontecer? Há uma necessidade material de espaços minimamente preservados onde espécies companheiras possam formar suas alianças.

Assim, os quintais açorianos (Figura 1) tornam-se territórios críticos de análise: sua conservação não é apenas ambiental ou estética, mas política e social, pois mantêm modos de vida, saberes tradicionais e vínculos afetivos com a terra. Preservá-los, mesmo que numa escala desproporcional à avassaladora “selva de pedras”, representa resistir à mercantilização total da paisagem, garantindo espaços de continuidade cultural, onde a presença da biodiversidade esteja conciliada a práticas de convivência mais equilibradas entre humanos e não humanos.



Figura 1: Quintal da Divina Providência, Centro de Florianópolis/SC



Fonte: Imagem do Google Earth adaptada pelos autores, 2025

Como Tsing (2022) aponta, as assembleias de habitabilidade são redes de coexistência entre humanos e outros seres que sustentam a vida em contextos específicos e revelam formas de adaptação frente ao avanço urbano e capitalista. Nos quintais açorianos, essa lógica aparece nas hortas, pomares, criações e edificações preservadas, que formam redes de cuidado e saberes ancestrais. Compreendê-los como assembleias multiespécies amplia seu valor, unindo memória cultural, biodiversidade e modos de vida sustentáveis. Adotar uma perspectiva decolonial é reconhecer esses quintais como espaços de resistência que desafiam paradigmas eurocêntricos e fortalecem a soberania alimentar, o turismo comunitário e o equilíbrio ecológico. Como afirma Berjman (2006, p. 8):

El paisaje cultural como imagen creada debe responder a una intención. Podemos intentar una respuesta: necesidad de reencontrarnos con nuestras verdaderas raíces; de entender qué es lo heredado, lo copiado, lo creado, lo incorporado; de diseñar nuestro propio modelo de acuerdo a nuestra identidad actual. Necesidad de naturaleza (aunque sea dominada) en convivencia con el patrimonio artificial; de contar con espacios verdes para habitar, en libertad, donde haya lugar para lo lúdico y lo mágico.

Assim, os quintais não são apenas resquícios de um passado colonial, mas territórios vivos que podem conectar humanos e não humanos, corpo e espírito, tradição e inovação. Reconhecê-los como patrimônio cultural e ambiental implica não apenas resguardar a memória, mas construir futuros mais justos e sustentáveis, em consonância com os desafios de superação



daquilo que brevemente se chamou de Antropoceno⁴ e com os princípios contemporâneos de preservação, a partir de Haraway (2021, p. 155):

Por tanto, creo que un nuevo gran nombre (de hecho, más que un nombre) está garantizado. De ahí Antropoceno, Plantacionoceno y Capitaloceno. También insisto en que necesitamos un nombre para las potencias y los poderes senchthónicos continuos y dinámicos de los que las personas somos parte, y en cuyo interior está en riesgo la continuidad. Quizás, solo quizás, y solo con un compromiso y un trabajo y un juego colaborativos profundos con otros terranos, será posible el florecimiento de ricos ensamblajes multiespecies que incluyan a las personas. Llamo a todo esto el Chthuluceno.

O avanço rumo a uma relação mais equilibrada entre sociedade e natureza exige ação e imaginação. O conceito de quintal pode se expandir para praças, parques, áreas tombadas e Unidades de Conservação, configurando espaços de convivência multiespécie que nutrem corpo e espírito. Iniciativas populares e políticas públicas são fundamentais para impulsionar essa transformação, como demonstram as hortas e cozinhas comunitárias, que integram produção local, soberania alimentar e saberes tradicionais. Programas de agroecologia, permacultura e agricultura urbana reforçam essa conexão com a terra e soluções baseadas na natureza.

O Turismo de Base Comunitária surge como estratégia de desenvolvimento que valoriza práticas culturais e ambientais, promovendo protagonismo local e consciência ecológica. Repensar o paisagismo urbano com espécies nativas e jardins comestíveis amplia o direito à cidade e os direitos da natureza, urgentes diante das mudanças climáticas. Nessa perspectiva ampliada, o quintal torna-se paisagem comum, articulando áreas urbanas e Unidades de Conservação por meio de Planos de Manejo participativos que fortalecem práticas culturais, produtivas e decoloniais.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O quintal açoriano presente no litoral catarinense precisa ser reconhecido como patrimônio, pois representa ao mesmo tempo duas marcas: uma como expressão colonial no modo de ocupar a terra, gravação da historicidade de um período determinado pelas relações

⁴ A superação do conceito parece buscar acompanhar a velocidade que o próprio capitalismo possui de se reinventar sobre suas próprias ruínas, conforme vemos em Ian Angus, em seu livro *Enfrentando o Antropoceno*, de 2016, traduzido para o português em 2023 pela Boitempo Editora.



de dominação próprias dos séculos XIX e XX, e outra, como forma diferenciada das relações sociais e de trabalho, pautadas pela subsistência e atravessada pela capacidade de adaptação e incorporação dos elementos naturais e dos saberes/fazeres acumulados.

Aparecem hoje como fragmentos, como “rugosidades”, apresentando sérios riscos de desaparecimento enquanto espaço de produção e reprodução das práticas tradicionais e de presença integrada de seres vivos, em assembleia multiespécies. Sua ressignificação diante do tempo histórico presente é fundamental para sua manutenção. Para tal, um conjunto de ações coordenadas de caráter popular, somadas a políticas públicas trazem possibilidades de garantia destes lugares e abrem condições para renovadas perspectivas.

Pensar o processo patrimonial sob uma perspectiva decolonizante implica deslocar a análise para um campo crítico, sustentado por escritos contemporâneos que abordam as questões ambientais e patrimoniais à luz das transformações societárias e estruturais do século XXI. Autores que contribuem com novos constructos intelectuais dialogam aqui com as bases originais da pesquisa sobre os quintais açorianos, permitindo transmutar a concepção inicial em um pensamento teórico ampliado. Assim, o conceito de quintal se renova como território simbólico e político, capaz de nutrir e expandir o debate sobre patrimônio, natureza e decolonialidade.

REFERÊNCIAS

ANGUS, Ian. **Enfrentando o Antropoceno**: Capitalismo fóssil e a crise do sistema terrestre. São Paulo: Boitempo, 2023.

BERJMAN, Sonia. El paisaje y el patrimonio. **Seminario Internacional Los jardines históricos: aproximación multidisciplinaria**. Buenos Aires, Argentina, 17 a 20 de out. de 2001.

BRASIL. **Lei n. 9.985**, de 18 de julho de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza do Brasil (SNUC). Brasília, 18 jul. 2000.

CANTO, Fernanda Aide Seganfredo do. **O quintal açoriano**: fragmentos e potenciais. 2020. 210 f. TCC (Graduação) - Curso de Museologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020.

CANTO, Fernanda Aidê Seganfredo do; BARBOSA NETO, Aracídio de Freitas. Quintais no litoral catarinense, sul do Brasil. In: **VIII Congreso Internacional de Agroecología**, 2020, Vigo, Espanha. *Libro de Actas*. v. 1, p. 88-97. Disponível em: <https://economiaecologica.webs.uvigo.gal/es/nova.php?id=86>. Acesso em: 11 set. 2025.



CECCA – Centro de Estudos Cultura e Cidadania. **Uma cidade numa ilha:** relatório sobre os problemas sócio-ambientais da Ilha de Santa Catarina. Florianópolis: Insular, 1997.

COSTA, Mauro Manoel da. **Sertão do Ribeirão da Ilha:** caminhos, paisagens e encruzilhadas em um refúgio de sociogeobiodiversidade. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação). Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Graduação em Antropologia, Florianópolis, 2024.

HARAWAY, Donna. Antropoceno, capitaloceno, plantationoceno, chthuluceno: fazendo parentes. **ClimaCom**, ano 3, n. 5, 2016.

HARAWAY, Donna J. **Seguir con el problema:** generar parentesto en el Chthuluceno. Buenos Aires: Consonni, 2021.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra.** 5. ed. São Paulo: Hucitec, 1993.

OLIVEIRA, Henrique Luiz Pereira; SALOMON, Marlon. **A decadência de Santa Catarina.** Florianópolis: Editora da UFSC, 2010.

PELUSO JÚNIOR, Victor Antônio. **Estudos de Geografia Urbana de Santa Catarina.** Florianópolis: Editora da UFSC, 1991.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço:** Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4. ed. 2. reimpr.- São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SCHAMA, Simon. **Paisagem e memória.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

TSING, Anna. **O cogumelo no fim do mundo:** sobre a possibilidade de vida nas ruínas do capitalismo. São Paulo: N-1 Edições, 2022.

VÁRZEA, Virgílio. **Santa Catarina, a ilha.** Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina, 1984.



PAISAGEM E TEATRO ESPONTÂNEO: NARRATIVAS REFLEXIVAS SOBRE AMBIENTE E SUBJETIVIDADES NO CONTEXTO DA COVID-19¹

Fernanda Dalonso | Univille | contato.dalonso@gmail.com²

Mariluci Neis Carelli | Univille | mariluci.carelli@gmail.com³

Roberta Barros Meira | Univille | rbmeira@gmail.com⁴

1. INTRODUÇÃO

O objetivo da pesquisa é discutir narrativas reflexivas sobre ambiente e subjetividades⁵. A paisagem vivida no palco do teatro espontâneo conecta-se à compreensão de paisagem enquanto abordagem fenomenológica, não revelando um microcosmo privado, mas uma realidade que é tridimensional e, sobretudo, compartilhada. Aqueles que se dedicam ao estudo das paisagens reconhecem nelas tanto particularidades quanto elementos que evocam familiaridade. Esse aspecto familiar impede que a paisagem se torne estranha ou “alienígena” (Jackson, 1984), pois amplia nosso olhar para suas relações com outras paisagens, sustentado na ideia de necessidades humanas compartilhadas. Entre essas necessidades, destacam-se as características gregárias do ser humano: a mera presença de corpos não nos basta —buscamos relações sociais que reforcem nossas identidades e confirmam nossa natureza política.

As paisagens constituem, assim, um subproduto e uma manifestação visível dessa ação humana, que pode se expressar individualmente ou coletivamente, mas sempre como fenômeno socialmente interdependente (Jackson, 1984). A condição de habitante da Terra, portanto, não se configura como experiência solitária, uma vez que estamos imersos em uma ordem natural com a qual precisamos constantemente interagir. Esse cotidiano das necessidades humanas é o foco deste estudo, que se beneficia de uma experiência partilhada e acumulada ao longo do tempo.

A pesquisa desenvolveu-se orientada pela questão: *quais discussões podem ser articuladas a partir das narrativas reflexivas sobre ambiente e subjetividades durante a pandemia de Covid-19?*

¹ Pesquisa vinculada ao projeto “A Paisagem Cultural: Viver o Patrimônio”, junto ao Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade/Univille, dialogando com o projeto “Vida e sustentabilidade: impactos na saúde ambiental sobre o caso do transporte de cargas e resíduos perigosos na APA Serra Dona Francisca, em Joinville-SC”, desenvolvida com bolsa de pós-doutorado FAPESC.

² Doutora em Patrimônio Cultural e Sociedade.

³ Doutora em Engenharia da Produção.

⁴ Doutora em História Econômica.

⁵ Neste texto, apresentam-se resultados parciais da pesquisa.



Com o objetivo de examinar tais narrativas no referido contexto, adotou-se como eixo central para desenvolvimento metodológico a compreensão da paisagem de pesquisa proposta por Michael de Certeau (2013; 2014) e o método criado por Jacob Levy Moreno (1974; 2012; 2016) que se destaca por transitar entre palavras, silêncios, movimentos e múltiplas possibilidades de interação humana, inclusive as imaginárias (Brito, 2006). Entre seus campos, encontra-se a “pesquisa de grupo” (Moreno, 1974, p. 100). Foram também incorporadas as contribuições de Moysés Aguiar (1999) sobre o teatro espontâneo.

A articulação entre ambiente e subjetividades, dialogando tanto com narrativas individuais quanto com as narrativas reflexivas do grupo, mostrou que a pesquisa qualitativa psicodramática constitui um método capaz de favorecer a compreensão das paisagens vividas no campo do patrimônio. A abertura de discussão denominada paisagens vividas contribui para aprofundar o entendimento sobre a relação entre saúde, ambiente e subjetividades (vida e sustentabilidade).

2. VIVER A PAISAGEM: CORRELAÇÕES SOBRE EXPERIÊNCIAS E O PROCESSO DE REFLEXÃO NO TEATRO ESPONTÂNEO

A geografia vivida da paisagem, conforme discutida por Besse (2014), não se limita a uma interioridade subjetiva ou a uma “paisagem da alma”, mas emerge da relação direta e contínua com o mundo. Essa perspectiva se fundamenta nas contribuições de Kurt Lewin (1973), cuja teoria do campo psicológico compreende o comportamento humano a partir da interação entre pessoa e ambiente. O espaço vital, ou espaço vivido, é concebido como um campo aberto de possibilidades que se atualiza na experiência do corpo em movimento. Assim, o espaço hodológico, entendido como o espaço tal como é apreendido corporalmente, contribui para a formulação de uma paisagem vivida como campo psicológico dinâmico, constituído no próprio ato de caminhar.

No contexto do teatro espontâneo, a paisagem vivida adquire uma dimensão fenomenológica, articulando corpo, tempo e memória. A compreensão de Bender (2002) indica que as paisagens são atualizadas pela experiência corporal, e que a memória permite que tempos e lugares distintos confluem no presente da cena. O palco torna-se, assim, espaço de comunicação entre protagonista e plateia, no qual experiências individuais e coletivas são



compartilhadas e reinscritas. Essa dinâmica evidencia como a paisagem, ao ser encenada, produz sentidos que ultrapassam o imediato e se vinculam a múltiplas temporalidades.

A noção de experiência, discutida por Larrosa (2002), acrescenta outra camada interpretativa: experimentar implica ser afetado por algo, ainda que de forma não passiva, pois aquilo que nos acontece é integrado e ressignificado na percepção do mundo. Contudo, o excesso de informações do cotidiano contemporâneo gera uma “antiexperiência”, esvaziando a possibilidade de vivência profunda. Para que a experiência autêntica ocorra, é necessária uma pausa deliberada, marcada por atenção, lentidão e abertura sensível — condições que também caracterizam o sujeito que se transforma ao atravessar o desconhecido. É dessa compreensão da experiência como travessia, resistência e transformação que decorre a escolha do teatro espontâneo como método na pesquisa, por sua capacidade de criar espaços de encontro, escuta e presença

3. METODOLOGIA

O desenvolvimento metodológico deste trabalho tem como eixo central a compreensão da paisagem de pesquisa proposta por Michael de Certeau (2013; 2014). Tomando as experiências locais e cotidianas como ponto de partida, as narrativas reflexivas produzidas pelos participantes são apreendidas a partir do processo reflexivo de quem pratica e vivencia o lugar.

A produção empírica foi realizada em oficinas de teatro espontâneo conduzidas em grupo. A prática adotada corresponde a uma adaptação do teatro espontâneo não clínico, utilizado em pesquisas de caráter interventivo, por meio da modalidade conhecida como *axiodrama*. Esse termo designa o uso do teatro espontâneo voltado à discussão de questões coletivas, reunindo parte dos membros de uma comunidade para debater, no espaço dramático, temas de interesse comum. Conforme destaca Aguiar (1999), o teatro espontâneo é passível de adaptações segundo os objetivos da intervenção, e sua intencionalidade orienta diretamente suas características e efeitos.

4. COMPREENSÕES PARCIAIS



A reconstrução descritiva das experiências constituiu a base para integrar a vivência dos participantes às narrativas reflexivas compartilhadas. A compreensão dos blocos analíticos ocorreu por meio do cruzamento entre descrições, observações registradas e sentidos atribuídos nas narrativas, articulados simultaneamente às capturas organizadas. As narrativas responderam às questões sobre a experiência pandêmica, suas marcas e possíveis mudanças na forma de se relacionar com o ambiente. Considerando a crítica de Krenak (2022), que rejeita a lógica de aprender pelo sofrimento, as manifestações e marcas do fenômeno pandêmico apresentadas pelos participantes revelam dimensões que ultrapassam a ideia pedagógica da dor, permitindo compreender como ambiente e subjetividades foram afetados.

4.1 Experiências e narrativas sobre o local na paisagem

As experiências compartilhadas revelam a fragilidade dos corpos e a forma como as paisagens pandêmicas se diferenciam das paisagens bucólicas, aproximando-se da noção de paisagens hostis (Tuan, 2005). Narrativas como “Trouxeram o frigorífico” e “Trabalho da minha mãe” expõem o impacto emocional de estar próximo à linha de frente, o aumento da insegurança alimentar conforme indica a Rede Penssan (2022) e a percepção de privilégios e contrastes sociais, como apresentado em “Sinto-me privilegiada” e “Não ficou pedra sobre pedra”. As narrativas articulam a dicotomia corpo/ambiente criticada por Krenak (2023), o isolamento social como fenômeno estrutural e a insuficiência da coordenação nacional durante a crise, evidenciando desigualdades e formas distintas de enfrentar o período pandêmico, inclusive quando vivenciado em diferentes países e sistemas de saúde.

181

4.2 Experiências e narrativas do que está intermediário

As narrativas sobre o tempo intermediário enfatizam que o período pandêmico não foi vivido de modo homogêneo. Experiências como “Um processo de mudança pessoal”, “Quando a escola parou”, “Esquecendo de muita coisa na rotina” e “A vida seguindo útil” mostram como a pandemia funcionou simultaneamente como catalisador de mudanças, desencadeador de angústias e reafirmação de lógicas produtivistas. A heterogeneidade das vivências reforça a diferença entre informação e experiência (Larrosa, 2002), destacando como o gesto de interrupção — necessário para que a experiência aconteça — é frequentemente sabotado pela



aceleração cotidiana. Em alguns casos, a produtividade tornou-se antiexperiência, como exemplificado pela participante que manteve intenso ritmo de trabalho mesmo contaminada, revelando a força das exigências capitalistas e a alienação criticada por Krenak (2022).

4.3 Experiências e narrativas sobre modos de temporalização

Os modos de temporalização, articulados às estratégias da paisagem política (Jackson, 1984), evidenciam como tempo e paisagem são construções subjetivas (Bender, 2002). Narrativas como “A pandemia parecia algo tão distante”, “Agora parece que a coisa tá voltando”, “Coexistir após pandemia” e novamente “Não ficou pedra sobre pedra” revelam deslocamentos entre passado, presente e marcas corporais da experiência, como propõe Larrosa (2011). Esses relatos expõem tensões familiares, rompimentos, experiências de impotência, e a percepção de que o mundo se incrusta nos corpos (Butler, 2022). A dificuldade de coexistir enquanto humanidade — apontada por Krenak (2024) — atravessa tais narrativas e dialoga com o jogo entre paisagens privadas e compartilhadas (Jackson, 1984), convidando à reflexão sobre fronteiras, violências persistentes e o medo de enfrentar crises de forma integral (Krenak, 2023).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As narrativas reflexivas evidenciaram como a pandemia da Covid-19 reorganizou rotinas, provocou rupturas e expôs a fragilidade humana diante de um fenômeno global. A partir das vivências compartilhadas, emergiram tensões entre humanos e ambiente, dilemas da coexistência e uma pluralidade de experiências que foram desde o cotidiano dos profissionais de saúde até as transformações pessoais em diferentes contextos. O teatro espontâneo, utilizado como método investigativo, permitiu acessar camadas profundas dessas vivências, transformando-as em cenas que articulam palco, plateia e diálogo coletivo.

As experiências dramatizadas revelaram dimensões do local e do intermediário nas paisagens vividas, mostrando tanto a efemeridade dessas paisagens quanto o modo como cada sujeito foi afetado e transformado pela experiência pandêmica. As reflexões destacaram contradições sociais, especialmente no contexto de um Sul epistemológico, e evidenciaram desigualdades na forma como a pandemia foi sentida. Também surgiram discussões sobre



temporalidade, com narrativas que oscilam entre a sensação de distanciamento e a percepção de repetição, além de tensões familiares amplificadas pelo negacionismo e pela convivência forçada.

No conjunto, o exercício reflexivo possibilitado pelo teatro espontâneo articulou ambiente, subjetividades e memória, produzindo uma compreensão ampliada das paisagens vividas como parte do patrimônio cultural. As narrativas não apenas revisitarem o passado pandêmico, mas apontaram caminhos para diálogos interdisciplinares sobre como eventos globais revelam modos de estar no mundo e de construir relações com o ambiente.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Moysés. **Teatro espontâneo e psicodrama**. Editora Agora, 1999.

BENDER, Barbara. Time and landscape. **Current anthropology**, v. 43, n. S4, p. 103-112, 2002.

BESSE, Jean-Marc. **O gosto do mundo**: exercícios de paisagem. Tradução de Annie Cambe. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014.

BRITO, Valéria. Um convite à pesquisa: epistemologia qualitativa e psicodrama. In: MONTEIRO, André Maurício; MERENGUÉ, Davanir; BRITO, Valéria. **Pesquisa Qualitativa e Psicodrama**. São Paulo: Ágora, 2006

BUTLER, Judith. **Que mundo é esse?** uma fenomenologia pandêmica. Coordenação da tradução Carla Rodrigues. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 2. Morar, cozinhar. Nova edição estabelecida e apresentada por Luce Giard, Pierre Mayol. Tradução de Ephraim Ferreira Alves e Lúcia Endlich Orth. 12 ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de fazer. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. 22 ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

JACKSON, John Brinckerhoff. **Discovering the vernacular landscape**. Yale University Press, 1984.

KRENAK, Ailton. **Futuro ancestral**. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

KRENAK, Ailton. **Um rio um pássaro**. 1 ed. Rio de Janeiro: Dantes Editora, 2023.

KRENAK, Ailton. A diversidade linguística do Brasil. Fala do líder indígena Ailton Krenak na **20ª Feira do Livro de Joinville**, em 06 de jun. 2024.



LARROSA, Jorge. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista brasileira de educação**, [S.L.], n. 19, p. 20-28, abr. 2002.

LARROSA, Jorge. Experiência e alteridade em educação. **Revista reflexão e ação, Santa Cruz do Sul**, v. 19, n. 2, p. 04-27, 2011.

LEWIN, Kurt. **Princípios de psicologia topológica**. São Paulo: Cultrix, 1973.

MORENO, Jacob Levy. **Psicoterapia de grupo e psicodrama**. Tradução de Antônio C. Mazaroto Cesarino Filho. São Paulo: Mestre Jou, 1974.

MORENO, Jacob Levy. **O teatro da espontaneidade**. Tradução Moysés Aguiar. São Paulo: Ágora, 2012.

MORENO, Jacob Levy. **Psicodrama**. Tradução de Álvaro Cabral. São Paulo: Cultrix, 2016.

TUAN, Yi-Fu. **Paisagens do medo**. Tradução Livia de Oliveira. São Paulo: UNESP, 2005.

PENSSAN. Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar. II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil relatório final. São Paulo: PENSSAN; 2022.



QUANDO O SILÊNCIO TAMBÉM É UM ATO DE LEMBRAR E/OU ESQUECER: EXPERIÊNCIAS NO USO DA METODOLOGIA DE HISTÓRIA ORAL COM TRABALHADORES FERROVIÁRIOS DE MAFRA E PORTO UNIÃO – SC¹

Grasiéle Aparecida da Costa Ferreira Peters | Univille | grasihistoria@gmail.com²

Ilanil Coelho | Univille | ilanilcoelho@gmail.com³

1. INTRODUÇÃO

Estudos sobre as estradas de ferro no Brasil geralmente transitam sobre aspectos econômicos, políticos, territoriais e sociais. Sob esta ótica, a ferrovia foi elevada à condição de símbolo de progresso e modernidade, cuja narrativa tem sido, em inúmeros casos, exaltada pelos estudos de cunho histórico. Contudo, impõe-se a necessidade de transcender essa perspectiva macroestrutural, reposicionando o foco analítico sobre a memória dos trabalhadores ferroviários. Para Pierre Nora (1993, p. 9, grifo nosso):

Memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta a dialética da lembrança e do **esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, suscetível de longas latências e de repentinas revitalizações.**

185

De um lado, os ferroviários são protagonistas da história de luta operária no Brasil, representatividade política de classe ou, muitas vezes, apenas por sobrevivência de vínculos empregatícios. Por outro lado, esse grupo, por anos dedicado às suas atividades laborais, remete-nos a uma dimensão social mais ampla que transcende o ambiente produtivo das ferrovias.

Desse modo, a investigação da memória ferroviária exige a ampliação do escopo para as histórias de vida individuais. A História Oral constitui-se como metodologia fundamental neste processo, capaz de produzir narrativas sobre experiências laborais, traumas, formas de resistência, núcleos de sociabilidades cotidianas e posicionamentos políticos. Porém, faz-se

¹ Pesquisa vinculada ao Programa de Pós-graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade (PPGPCS), no Doutorado em Patrimônio Cultural e Sociedade, na Universidade da Região de Joinville (Univille), desenvolvida com bolsa da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC).

² Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade (PPGPCS), da Universidade da Região de Joinville (Univille).

³ Doutora em História Cultural (UFSC). Docente do Programa de Pós-graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade (PPGPCS), da Universidade da Região de Joinville (Univille).



necessário compreender o silêncio nas entrevistas, pois o que não é dito também faz parte da memória e compõe a entrevista oral. Para Orlandi (2007), “[...] o silêncio não fala, ele significa”. Sendo assim, é crucial reconhecer que o não-dito integra a tessitura da memória e, conseqüentemente, compõe o *corpus* documental a ser examinado.

Diríamos que o silêncio não é interpretável, mas compreensível. Compreender o silêncio é explicar o modo pelo qual ele significa. Compreender o silêncio não é, pois, atribuir-lhe um sentido metafórico em sua relação com o dizer (‘traduzir’ o silêncio em palavras), mas conhecer os processos de significação que ele põe em jogo. Conhecer os seus modos de significação (Orlandi, 2027, p. 50).

O presente texto propõe-se a analisar criticamente entrevistas orais conduzidas com ex-trabalhadores ferroviários nos municípios catarinenses de Mafra e Porto União, para posterior ensaio sobre a compreensão do silêncio. Lembra-nos Portelli (1997) que:

[...] a memória é um processo individual, que ocorre em um meio social dinâmico, valendo-se de instrumentos socialmente criados e compartilhados. Em vista disso, as recordações podem ser semelhantes, contraditórias ou sobrepostas. Porém, em hipótese alguma, as lembranças de duas pessoas são – assim como as impressões digitais, ou, a bem da verdade, como as vozes – exatamente iguais (Portelli, 1997, p. 16).

O objetivo central consiste em explorar as lacunas e silêncios presentes nas narrativas, examinando as potenciais chaves de possível relação com memórias difíceis, ou felizes e para as ausências de sons e imagens associados à vida na ferrovia, mas que fazem parte da construção de reminiscências.

Compomos nossas reminiscências para dar sentido a nossa vida passada e presente. Composição é um processo de **‘construção’** de reminiscência. De certa forma, **nós as compomos ou construímos utilizando as linguagens e os significados** conhecidos de nossa cultura (Thomson, 1997, p. 56, grifo nosso).

Torna-se necessária, portanto, uma reflexão acerca do potencial do silêncio enquanto parte da entrevista oral, que pode veicular nuances cruciais para a compreensão aprofundada das experiências subjetivas desses indivíduos. Ressalva-se que se trata de experiências de campo que surgiram a partir do desenvolvimento de pesquisa que envolve, além de ferroviários, familiares, empresários do setor de turismo e comunidade local ligada ao desenvolvimento/apagamento da ferrovia na região do Contestado - SC.



2. O QUE NÃO É DITO TAMBÉM É LEMBRADO: EXPERIÊNCIAS NO USO DA METODOLOGIA DA HISTÓRIA ORAL A PARTIR DO SILÊNCIO

Durante a realização da pesquisa⁴ notou-se que duas narrativas⁵ se destacaram pela incidência de silenciamentos e/ou pausas expressivas em momentos do relato. Tais ocorrências — que não podem ser interpretadas como meras interrupções, mas sim como lacunas ativas da memória — impõem a necessidade de problematizar no campo da História Oral para uma análise aprofundada do não dito, conforme proposto no escopo deste artigo. Segundo Orlandi (2007), “[...] há silêncios múltiplos: o silêncio das emoções, o místico, o da contemplação, o da introspecção, o da revolta, o da resistência, o da disciplina” (Orlandi, 2007, p. 42).

Nesta perspectiva, mobilizamos dois casos. O primeiro é de um agente de estação aposentado, residente em Porto União (SC). O segundo caso é de um maquinista aposentado, cuja atuação se concentrou na região da *Ferrovia do Contestado*, e que atualmente reside em Rio Negro (PR), cidade limítrofe a Mafra (SC). Ambos, oferecem um olhar sobre a dinâmica social e profissional da *Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande* (EFSPRG⁶) no trecho que historicamente esteve no epicentro do conflito do Contestado. A análise das entrevistas realizadas com esses ex-ferroviários busca, portanto, desvelar o potencial do não dito para o desenvolvimento de pesquisas que envolvam a metodologia de História Oral.

Senhor Altamiro Lisboa, atuou como agente de Estação em Porto União (SC) e Uruguaí (SC). Durante a sua entrevista trouxe sua história de vida e sua trajetória profissional. A escolha do local da entrevista oral foi significativa, pois foi em uma sala localizada dentro da estação de Porto União. Mesmo após aposentado. Ele ainda vai ao local periodicamente, mas lembra de outros locais que trabalhou por anos e que não retornou após aposentado (anos 90). Diz ele: “*Lembro muito, eu sonho muito com esse espaço aqui, eu não sonho com o Uruguaí, eu sonho com esse espaço aqui* (estação de Porto União)”. Após verbalizar⁷ essa frase, ele fica em silêncio por alguns segundos.

⁴ Projeto de Tese em desenvolvimento junto ao Programa de Pós-graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade (PPGPCS/ Univille), sob o título *Entre dormentes e memórias: o patrimônio ferroviário na região do Contestado – SC*. Pesquisa desenvolvida com bolsa da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC).

⁵ Entrevistas orais e dados tratados conforme aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP/Univille).

⁶ A Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande também é conhecida como Ferrovia do Contestado devido a sua ligação (socioeconômica) com o conflito – Guerra do Contestado (1912-1916).

⁷ “O funcionamento da memória supõe efetivamente uma atividade ao mesmo tempo construtiva e racional da



Embora ao falar, Altamiro (2024) estabeleça uma clara validação da relação afetiva com o espaço ferroviário, construindo um vínculo identitário que transcende o período laboral ativo – servindo como ponto de partida para a análise de como as memórias de trabalho e representatividade se cristalizaram em um local físico —, é fundamental retornar à análise do momento da pausa no ‘não dito’.

O silêncio, nesse contexto, não é ausência de informação, mas a impossibilidade momentânea de verbalização do custo emocional inerente à dedicação profissional, haja vista que o silêncio veio após ele afirmar que ainda sonha com a estação de Porto União (local também escolhido por ele para conceder a entrevista), firmando a estação, na sua materialidade, como referência social de memória. Para Ricoeur (2007),

[...] do papel do testemunho dos outros na recordação da lembrança passa-se assim gradativamente aos papeis das lembranças que temos enquanto membros de um grupo; elas exigem de nós um deslocamento de ponto de vista do qual somos eminentemente capazes. [...] Lembramo-nos contanto que nos coloquemos no ponto de vista de um ou de vários grupos e nos recolocamos em uma ou em várias correntes de pensamento, [...]. Em outras palavras, não nos lembramos sozinhos, ataca aqui frontalmente a tese sensualista da memória (Ricoeur, 2007, p. 131).

Já, Aidil Marinho (2024), durante a entrevista oral realizada em sua residência, também buscou narrar as lembranças que tinha do período em que foi maquinista e viajava por toda a região. Na entrevista, usou-se a estratégia de mostrar imagens, objetivando potencializar as lembranças sobre as estações do referido trajeto pesquisado. Sendo assim, foi apresentado imagens e ao final ele relembra: *“Para quem conhece aquele trecho do Contestado, como eu que fui um dos últimos a trabalhar lá, aquilo ali era lindo”*. Após essa fala há um tempo de silêncio.

Neste caso, o silêncio não foi um vazio, mas uma resposta não verbal carregada de sentido, considerando que o momento da pausa, após lembrar o quanto era lindo o trajeto e as estações e que hoje pelas imagens apresentadas não é mais. Ele sublinha a gravidade, a beleza e a nostalgia da memória do falante, como um tributo à sua experiência e como um momento de pausa reflexiva, até para que a pesquisadora refletisse também sobre o que ele estava afirmando. Segundo Bosi (1994, p. 54), “a memória do indivíduo depende de seu relacionamento com a família, com a classe social, com a escola, com a igreja, com a profissão, enfim, com os grupos de convívio e os grupos de referência peculiares a esse indivíduo”. Isso

mente, em que esta é incapaz de realizar durante o sono: é exercida apenas em um meio natural e social ordenado e coerente, do qual nos renovamos a cada momento” (Halbwachs, 2004, p. 55).



também, por extensão, envolve o interlocutor, isto é, a pessoa que na entrevista o faz rememorar suas experiências referindo-se a determinados lugares.

Ainda refletindo e narrando suas lembranças a partir das imagens apresentadas sobre o estado atual das estações ferroviárias, foi questionado sobre qual o sentimento em ver o estado atual de lugares onde por tantos anos ele viajou e estabeleceu amizades. Ele afirma:

Dá pena, o que eu vi ninguém mais vai ver! Eu vi aquilo vivo e hoje está morto e quase enterrado. É triste (silêncio), porque é algo que a gente viu em pé a gente andou ali, pra ver a situação hoje (silêncio)[...] Aquilo lá é histórico, ali teve guerra, passou vagão pagador, deu assalto, foi transportado tropa, ali passou trem internacional (Marinho, 2024)

Nota-se que ele traz a dimensão de perda de experiência a partir de que ninguém mais vai ver como ele viu enquanto a ferrovia estava ativa, e a manifestação do luto pelo estado atual da ferrovia, a relacionando como algo morto. Foi nesse momento que veio o silêncio, como se reforçasse o sentimento de luto pelo atual cenário de abandono do lugar.

A vida no ‘trecho’⁸ para os maquinistas e outros ferroviários sempre foi um desafio, considerando que se tratava de viagens de longas distâncias, o que impactava em momentos de ausências na vida e nos ritos familiares (Natal, Ano novo, aniversários, ...). Questionado sobre os desafios de trabalhar em uma profissão em que muitos momentos em família eram substituídos pelo trabalho, Marinho (2024) relembra: “[...] *quando a minha filha nasceu eu estava em Rio das Antas [SC] em um lastro*⁹ [silêncio]... *o agente de estação chegou lá e avisou que ela tinha nascido, era dia 24 de dezembro. Era difícil, era sofrido!*”

O dia 24 de dezembro, véspera de Natal, é uma data carregada de simbolismo de reunião familiar, celebração. O fato dele estar trabalhando nesta data eleva seu sacrifício, marcando a ferrovia como um ambiente que exigia a abdicação dos laços sociais e familiares mais básicos, inclusive em momentos culturalmente sagrados, como o nascimento da filha. A pausa, marcada na presença do silêncio, não teve características de tristeza, mas sim de reforço da importância do trabalho, o que fez em alguns momentos perder datas simbólicas.

⁸ Trazemos a expressão ‘trecho’ como uma expressão comum entre os ferroviários para referir-se a viagens e ao longo tempo fora de casa.

⁹ Lastro é um trem de serviço com equipamentos e materiais para manutenção da via permanente (trilhos). Geralmente a função do maquinista é deslocar esse trem até as frentes de trabalho para carga/descarga de materiais e equipamentos (Ex: pedras, dormentes, trilhos, retroescavadeira) para auxiliar na manutenção da via permanente.



A entrevista com Marinho (2024), realizada em sua residência a poucos metros da linha férrea ainda em operação, configura-se como uma relação indissociável entre espaço, memória e experiência. Os símbolos sonoros e visuais (o ruído da passagem do trem pela linha, o apito, a visão dos vagões) não são meros ruídos de fundo; eles agem como gatilhos sensoriais que rompem a linearidade do tempo, reativando e tornando presente sua passagem laboral pela ferrovia. Nesse sentido, a proximidade física com o objeto de sua memória concede à entrevista oral um caráter de evocação contínua, em que o passado não é apenas lembrado, mas é revivido na materialidade de seu presente. Nas palavras de Portelli (2016),

[...] mais do que um armazém de dados, a memória é um trabalho constante de **busca de sentido, que filtra os vestígios da experiência** entregando ao esquecimento aquilo que já não tem significado na atualidade - mas também aquilo que tem significado demais (Portelli, 2016, p. 47, grifo nosso).

Questionado sobre se, mesmo após tantos anos de aposentado, os ruídos incessantes causados pela passagem do trem ainda despertam lembranças, Marinho (2024) responde em uma palavra: “*saudade!*”. Palavra seguida por uma pausa longa.

Considerando que esta pausa vem após um momento de reflexão a partir dos gatilhos que a proximidade da ferrovia traz e a saudade que ele ainda tem sobre o trabalho na ferrovia, nota-se a permanência latente das lembranças quanto a vida laboral. A pausa veio para completar o que foi dito, ‘*saudades*’.

190

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste escrito, a análise das narrativas revelou que a rememoração não é apenas fundamentada em verbalizações, mas também em silêncios ativos, conforme evidenciado nas pausas e silenciamentos notados nas entrevistas orais. Tais ocorrências — que se manifestaram como lacunas ativas da memória — confirmam a urgência de ir além da transcrição literal para reconhecer o ‘não dito’ como um dado discursivo e memorialístico fundamental. Eles não representam a ausência de memória, mas a presença de resistências, traumas ou estratégias de enunciação que exigem uma escuta criteriosa. Assim, busca sublinhar a premente necessidade de aprofundamento metodológico no campo da História Oral e do Patrimônio Cultural, com o objetivo de explorar e/ou desenvolver instrumentos que permitam a análise aprofundada do não dito. A capacidade de decifrar esses silêncios é crucial para recuperar as camadas mais



profundas da experiência e da identidade do sujeito, enriquecendo, assim, a documentação e a preservação do patrimônio imaterial.

REFERÊNCIAS

BOSI, E. **Memória e Sociedade**: lembrança de velhos. 3 ed. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1994.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. Tradução: Beatriz Sidou. São Paulo, SP: Centauro, 2004.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, São Paulo, v. 10, p. 7-28, out. 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101/8763>. Acesso em: 10 ago. 2025.

ORLANDI, E. P. **As formas do silêncio**: *no movimento dos sentidos*. 6. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

PORTELLI, A. Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na História Oral. **Projeto História**, [s.l.], n. 15, p. 13-49, abr. 1997. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11215/8223>. Acesso em: 05 ago. 2025.

PORTELLI, A. **História oral como arte da escuta**. Tradução: Ricardo Santhiago. São Paulo, SP: Letra e Voz, 2016.

RICOEUR, P. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2007.

THOMSON, A. Reconstituo a memória. **Projeto História**, [s.l.], n. 15, p. 51-84, abr. 1997. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11216/8224>. Acesso em: 05 ago. 2025.



“DISTO NÃO SE FALA”: OS PERCURSOS DAS POLÍTICAS DE MEMÓRIA SOBRE A GUERRA CIVIL DE SERRA LEOA

Ian Pogan | Univille | iptextos1@gmail.com¹
Taiza Mara Rauen Moraes | Univille | moaes.taiza@gmail.com²

1. INTRODUÇÃO

O artigo analisa os percursos das políticas de memória sobre a Guerra Civil de Serra Leoa, a partir das narrativas construídas pela Comissão da Verdade e Reconciliação (SLTRC). A pesquisa discute os silêncios, as ausências e as tensões presentes entre as políticas de esquecimento e de lembrança, evidenciando a atuação limitada da SLTRC na consolidação de uma memória pública sobre o conflito. Articulando conceitos de memória traumática, necropolítica e justiça de transição. Conclui-se que a memória sobre a guerra foi, em grande medida, rejeitada em favor de um silêncio social e político, configurando uma amnésia nacional e limitando a construção de políticas patrimoniais significativas.

O presente artigo, é um recorte oriundo do segundo capítulo da dissertação intitulada: “Perdoar, mas não esquecer”: os percursos da comissão da verdade e reconciliação em Serra Leoa (2002-2006) (Pogan, 2025), mais especificamente o segundo capítulo: Propósito e realizações da Comissão da Verdade e Reconciliação de Serra Leoa (2002-2006), neste escrito, analiso a partir dos relatórios da comissão (TRC, 2004), as intenções memoriais e patrimoniais da comissão (*Sierra Leone truth and Reconciliation Commission – SLTRC*) entorno (também) das políticas de memória. No curso do texto, tentarei por meio da bibliografia e das fontes levantadas, apresentar os embates, as conquistas e as frustrações da SLTRC em relação às políticas governamentais acerca da memória sobre o conflito civil que assolou o país por mais de uma década (1991-2002).

192

2. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E POLÍTICA

É necessário um retorno temporal-histórico sobre o conflito civil em Serra Leoa. Este pequeno país cravado na costa Ocidental africana, região de um dos maiores bolsões de pobreza do mundo, colônia inglesa entre os séculos XVIII ao XX (Boahen, Gueye, 2010; Boahen,

¹ Mestre em Patrimônio cultural e Sociedade, docente na rede privada de ensino.

² Doutora em literatura, docente dos cursos de Literatura e do PPGPCS.



2010), conseguiu sua independência formal na década de 1960, seguindo os padrões das retiradas gradativas do sistema colonial britânico após a segunda guerra mundial (1939-1945). Mesmo com a saída colonial, houve a permanência das estruturas já consolidadas, antigos líderes locais que outrora estabeleceram relações com os antigos colonos. Entre essas lideranças, o nome de Siaka Stevens teve maior relevância, governou o país com autoritarismo por mais de duas décadas, e quando este veio a se aposentar, indicou seu substituto, Joseph Momoh, comandante das tropas nacionais e figura de confiança de Stevens.

Foi na transição de poder no início da década de 1990 que irrompeu a guerra civil. O estopim foi uma série de acusações de corrupção e inaptidão governamental se espalhou no país, desprestigiando o recém formado governo, e no furor das manifestações, surgiu na região do sul de Serra Leoa, divisa com Libéria, a RUF – Revolutionary United front (Frente unida revolucionária), comandada por Foday Sankoh, líder com retórica pan-africanista e pró-islâmica (Pogan, 2025).

A RUF teve apoio desde o início do conflito do governo da Libéria, naquele período, sob o comando de Charles Taylor, ditador que havia ascendido ao poder por um *coup d'état* que levou à 1ª guerra civil de seu país (1989-1997). A posição ao sul de Serra Leoa favoreceu as primeiras ações da RUF, que logo controlaram as jazidas de diamantes, fundamentais no esforço de guerra. Contudo, as reações do governo³ nos primeiros anos da guerra foram eficazes, mas sem recursos necessários para destruir a RUF, assim, a partir de 1995, a guerra entrou em uma fase marcada por atentados e ações de guerrilha por parte da RUF, essas ações levaram a presença de tropas estrangeiras como do ECOMOG (*Economic Community of West African States Monitoring Group*) como também da ONU (Organização das Nações Unidas). Em 1999 foi realizado o acordo de Lomé, que estabeleceu a criação da SLTRC bem como o fim da guerra, que logo foi rompido com os ataques da RUF às instalações da ONU em 2000. Houve mais um acordo, desta vez o de Abuja em 2000, decretando o fim do conflito, que oficialmente foi encerrado em 2002, mesmo ano que a SLTRC iniciou suas atividades.

3. A COMISSÃO DA VERDADE E RECONCILIAÇÃO DE SERRA LEOA

³ Importante ressaltar os diversos desdobramentos em relação ao governo de Serra Leoa durante o conflito, visto que houveram alguns golpes, indico a leitura do 1º capítulo da dissertação: POGAN, Ian. “Perdoar, mas não esquecer”: os percursos da comissão da verdade e reconciliação em Serra Leoa (2002-2006). Dissertação. (Mestrado em Patrimônio cultural e Sociedade) - Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade - PPGPCS, Universidade da região de Joinville. Joinville, 163 p., 2025.



Influenciada por toda cadeia dos tribunais e das comissões desenvolvidas no século XX, como os tribunais de Nuremberg e Tóquio, das comissão na América Latina nas décadas de 1980 e 1990 (Pogan; Moraes, 2024), e propriamente, a influência da comissão da verdade e reconciliação da África do Sul, ocorrida no pós-*apartheid* nos idos de 1990, o uso da *reconciliação* era uma novidade que teve particular sucesso internacional, Mamdani pontua que:

A comissão da verdade e reconciliação da África do Sul foi fruto de um compromisso político, cujos termos tanto tornaram possível a atuação da comissão quanto estabeleceram os limites dentro dos quais ela funcionaria. Esses limites, por sua vez, são definidos como um espaço possível para a comissão interpretar seu mandato e definir sua agenda. A comissão da verdade e reconciliação da África do Sul reivindicou ser diferente de seus predecessores, seja na América Latina ou na Europa Oriental. Não seria praticado vingança nem impunidade. Logo, estava determinada em evitar duas armadilhas: de um lado, a reconciliação advinda de uma adesão aos princípios do mal político, e de outro, a busca pela justiça de modo implacável, que se tornaria em vingança. Para realizar isso, a comissão estava determinada em abordar tanto as “vítimas” como os “perpetradores” (Mamdani, 2002, p.33) (tradução minha).⁴

A influência da comissão na África do Sul foi evidente, ao ponto da SLTRC ser “apadrinhada” pelos líderes da comissão sul-africana (Bevernage, 2011). A aposta na *reconciliação* era uma saída diante da impossibilidade de estabelecer a justiça, especialmente casos de maior complexidade no processo de transição. Ainda que a reconciliação fosse um elementos centrais, a SLTRC de fato operaram a partir de duas frentes:

1. Mapear e arquivar as características e padrões do conflito;
2. Estabelecer/fornecer dispositivos de reparação material e imaterial aos participantes (não definindo somente vítimas como possíveis beneficiárias) (TRC, 2004).

Em síntese, pode-se afirmar que em relação a primeira ação, de mapear as características do conflito, a SLTRC teve êxito, lançou um robusto relatório (que é uma das principais fontes analisadas para este escrito). Contudo, à segunda ação, de promover reparações, e aqui entra como elemento reparatório o *direito à memória*. Há algumas explicações:

⁴ Texto original: The Truth and Reconciliation Commission of South Africa was the fruit of a political compromise whose terms both made possible the Commission and set the limits within which it would work. These limits, in turn, defined the space available to the Commission to interpret its terms of reference and define its agenda. [...]The TRC claimed to be different from its predecessors, whether in Latin America or Eastern Europe. It would practice neither impunity nor vengeance. It was therefore determined to avoid two pitfalls: on the one hand, reconciliation becoming an unprincipled embrace of political evil and, on the other hand, a pursuit of justice so relentless as to turn into revenge. To do so, the Commission was determined to address both “victims” and “perpetrators,” not just one or the other. (Mamdani, 2002, p.33).



1. Orçamento limitado: 5 milhões de dólares para toda operação da SLTRC nos anos de seu funcionamento (2002-2006) (Pogan, 2025, p.51);
2. Falta de força política: apesar de certo sucesso internacional, internamente os proponentes da comissão não tiveram respaldo suficiente dos governos posteriores em aplicar as medidas indicadas pela comissão (Pogan, 2025).

Esses aspectos levam à terceira parte, onde é discorrido sobre as visões de memória da comissão e dos governos.

4. POLÍTICAS DE MEMÓRIA E ESQUECIMENTO

Como fora discorrido anteriormente, a SLTRC esteve ancorada na tradição das comissões de transição do século, em especial da experiência sul-africana pós-*apartheid*, para além disso, houve entre os proponentes e condutores, uma série de intelectuais e técnicos de universidades como Yale (EUA). As produções, os relatórios demonstram com clareza a intenção, no tocante às políticas de memória, em promover lugares de memória, sobre a guerra civil em Serra Leoa. Nas indicações do relatório, há mapeado, uma série de lugares (ver imagem 1) com potenciais para serem patrimonializados⁵.

Imagem 1: Fotografias de potenciais memoriais segundo o relatório da SLTRC.



Fonte: TRC, 2004 (Apêndice 4, págs. respectivas: p.4, 6,11 e 16).

⁵ É necessário mencionar que nos documentos, como o relatório da comissão (TRC, 2004), a intenção de constituir patrimônios (heritage), contudo se define a necessidade de estabelecer locais com a função de rememorar os acontecimentos da Guerra Civil. N.A.



Se as definições da SLTRC eram de fato em favor de uma política memória sobre a guerra civil, como uma forma de evitar repetições das crueldades e da violência. A comissão em Serra Leoa se integrava em um esforço de transição de um estado de exceção (guerra) para um estado de regra (normalidade, estabilidade política).

O conflito no país gerou diversas marcas e profundas dores e a comissão em seu quinhão, deveria dar a possibilidade de cicatrizar tais marcas e trazer algum alento, fosse material ou imaterial, como memória da guerra para as futuras gerações. Portanto, fala-se de uma ação metamemorialista⁶ – que tem consciência do que busca se lembrar e mais, daquilo que não pode ser esquecido.

Lembrar, deste modo, é sinônimo de luta, enfrentamento, mais que se deparar com os fantasmas do passado, é necessário lutar com o presente sob a tutela da angústia, produzida pelo entrelugar da vontade de esquecer (sem conseguir) e da necessidade de voltar e voltar para as dores de outrora.

A constatação que emerge diante da relação das indicações, até mesmo de expectativas por parte da SLTRC diante das políticas de memória com os cenários políticos após a guerra civil, foi que houveram distintas visões sobre o passado recente. Algumas hipóteses levantadas sobre os distintos usos da memória:

Pode-se concluir que a intenção de uma política de memória acionada pela SLTRC acabou convertendo-se em uma política de esquecimento. Há algumas hipóteses levantadas:

1. As tensões e o temor de um retorno às hostilidades, especialmente pressão dos membros da RUF, após a prisão de seu líder Foday Sankoh (morto em 2003);
2. Limitações orçamentárias [...] que acabaram restringindo as ações de reparações às vítimas;
3. O entendimento de parte da sociedade em esquecer as memórias de dor, baseado em crenças tradicionais que possuem outras premissas de memória [...] distintas das memórias ocidentais e que são operadas oficialmente pela SLTRC;
4. Omissão das gestões políticas em promover uma política de memória sobre a guerra civil (Pogan, 2025, p.66).

Aos governos partícipes e posteriores ao processo de transição (2002-2006)⁷, não havia entre eles o mesmo desejo da comissão em torno do passado, era, segundo o que aponta as fontes e biografias (TRC, 2004, Bevernage, 2011; Shawn 2005), é uma política de esquecimento,

⁶ Eu faço uma apropriação com alguma adaptação do conceito de Candau (ANO) de metamemória. N.A.

⁷ Mesmo período de operação da SLTRC N.A.



em uma perspectiva pragmática política, “era necessário pensar no futuro de Serra Leoa em vez de se prender ao passado de dor”. De modo que a SLTRC seria parte do “*ritual de passagem*” moderno de um estado de guerra para um estado de normalidade, mas que na prática que teve fôlego nem capital político para materializar suas propostas memorialísticas.

Além disso, no aspecto patrimonial, os governos apostaram no turismo natural⁸ e memória colonial (Ver imagem 2). A guerra civil para a visão oficial do Estado parece não pertencer. Pode-se inferir que as propostas da SLTRC em torno das políticas memoriais, focadamente sobre a visão patrimonial está em diálogo com que Logan e Reeves (2009) denominam de Patrimônio difícil:

A maioria das sociedades tem as suas cicatrizes históricas resultantes do envolvimento em guerras de distúrbios civis ou de adesão a sistemas de crenças baseados na intolerância, na discriminação racial ou em hostilidades étnicas. Uma série de locais, sítios e instituições representam, representam o legado desses períodos dolorosos: locais de massacre e genocídio, locais relacionados a prisioneiros de guerra, prisões civis e políticas e locais de internamento “benévolo”, como as colônias de leprosos e os manicômios. Estes locais nos envergonham pela crueldade e futilidade final dos acontecimentos que neles ocorreram e das ideologias que representavam. No entanto, cada vez mais, estão a ser “patrimônio”, o que está muito longe da visão do patrimônio que prevalecia há uma geração anterior, quando nos preocupávamos quase exclusivamente com a proteção das grandes belas criações do passado: reflexos do gênio criativo da humanidade e não o contrário — o lado destrutivo e cruel da história (Logan, Reeves, 2009, p.1).⁹

O patrimônio difícil em sua condição estressa uma visão pacificada do passado, um passado sem impacto no presente, e por isso as visões sobre o passado da SLTRC e dos governos dizem respeito também (e principalmente) sobre o presente de suas respectivas perspectivas de futuro.

⁸ Existe por parte das autoridades serro-leoninas desejo de abrir o país para o turismo natural, pouco explorado: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cr53qg8glq3o>. Acesso em 10/10/25.

⁹ Original em inglês: Most societies have their scars of history resulting from involvement in war and civil unrest or adherence to belief systems based on intolerance, racial discrimination or ethnic hostilities. A range of places, sites and institutions represent the legacy of these painful periods: massacre and genocide sites, places related to prisoners of war, civil and political prisons, and places of ‘benevolent’ internment such as leper colonies and lunatic asylums. These sites bring shame upon us now for the cruelty and ultimate futility of the events that occurred within them and the ideologies they represented. Increasingly, however, they are now being regarded as ‘heritage sites’, a far cry from the view of heritage that prevailed a generation ago when we were almost entirely concerned with protecting the great and beautiful creations of the past: reflections of the creative genius of humanity rather than the reverse – the destructive and cruel side of history. Tradução minha N.A.



Figura 2: Imagens de parte dos monumentos nacionais de Serra Leoa



Fonte: Sierra Leone Heritages, 2024.

Pode-se sintetizar das querelas levantadas acima, que as intenções da SLTRC não tiveram peso. Para os governos o passado recente de dor deveria permanecer no passado, e ainda que houvesse por parte da população pensamento semelhante, as cicatrizes e as faltas são um constante lembrete da permanência do conflito. Difícil mensurar o mal-estar causado desses embates.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das políticas de memória em Serra Leoa demonstra que o esquecimento se consolidou como estratégia política e social por parte dos governos. A SLTRC, embora tenha trazido um robusto mapeamento e como significativa recomendações memorialistas em sua proposta, teve impacto limitado diante das definições oficiais e no reconhecimento público das vítimas.

O silêncio pós-guerra constituiu um pacto tácito entre Estado e parte da sociedade, resultando em uma “amnésia nacional” (Pogan; Moraes, 2024; Bevernage, 2011). As políticas de memória, portanto, permanecem tensionadas entre o “dever” daqueles que recordar para não se repetir e a necessidade de esquecer, assim, revelando os limites da justiça de transição no contexto pós-conflito.



REFERÊNCIAS

BEVERNAGE, Beber. *History, Memory and State-Sponsored Violence*, Time and Justice. New York: Routledge, 2011.

CANDAU, Joel. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2011.

BOAHEN, Albert Adu. Tendências e processos novos na África do século XIX. In: AJAYI, J.F. Ade (Ed.) **História geral da África Vol.VI**, África do século XIX à década de 1880. Brasília: UNESCO, 2010, p.47-75.

LOGAN, W.; REEVES, K. (Org.) **Places of pain and shame**. Dealing with difficult Heritage. London/New York: Routledge, 2009.

MAMDANI, Mahmood. **Amnesty or impunity?** A preliminary critique of the report of the truth and reconciliation commission of South Africa (TRC). *Diacritics*, v.32, n.3-4, p.33-59, 2002.

POGAN, Ian. **“Perdoar, mas não esquecer”**: os percursos da comissão da verdade e reconciliação em Serra Leoa (2002-2006). Dissertação. (Mestrado em Patrimônio cultural e Sociedade) - Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade - PPGPCS, Universidade da região de Joinville. Joinville, 163 p., 2025.

POGAN, Ian; MORAES, Taiza Mara Rauen. Patrimônios difíceis, memórias traumáticas: um olhar sobre a Comissão da Verdade e Reconciliação de Serra Leoa. **Diálogos**, n.54, p.1-8, 2024.

SHAW, Rosalind. **Rethinking truth and reconciliation commissions**, lessons from Sierra Leone. Special Report, USIP, n.130, p.1-12, 2005.

TRC. **Sierra Leone special report**. Freetown: TRC, 2004.



MEMÓRIA PÚBLICA E CONTESTAÇÕES MONUMENTAIS: UM DEBATE HISTORIOGRÁFICO NA IMPRENSA DOS ANOS 2020¹

Karen Yasmin Gomes Fabrício da Silva | Universidade Federal do Rio Grande do Norte |
yasmingomes58@gmail.com²

1. INTRODUÇÃO

Esta comunicação apresenta reflexões desenvolvidas em dois projetos de pesquisa (2021–2024), que investigaram como historiadores reagiram, na esfera pública, às contestações de monumentos durante protestos antirracistas. A pesquisa analisou discursos veiculados por profissionais da história em canais acadêmicos e da imprensa, a partir dos métodos da pesquisa histórica e da Análise de Discurso (BARDIN, 2011). A primeira etapa compreendeu reações aos protestos globais iniciados após o assassinato de George Floyd, com destaque para o uso de metáforas como apagamento e silenciamento, revelando disputas simbólicas em torno da visibilidade de memórias subalternizadas. A segunda etapa abordou casos brasileiros que mobilizaram debates sobre memória nacional e patrimônio material: o incêndio da estátua de Borba Gato (SP, 2021) e a intervenção no Forte dos Reis Magos (RN, 2023), na qual identificamos uma forma discursiva específica que atenta à discussão sobre “o que fazer?” com homenagens a escravistas e ao processo colonizatório no Brasil, bem como à compreensão do acesso à memória pública mais inclusiva e diversa como um direito social na contemporaneidade. Nos apropriamos da crítica acerca da preservação patrimonial no Brasil, onde a falta de recursos e o descaso estatal têm levado à deterioração de bens culturais, proposta por historiadores como Paulo Knauss (2022). O caso brasileiro, onde protestos e vandalismo são frequentemente confundidos, revela um compromisso desigual com a preservação. Tal dinâmica contribui para a manutenção de uma memória histórica parcial e a invisibilização das histórias não-brancas, contrastando com as reações mais engajadas e políticas observadas em outros países.

200

O debate sobre as relações entre memória pública, patrimônio monumental e cultura digital nunca esteve tão intenso. A partir de 2020, a onda de protestos antirracistas

¹ Pesquisa vinculada aos projetos “Aparições, lugares e cenas do passado: patrimônio, modernismo e políticas de memórias no cinema brasileiro (1960-1980)” e “A ARDÊNCIA DO PASSADO! Monumentos, iconoclasmo e usos de passado no Brasil do século XXI”, junto ao Departamento de História da UFRN, desenvolvida com bolsa do programa PIBIC-UFRN e financiada com recursos do CNPq, respectivamente

² Formada em Licenciatura e graduanda em Bacharelado em História (UFRN).



impulsionada pelo assassinato de George Floyd e pelo movimento Black Lives Matter, em plena pandemia de Covid-19, reacendeu as contestações de monumentos em diversas partes do mundo e as ansiedades em torno desse fenômeno, frequentemente contrapondo as noções de apagamento “da história” à invisibilização de grupos sociais historicamente excluídos. Esse processo ocorreu em uma esfera pública digital marcada por novas formas de ação, reação e prolongamento dos conflitos simbólicos no espaço contemporâneo.

Dessa onda iconoclasta, artistas, arquitetos, curadores, jornalistas, antropólogos e também historiadores se dedicaram a debater e se posicionar frente aos acontecimentos, expressando diversas perspectivas no que diz respeito aos caminhos possíveis para novas historicidades públicas e formas de memória, problematizando os usos públicos do passado no século XXI.

A contestação de monumentos constitui um fenômeno tão antigo quanto o próprio gesto de monumentalização, e o interesse acadêmico pela destruição de obras de arte tem se consolidado ao longo do tempo em uma ampla e diversificada produção bibliográfica. No final do século XX, intensificaram-se os estudos sobre a cultura de memória sob governos autoritários (GENTILE, 1993), as análises das ações de monumentalização e desmonumentalização em torno das disputas patrimoniais (AGULHON, 1988), a preocupação com a chamada “estátua mania” (WILLIAMS, 2008), e se fortaleceram os debates sobre arte e memória coloniais na África e na América Latina (ALVARES, 2018).

Historiadores passaram a privilegiar análises sobre episódios de iconoclastia, guerras e revoluções, interpretando as querelas iconoclastas e suas implicações sociopolíticas (BESANÇON, 1997; MONDZAIN, 2013; BERNARD; GRUZINSKI, 1995; CHOAY, 2017; HUNT, 2007; FIGES, 2001; GAMBONI, 2014). Nos anos 2000, consolidaram-se as pesquisas voltadas à iconoclastia e às diferentes formas de destruição da arte. Destacam-se os trabalhos de Dario Gamboni (2014), Andrea Pinotti (2014), Bettenini (2016) e Bruno Latour (2009), que ampliaram o escopo do debate interpretando o fenômeno em contextos distintos.

Na última década, adensaram-se as reflexões sobre o impacto das reivindicações de cidadania de grupos periféricos e subalternos, paralelamente à intensificação de movimentos conservadores de extrema-direita. Especialmente a partir da pandemia de Covid-19, o debate sobre as derrubadas e contestações de monumentos a escravistas, colonizadores e ao próprio sistema colonial, adquiriu novo vigor.



Esse processo evidenciou as dinâmicas da esfera pública digital. A intensa circulação de declarações, imagens e textos nas redes sociais mobilizou múltiplos atores, entre jornalistas, advogados, arquitetos, historiadores, políticos, antropólogos e artistas, na construção coletiva de concepções contemporâneas de cidadania e memória pública.

Desde 2020, diversos pesquisadores vêm se dedicando à análise de intervenções, performances, rasuras, agressões e ataques a obras de arte. Destacam-se coletâneas organizadas por Bentivoglio e Meneguello (2021) e Kaminski e Napolitano (2022), dossiês (CONDURU, WALDMAN, PEREIRA, 2023), e artigos avulsos (SANTIAGO, 2022; MARQUES, 2022; AVELAR, 2022; BEIGUELMAN, 2023; MACHADO, 2024; COSTA, 2024), que buscaram compreender e intervir nesses eventos.

As derrubadas pelo mundo, o incêndio no monumento a Borba Gato, rasuras no Monumento às Bandeiras e no Forte do Reis Magos, acionam novas dimensões do pacto histórico e político firmado quando se elege monumentos na praça pública. Entendemos que o valor de patrimônio cultural, muitas vezes atribuídos a estes monumentos como justificativa utilizada nos argumentos de quem se opõe às intervenções, também entra em crise.

Tal dinâmica evidencia, contudo, o patrimônio cultural como um espaço de luta material e simbólica entre as classes, as etnias e os grupos (CANCLINI, 1994, p. 97), admitindo novas apropriações e dinâmicas não previstas quando de sua patrimonialização. Por isso, entendemos também que a “defesa da preservação do patrimônio” não é mera consequência de uma valoração apartada de vieses dotados de posicionamentos políticos.

Buscando compreender como ocorreu o debate público, e quais foram os discursos mobilizados por historiadores sobre as contestações de monumentos em protestos anti racistas nesse período (2020-2023), neste trabalho tentamos dialogar, a partir de fontes na imprensa contemporânea, com as perspectivas evidenciadas por agentes que compreendem o acesso à memória pública mais inclusiva e diversa como um direito social na contemporaneidade.

2. PARTILHA DA AUTORIDADE, DA PALAVRA E DA IMAGEM

Ana Maria Mauad (2025) destaca, na abertura da sua publicação mais recente “Arte, compromisso e história pública” que a pluralidade de lugares e enunciados é fundamental para o exercício de histórias potenciais. Para iniciar esta seção é preciso evidenciar a compreensão das diversas formas de contestações monumentais dos últimos anos, conduzidas por



movimentos sociais e em decorrência de atos de protesto, como parte de disputas pela memória social, que servem não só para revisar homenagens passadas, mas principalmente para reivindicar espaço para grupos historicamente excluídos (MARQUES, 2022).

No período abrangido por esta pesquisa, entre 2020 e 2023, não foram registradas derrubadas públicas de monumentos no Brasil. O debate nacional em torno do chamado “derrubacionismo” contemporâneo, intensificado durante a pandemia de Covid-19, desenvolveu-se sobretudo a partir da observação de eventos estrangeiros e da especulação sobre a possibilidade de ocorrências semelhantes no contexto brasileiro.

A partir de 2021, o episódio do incêndio ao monumento de Borba Gato, em Santo Amaro (SP), tornou-se o caso de maior repercussão na imprensa nacional. Destaca-se também a intervenção realizada na Fortaleza dos Reis Magos, em Natal (RN), um evento de menor visibilidade midiática, mas que mobilizou intensa reação local e revelou ansiedades semelhantes quanto às formas de contestação da memória pública. É sobre este último episódio que me detenho.

No dia sete de setembro de 2023, o Forte dos Reis Magos, em Natal, no Rio Grande do Norte, sofreu uma agressão inesperada. Na ocasião das efemérides da Independência do Brasil daquele ano, o monumento amanheceu com uma inscrição imperativa em seu corpo: “Não ao PL/2903. Aqui é terra indígena”. A parede da Fortaleza que se tornara painel para este protesto tornou-se plataforma para o movimento indígena do Rio Grande do Norte declarar seu posicionamento frente a política de devastação de terras indígenas em trâmite com a tese do Marco Temporal.

A partir desse engajamento, a Fortaleza dos Reis Magos, marco colonial no estado e Patrimônio Cultural Brasileiro tombado pelo IPHAN desde 1949, se transformou em suporte de disputa para uma narrativa histórica diversa e uma outra construção de memória no Rio Grande do Norte a partir da afirmação de um tempo, verbal e histórico, *presente*, que possibilita uma revisão crítica do passado.

Consolidou-se na historiografia local o mito de que, ao longo do século XVIII, o território atualmente correspondente ao Rio Grande do Norte seria destituído de populações indígenas. Esta narrativa oficial, cuja formulação mais difundida remonta à obra “História do Rio Grande do Norte”, publicada por Luís da Câmara Cascudo em 1955, advoga que os conflitos violentos, notadamente a chamada Guerra dos Bárbaros, ocorrida no século XVII, teriam resultado no extermínio das comunidades originárias da região. Contudo, relatórios antropológicos



contemporâneos revelam diversas comunidades indígenas no estado, sendo a comunidade Potiguar do Catu talvez a mais reconhecida no âmbito das reivindicações de direitos territoriais.

Quando se afirma que o Rio Grande do Norte – é! – terra indígena, acentua-se o reconhecimento de uma permanência histórica em oposição ao desaparecimento das populações originárias. Tal afirmação atualiza a disputa pelo significado da presença indígena e desafia narrativas hegemônicas forjadas na historiografia oficial. Se por um lado, a inscrição realizada no forte foi condenada à efemeridade, por outro lado, esse gesto inscreveu no monumento um passado ambíguo, tensionado e reatualizado por manifestantes anônimos, revelando o enfrentamento simbólico das representações consagradas acerca da memória e historiografia local.

A partir do tensionamento entre o repertório das ações e os usos das imagens na constituição da historicidade social (MENESES, 2004), bem como nas intervenções midiáticas compreendidas como práticas sociais por meio das quais os sujeitos constroem e reagem às circunstâncias sociais, exercendo agência na cultura (Bourdieu, 1987), emerge a possibilidade de identificação dos discursos e dos sujeitos na estrutura sociológica da enunciação. Dessa forma, torna-se possível problematizar quais projetos de sociedade e cidadania são mobilizados nesses contextos.

Os impactos dessas manifestações inserem-se em dinâmicas específicas por emergirem, ainda, em um espaço social virtual, aqui denominado espaço público visual-digital. Esse conceito corresponde à iconosfera, nos termos propostos por Ulpiano Meneses (2004), na qual os sujeitos podem alinhar e construir suas sociabilidades, enquanto a internet se configura como espaço privilegiado para disputas, performatizações e consumos do passado (SANTHIAGO, 2016).

Nesse contexto de embate simbólico, as plataformas digitais atribuem aos monumentos uma vida virtual, por meio do compartilhamento em massa, da elaboração de opiniões em ambientes virtuais e da emergência de múltiplos agentes que, discursiva e iconicamente, acionam formas diversas de relação com a cultura patrimonial, entendida como expressão de cidadania.

No caso específico do protesto ocorrido na Fortaleza dos Reis Magos, em Natal, a cobertura jornalística local não pôde ignorar as questões críticas da política patrimonial vigente no estado. Mesmo as reações mais conservadoras, voltadas à “preservação” patrimonial, foram



necessariamente confrontadas com o abandono sistemático do Forte dos Reis Magos pelas instituições patrimoniais, antes de atribuir aos responsáveis pela pichação os rótulos de “vândalos” ou “bárbaros”, vocábulos recorrentes na retórica pública relativa a atos iconoclastas. Até mesmo as acusações metafóricas de tentativa de “apagamento da história” entra em conflito quando quem realiza, de fato, um apagamento, o da inscrição na parede da fortaleza, são as mesmas instituições que histórica e sistematicamente apagaram os povos indígenas do mapa do estado, e abandonaram o dito patrimônio na cidade.

O uso dessas expressões, fundamentadas na “defesa do patrimônio”, opera primeiramente como mecanismo de desqualificação das práticas políticas dos grupos subalternizados e, em segundo plano, dos próprios sujeitos enquanto agentes legítimos de transformação. Esses grupos, entretanto, reivindicam protagonismo, desafiando a narrativa hegemônica do desaparecimento indígena no estado, ao produzirem imagens e narrativas sob novas perspectivas. Ao fazê-lo, reinterpretem passados possíveis a partir do presente e criam condições para a formulação de futuros mais democráticos.

Figura 1 – Forte dos Reis Magos amanhece pichado em protesto contra marco temporal indígena. Natal, RN, 07 set. 2023.



Fonte: Pedro Trindade/Inter TV Cabugi. G1 Globo.

3. ALGUMAS FORMAS DE CONTAR O PASSADO NA ESFERA PÚBLICA CONTEMPORÂNEA

No portal público-científico HHMagazine, Santiago (2020), debatendo as primeiras manifestações daquele ano (derrubando a estátua do traficante de escravos Edward Colston,



na Inglaterra; em meio ao o movimento Black Lives Matter, que denunciava a violência policial contra a população negra; bem como também no Brasil, contra outras convulsões sociais que se acentuavam durante a pandemia), argumenta que os manifestantes sabem que as esculturas não são o passado no sentido histórico-historiográfico do termo, mas sim “ancestrais vivos do presente”.

Quanto aos historiadores,

Eles sabem que há diferença entre monumento, vestígio e história. Sabem também que as estátuas são registros de uma forma racista e genocida de compreender e contar o passado. Sabem que história é o produto da operação de transformar vestígios em fonte histórica por meio da crítica e da narrativa metodicamente instruídas, que ela não se confunde com o monumento da memória genocida ou o vestígio no qual essa memória pode ser encarnada. Sabem, portanto, que embora uma estátua seja um monumento, ela se torna, com o tempo, vestígio de seu tempo de concepção e hoje poderíamos – a meu ver não em paz – olhar essas figuras que restam do passado como sinal do mundo histórico que as erigiu. Aqui surge um problema: como frequentemente os historiadores têm apreço pela proteção de vestígios, embora tendam a achar necessário a derrubada da celebração racista, incomodam-se com a destruição patrimonial. (SANTIAGO., 2020)

Diante desse problema, quais seriam então, outras formas de contar o passado?

Ao longo dos anos, historiadores de formação e historiadores públicos ofereceram algumas respostas.

A princípio, há um diagnóstico. Deborah Neves, em entrevista à Agência Pública (2021) sobre o episódio do Borba Gato em chamas, afirma que o ato serve para se pensar que “essas pessoas recorreram a esse expediente porque os meios institucionais estão falhando”. Indaga se vamos continuar permitindo essa interrupção do debate enquanto tratarmos isso como um dano ao patrimônio, e não como um momento de se pensar em que bases e a quem a nossa sociedade continua prestando homenagens. Considera que a ação não “apaga a história”, mas objetiva a problematização de quem se presta homenagem no presente, em consonância com Santiago (2020), para quem o manifestante sabe que as imagens racistas “sobrevivem à queda das estátuas”, o que só pode ser evitado por uma outra negociação da história e da memória, visto que a “economia pública de passado que existe entre nós, claramente, não tem sido suficiente”.

Alguns historiadores sugerem a criação de novos objetos, espaços e centros de memória, a fim de disputar as narrativas ativamente. À Revista Sextante, Pedro Rubens Vargas, evoca a



iniciativa do Museu do Percurso Negro, de Porto Alegre, do qual é idealizador. Segundo Vargas, citado por Baptista (2022) o Museu foi criado para combater o apagamento da memória da comunidade negra na cidade, em especial o apagamento territorial da vivência negra na cidade, em torno da ideia de que é a memória que “faz com que os grupos sociais se vejam como tais grupos”.

Para Marcos Napolitano (2023) os recentes ataques a estátuas e monumentos evidenciam a necessidade de uma nova política pública de memória no Brasil. Tal política deve se fundamentar em uma abordagem historiográfica crítica, reconhecendo que, embora memória e história sejam narrativas apoiadas em pressupostos distintos, ambas devem rejeitar perspectivas nacionais celebrativas e o silenciamento das vítimas e das violências históricas. Sob essa ótica, torna-se politicamente, eticamente e epistemologicamente insustentável perpetuar narrativas excludentes do passado.

Há os que sugerem a monumentalização por meio de construção de estátuas homenageando outros sujeitos, bem como aqueles que, como Schneider, citado por Franco (2021). defendem monumentos que explicitem a violência da colonização, contestando, assim, as homenagens às figuras do colonizador.

Hélio Menezes, ao portal Arte!Brasileiros (2021), elabora que monumentos “nem sempre são salvaguardas da história”. Sugere que a avaliação dos monumentos poderia ser realizada por uma comissão formada pelo poder público e por especialistas, especialmente aqueles vinculados a grupos cujas memórias permanecem marginalizadas no espaço monumental. Entre as possibilidades consideradas estão a realocação desses monumentos em museus, onde seriam apresentados de forma crítica; o confronto por meio de intervenções artísticas; e a criação de contramonumentos ou reconfigurações que promovam a ressignificação no próprio local, permitindo o questionamento da narrativa histórica única. Ressalta-se, contudo, que manter os monumentos em seu estado atual contribuiria para a perpetuação de uma ideia de progresso desprovida de sentido histórico e crítico.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não há uma ética universal para tratar da questão das contestações monumentais. Contudo, parece uma mínima convergência entre tantas perspectivas a necessidade de reelaboração profunda das matrizes de memória que impuseram (e tentam garantir) consenso



às sociedades ocidentalizadas por vias do genocídio e do apagamento, como ocorreu (e ocorre) no Brasil. As artes, a historiografia e o patrimônio cultural são campos a serem disputados nesta reimaginação de passados, a fim de atender a demandas históricas, mirando outras possibilidades de futuro.

Se ao historiador não cabe a defesa das estátuas, mas a defesa da vida, dimensionada pela compreensão do papel desses vestígios na reinterpretação do passado permitida por meio do presente, estaria com os historiadores uma poderosa arma: as intervenções reativam (MENEGUELLO, 2021), ou atualizam (MARQUES, 2022) o patrimônio cultural, muitas vezes invisível, por meio da mobilização das múltiplas temporalidades, da agência coletiva e da escuta engajada.

Talvez não seja possível remover as estátuas de escravocratas de todas as praças, ou reafirmar institucionalmente todos os povos que foram desterrados ao longo de séculos de genocídio, mas é urgente estar atento: a disputa por memória pública diversa e participativa, materializada no patrimônio cultural em suas múltiplas dimensões, está sendo travada, e é, fundamentalmente, uma disputa por dignidade no desejo de superar um mundo imerso na violência colonial e seus fantasmas encarnados em pedra, cal e bronze.

REFERÊNCIAS

AGULHON, Maurice. *Historie vagabonde*. v. 1. Paris: Galimard, 1988.

ALVARES, Sebastian Vargas. *Depués del bicentenario: políticas de la conmemoración, temporalidade y nación – Colombia y México, 2010*. Bogotá: Editorial Universidad del Rosario, 2018.

ARTE!BRASILEIROS. Monumentos em debate: devemos derrubá-los? *Arte!Brasileiros*, 2021. Disponível em: <https://artebrasileiros.com.br/arte/memoria/o-que-fazer-sobre-monumentos/>. Acesso em: 10 out. 2025.

AVELAR, Alexandre. Por que a derrubada de estátuas não deveria incomodar os historiadores? Tempo, anacronismo e disputas pelo passado. *ArtCultura*, Uberlândia, v. 24, n. 44, p. 134-156, 2022.

BAPTISTA, Daniel. A disputa de memória em espaços da cidade. *Sextante*, UFRGS, 2021. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/sextante/a-disputa-de-memoria-em-espacos-da-cidade/>. Acesso em: 10 out. 2025.

BEIGUELMAN, Giselle. Ataque a obras de arte revela ódio de golpistas contra a cultura. *Folha de S.Paulo*, 14 jan. 2023. Disponível em:



<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2023/01/ataque-a-obras-de-arte-revela-odio-de-golpistas-contr-a-cultura.shtml>. Acesso em: 20 nov. 2023.

BENTIVOGLIO, Julio; MENEGUELLO, Cristina (org.). *Corpos e pedras: estátuas, monumentalidade e história*. Vitória: Editora Multifontes, 2022. p. 7-16.

BERNARD, Carmen; GRUZINSKI, Serge. *De la idolatria: uma arqueologia de las ciências religiosas*. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1992.

BESANÇON, Alain. *A imagem proibida: uma história intelectual da iconoclastia*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1997.

BETTETINI, Maria. *Distruuggere il passato*. Milano: Raffaello Cortina Editore, 2016.

CANCLINI, Néstor Garcia. O patrimônio cultural e a construção do imaginário nacional. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 23, p. 95-115, 1994.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. 7. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2017.

CONDURU, Roberto; WALDMAN, Taís; PEREIRA, Edilson. Fogo e luz sobre os monumentos: um horizonte de debates cadentes. *Religião & Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 43, n. 3, 2023.

COSTA, Eduardo. Brasília, Mon Amour: arquitetura brasileira após 9 de janeiro. *Revista Novos Estudos*, São Paulo, v. 43, n. 3, p. 525-540, set./dez. 2024.

COSTA, Marina Amaral. “Apego aos bandeirantes tem fator xenófobo”, diz historiadora sobre estátua de Borba Gato. *Agência Pública*, São Paulo, 29 jul. 2021. Disponível em: <https://apublica.org/2021/07/apego-aos-bandeirantes-tem-fator-xenofobo-diz-historiadora-sobre-estatua-de-borba-gato/>. Acesso em: 10 out. 2025.

209

FIGES, Orlando. *Interpretar la revolución rusa: el lenguaje y los símbolos de 1917*. València: Biblioteca Nuova, 2001.

FRANCO, Luiza. Borba Gato e os bandeirantes: do mito à desconstrução. *Nexo Jornal*, 26 jul. 2021. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2021/07/26/borba-gato-e-os-bandeirantes-do-mito-a-desconstrucao>. Acesso em: 10 out. 2025.

GAMBONI, Dario. *La destrucción del arte: iconoclasia y vandalismo desde la revolución francesa*. Madrid: Ediciones Cátedra, 2014.

GENTILE, Emilio. *Il culto del Littorio: la sacralizzazione della politica nell'Italia fascista*. Milano: Laterza, 1993.

HUNT, Lynn. *Política, cultura e classe na Revolução Francesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

KAMINSKI, Rosane; NAPOLITANO, Marcos (orgs.). *Monumentos, memória e violência*. Rio de Janeiro: Letra e Voz, 2022.



LATOURE, Bruno. Che cos'è iconoclash? In: PINOTTI, Andrea; SOMAINI, Antonio(orgs.). *Teorie dell'immagine*. Milano: Raffaello Cortina Editore, 2009.

MACHADO, Diego Finder. O insustentável peso do passado: profanações de monumentos, emoções patrimoniais e heterocronias do presente. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 16, n. 42, p. e0201, 2024. Disponível em: <https://periodicos.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180316422024e0201>. Acesso em: 10 out. 2025.

MARQUES, Mayra. A atualização histórica como ação contra-actualista: museus e monumentos entre a recordação e o esquecimento no Brasil contemporâneo. *História da Historiografia*, Ouro Preto, v. 15, n. 39, p. 179-202, 2022.

MENESES, Ulpiano. Fontes visuais, história visual, cultura visual. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 23, n. 45, p. 11-36, 2004.

MONDZAIN, Marie-José. *Imagem, ícone, economia: as fontes bizantinas do imaginário contemporâneo*. São Paulo: Contraponto, 2013.

NAPOLITANO, Marcos. A guerra às estátuas e a política pública de memória. *Nexo Jornal*, 2021. Disponível em: <https://www.nexojournal.com.br/a-guerra-as-estatuas-e-a-politica-publica-de-memoria>. Acesso em: 10 out. 2025.

NEVES, Deborah. Por que queimou Borba Gato? *Opera Mundi*, 27 jul. 2021. Disponível em: <https://operamundi.uol.com.br/opiniao/deborah-neves-por-que-queimou-borba-gato/>. Acesso em: 10 out. 2025.

210

PINOTTI, Andrea. Antitotalitarismo e antimonumentalidade: un'elettiva affinità. In: PIRETTO, G. P. (org.). *Memorie di pietra: i monumenti delle dittature*. Milano: Raffaello Cortina Editore, 2014. p. 17-35.

SANTHIAGO, Ricardo. Duas palavras, muitos significados: alguns comentários sobre a história pública no Brasil. In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele; SANTHIAGO, Ricardo (orgs.). *História pública no Brasil: sentidos e itinerários*. São Paulo: Letra e Voz, 2016. p. 23-36.

SANTIAGO JR., Francisco das C. F. A derrubada, a perspectiva e o antirracismo: sobre monumentos caídos. *HH Magazine*, 2020. Disponível em: <https://hhmagazine.com.br/a-derrubada-a-perspectiva-e-o-antirracismo-sobre-monumentos-caidos/>. Acesso em: 10 out. 2025.

SANTIAGO JÚNIOR, Francisco das Chagas Fernandes. Auto de fé para o Borba Gato: historicidades públicas e chaves historiográficas. *História*, v. 42, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-4369e2023032>. Acesso em: 10 out. 2025.



SANTIAGO JR., Francisco das C. F. A metafórica da arte, da história e da iconoclastia: monumentos e debates na imprensa brasileira. In: KAMINSKI, Rosane; NAPOLITANO, Marcos (orgs.). *Monumentos, memória e violência*. Rio de Janeiro: Letra e Voz, 2022.

WILLIAMS, P. The afterlife of communist statuary: Hungary's Szoborpark and Lithuania's Grutas Park. *Forum for Modern Language Studies*, v. 44, n. 2, p. 185-198, 2008.



O PATRIMÔNIO ARTÍSTICO PARA ALÉM DOS VALORES ESTÉTICOS E SIMBÓLICOS: NARRATIVAS OCULTAS¹

Larizza Bergui de Andrade | Univille | larizza.b.a@gmail.com²
Nadja de Carvalho Lamas | Univille | nadja.carvalho@univille.br³

1. INTRODUÇÃO

Este artigo é um recorte da pesquisa de pós-doutorado sobre arte e patrimônio cultural na contemporaneidade, está vinculada ao programa de pós-graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade da Univille e ao Grupo de Estudos Arte, Cultura e Patrimônio - GEARCUPA. Ele discute as narrativas do patrimônio artístico que justifica os bens registrados no Livro Tombo Belas Artes do IPHAN, e que vem de encontro com as produções artísticas de resistência da atualidade. Nessa perspectiva, propomos aqui uma reflexão sobre as narrativas do patrimônio artístico como legado da europa para o Brasil, a partir de dois monumentos da Itália: a Catedral de Messina, na Sicília, e a Porciúncula, em Assis, estabelecendo relações com o Livro Tombo Belas Artes do IPHAN. A análise elucida as narrativas de matriz europeia que fortalecem a ideia do processo civilizatório de um Estado Nação, associada à herança colonial luso-católica. A partir dessa percepção é possível pensarmos em desconstruções e inovações para uma narrativa outra, mais inclusiva e multicultural.

A noção de patrimônio cultural originou-se em países da Europa, a exemplo da França, Inglaterra e Itália, para atingir o mundo por meio de organizações mundiais. Por iniciativa da França, a primeira Comissão dos Monumentos Históricos, em 1837, reconheceu três categorias: os remanescentes da Antiguidade; os edifícios religiosos da Idade Média e alguns castelos, todos de natureza arqueológica, histórica e da arquitetura erudita que permaneceu até após a segunda guerra mundial (Choay, 2001).

¹ Pesquisa sendo desenvolvida como dissertação de mestrado no PPG em Patrimônio Cultural e Sociedade da Univille. Vinculada aos grupos de pesquisa: Estudos em Circulação de Saberes, Natureza e Agricultura (CANA) e Cultura e Sustentabilidade (CULTS). Financiada por bolsa do Programa de Suporte à Pós-graduação de Instituições Comunitárias de Educação Superior da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES – Código de Financiamento 001.

² Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade (Univille). E-mail: jessicafernandaabaraunaa@gmail.com.

³ Professora do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade da Univille. E-mail: rbmeira@gmail.com.



Esse conceito de Monumento Histórico foi se ampliando para todas as formas de construções: eruditas e populares; urbanas e rurais; edifícios públicos e privados; suntuários e utilitários, porém com novas denominações, de origem italiana e inglesa: arquitetura menor (construções privadas não monumentais, sem arquitetos); vernacular (edifícios locais); arquitetura industrial (usinas, estações, altos-fornos). Ampliou-se, desta forma, para conjuntos de edifícios e malha urbana, casas, bairros, aldeias, cidades e conjunto de cidades, conforme a lista do Patrimônio Mundial da UNESCO. Se estabelece, portanto, a noção de monumento histórico, da necessidade de preservação de edificações antigas na Europa como testemunhos da história, que se expande para o mundo, na ideia da construção de uma história universal. A adesão foi gradativa, chegando a atingir até mesmo os países com epistemologias enraizadas no presente como o Japão e a China (Choay, 2001).

Essas ações de proteção e preservação dos monumentos revelam uma preocupação em manter produções humanas consideradas excepcionais, de erudição rara, com valores arqueológicos, históricos e arquitetônicos, capazes de testemunhar narrativas heróicas de um longo percurso que sustenta a geração atual, isso no caso dos países europeus. Esses monumentos, seja na originalidade de suas imponentes construções ou no poder da restauração e da réplica, exibem magnitude e soberania de nações em diferentes épocas. A arte faz parte de muitas dessas narrativas, desde os primórdios, considerada em seu valor artístico excepcional, aliada à outros valores como os históricos, arqueológicos e arquitetônicos, como um artefato da antiguidade.

São narrativas sobre o passado, a partir da ideia de um processo civilizatório de um Estado Nação de poder, que embasa os princípios sociais, políticos e religiosos, dos quais se quer manter. O Brasil também adota esta vertente de patrimônio cultural, na ideia de criar uma imagem de nação soberana, em avançado processo civilizatório, que exhibe sua grandiosidade pelos monumentos arquitetônicos. Mesmo tendo ampliado a noção de patrimônio, esses princípios ainda fundamentam os bens tombados do IPHAN.

A recém publicada lista dos bens culturais registrados nos quatro Livros Tombos do IPHAN nos motivam uma reflexão a este respeito. Publicada em abril de 2025, a lista exhibe, no Livro Tombo Belas Artes, cerca de 832 bens registrados. Discutiremos aqui alguns pontos relevantes desta lista e estabeleceremos um diálogo com dois monumentos da Itália: a Catedral de Messina, na Sicília, considerada patrimônio da região de Messina e a Porciúncula, na Basílica de Santa Maria dos Anjos, em Assis, tomada como patrimônio da Humanidade pela UNESCO,



em conjunto com outros espaços Franciscanos, em Assis, a exemplo da Igreja de São Francisco que marca o local de seu túmulo e a Igreja de Santa Clara.

Objetivamos, com este diálogo, refletir sobre as narrativas que circundam o patrimônio artístico no Brasil, vigentes na atualidade como um legado europeu, as quais ainda tem invisibilizadas práticas artísticas insurgentes de resistências.

2. A CATEDRAL DE MESSINA E A PORCIÚNCULA EM ASSIS

Ao entrarmos na Catedral de Messina sentimos um impacto de imediato. Parece que somos conduzidos à diferentes épocas de “vários passados”, construídos de multiplicidades culturais, políticas e artísticas, relevantes para diferentes épocas, cujo pano de fundo é a prática cristã pelo catolicismo.

A Catedral de Messina (Fig. 1), dedicada à Nossa Senhora da Assunção, está localizada no centro histórico da cidade. Foi construída a pedido do Rei Rogério II, do reinado normando, iniciada em 1120 e oficialmente consagrada pelo Arcebispo Bernardo, em 1197. Ela é símbolo de afirmação do poder normando na ilha que uniu tradição latina, bizantina e árabe em sua arquitetura, que marca uma encruzilhada entre diferentes civilizações (Spinella, 2013; Giuliano, 2012; Basile, 2010).

A impactante diversidade de estilos que encontramos nela deixam visíveis as marcas do tempo de um longo percurso de existência. Embora sendo considerada um dos maiores exemplos da arquitetura medieval da Sicília e do sul da Itália, ela se constitui de uma mistura de estilos e épocas tanto em seu interior como no seu exterior. Os mosaicos bizantinos dialogam com as esculturas dos doze apóstolos, em estilo renascentista, de 1550, que por sua vez dialogam com teto em estilo árabe-bizantino, com influência dos mulçulmanos. No lado externo, o portal gótico do século XV divide a atenção com a torre do relógio astronômico, de 1933. Uma fusão cultural de diferentes épocas e civilizações.



Figura 1: A Catedral de Messina Santa Maria da Assunção.



Fonte: primária, 2025.

O que se aprecia na Catedral, atualmente, é o resultado de seu conturbado percurso histórico de existência, marcado por colapsos, com três terremotos (1783, 1894, 1908), um incêndio (em 1254) e um bombardeio durante a segunda guerra mundial (em 1943). A cada nova reconstrução, múltiplas intervenções de modernização e transformação ocorreram, na ideia de dar ao interior da catedral uma imagem cada vez mais rica e suntuosa, capaz de suportar a comparação com outras igrejas mais importantes da cidade ou das cidades vizinhas, mantendo uma narrativa de soberania, como identidade local que mistura fé e poder. Para além do edifício religioso, a catedral constitui um palimpsesto histórico com várias camadas de ressignificação cultural.

As intervenções eram muito solicitadas na Itália para esses grandes edifícios religiosos, que ocupavam, e queriam manter, na vida e na história da cidade, posições de representação e de particular significado e prestígio de sua época. Nessa perspectiva, a tarefa da restauração não era a unidade estilística das estruturas mais antigas, mas a conservação de todas as estratificações como documento histórico, artístico e cultural que marcam existências, das quais

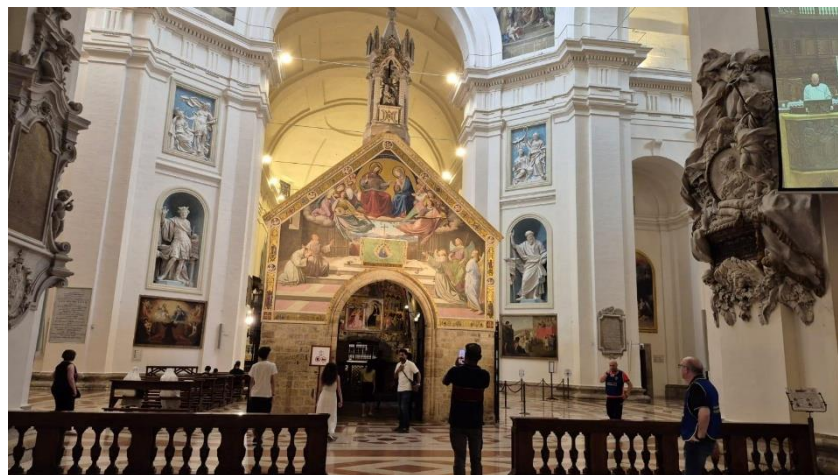


o edifício é testemunha. (Boscarino, 1987). O patrimônio, torna-se assim, não como objeto estático, mas como expressão dinâmica de permanência.

A catedral é, portanto, um simbolismo de resistência da fé católica e da sobrevivência dos messinenses diante das tragédias naturais e humanas. Cada reconstrução reafirma a permanência da fé católica e da força produtiva de continuidade de um povo que é capaz de renascer transformando destruição em memória, essa é sua identidade.

A Porciúncula (Fig. 2), por outro lado, nos leva a uma outra sensação. Nos lança de uma grandeza para uma pequenez. Ao adentrar a majestosa Basílica de Nossa Senhora dos Anjos nos deparamos com a pequena Porciúncula, bem ao centro. A cada passo em sua direção a sensação é de estarmos entrando em um lugar secreto e seguro, quem sabe dentro de nós mesmos. A majestosa igreja que a circunda e protege não consegue roubar nossa atenção. Ela nos convida a entrar e a rezar.

Figura 2 - A Porciúncula de São Francisco de Assis e a Basílica de Santa Maria dos Anjos.



Fonte: primária, 2025.

A pequena igreja é o lugar sagrado, onde o perdão dos pecados é concedido, onde a paz exala de suas paredes em pedra e chega até nossos corações por meio do silêncio. Para além da beleza histórica, artística e cultural, ela testemunha o surgimento de uma vivência de fé cristã pela Ordem Franciscana, de São Francisco de Assis.

Francisco seguia obedecendo o chamado que Jesus lhe fez, diante da Cruz de São Damião: “Francisco, restaure a minha Igreja”. Tomada a ordem literalmente, Francisco passa a reerguer antigas igrejinhas que estavam em ruínas. Depois de reerguer duas, encontra as ruínas do que seria uma igreja do século IV, que pertencia aos Freis Beneditinos. Após a conclusão



da restauração, passou a morar dentro dela e a receber seus primeiros seguidores, fundando, assim, a Ordem dos Frades Menores, em 1209. Ali deu origem, também, a Ordem das Pobres Damas, as Clarissas, com Santa Clara, em 1211. A igreja tornou-se o lugar sagrado para a comunidade franciscana que acabou se espalhando pelo mundo provocando um grande impacto na Igreja Católica. Atualmente é um dos lugares mais visitados por peregrinos na Itália, perdendo apenas para Roma (Perugino, 2023).

Na fachada da pequena igreja há um afresco de 1829, feito por Friedrich Overbeck representando São Francisco implorando perdão, enquanto na parte de trás, há a crucificação pintada por Perugino, em 1486. O retábulo interno é obra do padre Ilário da Viterbo, que pintou a “Anunciação” e a “História do Perdão de Assis”, em 1393 (Perugino, 2023).

A pedido do Papa São Pio V, para proteger a Porciúncula, além de acomodar os numerosos peregrinos, a Basílica de Santa Maria degli Angeli foi construída entre 1569 e 1679, com projeto de Galeazzo Alessi, da Perugia. É uma prática recorrente da Igreja Católica construir igrejas em lugares considerados sagrados para ela, lugares que testemunham a presença sobrenatural da divindade, a exemplo da própria Basílica de São Francisco que guarda seu túmulo e a Gruta de São Miguel Arcanjo, no Monte Gargano, na Itália, onde a Basílica Santuário San Michele Arcangelo abriga a gruta, local sagrado da aparição do arcanjo, ocorrida no século V. Essa Basílica também faz parte da lista de patrimônio cultural da humanidade pela UNESCO.

217

A Porciúncula compõe a lista de patrimônio da humanidade, concedido pela UNESCO em 2000, em conjunto com a Basílica de São Francisco e a de Santa Clara. O que encontramos em Assis são obras do período medieval que fazem dela referência fundamental para o desenvolvimento da arte e da arquitetura italiana e europeia (World Heritage Convention).

A forma como está protegida, pela imponente construção da Basílica Renascentista, marca a contradição entre a pobreza evangélica pregada por Francisco e o processo de institucionalização da Igreja. Ou seja, a memória do frágil carisma da pobreza preservada dentro da solidez institucional. Dessa forma, a metáfora franciscana continua: um lugar de humildade que gera universalidade, continua, assim, a tencionar o carisma e a instituição em diferentes narrativas que disputam significados. Assim, a Porciúncula se faz como símbolo espiritual de resistência da simplicidade evangélica em meio à grandeza eclesial.

3. O PATRIMÔNIO ARTÍSTICO EM QUESTÃO



Os dois exemplos citados acima, por meio dos valores patrimoniais: artísticos, arqueológicos, históricos e arquitetônicos, são mecanismos de manutenção de significados com narrativas que servem mais às imagens institucionais do que de referências identitárias de grupos sociais. Esse *modus operandi*, da seleção de bens culturais de monumental relevância institucional, é adotado pelo Brasil. Tem a intenção em construir uma imagem de soberania e poder com narrativas que induzem interesse público, mas que na verdade tendem a servir uma política de governo em sua “árdua” tarefa de construir e manter o poder soberano e universal. Como se todas ações governamentais contemplassem os interesses dos diversos grupos sociais que formam a cultura brasileira. A recém publicação da lista de bens tombados, registrados nos quatro livros Tombo do IPHAN, revelam a adoção dessa prática política que pouco serve à população brasileira.

No Livro Tombo Belas Artes, criado no ano de instituição do tombamento, em 1937, de matriz europeia, contamos cerca de 832 registros que datam de 1938 a 2024. As classificações dos bens tombados e registrados nos respectivos Livro Tombo trazidas pela lista são: edificações e acervos; coleções e acervos; edificações; conjunto arquitetônico; conjunto rural; conjunto urbano; ruínas, infraestrutura ou equipamento urbano; jardim histórico; patrimônio natural; sítio arqueológico; bem móvel ou integrado, terreiro e quilombo. As duas últimas são classificações mais recentes, com bens ainda em andamento para registros. Essas categorias estão relacionadas com as formas de proteção do bem.

No Livro Tombo Belas Artes a maioria dos bens estão classificados como *Edificação e Acervo* que diz respeito ao tombamento de igrejas antigas que possuem um acervo histórico, artístico, arquitetônico e decorativo em seu interior, que são tomados em conjunto, a exemplo da Igreja Matriz de São Pedro e a Capela da Ordem Terceira de São Francisco, no Rio Grande do Sul, ou ainda o Convento da Igreja de Santo Antônio, em Pernambuco. Em sua maioria também inscritos no Livro Tombo Histórico e Arqueológico. São cerca de 270 igrejas tombadas, tendo a maior concentração em Salvador (BA), com 31 igrejas; Rio de Janeiro (RJ), com 29 igrejas; Recife (PE) e Ouro Preto (MG) com 13 igrejas e Mariana (MG) com 11 igrejas. A obra de arte é tomada como um artefato arqueológico ou uma fonte primária como parte do testemunho histórico que reafirma narrativas de Estado.



Os únicos tombamentos que se referem aos artistas individualmente ou à uma obra em específico são a coleção de 805 peças do artista Bispo do Rosário, tombados recentemente, em 2018. E a pintura do catarinense Vitor Meirelles, a “Vista da Baía do Sul”, de 1847.

Além deste contexto religioso, as obras de arte encontram abrigo e proteção dentro dos museus. Alguns tombados com todo seu acervo. O museu configura, assim, como um lugar de proteção, preservação e educação patrimonial, já que possui a função de expor, restaurar e comunicar as obras de arte que estão sob sua tutela.

A lista mantém a ideia original de 1937, de matriz europeia, de bens culturais que contribuem com a narrativa colonial, a qual a arte, além de seu valor estético e simbólico, está aliada aos valores históricos, arqueológicos e arquitetônicos e não há inovações quanto à essa noção.

4. CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

As experiências vividas na Itália nos ajudam a compreender melhor os procedimentos adotados no Brasil, com a relação ao patrimônio artístico, de como está ainda associado aos valores e ao contexto europeu. Para além dos valores estéticos e simbólicos da arte, em conjunto com os demais valores que compõem o bem de modo integral, a exemplo dos valores arqueológicos, históricos e arquitetônicos, esses patrimônios têm a função de comunicar uma identidade nacional, universal. São apresentados como se representassem igualmente todos os grupos sociais, embora expressem apenas parte da diversidade cultural brasileira.

A maioria desses bens culturais, situados no centro histórico das cidades, são peças-chaves na construção da narrativa colonial, ligadas diretamente ao processo de formação de identidade nacional e à maneira como o Estado Brasileiro construiu uma memória e uma identidade “oficial” da nação. Igrejas, conventos, esculturas, pinturas e edificações civis coloniais, do século XVI e XIX, estão associadas à ideia de herança colonial católica. Do barroco luso-brasileiro, comunicam uma herança civilizatória trazida pela colonização portuguesa.

As narrativas coloniais ocultas nos tombamentos reforçam duas dimensões: a religiosa, representada pela monumentalidade das igrejas e na arte sacra e a poética europeia, do barroco, do rococó e do neoclássico. Elas enfatizavam a continuidade entre a herança colonial e a modernidade republicana, criava a ideia de “brasilidade” e a centralidade do poder que



determina o que é patrimônio, quais memórias deveriam ser preservadas e narradas para o futuro.

Diante disso discute-se a visão colonial da noção de patrimônio, que privilegia o legado europeu e apaga as experiências de resistência, ampliando a noção de patrimônio artístico para incluir expressões afro-brasileiras, indígenas, populares e contemporâneas. Assim sendo, ao mesmo tempo em que dá visibilidade às expressões de resistências da atualidade, problematiza o regime do patrimônio artístico, de princípio europeu, com ferramentas de proteção que destitui a natureza artística das obras de arte. Não se trata, portanto, das obras em sua materialidade, mas as narrativas construídas a partir delas que não sirvam à uma narrativa tendenciosa que justifique políticas de estado, de manutenção de poder, mas à uma narrativa realmente plural, considerando as multiculturalidades dos diversos grupos sociais dos quais a cultura brasileira se faz.

REFERÊNCIAS

BASILE, F. **Messina e la sua Cattedrale**: storia, arte e memoria. Palermo: edizioni, Siciliane, 2010.

BOSCARINO, Salvatori. **Archivio storico messinese**. Messina, 1987.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: UNESP; Estação Liberdade, 2001.

Giuliano, A. **Una significativa novità sulle origini del Duomo di Messina**, *Archivio Storico Messinese* 93, 2012, p. 399-410.

KALIL, Patricia. **A catedral de Messina e seu incrível relógio astronômico**, s/d. Disponível em: <https://descobrindoasicilia.com/a-catedral-de-messina-e-seu-incrivel-relogio-astronomico/>. Acesso em 31 ago 2025.

MIGNOLO, Walter D. Reconstitución epistémica/estética: la aesthesis de colonial una década después. **Calle 14**: revista de investigación em el campo del arte, 2019.

PERUGINO 2023. Porziuncola – Santa Maria degli Angeli (Assisi). Disponível em: https://www.perugino2023.org/perugino_bio/porziuncola-santa-maria-degli-angeli-perugia/. Acesso em 31 ago 2025.

SPINELLA, Barbara Maria Rita. **La Cattedrale di Santa Maria di Messina nei documenti dell'Archivio Ducale Medinaceli di Toledo (1282-1412)** Tesi di dottorato in Scienze umanistiche e dei beni culturali (XXVI ciclo) Università degli studi di Catania, 2013.



THE WORLD OF SICILY. **Messina Cathedral**. Disponível em:
https://www.theworldofsicily.com/en/sights/messina/messina-cathedral/?utm_source=chatgpt.com. Acesso em 31 ago 2025.

WORLD HERITAGE CONVENTION. UNESCO. Assisi, the Basilica of San Francesco and Other Franciscan Sites. Disponível em: <https://whc.unesco.org/en/list/990>. Acesso em 31 ago 2025.



PRESERVAÇÃO E DIFUSÃO DO ACERVO DO MUSEU CASA DE BRUSQUE¹

Luciana Pasa Tomasi | Museu Casa de Brusque | lutomasi03@gmail.com²

Julie Francine Ricardo | Museu Casa de Brusque | juliefricardo@gmail.com³

1. INTRODUÇÃO

O Museu Casa de Brusque, localizado em Brusque (SC), é uma entidade privada, sem fins lucrativos, mantida pela Sociedade Amigos de Brusque, criada em 04 de agosto de 1953. Sua missão é preservar e difundir a história da cidade e do Vale do Itajaí-Mirim. O acervo reúne mais de duas mil peças históricas, milhares de documentos, 25 mil fotografias, centenas de periódicos, mapas e livros. A continuidade das atividades ocorre por meio da Lei Rouanet, do Programa de Incentivo à Cultura de Santa Catarina (PIC), de convênio municipal e de editais culturais. Em 2025, foi inaugurada a primeira exposição de longa duração planejada segundo as normas da museologia e do Estatuto de Museus. O projeto contemplou instalação, acompanhamento e integração dos processos museológicos, alinhando a nova exposição às atividades cotidianas. Foram aplicadas tecnologias digitais e sistemas de informação em consonância com a cadeia operatória da museologia: seleção, salvaguarda e comunicação. No sistema de preservação, destacam-se o registro digital, bancos de dados, uso de datalogger, ventiladores e desumidificadores para controle e monitoramento ambiental. A iluminação em fibra óptica contribui para a preservação das peças. No sistema de comunicação, recursos como linha do tempo em telas touch screen, tablets com conteúdo em libras e audiodescrição, e disponibilização de parte do acervo no site ampliam o acesso ao público. O Excel é utilizado como banco de dados para catalogação do acervo e apoio a pesquisadores. Assim, o Museu

222

¹ Projetos realizados através das leis de incentivo: Projeto cultural “Preservação e Difusão do Acervo do Museu Casa de Brusque (1046/2024), realizado por meio do Programa de Incentivo à Cultura (PIC), do Governo do Estado de Santa Catarina, aprovado pela Fundação Catarinense de Cultura, com incentivo das empresas CELESC, HAVAN e ZEN S/A e PRONAC 234215 Nova Exposição de Longa Duração do Museu Casa de Brusque aprovado pela Lei Federal de Incentivo à Cultura, Ministério da Cultura e Governo Federal – União e Reconstrução e conta com o patrocínio de ZM S.A., Florisa Tinturaria Ltda, WEG, Vetor Automotivos, Engepeças, Toalhas Atlântica, Irmãos Fischer, ZEN S.A., Irmãos Hort, Supermercados Archer, Mega Motos, Linhas Trichê, Porto Franco/Casa Porto Franco, Manatex, Skymesen, Aviamentos Brusque, Aradefe Malhas, Pemgir Malhas e Heil Náutica.

² Historiadora e pós-graduanda em Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis em Suporte de Madeira, Papel e Têxtil. Membro do Conselho Editorial do “Anuário Notícias de Vicente Só” desde 2011 e coordenadora do Museu Casa de Brusque.

³ Historiadora do Museu Casa de Brusque.



integra tecnologia e museologia, potencializando a preservação e a difusão de seu patrimônio histórico.

O Museu Histórico do Vale do Itajaí-Mirim, conhecido como Museu Casa de Brusque, é uma instituição privada e sem fins lucrativos localizada na cidade de Brusque, em Santa Catarina. Mantido pela Sociedade Amigos de Brusque (SAB), o museu integra uma trajetória iniciada em 1953, quando a entidade foi fundada com o propósito de promover ações voltadas ao desenvolvimento comunitário em diferentes setores. A SAB foi reconhecida como de utilidade pública no município de Brusque pela Lei Municipal nº 73, de 9 de março de 1954, e no estado de Santa Catarina pela Lei nº 1.162, de 17 de novembro de 1954.

Ao longo dos anos, as atividades da SAB passaram a direcionar-se cada vez mais para a preservação da história e da cultura do Vale do Itajaí-Mirim. Graças ao envolvimento ativo de membros da comunidade, tornou-se possível consolidar e salvaguardar um acervo histórico significativo, além de promover a criação e o fortalecimento de um museu, hoje materializado no Museu Casa de Brusque.

Inaugurado em 1973, o museu preserva um acervo amplo e diversificado, composto por documentos, fotografias, livros e objetos que refletem a trajetória histórica da região. Grande parte desse material foi reunida por Ayres Gevaerd (1912–1992), relojoeiro, historiador autodidata e figura fundamental na história da Sociedade Amigos de Brusque, que presidiu a entidade por aproximadamente quatro décadas.

Por ser uma instituição privada, durante muitos anos, o Museu Casa de Brusque foi financiado principalmente pelas contribuições dos associados da SAB e pelo convênio firmado com a Prefeitura Municipal de Brusque desde 2009. A partir do ano de 2020, houve grandes avanços com a participação mais efetiva em editais e prêmios municipais, estaduais e federais, além das Leis de Incentivo à Cultura (Lei Rouanet) e o Programa de Incentivo à Cultura (PIC). Esses recursos possibilitaram a realização de diversas reformas voltadas à modernização do espaço museal, bem como a ampliação da equipe técnica, aumentando a capacidade de atendimento, pesquisa e catalogação dos acervos, entre outras atividades. Atualmente, o museu desenvolve pesquisas e promove exposições temporárias temáticas, realizadas periodicamente no espaço Casa Enxaimel, além de realizar visitas guiadas e ações educativas.

Nos últimos anos, a instituição recebeu diversos reconhecimentos, entre eles: o título de Signatário do Movimento ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável); o reconhecimento pela trajetória cultural concedido pela Lei Aldir Blanc; homenagens da Assembleia Legislativa



do Estado de Santa Catarina (ALESC) pelo trabalho de preservação, divulgação e pesquisa sobre a memória e o patrimônio cultural do Vale do Itajaí-Mirim, incluindo seu acervo documental, fotográfico e bibliográfico, ligado à primeira iniciativa de colonização italiana em 1875; reconhecimento da ALESC pela contribuição à preservação da cultura germânica no estado; a Comenda do Mérito Institucional da Câmara de Vereadores de Brusque; e o título de Ponto de Cultura, entre outros.

2. NOVA EXPOSIÇÃO DE LONGA DURAÇÃO

Desde o ano de 2020, a instituição vem passando por um processo de reestruturação de seu espaço museal. Nesse período, foi aprovado e captado o primeiro recurso por meio da Lei Federal de Incentivo à Cultura. Intitulado “*Reestruturação do Museu Casa de Brusque – PRONAC 201579*”, o projeto possibilitou iniciar a reforma de parte do prédio, realizar o tratamento técnico do acervo tridimensional, criar uma reserva técnica e um laboratório de conservação, além de contratar equipe especializada para a execução das atividades diárias. Esse foi um passo inicial e decisivo na história da entidade.

O projeto “*Nova Exposição de Longa Duração do Museu Casa de Brusque – PRONAC 234215*”, foco deste trabalho, foi executado entre os anos de 2024 e 2025. Tratou-se de um processo longo, que envolveu planejamento minucioso e diversas etapas de execução, culminando em um espaço expositivo totalmente renovado.

Um dos maiores e mais significativos investimentos realizados foi o projeto luminotécnico da nova expografia da exposição de longa duração, especialmente no que diz respeito à conservação das peças históricas, com destaque para a adoção da fibra óptica. É amplamente reconhecido entre profissionais da conservação que a luz pode provocar desbotamento, escurecimento, fragilização, enrijecimento e uma série de outras alterações químicas e físicas nos materiais (CASSARES & PETRELLA, 2003). Em geral, os espaços expositivos utilizam lâmpadas LED, que emitem quantidades mínimas de radiação UV (SILVA, 2012).

A fibra óptica, por sua vez, é uma tecnologia que utiliza uma única fonte luminosa, cuja luz é conduzida pelas fibras até pontos específicos pré-determinados (MENDONÇA, 2014). Nesse sentido, sua utilização gera economia, segurança e maior eficiência na preservação, pois elimina completamente a emissão de radiação UV e IR. No caso da exposição de longa duração



do Museu Casa de Brusque, o sistema de iluminação em fibra ótica foi utilizado em duas peças: uma carroça funerária, usada em Brusque durante as décadas de 1930 a 1970, e um tear Jacquard, datado de 1906.

Figura 01 - Tear Jacquard, de 1906, iluminado com a tecnologia da fibra ótica.

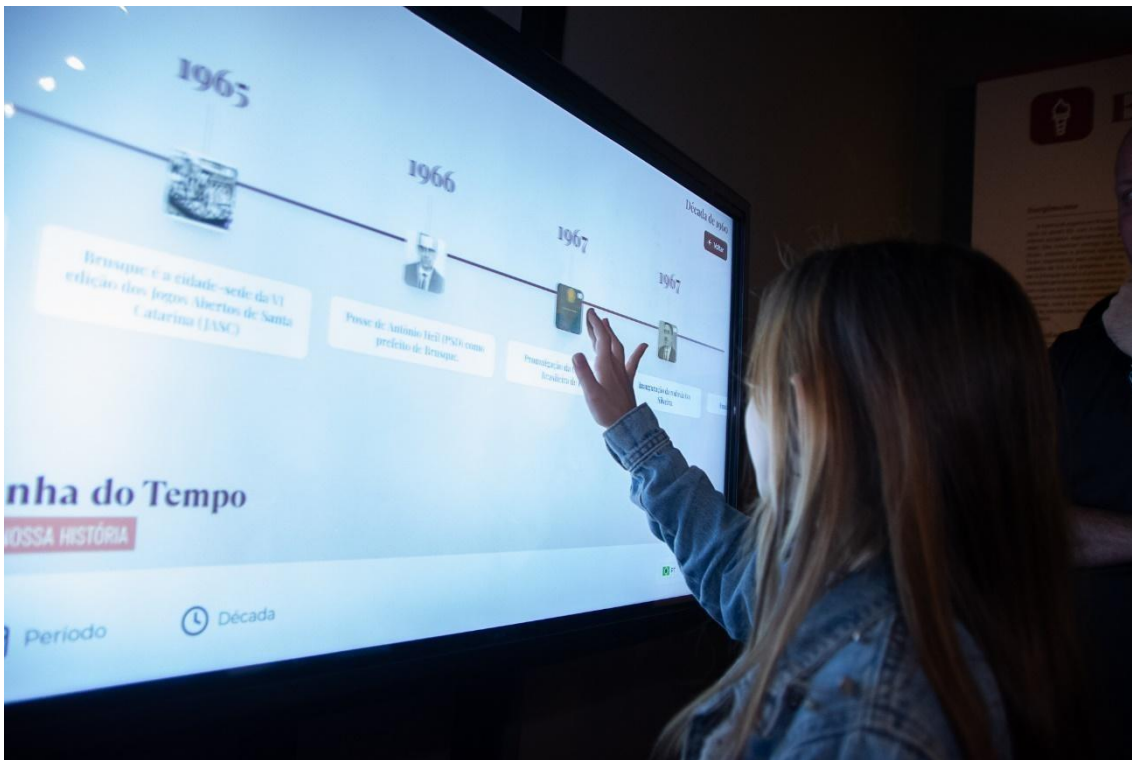


Fonte: Foto de David T. Silva do acervo do Museu Casa de Brusque

Outra inovação do novo espaço expositivo são as telas interativas com conteúdo histórico. Quatro telas *touch screen* foram instaladas para garantir amplo acesso às informações. Em três delas, o visitante pode explorar uma exclusiva linha do tempo da história de Brusque, que abrange o período desde a fundação da Colônia Itajahy-Brusque, em 4 de agosto de 1860, até os dias atuais. Com mais de 200 eventos históricos, a linha do tempo é resultado de uma pesquisa inédita desenvolvida ao longo de mais de seis meses pela equipe do Museu Casa de Brusque. Trata-se de uma ferramenta de pesquisa e de uma forma interativa de aprender e relembrar fatos da história da comunidade brusquense.



Figura 02 - Criança interagindo com a tela com conteúdo “Linha do tempo” durante a inauguração da Nova Exposição de Longa Duração do Museu Casa de Brusque, em 04 de agosto de 2025.



Fonte: Foto de David T. Silva.

Na quarta tela, o visitante pode acessar informações sobre os presidentes e sócios-fundadores da Sociedade Amigos de Brusque, sobre os administradores do município (1860–2025) e sobre os presidentes da Câmara de Vereadores. As galerias de personagens da história de Brusque complementam a experiência, com mais de 100 biografias elaboradas pela equipe do Museu. Para ampliar o acesso, todo o conteúdo está disponível em três idiomas: português, alemão e italiano. Rosa (2017) destaca a necessidade de que os museus, enquanto instituições culturais, e a Museologia, enquanto ciência, se integrem ao campo da tecnologia, de modo a oportunizar experiências inovadoras ao público.

Além das telas interativas, o conteúdo apresentado nos painéis físicos da exposição está organizado em seis eixos temáticos: “Os que aqui viviam e os que aqui chegaram”, “Da Stadiplatz a Brusque”, “Esporte”, “Cotidiano social”, “Religiosidade” e “Sistemas econômicos”. Os painéis apresentam textos em língua portuguesa e fotografias relacionadas aos temas. Essas informações também estão disponíveis em Libras e audiodescrição, acessíveis via QR Code ou por equipamentos disponibilizados aos visitantes. Conforme estabelece o Estatuto de Museus:



— *Art. 29.* “Os museus deverão promover ações educativas, fundamentadas no respeito à diversidade cultural e na participação comunitária, contribuindo para ampliar o acesso da sociedade às manifestações culturais e ao patrimônio material e imaterial da Nação”.

— *Art. 31.* “As ações de comunicação constituem formas de se fazer conhecer os bens culturais incorporados ou depositados no museu, de forma a propiciar o acesso público”.

O espaço expositivo também conta com controle e monitoramento ambiental rigoroso: sem incidência de luz externa, dispõe de desumidificadores e *dataloggers*, que são monitorados constantemente.

O evento de inauguração da nova exposição de longa duração do Museu Casa de Brusque aconteceu no dia 4 de agosto de 2025 e contou com a presença de diversas autoridades nos níveis municipal e estadual. Desde então, a instituição está registrando um aumento significativo no seu público, tanto espontâneo quanto em agendamentos.

3. CATALOGAÇÃO DOS ACERVOS

No que se refere à catalogação do acervo do Museu Casa de Brusque, existem planilhas de arrolamento já consolidadas pela instituição para os acervos tridimensional e iconográfico, consistindo em listagens simplificadas dos objetos. As planilhas de inventário, por sua vez, encontram-se em processo de construção e sistematização para posterior consolidação.

227

O arrolamento do acervo tridimensional está organizado em uma planilha que inclui os seguintes dados: número de arrolamento, nome da peça, números anteriores, dimensões, estado de conservação e observações. Já o arrolamento do acervo iconográfico apresenta os campos: objeto, números anteriores, dimensões, C ou PB (para indicar se a fotografia é colorida ou em preto e branco), Or. ou Rep. (original ou reprodução), No. Negativo (quando aplicável), estado de conservação, tema e observações. O número de arrolamento possui caráter provisório, sendo substituído posteriormente pelo número de tomo definitivo durante o processo de catalogação.

Ambas as planilhas estão armazenadas na nuvem (OneDrive) e em HD físico. Sua elaboração foi realizada pela empresa de consultoria Viés Cultural – Museologia e Patrimônio.

A catalogação está organizada em planilhas individuais e em uma planilha geral que reúne as informações de todo o acervo. Atualmente, o acervo tridimensional está dividido nas seguintes coleções: Arqueologia, Esportes, Indústria, Município de Brusque, Numismática, Cotidiano, Instituições, Personalidades, Ofícios e Provisória. A planilha individual do acervo



tridimensional contém diversos campos específicos, entre eles: Identificação do objeto (coleção, número de tombo, número anterior, imagem fotográfica, nome/título, função, classe e subclasse), Dados de procedência (modo de aquisição, data de aquisição, doador), Dimensão e estado de conservação (comprimento, largura, altura, profundidade, diâmetro, estado de conservação, material/técnica, marcas e inscrições, intervenções anteriores, recomendações), Localização (ambiente no qual o objeto se encontra), Dados descritivos (histórico, descrição, histórico de exposição, bibliografia e observações), Identificação técnica (responsável pelo preenchimento, responsável pela revisão e datas desses procedimentos).

A planilha coletiva inclui campos como número de registro, objeto, função, classe, subclasse, local, doador, modo de aquisição, dimensões, estado de conservação, material/técnica, marcas e inscrições, intervenções anteriores, recomendações, histórico, observações e descrição.

Após a conclusão do processo de catalogação do acervo tridimensional, realizado principalmente nos anos de 2021 e 2022, foram identificados diversos equívocos no preenchimento das fichas utilizadas. Diante disso, a instituição pretende adotar, futuramente, um novo modelo de ficha e refazer toda a catalogação do acervo tridimensional.

A coleção Arqueologia possui uma ficha de catalogação específica, que inclui os seguintes campos: identificação, objeto, descrição, coleção, situação atual, número de catalogação, projeto, sítio arqueológico, tipologia, localização, quadrante, quadricula, nível, profundidade, coordenadas geográficas, filiação, procedência, local de origem, material, mineral, técnicas de elaboração, datação, medidas (comprimento, largura, altura, espessura, diâmetro), peso, estado de conservação, intervenção, modo de aquisição, dados históricos, coletor, data da coleta, observações, referências bibliográficas, texto da etiqueta, responsável pelo preenchimento e fotografias. Essa ficha foi elaborada pelo arqueólogo Darlan Cordeiro, responsável pela catalogação de todo o acervo arqueológico da instituição.

Desde 2023, a instituição trabalha na catalogação de seu acervo iconográfico, composto por mais de 25 mil fotografias arroladas. O acervo está atualmente organizado nas coleções: Instituições, Esporte, Indústria e Comércio, Município de Brusque, com outras coleções ainda em definição.

A planilha individual do acervo iconográfico contém os seguintes grupos de campos: Inventário e identificação (número de inventário, outros números, coleção, tema, título principal, título atribuído, designação, imagem única ou sequência, outros originais, número de



unidades físicas, orientação da imagem, cor, formato especial, data da imagem, indicação de responsabilidade, palavras-chave), Estado de conservação e localização (suporte primário, suporte secundário, estado de conservação, estado físico do objeto, localização atual e endereço), Incorporação do objeto (modo de incorporação, data de entrada, documentos de identidade, propriedade e procedência, valor de compra, responsável pela compra, número da ata/parecer da comissão de acervo, condição/restrição), Descrição e histórico do objeto (dimensões, marcas e inscrições, descrição, enquadramento, posição do personagem, posição da câmera e histórico do objeto), Dados de preenchimento da ficha (observações, responsável pelo preenchimento e pela revisão) e Imagem.

A planilha coletiva reproduz quase todos esses campos, exceto aqueles relacionados aos “dados de preenchimento da ficha”.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de reestruturação do Museu Casa de Brusque, iniciado em 2020, representa um marco significativo na trajetória da instituição e evidencia o comprometimento contínuo com a preservação, a sistematização e a difusão do patrimônio cultural do Vale do Itajaí-Mirim. Os investimentos realizados por meio das Lei de Incentivo à Cultura e Editais, possibilitaram avanços estruturais, técnicos e conceituais que ampliaram a capacidade do museu de cumprir sua função social, educativa e patrimonial.

A modernização do espaço museal, incluindo a implementação de um projeto luminotécnico baseado em fibra óptica, reforça a preocupação da instituição com a conservação preventiva e com a adoção de tecnologias que minimizem riscos aos acervos. Do mesmo modo, a incorporação de telas interativas e conteúdos multilíngues, somada à produção de pesquisas, demonstra a busca por novas formas de mediação e por estratégias que tornem o museu mais acessível, inclusivo e alinhado às demandas contemporâneas de seus públicos.

No campo da gestão documental e da preservação dos acervos, houve grande esforço sistemático de organização, padronização e ampliação dos instrumentos de catalogação, arrolamento e inventário. Embora desafios tenham sido identificados, as fragilidades revelam a importância de processos contínuos de avaliação, atualização e qualificação profissional.

As iniciativas descritas demonstram que o processo de reestruturação do Museu Casa de Brusque abrange uma transformação ampla, envolvendo práticas de gestão, conservação,



documentação e comunicação museológica. Ao investir em tecnologias, aprimorar seus métodos de catalogação e ampliar o acesso aos acervos, a instituição reafirma seu papel como guardiã da memória histórica e cultural da comunidade brusquense e do Vale do Itajaí-Mirim.

Por fim, este trabalho evidencia que a consolidação de um museu comprometido com a preservação e a difusão de seu patrimônio exige ações permanentes, planejamento estratégico e capacidade de adaptação às demandas contemporâneas da Museologia. O Museu Casa de Brusque, ao trilhar esse caminho, fortalece sua missão institucional e se projeta como um espaço de referência para estudo, pesquisa, memória e identidade cultural.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009. Institui o **Estatuto de Museus** e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 15 jan. 2009.

CASSARES, Norma Ciaflone; PETRELLA, Yara Lúcia Mello Moreira. **Influência da radiação de luz sobre acervos museológicos**. Anais do Museu Paulista, São Paulo, n. sér., v. 8/9, p. 177-192, 2000-2001. Editado em 2003.
<https://www.scielo.br/j/anaismp/a/S9DDcc6d8HqjCGvqcHtGtxn/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 01 set. 2025

ABNT, ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **Iluminância de Interiores**. NBR 5413. 1992 [_mendes_de_mendonca.pdf](#). Acesso em: 14 set. 2025.

FERREIRA, Norberto Tavares. **Iluminando Museus de História Natural: o uso de tecnologia na iluminação e conservação de seus acervos**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi. https://arquimuseus.arq.br/seminario2014/transferencias/eixo01-arquitetura_e_patrimonio/e01-norberto_tavares_ferreira.pdf Acesso em 01 09 2025.

Instituto Brasileiro de Museus Ficha elaborada por Suelen Garcia Soares Vaz - Bibliotecária CRB-1 2530 140 p.: il, Acervos digitais nos museus: manual para realização de projetos. Instituto Brasileiro de Museus; Universidade Federal de Goiás - Brasília, DF: Ibram <https://www.gov.br/museus/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/guias-e-manuais/acervos-digitais-nos-museus.pdf>.

MENDONÇA, Roseny Mendes de. **O uso do sistema de fibra ótica no projeto luminotécnico de exposições em museus de História Natural e/ou Etnografia**. In: SEMINÁRIO ARQUIMUSEUS, 2014, [S.l.]. Anais [...]. Disponível em: https://arquimuseus.arq.br/seminario2014/transferencias/eixo01-arquitetura_e_patrimonio/e01-rosey_mendes_de_mendonca.pdf. Acesso em: 14 set. 2025

ROSA, Alahna Santos da. **Crescente tecnológica nos museus: estratégias digitais aplicadas a experiências museais**. Orientadora: Ana Carolina Gelmini de Faria; Coorientadora: Priscila Chagas Oliveira. 2017. 109 f. TCC (Graduação) - Curso de Graduação



em Museologia, Departamento de Ciências da Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017. Disponível em:
<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/177705>. Acesso em: 15 set 2025.

TOMASI, L. P.; LOPES, A. S. Sociedade Amigos de Brusque: Origens, Trajetória e Preservação da Memória Histórica do Vale do Itajaí-Mirim. **Notícias de Vicente Só**, v. 61, 2013.



“SALVE COLOSSO BRAÇO É BRAÇO”: O ECO DA PRESENÇA NEGRA NA CLASSE TRABALHADORA RIOGRANDINA ATRAVÉS DO CLUBE BRAÇO É BRAÇO

Luiza Rolim André | Universidade Federal de Pelotas | luizarolim44@gmail.com¹

1. INTRODUÇÃO

A cidade de Rio Grande, localizada no extremo sul do Rio Grande do Sul, tem em sua constituição a forte presença de mão de obra escrava devido a sua localização geográfica: o porto da cidade era ponto fundamental para o transporte de escravizados. Com o processo de pós-abolição e o fim do trabalho escravo, as populações já emancipadas que por ali se assentaram e permaneceram, passam a buscar formas alternativas de trabalho, ocupando, por exemplo, espaços nas indústrias da região. Neste processo, vemos a incorporação numerosa do negro nos grupos operários, participando de forma ativa na formação da classe trabalhadora riograndina. Mesmo com o constante apagamento, o patrimônio industrial riograndino é marcado pela presença negra, principalmente no que diz respeito de espaços de sociabilidade criados por essas populações como forma de resistir às opressões cotidianas dentro do ambiente laboral, um exemplo disso é o clube *Braço é Braço*, visto ainda hoje como um lugar de fuga, resistência e formação de identidade de uma classe trabalhadora profundamente racializada, e que por isso merece ter sua memória revisitada e preservada.

232

Rio Grande, município localizado no extremo sul do estado do Rio Grande do Sul, tornou-se um dos principais polos industriais da região devido à sua localização estratégica que lhe atribuiu a característica de cidade portuária. O porto de Rio Grande. Desde sua gênese, o porto foi fundamental para o assentamento do processo de industrialização da cidade, mas também para o abastecimento de insumos para cidades vizinhas, a cidade de Pelotas é exemplo disso, pois, ao tornar-se principal referência produtiva das charqueadas, tem Rio Grande como “principal via de exportação do produto” (Bresolin, 2023, p. 32).

O município também se torna a principal rota do tráfico negreiro entre as cidades, pois é a partir de seu porto que passará a chegar à mão de obra escravizada necessária para trabalhar no setor das charqueadas. Com isso, a cidade era detentora de uma quantidade expressiva de

¹ Mestranda em História pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Bolsista CAPES.



trabalhadores escravizados, e essa forte presença negra tem impacto direto na formação social econômica da região. Serão essas mesmas populações, que uma vez emancipadas, passarão a formar a classe operária de Rio Grande. Ainda assim, é costumeiro perceber como o imaginário da classe trabalhadora riograndina ainda está fortemente ancorado na ideia do imigrante europeu branco, sem deixar espaço para a atuação e presença das populações racializadas no processo de formação da classe operária riograndina.

No que diz respeito a historiografia que aborda o tema *mundo do trabalho* e a *história da escravização*, ambas áreas de pesquisa estão fortemente atreladas, Frederick Cooper (2005), em seus estudos, aborda questões importante as quais nos lançam luz sobre questões referentes ao processo de colonização, abolição e assentamento do sistema capitalista, segundo o mesmo, a escravização e colonialismo surgem, como duas formas de opressão: ambas baseadas no conceito de que certas categorias de pessoas estavam à disposição para atender as necessidades das que tinham mais poder, mais riqueza e mais capacidade de determinar que tipo de práticas o público aceitaria como “normal” (Cooper, 2005, p. 203).

A medida que o sistema escravista é abolido, alguns desses “novos cidadãos” passam a incorporar em um novo grupo também marginalizado: a classe operária. Esta que por sua vez, também está sujeita a uma outra classe dominante na qual dispõe notável influência econômica e social, e que, portanto, é responsável por definir as opressões que serão aplicadas aos trabalhadores: a classe patronal. Em outras palavras, a opressão muda de nome e local, a massa de trabalhadores, a lógica colonialista segue sendo aplicada, mas agora sob uma estrutura diferente, dentro do ambiente fabril.

Segundo, Thompson (1987) a formação de uma classe social se dá com base na partilha de experiências e características em comum de determinado grupo, assim como também pela oposição desses interesses em relação a outro, portanto, uma classe não nasce pronta, ela deriva não só da luta de classes, como também de uma série de fatores sócio-culturais em comum, ou seja, nas palavras do autor: “Classe e consciência de classe são sempre o último e não o primeiro degrau de um processo histórico real.” (Thompson, 2001, p. 274). Neste sentido, refletindo sobre a importância de pensar as experiências de sociabilidade fora do ambiente fabril, o Clube Recreativo *Braço é Braço* surge como um elemento importante e com muito a colaborar no processo de compreensão sobre a organização dessa classe operária profundamente racializada e setorizada nos espaços fora das fábricas.



Com isso, ancorada nas ideias da historiografia marxista britânica, junto ao que vem sendo desenvolvido em âmbito nacional por historiadores vinculados à História Social do Trabalho e aos estudos sobre o pós-abolição no Brasil, me atenho neste artigo a discorrer e analisar a importância do Clube *Braço é Braço* no cotidiano da classe operária negra riograndina, bem como compreender como este espaço se estabelece também como instrumento de resistência à medida que fortalece o processo da construção de identidade dos trabalhadores e trabalhadoras negras da cidade.

Utilizo para esta análise, sobretudo os trabalhos desenvolvidos pelos historiadores e pesquisadores locais Felipe Bresolin (2023), com a obra *Jogo, logo existo: futebol, conflito social e sociabilidade na formação da classe trabalhadora em Rio Grande/RS (1901 - 1931)* e Matheus Cruz (2014) com *Clubes Sociais Negros: Memória e Esquecimento no Clube Recreativo e Cultural Braço é Braço. (Rio Grande, RS, 1969 - 1992)*. Para além disso, o conceito de *resistência cotidiana* elaborado por James Scott também será fundamental no entendimento de como espaços como o clube se inserem como locais também de resistência.

Ademais, a memória do clube nos dias atuais ainda é viva na cidade de Rio Grande. Sendo assim, a hipótese neste artigo compreende que o Clube *Braço é Braço* se estabelece como um potente lugar de memória, resistência e afirmação de identidade do operariado negro riograndino, e prova disso, são as frequentes manifestações publicadas em plataformas de redes sociais que demonstram nostalgia e pesar sobre a atual situação do clube, por isso, ao final deste artigo, me atenho também a trazer alguns relatos publicados no *Facebook*, fazendo uma breve discussão sobre o que esses depoimentos nos sugerem sobre a relação da comunidade riograndina com o Clube.

2. A FORMAÇÃO DA CLASSE OPERÁRIA RIOGRANDINA: TRANSIÇÃO DA ESCRAVIDÃO PARA O TRABALHO LIVRE

Ao final do século XVIII e início do XIX, a região que compreende o extremo sul do Rio Grande do Sul, passava a vivenciar a expansão do comércio do charque, ficando também reconhecido como “charqueadas”, tendo como principal base a cidade de Pelotas. Este setor, demandava uma alta necessidade de mão de obra escravizada, e Rio Grande devido enquanto cidade portuária, acabou tornando-se rota para a chegada desses trabalhadores. Segundo a historiadora Olivia Nery (2020) é a partir dessa relação comercial que a importância portuária



de Rio Grande é cada vez mais enfatizada, sendo fundamental para o desenvolvimento da própria economia e da potência industrial que mais tarde passará a obter, sendo inclusive conhecida como a “cidade das chaminés”.

Luiz Henrique Torres (2018), atesta sobre como a população escravizada de Rio Grande, devido a utilização em larga escala de sua mão de obra nas mais diversas atividades econômicas da região, ocupava os mais variados espaços de trabalho dentro do perímetro urbano da cidade. Estes, prestavam serviços a seus senhores, atuavam em atividades vinculadas ao Porto, poderiam também ser vistos atuando no comércio como vendedores dos mais variados alimentos.

Evidentemente, a forte presença de escravizados leva o município de Rio Grande a possuir o maior percentual de mão de obra escravizada do Rio Grande do Sul no século XIX (Bresolin, 2023), segundo Ana Paula do Amaral Costa (2013), no ano de 1872, a somativa da população preta, parda e cabocla da região constituiria cerca de 39% dos habitantes. O início do processo de industrialização da cidade tem como marco o ano de 1873 com a instalação de uma importante fábrica que mais tarde será fundamental para a expansão industrial da região: a fábrica Rheingantz. Porém, antes mesmo da instalação das grandes indústrias, é preciso salientar que trabalho livre e escravo coexistiram por muito tempo nos espaços industriais da cidade, pois devido a sua organização urbana e a instalação de comércios e indústrias relativamente perto a região do porto, Torres (2018) demonstra a forte presença de espaços de sociabilidade entre trabalhadores livres e escravizados, rompendo assim com a ideia de que o processo de transição entre trabalho escravo e livre teria se dado de forma brusca a partir da queda de um sistema de organização econômica e social (escravista), para ser substituído por outro, trata-se aqui de um processo muito mais complexo, “envolvendo experiências de diferentes sujeitos e diversos embates sociais e disputas políticas” (Bresolin, 2023, p. 35).

Por último, resta chamar a atenção também para algo que ainda muito é presente no imaginário riograndino: a presença de um operariado majoritariamente imigrante europeu, endossando a ideia de uma classe operária importada e atrelando o protagonismo das lutas de classe e memória inteiramente a uma pequena parcela do total. Em sua dissertação, Felipe Bresolin (2023) discorre sobre como a presença de trabalhadores negros, mesmo que ocupando setores consideravelmente subalternos, é notável nos ambientes fabris, tanto antes da abolição do sistema escravista em 1888, quanto ao final do século XIX e início do século XX, período onde se fortalece o primeiro ciclo industrial de Rio Grande.



Mediante a isto, ao pensarmos nas formas de organização e resistência do movimento operário em Rio Grande, é fundamental que os trabalhadores escravizados e libertos também sejam levados em consideração, uma vez que, como nos aponta Bresolin (2023) as lutas e rebeliões promovidas ainda anteriores à abolição, entre escravizados e escravistas também configuram-se como um embate entre classes, e neste sentido a “luta pela liberdade e a experiência do movimento abolicionista” é fundamental “para a formação do movimento operário” (Bresolin, 2023, p. 40). O historiador ainda aponta para o fato de que mesmo após a abolição, as movimentações dos trabalhadores negros não cessaram, segundo Costa (2013), a indignação dos libertos diante de sistemáticas tentativas de controle ainda orquestradas pelas elites riograndinas, resultou na organização desses trabalhadores em prol da liberdade e dignidade do trabalho, conseqüentemente, a busca por direitos aproximou-os ao pertencimento e assimilação de sua própria cor.

Esse movimento de articulação resultou na criação de associações negras, é o caso da Sociedade Cooperativa Filhos do Trabalho, fundada em 1891, tendo exclusivamente como frequentadores trabalhadores pretos e pardos. Mais tarde, a entidade seria “embrião da primeira organização operária em Rio Grande, a Liga Operária, fundada em 1892.” (Bresolin, p. 41). Para além disso, é possível observar outras formas de atuação da militância negra dentro da luta operária, dentre elas está a criação de associações e clubes recreativos que irão surgir ao longo do final do século XIX e início do século XX, é o que iremos debater na próxima sessão.

3. CLUBE BRAÇO É BRAÇO: PONTO DE RESISTÊNCIA COTIDIANA

Se por certo tempo, nos estudos referentes aos mundos do trabalho as atividades relacionadas a associações e clubes foram postas no mesmo balaio, vistas como ambientes alienantes e inviabilizantes do engajamento dos trabalhadores em prol da luta operária (Bresolin, 2023), novas discussões trouxeram um novo olhar para esses espaços, considerando-os alvos de mecanismos de dominação, mas também como meios de organização de resistência e fortalecimento de laços de solidariedade. Beatriz Ana Loner (1999), ao discorrer sobre as condições precárias que a classe trabalhadora estava sujeita durante as primeiras décadas de República, atesta como os clubes e associações serviram meios de suprir a assistência e cuidado que o Estado negava. Tais entidades desempenhavam “múltiplas finalidades” sendo



“normalmente marcadas pelas divisões étnicas ou profissionais que, naquele momento, assumiam um papel importantíssimo frente aos indivíduos” (Loner, 1999, p. 117)

Como nos mostra Matheus Cruz (2014), o clube Recreativo Braço é Braço fundado no dia 1º de janeiro de 1920, tinha como principal intuito proporcionar festas e comemorações carnavalescas, característica essa que perdurou até 1963, pois no ano de 1965 o espaço passa a atender como Clube Cultural e Recreativo. O espaço ainda encontra-se de pé, mas teve suas atividades encerradas nos anos 2000, nesse mesmo período, foi reconhecido pelo poder municipal como patrimônio histórico e cultural da cidade de Rio Grande.

Sua criação dá-se em um contexto de setorização dos espaços de sociabilidade para “brancos” e “negros” (Cruz, 2014), mas também de consolidação dos movimentos organizados por trabalhadores, é neste período que ocorre a fundação de entidades e associações marcadas pela integração do operariado riograndino, marcando o processo em que será denominado por Felipe Bresolin (2023) como o “fazer-se” da classe. Logo, este espaço teve papel fundamental na constituição da identidade da população negra operária riograndina, isto pois, mesmo sem a intenção de confrontar diretamente as opressões sofridas no mundo do trabalho, o local torna-se um ponto de resistência cotidiana através de ações e atividades que reforçassem a união entre trabalhadores racializados através da sociabilidade.

237

Segundo Munanga (1985), os processos de violência e discriminação racial que atravessam os corpos negros resultam na sua alteridade em relação ao outro (leia-se sociedade pautada na moral e valores da branquitude), conseqüentemente, cria-se uma tentativa de retorno e recuperação a seus valores culturais. Pensar nos clubes como um meio de assimilação e pertencimento entre negros e negras, e conseqüentemente também como formação e perpetuação de sua identidade através da sociabilidade entre si, evidencia como esses espaços são atravessados por questões envolvendo raça, gênero e cidadania, propondo, sobretudo um resgate as suas raízes culturais e étnicas.

Observando o evidente caráter político e de resistência do clube, é possível afirmar que o espaço irá se estabelecer como um ponto de resistência cotidiana para a classe trabalhadora negra riograndina. Este conceito, é defendido por James Scott (2013) como ações onde apesar de não representarem um enfrentamento direto à dominação e opressões sofridas, produzem formas sutis e normalmente despercebidas de resistir às violências cotidianas sofridas por determinados grupos.



Analisar a atuação do Braço é Braço por essa lente, permite ir na contramão da ideia difundida de uma classe trabalhadora sem capacidade de organização e alienada de sua situação enquanto classe dominada, à medida que evidência um processo de reafirmação da sua identidade por meio do sentimento de pertencimento gerado entre os frequentadores do local pautado na ousadia de festejar a vida mesmo em um duro contexto marcado pela exclusão e setorização a partir demarcadores raciais, prova disso é o hino oficial do clube, criado pela figura ilustre de Carlos Santos, onde escreveu:

*“Pela senda do progresso nós devemos
Na folia somente pensar
E felizes, a vida assim levaremos
Salve colosso Braço é Braço”*

Em outras palavras, o Braço é Braço caracteriza-se como ponto de resistência cotidiana por ousar sorrir e alegrar sua comunidade, proporcionando ao longo de sua história a socialização, a festa e o lazer para um coletivo mesmo em meio a um contexto de constante opressão e exclusão.

4. O LUGAR DA MEMÓRIA

Matheus Cruz (2014), ao debruçar-se sobre a obra *Les cadres sociaux de la mémoire* de Maurice Halbwachs (1976), afirma que as memórias sociais se constroem a partir das relações entre o indivíduo e a sociedade que o atravessa, trata-se, portanto, de uma construção coletiva, desta forma, o autor estabelece que:

rememorar não é ato individual, mas o resultado das relações estabelecidas, só podendo existir por ter sido desenvolvida devido à relação com um grupo de noções e paradigmas comuns, presentes em outros indivíduos, ou grupos inteiros. (Cruz, 2014, p. 20).

Neste sentido, pode-se afirmar que a rememoração se constitui a partir das relações sociais, mas também se mantém através dela. A memória, desta forma, é o ponto que “mantém os indivíduos pertencentes a uma mesma raiz” (Cruz, 2014, p. 22). Os chamados “lugares de memória” surgem dessa necessidade de atribuir símbolos a algo que identifica o coletivo, para



Pierre Nora (1993), esses lugares atuam como instrumento para “a cristalização da lembrança e sua transmissão” ao mesmo tempo que também “caracteriza por um acontecimento ou uma experiência vivida por um pequeno número uma maioria que deles não participou” (Nora, 1993, p. 22).

Giane V. Escobar (2010) trata os clubes sociais negros também como lugares de memória à medida que sua importância material e imaterial é vista e frequentemente revisitada pelas comunidades que costumavam frequentá-los. Além disso, a autora reforça como esses espaços atuam também como “meios de memória”, à medida que surgem também a partir de comunidades “que se organizaram para poder ancorar a sua memória em ‘lugares de memória’” (Escobar, 2010, p. 92). No caso do Clube Braço é Braço não é diferente, apesar de sua importância sociocultural, sobretudo, para a classe operária negra da cidade de Rio Grande, atualmente, “sua sede encontra-se em desuso devido às péssimas condições de infraestrutura” (Cruz, 2014, p. 15), ainda assim, o espaço segue sendo lembrado por antigos frequentadores.

Na busca pela memória do clube, os meios digitais se apresentam como uma ferramenta interessante para obter relatos sobre a vivência no local, além disso, essas plataformas também funcionam como espaços para manifestações públicas, seja pelo repúdio ou exaltação de algo, por isso, para chegar a possíveis depoimentos que fizessem menção ao clube, optei por utilizar a plataforma *Facebook*, criada com o objetivo de promover o compartilhamento de informações e a conexão entre usuários de diferentes lugares (Oliveira, 2017). Neste sentido, como nos aponta Olivia Nery (2020) o conteúdo compartilhado neste espaço, pode ser visto como documento e passível de ser analisado.

Os registros encontrados pertencem ao grupo *Fatos e Coisas de Antanho do Rio Grande*, espaço criado e utilizado pelos usuários com o intuito de compartilhar memórias sobre a cidade, sendo um dos mais conhecidos grupos memorialistas do local. Nele, não é incomum encontrar, por exemplo, postagens nostálgicas fazendo referência aos anos vividos no Clube.

O Clube é frequentemente mencionado e lembrado pelos usuários, e isso nos diz muito sobre o evidente apego dos moradores da cidade com o espaço. Na grande maioria das vezes as postagens sobre o local são carregadas de palavras nostálgicas, que nos revelam o sentimento de perda alicerçado com a idealização desse passado glorioso (Gastal, 2006) do Clube, muitas vezes ressaltando com pesar a situação de abandono do local, é o caso dos seguintes relatos abaixo:



Só tem ruínas, tudo perdido, livros, fotos, móveis, sócios e diretores. É uma pena! (E.P. 15 de maio de 2020)

Gostaria de saber quais os planos da atual diretoria do clube para reergue-lo. Se não apresentar um plano e não solicitar apoio da comunidade negra de Rio Grande, nada vai acontecer. Estou no aguardo (N.P. 15 de maio de 2020)

Eu sinto muita tristeza quando vejo certos lugares em nossa cidade, que contém história, estarem assim desse jeito, lamentável (M.L.O. 16 de abril de 2021).

Ao frequentar os espaços do Clube, a comunidade atribuiu a ele um sentimento de pertença e identidade, talvez por isso, a situação de abandono, frequentemente comentada, é bastante sentida pela comunidade, afinal, é a sua identidade que está sendo abandonada.

Além disso, demais relatos demonstram também que aqueles e aquelas que defendem a revitalização do Clube, seja por terem sido frequentadores do local ou por reproduzir o apego das memórias e histórias repassadas através de conhecidos ou familiares, não estão alienados em relação ao legado do Braço é Braço e possuem plena percepção da importância para a comunidade preta riograndina. Este fato é perceptível através do seguinte comentário:

É uma história moribunda mas ainda viva desta cidade que teve suas entranhas no racismo que ainda vigora de forma um pouco velada. Braço é Braço é lugar onde os pretos, afro-brasileiros que ajudaram e muito a contribuir nosso povo e erguer nossa cidade, estado e nação [...] Gostaria de ver o Clube Braço é Braço erguido e transformado em um Museu. (T.G, 15 de maio de 2020).

240

Importante frisar, que esses depoimentos, são como toda e qualquer narrativa, uma visão do passado criada a partir dos engajamentos e as demandas do presente (Candau, 2012) por isso, podem não evidenciar a totalidade de uma história, mas demonstram uma ferida ainda pungente na cidade, portando, através desses relatos, é possível compreender a relação do espaço com a sociedade riograndina. Ademais, ressalta-se a dimensão nostálgica que perpetua a memória daqueles que habitaram o espaço, mas também recusa da cidade em esquecer o Braço é Braço e tudo o que ele simboliza.

5. ASPECTOS CONCLUSIVOS

O patrimônio industrial riograndino não se resume a apenas o chão de fábricas, todos os espaços materiais e imateriais de sociabilidade que surgem a partir das movimentações



industriais também compõem esse corpo patrimonial, o Clube Braço é Braço é parte importante disso. É notável o fato de ainda existirem muitas lacunas a serem exploradas no que diz respeito ao histórico de presença e luta do operariado negro da cidade de Rio Grande, esta pesquisa debruçou-se sobre a apenas um recorte dessa história. A essa altura, fica claro que mesmo sem que houvesse o reconhecimento formal do clube enquanto um ente militante por questões raciais, era evidente o caráter político e de resistência que o Clube Braço é Braço desempenhou nos anos em que esteve ativo. A festa transformou-se em uma poderosa arma de resistência contra as violências sofridas no dia-a-dia, a sociabilidade promovida pelo local mostra como só é possível permanecer sorrindo em meio a uma rede coletiva.

Apesar de sua atual inatividade, sua influência perdura até hoje nas memórias da comunidade, prova disso, são as frequentes menções ao clube nas redes sociais e na ainda presente mobilização em busca de sua revitalização. Mediante ao exposto neste artigo, é necessário que se façam duas principais afirmações: a de que raça e classe serão sempre indissociáveis e a de que a história e a memória da classe trabalhadora, sobretudo daquela parcela também racializada, estão sempre em disputa.

A história de Rio Grande também é a história da classe trabalhadora, que por sua vez, também é a história dos negros e negras que estiveram desde o princípio presentes no cotidiano do trabalho, por isso, reitera-se que cabe a nós historiadores mantermos essa memória viva, neste sentido, é de suma importância que o processo de rememoração seja construído e compartilhado não só junto às comunidades que ainda mantêm a memória do clube acesa.

REFERÊNCIAS

BRESOLIN, Felipe Treviso. **Jogo, logo existo:** futebol, conflito social e sociabilidade na formação da classe trabalhadora em Rio Grande/RS (1901 - 1931). Orientador: Cesar Augusto Barcellos Guazzelli. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2023.

CANDAU, Joël. **Memória e identidade.** São Paulo: Contexto, 2012.

CRUZ, Matheus. **Clubes Sociais Negros:** Memória e Esquecimento no Clube Recreativo e Cultural Braço é Braço. (Rio Grande, RS, 1969 - 1992). Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural) - Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2014.

COSTA, Ana Paula do Amaral. **Criados de servir:** estratégias de sobrevivência na cidade do Rio Grande (1880 - 1894). Dissertação (Mestrado em História) - UFPel, Pelotas, 2013.



COOPER, Frederick; SCOTT, Rebecca; HOLT, Thomas. **Além da escravidão:** investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

ESCOBAR, Giane V. **Clubes Sociais negros:** lugares de memória, resistência negra, patrimônio e potencial. Orientador: Júlio Ricardo Quevedo dos Santos. Dissertação (Mestrado em patrimônio cultural) – Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural, UFSM, Santa Maria. 2010.

GASTAL, Susana. **Alegorias Urbanas:** o passado como subterfúgio. Campinas/SP: Papyrus Editora, 2006.

LONER, Beatriz Ana. **Classe Operária:** mobilização e organização em Pelotas: 1888 - 1937. Orientador: Prof. Dr. Antonio David Cattani. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.

MARTINS, Cesar Augusto Avila; RENNER, Marco Antônio Gama. **Industrialização de pescado no município do Rio Grande:** da gênese ao final do século XX. Geosul, Florianópolis, v. 29, n. 58, p 29-72, jul./dez. 2014. Disponível em: doaj.org/article/4e035de8d1bc4beb92d7f967f7a150eb. Acesso em: 13 de out. 2024.

MACHADO, Bárbara Araujo; SOUZA, Flavia Fernandes de (org.). **Gênero, Raça e Reprodução Social:** teoria e história para uma perspectiva ampliada da classe trabalhadora. Usina: São Paulo, 2023.

242

MUNANGA, Kabengele. **Negritude:** Usos e Sentidos, 2ª edição. São Paulo: Ática, 1986.

NERY, Olivia Silva. Leal Santos & C. **A história da fábrica Através do seu biscoito:** produção, venda, consumo e musealização. Orientadora: Claudia Musa Fay. Tese (Doutorado) - Escola de Humanidades, Programa de Pós-graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.

NORA, Pierre. **Entre memória e história:** a problemática dos lugares de memória. Projeto História. São Paulo, n.10, dez. p.7-28. 1993. Disponível em: [//revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/1210](http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/1210). Acesso em 28 abril 2025.

SCOTT, James C. A dominação e a arte da resistência: discursos ocultos. Lisboa: Livraria Letra Livro, 2013.

OLIVEIRA, Priscila C. **Interfaces da memória social:** análise do compartilhamento do conjunto de imagens digitais do acervo digital bar ocidente no Facebook. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, Universidade Federal de Pelotas, 2017.

THOMPSON, E.P. **A Formação da Classe operária Inglesa II:** A maldição de Adão. Vol 5. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.



THOMPSON, E. P. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos.** Campinas, Editora da Unicamp, 2001.

TORRES, Luiz Henrique. **Fundamentos Históricos da Presença Negra no Rio Grande do Sul:** o exemplo da Cidade do Rio Grande. In: ALVES, Francisco das Neves; TORRES, Luiz Henrique. Retratos da escravidão no contexto sul-rio-grandense. Rio Grande: Biblioteca Rio-Grandense, 2018.



PRÁTICA DECOLONIAL EM PERCURSO: PRESENÇA NEGRA E INDÍGENA NO MUSEU DA ESCOLA CATARINENSE

Maria Aparecida Clemêncio | cidamaravilha@gmail.com¹
Augusto Gomes Alencar Barbosa | Instituto Memorial Lélia Gonzalez |
augusto.gomes.ab@gmail.com²

1. INTRODUÇÃO

Este texto é parte de um projeto em curso no Museu da Escola Catarinense – MESOC, a realizar-se por etapas, cuja principal razão consiste na inclusão das questões de diversidade e diferença, apontando para as categorias de raça, gênero e classe a serem evidenciadas pelo MESOC, numa perspectiva antirracista. Vale ressaltar que atualmente os resultados de pesquisas têm revelado que a presença negra e indígena nos Museus no estado de Santa Catarina por razões históricas sofreu um apagamento e invisibilidade das populações indígenas e afrodescendentes. Razão pela qual, desenhar brevemente e expor nestas linhas dados verificados, no trabalho diagnóstico realizado no MESOC, torna-se urgente.

Há que desconstruir a neutralidade dos museus. Estes num passado/presente se constituíram como um local de representação colonial onde foram erigidas narrativas históricas universalistas que contribuíram e contribuem ativamente na tentativa de apagamento de memórias e no epistemicídio de culturas não alinhadas aos padrões hegemônicos globais fruto do processo colonizador de padronização cultural eurocêntrico. Enquanto espaço de salvaguarda e descrição cultural, os Museus funcionam como dispositivos de produção de verdade, extensão e determinação de significados - revelando-se como organismos multifacetados, onde diversas linguagens e discursos se entrelaçam, formando um tecido semiótico complexo que pode atuar a favor ou contra a manutenção desse colonialismo.

244

¹ Educadora, Pesquisadora, Licenciada em Pedagogia, Especialização em Coordenação Pedagógica (UFSC), Doutora e Mestre em Educação (UDESC/UFSC), servidora pública estadual aposentada/Udesc. Integra o Conselho Editorial da Poltlach Editora. Escreve e desenvolve estudos e pesquisa sobre temas relativos à educação, história da educação, diversidade - diferença, formação de professores, arte/cultura, parcerias, professoras negras e escola. Atua na consultoria em projetos de gestão e produção cultural. Co-fundadora do NEAB/ Udesc. Foi Idealizadora e Coordenadora do NUDHA Núcleo de Diversidade Direitos Humanos e Ações Afirmativas, Filiada à BPN - Associação Brasileira de Pesquisadoras e Pesquisadores Negras e Negros e à AENSC - Associação de Educadoras e Educadores Negros de Santa Catarina.

² Bacharel em Museologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (2023). Atualmente é Consultor em Museologia no Instituto Memorial Lélia Gonzalez, onde é associado fundador. Tem sua concentração de pesquisa nas relações étnica-raciais, objetivamente nos estudos críticos sobre branquitude a partir das estratégias memoriais de manutenção do poder através do patrimônio.



Compreender o Museu como um processo permite que a instituição se salve da cristalização no tempo, tornando possível a desconstrução de narrativas coloniais. Deste modo o presente texto expressa algumas das ações desenvolvidas no Projeto “Diversidade: Presença Negra e Indígena no Museu da Escola Catarinense” por meio de consultoria em curso no Museu da Escola Catarinense (MESC), em Florianópolis-SC.

O Projeto surge tencionando a possibilidade de desenhar e executar estratégias de releitura e prospecção de narrativas decoloniais, para que de fato o Museu assuma o compromisso de salvaguardar a memória da educação catarinense de maneira integral. Pensando na promoção de um movimento de ruptura com o eurocentrismo presente no MESC, valeu-se da oportunidade para ampliar a discussão com a implementação de um projeto maior. Já vínhamos conversando e trocando ideias sobre as pesquisas relacionadas à memória dentro do espectro dos estudos das relações étnico-raciais. Reflexões acerca da estratégia de manutenção de poder da branquitude na imortalização de figuras “perversas”, a exemplo das tensões entre Oswaldo Rodrigues Cabral³ e Antonieta de Barros⁴, que após cumprir seu mandato de deputada estadual recebeu ataques de cunho racial vindos de Oswaldo, também deputado estadual, mas representante de uma concepção de educação para Santa Catarina opositora à concepção de educação para Antonieta. Sem maior visibilidade de contextos memoriais como esse, acontece o que observa-se no MESC até então: posicionamento memorial de duas partes tencionadas em um mesmo espaço simbólico com relação que aos olhos despercebidos passa como nada, mas que representa e recompõe uma relação com grave episódio de injúria racial em grau de relação assimétrica de poder - tudo sem pronunciamento de mediação - reproduzindo também a tentativa de silenciamento.

³ Oswaldo Rodrigues Cabral (1903–1978) foi um médico, historiador, professor e escritor catarinense. Formado em Medicina e atuante como sanitarista, destacou-se sobretudo por sua vasta produção historiográfica sobre o povoamento açoriano, a formação social catarinense, o folclore e a política regional, contribuindo para a construção da identidade cultural do estado. Membro ativo de instituições científicas e culturais, participou na fundação da Universidade Federal de Santa Catarina e atuou como membro de alguns Institutos Históricos e Geográficos, incluindo o de Santa Catarina.

⁴ Antonieta de Barros (1901–1952) foi uma educadora, jornalista, escritora e política catarinense, pioneira na defesa da educação pública e dos direitos das mulheres e pessoas negras no Brasil. Nascida em Florianópolis, atuou como professora e, posteriormente, como diretora da Escola Normal Catarinense, além de fundar e dirigir o seu próprio Curso Particular Antonieta de Barros, dedicado à alfabetização de jovens e adultos. Atuou também no jornalismo, sob o pseudônimo Maria da Ilha, abordando temas como cidadania, democracia e igualdade racial. Em 1934, tornou-se a primeira mulher eleita deputada estadual em Santa Catarina e uma das primeiras parlamentares negras do país, defendendo pautas ligadas à educação, à liberdade de expressão e à valorização do magistério.



Desse modo, nosso interesse antirracista está em provocar instituições a exemplo do Museu da Escola Catarinense, a se comprometer com a salvaguarda da memória de populações cujo direito de memória foi e continua sendo constantemente negligenciado. No caso, deste projeto apresentado e aceito pela Direção do MESC, traçamos estratégias para o reconhecimento e legitimação da participação das populações negras e indígenas na memória da Escola Catarinense. O projeto se desdobra em diferentes etapas, considerando diagnóstico institucional, interpretação dos dados, incremento de sub-projetos de formação da equipe do MESC, desenvolvimento de publicações decorrentes e apresentação de resultados.

O trabalho foi iniciado em setembro de 2024 com a culminância no mês de dezembro do mesmo ano, quando foi desenvolvido e entregue um relatório diagnóstico acompanhado de uma análise SWOT/FOFA⁵ dentro do recorte do tema “Presença Negra e Indígena no Museu da Escola Catarinense”. Retomamos as atividades em abril de 2025, quando apresentamos em reunião junto à equipe do Museu, os dados e apontamentos alcançados na primeira etapa. Distribuimos um resumo dos resultados desta etapa para cada integrante da equipe (entre integrantes da administração, núcleo educativo, equipe de segurança, equipe de zeladoria, equipe de estagiários e bolsistas).

Na etapa atual dos trabalhos estamos em tratativas com a direção para a realização de subprojetos que deem conta do fornecimento de referências e ações para que se estabeleça dentro do Museu uma perspectiva decolonial na narrativa sobre a memória da escola catarinense aventando tópicos apontados no diagnóstico institucional - relativo à temática da diversidade étnico-racial que compõem a população deste estado. Como estratégia do trabalho, alguns conceitos precisaram ser mobilizados.

Por que Diversidade em Museus?

Primeiro é necessário colocar que o Estatuto Brasileiro de Museus, escrito através da Lei nº 11.904 de 2009 e regulamentado pelo Decreto nº 8.124 de 2013 - estabelece no artigo 2º - enquanto princípios fundamentais dos museus “I – a valorização da dignidade humana; II – a

⁵ A análise SWOT — conhecida em português como análise FOFA (Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças) — é uma ferramenta de planejamento estratégico divulgada na década de 1960 pelo pesquisador Albert Humphrey, durante um estudo conduzido na Universidade de Stanford que analisava práticas de gestão de grandes corporações norte-americanas. Seu objetivo é oferecer uma visão estruturada dos fatores internos (forças e fraquezas) e externos (oportunidades e ameaças) que influenciam um projeto, organização ou situação, permitindo diagnósticos rápidos e tomada de decisão mais eficaz. Amplamente utilizada no mundo empresarial, institucional e educacional, tornou-se um dos métodos mais difundidos para análise estratégica na elaboração de Planos Museológicos.



promoção da cidadania; III – o cumprimento da função social; IV – a valorização e preservação do patrimônio cultural e ambiental; V – a universalidade do acesso, o respeito e a valorização à diversidade cultural; VI – o intercâmbio institucional.” O que isso significa? Estes preceitos estão de fato fundamentando nossas instituições museais? Como compreender estas ideias apontadas pelo Estatuto Brasileiro de Museus? Faz-se necessário realizarmos exercício reflexivo para buscarmos compreender, no contexto aqui tratado, a dimensão de colonialidade que persiste na prática institucional de entidades que lidam com a memória e com o patrimônio - tal como Museus, Universidades e Tribunais - fundada por grupos específicos e fundamentados por retóricas e narrativas que são fruto de processos históricos de um tempo passado/presente pautado pela hierarquização de corpos, pelo racismo estrutural, pelo sexismo e pelas desigualdades de acessos entre as classes sociais, que engendraram e continuam engendrando estratégias para a manutenção de dispositivos que sustentam o poder de determinados grupos.

Enquanto não existe um exercício institucional intencionado em refletir e requalificar práticas e valores, não há descolonização. É necessário descolonizar os museus e entendê-los como processos. E sobre a ideia de diversidade, a partir da presente etapa, passamos a nos deparar com a complexidade e com o desafio desse tema que vem sendo discutido pelo próprio estado brasileiro, desde o início dos anos 2000 - contexto ao qual o próprio Estatuto Brasileiro de Museus pertence. Sobre essa complexidade vale citar o exercício que estamos fazendo de buscar soluções expológicas que deem conta de abarcar a diversidade de experiências escolares que compõem o território Catarinense.

No texto “O debate contemporâneo sobre a diversidade e a diferença nas práticas políticas e pesquisas em educação” das autoras Tatiane Consentino Rodrigues e Anete Abramowicz, desenha bem o enredo epistemológico que estamos nos referindo. Para esta etapa, onde iniciamos a elaboração de proposições, temos assumido referenciais e horizontes pautados na interculturalidade crítica⁶ que nos ajuda a alcançar compreensão do hibridismo contido no próprio processo de formação cultural nos diferentes territórios catarinenses. Estes,

⁶ A interculturalidade crítica, é uma abordagem que combate o racismo, a opressão e a monocultura ao reconhecer a importância dos saberes e das culturas não ocidentais. Ela é definida como um fenômeno de resistência e luta anticolonial que busca construir uma sociedade mais justa e democrática. Na educação, essa perspectiva propõe a descolonização do conhecimento e a valorização da diferença em sua pluralidade cognitiva para promover a conscientização e a transformação social. Ver mais em Catherine Walsh - Pedagogias Decoloniales. Práticas Insurgentes de resistir, (re)existir e (re)vivir. Serie Pensamiento Decolonial, 2017.



fruto do processo colonizador que reuniu forçosamente múltiplos grupos étnicos-raciais e cujo resultado real, na maioria das vezes acaba não sendo assumido publicamente pelos discursos – incorrendo a reprodução de apagamentos, mesmo estando à vista do olhar de quem deseja ver.

Mais do que um desafio epistemológico, trata-se de uma questão de ética em reconhecer a presença negra e indígena na composição étnico/racial do estado, perfilhando também o quanto esses grupos participaram da formação histórica e cultural de Santa Catarina. Entendemos que uma perspectiva multicultural, mesmo que crítica, não dá conta - cria um estado de guetização que contribui para o pensamento segregacionista.

Diante deste contexto, passamos ao diagnóstico propriamente dito. Organizamos o trabalho em três etapas: levantamento de dados (visitas ao Museu, leitura de documentos institucionais, consultas ao acervo, observação da museografia, acompanhamento de visitas mediadas com diferentes públicos, conversas com integrantes da equipe e navegação no portal on-line da instituição), construção do corpo de apresentação escrita dos dados e reflexão com análise SWOT/FOFA.

Vale ressaltar que esse trabalho ocorre em meio ao período de revisão do Plano Museológico do MESC. Validados e referendados pela Coordenação do MESC, faremos o acompanhamento do Plano com o intuito de participar e contribuir com a resolução de lacunas observadas no diagnóstico. De início, realizamos leitura atenta dos dois Planos Museológicos (2014/2019 e 2020/2025) já escritos e executados pelo MESC de maneira a compreender como o Museu organiza seus programas, como identifica suas diretrizes conceituais, suas prioridades e escolhas ao longo deste período, estas leituras foram fundamentais para o levantamento de dados.

Destacamos também que em conversa com integrantes da equipe do Museu, recuperamos uma cópia da versão original do Projeto “Resgate da História e da Cultura Material da Escola Catarinense” coordenado pela Professora Maria da Graça Vandressen (idealizadora do MESC) - que pode ser considerado como pedra fundamental para a fundação do Museu da Escola Catarinense - visto que este reuniu memória material da escola, que compõe parte do acervo do Museu e que se encontra hoje em exposição em algumas salas do MESC. A Professora Maria da Graça Vandressen coordenou o Museu na primeira gestão do mesmo. Cabe ressaltar um aspecto dessa gestão, a intencionalidade em musealizar o patrimônio escolar acumulado em diferentes épocas e pontos do território catarinense, além de demonstrar interesse na diversidade cultural presente no estado - incluindo as escolas étnicas, confessionais



e indígenas - citando como área de interesse ou sub-projetos a escola pública de diferentes épocas, a escola comunitária alemã, as escolas paroquiais italiana, polonesa e ucraniana, a educação indígena e as escolas confessionais.

Como foi identificado nas visitas, a diversidade apontada neste projeto não alcançou seu lugar de fato no Museu, tendo sido apontada por nós como um caminho para alcançar a interculturalidade crítica que o nosso projeto busca infletir. Seguindo uma tradição que é difundida no Brasil através dos Institutos Históricos e Geográficos, o Museu da Escola Catarinense, em seu “Programa Arquitetônico” descrito no “Plano Museológico 2019-2024” eleva homenagens nomeando cada uma das salas e espaços do edifício em rememoração de personagens históricos da educação catarinense e personagens políticos - no geral personagens que deixaram suas marcas na história do edifício nas épocas a serviço da educação normal, ginásial e superior, na história do museu. Para além destas, são também elevadas homenagens dando nome a algumas outras salas e espaços, personagens mitológicos do universo cultural greco-romano.

2. POR QUE A PRESENÇA NEGRA E INDÍGENA NO MESC?

No contexto dos modos de viver dos catarinenses, existem particularidades, características de matrizes africanas e indígenas que se manifestam na educação que não podem ser negligenciadas e/ou apagadas; precisam ser evidenciadas nas políticas educacionais e museológicas. Há que se pensar sobre as culturas indígenas, africanidades catarinenses⁷ e não apenas em conteúdos sobre os indígenas e/ou sobre os negros/as, motivo pelo qual a representação dessas culturas nos museus sejam elas de educação ou não, devam questionar o número absoluto de referências europeias e a hegemonia deste grupo que Santa Catarina tenta imprimir. “Por outro lado, a cultura eurocêntrica e elitista, existente dentro e fora da escola, punha sempre à prova aqueles que nela não se encaixavam (Clemêncio, 2017)”. Portanto, trazer as especificidades étnicas e raciais para o interior do Mesc, tem um importante papel de mobilização educativa e ampliação da cultura estadual.

Vale ressaltar que existe desde os anos 2000, políticas específicas de inserção destas culturas no âmbito da educação escolar no Brasil. As leis 10639/2003 e 11645/ 2007, obrigam

⁷ ROMÃO, Jeruse. *Africanidades Catarinenses*, Florianópolis, 2010.



a adoção de práticas pedagógicas e de ensino que versem sobre a cultura e história negra e indígena no território brasileiro. Surgem por pressões do movimento negro e indígena no combate ao eurocentrismo cultural, racial e institucional em nosso país. Destacamos a importância das leis supracitadas, entendendo que estas contribuem para desconstrução do mito da democracia racial e, também, o lugar de uma só cultura (eurocêntrica) nos currículos escolares, possibilitando a integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo. Agrega-se a isso a função de recomendar formas de incentivo à pluralidade étnico-cultural, necessária no processo de formação inicial e continuada de professores, afinadas às políticas públicas (Clemêncio, 2016). Corroborando com essa leitura sócio-cultural brasileira podemos apontar Candau (2010) quando revela que essa não é uma particularidade nacional, mas do continente latino americano, quando afirma:

A construção dos estados nacionais no continente latinoamericano supôs um processo de homogeneização cultural em que a educação escolar exerceu um papel fundamental, tendo por função difundir e consolidar uma cultura comum de base ocidental e eurocêntrica, silenciando e/ou inviabilizando vozes, saberes, cores, crenças e sensibilidades (Candau, 2010).

Nota-se que o MESC enquanto Museu da Escola Catarinense defende um ideal de Escola Catarinense - bem como através do seu acervo aponta uma narrativa histórica acerca da História da Educação Catarinense - desse modo eleva seus ícones, desenha suas cenas históricas, relaciona seus valores e missões. O ponto de preocupação que evidenciamos aqui com este diagnóstico, diz respeito a não representação da real diversidade étnico-racial e cultural presente no estado de Santa Catarina. Fazendo com que sua narrativa história se alinhe por exemplo o que a pesquisadora Patrícia Freitas, aponta como teoria da irrelevância histórica, praticada por historiadores do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, que apontavam que não era necessário se ater a contar a história pela falta de expressividade negra no quesito quantitativo da população total do estado (FREITAS, 1997). Não obstante, incluímos aqui também a memória indígena que passou e continua passando pelo mesmo processo de negligenciamento e apagamento.

A presença negra e indígena nos museus é um tema fundamental para a reflexão sobre identidade, cultura e história no Brasil e em outros países. A representação dessas populações em museus muitas vezes reflete um legado de exclusão e sub-representação, além de uma necessidade de reinterpretação e ressignificação das narrativas históricas. Um tema de grande



relevância, pois toca nas questões de representação, memória, patrimônio e diversidade cultural. Nos últimos anos, muitos museus têm buscado retratar de forma mais justa e abrangente a história da população negra e indígena, reconhecendo sua participação significativa à cultura, à arte e à sociedade.

3. NÚCLEO EDUCATIVO MESC

Necessário abarcar o núcleo educativo em um museu, como o setor responsável por promover atividades educativas e culturais que conectem o público ao acervo do Museu. As ações podem se desdobrar em visitas mediadas, eventos sob a forma de curso, oficinas, palestras, além do investimento e produção de materiais pedagógicos. Seu objetivo é ir além da mera exposição de objetos, tornando o museu um espaço de transformação social e interpretação cultural para diferentes públicos.

Ademais, o museu pode ser compreendido como um espaço de autodescrição cultural, essencial em um contexto globalizado, funcionando como "dispositivo de produção de verdade, extensão, determinação e alteração de significados" (CRIPPA, 2013, p. 136). Nesse sentido, ele não se limita a ser um repositório de objetos, mas se configura como um espaço privilegiado na comunicação e na negociação de significados, refletindo os valores, as tensões e as transformações de uma sociedade ou de parte dela. O museu, portanto, enquanto semiosfera, é também um palco de debate crítico, onde novas narrativas e representações podem ser propostas e confrontadas.

Esse entendimento da instituição museológica como um sistema de significados, que interage com as diversas linguagens e com os espaços urbanos, é essencial para a formulação de estratégias que favoreçam a revalorização de sua função social e educativa.

Ao considerar a semiosfera como um conceito central na análise do museu, é possível perceber que ele não é apenas um local de preservação, mas um agente ativo na produção e na transmissão de cultura, constantemente em diálogo com o mundo exterior e com os processos históricos e sociais que o atravessam.

Na educação, é fundamental incluir a história e a cultura africana e afro-brasileira nos currículos escolares, promovendo um entendimento mais amplo sobre a realidade nacional e as lutas por igualdade e justiça social. Essa inclusão não só valoriza a diversidade, mas também ajuda a combater preconceitos e promove a valorização das culturas afrodescendentes e



indígenas. Em se tratando de um Museu da escola Catarinense, torna-se urgente e necessário esse trabalho de inclusão.

A visão histórica que considera o cultural e o social, o relativismo na perspectiva antropológica da existência de diferentes culturas, para além de sua própria visão e experiência que se pretende universalista é uma oportunidade para questionar esse paradigma e estabelecer políticas que atuem com a desconstrução deste paradigma.

A partir do momento que se levanta a oportunidade de lançamento de um olhar diagnóstico sobre o que está posto, se amplia a possibilidade do compromisso com a crítica e a transformação da sociedade. Este diagnóstico realizado em forma de consultoria ao Museu da Escola Catarinense, aconteceu visto a intenção da atual gestão do MESC, em verificar o alcance do aparato institucional acerca da diversidade étnico-racial da história educacional catarinense que o constitui enquanto tal, no espaço do museu. Desse modo, vale compreender a cultura escolar na qual se inserem e entrecruzam as temáticas da educação, escolarização, e profissão docente, assim como dos documentos e da materialidade escolar. O exame dos processos de produção dessa história, ultrapassando os dispositivos de normatização e os discursos prescritivos de ordenação do Estado, podem ser parte do acervo de um Museu da Escola. A recuperação de dimensões e questões do passado pode nos dizer muito mais sobre o presente, assim abrindo novas perspectivas de caminhos para construir um futuro de mais equidade.

REFERÊNCIAS

CANDAU, Vera Maria Ferrão e RUSSO, Kelly. Interculturalidade e Educação na América Latina: uma construção plural, original e complexa. *Rev. Diálogo Educ.*, Curitiba, v. 10, n. 29, p. 151-169, jan./abr. 2010.

<https://www.redalyc.org/pdf/1891/189114444009.pdf>.

COCOTLE, Brenda Caro. Nós prometemos descolonizar o museu: Uma revisão crítica da política museal contemporânea. MASP Afterall, Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand, São Paulo, 2013. Disponível em:

<https://assets.masp.org.br/uploads/temp/temp-X87a1s0ahKuQghS3VJ4D.pdf>.

CLEMÊNCIO, Maria Aparecida. Vestígios da Escolarização e Profissionalização de Professoras Afrodescendentes no Magistério (Santa Catarina, Século XX). **Revista**

Intermeio: Mato Grosso do Sul, v. 19, p. 92-101, 2013. Disponível em:

<http://www.intermeio.ufms.br/ojs/index.php/intermeio/article/view/350/297>. Acesso em: 14 abr. 2025.



CLEMÊNCIO, Maria Aparecida. Professora formada, professora empossada: narrativas de vida, escolarização e profissionalização de Professoras Afrodescendentes no Magistério (Santa Catarina, anos 50 a 70 do século XX) / 2017. 191 p. il. Tese (Doutorado) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação - FAED, Programa de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis, 2017.

_____. Função pedagógica da Lei 10.630/2003 na educação básica. **Revista Grifos:** Chapecó, v. 25, n. 41, p.219-236, 2016. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/grifos/issue/view/211/showToc>. Acesso em: nov. 2025.

CRIPPA, Giulia; Museus e linguagem: uma análise semiótica das interações entre museus e cidades. *Letras, Santa Maria*, v.23, n. 46, p. 133-152, jan/jun. 2013.

FREITAS, Patrícia. Margem da palavra, silêncio do número: o negro da historiografia de Santa Catarina. Orientador: Élio Cantalício Serpa. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1997.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Transdisciplinaridade e Decolonialidade. *Revista Sociedade e Estado – Volume 31, N. 1, Jan/Abr.* Universidade de Brasília, Brasília. 2016. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/6080>

RAMOS, Kellyane Lisboa; NOGUEIRA, Eulina Maria Leite; FRANCO, Zilda Gláucia. Elias. A interculturalidade crítica como alternativa para uma educação crítica e decolonial. *Eccos - Revista Científica, São Paulo*, n. 54, p .1-10, e17339, jul./set. 2020. Disponível em <http://educa.fcc.org.br/pdf/eccos/n54/1983-9278-eccos-54-e17339.pdf>.

RODRIGUES, Tatiane Consentino; Abramowicz, Anete. O debate contemporâneo sobre a diversidade e a diferença nas políticas e pesquisas em educação *Educação e Pesquisa*, vol. 39, núm. 1, enero-marzo, 2013, pp. 15-30 Universidade de São Paulo São Paulo, Brasil.

WALSH, Catherine. *Pedagogías Decoloniales. Prácticas Insurgentes de resistir, (re)existir e (re)vivir.* Serie Pensamiento Decolonial. Editora Abya-Yala. Equador, 2017.



SOBERANIA INFORMACIONAL E CULTURA DIGITAL: TENSIONANDO A COLONIALIDADE NA CONSTRUÇÃO DO PATRIMÔNIO EPISTÊMICO

Maria Elena Medeiros Marcos | Univille | tb.mariaelena@gmail.com¹

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho investiga como a colonialidade dos dados se manifesta nas práticas contemporâneas de vigilância digital, discutindo os impactos desse fenômeno sobre a democracia e a cultura digital sob uma perspectiva decolonial. A partir da articulação entre epistemologias do Sul e os estudos críticos da tecnologia, propõe-se compreender o extrativismo de dados como uma nova forma de colonialismo — um processo em que vidas, saberes e territórios do Sul Global são capturados e convertidos em insumo para modelos de negócios e controle político-cultural. Com base nos aportes teóricos de Aníbal Quijano, Walter Mignolo, Catherine Walsh e Boaventura de Sousa Santos, o estudo dialoga com autores como Nick Couldry, Ulises Mejias, Safiya Noble, Ruha Benjamin e Shoshana Zuboff para problematizar o papel das big techs na reprodução de desigualdades raciais, epistêmicas e informacionais. Destacam-se, ainda, os efeitos do capitalismo de vigilância na produção de subjetividades e na restrição da cidadania digital plena, sobretudo para populações historicamente marginalizadas. A pesquisa propõe, como horizonte ético e político, a construção de uma soberania informacional baseada em justiça cognitiva, autodeterminação tecnológica e reexistência digital. Para isso, mapeiam-se iniciativas que promovem uma ética decolonial dos dados, com ênfase em redes comunitárias, tecnologias indígenas e epistemologias pluriversais. Trata-se de uma abordagem crítica, interseccional e propositiva, que visa contribuir para o debate sobre democracia digital, colonialismo tecnológico e alternativas pluriépistêmicas de organização social e informacional.

254

A sociedade contemporânea tem sido profundamente reconfigurada pela onipresença da cultura digital. As plataformas, os algoritmos e as bases de dados tornaram-se infraestruturas centrais que permeiam e moldam as interações sociais, econômicas e culturais, redefinindo o modo como o conhecimento é produzido, disseminado e preservado (GOMES; NAKANO, 2020). Nesse cenário, a informação emerge não apenas como um recurso, mas como um campo

¹ Docente coordenadora do Curso de Licenciatura de Educação Escolar Quilombola Parfor/ Equidade - Univille.



de disputas políticas e epistêmicas. Longe de serem neutras, as tecnologias digitais e suas lógicas operacionais embutem valores e interesses que, muitas vezes, reproduzem hierarquias de poder e desigualdades históricas.

É nesse ponto que se insere o conceito de **colonialidade do poder**, criado por Aníbal Quijano (2005). Ele argumenta que, mesmo após o fim do colonialismo clássico, as estruturas de dominação continuam a operar, estabelecendo classificações sociais e epistêmicas que privilegiam o conhecimento eurocêntrico em detrimento de outras formas de saber. O autor é categórico ao afirmar que a "colonialidade do poder constitui-se num dos eixos fundamentais do padrão de poder mundial" (QUIJANO, 2005, p. 227). Transposta para o contexto digital, a colonialidade se manifesta como a **colonialidade dos dados**, um processo pelo qual as plataformas e infraestruturas tecnológicas globais reforçam assimetrias históricas, definindo o que é "dado válido", "conhecimento relevante" ou "memória a ser preservada" (OLIVEIRA; GOMES, 2022). O modo como os algoritmos filtram informações, as lógicas de vigilância e a mercantilização da informação (ZUBOFF, 2015) tensionam a autonomia dos sujeitos e das comunidades na gestão de seus próprios dados e memórias, configurando um desafio à **soberania informacional**.

Nesse sentido, o presente artigo tem como objetivo geral discutir a relação entre soberania informacional e cultura digital, problematizando como a colonialidade dos dados influencia a construção do **patrimônio epistêmico** e indicando caminhos para uma perspectiva decolonial. Para alcançar tal meta, este trabalho busca: (1) analisar de que maneira plataformas digitais, algoritmos e bancos de dados reforçam ou tensionam a colonialidade do saber; (2) investigar como a lógica da vigilância e da mercantilização da informação impacta a democracia e a autonomia cultural; (3) refletir sobre estratégias de resistência, políticas públicas e práticas educativas que possam fortalecer a soberania informacional; e (4) propor a ideia de um patrimônio epistêmico plural e inclusivo, que valorize a diversidade cognitiva.

O artigo está estruturado em três seções. Após esta introdução e a apresentação da metodologia, a primeira seção discute a colonialidade dos dados e sua articulação com a cultura digital e o capitalismo de vigilância. A segunda seção aborda a noção de soberania informacional como um horizonte de resistência, apresentando políticas e práticas que promovem a autonomia na gestão da informação. Por fim, a terceira seção propõe a construção de um patrimônio epistêmico decolonial, valorizando a diversidade cultural e cognitiva em face das lógicas hegemônicas.



2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente artigo se configura como uma pesquisa de natureza qualitativa e exploratória, baseada em uma revisão bibliográfica e em um ensaio teórico. A abordagem metodológica adotada consistiu na análise crítica de obras e conceitos-chave que articulam os campos da Ciência da Informação, dos Estudos Decoloniais e da Cultura Digital.

Para a construção da argumentação, utilizou-se uma estratégia de análise temática, identificando e correlacionando os seguintes eixos conceituais: (1) a **colonialidade do poder** e a **colonialidade do saber**, a partir das contribuições de Aníbal Quijano e de outros autores decoloniais; (2) o **capitalismo de vigilância** e a lógica da mercantilização dos dados, conforme a obra de Shoshana Zuboff; e (3) a **soberania informacional** e o **patrimônio epistêmico**, conceitos que emergiram como resposta às assimetrias do ambiente digital.

A pesquisa não se limitou a uma simples compilação de referências, mas buscou tensionar os conceitos e as lógicas de poder, construindo uma reflexão original sobre a interconexão entre esses temas. O objetivo foi, portanto, ir além da mera descrição para propor uma interpretação crítica e decolonial sobre a construção do conhecimento na era digital.

256

3. COLONIALIDADE DOS DADOS, CULTURA DIGITAL E A LÓGICA DOS ALGORITMOS DE OPRESSÃO

A emergência de uma cultura digital globalizada, mediada por plataformas, algoritmos e bases de dados, não pode ser compreendida de forma desvinculada das estruturas de poder que historicamente moldaram a sociedade. Segundo Quijano (2005), a **colonialidade do poder** é um padrão de dominação que, embora o colonialismo formal tenha acabado, continua a operar, estabelecendo hierarquias raciais, sociais e de conhecimento. Transposta para o cenário contemporâneo, essa lógica se materializa naquilo que autores como Gomes e Nakano (2020) denominam **colonialidade da informação** ou, mais especificamente, colonialidade dos dados.

A colonialidade dos dados atua de forma sutil, mas profunda. Ela se manifesta quando as infraestruturas digitais e os modelos de negócio das grandes corporações globais, majoritariamente sediadas no Norte Global, definem quais informações são coletadas, quais conhecimentos são valorizados, quais dados são processados e quais narrativas são



amplificadas. A lógica algorítmica, por exemplo, não é neutra; ela reflete os vieses de seus criadores e as prioridades mercantis que a financiam, frequentemente marginalizando saberes, línguas e contextos culturais que não se encaixam no padrão hegemônico.

A socióloga Ruha Benjamin aprofunda essa discussão ao introduzir o conceito de "**New Jim Crow**" digital, explicando como a tecnologia atua na reprodução de desigualdades sociais, raciais e de gênero. Segundo a autora, este novo código se manifesta através de sistemas automatizados que, embora se apresentem como imparciais, na realidade aprofundam a desigualdade social. Benjamin (2019) argumenta que a tecnologia não é apenas um reflexo dos preconceitos humanos, mas uma ferramenta que codifica e automatiza a discriminação, tornando-a ainda mais invisível e difícil de ser combatida.

Essa visão é complementada por Safiya Umoja Noble (2018), que demonstra como os algoritmos de busca perpetuam estereótipos raciais e de gênero. Noble é categórica ao afirmar que "o racismo e o sexismo são construídos e reproduzidos dentro de sistemas de conhecimento computacional". Assim, a tecnologia age como um "Jim Crow" contemporâneo, onde a opressão é imposta por meio de um código algorítmico, em vez de leis abertas e explícitas.

Nesse contexto, o **capitalismo de vigilância** de Shoshana Zuboff (2015) surge como um vetor fundamental dessa colonialidade. A autora argumenta que as corporações de tecnologia transformaram a experiência humana em matéria-prima para a extração de dados comportamentais, que são então processados para prever e modificar o comportamento. Essa lógica de extração e mercantilização não apenas viola a privacidade, mas também aprofunda as assimetrias de poder. Zuboff (2015) descreve esse processo como uma "transformação da experiência em algo que as máquinas podem 'sentir', 'compreender' e 'modificar' a serviço de objetivos estranhos a ela".

A autora **Virginia Eubanks** (2018) exemplifica esse processo ao mostrar como ferramentas de alta tecnologia são usadas para perfilar, policiar e punir populações de baixa renda, automatizando a desigualdade e tornando invisível a opressão sistêmica. Para a autora, "a automação da pobreza não apenas torna a vida mais difícil para as pessoas vulneráveis, mas também as torna menos visíveis". O acesso, o controle e a propriedade desses "dados-soberanos" permanecem concentrados nas mãos de poucas empresas, reforçando um novo tipo de monopólio. Como aponta Oliveira e Gomes (2022), a vigilância e o controle sobre os fluxos de informação digital minam a capacidade de autodeterminação dos povos e comunidades, o



que tem impactos diretos na construção de suas próprias memórias e de seu patrimônio epistêmico.

O resultado é um cenário onde a produção e a circulação do conhecimento são mediadas por uma infraestrutura que opera com uma lógica colonial. As vozes, as memórias e os saberes de grupos historicamente marginalizados — povos indígenas, comunidades tradicionais e culturas do Sul Global — são sistematicamente sub-representados, apagados ou cooptados, reforçando a ideia de que o conhecimento válido é aquele codificado, validado e distribuído pelas plataformas globais. É contra essa lógica que a noção de **soberania informacional** se apresenta como um campo de disputa fundamental.

4. SOBERANIA INFORMACIONAL COMO HORIZONTE DE RESISTÊNCIA

A soberania informacional não se restringe a uma mera autonomia técnica; ela é um conceito que articula a capacidade de indivíduos e comunidades exercerem controle sobre a gestão de seus dados e infraestruturas, garantindo a autodeterminação na era digital (OLIVEIRA; GOMES, 2022). Em resposta à lógica da colonialidade dos dados e do capitalismo de vigilância, essa noção se apresenta como um pilar fundamental para a defesa de uma democracia informacional.

258

A luta pela soberania informacional se manifesta em diversas frentes. No campo das políticas públicas, a regulação de plataformas e a criação de marcos legais que protejam dados pessoais são cruciais para frear o poder extrativista das grandes corporações. Iniciativas como a "soberania de dados" na União Europeia, embora com vieses próprios, sinalizam uma tendência global em direção à regulação do poder corporativo. Em contrapartida, no nível comunitário, o movimento em torno do **software livre** e do **código aberto** oferece um caminho prático para a construção de infraestruturas alternativas e descentralizadas. Essas abordagens promovem a transparência e a colaboração, permitindo que as comunidades moldem a tecnologia de acordo com suas necessidades e valores, em vez de se submeterem a lógicas proprietárias e opacas.

A soberania informacional também está diretamente ligada à **educação para os meios digitais**. Ensinar a criticidade em relação às plataformas, o funcionamento dos algoritmos e os riscos do compartilhamento de dados é uma estratégia essencial para capacitar os sujeitos. Paulo Freire (1987) já defendia que a educação não pode ser neutra e deve ser um ato de



"conscientização". Adaptando esse princípio ao cenário digital, a alfabetização informacional decolonial busca empoderar os sujeitos para que eles não sejam meros consumidores de tecnologia, mas agentes que questionam, resistem e co-criam o ambiente digital. Freire (1987) afirma que "o grande problema, assim, é o de como, sem essa ingenuidade, poder pensar de forma cada vez mais crítica, de forma cada vez mais dialógica, de forma cada vez mais radical" (FREIRE, 1987, p. 30).

Assim, a soberania informacional vai além da proteção da privacidade individual. Ela articula uma resposta coletiva que promova a autonomia cultural e a capacidade de comunidades de gerenciar seus próprios fluxos de informação. É um passo crucial na descolonização do ciberespaço, abrindo caminho para a construção de um patrimônio epistêmico mais justo e representativo.

5. A CONSTRUÇÃO DE UM PATRIMÔNIO EPISTÊMICO DECOLONIAL

A luta pela soberania informacional, em sua essência, visa a construção de um **patrimônio epistêmico** que seja plural e inclusivo, em oposição à lógica hegemônica e colonial. O patrimônio, aqui, não é entendido apenas como um acervo de bens materiais, mas como o conjunto de saberes, memórias e narrativas que definem a identidade e a história de um povo (BROWN, 2012). No contexto digital, esse patrimônio é constantemente ameaçado pelo apagamento, pela apropriação indevida ou pela sub-representação de conhecimentos não-ocidentais.

Para reverter essa lógica, é fundamental adotar uma postura decolonial na gestão do conhecimento e da informação. Isso implica, em primeiro lugar, reconhecer a diversidade de cosmologias e sistemas de saberes que existem para além do modelo científico eurocêntrico. A valorização do conhecimento tradicional, das narrativas orais e das memórias coletivas de grupos marginalizados é um ato de resistência contra a uniformização epistêmica imposta pelas plataformas globais. É, como afirma Boaventura de Sousa Santos (2018), um passo para a "ecologia de saberes", onde diferentes formas de conhecimento coexistem e se enriquecem mutuamente. O autor ressalta que "a ecologia de saberes é a busca por saberes não eurocêntricos, saberes que não são validados pela ciência ocidental" (SANTOS, 2018, p. 14).

Nesse sentido, a criação de repositórios digitais abertos, plataformas colaborativas e arquivos comunitários se mostra como uma estratégia crucial. Tais iniciativas permitem que as



próprias comunidades detenham o controle sobre a curadoria, a preservação e a difusão de seus dados e narrativas. Essa abordagem contrasta com o modelo de bancos de dados centralizados e proprietários, que frequentemente descontextualizam e mercantilizam a informação. Ao construir suas próprias infraestruturas, as comunidades fortalecem sua autodeterminação e garantem que suas histórias e saberes sejam transmitidos de forma autêntica para as futuras gerações.

Em última análise, a construção de um patrimônio epistêmico decolonial não é apenas uma questão técnica, mas um projeto ético e político. Exige um compromisso com a justiça informacional, que se traduz na promoção do acesso equitativo à tecnologia, na defesa da autonomia dos sujeitos e na valorização da diversidade cultural e cognitiva como a verdadeira riqueza da humanidade.

6. CONCLUSÃO

Ao longo deste trabalho, foi possível evidenciar que a relação entre soberania informacional e cultura digital está intrinsecamente tensionada pela **colonialidade dos dados**. Argumentou-se que as infraestruturas tecnológicas globais, operadas sob a lógica do **capitalismo de vigilância**, não são neutras, mas sim vetores que reproduzem e aprofundam assimetrias de poder e hierarquias epistêmicas (QUIJANO, 2005; ZUBOFF, 2015). A onipresença de plataformas e algoritmos configura um cenário onde o controle e a mercantilização da informação ameaçam a autonomia de sujeitos e comunidades, impactando diretamente o modo como o conhecimento e as memórias são produzidos e preservados.

A partir de uma perspectiva decolonial, a **soberania informacional** emerge não apenas como um conceito teórico, mas como um imperativo ético e político. Ela se traduz na necessidade de políticas públicas que regulamentem o poder das corporações, na adoção de tecnologias abertas e colaborativas e, principalmente, na capacitação crítica dos sujeitos. A defesa da soberania informacional é, em essência, uma luta pela autonomia e pela capacidade de autodeterminação na era digital (OLIVEIRA; GOMES, 2022).

Nesse sentido, a construção de um **patrimônio epistêmico decolonial** é o horizonte último da reflexão. Ao valorizar a diversidade de saberes e narrativas que foram historicamente marginalizados, é possível subverter a lógica colonial que prioriza o conhecimento hegemônico. A promoção de arquivos comunitários, a digitalização de acervos locais e a valorização das



epistemologias do Sul (SANTOS, 2018) são caminhos concretos para edificar um futuro onde o conhecimento seja um bem comum, e não um produto controlado por lógicas de mercado.

Os desafios, contudo, são imensos. A hegemonia tecnológica, econômica e política das grandes corporações exige uma mobilização contínua e articulada, tanto no campo da pesquisa quanto na esfera das políticas públicas e do ativismo social. O futuro da justiça informacional dependerá da capacidade de as comunidades se apropriarem das tecnologias e reescreverem suas próprias histórias, garantindo que suas vozes não sejam silenciadas na era digital.

REFERÊNCIAS

BENJAMIN, Ruha. **Race After Technology**: Abolitionist Tools for the New Jim Code. Malden, MA: Polity Press, 2019.

BROWN, Michael F. **Who owns Native culture?** Cambridge, MA: Harvard University Press, 2012.

EUBANKS, Virginia. **Automating Inequality**: How High-Tech Tools Profile, Police, and Punish the Poor. New York: St. Martin's Press, 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GOMES, Lilian V.; NAKANO, S. K. A colonialidade da informação na sociedade em rede: para uma crítica decolonial. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 30, n. 4, 2020. Disponível em: [link suspeito removido]. Acesso em: 1 set. 2025.

NOBLE, Safiya Umoja. **Algorithms of Oppression**: How Search Engines Reinforce Racism. New York: NYU Press, 2018.

OLIVEIRA, Luiz Gustavo de; GOMES, Lilian V. Soberania informacional e decolonialidade: notas para um debate. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. e5042, maio 2022. Disponível em: <https://revista.ibict.br/liinc/article/view/5042/4862>. Acesso em: 1 set. 2025.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 227-278.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **O fim do império cognitivo: a afirmação das epistemologias do Sul**. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

ZUBOFF, Shoshana. **A era do capitalismo de vigilância**: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2015.



TECNOLOGIAS DIGITAIS E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: PRÁTICAS COM ACERVOS DIGITAIS NO ENSINO MÉDIO DE ITAJAÍ/SC

Maykon Daniel Hundenski | IFSC/Gaspar | maykonhundenski@gmail.com¹

1. INTRODUÇÃO

O artigo analisa o uso de acervos digitais e TDICs no Ensino Médio de Itajaí/SC, a partir de um estudo de caso com abordagem qualitativa. As práticas, realizadas na disciplina “Estudos e Práticas em Ciências Humanas”, envolveram o uso de fontes da Hemeroteca Nacional, da Hemeroteca Digital Catarinense e do CDMH de Itajaí. Os resultados indicam que a integração entre acervos digitais e TDICs favorece a pesquisa, o protagonismo estudantil e uma educação patrimonial crítica, apesar das limitações estruturais e curriculares do Novo Ensino Médio. Os acervos digitais, conforme aponta o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM, 2020), possuem elevado potencial educativo e científico. Este aspecto é salientado pela publicação “*Acervos digitais nos museus: manual para realização de projetos*”, considerando que

[...] inúmeras coleções museais foram formadas para o ensino e, até hoje, são utilizadas no processo educacional de estudantes em diferentes etapas formativas. Facilitar o acesso às coleções dos museus faz parte de um esforço para tornar esses acervos relevantes na construção de conhecimentos nas diferentes áreas do saber, bem como para contribuir na formação de novos estudiosos e profissionais (*Ibidem*, p. 20).

262

Quando articulados às Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs), constituem importantes instrumentos para o fortalecimento de práticas pedagógicas na Educação Básica. Visto que, “o uso das tecnologias digitais para promover o acesso aos acervos dos museus é o principal argumento que embasa o processo de digitalização e de publicação das coleções” (Ibram, 2020, p. 21).

Nesse sentido, o uso destes acervos disponibilizados por instituições de salvaguarda dialoga diretamente com o *Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense* (CBTCem), uma vez que este orienta a construção de práticas educativas integradas às tecnologias digitais, à valorização da cultura e ao desenvolvimento de competências gerais, como o pensamento crítico, o repertório cultural e o protagonismo estudantil (SANTA CATARINA, 2020).

¹ Pós-graduando em Pesquisa e Prática Pedagógica (IFSC/Gaspar) e em Educação a Distância na Educação Profissional e Tecnológica (IFC/Sombrio). Graduado em História (Univali). Professor da Educação Básica na SED/SC.



Aqui, compreendemos que os acervos, ainda que digitalizados, não são registros neutros ou espontâneos da memória social. Todo *documento* é também um *monumento*, pois resulta de uma seleção intencional das sociedades sobre o que deve ser lembrado ou esquecido, transmitido ou silenciado (LE GOFF, 1990).

Assim, faz-se necessário que o uso pedagógico dos acervos digitais seja orientado para uma leitura crítica capaz de desmistificar o mundo, possibilitando aos sujeitos revelar, através de um processo dialógico e dialético, os interesses, disputas e exclusões que estruturam tais registros, compreendendo o processo de ensino e aprendizagem não como uma transmissão de conhecimento, mas como espaços abstratos de criação de possibilidades para sua produção e construção (FREIRE, 2021).

Na prática pedagógica, estes recursos podem ser utilizados por meio de projetos, com abordagem transdisciplinar^{2,1} que permitam o desenvolvimento de atividades de pesquisa, análise crítica e produção autoral, alinhando-se às orientações do Currículo Base (SANTA CATARINA, 2020). Dessa forma, a tecnologia não se apresenta apenas como recurso, mas como meio de potencializar a construção de conhecimentos e fortalecer vínculos com a cultura e a identidade (BRASIL, 2018).

Contudo, com a redução de espaços curriculares no Novo Ensino Médio (NEM), emerge a seguinte questão: quais potencialidades ainda podem ser exploradas? Após a promulgação da Lei nº 14.945, de 31 de julho de 2024, que reformulou o Ensino Médio, a Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina (SED/SC) suspendeu parte dos Itinerários Formativos, reduzindo suas cargas horárias e redistribuindo-as dentre as disciplinas “base”.

Diante do exposto, o presente estudo propõe-se a analisar as potencialidades de utilização dos Acervos Digitais e das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICs) no âmbito do Novo Ensino Médio, à luz do processo de redução curricular. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, conduzida por meio de um estudo de caso³, que toma como referências práticas pedagógicas realizadas, ao longo do ano letivo de 2024, com uma turma do 2º ano do NEM Noturno de uma unidade escolar localizada em Itajaí/SC, no então componente

² De acordo com Morin (2002, apud Silva; Tavares, 2005), a transdisciplinaridade vai além da integração disciplinar, propondo a superação de fronteiras do conhecimento a partir da complexidade e da religação dos saberes. Já Paul (2005, apud Tavares et al., 2005) acrescenta que a transdisciplinaridade busca um conhecimento totalizante, articulando dimensões biológicas, sociais, culturais e espirituais.

³ Entende-se “Estudo de caso” como a análise aprofundada de uma unidade específica, em que o pesquisador se imerge no contexto social para apreender a complexidade de suas relações e dinâmicas (CHIZZOTTI, 2000).



“Estudos e Práticas em Ciências Humanas”. Tal percurso metodológico encontra-se articulado à análise bibliográfica e documental. Conforme a orientado por Antônio Chizzotti (2003), essa perspectiva se caracteriza pela investigação de fenômenos em seus contextos naturais, buscando interpretar os significados atribuídos pelos sujeitos às suas ações e interações.

Outrossim, a prática aqui retratada, envolveu a elaboração e execução de projetos de pesquisa no componente supracitado, conforme sugerido por Cardoso (2017), utilizando acervos da Hemeroteca Nacional, da Hemeroteca Digital Catarinense e do Centro de Documentação e Memória Histórica de Itajaí (CDMH). Os projetos concentraram-se na análise da constituição urbana e simbólica de Itajaí ao longo do século XX, investigando os processos de construção de uma identidade vinculada à valorização de patrimônios materiais e de narrativas eurocêntricas (HUNDENSKI; AL KAS; SERPA, 2023).

2. UM PANORAMA DAS INSTITUIÇÕES DE PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA NO BRASIL: PROBLEMATIZAÇÕES PERTINENTES AOS ESTUDANTES

As instituições de preservação da memória – arquivos, bibliotecas, museus e centros de documentação – assumem papel central na construção da consciência histórica e cultural de uma sociedade. No Brasil, sua atuação é marcada por processos de seleção e salvaguarda de registros que, longe de constituírem representações neutras do passado, traduzem escolhas, disputas e silenciamentos (LE GOFF, 1990).

No contexto do Ensino Médio, particularmente em escolas situadas em regiões periféricas, a aproximação dos estudantes com essas instituições revela-se desafiadora. Muitos discentes convivem com condições materiais restritivas, inseridos em rotinas que conciliam estudo, trabalho e responsabilidades familiares. Tais circunstâncias impactam diretamente a forma como acessam, compreendem e atribuem sentido aos patrimônios culturais. Assim, ao pensar a relação entre os estudantes e instituições de salvaguarda da memória é necessário considerar que a experiência escolar não se dá em abstrato, mas sim, encontra-se permeada por desigualdades sociais e educacionais.

A abordagem experienciada em sala, aqui descrita, esteve integrada a um planejamento anual da disciplina de Estudos e Práticas em Ciências Humanas (EPCH), articulada aos documentos norteadores, orientando o desenvolvimento gradual dos conteúdos, assegurando que a discussão sobre instituições de preservação não fosse episódica, mas parte de um



processo contínuo de formação, em que conceitos teóricos e experiências empíricas foram progressivamente articulados, mediante um processo dialético e dialógico de leitura e síntese em sala.

No decorrer do processo, os estudantes tiveram contato com a obra *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*, de Lilia Moritz Schwarcz (1993). A partir dessa bibliografia, realizaram leituras e apresentações sobre diferentes tipologias de instituições de preservação e produção do saber histórico no Brasil. Foram discutidos os Museus Etnográficos, como o Museu Nacional, o Museu Paulista, o Museu Paraense Emílio Goeldi e os antigos Gabinetes de Curiosidades, conforme exposto na Figura 1; bem como os Institutos Históricos e Geográficos, a exemplo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP) e do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP).

Figura 1 – Apresentação sobre Museus Etnográficos Nacionais



Fonte: Acervo pessoal (2024).

Exemplos concretos, como a atuação do Centro de Documentação e Memória Histórica de Itajaí (CDMH), a Hemeroteca Digital Catarinense e a Hemeroteca Nacional, evidenciaram a importância dessas instituições na mediação entre passado e presente.

Além disso, revelam os limites de acesso físico e digital, especialmente em comunidades onde a infraestrutura tecnológica é precária. Desse modo, a problematização pedagógica desses acervos torna-se essencial para que os estudantes não apenas conheçam o patrimônio,



mas desenvolvam leituras críticas acerca das narrativas históricas que sustentam sua organização.

3. PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DAS PRÁTICAS DE PESQUISA: DIÁLOGOS POSSÍVEIS COM A SALA DE AULA

O desenvolvimento das práticas esteve ancorado no planejamento anual da disciplina de Estudos e Práticas em Ciências Humanas (EPCH), estruturado em etapas progressivas de aproximação teórica e prática (Tabela 1). Nesse percurso, buscou-se articular a construção de conceitos fundamentais com experiências de pesquisa, de modo que os estudantes se tornassem protagonistas na análise e interpretação de fontes históricas.

Tabela 1 – Planejamento e temáticas do componenye EPCH.

Periodicidade	Conteúdos/Temáticas
1º Trimestre	Teoria da História: Contextualização de conceitos nas Ciências Humanas (História e Memória - Jaques Le Goff; Identidade - Stuart Hall; Patrimônio - François Choay; Cultura - Roque Laraia);
2º trimestre	Domínios da História: Museus, arquivos e demais instituições de pesquisas; Práticas historiográficas: fonte documental, monumento e memória oral;
3º Trimestre	Ciência, Política e Cidadania no Brasil pós-abolição; Historiografia e institucionalização da dor: as Instituições museológicas e a oficialização de uma história (Narrativas e museologia social);
Culminância	Produção, sistematização e apresentação do projeto final.

Fonte: Produzido pelo autor (2024).

A partir das orientações de Cardoso (2017) acerca de “*Como elaborar um projeto de pesquisa*”, as ações pedagógicas foram organizadas a partir de etapas clássicas da pesquisa em História: identificação do problema, formulação e delimitação do tema, definição de objetivos gerais e específicos, escolha de fontes e metodologia, organização de cronograma e levantamento de referências. Ainda que alguns itens, como o quadro teórico e as referências bibliográficas, tenham sido previamente sugeridos pelo professor, coube aos estudantes reelaborá-los e adaptando-os às demandas de cada grupo.



Para viabilizar o processo, a turma foi dividida em quatro grupos de trabalho (GTs). Dois deles (GT 1 e GT 2) trabalharam com fotografias, a partir da listagem do acervo iconográfico do Centro de Documentação e Memória Histórica de Itajaí (CDMH). Por meio de palavras-chave definidas coletivamente, selecionaram imagens a serem analisadas, sem que, em um primeiro momento, tivessem acesso direto ao material. Posteriormente, as fotografias foram coletadas no CDMH e disponibilizadas aos estudantes.

Já os demais grupos (GT 3 e GT 4) voltaram-se para a imprensa escrita, utilizando jornais disponibilizados pela Hemeroteca Digital Catarinense e pela Hemeroteca Nacional. O critério de seleção, igualmente orientado por palavras-chave, permitiu estabelecer recortes temáticos e temporais que dialogavam com os interesses investigativos de cada grupo. A sequência de etapas pode ser sintetizada na Tabela 2:

Tabela 2 – Etapas de desenvolvimento dos projetos de pesquisa.

Etapas principais	Procedimentos realizados
Definição inicial	Escolha da temática por grupo; formulação do problema e objetivos.
Seleção de fontes	Uso de palavras-chave para identificar jornais (Hemeroteca) ou fotografias (CDMH).
Estruturação	Elaboração de justificativa, metodologia e cronograma coletivo.
Coleta das fontes	Busca e digitalização das imagens no CDMH; acesso aos jornais digitalizados.
Análise crítica	Leitura e interpretação das fontes, problematização de narrativas.
Sistematização	Produção dos trabalhos e socialização dos resultados em sala.

Fonte: Produzido pelo autor (2024).

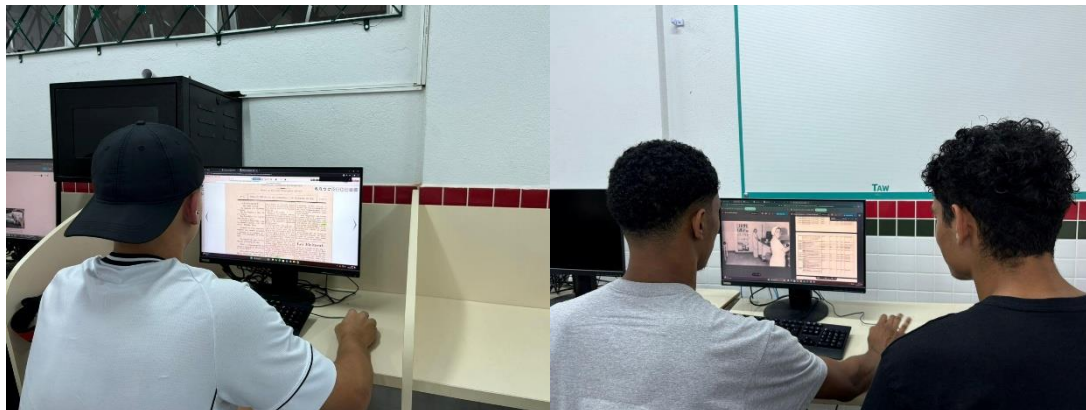
Esse processo envolveu ainda a elaboração de justificativas, definição de objetivos, organização metodológica e construção de um cronograma coletivo que orientou as atividades ao longo de seis meses. As aulas alternaram entre encontros em sala, uso do laboratório de informática da unidade escolar, viabilizado pelo trabalho do Professor Orientador de Laboratório de Tecnologias Educacionais⁴, e momentos de carga horária não presencial (CHNP), nos quais os estudantes deveriam dar continuidade às pesquisas. Essa dinâmica

⁴ Previsto pela INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 364 de 09/02/2024, disponível para consulta em: https://portal.doe.sea.sc.gov.br/repositorio/2024/20240209/Materias/971517/971517_final.html.



buscou simular, em escala escolar, a rotina de um projeto de investigação, promovendo práticas de letramento científico em História.

Figura 2 e 3 – Estudantes analisando fotografias e jornais no laboratório de informática.



Fonte: Acervo pessoal (2024).

Outro aspecto relevante a destacar refere-se ao perfil da turma. A maior parte dos estudantes era composta por jovens migrantes, vindos de diferentes estados do Brasil, cujas famílias se estabeleceram em Itajaí em busca de oportunidades laborais no setor portuário, logístico e industrial. Essa condição impactou diretamente a forma como o patrimônio local foi recebido e interpretado. Para muitos, as fontes analisadas não apenas revelaram narrativas históricas da cidade, mas também despertaram questionamentos sobre pertencimento, identidade e integração cultural.

Assim, a investigação proposta tensionou a própria relação entre memória e migração, ampliando o sentido da educação patrimonial para além da valorização do passado, ao evidenciar como a História local se entrelaça às trajetórias plurais dos diferentes sujeitos que compõem a comunidade escolar. Do ponto de vista pedagógico, o uso de fontes documentais e iconográficas não se limitou à coleta de informações. As atividades foram planejadas para favorecer a análise crítica, a problematização de discursos e a autoria discente.

A mediação docente, inspirada na perspectiva freireana de educação como prática da liberdade (FREIRE, 2021), buscou estimular a reflexão dialógica, na qual cada grupo não apenas reproduzia informações, mas construía interpretações próprias acerca do patrimônio cultural e da memória coletiva de Itajaí.

Assim, o processo formativo permitiu tensionar narrativas hegemônicas e promover a autoria estudantil, estimulando a construção de um olhar crítico sobre as instituições de



memória e seus acervos. Para além do aprendizado conceitual, a experiência mostrou que a pesquisa em História pode ser operacionalizada no Ensino Médio como prática de engajamento e emancipação, ainda que diante de restrições curriculares e estruturais.

4. LIMITES E POSSIBILIDADES DA PESQUISA HISTORIOGRÁFICA NO NOVO ENSINO MÉDIO NOTURNO

A implementação de práticas de pesquisa historiográfica no Ensino Médio Noturno revelou um conjunto complexo de limites e possibilidades que precisam ser problematizados. O primeiro aspecto a considerar diz respeito à própria configuração do ensino noturno: a maior parte dos estudantes são trabalhadores, cuja rotina combina longas jornadas de trabalho ou responsabilidades domésticas com a escolarização. Esse contexto repercute em um desgaste físico e emocional que limita a dedicação às atividades de pesquisa, especialmente quando elas exigem continuidade fora do espaço escolar. Some-se a isso a carga horária reduzida, que, ao ser fracionada entre diferentes componentes curriculares, restringe a profundidade com que experiências pedagógicas podem ser conduzidas.

Do ponto de vista estrutural, observa-se ainda a precariedade do acesso às Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs). Embora o uso de acervos digitais tenha ampliado as possibilidades de contato com documentos históricos, essa prática permanece condicionada à disponibilidade de computadores em laboratório, à conexão com a internet e ao suporte do Professor Orientador de Laboratório de Tecnologias Educacionais. Fora desse ambiente, o acesso é desigual: nem todos os estudantes dispõem de dispositivos próprios ou de conexão estável, o que reforça as disparidades no processo de aprendizagem.

Por outro lado, a experiência mostrou que, quando o trabalho é planejado em consonância com as condições concretas da turma, a pesquisa historiográfica torna-se viável e enriquecedora. A organização em grupos, o uso de cronogramas e a definição de etapas claras permitiram que os estudantes se apropriassem das ferramentas de investigação, desenvolvendo habilidades relativas à criticidade.

Assim, se os limites materiais e institucionais restringem o alcance da prática investigativa, as possibilidades pedagógicas revelam-se significativas. As práticas evidenciaram que, mesmo em contextos adversos, a pesquisa pode ser operacionalizada promovendo emancipação e engajamento, desde que sustentada por um planejamento crítico e pelo



reconhecimento das condições concretas dos sujeitos escolares envolvidos no processo de ensino e aprendizagem.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência aqui retratada demonstra que o uso de acervos digitais integrados às Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICs) constitui estratégia pedagógica relevante para promover protagonismo estudantil, criticidade e autoria. No Ensino Médio Noturno, mesmo diante de rotinas de trabalho exaustivas e desigualdades de acesso tecnológico, mostrou-se possível viabilizar práticas de pesquisa quando sustentadas por planejamento crítico, mediação docente dialógica e articulação entre teoria e prática.

Todavia, a redução curricular operada em decorrência da Lei nº 14.945/2025, representa um entrave significativo, pois restringe espaços formativos e desestimula experiências investigativas capazes de articular memória, identidade e cidadania. Tal cenário evidencia que iniciativas isoladas, ainda que criativas, não bastam. Faz-se urgente a formulação de políticas públicas que assegurem infraestrutura tecnológica adequada, valorizem componentes curriculares flexíveis e reconheçam a pesquisa como prática essencial da formação escolar.

Assim, reafirma-se que, em um contexto de retrocessos educacionais, a integração entre acervos digitais e TDICs pode não apenas ampliar o acesso ao patrimônio, mas também fortalecer uma educação crítica e emancipadora, desde que amparada por políticas que garantam equidade, continuidade e relevância pedagógica.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. Lei nº 14.945, de 31 de julho de 2024. Reestrutura o Ensino Médio. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ano 161, n. 145, p. 1, 1 ago. 2024. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.945-de-31-de-julho-de-2024-575696390>. Acesso em: 15 set. 2025.

CARDOSO, C. F. S. COMO ELABORAR UM PROJETO DE PESQUISA. *Revista Trabalho Necessário*, v. 15, n. 28, 9 maio 2017.

CHIZZOTTI, Antonio. *Pesquisa em ciências humanas e sociais*. São Paulo: Cortez, 2000.



CHIZZOTTI, Antonio. A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios. *Revista Portuguesa de Educação*, Braga, v. 16, n. 2, p. 221-236, 2003. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=37416210>. Acesso em: 17 set. 2025.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2021.

HUNDENSKI, Maykon Daniel; AL KAS, Yasmin Sayegh; SERPA, Laura Faial. (Des)usos do patrimônio industrial em Itajaí/SC: o caso da ex-fábrica de tecidos Renaux. In: ENCONTRO INTERNACIONAL INTERDISCIPLINAR EM PATRIMÔNIO CULTURAL – ENIPAC, 6., 2023, Joinville. *Anais do VI ENIPAC: patrimônio cultural: trabalho, memória e ambiente*. Joinville: Univille, 2023. Disponível em: https://www.univille.edu.br/account/mpcs/VirtualDisk.html/downloadDirect/3650946/E-BOOK_Anais_VI_ENIPAC.pdf. Acesso em 18 set. 2025.

IBRAM – Instituto Brasileiro de Museus. *Acervos digitais nos museus: manual para realização de projetos*. Brasília: Ibram; UFG, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/museus/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/guias-e-manuais/acervos-digitais-nos-museus.pdf>. Acesso em 09/04/25.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Unicamp, 2003.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação. *Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense: Caderno 1 – Formação Geral Básica*. Florianópolis: Gráfica Coan / SEE-SC, 2020.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.



MEMÓRIAS DE PROFESSORES PELO VIÉS DA LITERATURA¹

Monique Valgas Ferreira | Universidade La Salle | moniquevalgas@gmail.com²
Lúcia Regina Lucas da Rosa | Universidade La Salle | lucia.rosa@unilasalle.edu.br³

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho versa sobre uma oficina aplicada a docentes de uma escola da rede municipal da Região Metropolitana de Porto Alegre/RS. A pesquisa visa analisar o papel do professor comparando o Projeto Político Pedagógico (PPP) vigente da escola com as experiências durante o exercício da profissão a partir de provocações advindas de literaturas sensíveis. O intuito é a compreensão através das narrativas dos professores sobre questões relacionadas à identidade e à construção de memória. Para isso, a literatura foi o meio utilizado para sensibilizar e inspirar a produção das narrativas. Dessa forma, foram selecionados trechos das obras Quarto de despejo – diário de uma favelada (2014) de Carolina Maria de Jesus e Tudo nela brilha e queima (2017) de Ryane Leão para comporem a oficina. No âmbito da memória social e identidade, a proposta utilizou como base teórica escritas de Halbwachs (1990), Candau (2019) e Leda Maria Martins (2021) buscando a compreensão das narrativas dos professores e o tempo espiralar em contraponto ao tempo cronológico. A pesquisa expressa subjetividades compreendidas pela fala e pela produção escrita das narrativas docentes com mais potência que os documentos oficiais, visto que, analisados ao longo da história servem, por vezes, como instrumento de apagamento de memórias.

272

A proposta visa dialogar acerca do Projeto Político pedagógico vigente, em uma escola municipal da região metropolitana de Porto Alegre/RS, o que diz acerca do papel docente em relação às escritas de memória desenvolvidas em uma oficina. Segundo a obra *Escola: espaço do projeto político-pedagógico* (1998), o Projeto Político Pedagógico (PPP) é político no sentido de que apresenta o comprometimento social dos envolvidos em relação à sociedade. É pedagógico pois direciona as ações da escola e, ser ambos, é indissociável. Dessa forma, a escola deve ser democrática para incluir a participação de todas as esferas que a compõe. A escola é autônoma e pode delinear sua identidade no documento.

¹ Pesquisa vinculada ao projeto PPG em Memória Social e Bens Culturais da Universidade La Salle, desenvolvida com bolsa da CAPES.

² Doutoranda em Memória Social e Bens Culturais da Universidade La Salle.

³ Doutora em Letras; coordenadora do PPG em Memória Social e Bens Culturais da unilasalle.



Se escola nutre-se da vivência cotidiana de cada um de seus membros, co-participantes de sua organização do trabalho pedagógico à administração central, seja o Ministério da educação, a secretaria de educação estadual ou municipal, não compete a eles definir um modelo pronto e acabado, mas sim estimular inovações e coordenar as ações pedagógicas planejadas e organizadas pela própria escola (PPP, 1998, p.16).

A literatura pode mostrar a essência do papel diverso do professor, a escola também exerce papéis sociais, é o local de refúgio dos abusos, é um local de acolhimento. E ousa indagar, onde o professor é acolhido? Onde ficam esses registros do papel fundamental que o professor faz em sua essência de trabalho? Não é somente reprodução de conteúdo, é trazer o questionamento, é aprender com o aluno, com a troca. Sem registros esse trabalho e dedicação podem ficar invisibilizados, pois as práticas pedagógicas são transferidas oralmente. Assim como podem ser esquecidas as especificidades da comunidade escolar, métodos de abordagem com os alunos, atividades do cotidiano que facilitem a prática de novos professores na instituição.

Segundo o tópico, *Concepção de professor*, que consta no PPP (2023, p. 12) da escola em estudo:

O professor, conforme a concepção sociointeracionista, tem um papel de mediador, planejando de forma intencional o processo de ensino e aprendizagem, tendo em vista trazer o estudante para participar de forma ativa interagindo com o meio. Cabe ao professor orientar os estudantes, como um mediador entre eles e o meio para o desenvolvimento de ações que assegurem uma construção do conhecimento de forma significativa, através de experiência vivida e concreta.

273

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Joel Candau, com a obra *Memória e Identidade* (2019) corrobora com a perspectiva da identidade, que é um termo que se refere aos semelhantes, uma representação. Há características sutis dentro de um grupo que definem sua identidade. Assim como, ao se fazer o recorte de grupos de professores de escolas públicas no mesmo município ocorrem características em comum na definição desses grupos, porém cada escola possui uma especificidade, logo uma identidade própria.

A realidade dessa memória, por outro lado, parece poder ser deduzida da existência de atos de memória coletiva, existência facilmente verificável com a ajuda de dados empíricos: comemorações, construções de museus, mitos, narrativas, passeios



dominicais em um cemitério, etc. Ora, a existência de atos de memória coletiva não é suficiente para atestar a realidade de uma memória coletiva. Um grupo pode ter os mesmos marcos memoriais sem que por isso compartilhe as mesmas representações do passado (Candau, 2019, p. 35).

Cada momento tem um impacto diferente em cada indivíduo, o que ocorre é uma circulação de lembranças através do grupo. Segundo Candau (2019), a memória forte é profunda e organiza a estrutura de um grupo. Além de que grupos menores tendem a ter uma memória organizadora forte e ela só é construída se for possível compartilhar as memórias individuais com objetivos em comum. No capítulo *Da mnemgênese à memogênese* é explicado que o processo de lembrar é baseado na consciência de si, a partir da complexidade de quem lembra “o tempo da lembrança é, portanto, inevitavelmente diferente do tempo vivido, pois a incerteza inerente a este último está dissipada no primeiro.” (Candau, 2019, p. 66). Assim, ao lembrar de algo doloroso, a situação pode ter um novo olhar mais sutil e menos traumático: “A narrativa é o conjunto de história e ficção, fatos e verdades e servem como uma forma de representação de si, entretanto só é possível quando há um distanciamento dos fatos narrados.” (p. 71)

Sobre o tempo, a obra *Performances do tempo espiralar: poéticas do corpo tela* (2021), de Leda Maria Martins contribui para a compreensão das narrativas dos professores e o tempo. Na visão ocidental o tempo pode ser capturado pela palavra: “A escrita, como lugar de memória, é um dos instrumentos de expressão mais enaltecidos e habita os lugares de memória privilegiados no Ocidente” (Martins, 2021, p. 29)

Mesmo na cultura ocidental há outros modos de compreender e expressar o tempo, tal como a poesia. Assim, Martins (2021, p. 30) afirma: “poesia é tempo” é um meio de quebrar a linearidade do tempo e nem sempre precisa ser expresso pelas palavras. O que versa sobre a importância do relato da pesquisadora ao entregar a proposta da oficina às professoras. A troca não foi somente dialógica, mas as expressões e a percepção do momento contribuem para entender o momento vivido, o que ultrapassa as palavras e até simboliza mais que o sim ao aceitarem realizar a oficina. A perspectiva de que somente são relevantes os registros oficiais e o tempo linear, é uma visão eurocentrista, visto que, por vezes, foram tratadas as culturas sem registros oficiais como inferiores.

3. OFICINA CAROLINA MARIA DE JESUS E RYANE LEÃO: DAS MEMÓRIAS ÀS ESCRITAS DE SI



Assim, abordar quem são os professores através de suas próprias narrativas contribui para desconstruir essa ideia. “O domínio da escrita foi instrumental na tentativa de apagamento dos saberes considerados hereges e indesejáveis pelos europeus” (Martins, 2021, p. 34). Por isso, ao se falar de narrativas de professoras e literatura produzida por mulheres negras é importante o recorte decolonial, além de que reforça a resistência e o não apagamento dessas memórias em relação aos documentos oficiais. Ryane Leão em sua publicação mais recente *Ninguém pode parar uma mulher ventania* (2025), apresenta um poema (p. 38) que versa sobre ocupar espaços acadêmicos com a poesia:

estou irritando os poetas das métricas
escrevendo em caixa-baixa
ignorando os versos regulares
desmontando as regras
a academia padrão me detesta
mas tem sido inevitável ouvir meu nome
pelo corredores das escolas e as universidades
estou nas dissertações e monografias
nos prefácios, agradecimentos e biografias
meu livro passeando dentro das mochilas e das bolsas
das mulheres negras que vão segurar
seus diplomas em breve
elas me olham e se veem
e quem pode deter a identificação
me diga
o que pra eles não é poesia
tem nos mantido vivas

A oficina foi desenvolvida com o intuito de possibilitar aos professores um outro contexto para se expressarem e refletir sobre o papel do professor. Como meio de sensibilização, foram utilizados trechos da obra *Quarto de despejo- diário de uma favelada* (2014) e *Tudo nela brilha e queima* (2017) de Ryane Leão. A participação na oficina foi realizada de forma individual e a distância. A oficina foi composta por três etapas onde vida e obra das escritoras foram apresentadas e serviram como inspiração para as produções escritas dos professores. A distribuição das etapas da oficina ocorreu conforme a imagem abaixo:



Imagem 1 – Etapas da oficina Carolina Maria de Jesus e Ryane Leão: das memórias às escritas de si



Fonte: desenvolvido pela autora (2025).

Na terceira etapa, houve a apresentação de uma carta escrita pela Ryane Leão, dedicada para si:

Querida Ryane,
 Antes de mais nada, quero te dizer obrigada.
 Obrigada por ser feita de fogo e coragem.
 Obrigada por já ter sido muitas para que eu pudesse ser agora.
 Obrigada por ter desabilitado a culpa e por ter se escolhido inúmeras vezes seguidas.
 Obrigada por entender que você foi e é o suficiente.
 Depois quero te contar algo. Você conseguiu.
 Você conseguiu ser poesia quando a palavra era tudo o que você tinha.
 Você conseguiu ser sua casa quando, sozinha, seu corpo se reconheceu império.
 Você conseguiu sorrir para o tempo e respeitar os seus processos e quem você está se tornando.
 Você sonhou grande para caminhar na imensidão.
 Continue
 Continue se permitindo, se reencontrar consigo mesma após as quedas livres da vida
 Continue brilhando porque você ilumina mundos
 Continue se curando
 Continue magnífica



Continue inventando, acolhida
Continue

A partir dessa escrita, como meio de inspiração, as professoras foram convidadas a escrever cartas para si, sem espaço tempo definidos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao exercer o papel de supervisora escolar, uma das atribuições é a formação de professores, assim, também há os desafios que fazem parte da profissão. Muitas professoras tiveram receio em participar, a oferta foi para 20 professoras e somente 9 retornaram a atividade. Além da parte escrita houve uma troca significativa com as participantes, ao longo do desenvolvimento me procuraram para fazer comentários sobre as etapas em que estavam da escrita.

Na obra *Quarto de despejo – diário de uma favelada* (2014) de Carolina Maria de Jesus, relata, em um dos trechos selecionados para a aplicação da oficina, sobre o papel da mulher na história do Brasil (p 53):

7 de junho de 1958

... Quando eu era menina o meu sonho era ser homem para defender o Brasil porque eu lia a História do Brasil e ficava sabendo que existia guerra. Só lia nomes masculinos como defensor

da patria. Então eu dizia para a minha mãe:

- Porque a senhora não faz eu virar homem?

Ela dizia:

- Se você passar por debaixo do arco- iris você vira homem.

Quando o arco-iris surgia eu ia correndo na sua direção. Mas o arco-iris estava sempre se distanciando. Igual os politicos distante do povo. Eu cançava e sentava. Depois começava a chover. Mas o povo não deve cançar. Não deve chorar. Deve lutar para melhorar o Brasil para os nossos filhos não sofrer o que estamos sofrendo. [sic]

Assim como a escritora Carolina identificava essa ausência de registros de mulheres na história do Brasil, o trecho de uma carta desenvolvida na oficina corrobora para a importância das temáticas de gênero e interseccionalidade.



Imagem 2 – Trecho de uma carta escrita por uma professora

Para mim mesma

Minha trajetória na educação é curta, mas cheia de significado. Sempre quis ser professora, embora minha família acreditasse que apenas os homens pudessem ter um futuro promissor. Por não ser aluna nota 10, diziam que eu, no máximo, seria faxineira. Mas nunca aceitei esses rótulos.

Com o casamento ganhei liberdade e fui estudar Administração. Contudo, com o nascimento dos meus filhos, minha paixão pela educação cresceu ainda mais. Priorizei encaminhá-los primeiro e, depois, fui buscar meus próprios sonhos.

apesar da carreira recente, consigo uma trajetória significativa. Sou dedicada à profissão e procuro enxergar o potencial de cada aluno de forma única. No futuro, espero continuar fazendo a diferença na vida das crianças que, muitas vezes, têm poucas

Fonte: acervo da pesquisadora (2024)

O relato da professora remete à perspectiva que se tem acerca do gênero, assim, para se falar sobre o papel docente é necessário que haja recortes específicos para compreender o quadro atual de acordo com a sociedade em que vivemos. Segundo dados da cartilha denominada *Educadoras são defensoras dos direitos humanos*, publicada em 2021, apresenta dados de que o quadro docente brasileiro é formado expressivamente por mulheres.

Os relatos junto aos dados estatísticos existentes são indicativos de temáticas que devem ser exploradas, visto que, o número de violência contra docentes, conforme dados da cartilha, *Educadoras são defensoras dos direitos humanos*, também tem aumentado



REFERÊNCIAS

CANDAU, Joel; FERREIRA, Maria Letícia. M. Mémoire et patrimoine: des récits et des affordances du patrimoine. **Educar em Revista**, n. 58, p. 21-36, 11 out. 2015.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

JESUS, Carolina Maria de. Quarto de despejo – diário de uma favelada. São Paulo: Editora Ática, 2014

LEÃO, Ryane. Tudo nela brilha e queima. São Paulo: Planeta do Brasil, 2017.

LEÃO, Ryane. Ninguém pode parar uma mulher ventania. São Paulo: Planeta do Brasil, 2025.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro; RESENDE, Lúcia Maria Gonçalves de (orgs.). Escola: espaço do projeto político-pedagógico. Campinas, SP: Papirus, 1998.



OS USOS DO PATRIMÔNIO NA EDUCAÇÃO BÁSICA: ANÁLISE DOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA (PNLD 2020 – BRASIL)

Roberta Zuanazzi Hahn | FLUP | betahahn@gmail.com¹

1. INTRODUÇÃO

É evidente o fato de os livros didáticos serem amplamente utilizados na prática pedagógica nas salas de aula, bem como, regularmente, se constituírem nas únicas obras disponíveis para a pesquisa discente. Diante desta constatação, faz-se necessário compreender de que maneira as questões patrimoniais são tratadas nos manuais. O presente trabalho tem como principal objetivo a análise das noções e acepções de patrimônio contidas nos livros didáticos que integram o Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD 2020), no Brasil, relativos à disciplina de História dos Anos Finais do Ensino Fundamental. Buscou-se, sobretudo, identificar e destacar quer as recorrências ou tendências gerais, quer apontar as singularidades específicas do tratamento conferido às questões patrimoniais nos materiais analisados. Para tanto, a revisão bibliográfica forneceu as ferramentas necessárias à discussão teórica da problemática patrimonial.

O processo investigativo permitiu constatar que os livros didáticos materializam discussões atuais importantes, a exemplo da centralidade atribuída à comunidade detentora do bem nos processos de patrimonialização, ou da própria valorização das dimensões imateriais do patrimônio. Outrossim, esses manuais são palco para a apresentação de manifestações culturais diversificadas, contribuindo para a construção de identidades e visões de mundo plurais. De um modo geral, as suas atividades promovem a reflexão crítica e o protagonismo dos estudantes. Em simultâneo, observaram-se algumas limitações e ausências, principalmente em relação à manutenção parcial da falsa oposição entre as dimensões material/imaterial do patrimônio e à permanência do seu ethos preservacionista. O presente artigo tem como propósito analisar as noções e acepções de patrimônio, bem como as diferentes dimensões dos bens patrimoniais expostas e exploradas nos livros didáticos de História dos Anos Finais do Ensino Fundamental, disponibilizados pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD 2020, Brasil). A proposta desta investigação surgiu a partir de inquietações e questionamentos

280

¹ Mestra em História e Patrimônio pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Portugal) e Professora Titular de História na Rede Municipal de Ensino de Canoas (RS).



suscitados ao longo das unidades curriculares do Mestrado em História e Patrimônio, especialmente em decorrência da prática docente como professora de História na rede pública municipal de Canoas, no Estado do Rio Grande do Sul. Nesse contexto, emergiu a necessidade de compreender de que maneira o tema do patrimônio é abordado e de que forma pode ser incorporado ao cotidiano escolar.

A partir dessa indagação inicial, delinearam-se novos questionamentos: Quais desafios se impõem à abordagem dos conceitos de patrimônio no espaço escolar? De que maneiras as múltiplas noções de patrimônio podem ser discutidas criticamente em sala de aula? Até que ponto os livros didáticos podem ser considerados mediadores nesse processo? Tais perguntas orientaram o percurso desta pesquisa, sustentada na compreensão de que o livro didático constitui, recorrentemente, referência central na elaboração de atividades didático-pedagógicas, na condução das aulas teóricas e práticas, e, muitas vezes, a principal ou única fonte de leitura e pesquisa dos estudantes. Diante disso, impôs-se o seguinte problema de investigação: como as temáticas relativas ao patrimônio são tratadas nos livros didáticos de História?

Para responder a essa questão, foram definidos dois objetivos gerais: identificar as noções e conceitos de patrimônio presentes nos livros didáticos do PNL D e analisar as orientações e propostas desses manuais quanto ao trabalho com o patrimônio nas aulas de História. De modo complementar, estabeleceram-se também dois objetivos específicos: examinar detalhadamente as noções e acepções de patrimônio nos livros didáticos e identificar os tipos e/ou dimensões de patrimônio abordados.

Durante o processo investigativo, algumas obras foram fundamentais por oferecerem referenciais teóricos relevantes à discussão. Destacam-se Hall (1999), pela perspectiva dos estudos pós-coloniais e multiculturais; Smith (2006), ao compreender o patrimônio como um processo social em constante construção, permeado por conflitos, negociações e ressignificações, e pela ênfase na centralidade das comunidades na definição do que consideram seu patrimônio; e Freire (2020), cuja crítica à “concepção bancária de educação” inspira a reflexão sobre a necessidade de promover o protagonismo discente no processo de ensino-aprendizagem.

2. CONCEITOS DE PATRIMÔNIO COMUNICADOS NOS MANUAIS



A análise das coleções didáticas revela uma preocupação recorrente em conceituar o patrimônio, embora tal esforço se manifeste de modos distintos entre os materiais. Em uma das coleções, observa-se ainda a prevalência de uma concepção vinculada aos valores históricos e estéticos, como exemplifica a coleção *Inspire História*, destinada ao 6º ano: “entende-se por patrimônio cultural o complexo de monumentos, conjuntos arquitetônicos, sítios históricos e parques nacionais de determinado país ou região que possui valor histórico e artístico” (Seriacopi; Seriacopi, 2018a, p. 42). Trata-se de uma formulação que conserva traços do *ethos* preservacionista, evidenciado também na afirmação de que “chamamos de ‘patrimônio’ um bem valioso, que merece ser preservado e cuidado” (Seriacopi; Seriacopi, 2018b, p. 208). Tal definição, contudo, não explicita as razões do valor atribuído ao bem e tende a reduzir o patrimônio a um objeto de conservação, desconsiderando as dimensões de apropriação, significado e identificação coletiva (Souza; Crippa, 2015).

Apesar dessa constatação, é possível reconhecer indícios de ruptura com a ênfase exclusiva na materialidade dos bens patrimoniais, evidenciando a assimilação do alargamento conceitual ocorrido a partir da década de 1980. Nesse sentido, destaca-se a coleção *História, Sociedade & Cidadania*, que adota uma definição mais plural e democrática de patrimônio cultural, em consonância com o artigo 216 da Constituição Federal de 1988. Tal definição é apresentada em uma seção dedicada aos conceitos-chave da área da História, presente nos quatro volumes do manual do professor. De modo semelhante, a coleção *Estudar História* também menciona o referido artigo como marco da ampliação do conceito de patrimônio no Brasil, processo iniciado na década de 1930, com o Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, que substituiu a expressão “patrimônio histórico e artístico” por “patrimônio cultural brasileiro” (Braick; Barreto, 2018a, pp. 20–21).

A coleção *Teláris História*, por sua vez, chama atenção para a “imediate associação do termo [patrimônio] a monumentos e edifícios antigos”, explicando que tal concepção vem se modificando em razão dos avanços teóricos e metodológicos das Ciências Sociais, especialmente no estudo das manifestações culturais (Vicentino; Vicentino, 2018a, p. 58). Importa destacar que essas transformações conceituais são apresentadas não apenas nos manuais do professor, mas também nos livros do estudante, o que amplia as possibilidades de abordagem pedagógica sobre patrimônios imateriais, africanos e latino-americanos (Hall, 1999).



Um exemplo representativo dessa mudança de paradigma é a valorização das tradições orais de povos africanos, como Mandinga, Fula e Hausa, nas quais o *griot* exerce papel central como guardião da memória e da identidade coletiva. Essas tradições são apresentadas como saberes tradicionais, constituindo componentes fundamentais do patrimônio cultural desses grupos (Braick; Barreto, 2018a, p. 40). Em outro exemplo, uma seção intitulada *Lugar e Cultura* aborda a política do Patrimônio Vivo, instituída pela UNESCO em 2003, destacando o reconhecimento dos saberes transmitidos entre gerações e reafirmando a importância da tradição oral como prática cultural. O manual do professor explicita que “essas práticas e percepções são consideradas patrimônio imaterial de um grupo que as reconhece como um bem cultural fundamental para a sua identidade” (Fernandes, 2018b, p. 17).

Essas abordagens evidenciam o reconhecimento de que o processo de atribuição de valor patrimonial deve necessariamente incluir a própria comunidade que reivindica determinado bem como parte de sua herança cultural (Smith, 2006; Ballart, 1997).

2.1. Para além da dicotomia material/imaterial

Embora se observem avanços em direção a um paradigma mais inclusivo, que abrange as dimensões imateriais do patrimônio, as coleções analisadas ainda reproduzem, em certa medida, a dicotomia entre patrimônio material e imaterial. O livro do 6º ano da coleção *Teláris* chega a afirmar que “a cultura imaterial é tudo aquilo que é produzido pelas sociedades humanas, mas não tem consistência material” (Vicentino; Vicentino, 2018a, p. 58). Uma das possíveis explicações para essa persistência reside nos próprios mecanismos institucionais de classificação de bens culturais, que historicamente contribuíram para consolidar a separação entre o material e o imaterial. Ainda assim, é possível identificar esforços pontuais no sentido de superar essa oposição, como a explicitada na coleção *Inspire História*, cujo manual do professor observa que os “bens culturais de natureza imaterial” somente se concretizam mediante suportes e agências materiais (Seriacopi; Seriacopi, 2018b, p. 208).

Consolidar a compreensão de que todo patrimônio envolve dimensões simultaneamente materiais e imateriais, resultantes de processos sociais permeados por diálogos e relações de poder, exige que os livros didáticos superem definitivamente a separação entre ambas. Tal superação implica romper com a prática de definir “patrimônio” e “patrimônio imaterial” como entidades distintas e opostas. Ao admitir que todo patrimônio é, em alguma medida, intangível



e simbólico, reconhece-se seu caráter de construção social, permanentemente sujeito à atribuição de novos valores e significados (Souza; Crippa, 2011; Prats, 1997; Peralta; Anico, 2006).

Nesse sentido, como sustenta Smith (2006, p. 56), “ao definir todo o patrimônio como intangível, o olhar do patrimônio é direcionado para o efeito do patrimônio, e não para o ‘objeto’ ou ‘evento’ cultural em si”. Essa concepção emergente reafirma que o patrimônio não pode ser compreendido apenas a partir de sua materialidade ou imaterialidade, mas deve ser analisado à luz das relações sociais e dos significados que o constituem. Assim, mais do que indagar o que é o patrimônio, torna-se essencial questionar o que se faz com ele, quais valores e interpretações lhe são atribuídos e, sobretudo, por quem.

3. O PATRIMÔNIO EM DISPUTA: CONFLITOS E NEGOCIAÇÕES

Os processos de patrimonialização estão longe de se configurarem como práticas neutras, consensuais ou homogêneas. Pelo contrário, envolvem dinâmicas permeadas por conflitos, disputas simbólicas e negociações entre diferentes agentes sociais. Essas tensões são perceptíveis também nos manuais, nos quais o tema do patrimônio emerge, frequentemente, associado a questões de poder, pertencimento e memória.

Entre as abordagens identificadas nos materiais analisados, destacam-se duas temáticas centrais. A primeira diz respeito aos pedidos de repatriamento de bens culturais, amplamente discutidos no cenário internacional, sobretudo a partir dos movimentos de descolonização do continente africano e da consolidação de perspectivas decoloniais nas análises históricas (Vaz, 2018a). Nesse contexto, intensificaram-se os debates sobre artefatos retirados de seus territórios originais em séculos passados, cujas comunidades de origem reivindicam a restituição. Tais discussões passaram a integrar também os conteúdos das coleções didáticas.

Um exemplo recorrente é a abordagem sobre a formação do acervo do Museu do Louvre, constituído, em grande parte, por bens apropriados durante campanhas militares francesas. Os materiais analisados enfatizam, ainda, movimentos que reivindicam o retorno dessas obras — como no caso das peças egípcias levadas pela França e dos mármores do Partenon, atualmente expostos no Museu Britânico (Cotrim; Rodrigues, 2018c). Também são mencionados artefatos de culturas indígenas e africanas preservados em instituições europeias, aos quais as comunidades originárias não têm acesso. Alguns manuais indicam que grandes



museus vêm repensando a noção de posse, deslocando-a para a ideia de guarda, o que abre espaço para novas formas de negociação (Cotrim; Rodrigues, 2018c).

No contexto brasileiro, ganha destaque o caso dos mantos tupinambás, produzidos no século XVI e hoje existentes apenas em museus europeus. Em 2000, um dos exemplares pertencentes ao Museu Nacional da Dinamarca foi exposto no Brasil, por ocasião das comemorações dos 500 anos do chamado “descobrimento”. Durante o evento, representantes tupinambás reivindicaram sua devolução, mas o processo não avançou devido à ausência de um pedido formal do governo brasileiro. Nos manuais analisados, essa temática é apresentada como debate, embora as orientações ao professor frequentemente reduzam a discussão a aspectos financeiros, como custos de restituição e conservação do artefato (Boulos, 2018a). Neste caso em particular, seria igualmente importante lembrar que não existe nenhum exemplar do manto em solo brasileiro e que a reivindicação para o retorno partia justamente da comunidade produtora deste bem, os Tupinambás.

A segunda temática recorrente nas coleções refere-se às ressignificações do Monumento às Bandeiras, de Victor Brecheret, localizado em São Paulo. Em 2013, manifestantes lançaram tinta vermelha sobre a obra em protesto contra a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215, que pretendia transferir do Poder Executivo para o Legislativo a competência de demarcar terras indígenas e ribeirinhas. Enquanto parte da sociedade interpretou o ato como atentado ao patrimônio público, grupos indígenas o compreenderam como gesto de resistência frente à violência e à exploração historicamente associadas aos bandeirantes (Braick; Barreto, 2018b).

As atividades propostas nesses manuais convidam os estudantes a refletirem sobre os diferentes significados atribuídos ao monumento e sobre as múltiplas formas de manifestação política. As orientações aos docentes, entretanto, enfatizam o enquadramento jurídico dos atos de “vandalismo” e sugerem alternativas de protesto consideradas legítimas, como manifestações pacíficas e debates públicos (Braick; Barreto, 2018b).

Em síntese, observa-se que, ainda que os manuais didáticos apresentem limitações, a inserção de debates como os supracitados contribui para uma compreensão mais ampla e crítica do patrimônio. Ao reconhecer que o patrimônio é constantemente atravessado por apropriações, ressignificações e disputas de memória, esses materiais permitem deslocar a análise para além de uma narrativa linear ou homogênea, abrindo espaço para a pluralidade de vozes e identidades que compõem o processo de patrimonialização.



4. ETHOS PRESERVACIONISTA

Em consonância com a preocupação recorrente acerca dos riscos e ameaças aos bens patrimoniais, todas as coleções didáticas analisadas reproduzem e reforçam uma tendência preservacionista em suas narrativas. Ainda que a preservação seja um tema inegavelmente relevante no campo do patrimônio, a sua equiparação direta à própria noção de patrimônio, ou a ênfase quase exclusiva na conservação como forma de proteção, evidencia um problema conceitual persistente. Quando tratadas como verdades absolutas, essas posições acabam por reduzir o processo de patrimonialização à mera proteção física dos bens culturais. Assim, apesar das tentativas de inovação observadas nos manuais, verifica-se a manutenção de um *ethos* preservacionista que atravessa suas abordagens.

Embora esta coleção demonstre cuidado em explicar a origem do termo *tombamento*, tal preocupação não se verifica em todas as demais. Convém lembrar que, no contexto brasileiro, o tombamento se refere apenas a bens de natureza material. No entanto, observa-se o uso indiscriminado do termo em diversas coleções, revelando uma concepção de patrimônio como algo estático, imune à transformação e ao esquecimento. Essa insistência na noção de tombamento contribui para negar o caráter dinâmico e processual da patrimonialização, restringindo-a a uma visão de culto à eternidade do patrimônio. A retórica preservacionista é reiterada em passagens como: “A **preservação** de monumentos históricos é importante em qualquer **lugar e em qualquer época**. Preservá-los demonstra **respeito** pelo que foi criado por pessoas no passado” (Cotrim; Rodrigues, 2018b, p. 179, grifos meus).

Declarações dessa natureza revelam a centralidade absoluta conferida à preservação patrimonial, aproximando-se de uma postura anacrônica quando confrontadas com as atuais ampliações do conceito de patrimônio. Como destaca Prats (1997), os processos de patrimonialização refletem os pressupostos culturais, políticos e sociais de sua época. Desde a Modernidade, tais processos foram fortemente influenciados pela hegemonia dos países europeus e por seus modelos de legitimação (Hall, 1999; Smith, 2006). No entanto, a patrimonialização não é um fenômeno fixo: ela está sujeita a contestação, renegociação e revisão. A essência do patrimônio não reside no passado em si, mas naquilo que dele se faz no presente e no papel que assume na construção das identidades contemporâneas (Smith, 2006).

Sustentar que os mecanismos de preservação são válidos em todos os tempos e lugares implica reconhecer o patrimônio como universal, mas também como algo impermeável à



ressignificação. Além disso, justificar a preservação em nome do “respeito” ao passado revela-se uma argumentação limitada, pois ignora que o patrimônio é também campo de disputa, conflito e guerras de narrativas. Essa concepção entra em contradição com outras abordagens presentes nas próprias coleções, uma vez que a preservação de um bem depende de múltiplos fatores — entre eles, o grau de identificação da comunidade com o bem em questão.

As atividades didáticas propostas reforçam esse viés. Em uma das coleções, solicita-se que os estudantes elaborem duas listas: uma sobre um lugar de memória pessoal e outra sobre uma manifestação cultural de algum grupo, devendo indicar ações para a proteção e a preservação desses bens (Fernandes, 2018b, p. 89). Em outra, destinada ao 6º ano, os discentes devem pesquisar os patrimônios históricos materiais do município e descrever seu estado de conservação, culminando na redação de um texto sobre medidas de proteção (Seriacopi, G.; Seriacopi, R., 2018a, p. 56). De modo semelhante, outra coleção propõe a criação de uma campanha em defesa da preservação do patrimônio histórico da cidade (Vicentino, C.; Vicentino, J., 2018a, p. 60).

Essas atividades colocam os estudantes na posição de reprodutores do discurso preservacionista, partindo do pressuposto de que todo patrimônio é intrinsecamente valioso e deve ser protegido, sem questionamento prévio de seu significado social. Assim, o discurso subjacente naturaliza a existência de patrimônios “indiscutíveis” e reduz o papel dos alunos à defesa de sua conservação. Perde-se, com isso, a oportunidade de estimular reflexões críticas como: Quais patrimônios são esses? Quem se sente representado por eles? Que memórias esses patrimônios buscam preservar? De que forma esses patrimônios são ou podem ser ressignificados na atualidade?

Acima de tudo, em relação à abordagem do patrimônio, parece confirmar-se a ideia de que o papel do sistema educativo ainda carrega traços da “concepção bancária da educação” de que falava Paulo Freire (2020). Ou seja, aos estudantes, ainda que denominados como cidadãos, somente lhes será permitido zelar, ou até mesmo apenas fazer campanhas pela preservação e conservação dos bens escolhidos por outros. Diante disso, é crucial questionarmo-nos se o discurso tão repisado da criação de uma cidadania consciente se pode concretizar limitando o tema do patrimônio à sua preservação.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS



Constatou-se que as coleções analisadas incorporam, ainda que de modo desigual, as transformações historiográficas e antropológicas ocorridas nas últimas décadas, propiciando o alargamento do conceito de patrimônio, rompendo gradativamente com a ênfase na monumentalidade, na antiguidade e na materialidade.

Os manuais também destacam, em certa medida, o protagonismo discente, concebendo os estudantes como sujeitos ativos, capazes de identificar, reconhecer e reivindicar bens patrimoniais, bem como de refletir sobre os processos de patrimonialização e as relações afetivas que as comunidades estabelecem com seus bens culturais.

Entre as inovações observadas, merecem atenção as abordagens que incluem temas de conflito e negociação, como os debates sobre repatriamento de bens culturais e as ressignificações do Monumento às Bandeiras. Essas discussões contribuem para fomentar uma educação patrimonial crítica, possibilitando que os estudantes compreendam o patrimônio como fenômeno social e político, permeado por relações de poder, disputas simbólicas e diferentes perspectivas de memória.

Por outro lado, as análises também revelaram limites persistentes. Duas questões se destacam: (1) a manutenção da falsa oposição entre patrimônio material e imaterial, que ainda estrutura parte das concepções apresentadas; e (2) a centralidade do discurso preservacionista. A insistência nesse modelo tende a reduzir a cidadania à mera reprodução de discursos preservacionistas, esvaziando a capacidade dos estudantes de se posicionarem ativamente sobre seus patrimônios.

Apesar dessas restrições, reconhece-se que os livros didáticos desempenham papel fundamental ao consolidar o patrimônio como tema de debate na escola e ao contribuir para o desenvolvimento da educação patrimonial em uma perspectiva mais ampla e plural. Espera-se, portanto, que as reflexões aqui apresentadas sirvam de subsídio para futuras revisões das políticas públicas voltadas ao PNLD, incentivando a elaboração de materiais que superem as abordagens tradicionais e fortaleçam a formação de sujeitos críticos, conscientes e participativos frente às questões patrimoniais do presente.

REFERÊNCIAS

BALLART, Josep. **El Patrimonio Histórico y Arqueológico: valor y uso**. 1. ed. Barcelona: Ariel Patrimonio Histórico, 1997. 268 p.



BRAICK, Patrícia Ramos; BARRETO, Anna. **Estudar História: das origens do homem à era digital, 6º ano:** manual do professor. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2018a. 240 p.

BRAICK, Patrícia Ramos; BARRETO, Anna. **Estudar História: das origens do homem à era digital, 7º ano:** manual do professor. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2018b. 192 p.

COTRIM, Gilberto; RODRIGUES, Jaime. **Historiar, 7º ano:** manual do professor. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2018b. 248 p.

COTRIM, Gilberto; RODRIGUES, Jaime. **Historiar, 8º ano:** manual do professor. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2018c. 248 p.

FERNANDES, Ana Claudia. **Araribá Mais História, 7º ano:** manual do professor. 1. ed. São Paulo: Moderna, 2018b. 240 p.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 75. ed. Rio de Janeiro: São Paulo: Paz e Terra, 2020. 256 p.

HALL, Stuart. Whose heritage? Un-settling 'The Heritage', re-imagining the post nation. **Third Text**, Abingdon, v. 13, n. 49, p. 3-13, dec. 1999. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/09528829908576818>. Acesso em: 20 ago. 2025.

PERALTA, Elsa; ANICO, Marta. Introdução. PERALTA, Elsa; ANICO, Marta. (org.). *In: Patrimónios e Identidades:* ficções contemporâneas. Oeiras: Celta Editora, 2006. p. 1-11.

PRATS, Llorenç. **Antropología y Patrimonio.** Barcelona: Editorial Ariel S.A., 1997. 176 p.

SERIACOPI, Gislaine Campos Azevedo; SERIACOPI, Reinaldo. **Inspire História, 6º ano:** manual do professor. 1. ed. São Paulo: FTD, 2018a. 240 p.

SERIACOPI, Gislaine Campos Azevedo; SERIACOPI, Reinaldo. **Inspire História, 7º ano:** manual do professor. 1. ed. São Paulo: FTD, 2018b. 240 p.

SMITH, Laurajane. **Uses of heritage.** New York: Routledge, 2006. 368 p.

SOUZA, Willian Eduardo Righini de; CRIPPA, Giulia. O Patrimônio como processo: uma ideia que supera a oposição material-imaterial. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 17, n. 2, p. 237-251, 2011. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/17609>. Acesso em: 18 ago. 2025.

SOUZA, Willian Eduardo Righini de; CRIPPA, Giulia. A materialidade do patrimônio intangível. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 17., 2015, João Pessoa. **Anais** [...]. João Pessoa: ANCIB, 2015. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/319069142_A_materialidade_do_patrimonio_intangivel. Acesso em: 18 ago. 2025.



VAZ, Valéria. **Geração Alpha História, 6º ano**: manual do professor. 2. ed. São Paulo: Edições SM, 2018a. 320 p.



DEVIR QUILOMBA: A HISTÓRIA FEITA À MÃO PARA ALÉM DA IDENTIDADE

Roselete Fagundes de Aviz | UFSC | roseavizz@gmail.com¹

1. INTRODUÇÃO: CONVITE PELO SENSÍVEL

Para escrever este texto, baseei-me em fragmentos costurados em retalhos nos encontros com mulheres quilombolas da minha comunidade. Nesses encontros, compartilhamos histórias, a partir dos laços que tramam a arte do trabalho em tecidos e fios. Nesse gesto, estamos profunda e apaixonadamente conectadas com mulheres negras cujo senso de estética e trabalho criativo, nos inspira e sustenta (hooks, 2019). Das histórias contadas, aos poucos vou percebendo que as que mais me afetam são a das mulheres que se valem da transmissão de saberes como meio de transformarem a si e aos outros. Tecendo, essas mulheres perceberam que podiam criar espaços outros de subjetivação: devir quilomba. Como mulher e quilombola, percorremos caminhos dolorosos e prazerosos dessa encruzilhada que é tornar-se quilombola. Os modelos normativos de identidade, construídos sob perspectivas culturais essencializantes, têm sido desconstruídos nas narrativas que criamos e na literatura quilombola que escrevo. Tais encontros me ajudam, também, na organização de Oficinas que visam à formação política das mulheres quilombolas, a fim de lhes fornecer ferramentas para o enfrentamento das múltiplas formas de violência a que estão submetidos seus corpos e territórios. Tais práticas são concebidas pela indissociável relação entre o agir e o pensar, uma vez que, conforme lembra Foucault (2010, p. 298): “todo mundo age e pensa ao mesmo tempo.” Este trabalho dá sequência a pesquisas anteriores realizadas sobre narrativas quilombolas, temática ainda pouco explorada em comunidades quilombolas do estado de Santa Catarina.

291

Parece relevante notar o modo como posso narrar meu próprio percurso investigativo sobre a prática da escrita literária, a partir das tecedeiras: minha mãe, tias, primas avós e bisavós, do tecer de colchas, de retalhos, de fuxico, de bordados etc., me deixaram uma herança estética que, na perspectiva de bell hooks (2019), é o modo como convido a olhar para o que acontece entre nós e como posso convocar a problematizar maneiras de contar uma história.

¹ Doutora em Educação. Professora do Departamento de Metodologias de Ensino do Centro de Ciências da Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFSC.



As imagens dos fragmentos de tecidos colocam, à frente, um painel de materiais que produzi e vão compondo os cruzamentos narrativos ao longo das composições que criei: entrevistas das tecedeiras, fotografia de suas mãos, seus cabelos e suas rugas, propondo pensar sobre a relação entre as tecedeiras, a literatura, o tempo, o envelhecimento, a memória, e o ensinamento às mais novas. Coloco o leitor de frente a uma série de modos de pensar sobre a ideia de inclinar-se, com disponível atenção, para uma narrativa feita de multiplicidade e de nuance, na construção filosófica de uma história, a das mulheres “tecedeiras”: mulheres quilombolas de Ribeirão do Cubatão.

Nesse percurso, há pelo menos três ideias gerais nas práticas dos “encontros de tecedeiras: histórias feitas à mão²”, a partir das quais as “tecedeiras” (mulheres quilombolas) ajudam a pensar: entre elas, a ideia de convidar ou ser convidado, nesta pesquisa, como leitor, escritor, espectador em formação, como estudante, professor ou pesquisador que “se inicia aos mistérios do mundo”, numa tarefa de escavar cuidadosamente as camadas de história, de memória, de tempo e de narrativa em que repousam pedaços de uma linguagem sobre a qual, com atitude disponível, pode-se ser convocado a inventar.

Primeiro, “as práticas das histórias feita à mão” permitem pensar sobre a necessidade de “relevar um mundo”. Relevar no sentido de criar um “relevo”, tornar uma certa natureza de materiais expressiva, tangível, concreta e não apenas idealizada. As práticas das “tecedeiras” dão relevo e nos expõe a mundos que são excluídos – formas pouco amáveis da linguagem. Há uma busca filosófica, no meu olhar sobre um modo de vida, por cenas de um real de minha comunidade. Neste sentido, meus escritos elevam a vida “das tecedeiras” à outra potência; possivelmente, à da literatura, mas também à da história e da filosofia. Faz ver o que não existia e propõe que a criação tem a ver com a ideia de “restauração” a fim de mostrar o que ainda era invisível.

A narrativa das tecedeiras que se encontram para contar suas histórias orais, escritas, tecidas, bordadas... talvez proponha problematizar, neste trabalho, de que modo (nessas escritas e leituras) é possível pôr à mostra um mundo que se faz tão necessário estar em primeiro plano.

Talvez, com meus escritos, eu possa convocar o leitor a tomar parte sobre os modos pelos quais se pode utilizar uma linguagem no espaço da fissura, na tentativa de “rachar as

² A expressão tecedeira neste texto é referente aos Encontros de Mulheres Quilombolas em Ribeirão do Cubatão.



coisas”, assim como nos ensina Foucault (2004), e inventar a história das mulheres quilombolas de outra maneira: subvertendo significados postos, entrelaçando múltiplas vozes.

A segunda ideia que parece fecunda, nas cenas das “Tecedadeiras”, é a da atenção a que somos chamadas: a que somos sensíveis? A que signos somos exigidos? A ideia da sensibilidade remete a uma prática, a um trabalho exercido sobre si, ou seja, uma prática de “fazer-se sensível” aos signos do mundo, de sair para observar, de fazer da leitura e da escrita práticas vivas no exercício formativo do sujeito pesquisador sobre si, em diferentes esferas da vida – não apenas aquelas para as quais é impelido a afirmar, registrar e sistematizar.

Do modo como vemos, as cenas dos encontros das “Tecedadeiras” provocam o pensamento sobre uma certa necessidade de, como pesquisadores, nos colocarmos junto à ficção. Nessa operação, a escrita literária que busco aponta para a ideia de recobramos estados de ânimo em direção à noção de que fazer-se espectador, leitor ou escritor de narrativas têm a ver com o encontro “com as coisas” – coisas que façam variar repertórios: um livro, um filme, um objeto, uma flor. Há aí, portanto, a elaboração de uma ideia de encontro com o outro, pois diz de uma maneira particular de dispor-se atentamente ao mundo que nos exige. Aposto nessa multiplicidade do encontro: de rostos, de mãos, de tecidos, de cores, formas, pontos, tudo laçado do encontro, como uma maneira significativa de mobilizar o pensamento na produção de um texto literário; de operar com os materiais de que tomamos parte, de modo a perscrutar as fissuras, os desdobramentos da língua, e as possibilidades do imprevisto que, por vezes, excluímos ou não confrontamos.

A terceira está relacionada com a ideia de que ler, escrever, contar e ouvir uma história, necessariamente, são práticas que envolvem mobilizar, movimentar e “comover”, no sentido de mover com as coisas, pelo encontro com materialidades do mundo em que colocamos e movimentamos nossas mãos. Como os textos que lemos ou escrevemos podem mobilizar? De que forma comove o convite que fazemos à escrita literária? Como podemos colocar em jogo diferentes dimensões do pensar, não apenas as vinculadas à lógica do explicar, mas que tenham a ver com a ideia da experiência, do acontecimento no momento mesmo em que convidamos ou somos convidados a escrever literariamente?

O ‘devir quilomba’ é um movimento que pressupõe mudança – um torna-se –, e evoca “as condições históricas que produziram a feminização da ideia de quilombo, possibilitando a visibilidade contemporânea das mulheres quilombolas na luta pela terra” (Almeida, 2022, p. 30). Nessa luta, as mulheres quilombolas se mostram em sua inteireza nos encontros para mostrar



seus saberes, ensinamentos sobre seus modos de viver. Sobre suas palavras. Assim, fica o convite para olhar para os fragmentos de voz, escolhidos no tecido que aqui se estende, mobilizando afetos em busca de um devir comunidade, conforme a imagem a seguir.

Figura 1 - As Tecedeiras



Fonte: arquivo pessoal da autora (2025)

2. FRAGMENTO 1 – A VOZ E A TRANSMISSÃO

Contar em fragmentos no encontro. Encontrar-se com o outro. Estar juntos. Com os tecidos, com os fios, com os textos. Estar juntos, ler e escrever com a voz e com as mãos. Necessidade de criação com o outro. Cada história traz ao presente quem está ausente. Tal qual a personagem Antonio Biá, do filme *Narradores de Javé* (2003), de Eliane Caffé, percebe-se que, nas narrativas sobre o passado, há sempre espaço para invenções e reelaborações. O que mobiliza essas mulheres a contarem histórias? O prazer de viverem juntas. De lembrar. De esquecer. De inventar de parar para rir. Fazer algo pelo prazer é uma forma de cuidar de si e, conforme Foucault (2004, p. 271), “não se deve pensar no cuidado dos outros na frente do cuidado de si; o cuidado de si eticamente vem em primeiro lugar, na medida em que a relação consigo mesmo é ontologicamente primária”. No encontro, essas mulheres fazem uso da tradição como forma de potencializar a vida no presente. Nesses momentos, modificam com incômodos e estranhamentos contínuos, próprios do ato de apropriar-se da linguagem, aquilo que causa grande estranhamento e sensações de desconforto nas posições que se colocam



sobre *tradição e inovação*. Neste sentido, a necessidade de que algumas narrativas sejam renovadas.

Dessa forma, meninas que acompanham suas mães também são convidadas a contar seus pontos de vista. Esse momento exige que escutemos, respeitosamente, suas respostas ao que foi passado como tradição para elas. Não se trata de representar ou encenar o passado, mas de mobilizar valores e modos de vidas herdados dos antepassados para mobilizar o presente. É um modo simples de começar a entender como são capazes de se expressar em mundos possíveis passados, presentes e futuros: uma oralitura?

A oralitura é do âmbito da performance, seu agenciamento, e nos permite abordar teórica e metodologicamente, os protocolos, códigos e sistemas próprios de performance, assim como o *modus operandi* de sua realização, de sua recepção e afetações, assim como suas técnicas e convenções culturais, como inscrição e grafia de saberes (Martins, 2021, p. 41).

Em nossos encontros, a transmissão não está preocupada com o que existe para saber, ou para responder, ou para pensar, ou para dizer, ou ainda para fazer, mas sim com “a co-(i)mplicação cúmplice no aprender daqueles que se encontram no comum da comunicabilidade” (Larrosa, 2003). Ou ainda, comum em que tudo pode ser de todos, mas que todos não podem ser um. Nesses encontros, a trans-missão é missão que passa, ao colocar em jogo nossa ligação com a linguagem. Significa que há uma paixão, uma vida que funciona acima da palavra. Talvez isso explique por que, em todas as sociedades nas quais a colonização implicou a destruição da estrutura social, a população colonizada foi despojada de suas crenças, costumes e especialmente de sua palavra. Se, como temos percebido até aqui, a palavra está estritamente relacionada à pessoa, o que significa destruir uma língua, já que a pessoa está integrada à palavra que fala?

3. FRAGMENTO 2 – A VOZ E O TESTEMUNHO³

Escrever em fragmentos. Escrever com fragmentos de tecidos. Escrever como experiência. Experiência da paixão. Derrida (2004) enuncia, em suas obras, a paixão pela literatura, sobre construir conceitos. Sua obra “Morada: Maurice Blanchot” (2004) é um grande exemplo dessa paixão. Para o autor, a literatura é tanto uma paixão como um enigma, um

³ Esse tópico foi tomado, com leves mudanças de Aviz (2021).



abismo profundo de latinidade⁴. É dessa leitura de literatura⁵ que Derrida fala da paixão e do testemunho na literatura. E paixão deriva de psicopatologia: psico-pathos-logia: estudo do que causa espanto à alma, ou seja, trata-se daquilo que nos causa espanto, que provoca susto, a *pathos*, como toda reflexão psicanalítica da condição humana.⁶

A partir desse pensamento, Derrida (2004) fala da experiência escrita, partindo de Blanchot (2003), como uma experiência *inexperienciada*. Uma experiência *inexperienciada*, em Derrida, significa que “a experiência de cada um na sua absoluta singularidade é uma escrita: não uma memória que se acumula e atualiza carregando o presente com um peso morto que o determina, mas sim um registro vivamente problemático” (Derrida, 2004, p. 460). Nesse sentido, para o autor, todo testemunho traz um pouco de literatura:

Uma experiência *inexperienciada*. Nada parece mais absurdo para o próprio senso comum, com efeito, que uma experiência *inexperienciada*. Mas quem não procurar pensar e ler o que um tal sintagma introduz de ficção e, portanto, de literatura no testemunho, não terá começado a ler ou a entender Blanchot. (Ou a ficção de qualquer outro autor) (Derrida, 2004, p. 460).

A experiência *inexperienciada*, a nosso ver, passa pela compreensão de que “a linguagem não é apenas comunicação do comunicável, mas simultaneamente, símbolo do não comunicável”, nas palavras de Walter Benjamin (1992, p. 194). São esses elementos que, na experiência como escritura, dividirão o homem entre a honestidade (sinceridade com a História, o vivido e a realidade) e a paixão para com a imaginação e a possibilidade de vida(s) a partir de sua própria.

Nessa linha de pensamento, partindo de “O Instante da Minha Morte”, de Blanchot (2003), Derrida (2004) mostra que a experiência da existência é sempre um jogo – sempre indeciso – entre a necessidade e o acaso, atentando às regras. Nesse sentido, a experiência (estética e literária) dá-se sempre como afeto: o toque. Toque no outro, toque no corpo do outro, porque “a memória é uma história com homens. De tato” (Vilela, 2001, p. 250).

Tal aspecto leva-nos a pensar sobre a voz e o testemunho no encontro de mulheres quilombolas como *corporeidade*; questão muito significativa nessa experiência de voz-escuta dos encontros naquilo que compreendemos como a *recuperação imaginativa*, aspecto

⁴ Segundo esse autor, “em todas as línguas europeias, e mesmo nas línguas em que o latim não é dominante, como o inglês e o alemão, a literatura continua a ser uma palavra latina” (Derrida, 2004, p.14).

⁵ Referente à leitura e à análise de uma obra de Maurice Blanchot: “O instante da minha morte.”.

⁶ Maurano (1995).



fundamental naquilo que Derrida (2004) traz a esse encontro como *experiência* não somente como memória.

Na imagem que abre esse texto, percebemos que, no compartilhamento pelas mãos, pela vocalidade da voz, ficção e testemunho confundem-se. Ao encerrar a narrativa, outras mulheres e meninas testemunhas as suas próprias experiências e os seus sonhos. O sonho em voz alta sempre aparece em nossos encontros. E já não importa quem conta o sonho ou se ele tem sentido. Cada uma, por meio da voz (corpo), mergulha com facilidade na história da sonhadora.

4. FRAGMENTO 3 - A VOZ E O SONHO

“De que lugar se projetam paraquedas? Do lugar onde são possíveis as visões e os sonhos. Um outro lugar que a gente pode habitar além dessa terra dura: o lugar do sonho (Krenak, 2019).”

Sonhar é suspender o céu e cuidar da terra (Krenak, 2019). Sonhamos com a agulha e o tecido nas mãos. Sonhamos a partir do que nossa voz nos mostra. Nos encontramos para contar, costurar cada pedaço de tecido de acordo com a técnica do fuxico, fechando recortes circulares de tecidos. Desse modo, contamos o que vivemos, o que as mulheres que vieram antes de nós poderiam nos contar. Desse modo, contamos o que vivemos; contamos o que as mulheres que vieram antes de nós poderiam nos contar em fragmentos de sonho.

Assim, vamos muito longe da própria memória. Aparecem paisagens perdidas do território em que vivem: o ribeirãozinho da infância, quase esquecido, que dá nome à comunidade e que ainda dá vida a tudo o que se planta no território; a travessia de uma das margens do rio que corta a Comunidade para a outra; os ganhos e as perdas de uma travessia; as árvores, as flores, a paisagem dessa casa chamada Ribeirão do Cubatão.

É assim que tecemos ao falarmos de tudo ao nosso redor, para que não sejamos a isso indiferentes. Com a palavra, o tecido e a agulha tecemos. Não choramos. Começamos a rir. Rimos muito juntas. Assim, organizamos nossa casa. Habitamos. O que seria o habitar senão organizar as coisas no nosso entorno? Como pensar em habitar sem pensar em nossa casa? Senti-la?

Nesse modo de compor entre mulheres, consideramos a Terra como nossa casa. Esse é mote de “Ideias para adiar o fim do mundo”, de Ailton Krenak. Compomos com Krenak (2019), com a agulha e com o tecido nas mãos, resgatando o que, na palavra, ainda resta da linguagem



do corpo. Esse modo de compor a narrativa, certamente não é à toa, já que um dos principais conflitos da história cultural do Brasil, uma das partes dessa grande casa chamada Terra, é aquele estabelecido entre a cultura letrada e a não letrada. Nessa construção de linguagem é onde opera a construção da própria fala a partir de seus elementos composicionais, como a da própria voz no contar uma história.

Em essência, Krenak (2019) conta que a relação do ser humano começa com sua casa comum a que chamamos Terra: esse lugar que todos compartilhamos, mãe de todos os seres, uma casa comum, construída para cuidar e ser cuidada por todos. Nessa grande casa, vivem o rio, a montanha, a floresta, a pedra, a terra, os animais, enfim, toda paisagem. São todos parentes. Mas não são iguais! E se atraíam por suas diferenças, como constelações. Um dia, porém, o ser humano acordou se sentindo o maior de todos os moradores. E, não satisfeito, colocou sua liberdade no mercado. Desde esse momento, nossa Mãe-Terra sofre maus-tratos cotidianamente; nosso bisavô, o rio, está em coma; nossa avó, a montanha, sofre de exaustão. Uma casa que abriga as estruturas sociais e permanências de uma sociedade e suas desigualdades. Quando nos encontramos, pensamos nessa Mãe sábia que nos solicita a fazer uma pausa, uma escuta, um retorno à nossa voz. A voltar ao lugar do sonho. A pensar o que devemos fazer depois que acordamos. Juntas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS: PROBLEMATIZAR, SEMPRE

Insistimos neste estudo por um pensar. Devir quilomba: afeto e política nas práticas literárias de mulheres quilombolas. Pensar para além da identidade: “a obsessão pela identidade do outro impede que haja um olhar sobre o que acontece entre-nós (Skliar, 2017, p.25). Pensar com atenção às armadilhas da identidade que nos aprisionam a uma narrativa somente. “Pensar suscita a indiferença geral. E todavia, não é falso dizer que é um exercício perigoso. É somente quando os perigos se tornam evidentes que a indiferença cessa” (Deleuze; Guattari, 2010, p. 52). Que perigos temos a enfrentar, hoje, no desafio de torna-se quilombola? Talvez, muitos. No entanto, o mais cruel, quem sabe, seja “o perigo da história única”.⁷

Nesse sentido, que problematizações somos convocados a fazer como mulheres, professoras, pesquisadoras e quilombolas? Quais os incômodos mais insuportáveis,

⁷ Relembrando o pensamento da escritora Nigeriana Chimamanda Adichie (2009).



principalmente, no que se refere à nossa identidade quilombola? De que são feitos esses incômodos?

Num tempo em que muito ainda se diz *sobre* as mulheres quilombolas, mas não *com* elas, colocamo-nos no desafio do encontro: com fios, agulhas e tecidos nas mãos. Olhando para trás para criar o presente, vislumbrando futuros. Histórias feitas à mão, para além da identidade, resultam exatamente no experimentar de pequenas felicidades com nossas mulheres e meninas. A tarefa, nesse sentido, é de pôr à mostra isso que nos acontece, que urge ser contado, lembrado e inventado: “olha, lembrei de mais uma história” ou ainda “olha a história que tenho pra te contar.”

“Quer ver? Escuta.”⁸

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda. **O perigo de uma história única**. TEDTalk, 2009. Disponível em: https://www.ted.com/talks/chimamanda_adichie_the_danger_of_a_single_story. Acesso em: 05 jun. 2024.

ALMEIDA, Mariléia. **Devir quilomba**: antirracismo, afeto e política nas práticas de mulheres quilombolas. São Paulo: Elefante, 2022.

AVIZ, Roselete Fagundes de. CORRESVIVÊNCIAS: Revisitando a “Casa da Voz” no inesperado encontro com o instante de nossa morte. **Rascunhos**, Uberlândia, v. 8, n. 2, p. 106-122, jul./dez. 2021.

BENJAMIN, Walter. **Sobre arte, técnica, linguagem e política**. Lisboa: Relógio D’Água, 1992.

BLANCHOT, Maurice. **O Instante da Minha Morte**. Porto: Editora S.A., 2003.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O que é a filosofia?** Tradução de Bento Prado Jr. e Alberto Alonso Muñoz. São Paulo: Editora 34, 2010.

DERRIDA, Jacques. **Morada**. Tradução de Silvina Rodrigues Lopes. Editora Vendaval, 2004. FOUCAULT, Michel. **A hermenêutica do sujeito**. Tradução de Márcio Alves da Fonseca e Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

HOOKS, Bell. **Anseios**: raça, gênero e políticas culturais. Tradução de Jamille Pinheiro. São Paulo: Elefante, 2019.

KRENAK, Ailton. **Ideia para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

⁸ Poema do poeta do poeta Francisco Alvin.



LARROSA, Jorge. **Pedagogia Profana**: danças, piruetas e mascaradas. Tradução de Alfredo Veiga-Neto. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

MARTINS, Leda Maria. **Afrografias da memória**: o Reinado do Rosário no Jatobá. 2. ed. São Paulo: Perspectiva; Belo Horizonte: Mazza Edições, 2021.

MAURANO, Denise. **Nau do desejo**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.

NARRADORES de Javé. Produção de Eliane Caffé. YouTube (1 h 42 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Trm-CyihYs8>. Acesso em: 15 nov. 2025.

SKLIAR, Carlos Bernardo; DUSCHATZKY, Sílvia. O nome dos outros. Narrando a alteridade na cultura e na educação. In: LARROSA, Jorge; SKLIAR, Carlos (Org.). **Habitantes de Babel**: políticas e poéticas na diferença. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

VILELA, Eugénia. **Corpos inabitáveis**: errância, Filosofia e memória. In: Habitantes de Babel: políticas e poéticas da diferença. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.



A LINGUAGEM NEOCOLONIAL: TRADIÇÕES E CONTEMPORANEIDADES EM BELÉM DO PARÁ¹

Felipe Moreira Azevedo | Universidade Federal do Pará | arqlipe.moreira@gmail.com²
Cybelle Salvador Miranda | Universidade Federal do Pará | cybelle@ufpa.br³

1. INTRODUÇÃO - A FRAGMENTAÇÃO DE UM IDEÁRIO

O estudo da linguagem neocolonial em Belém analisa a história arquitetônica paraense, compreendendo a intencionalidade nas suas formas e retórica que marcaram o início do século XX, acentuando-se a partir de 1914, até meados da década de 40. Buscar suas referências será uma das formas de conhecer mais sobre esta arquitetura brasileira que em Belém ganhou consideráveis adeptos – em sua maioria mestres de obras e engenheiros civis –, legando a “busca pela liberdade” que a arquitetura moderna ansiava alcançar. O neocolonial no Brasil iniciou em um momento de transformação do país quando surgiram brasileiros que discorriam contra as influências estrangeiras a partir da *valorização da nacionalidade*.

No caso da arquitetura houve a tentativa de retomar as características da influência portuguesa (principalmente) no Brasil. Teóricos como Martins, sobre o período de transição do movimento eclético e do vindouro movimento moderno, afirmavam o desenvolvimento de uma linguagem arquitetônica onde “(...) o vasto espaço dedicado à produção colonial opera como indicador, (...), da não relevância da produção eclética (...), mas, ao mesmo tempo, para assinalar a naturalidade e a inevitabilidade da emergência da linguagem moderna (...)” (Martins, 2010, p. 137).

Em Belém, capital do Estado do Pará, neste momento obras arquitetônicas com detalhes e particularidades sob a influência neocolonial passam a ser construídas. Todavia a busca pelo conhecimento desta linguagem arquitetônica também é marcada pelo processo de descaso com as edificações na contemporaneidade, presenciadas no apagamento dos elementos desta estética na cidade.

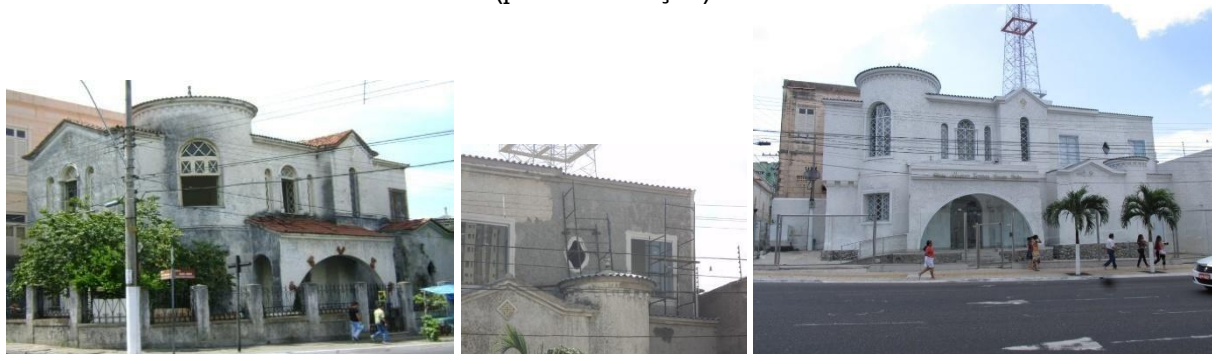
¹ Este artigo integra a pesquisa apoiada pelo CNPq edital MCTI/CNPQ Nº 16/2024 - Faixa 1: Projeto em cooperação, bem como é apoiado por bolsa de pós-doutorado pela CAPES.

² Arquiteto e Urbanista - Graduado pela Universidade Federal do Pará; Mestre em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU/UFPA); Doutor em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU/UFPA).

³ Professora Titular FAU/PPGAU/UFPA; Doutora em Antropologia; Pós-doutoramento em História da Arte; Pesquisadora PQ 2 CNPq; Coordenadora do Laboratório de Memória e Patrimônio Cultural (LAMEMO); Líder do Grupo Arquitetura, memória, etnografia AME.



Figuras 1, 2 e 3 – Casa nº 10 na Rua Gama Abreu (antes da intervenção), e nos anos de 2008 e 2015 (pós intervenção).



Fonte: Azevedo. 2015. p. 27 e 28.

Nas aprovações ocorridas no Departamento de Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural (DPHAC) os pedidos para a demolição, retrofit e outros, destas residências com vista a construção ou remodelação estética em Belém tem aumentado, como o caso da *Casa nº 10* na Rua Gama Abreu (figuras 1, 2 e 3), intervida com a retirada de esquadrias originais para novas janelas de vidro, a platibanda vedando o beiral, a aplicação de molduras em esquadrias e arcada e a construção de um falso histórico.

A exemplo desse caso verifica-se que o ato de preservar a arquitetura do passado em Belém apresenta falhas. No caso da arquitetura, o homem busca uma composição que possa vir a atingir uma representação do grau de beleza absoluta, assim “há que ponderar que o caráter de uma cidade não lhe é dado por seus monumentos (...)” (Severo, 1916, p. 43-44 apud Mello, 2007, p. 172), pois “ligam esses locais as ruas e avenidas marginadas por casas de variado destino; e são estas que dão a característica arquitetônica da cidade (...), a casa é a nota da vida cotidiana do cidadão (...)” (Severo, 1916, p. 43-44 apud Mello, 2007, p. 172-173).

Portanto, a preservação das arquiteturas de interesse é uma responsabilidade constante. Por isso a importância desse estudo deve-se não somente ao vínculo com a historiografia da arquitetura no Pará, mas também pela própria necessidade de melhor compreender esta estética (neocolonial) que possui elementos, traços e detalhes que são ricos e dignos de serem analisados e preservados, principalmente no que concerne à relação do jogo das linguagens acadêmica e coloquial que são aplicadas (Segre, 1991).

Apesar da arquitetura ser considerada como uma arte importante na forma de se expressar (culto ou coloquialmente), ela também auxilia a rememorar o passado ou aprender mais sobre ele, afinal através dela pode-se entender sobre o decurso histórico. Logo, a



compreensão não apenas sobre a linguagem arquitetônica em si, mas das transformações/intervenções que estas edificações (neocoloniais) sofreram, tornou-se a base de investigação desta pesquisa. Na qual, preliminarmente, buscou-se informações nos órgãos competentes, como o DPHAC, sobre o tema do neocolonial em Belém. Partindo disso, percebeu-se que as residências neocoloniais estão sendo alvo de novos programas de necessidades (indo de intervenções simples aos mais graves) que no final acabam por modificar sua aparência e a descaracterizá-las.

Nesse contexto procuramos compreender como os contornos de poder e das relações sociais (Miller, 2013), incluindo as relações entre os indivíduos que habitam uma mesma edificação (família) podem influenciar nas mudanças, sejam externas e/ou internas, em uma edificação unifamiliar no que consiste a estética arquitetônica e dos bens móveis (objetos) que nela podem ser encontrados. Partindo dessas duas forças, analisou-se como as mesmas são capazes de operar nas arquiteturas, alterando suas estruturas e estéticas do passado em prol de novas ideologias (contornos de poder) e expressões artísticas contemporâneas.

2. ESTADO DA ARTE NA PESQUISA SOBRE A ARQUITETURA NEOCOLONIAL

303

A arquitetura neocolonial no Brasil embora ideologicamente seja relacionada com a visão de identidade do período colonial, não consiste na representação fiel desta arquitetura. “Em parte, essa identificação foi devida ao arcabouço ideológico do movimento, que tratava de temas ligados à história, à colônia e a tradição, presentes no repertório da população em geral” (Mascaro, 2008, p. 129). Em Belém esta ideia de representatividade de um *provável passado*, pode ser visto nas formas e composições que mesclavam elementos de linguagens muito encontradas na arquitetura de cunho português como o manuelino e o próprio barroco (Azevedo, 2013; Azevedo, 2015).

Partindo dessa premissa é comum ver certa discrepância da linguagem em relação à aplicação de determinados elementos estético-funcionais como a texturização nas paredes externas, assim como nos tipos e tipologias do neocolonial no Brasil. Em Belém suas características são influenciadas pelos catálogos das revistas que eram adquiridas pelas famílias, as quais os construtores (mestres de obras e engenheiros) utilizavam como base para a elaboração de residências com esse cunho arquitetônico (Azevedo, 2015). Contudo estes (os construtores) acabavam aprimorando-as, fazendo obter características próprias do neocolonial



paraense, destacando-se nas arquiteturas residenciais de Belém: os usos de beirais em finalizações nos vértices com rabo de andorinha, a textura nas paredes externas e o uso da cor branca.

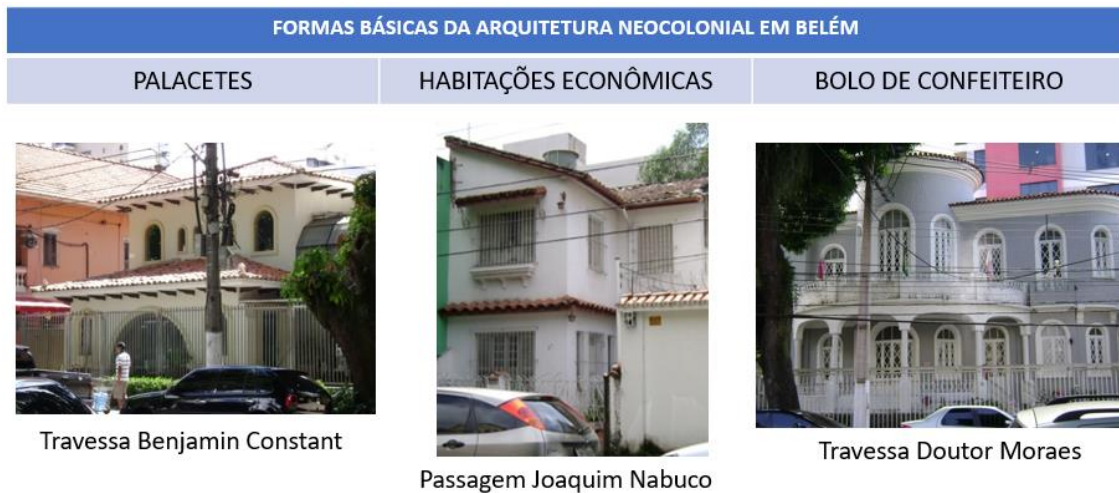
Assim, em Belém, este padrão é visto em alguns bairros da cidade como Nazaré, Umarizal, São Brás, Batista Campos, Cidade Velha e outros, onde vê-se ainda existente esses caracteres, principalmente os dois primeiros (beirais em finalizações nos vértices com rabo de andorinha e a textura nas paredes externas), pois o terceiro, apenas alguns exemplares o mantêm, principalmente quando são levados por questões pessoais como o gosto dos que o habitam, por exemplo.

Estes elementos, embora simples, eram os mais utilizados pelos construtores da época em Belém. Os mesmos eram compostos por mestres de obras, mas, principalmente, por engenheiros, pois ao analisar as Anotações de Responsabilidade Técnica (ART) – pesquisa realiza no ano de 2013 –, localizadas na sede do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Pará (CREA-PA) - viu-se a presença constante, e praticamente unânime, de engenheiros paraenses e de alguns poucos arquitetos. Com estes dados percebe-se que embora houvesse a participação de mestres de obras na produção do neocolonial em Belém, a maior parte dos documentos existentes relatam que a produção desta arquitetura era, predominantemente, do *saber erudito* (pelos engenheiros e arquitetos licenciados).

Ainda com relação às edificações residenciais neocoloniais de Belém, vê-se que no bairro de Nazaré há uma grande presença destes exemplares (Azevedo, 2015) em três tipos ou modelos aplicados (Bolo de confeitiro, as habitações econômicas e palacetes) (figura 4), que mesmo seguindo tipologias diferentes, a maioria apresenta os três elementos (beirais em finalizações nos vértices com rabo de andorinha, textura nas paredes externas e o uso da cor branco) em comum - pois algumas já possuem intervenções - a qual se mesclam com outros caracteres da linguagem como as colunas torsas, frontões curvos, pináculos e etc., (Azevedo, 2015).



Figura 4 – Esquema dos modelos existentes em Belém de habitações neocoloniais.



Fonte: Azevedo. 2015, adaptado por Felipe Moreira Azevedo. 2025.

O que torna mais marcante o fato da arquitetura neocolonial desenvolvida em Belém apresentar uma diferenciação na forma de ser aplicada é a falta de um padrão de uso dos elementos, ou seja, por se tratar de uma arquitetura mais particular esta apresenta uma variação nas formas e composições, afinal, nessa época (anos 1920), as famílias procuravam trazer para sua moradia uma *representação própria*, uma espécie de caracterização familiar (Baudrillard, 2009; Miller, 2013). Assim observa-se determinadas peculiaridades nas mesmas como forma dessa representação, onde há, por exemplo, a presença de brasões e também das imagens dos santos padroeiros dessas famílias, geralmente feitos de azulejos.

Isso demonstra a grande variedade de tipologias dessa arquitetura nesta cidade, diferente do que se vê em outras regiões brasileiras onde existe uma produção maior dessa linguagem arquitetônica através de obras públicas (Mascaro, 2008). Todavia sabe-se que este tipo de arquitetura, influenciada pelo período varguista, existiu em Belém e foi aplicada em escolas públicas (algumas ainda existentes) e postos de saúde (já demolidos), além dos prédios institucionais e militares (Azevedo, 2024).

3. OS BENS IMÓVEIS DE INTERESSE E SEUS USUÁRIOS/PROPRIETÁRIOS

Nesse processo de tentar compreender as transformações que as edificações neocoloniais estão vivenciando em Belém, voltamo-nos as observações de Gonçalves (2007) sobre a existência, cada vez mais acentuada, nas sociedades contemporâneas de um processo



de esquecimento social. Logicamente que cada sociedade apresenta suas especificidades, porém o que se vê em Belém é um processo já, infelizmente, comum nas discussões patrimoniais que é a limitação social mediante os parâmetros de preservação no Brasil, assim como na manipulação dos sistemas de classificação dos denominados bens de interesse.

Sob indagações do: como conservar bens imóveis de interesse? E quais políticas pode-se implantar para resolver os problemas da preservação? se observa na contemporaneidade de Belém uma ruptura entre os órgãos de competência atuantes na cidade e os usuários/proprietários dos bens dos imóveis indicados de interesse à preservação. Enquanto para o primeiro a arquitetura é vista e/ou analisada com o caráter de objeto material, para o segundo consiste em seu lar, sua representatividade significativa na realidade social e íntima familiar (Miller, 2013; Baudrillard, 2009).

Esta polaridade acaba caracterizando uma permanente disputa de interesses entre as fronteiras do patrimônio cultural material regidos na intenção de salvaguarda do bem como objeto simbólico, em conflito ao contexto da vida social da arquitetura na contemporaneidade permeada pelo interesse e/ou necessidade dos proprietários em intervir em suas arquiteturas adaptando-as para si, porém muitas vezes prejudicando a representatividade deste bem como documento de significância cultural.

Como representatividade social a arquitetura é vista como um símbolo de status e que, portanto, necessita sofrer mudanças para se manter como objeto de objetificação de posição social. Essa compreensão é respaldada ou demarcada pelas constantes ações de modificação que podem ser vistas em arquiteturas unifamiliares para se adequarem aos novos gostos e/ou moda que é constantemente retroalimentada em uma sociedade e que acabam influenciando aos proprietários (figuras 5, 6, e 7), pois

os objetos não apenas demarcam ou expressam tais posições e identidades, mas que na verdade, enquanto parte de um sistema de símbolos que é condição da vida social, organizam ou constituem o modo pelo qual os indivíduos e os grupos sociais experimentam subjetivamente suas identidades e status (Gonçalves, 2007, p. 21).



Figuras 5, 6 e 7 – Edificação neocolonial em Belém, em 2000, 2013 e 2022, respectivamente.



Fonte: Azevedo. 2024. p 159.

Estas, por sua vez, quando alteradas na estética acabam sofrendo consequências na sua função de comunicação patrimonial, assim como no caráter de sua identidade como bem de interesse à preservação. Afinal estes objetos materiais são “pensados não mais enquanto parte de uma totalidade social e cultural (...), mas sim enquanto parte de sistemas simbólicos ou categorias culturais cujo alcance ultrapassa esses limites empíricos e cuja função, mais do que a de ‘representar’, é a de organizar e constituir a vida social (Gonçalves, 2007, p. 21).

Estas arquiteturas, portanto, desempenham para além das funções como moradia ou receptáculo íntimo familiar e de status social o de arquivo de objetificação cultural que através de uma linguagem não verbal desempenham uma função identitária “expressando simbolicamente nossas identidades individuais e sociais, mas [que] na verdade organizam (na medida em que os objetos são categorias materializadas) a percepção que temos de nós mesmos” (Gonçalves, 2007, p. 27).

307

4. UMA LEITURA DA REALIDADE DO NEOCOLONIAL

Por conseguir ostentar toda a visibilidade e a imponência que o poder público necessitava para seus edifícios, a estética neocolonial foi “rapidamente identificada pelo governo e pela população em geral como representação de modernidade, de originalidade, de tradicionalismo, de *status* e, por certo, de outras qualificações” (Mascaro, 2008, p. 90).



Figuras 8, 9 e 10 – Edificações neocoloniais em Belém.



Fonte: Acervo fotográfico de Felipe Moreira Azevedo. 2015.

Com relação às edificações particulares o que se vê é uma maior liberdade na forma de se projetar e adornar. Em Belém, por exemplo, cada mestre de obra, engenheiro e/ou arquiteto veio a projetar tipologias diferentes e até únicas (figuras 8, 9 e 10). Isto reflete o quanto a noção de patrimônio cultural pode ser confundida com a de propriedade (Gonçalves, 2007), sob a premissa ou ideia de que a partir do momento que passam ou ganham a conotação de bens de interesse estas deixariam de ser extensões apenas dos proprietários e de seus sistemas de arranjo (Baudrillard, 2009) para serem elementos materiais de transcendência de uma sociedade.

Este pensamento também caracteriza uma apropriação, recriação e reprodução da arquitetura neocolonial em Belém, onde por diversos motivos, dentre eles os de mercado imobiliário e as exigências dos clientes, os construtores como os mestres de obras e os engenheiros, principalmente, acabavam por assimilar traços, elementos decorativos (arcos, frontão, pináculos, volutas, etc.), além do próprio padrão em termos de forma e composição da arquitetura e aplicavam em seus projetos. Fazendo com que surgisse, dessa linguagem arquitetônica, uma nova estética além da que era utilizada pelo governo para fins de massificação populacional e monumentalidade do poder público.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil, a partir da criação de novos programas e do desenvolvimento das instituições para a preservação do patrimônio, percebe-se certo avanço na área da proteção aos imóveis antigos. Embora seja comum haver questões como falhas de estrutura técnica e de políticas preservacionistas, há outro ponto focal que são os problemas de gerenciamento, coordenação e execução dos projetos.



Com isto comprova-se o pensamento do *lucro* através do *desequilíbrio*. O caso das intervenções em edificações residenciais neocoloniais em Belém são um exemplo deste *desequilíbrio*, transformando a cultura em algo alienado e os bens patrimoniais em objetos de valor econômico. Muitas vezes prejudicando na preservação, em outros alterando-os completamente através de intervenções destrutivas.

Em Belém esta lógica é presente tanto em relação ao turismo quanto a outros fatores como a especulação imobiliária e a própria busca de atualidade, dos proprietários, a partir de valores contemporâneos, promovendo a presença de vários exemplos de ações (intervenções/alterações) que, infelizmente, provocam perdas e alterações não apenas na estética dos edifícios, mas na própria memória que algumas pessoas ainda possuem em relação a estes sítios históricos.

No que concerne aos fracassos mediante apagamentos estes ocorrem como alisamentos da parede externa, mudança de pintura e até modificação da própria concepção arquitetônica. Contudo dois fatores chamam a atenção, a ideia do gosto e a segurança. Devido à falta desta, em Belém, muitas edificações neocoloniais tiveram suas fachadas alteradas, principalmente para a colocação de grades.

Destaque-se, todavia, que embora muitas alterações tenham ocorrido, a partir deste trabalho pode-se realizar uma percepção acerca da linguagem neocolonial, analisando um viés ainda pouco explorado que são as relações sociais e familiares ao processo de apagamentos dos elementos constituintes da gramática compositiva desta linguagem estética na região Norte do país e que afetam na sua relevância como estética de interesse à preservação.

A ideia do moderno na contemporaneidade, em procurar transformar a edificação antiga em nova, através de alterações como a troca de esquadrias, a mudança de pintura, a retirada de texturas e revestimentos, considerados na atualidade “fora de moda”, assim como outros, são fatores constituintes da lacuna presente entre as forças de poder x as relações sociais x órgãos de competência x os usuários/proprietários. Portanto, o conflito se encontra na valorização que as pessoas, como os próprios moradores dessas edificações, dão a visão de renovação a partir da ideia do novo, ou seja, intervir nos imóveis antigos partindo da concepção de integridade total, através de um tratamento arquitetônico que vise mais o valor de contemporaneidade em oposição a uma intervenção que busque a manutenção da estética do passado.



Logo, tanto a preservação destes objetos arquitetônicos quanto a inserção deles na memória coletiva da sociedade atual, permite reconhecê-la como capaz de transmitir uma interação não verbal com o espectador, no qual este pode aprender e conhecer sobre a cultura arquitetônica belenense, assim como, para alguns, ajudar na rememoração, servindo para melhor entender esta estética arquitetônica e passando a encará-la como uma linguagem à salvaguarda, evitando o silêncio de um passado arquitetônico cada vez mais sem testemunhos.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Felipe Moreira. A Significância Cultural Patrimonial: percepções sobre o valor da arquitetura neocolonial no Norte do Brasil. **Tese** (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Belém, 2024.

AZEVEDO, Felipe Moreira. A Linguagem Arquitetônica Tradicionalista: estudo das residências neocoloniais no bairro de Nazaré, em Belém do Pará (1910-1940). **Dissertação** (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Belém, 2015.

AZEVEDO, Felipe Moreira. Instituto Estadual Carlos Gomes: Análise Histórica, Arquitetônica e Proposta para uma intervenção museográfica no prédio pioneiro. **Monografia** (Graduação) – Universidade Federal do Pará, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Belém, 2013.

BAUDRILLARD, Jean. **O Sistema dos Objetos**. 5ª Edição. São Paulo: Perspectiva, 2009.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **Antropologia dos Objetos: coleções, museus e patrimônios**. Rio de Janeiro: Coleção Museu, Memória e Cidadania, 2007.

MASCARO, Luciana Pelaes. Difusão da Arquitetura Neocolonial no Interior Paulista, 1920-1950. **Tese** (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo. São Carlos, 2008.

MARTINS, Carlos Alberto Ferreira. "Há algo de irracional..." Notas sobre historiografia da arquitetura brasileira [1999]. In: GUERRA, Abílio. **Textos fundamentais sobre história da arquitetura moderna brasileira**_parte 2. São Paulo: Romano Guerra, 2010.

MELLO, Joana. **Ricardo Severo: da arqueologia portuguesa à arquitetura brasileira**. Fapesp: Annablume: São Paulo, 2007.

MILLER, Daniel. **Trecos, Troços e Coisas: estudos antropológicos sobre a cultura material**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

SEGRE, Roberto. **América Latina, Fim de Milênio: raízes e perspectivas de sua arquitetura**. São Paulo: Studio Nobel, 1991.



JUVENTUDE, TERRITÓRIO SIMBÓLICO E NOVAS FORMAS DE COMUNIDADE NO MEIO DIGITAL¹

Emily Maria Barros Carvalho | Univille | emilybarros-carvalho@gmail.com²

Euler Renato Westphal | Univille | eulerwestphal@gmail.com³

Luana de Carvalho Silva Gusso | Univille | lu_anacarvalho@yahoo.com.br⁴

1 INTRODUÇÃO

Este artigo investiga como as juventudes contemporâneas constroem sentidos de pertencimento em territórios mediados pelo digital. A partir do conceito de “território simbólico”, analisa-se como os espaços virtuais se configuram como novas formas de comunidade, articulando identidade, memória e afeto. Dialoga-se com Henri-Pierre Jeudy (2002) e Joël Candau (2012), refletindo sobre o digital como espelho simbólico da vida urbana; um espaço de reconhecimento, experimentação e dispersão. A pesquisa evidencia que o meio digital atua como campo de expressão e pertencimento para os jovens, criando vínculos, preservando memórias coletivas e configurando um patrimônio simbólico imaterial contemporâneo. Exemplos analisados incluem a narrativa de Kowloon Generic Romance, o documentário A Extraordinária Vida de Ibelin e a beatificação de Carlo Acutis como padroeiro da internet, que ilustram como o digital integra dimensões culturais, afetivas e espirituais na experiência juvenil. Conclui-se que os territórios digitais não são apenas extensões tecnológicas, mas espaços significativos de sociabilidade, identidade e memória, evidenciando a importância de reconhecê-los como patrimônio simbólico das novas gerações.

A juventude contemporânea apresenta uma singularidade frente às demais gerações, ela vivenciou um contexto de intensas transformações culturais e tecnológicas; acompanhando com maior força a popularização da internet no Brasil; assim como a emergência das redes sociais, das comunidades online e dos espaços digitais de interação que trouxeram novas formas de se relacionar, se reconhecer e de pertencer. Mais do que um ambiente de

¹ Pesquisa vinculada à pesquisa de mestrado no Programa de Pós Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade da Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE), desenvolvida com bolsa FAPESC.

² Psicóloga e mestranda em Patrimônio Cultural e Imaterial pelo Programa de Pós Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade da Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE) como bolsista FAPESC.

³ Professor Doutor Orientador da pesquisa no Programa de Patrimônio Cultural e Imaterial pelo Programa de Pós Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade da Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE).

⁴ Professora Doutora Co-orientadora da pesquisa no Programa de Patrimônio Cultural e Imaterial pelo Programa de Pós Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade da Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE).



comunicação, o digital passou a constituir um território simbólico. Um espaço no qual identidades são construídas e compartilhadas.

Neste trabalho, usa-se o conceito de território simbólico remetendo à ideia de que o pertencimento não se dá apenas pela ocupação física de um espaço, mas pela criação de significados coletivos. Assim, o digital pode ser entendido como um território em disputa, um campo de representações e experiências onde se produzem novos modos de estar no mundo.

Este estudo adota uma abordagem qualitativa e interpretativa, tomando como base a problematização da pesquisa de dissertação de mestrado da autora (ainda em andamento), que realizou levantamento exploratório por questionário e cinco entrevistas semi-estruturadas com jovens de 18 a 30 anos viventes de comunidades digitais. A partir desse recorte, o presente trabalho se desdobra em uma análise sobre o digital como território simbólico e patrimônio imaterial, articulando experiências de identidade, memória e sociabilidade em espaços digitais. A discussão se apoia em autores como Jeudy (2002), Candau (2012) e Bauman (2003), em paralelo com obras culturais e a recente beatificação de São Carlo Acutis, permitindo interpretar o digital como espaço de expressão, vínculo afetivo e memória coletiva, integrando dimensões culturais, sociais e simbólicas.

Este estudo utiliza uma abordagem qualitativa e interpretativa, a partir da apresentação em comunicação oral realizada no VII Encontro Internacional Interdisciplinar em Patrimônio Cultural (VII ENIPAC) na Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE), apoiada em análise bibliográfica e documental. O recorte adotado focaliza a construção de pertencimento juvenil em territórios simbólicos digitais, articulando literatura acadêmica, entrevistas com jovens e exemplos culturais contemporâneos como Kowloon Generic Romance e A Extraordinária Vida de Ibelin. A metodologia permite compreender o digital como espaço de expressão, memória e sociabilidade, configurando-se como patrimônio simbólico imaterial.

A partir de Jeudy, em Espelho das Cidades (2002), compreende-se que os sujeitos urbanos vivem cercados por reflexos; imagens que substituem a experiência direta, mas que também funcionam como espelhos da vida coletiva. Ao transpor essa leitura para o contexto digital, pode-se dizer que o jovem habita um espelho expandido, onde se vê, se projeta e busca ser reconhecido. Esse espaço reflete as dinâmicas da cidade contemporânea: plural, fragmentada e constantemente reinventada.

2. JUVENTUDE E O DESLOCAMENTO DO TERRITÓRIO



A juventude é uma categoria social marcada por transições; da dependência à autonomia, do individual ao coletivo, do ideal ao real. No entanto, no século XXI, esses processos ocorrem sob a mediação constante das tecnologias digitais. As redes sociais e os espaços virtuais se tornaram extensões do cotidiano e, muitas vezes, substitutos dos antigos espaços de encontro e convivência (LINN, 2024).

O território juvenil não é mais apenas o bairro, a escola ou a praça: é o perfil de uma rede social, o *fandom* (grupo de fãs), o servidor de jogo *online* entre outros. São espaços onde a presença física é substituída pela presença simbólica, e onde a comunicação se dá por meio de signos, avatares, emojis e imagens; linguagens afetivas que criam novos modos de vínculo.

Segundo Candau (2012), o pertencimento nasce da articulação entre memória e identidade. Ao aplicarmos essa lógica ao digital, compreendemos que a juventude cria suas próprias narrativas de pertencimento por meio da performance e da repetição; curtidas, postagens e interações que funcionam como marcas simbólicas de presença. O território, nesse sentido, é vivido como rede: múltiplo, transitório e fragmentado.

Em Espelho das Cidades, Jeudy (2002) propõe que o espaço urbano contemporâneo é uma imagem refletida de si mesmo; um palco de representações que substituem a experiência sensível pela visualidade. O autor mostra como a cidade moderna se transforma em espetáculo, um espelho que devolve aos indivíduos uma versão idealizada ou distorcida da vida social.

Essa reflexão permite compreender o meio digital como uma extensão simbólica da cidade, onde o espelho é a tela e a performance substitui o encontro. Assim como na cidade-espetáculo, o jovem habita o digital em busca de visibilidade e reconhecimento, mas também enfrenta a solidão e o esvaziamento das experiências autênticas.

No entanto, o espelho não é apenas ilusão: ele é também ferramenta de criação. Nas redes, o jovem produz narrativas de si mesmo, constrói pertencimentos compartilhados e dá forma a novas comunidades. O digital reflete, portanto, tanto as luzes quanto as sombras da vida coletiva, uma cidade feita de imagens e memórias em constante movimento.

3. COMUNIDADES DIGITAIS E O PERTENCIMENTO AFETIVO

As novas formas de comunidade emergem a partir da conexão simbólica entre sujeitos que compartilham interesses, valores e afetos e não necessariamente espaços físicos. Essas



comunidades digitais, que podem se formar em torno de animes, jogos, pautas sociais, identidades de gênero ou causas políticas, constituem territórios de acolhimento e expressão, especialmente para jovens que se sentem deslocados nos espaços tradicionais.

Como observa Bauman (2003), a busca por comunidade nasce do desejo de segurança e reconhecimento. No meio digital, essa busca é mediada pela forma como o eu é representado e validado. O pertencimento, portanto, torna-se performativo: existir é ser visto, e ser visto é ser reconhecido; seja através da ostentação de um título, de uma numeração de destaque em um *ranking* ou do pertencer a uma comunidade.

Entretanto, essa nova comunidade simbólica não está livre de contradições. Ela é simultaneamente acolhedora e instável, coletiva e solitária. O digital oferece pertencimento, mas também exige exposição; cria laços, mas também produz comparações e ansiedade. O território simbólico juvenil é, assim, um espaço de tensão entre o desejo de ser e o medo de desaparecer no fluxo das imagens.

3.1 Patrimônio imaterial e memória digital

Ao compreender o digital como território simbólico, é possível reconhecer que as práticas e interações realizadas nesses espaços também compõem uma forma de patrimônio imaterial contemporâneo. Se, tradicionalmente, o patrimônio era associado a monumentos, rituais e bens tangíveis, hoje ele se expande para abranger as experiências, linguagens e modos de ser; incluindo os que emergem no meio digital.

De acordo com Candau (2012), a memória é o principal vetor de identidade e pertencimento. É por meio dela que os grupos constroem narrativas compartilhadas e transmitem significados culturais. Nas comunidades digitais, essa função é desempenhada por meio de registros efêmeros (postagens, vídeos, *memes*, *fanarts*, *hashtags* e fóruns) que, apesar de transitórios, atuam como vestígios da cultura juvenil.

Esses fragmentos compõem uma memória coletiva que não se conserva em museus, mas em servidores e redes. Trata-se de um tipo de patrimônio vivo, em constante atualização, no qual a juventude desempenha papel central como produtora e curadora de sentido. As práticas culturais digitais revelam uma nova forma de expressar pertencimento e de preservar identidades coletivas.



Nessa perspectiva, o meio digital se aproxima do que Jeudy (2002) descreve em *Espelho das Cidades*: um espaço que reflete a multiplicidade das vivências urbanas e transforma a memória em imagem. Um espelho simbólico do patrimônio, onde as heranças culturais são recriadas sob novas linguagens e temporalidades. Assim, o pertencimento juvenil se inscreve em uma cartografia da memória que se atualiza continuamente em uma cidade feita de signos, rastros e afetos.

Reconhecer o digital como parte do patrimônio imaterial implica, portanto, deslocar o olhar sobre o que é “preservar”. Preservar, nesse contexto, é dar visibilidade às experiências simbólicas das juventudes, compreendendo que suas produções constroem camadas significativas da cultura contemporânea.

3.2 Ecos em “kowloon generic romantic”

Pensar o digital como território simbólico é também reconhecer sua dimensão patrimonial, não em um sentido material, mas como espaço onde memórias e afetos se cristalizam em forma de imagens, postagens e narrativas compartilhadas. De acordo com Candau (2012), o patrimônio imaterial é composto por práticas, lembranças e símbolos que conferem continuidade a um grupo. No meio digital, esses traços se reorganizam: o “patrimônio” se torna fluido, transitório e constantemente reeditado.

O *mangá* (quadrinho Japonês) “Kowloon Generic Romance”, de Jun Mayuzuki, reflete poeticamente essa tensão entre o passado e o efêmero. Situada em uma cidade inspirada na antiga Kowloon Walled City (traduzida como Cidade Murada de Kowloon, uma cidade chinesa densamente povoada, em grande parte por grupos marginalizados), a narrativa apresenta um espaço artificial e nostálgico, no qual os habitantes vivem entre ruínas, simulacros e afetos reconstruídos.

A cidade, que mistura presente e memória, torna-se metáfora do território simbólico contemporâneo: um espaço que tenta preservar a sensação de pertencimento mesmo quando a materialidade original já desapareceu. Assim como em Kowloon, as comunidades digitais funcionam como cidades afetivas, compostas por memórias coletivas, linguagens próprias e laços simbólicos. São espaços de ruína e reconstrução, onde a juventude encontra refúgio e identidade em meio à fluidez da era digital que se torna cada vez mais algorítmica e menos humana.



Cada fórum guarda fragmentos de uma cultura viva, efêmera, mas repleta de sentido, uma espécie de patrimônio emocional das novas gerações; que vem se perdendo com as transformações advindas das novas redes sociais, com ênfase em alcance e pouca atenção à comunidade. Nesse sentido, o digital se aproxima da ideia de um espaço que reflete a urbanidade contemporânea, mas também a ultrapassa, preservando na memória coletiva as imagens e afetos que resistem ao esquecimento.

O pertencimento juvenil, então, se constrói não apenas pela presença ou pelo encontro, mas pela manutenção de traços simbólicos que conferem continuidade à experiência de existir em rede.

3.3 “A extraordinária vida de Ibelin”: o digital como espaço de pertencimento

O documentário *A Extraordinária Vida de Ibelin* (2024), dirigido por Benjamin Ree, apresenta a história real de Mats Steen, um jovem norueguês com distrofia muscular que construiu, no mundo digital do jogo *World of Warcraft*, um espaço de pertencimento, amizade e significado sob o pseudônimo “Ibelin”. Após sua morte, seus pais descobrem que, no ambiente virtual, Mats não era definido pela deficiência física, mas reconhecido por suas ações, humor e presença emocional.

A obra convida a uma reflexão profunda sobre o que significa “viver” no meio digital. A vida de Mats/Ibelin mostra que o território simbólico virtual não é apenas um espaço de fuga, mas um lugar de existência, onde se estabelecem relações autênticas e construção de sentido. Em consonância com Jeudy (2002) destaca-se que o espelho do digital permite ser e ser visto de outras formas, revelando identidades antes invisíveis no espaço físico. Se essas relações constituem vínculos reais e emocionais, como podemos desconsiderar as relações digitais; agregando-as um valor reduzido apenas pela sua imaterialidade?

O universo virtual de um jogo pode ser também compreendido como uma cidade simbólica, um espaço habitado onde se formam comunidades, memórias e narrativas. Assim como em *Kowloon Generic Romance*, a paisagem digital é composta por ruínas e afetos (territórios efêmeros, mas carregados de significados profundos). A experiência de Mats/Ibelin evidencia que a juventude contemporânea não apenas transita pelo digital, mas o habita como parte constitutiva de sua subjetividade, em consonância com a perspectiva da psicologia sócio-



histórica, que entende o desenvolvimento humano como mediado por práticas culturais, interações sociais e instrumentos simbólicos (VYGOTSKY, 2007).

O caso de Mats/Ibelin também desafia a fronteira entre o “real” e o “virtual”. Mesmo após sua morte, as histórias, mensagens e registros deixados por Mats/Ibelin em sua *guilda* (comunidade) e demais espaços digitais (*blogs* e servidores) continuam a circular e a emocionar pessoas ao redor do mundo, transformando sua trajetória em uma memória coletiva digital, que ultrapassa os limites da presença física. Esse fenômeno aproxima-se da noção de patrimônio simbólico, tal como propõe Candau (2012): a memória compartilhada que dá continuidade a uma experiência humana. No ambiente digital, essa memória se torna descentralizada e participativa, preservada por comunidades que a atualizam continuamente.

A história de Ibelin ecoa uma pergunta essencial para compreender as juventudes da era digital: onde começa e onde termina a vida vivida? No entrelaçamento entre avatares, afetos e lembranças, percebe-se que o digital não é um espelho vazio, mas um território simbólico pleno de humanidade, onde sujeitos constroem laços, significados e formas de ser que resistem até mesmo à finitude material.

3.4 São Carlo Acutis: quando a fé rompe fronteiras

317

A nomeação de Carlo Acutis (1991–2006) como o “padroeiro da internet” simboliza uma mudança profunda na forma como compreendemos a presença humana no digital. O reconhecimento oficial da Igreja Católica, ao elevar um jovem nativo digital à condição de beato (e mais atualmente, santo), evidencia que a internet deixou de ser vista apenas como ferramenta técnica, tornando-se um território simbólico.

Carlo nasceu em Londres, cresceu na Itália e desde muito jovem demonstrou interesse por tecnologia. Utilizava a internet para difundir conteúdos sobre fé e milagres eucarísticos, criando sites e iniciativas de evangelização digital. Sua beatificação, proclamada pelo Papa Francisco em 2020, não é apenas o reconhecimento de sua vida espiritual, mas também uma sinalização institucional de que o sagrado pode habitar o virtual. Mas é em 2025, com o Papa Leão XIV que ele passa a se tornar santo (VATICAN NEWS, 2020; 2025).

Esse gesto revela que o digital se tornou também um lugar de experiência religiosa. As fronteiras entre o real e o virtual se tornam porosas: aquilo que antes era restrito ao templo, ao



encontro físico ou à materialidade da devoção, passa agora a existir também em redes, telas e interações simbólicas.

A beatificação de Carlo Acutis demonstra, portanto, que as instituições religiosas também passaram a compreender o digital como parte da vida espiritual. O gesto de santificar um jovem programador é, de certo modo, o reconhecimento de que o humano se expressa e busca transcendência mesmo em meios tecnológicos. A fé, nesse contexto, rompe barreiras: ultrapassa o espaço físico do sagrado, penetra o cotidiano digital e se adapta às linguagens das novas gerações.

A figura de São Carlo Acutis se torna, assim, um símbolo da juventude conectada, que encontra na tecnologia não um afastamento do espiritual, mas uma forma de comunhão e testemunho; com diversas formas de existir.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo evidenciou que o meio digital se configura como um território simbólico vital para a juventude contemporânea, constituindo um espaço onde se constroem identidades, vínculos afetivos e memórias coletivas. As comunidades virtuais não são apenas instrumentos de comunicação ou lazer; elas representam novas formas de sociabilidade, capazes de refletir, preservar e recriar experiências humanas.

Estas cidades simbólicas, nas quais se experimentam papéis, se fortalecem vínculos e se preservam memórias, mesmo diante da efemeridade própria das redes. Essas perspectivas convergem para a noção de que o digital não é um espaço separado da vida real, integrando e moldando práticas culturais, sociais e afetivas. O pertencimento juvenil não se restringe mais ao espaço físico; ele se expande para espaços virtuais, nos quais a memória coletiva, os símbolos e os vínculos se tornam ativos constitutivos da experiência contemporânea. Nesse sentido, a internet pode ser compreendida como um patrimônio simbólico imaterial, capaz de preservar experiências, tradições, afetos e práticas culturais; elementos centrais para a construção da identidade das novas gerações.

A importância deste trabalho reside justamente em dar visibilidade à dimensão simbólica e patrimonial do digital, propondo que o estudo do pertencimento juvenil na internet vá além de análises tecnológicas ou comportamentais. Ele contribui para compreender como os jovens constroem territórios de existência, criam memórias coletivas e recriam formas de



comunidade que refletem e transformam a sociedade contemporânea. Além disso, reforça a necessidade de que pesquisadores e instituições considerem o digital como patrimônio imaterial, com valor cultural, social e afetivo.

Os achados também indicam que novas linhas de pesquisa são urgentes e promissoras: investigar como diferentes comunidades digitais preservam histórias, como se constroem rituais, símbolos e práticas de pertencimento, e como esses territórios simbólicos impactam a saúde emocional, a socialização e a identidade juvenil. O estudo do digital como patrimônio imaterial abre caminho para compreender formas contemporâneas de memória, identidade e cultura, alinhando-se às discussões sobre globalização, tecnologia e subjetividade; assim como levantar questionamentos e reflexões sobre como serão as relações das ainda mais jovens gerações com a tecnologia.

Em síntese, este trabalho contribui para a compreensão de que a vida digital é inseparável da vida social e afetiva das novas gerações. Ao investigar os territórios simbólicos online e a construção de pertencimento, evidencia-se que os jovens não apenas transitam pelo digital, mas o habitam de maneira significativa, preservando memórias, afetos e práticas culturais que configuram, de fato, um patrimônio simbólico jovem.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade: A busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

CANDAU, Joël. *Memória e Identidade*. São Paulo: Contexto, 2012.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

JEUDY, Henri-Pierre. *Espelho das Cidades*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.

LINN, Susan. *Quem educa nossas crianças?: Como evitar que as novas gerações sejam vítimas do consumismo e exploradas pelo marketing das Big Techs*. Trad. Renato Marques. 1. ed. Belo Horizonte: Vestígio, 2024.

MAYUZUKI, Jun. *Kowloon Generic Romance*. São Paulo: Panini, 2022–2024. *Mangá*.
REE, Benjamin (dir.). *A Extraordinária Vida de Ibelin* [filme-documentário]. Noruega: Motlys; VGTV, 2024. (Distribuído por Netflix / disponível em plataforma digital).

SIBILIA, Paula. *O show do eu: A intimidade como espetáculo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.



VATICAN NEWS. Beato Carlo Acutis, patrono da Internet. Vaticano, 2020. Disponível em: <https://www.vaticannews.va/>. Acesso em: 18 out. 2025.

VATICAN NEWS. A biografia de Carlo Acutis. 7 set. 2025. Disponível em: <https://www.vaticannews.va/pt/papa/news/2025-09/papa-leao-xiv-missa-canonicalizacao-biografia-acutis.html>. Acesso em: 20 out. 2025.

VYGOTSKY, L. S. A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.



ENFRENTANDO DESASTRES SOCIOAMBIENTAIS: O PAPEL HUMANITÁRIO DA FORÇA DE PAZ BRASILEIRA NO HAITI

Elonir José Savian | Univille | elonir.savian@univille.br¹
Mariluci Neis Carelli | Univille | mariluci.neis@univille.br²

1. INTRODUÇÃO

Em 2004, o Conselho de Segurança das Nações Unidas instituiu a Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH), com o objetivo de promover a restauração da paz e da segurança no território haitiano. A missão, que contou com a participação de contingentes militares brasileiros e de outras nacionalidades, estendeu-se até 2017. Durante esse período, a população haitiana foi severamente impactada por diversos eventos extremos, como um terremoto e vários furacões, que agravaram suas vulnerabilidades sociais e ambientais. Nesse contexto, a presente comunicação propõe-se a examinar, por meio de uma abordagem interdisciplinar, as vulnerabilidades da população haitiana frente a eventos extremos, bem como a analisar os principais desastres sociais e ambientais ocorridos ao longo da vigência da MINUSTAH e a assistência humanitária fornecida pela força de paz brasileira para mitigar suas consequências. Para tanto, realizou-se uma análise documental baseada, principalmente, em registros institucionais e publicações de meios de comunicação de massa. Considerando o atual cenário de mudanças climáticas, acredita-se que este estudo contribuirá para aprofundar o debate sobre desastres socioambientais e sobre a atuação do Exército Brasileiro em ações humanitárias relacionadas a tais eventos.

321

O Haiti, localizado na porção ocidental da ilha de Hispaniola, no Caribe, compartilha esse território com a República Dominicana. Com uma área de 27.750 km² e população de aproximadamente 11,6 milhões de habitantes, possui relevo predominantemente montanhoso e clima tropical úmido (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2025).

Caracteriza-se como um país pouco desenvolvido economicamente, com forte dependência da agricultura, responsável pela maior parte dos empregos e pela produção de itens como manga, banana e cana-de-açúcar. O setor industrial é restrito e voltado,

¹ Doutorando pelo Programa de Pós-graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade da Univille.

² Professora do Programa de Pós-graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade da Univille.



principalmente, à produção têxtil e à montagem de eletrônicos para exportação (Central Intelligence Agency, 2025).

Historicamente, o Haiti é marcado por instabilidades políticas. Em 2004, após um período de insurgência que resultou na deposição do presidente Jean-Bertrand Aristide, o Conselho de Segurança das Nações Unidas instituiu a Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti, que perdurou até 2017 (Rosas, 2024).

Durante esse período, a população haitiana foi severamente afetada por diversos eventos extremos, como terremotos e furacões, os quais acentuaram as vulnerabilidades sociais e ambientais já existentes.

Diante desse cenário, a presente comunicação propõe-se a examinar, por meio de uma abordagem interdisciplinar, as vulnerabilidades da população haitiana frente a eventos extremos, bem como a analisar os principais desastres sociais e ambientais ocorridos ao longo da vigência da MINUSTAH e a assistência humanitária fornecida pela força de paz brasileira para mitigar suas consequências.

Para isso, realizou-se uma análise documental, fundamentada principalmente em registros institucionais e publicações da grande imprensa, que contempla questões políticas, institucionais, econômicas, sociais, ambientais, militares e de infraestrutura.

2. VULNERABILIDADES DA POPULAÇÃO DO HAITI FRENTE A EVENTOS EXTREMOS

De acordo com Cartier et al. (2009, p. 2695), Cutter (2012, p. 60-61) e o United Nations Office for Disaster Risk Reduction (2025), considera-se que uma sociedade se torna mais vulnerável a desastres socioambientais quando não dispõe de uma combinação de fatores institucionais, econômicos, sociais, ambientais e de infraestrutura que a auxiliem a lidar de forma eficiente com os impactos de eventos extremos.

Em face disso, doravante serão examinadas as vulnerabilidades da população haitiana, abordando-se a frequência e a intensidade de eventos extremos no Haiti, com base em informações sismológicas e meteorológicas, e a suscetibilidade dos haitianos aos impactos desses eventos, considerando fatores institucionais, econômicos, sociais, ambientais e de infraestrutura.



Já foi destacado que sobre o Haiti incidem terremotos e furacões. De fato, o país está localizado sobre duas falhas geológicas — Enriquillo-Plantain Garden e Setentrional-Oriental —, o que o torna uma região de alta atividade sísmica. Além disso, situa-se na rota de furacões, que frequentemente o atingem.

Sobre as falhas geológicas, Wei-Hass (2021) destaca que:

A Ilha Espanhola, que inclui os países do Haiti e da República Dominicana, fica no topo da placa tectônica Caribenha, que é cercada por um mar de outras placas. Entre os empurrões das placas Norte-Americana, Cocos, Sul-Americana e de Nazca, a placa Caribenha é constantemente empurrada e esmagada por movimentos tectônicos. A principal junção que começa a tremer na superfície do Haiti fica logo ao norte da ilha, onde a placa Caribenha se arrasta para o leste cerca de 2 centímetros a cada ano em relação à placa Norte-Americana. No entanto, o limite entre as placas não é uma fenda reta. À medida que as placas se chocam, as forças produzem uma série de fraturas que cruzam a região.

A respeito dos furacões, o Haiti está localizado na trajetória desses sistemas de tempestades rotativas, caracterizados por um centro de baixa pressão, ventos fortes e chuvas intensas, que se formam e se deslocam sobre o oceano. O National Hurricane Center and Central Pacific Hurricane Center (2025) registra que, desde 1900, ocorreram pelo menos 37 furacões de grande envergadura no Atlântico Norte, no Mar do Caribe e no Golfo do México, principalmente entre os meses de junho e novembro.

323

No que toca a aspectos institucionais, a história do Haiti é marcada por uma crônica instabilidade política. Restringindo-se ao período que se seguiu às ditaduras de François Duvalier (1957-1971) e seu filho Jean-Claude (1971-1986), o país teve 17 governantes, dos quais três foram depostos (Jean-Bertrand Aristide, duas vezes) e um foi assassinado (Jovenel Moïse). Atualmente, a nação é gerida por um conselho presidencial de transição (Rosas, 2024). Esse histórico de incertezas impacta diretamente a prevenção de desastres, devido à falta de planejamento a longo prazo, alocação insuficiente de recursos, ausência de legislação e fiscalização, desmobilização social, entre outros problemas.

Em relação às condições socioeconômicas, a situação da população é precária, com grande parte dos habitantes vivendo em condições de pobreza, conforme indicam os dados da Tabela 1. A falta de segurança pública, decorrente da incapacidade das forças policiais de controlar grupos armados, constitui um dos principais entraves à realização de melhorias (Joseph, 2025).



Tabela 1 – Dados econômicos e sociais do Haiti

PIB anual [+]	2024	24.240 M€
PIB per capita [+]	2024	2.083 €
Taxa de natalidade [+]	2023	22,20‰
% Risco pobreza [+]	2012	58,5%
Emigrantes [+]	2020	1.769.671
IDH [+]	2022	0,552
Esperança de vida ao nascer [+]	2023	64,94
Número de homicídios [+]	2023	4.789
Taxa de Homicídios por 100.000 [+]	2023	41,15

Fonte: Countryeconomy, 2025.

No que concerne à área ambiental, historicamente, por razões diversas, houve o desmatamento das florestas. Sem as árvores para reter o solo, as fortes chuvas acabam provocando enchentes e deslizamentos de terra destrutivos, principalmente em regiões montanhosas e de encosta, onde muitas pessoas residem.

Segundo a revista *Biology Insights*:

O desmatamento generalizado do Haiti tem raízes históricas profundas, que se iniciaram durante o período colonial. [...]. O país perdeu quase todas as suas florestas primárias originais, com um estudo indicando um declínio de 4,4% em 1988 para 0,32% em 2016. [...] A pobreza é um fator principal do desmatamento no Haiti, diretamente ligada à dependência generalizada do carvão vegetal para cozinhar e aquecer. [...]. A expansão agrícola agrava a perda de florestas, pois uma população crescente exige mais terras para a produção de alimentos. Os pequenos agricultores frequentemente desmatam áreas florestais, incluindo encostas íngremes, usando técnicas de corte e queima para criar áreas de cultivo. A governança fraca e as questões de posse da terra também contribuem para a exploração madeireira e o desmatamento não regulamentados. [...] A erosão do solo é um problema generalizado, pois as raízes das árvores já não fixam o solo. Essa perda de solo superficial fértil reduz a produtividade agrícola, dificultando o cultivo pelos agricultores e contribuindo para a insegurança alimentar. [...] A ausência de cobertura florestal aumenta significativamente a vulnerabilidade do Haiti a desastres naturais. Sem árvores para absorver a chuva e estabilizar as encostas, tempestades frequentemente causam deslizamentos de terra devastadores e inundações generalizadas, destruindo casas, infraestruturas e terras agrícolas. O desmatamento também resulta em uma profunda perda de biodiversidade. Esse colapso ecológico afeta serviços ecossistêmicos como a purificação da água e o sequestro de carbono, complicando os esforços de recuperação e a sustentabilidade a longo prazo (Deforestation in Haiti, 2025, tradução nossa).

No que se refere à infraestrutura, a elevada densidade populacional, particularmente em Porto Príncipe, combinada à ausência de planejamento urbano adequado, resulta na edificação de inúmeras construções em áreas de risco, frequentemente com sistemas de drenagem insuficientes ou inexistentes. A maior parte dessas edificações apresenta baixa qualidade



construtiva e não suporta eventos sísmicos de grande magnitude e furacões de forte intensidade (Joseph e Silva, 2023, *passim*).

Diante do exposto, verifica-se que a população haitiana é extremamente vulnerável a eventos extremos, particularmente terremotos e furacões, devido a complexos óbices que permeiam os campos institucionais, econômicos, sociais, ambientais e de infraestrutura.

3. PRINCIPAIS DESASTRES SOCIOAMBIENTAIS OCORRIDOS DURANTE A VIGÊNCIA DA MINUSTAH E A AJUDA HUMANITÁRIA PRESTADA PELA FORÇA DE PAZ BRASILEIRA

A MINUSTAH foi criada pela Resolução nº 1.542, de 30 de abril de 2004, que definiu sua composição em 1.622 policiais civis e 6.700 militares. Seu mandato estava estruturado em três eixos principais: garantir um ambiente seguro e estável, por meio da pacificação e do desarmamento de grupos rebeldes, visando à restauração da estabilidade social; apoiar o processo político, criando as condições necessárias para a realização de eleições democráticas e seguras; e promover e proteger os direitos humanos, fortalecendo as capacidades institucionais do país (United Nations, 2004, tradução nossa.)

A missão no Haiti contou com a participação de contingentes de vários países, que dividiram o território em áreas de responsabilidade. O Brasil ficou encarregado da região de Porto Príncipe e, ao longo da missão, enviou 26 contingentes, com cerca de 1.200 militares cada, que se revezavam semestralmente. Os dois primeiros contingentes consistiam em um batalhão de infantaria, mas, a partir do terceiro, uma companhia de engenharia foi incluída. Em 2010, após o terremoto, houve um reforço temporário de 800 militares à força brasileira (Savian, 2025, *passim*).

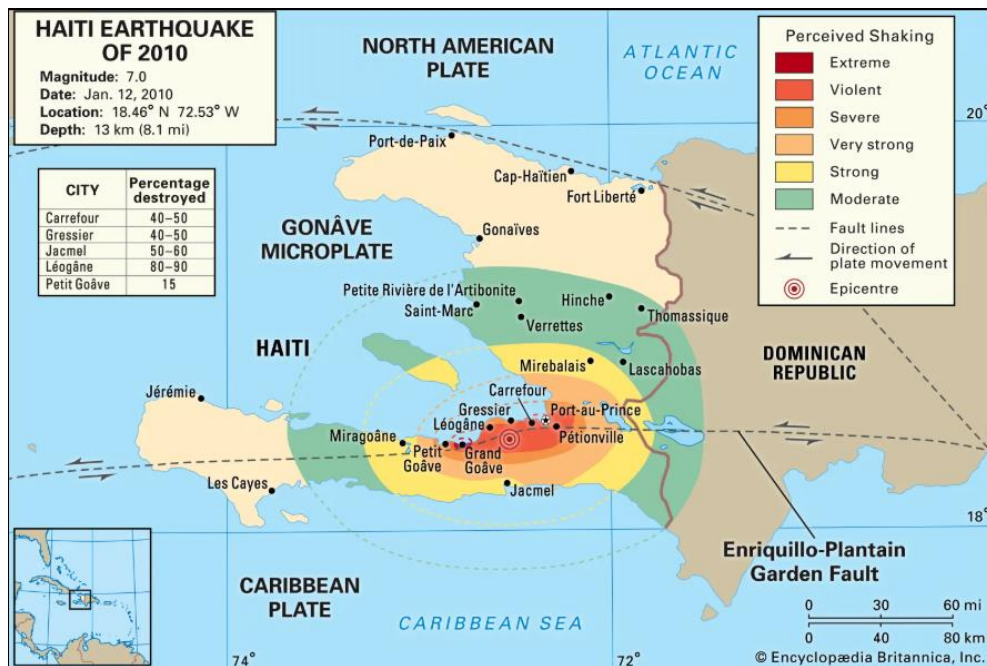
Durante a missão, destacaram-se dois desastres socioambientais, provocados pelo terremoto de 2010 e pelo furacão Matthew.

O terremoto ocorrido em 12 de janeiro de 2010, de magnitude 7,0, atingiu especialmente Porto Príncipe e Léogâne, causando destruição generalizada devido à ausência de códigos de construção e à infraestrutura precária. Mais de 300 mil mortes foram registradas oficialmente, embora existam estimativas menores. Cerca de 3 milhões de pessoas foram afetadas, e mais de 1 milhão ficaram desabrigadas. Edifícios públicos, como o Palácio Nacional e a sede da ONU, ruíram, e serviços essenciais entraram em colapso. Os esforços de resgate e assistência foram prejudicados por falhas de comunicação, estradas bloqueadas e lentidão na distribuição de



suprimentos. O desastre agravou problemas sociais, com aumento de saques e fuga de presos. A reconstrução foi lenta: em 2012, metade dos escombros ainda não havia sido removida e centenas de milhares de pessoas viviam em barracas. A tragédia também gerou instabilidade política e expôs falhas na gestão da ajuda internacional, marcada por falta de coordenação e uso ineficiente dos recursos (Pallardy, 2025, tradução nossa).

Figura 1 – Terremoto no Haiti, 2010



Fonte: Pallardy, 2025.

A revista Verde-Oliva (2018, p. 34-35) descreve algumas ações do contingente brasileiro.

Foi um dos momentos mais difíceis enfrentado pelo contingente brasileiro no Haiti, mas, apesar de todas as dificuldades, o Brasil reforçou a sua participação e iniciou as operações de ajuda humanitária ao país. A Base General Bacellar tornou-se o ponto de recebimento e tratamento de feridos. Foram centenas de pessoas socorridas pelo pessoal de saúde do BRABAT [Brazilian Battalion]. O contingente montou equipes de resgate e apoio com a finalidade de buscar sobreviventes e de recuperar corpos. Paralelamente, a BRAENGCOY [Brazilian Engineering Coy] foi mobilizada para iniciar os trabalhos de desobstrução de ruas e outras vias principais, necessárias para o escoamento dos suprimentos e resgate de feridos. Além disso, a Engenharia iniciou a entrega de água potável, o reconhecimento em estradas avariadas e a análise das estruturas abaladas pelo terremoto. O contingente brasileiro realizou diversas escoltas de comboio humanitário e ficou responsável pela distribuição de alimentos para: famílias haitianas, orfanatos, igrejas, ONGs, instituições do governo e outras organizações da MINUSTAH. Foram mais de 246 toneladas de alimentos e 275 mil litros de água distribuídos nesse período.



O furacão Matthew assolou o Haiti em 2016. Formou-se como tempestade tropical em 28 de setembro, ao se afastar das Pequenas Antilhas, e rapidamente ganhou força, tornando-se furacão em 29 de setembro. No dia 30, intensificou-se para categoria 5, com ventos de 265 km/h. Seguiu para o norte no Caribe, atingindo o Haiti em 4 de outubro como categoria 4, depois passou por Cuba e Bahamas, mantendo alta intensidade. Em 7 de outubro, aproximou-se da Flórida com ventos acima de 160 km/h, seguindo para a Geórgia e Carolina do Sul no dia 8, já enfraquecido pela entrada de ar seco. [...] Após breve passagem pelo continente, voltou ao Atlântico e continuou perdendo força, sendo declarado pós-tropical em 9 de outubro, a leste de Cape Hatteras, na Carolina do Norte (National [...] 2016, tradução nossa).

Figura 2 – Furacão Matthew, 2016



Fonte: National [...] 2016.

Em 8 de outubro de 2016, Quinalia (2016), após entrevista com o coronel Alexandre Lima, da força de paz brasileira, informou que o furacão Matthew já havia causado 877 mortes



no Haiti, com estimativas da MINUSTAH apontando mais de mil vítimas. Cerca de 350 mil pessoas necessitavam de ajuda humanitária urgente. Militares brasileiros atuavam no envio de alimentos e remédios, na reconstrução de estradas e na organização da distribuição de mantimentos, priorizando mulheres para garantir o acesso das famílias. A ligação entre Les Cayes e Jeremie foi reaberta para transporte de suprimentos. A destruição foi intensa. O olho do furacão passou por Les Anglais, devastando um arco até Les Cayes, onde vilas de pescadores e pequenos agricultores perderam casas e plantações.

Em face do exposto, constata-se que os contingentes brasileiros de força de paz, em atuação complementar ao que previa o mandato da ONU, buscaram minorar os impactos de eventos extremos que assolaram o Haiti, realizando diversas ações como busca e resgate de vítimas, atendimento médico, distribuição de suprimentos e reconstrução de infraestruturas.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo visou examinar as vulnerabilidades da população haitiana frente a eventos extremos, bem como a analisar os principais desastres sociais e ambientais ocorridos ao longo da vigência da MINUSTAH e a assistência humanitária fornecida pela força de paz brasileira para mitigar suas consequências

O exame das vulnerabilidades revelou que a população haitiana é extremamente suscetível a desastres sociais e ambientais, devido a complexos problemas que afetam os campos institucionais, econômicos, sociais, ambientais e de infraestrutura. Dentre as principais calamidades ocorridas durante a MINUSTAH, destacaram-se o terremoto de 2010 e o furacão Matthew. Os contingentes de paz brasileiros realizaram diversas ações de ajuda humanitária para minimizar os impactos desses eventos, como resgate de vítimas, atendimento médico, distribuição de suprimentos e reconstrução de infraestruturas.

Nesse contexto, o aquecimento global e as mudanças climáticas agravam a vulnerabilidade da população haitiana, pois tornam os desastres socioambientais mais frequentes e intensos, exacerbando dificuldades já existentes.

Em relação ao desenvolvimento sustentável, a recuperação ambiental do Haiti depende de ações integradas e de visão sistêmica nas dimensões sociais, ambientais, políticas, econômicas, culturais e organizacionais, como o reflorestamento com foco em atividades que unam preservação ambiental e produção de alimentos, fortalecendo a segurança alimentar e a



renda. Além disso, é essencial oferecer alternativas energéticas ao carvão, implantar sistemas de saneamento e gestão de resíduos, incentivar a reciclagem e gerar empregos. Tudo isso requer, evidentemente, um sólido programa de educação que conscientize a população sobre questões ambientais e a motive a agir de forma sustentável.

Sobre o legado da MINUSTAH, pode-se dizer que é percebido como controverso. Embora a missão tenha proporcionado alívio temporário, não solucionou problemas estruturais do Haiti, como a instabilidade política, as desigualdades sociais e os danos ambientais.

REFERÊNCIAS

AÇÕES Humanitárias. **Verde-Oliva**, ano XLV, n. 241, Brasília, maio 2018. Disponível em: <https://www.calameo.com/exercito-brasileiro/books/00123820623a16827662f>. Acesso em: 8 ago. 2025.

CARTIER, Ruy et al. Vulnerabilidade social e risco ambiental: uma abordagem metodológica para avaliação de injustiça ambiental. **CSP** – Cadernos de Saúde Pública, v. 25, n. 12, p. 2695-2704, dez. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/53xmwW4nCBqMpwpffTSWK5P/>. Acesso em: 4 ago. 2025.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. The World Factbook. Haiti. Langley, 1º out. 25. Disponível em: <https://www.cia.gov/the-world-factbook/countries/haiti/#economy>. Acesso em: 6 ago. 2025.

COUNTRYECONOMY. Dados econômicos e demográficos por país/Haiti. Madri, 2025. Disponível em: <https://pt.countryeconomy.com/paises/haiti>. Acesso em: 6 ago. 2025.

CUTTER, Susan L. A ciência da vulnerabilidade: modelos, métodos e indicadores. **Revista Crítica da Ciências Sociais** – Cadernos de Saúde Pública, n. 93, p. 59-69, out. 2012. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/165>. Acesso em: 4 ago. 2025.

DEFORESTATION in Haiti: Causes, Effects, and Solutions. **Biology Insights**. 4 ago. 2025. Disponível em: <https://biologyinsights.com/deforestation-in-haiti-causes-effects-and-solutions/>. Acesso em: 7 ago. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Países. Haiti. Disponível em: <https://pais.es.ibge.gov.br/#/dados/haiti>. Acesso em: 23 jul. 2025.

JOSEPH, Stevenson Pierre. 6 principais conclusões do declínio econômico do Haiti desde 2018. **Haitian Times**, 17 jan. 2025. Disponível em: <https://haitiantimes.com/pt/2025/01/17/haiti-economico-2018-2024/>. Acesso em: 7 ago. 2025.



JOSEPH, Wisnel; SILVA, Gerardo Alberto. Análise da urbanização de Porto Príncipe no Haiti e suas relações com o meio ambiente. **XX ENAPUR**. Belém, maio 2023. Disponível em: <https://anpur.org.br/wp-content/uploads/2023/08/st04-11.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2025.

NATIONAL HURRICANE CENTER AND CENTRAL PACIFIC HURRICANE CENTER. Hurricanes in History, 2025. Disponível em: <https://www.nhc.noaa.gov/outreach/history/>. Acesso em: 5 ago. 2025.

NATIONAL WEATHER SERVICE. Hurricane Matthew in the Carolinas, October 8, 2016. Out. 2016. Disponível em: <https://www.weather.gov/ilm/Matthew>. Acesso em: 8 ago. 2025.

PALLARDY, Richard. 2010 Haiti earthquake. **Britannica**. Jul. 2025. Disponível em: <https://www.britannica.com/event/2010-Haiti-earthquake>. Acesso em: 5 ago. 2025.

QUINALIA, Eliane. Tropas brasileiras no Haiti vão para área mais atingida por Furacão Matthew. **Metro Word News**, 8 out. 2016. Disponível em: <https://www.metroworldnews.com.br/foco/2016/10/08/tropas-brasileiras-no-haiti-vao-para-area-mais-atingida-por-furacao-matthew.html>. Acesso em: 7 ago. 2025.

ROSAS, Paula. 5 fatores históricos que explicam a crise permanente que afeta o Haiti. **BBC News Brasil**, mar. 2024. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cl7r8ernw1xo/>. Acesso em: 4 ago. 2025.

SAVIAN, Elonir José. **“Os melhores são apenas bons para a Infantaria”**: história da arma do combate aproximado do Exército Brasileiro (1822-2021). Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2025.

UNITED NATIONS OFFICE FOR DISASTER RISK REDUCTION. Genebra: UNDRR, 2017. The Sendai Framework Terminology on Disaster Risk Reduction. "Vulnerability". Disponível em: <https://www.undrr.org/terminology/vulnerability>. Acesso em: 4 ago. 2025.

UNITED NATIONS. Resolution 1542 (2004) / adopted by the Security Council at its 4961st meeting, on 30 April 2004. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/520532?v=pdf>. Acesso em: 8 ago. 2025.

WEI-HASS, Maya. O que torna os terremotos tão devastadores no Haiti? **National Geographic**, ago. 2021. Disponível em: <https://www.nationalgeographicbrasil.com/meio-ambiente/2021/08/o-que-torna-os-terremotos-tao-devastadores-no-haiti>. Acesso em: 5 ago. 2025.



O PATRIMÔNIO CULTURAL NA FORMAÇÃO ACADÊMICA DOS GRADUANDOS EM DIREITO DA UNIVILLE DE SÃO BENTO DO SUL¹

Milton Oldair Fritzen | Univille | mfritzen@gmail.com²
Fernando Cesar Sossai | Univille | fernandosossai@gmail.com³

1. INTRODUÇÃO

A Constituição Federal promulgada em 1988, no *caput* do art. 216, define que o Patrimônio Cultural brasileiro é constituído de bens culturais materiais e imateriais, tomados individualmente ou em conjunto, que expressem a identidade, a ação e a memória dos diferentes grupos que formaram a sociedade brasileira. Esse dispositivo é considerado um marco na gestão e a na preservação do Patrimônio Cultural. E, quando analisado em conjunto com o seu o §1º, que traz a previsão da participação popular, estabelece os rumos a serem tomados quando da efetivação e proteção do Patrimônio. Ao definir quais são os bens que podem ser patrimonializados, a quem eles estão relacionados e distribuindo responsabilidade compartilhada entre o estado e a sociedade nesse processo de gestão, a Constituição acaba por formar um sistema jurídico para tratar do Patrimônio Cultural.

A preservação do Patrimônio não pode ser vista como a mera conservação dos bens culturais. Todo o processo de gestão, que engloba o reconhecimento, a preservação e a utilização do bem patrimonializado, deve assumir um propósito voltado também a formação da cidadania. Quando a comunidade assimila quais bens devem compor seu acervo patrimonial, ao reconhecer vínculos identitários ou aspectos simbólicos, ela acaba por desenvolver laços de pertencimento que favorecem a memória coletiva, a preservação cultural e o respeito pelo acervo patrimonial.

A inserção do Patrimônio Cultural na educação revela-se necessária para a formação de indivíduos mais críticos. Dessa forma, além de ser contemplado nas diferentes etapas da educação básica, o estudo sobre o Patrimônio é essencial também no ensino superior. A inclusão da educação patrimonial nos cursos de Direito contribui para que os futuros

¹ A pesquisa foi contemplada com bolsa de estudos pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, junto ao Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade da Univille, como requisito para obtenção do título de Mestre.

² Mestrando do PPGPCS. Membro do GPCCD – Grupo de Pesquisa Cidade, Cultura e Diferença.

³ Professor do curso de História da Univille. Professor no PPGPCS. Professor no PPGE.



profissionais atuem com maior consciência na aplicação dos conceitos patrimoniais, tanto no exercício da profissão, quanto na formulação de políticas públicas. Por isso, busca-se investigar se o Patrimônio Cultural está presente na formação dos acadêmicos do curso de Direito da Univille de São Bento do Sul. Assim, esteja, é importante analisar de que maneira os conteúdos relacionados aos princípios, às teorias e aos processos históricos que sustentam o estudo do Patrimônio Cultural foram selecionados para compor o projeto pedagógico e curricular da instituição.

2. EDUCAÇÃO PATRIMONIAL COMO INSTRUMENTO POSSÍVEL DA CIDADANIA PENSANTE?

A educação patrimonial é instrumento para a afirmação da cidadania. Ela deve ser entendida como uma prática pedagógica voltada ao Patrimônio Cultural, que busca promover o reconhecimento, o respeito e o cuidado pelos bens culturais. Como afirmam Grunberg, Horta e Monteiro:

o conhecimento crítico e a apropriação consciente pelas comunidades do seu Patrimônio são fatores indispensáveis no processo de preservação sustentável desses bens, assim como no fortalecimento dos sentimentos de identidade e cidadania. Dessa forma, a compreensão do patrimônio cultural deve ser trabalhada como um processo de conscientização, capaz de mobilizar indivíduos e coletividades na defesa de sua memória e de seus referenciais simbólicos (GRUNBERG, HORTA, MONTEIRO, 1999, p. 05).

332

A educação patrimonial também estimula a relação entre os indivíduos e comunidades com suas manifestações culturais. Pela educação patrimonial eles distinguem os elementos que compõem seus vínculos identitários e de memória coletiva para decidir quais bens serão patrimonializados. Grunberg, Horta e Monteiro asseveram a educação patrimonial como:

um instrumento de ‘alfabetização cultural’ que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido. Este processo leva ao reforço da autoestima dos indivíduos e comunidades e à valorização da cultura brasileira, compreendida como múltipla e plural” (GRUNBERG; HORTA; MONTEIRO, 1999, p. 05).

Os autores apontam a educação patrimonial como um processo de “alfabetização cultural” que leva a compreensão da realidade em que o indivíduo está inserido e o ajuda a conhecer o seu espaço cultural, os símbolos e os vínculos sociais. A “alfabetização cultural”



também leva ao entendimento da trajetória histórica da comunidade conectando os indivíduos as suas memórias coletivas. Assim, ela pode ser vista não só como um conjunto de práticas educativas, mas, sobretudo, como agente de transformação social. A Constituição de 1988, em seu artigo 216, §1º, estabelece a participação popular como fundamento do processo de gestão do Patrimônio Cultural. Nesse contexto, a educação patrimonial se constitui num alicerce para a identificação, valorização e preservação dos bens culturais. A educação patrimonial, ao fortalecer a participação democrática, promove a ampliação do conceito de cidadania para além da representação formal e indireta, como por exemplo o voto. Ela acaba por estimular a atuação ativa da comunidade em ações reivindicatórias sobre os processos que envolvam elementos de memória, identidade e cultura, catalisando uma sociedade crítica que pode ter como suporte cultural o Patrimônio. Tal cidadania alavanca, pois, a participação direta, como o engajamento em conselhos, a participação em mobilizações sociais, as denúncias, a vigilância e o usufruto dos bens patrimonializados, de forma que o cidadão se torna o protagonista da vivência com o Patrimônio.

3. INTERFACES ENTRE O PATRIMÔNIO CULTURAL E O DIREITO

A formação jurídica precisa se desenvolver por um viés democrático e dialógico, e por isso é necessário que os cursos de Direito abordem mais que a normatividade e os procedimentos técnicos. Os operadores do Direito precisam sair da academia dotados da capacidade de compreensão da realidade social e de todas as complexidades inerentes a vivência humana. O estudo do Patrimônio Cultural, com seus embasamentos teóricos, históricos e filosóficos, é um campo propedêutico importante para a formação jurídica. Os estudos patrimoniais podem se constituir num componente essencial para a formação dos novos juristas, já que ampliam a compreensão dos fatos sociais e dos seus impactos para coletividade. Essa abordagem, vista pelo viés interdisciplinar, possibilita ao indivíduo uma visão mais voltada a dialogicidade, democracia e justiça social. O imbricamento dos aspectos normativos, tão presentes nas ciências jurídicas, com os estudos do Patrimônio, enriquece a formação jurídica e amplia a gestão patrimonial. A consciência de que a norma não é o único elemento estruturante das ciências jurídicas, mas que ela precisa interagir com outros ramos do conhecimento, em especial o Patrimônio Cultural, possibilita a percepção da pluralidade que permeia o ato de viver em sociedade, como explica Raichle:



é imperativo repensar o modelo de ensino jurídico no Brasil, buscando um equilíbrio entre a formação técnica e a formação geral. Somente assim será possível formar juristas capazes não apenas de aplicar o direito, mas também de compreendê-lo criticamente, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária (Raichle, 2024, p. 2019).

O Patrimônio Cultural brasileiro é reconhecido pela Constituição de 1988 como um direito fundamental e por isso é um elemento que conta com proteção legal especial. O artigo 5º da Constituição Federal, inserido no Título II, Capítulo I, que trata dos direitos e garantias fundamentais, prevê no inciso LXXIII a legitimidade do cidadão para propor ação popular para a anulação de atos lesivos contra o patrimônio cultural, reforçando assim o papel da sociedade na proteção e defesa desse direito coletivo. Já o §2º do mesmo artigo amplia o rol dos direitos fundamentais, permitindo que outros direitos, como no caso os culturais, sejam acrescidos ao grupo dos que recebem *status* especial e que contam com qualificada hierarquia no arcabouço constitucional. Também o artigo 216 que define o Patrimônio Cultural, e estabelece que a sua proteção deve ocorrer com a colaboração da comunidade, ou seja, que evidencia a participação popular no processo de patrimonialização, permite a compreensão de que Patrimônio Cultural é um direito fundamental.

O Patrimônio Cultural, quando envolvido em litígios e ou em políticas públicas exige dos juristas não apenas o conhecimento técnico. É necessária a sensibilidade para conhecer o valor simbólico, social, memorial e identitário em disputa. As demandas que envolvem aspectos sobre a pluralidade cultural, sobre a proteção dos valores culturais das minorias, as ameaças a integridade física e simbólica dos bens protegidos e a própria sustentabilidade cultural transcendem a esfera patrimonial estrita, as normas escritas e os precedentes jurisprudenciais. Essas questões avançam para abordagens éticas, históricas, sociológicas e antropológicas e por isso, ao jurista, cabe exercer uma espécie de mediação para acomodar os interesses em conflito e assegurar a preservação cultural.

Incorporar a discussão sobre o Patrimônio Cultural na formação jurídica significa preparar profissionais conscientes de que exercício do Direito também é um exercício de responsabilidade cultural. Os acadêmicos devem cumprir sua graduação e chegar ao mercado de trabalho não como simples conhecedores da técnica processual e dos elementos normativos. Eles precisam sair da academia preparados para atuar como agentes de cidadania e democracia. Devem se tornar conhecedores dos processos históricos que transpassam os mais



diversos campos da atuação profissional, para quando se depararem com o Patrimônio, consigam identificar e dirimir suas tensões, vicissitudes e narrativas.

4. INSTRUMENTOS CONSTITUCIONAIS DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

O §1º do artigo 216 da Constituição de 1988 estabelece que o poder público e a comunidade promoverão o Patrimônio Cultural por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação. Essa previsão constitucional confere ao Patrimônio Cultural instrumentos de proteção e promoção dos bens patrimonializados garantido que essas ferramentas sejam capazes de assegurar a patrimonialidade.

Importante salientar que o legislador constitucional não fixou que a proteção e a promoção patrimonial se estabeleceria por esse limitado número de mecanismos jurídicos. Está expresso no referido §1º que, além dos meios listados (inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação), caberá outras formas de acautelamento e preservação. Fato que deixa claro o grau de atenção que o estado e a sociedade devem dispensar ao Patrimônio Cultural. Isso também denota que o Poder Público e a comunidade em geral, já que as responsabilidades são compartilhadas, devem atuar de maneira ativa e criativa na função de proteger o Patrimônio Cultural.

Entre os instrumentos destacados pela Constituição, o inventário representa a forma mais abrangente de identificação e documentação dos bens culturais. Constituindo-se como a etapa inicial de preservação, o inventário permite a anotação do bens culturais que integram o acervo brasileiro. Já o registro, se constitui no método como um bem cultural imaterial é patrimonializado. Pode-se até dizer, para ilustrar a explicação, que o registro está para o Patrimônio Cultural Imaterial, como o Tombamento está para o Patrimônio Material. Já o Tombamento é o mais conhecido e um dos mais antigos instrumentos de salvaguarda patrimonial, e por isso o mais consolidado. Ele surgiu no ordenamento jurídico brasileiro no ano de 1937 com o Decreto-Lei 25, e está voltado a proteção dos bens culturais tangíveis. A Constituição, também, prevê a desapropriação como meio de proteção patrimonial. A Desapropriação, como recurso legal, possibilita que o poder público assumira a titularidade de um bem privado, cuja conservação seja de interesse social/cultural, mediante o pagamento de



indenização. E por fim, na conclusão dessa dinâmica de apresentação das ferramentas constitucionais de acautelamento do Patrimônio Cultural apresenta-se a Vigilância que, igual ao tombamento, passou a ter previsão legal com o Decreto-Lei 25 de 1937. O art. 20 do Decreto-lei 25 previa sua atuação:

As coisas tombadas ficam sujeitas à vigilância permanente do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que poderá inspecioná-los sempre que for julgado conveniente, não podendo os respectivos proprietários ou responsáveis criar obstáculos à inspeção, sob pena de multa de cem mil réis, elevada ao dobro em caso de reincidência (Brasil, 1937).

Marcos Paulo de Souza Miranda, escrevendo sobre a vigilância explica que ela se concretiza, sobretudo, por meio do exercício do poder de polícia outorgado aos órgãos públicos para tutelar administrativamente o patrimônio cultural brasileiro de forma prevalentemente preventiva (Miranda, 2024). O Direito Administrativo infere que:

O fundamento da atribuição de polícia administrativa está centrado num vínculo geral, existente entre a Administração Pública e os administrados, que autoriza o condicionamento do uso, gozo e disposição da propriedade e do exercício da liberdade em benefício do interesse público ou social (Gasparini, 1995, p. 109).

336

O §1º do artigo 216 da Constituição prevê o princípio colaborativo entre o estado e a sociedade na gestão patrimonial. Por isso, a Vigilância não se constitui responsabilidade única órgãos estatais. A Constituição determina que a sociedade também exerça protagonismo na empreitada de vigiar. Em decorrência dessa afirmação, cumpre destacar, que a educação patrimonial assume eminente centralidade, já que a vigilância cidadã pressupõe uma formação crítica e o domínio do que compõe o Patrimônio Cultural e os processos de patrimonialização. A vigilância, vista aqui como instrumento ora de proteção, ora de coerção ou de constrangimento social, depende do letramento cultural sobre Patrimônio. No contexto do ensino jurídico, a educação patrimonial torna-se ainda mais expressiva, já que prepara os futuros operadores do Direito para atuar como agentes formadores de opinião e de transformação social.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS



O Patrimônio Cultural pode ser compreendido como uma construção histórica, social e essencialmente dialógica, que demanda reconhecimento, proteção e valorização por parte do Estado e da sociedade. Nesse contexto, a educação patrimonial é essencial na formação jurídica, funcionando como instrumento de ampliação da consciência crítica para superar a visão estritamente normativa inerente aos cursos de Direito. Superada essa visão, os operadores jurídicos terão capacidade para atuar no desenvolvimento da memória coletiva, da identidade, da gestão patrimonial e da elaboração de políticas públicas voltadas a cultura. O curso de Direito da Univille de São Bento do Sul, ao incorporar as teorias patrimoniais ao seu currículo e diretrizes pedagógicas poderá contribuir para o fomento de políticas públicas voltadas à cultura e à valorização do Patrimônio Cultural.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (compilado)**. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 02 set. 2025.

BRASIL. **Decreto-Lei n.º 25, de 30 de novembro de 1937: organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 6 dez. 1937. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm. Acesso em: 01 set. 2025.

GASPARINI, Diogenes. **Direito Administrativo**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1995.
GONÇALVES, Janice. **Da educação do público à participação cidadã: sobre ações educativas e patrimônio cultural**. Mouseion, Canoas, n. 19, dez. 2014, p. 83-97. Disponível em: <https://www.revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Mouseion/article/view/1860>. Acesso em: 05 set. 2025.

GRUNBERG, Evelina; HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; MONTEIRO, Adriana Queiroz. **Guia básico de educação patrimonial**. Rio de Janeiro: IPHAN, 1999.

MIRANDA, Marcos Paulo de Souza. **Vigilância como instrumento de preservação do patrimônio cultural**. Consultor Jurídico, São Paulo, 5 out. 2024. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2024-out-05/vigilancia-como-instrumento-de-preservacao-do-patrimonio-cultural/>. Acesso em: 01 set. 2025.

RAICHLE, João Otávio Gorini. **Sabemos de onde viemos? A formação do ensino jurídico brasileiro e a aparente lacuna no estudo da propedêutica jurídica**. Atena Editora, [S. l.], 2022. Disponível em: <https://www.atenaeditora.com.br/post-artigo/61172>. Acesso em: 02 set. 2025.



SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 36. ed. São Paulo: Malheiros, 2013.

SOUZA, Renato Antonio de. **Sociologia da Educação**. Porto Alegre: +A Educação - Cengage Learning Brasil, 2015. E-book. pág.70. ISBN 9788522122509. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788522122509/>. Acesso em: 15 de maio. 2025.



FEITO À MÃO: BORDADO DO CRIVO COMO PRÁTICA CULTURAL CATARINENSE

William Wollinger Brenuvida | acangatu@gmail.com¹

Bruno Francisco Silva | francisccoh@icloud.com²

1. INTRODUÇÃO

O Crivo é uma arte em bordado herdada de imigrantes açorianos e madeirenses que aportaram em Santa Catarina em 1748, e que se manteve em Ganchos/SC e região litorânea. Sua produção acontece em uma roda de criveiras que se reúnem sistematicamente e constituem nesse ritual, sua autoria, em uma prática discursiva de oralidade (BRENUVIDA, 2018). Para além da historiografia pretende-se dar continuidade à análise da circulação de sentidos através das conversas, diálogos e gestos de interpretação realizados pelas criveiras das comunidades de Ganchos, Bombinhas e região. Cada imagem e cada linha é um novo gesto de leitura para preservar e levar adiante as práticas artesanais do litoral catarinense (SILVA, 2025).

Quando Rose Mary Gerber, autora do artigo “Nas Urdiduras do Crivo, Tramas de Memórias Femininas”, olhou para o fazer do Crivo, houve um encantamento, um *afetamento*, vamos dizer assim, no sentido de sensibilização ou comoção, naquilo que a pesquisadora chamou de “vivências entre as gancheiras” (GERBER, 2002, p.1). Vamos pensar neste *afetamento* como um batimento ou aproximação e entrelaçamento, do empírico, das observações de Gerber e das criveiras, as bordadeiras do Crivo, com a prática ou fazer do bordado, a partir de uma inquietação de Gerber com a (des)continuidade do labor (do Crivo). Quatro anos antes, Felix Crsthiano Theiss, em “Análise do potencial ecoturístico de Armação da Piedade (Gov. Celso Ramos-SC), visando o seu desenvolvimento sustentável”, havia manifestado uma possível “morte da prática do bordado”. Em 2012, Adauto Jorceli de Melo, historiador, manifesta seu receio com a falta de interesse dos mais jovens pela técnica do Crivo, e entre os anos de 2015 e 2020, William Wollinger Brenuvida, descendente de bordadeiras do

339

¹ Doutor em Linguagem pela Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL). Membro do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.

² Bacharel em Design de Moda pela Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI) e Coordenador do Projeto Criveiras – 2025.



Crivo, retoma a inquietação para dizer que a prática resistia não apenas em Ganchos e região, também na antiga São Miguel da Terra Firme (Biguaçu) e Bombinhas.

Afetado pela prática do Crivo, Brenuvida se valeu da Análise de Discurso Francesa pensada por Michel Pêcheux para formular uma noção discursiva chamada “Formação Discursiva Açoriano-gancheira” (BRENUVIDA, 2020b). Brenuvida pensou o Crivo como labor/geração de renda – aí embutida a (des)continuidade da prática. O Crivo como Arte e Gesto de Leitura, um atravessamento do artesanal, anterior a fábrica, e o tempo presente, em que as máquinas tentam com insistência engolir a vida. Quando Bruno Francisco da Silva pensou o Crivo, a prática já o havia envolvido. Brenuvida e Silva são descendentes portugueses que aportaram em Santa Catarina entre 1748 e 1756, e que fundaram a Colônia Nova Ericeira em 1818. Silva teceu trabalho admirável “As criveiras de Bombinhas” e coordenou o Projeto “As criveiras – 2025”, em que foram entrevistadas criveiras para a edição de um fotolivro publicado com apoio da Política Nacional Aldir Blanc – PNAB e do Instituto Rendas de Bombinhas – IRENDAS.

Figura 1



Fonte: Autores, 2025.

Este artigo é um espaço de continuidade – “onde cada ponto bordado reforça a força viva da memória bombinense” (SILVA, 2025, p. 26). Entre Gerber, Theiss, Melo, Brenuvida e Silva, o desejo opera na lógica lacaniana³, aparecendo nos lapsos, nos sonhos, nas entrelinhas e nos impasses que sempre retornam (LACAN, 1985), porque o Crivo é um labirinto, desde

³ A questão é abordada em “O Seminário, Livro 6 - O desejo e sua interpretação”, “O Seminário, Livro 7 - A ética da psicanálise”, e “O Seminário, Livro 11 - Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise”.



Ariadne e as deusas fiandeiras, escapando pelos furos e desconstrução e construção do tecido, na elaboração das imagens, próprio do inconsciente. As criveiras são as guardiãs de um saber que lembra, faz memória se estabilizar, um saber que constantemente se atualiza (BRENUVIDA, 2020b). Neste encontro a lógica do eu é quebrada, assim como a lógica da repetição da fábrica. No artesanal há uma magia que não termina, um vagido, uma anunciação. Pela prática do Crivo, um atravessamento e travessia, pela Baía de Tijucas, um olhar para a que não se encerra – renasce – “no fio fino da memória e da força invisível que sustenta os saberes que passam de mão em mão” (SILVA, 2025, p.1).

2. FEITO À MÃO: BORDADO DO CRIVO COMO PRÁTICA CULTURAL CATARINENSE

Afirmar o bordado do Crivo uma prática cultural catarinense implica apontar um mito de origem⁴ validando por meio de crenças e valores a função sociocultural da prática, porém, não invalidando a afirmativa porque “as formas culturais que se expressavam através do leque de conhecimentos e práticas concretas como crivos, modelos de embarcações⁵, além das manifestações em torno da Festa do Divino, Terno de Reis e Farra do Boi [...] faziam parte de um modo de vida⁶” (SILVA, 1992, p.46).⁷⁸

Na Análise de Discurso Francesa Pecheutiana estão presentes as condições de produção da prática do bordado de Crivo, com base no pré-construído⁹, interdiscurso¹⁰ e a ideologia¹¹, entre outras noções discursivas, para mostrar como o Crivo é um objeto cultural, como o trabalho feminino e manual são saberes tradicionais e artesanais, e a valorização das práticas

⁴ Acerca do mito, Freud, “Totem e tabu” (1913) e Levi-Strauss, “Mito e significado” (1978).

⁵ Célia Maria e Silva absorve este entendimento de “Açorianos em Santa Catarina: povoamento e herança cultural”, de Sara Regina Silveira de Souza.

⁶ Neste sentido, Karl Marx, “Formações econômicas pré-capitalistas”.

⁷ O mito das deusas fiandeiras e a inversão do Mito de Penélope, em “Para além do Crivo: circulação de sentidos na prática de mulheres em Ganchos/SC”.

⁸ Kalina e Maciel Silva, em “Dicionário de conceitos históricos”, mencionam: “O grande impulso na pesquisa sobre o valor dos mitos foi dado pela obra de Freud, no início do século XX, e pela descoberta do inconsciente coletivo. A Psicanálise utilizou o mito como base para o estudo da mente humana. Já a Antropologia se voltou para o mito como fonte do conhecimento social” (SILVA e SILVA, 2005, p.294).

⁹ O pré-construído está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra (ORLANDI, 2015)

¹⁰ “O interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada” (ORLANDI, 2015, p.29). O interdiscurso é a soma das memórias, a memória discursiva.

¹¹ “A ideologia se liga inextricavelmente à interpretação enquanto fato fundamental que atesta a relação da história com a língua, na medida em que esta significa” (ORLANDI, 2015, p.94). A ideologia são formações imaginárias transformadas em práticas.



culturais frente à modernidade industrial (BRENUVIDA, 2020b). O percurso¹², partindo do interdiscurso, passando pelo pré-construído e memória discursiva chegando ao construído. **Seria a oralidade por sua característica cíclica capaz de permitir a quebra do paradigma da linearidade histórica? Qual é o lugar da memória discursiva nas rodas de crivo?** (BRENUVIDA, 2020c). Surge o “discurso açoriano-gancheiro” quebrando a lógica mercadológica. “Esse discurso tem materialidade diversa. Tem relação com o tempo, com a função autor, com a criatividade, com o coletivo” (BRENUVIDA, 2020c) Para Brenuvida, “Todos esses elementos estão jogando e constituindo uma materialidade própria para esse discurso açoriano-gancheiro que é diferente do discurso do mercado (BRENUVIDA, 2020c). Brenuvida ainda mostra que a prática se dá pela repetição, mas essa repetição não está ancorada em um Discurso de Escrita, e sim de Oralidade: “Essa repetição se dá num campo onde os sentidos estão em circulação nas falas e gestos de interpretação, na prática das criveiras, num jogo de transmissão/transformação. Não é a repetição mecânica” (BRENUVIDA, 2020c).

2.1 Um pouco de história e cultura

O bordado de Crivo é uma prática cultural concreta catarinense? Apresentamos aspectos históricos e socioculturais da prática do bordado do Crivo e suas analogias com o litoral catarinense. No ensaio chamado “Feito à mão”, publicado pela Academia de Letras de Biguaçu, em 2020, Brenuvida tece homenagem aos antepassados açorianos e madeirenses, e explica que “a história oficial dá conta que o bordado do crivo, com atravessamento árabe² e flamenco³, herdado dos arquipélagos dos Açores e da Madeira chegou a Santa Catarina em dez levadas migratórias a partir de 1748⁴” (BRENUVIDA, 2020a, p.74). Os açorianos e madeirenses, em grande número, partiram dos arquipélagos “vestidos de humildes roupas de linho ou de estaminha, de pano de miscra que faziam de lã de ovelha⁵. A experiência fiandeira praticada nas Ilhas do Pico, do Faial e de São Miguel, em Santa Catarina, periferia da Metrópole, foi

¹² Para compreender Formação da Produção Capitalista (FPC), dois artigos de Pêcheux: “Foi propaganda mesmo que você disse?” (1979), e “Ideologia – aprisionamento ou campo paradoxal?” (1983).

¹³ Conforme “História da civilização ocidental: do homem das cavernas às naves espaciais”, p. 226-227.

¹⁴ Gustavo Roberge Goedert <https://www.genealogy.com/ftm/g/o/e/Gustavo-R-Goedert/WEBSITE-0001/UHP-0736.html>

¹⁵ A epopeia açórico-madeirense (1746-1756), Walter F. Piazza.

¹⁶ Estamenha, estaminha, estamina, em Jandyr Côrte Real e Joares Ponticelli, “A única saída: o paraíso”.



importante complemento de renda após a proibição dos teares mecânicos em 1785” (BRENUVIDA, 2020a, p.75).

O tema se relaciona com o primeiro empreendimento fabril da Coroa Portuguesa no Brasil Meridional, a Armação Grande das Baleias, doravante, Armação de Nossa Senhora da Piedade, em Santa Catarina. As práticas culturais concretas estavam sempre imbricadas no processo socioeconômico (BRENUVIDA, 2023a), e os pequenos produtores mercantis “possuíam uma visão globalizante de sua realidade e dos processos que o envolviam, pois, a natureza exteriorizada funcionava como parte, como prolongamento de seus universos familiares, de seu trabalho e das suas vilas” (SILVA, 1992, p.46).

Os açorianos, madeirenses e de Portugal Continental quando aportaram em Santa Catarina se depararam com uma terra já habitada por povos nativos ou originários, na Ilha de Santa Catarina e porção continental. Na antiga Armação da Piedade e Ganchos viviam vicentinos provenientes de São Vicente, Cananeia e São Francisco do Sul, africanos provenientes do Congo, Cabinda e da Guiné, além de mercadores e mercenários contratados na Europa pela Coroa Portuguesa (BRENUVIDA, 2025). Os açorianos e madeirenses que foram forçados, assim como os africanos, os primeiros em regime servil, os africanos em regime de escravidão, à caça exploratória das baleias, uma condição que abasteceu o comércio internacional do óleo e derivados da baleia (SILVA, 1992), tiveram que aprender com os povos originários técnicas de plantio e pesca, além do uso da taquara para confecção de cestarias e outras práticas artesanais de construção e vestuário para sobreviver no litoral catarinense (BRENUVIDA, 2023b), neste sentido, “os remanescentes desses primeiros povoadores de terras catarinenses se mesclaram, se miscigenaram e sua cultura se integrou às culturas africana e europeia” (SOARES, 2006, p.16). Pesquisas recentes, de alunos e professores indígenas das etnias Guarani, Caingangue e Laklanô-xoclungue mostram um compartilhamento de aprendizados geracionais que possibilitaram uma troca de experiências e práticas entre os povos originários e os povos de além-mar, africanos e europeus¹⁷. A publicação da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos, “Cultura açoriana: identidade do povo gancheiro”, 2011, menciona que a renda de crivo, cestarias (de taquara, bambu e cipó) e o trançar das redes

¹⁷ A dissertação do pesquisador indígena Daniel Kuaray Martins Timóteo, “YVY MARÃ EN9YN: o corpo, os ritos de morte e a pandemia covid-19”, orientada pela antropóloga Esther Jean Langdon e William Wollinger Brenuvida, na UFSC, ajuda compreender os ritos, mitos e a prática indígena.



de pesca e tarrafas são artesanatos na forma uma herança marcante no município (Cultura açoriana, 2011).

O historiador gancheiro Aduino Jorceli de Melo, em pesquisas documentais e entrevistas, explica que não se conhece a origem do crivo, muito embora, “como descendentes de açorianos, convém nos remetermos à análise da ilha da qual talvez tenha se originado essa atividade” (MELO, 2012, p.70). Brenuvida encontrou bordadeiras do Crivo, em Arrifes, em Ponta Delgada, na Ilha de São Miguel, onde há forte expressão flamenca. O que chama atenção nas pesquisas Melo é uma correlação com o Arquipélago da Madeira, em Portugal, apontando que a prática se funde com a descoberta do lugar em 1419, observando que a prática lá ainda existe como um dos principais atrativos, e que “a produção e a comercialização desse produto são rigorosamente controladas pelo instituto do bordado, tapeçaria e artesanato” (MELO, 2012, p.70)

Há dois documentos que envolvem a Coroa Portuguesa e que atravessam a prática do Crivo na Ilha de Santa Catarina e continente. O primeiro se refere ao Alvará Régio de 1785 que proíbe a produção têxtil no Brasil Colônia. O segundo é o Ofício do governador José Pereira Pinto ao vice-rei Luís de Vasconcelos e Sousa, em 24.12.1786¹⁸ que informava as famílias que detinham teares em Santa Catarina (BRENUVIDA, 2020b). Quando Dona Maria I, Rainha de Portugal, proibiu o uso dos teares e conseqüentemente a produção têxtil no Brasil, a polêmica envolveu o Padre Lourenço Rodrigues de Andrade (Desterro, 1767-1844, Rio de Janeiro), depois Senador do Império. O Padre Lourenço não apenas reclamou, como passou a usar somente roupas produzidas na antiga Freguesia de Nossa Senhora das Necessidades, atual Santo Antônio de Lisboa (GOEDERT, 2020). Em Santa Catarina, a população ousou contrapor tal ordem, culminando na expedição de um ofício relacionando o número de teares e os nomes dos moradores possuidores destes teares (GERLACH, MACHADO, 2007). A proibição dos teares fez a população retroceder para práticas e técnicas não-mecânicas, como o Bilo e o Crivo, para confecção de peças em bordado e este aspecto preservou a prática (BRENUVIDA, 2020ab).

2.2 Feitio do crivo

¹⁸ ANRJ, Cód. 106, vol. 09, of. 12.



Brenuvida ouviu da avó materna que a prática do bordado chegara a Ganchos no enxoval de Luiza Euphrosina de Oliveira (1846-1916) casada com Manoel José de Azevedo (1848-1913), e de Julia Euphrosina de Oliveira (1856-) casada com Cândido Simão Alves (1848-1897), respectivamente, tios-avôs e avós da criveira Maria da Silva Wollinger.

Figura 2



Fonte: Autores, 2025.

Citada por Machado de Assis, no conto “O caso da vara” (ASSIS, [1899], 1994), a prática do Crivo também está na Literatura catarinense, em Virgílio Várzea, e depois em Otho Gama D’Eça. Na obra “Homens e algas”, Otho Gama D’Eça narra com singeleza: *“E veio-lhe, então, de repente, uma saudade de outros dias – a Claudina a cantar desfiando o cretone para o crivo do travesseirinho; as fraldas de morim corando nas gramas, à frente da casa; o casaquinho do primeiro dia, de fazenda fina, com crochê e que cheirava a alecrim”* (D’EÇA, [1957], 2007. P.101). O relato de Otho Gama D’Eça se refere a uma cena da Ilha de Santa Catarina na década de 1950, evidenciando a prática do Crivo e não do Bilro. Nos relatos de moradores de Ganchos, os mais antigos, ainda há uma lembrança do fazer do Bilro, porém, o Crivo é mais presente. É o que narra Iraldina Jorge do Nascimento, nascida em 1928, moradora do Bairro da Camba, em Governador Celso Ramos, olhos já cansados sobre o bastidor, criveira desde a infância, ofício que aprendeu com a tia e que partilhava com amiga Maria da Silva Wollinger (1929-2011), que as mulheres além de dividir as tarefas do mar com os pais, irmãos, primos e maridos, também se reuniam ao redor das pombocas, lamparinas de óleo de baleia, peixe ou querosene para tecer



peças de crivo que ajudavam no sustento dos lares. “O Bilro se fazia, mas era pouco. Era mais o Crivo, com a mamãe, com as tias, com as amigas, ali a gente conversava, fazia a peça pra vender em São José e Florianópolis”. Em 1998, em entrevista para o economista Felix Christiano Theiss e morador da Armação da Piedade, Margarida Carlota Quintino, nascida em 1915, lamentava-se de não haver mais as tramóias (almofada, caixotinho, pique de papelão e os sete pares de bilro – pecinhas de madeira com a linha embrulhada que são jogadas na mão para fazer o entrançado e a tecitura da renda) do Bilro. Dona Margarida também dizia que o Crivo estava findando (THEISS, 1998, p.36)

Definir o Crivo por meio de um conceito não é possível. Tanto Gerber como Brenuvida tentam definições para o vocábulo, que consta no dicionário do Padre Rafael Bluteau em 1721 (BRENUVIDA, 2020b). “O crivo remete a algo trabalhoso, difícil, atravessado, perfurado, que implica sacrifício; ser posto à prova. Ele surge a partir das sucessivas idas e vindas do movimento habilidoso de mãos da criveira que determina o caminho da agulha e da linha na crivação do pedaço de tecido” (GERBER, 2002, p.3-4).

Figura 3



Fonte: Autores, 2025.

O Crivo tem etapas de constituição como peça (SILVA, 2025), e seguindo as orientações das criveiras entrevistadas por Gerber, Silva e acompanhadas no processo de análise da roda de Crivo por Brenuvida, o primeiro passo é construir o bastidor. O bastidor é uma peça rústica construída em formato retangular ou circular, a partir de madeiras, taquaras ou bambus onde se insere o tecido, em um segundo momento é preciso recortar o tecido com uma tesoura. O próximo passo, desfiar o tecido, é a fase mais difícil e requer atenção completa da criveira, pois



um erro nesta etapa pode comprometer o restante do trabalho. Depois, as próximas fases, a criação dos desenhos ou “tapar o tecido”, a fase da urdidura ou urdir o tecido, que é o acabamento interno que sobra das imagens, o caseamento que é o acabamento externo, por fora da estrutura que formou as figuras. Fazer a bainha aberta também é uma fase do acabamento, e por fim engomar, a aplicação de uma substância para deixar o tecido mais firme, evitando inclusive que o trabalho desfie (GERBER, 2002). Os antigos engomavam os tecidos com amido de milho e farinha de mandioca.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS: AS CRIVEIRAS DE GANCHOS E BOMBINHAS

A partir de pesquisas realizadas por Celia Maria e Silva, Rose Mary Gerber, Aduino Jorceli de Melo, Antonieta Mercês da Silva, William Wollinger Brenuvida, Felix Theiss, Bruno Francisco da Silva, bem como pelo Núcleo de Estudos Açorianos (NEA), Casa dos Açores de Santa Catarina, desde os anos 1990 e que se intensificaram nos anos 2000, a prática do Crivo vem resistindo aos apelos de desaparecimento.

Figura 4



Fonte: Autores, 2025.

Por meio de narrativas orais e documentos escritos compreende-se que a prática do Crivo foi herdada dos povos dos Açores e Madeira, e que para lá chegou por meio de



portugueses continentais, árabes, judeus e flamencos, as técnicas dos bordados. O Crivo chega então, em Santa Catarina, na Ilha de Santa Catarina e vai se concentrar na porção continental, sobretudo, em Armação da Piedade e Ganchos.

Figura 5



Fonte: Autores, 2025.

As contribuições de Rose Gerber, Felix Theiss e Aduino Melo são muito importantes, em continuidade, as pesquisas de William Wollinger Brenuvida e Bruno Francisco da Silva também não se findam neste artigo. Com apoio de William Wollinger Brenuvida, a prática cultural do Crivo em Ganchos foi declarada lei do patrimônio material e imaterial, porém, apesar dos esforços na retomada das chamadas “rodas de crivo”, onde o trabalho do Crivo é coletivo, mesclado às práticas outras, canções, danças, brincadeiras e culinária, a pandemia da COVID-19 frustrou este evento que ocorria em Jordão, Canto dos Ganchos, Ganchos do Meio e Palmas – sempre com a adesão dos grupos de mães e idosos.

Por iniciativa de Bruno Francisco da Silva, o Irendas, criado a partir do programa “Vô sabe, vô ensina”, a valorização cultural é um tema que circula entre mulheres que não necessariamente são descendentes de açorianos e madeirenses, em Bombinhas. No bojo do projeto Criveiras 2025, Silva descobriu que as criveiras mais antigas em atividade de Bombinhas aprenderam com as criveiras de Ganchos, portanto, o conhecimento atravessou a Baía de Tijucas. Por sua vez, essas criveiras mais antigas de Bombinhas, Cipriana Paulina da Silva (Piana), Dona Rosa, Dona Helena, Tia Célia e Dona Osmarina estão transmitindo o conhecimento e a técnica para as criveiras mais novas, Dona Célia, Tathyanna Odebrechet, Alessandra Gruszkvska de Lacerda e Lilian Isabel Vilche Passano. A pesquisa em prática vai



continuar por meio do levantamento e continuidade de outras práticas ou materialidades como o Pão-por-deus e o Terno-de-reis.

Em Ganchos, o Crivo resiste em criveiras mais experientes, como Maria Nunes da Silva, Iraldina Jorge do Nascimento, Zenite Baldaça Melo, Valdeci Gomes Sagás, Valda Nicolau Sagás, Madalena Bittencourt, Noeli Jorge, Paula Laurinda da Silva, Mahyara do Nascimento, Elite Pereira Garcia, Silvana Lino dos Santos, Rute da Silva, e a pequena Laura Galvão Costa, de apenas 7 anos de idade, bisneta da dona Maria Nunes e neta de Rute Silva. “São as criveiras que detêm o poder sobre o crivo, sobre o fazer do crivo. Ninguém mais. são elas que continuam e fazem circular o feitio do Crivo” (BRENUVIDA, 2020c).

REFERÊNCIAS

ASSIS, Machado de. **O caso da vara (1899)**. In: *Obra Completa*, de Machado de Assis, vol. II, Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.

BURNS, Edward McNall, MEACHAM, Robert E. Lerner Standish. **História da civilização ocidental: do homem das cavernas às naves espaciais**. v.1. 32. ed. Rio de Janeiro: Globo, [1980], 1990. p. 226-227.

BRENUVIDA, W. W. **Correlação entre as Colônias Piedade e Santa Isabel**. Páginas da Colonização: Estudos/subsídios históricos sobre a Colônia Alemã Santa Isabel – 175 anos de Fundação, 2023a. Disponível em: <http://tonijochem.com.br/artigos-paginas-da-colonizacao/>.

BRENUVIDA, W. W. **Feito à mão**. Ensaio. Biguaçu: Academia de Letras de Biguaçu/Editora Amoler, 2020a.

BRENUVIDA, W. W. **Ganchos – Santa Catarina: tempo e memória**. Florianópolis: Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, 2025.

BRENUVIDA, W. W. **Para além do crivo: circulação de sentidos na prática de mulheres em Ganchos/SC**. Porto Alegre: Vivilendo, 2020b.

BRENUVIDA, W. W. **Para além do crivo: circulação de sentidos na prática de mulheres em Ganchos/SC**. In: RAUEN, Fabio, et. al. (org). *Colóquio de Integração em Ciências da Linguagem da Unisul*. 2020c.

BRENUVIDA, W. W. **Tape Arandu: análise discursiva dos trabalhos de conclusão do curso de licenciatura indígena**. 2023. 196 f. Tese (Doutorado em Ciência da Linguagem) – Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul), Palhoça. 2023b.



CÔRTE REAL, Jandy, PONTICELLI, Joares Carlos. **A única saída: o paraíso**. Florianópolis: Insular, 2008. p.35-36.

Cultura Açoriana – identidade do povo gancheiro. Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos: Governador Celso Ramos, 2011.

D'EÇA, Othon da Gama Lobo. **Homens e algas**. 5. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, [1957], 2007). p. 101.

FREUD, Sigmund. **Totem e tabu e outros trabalhos (1913-1914)**: edição Standart Brasileira das Obras Psicológicas completas de Sigmund Freud. Volume XIII. Edição online/ Editora Imago. <https://nucleodepesquisas.com.br/wp-content/uploads/2024/07/freud-sigmund-obras-completas-imago-vol-13-1913-1914.pdf>. Acesso em 13 Out. 2022.

GERBER, Rose Mary. **Nas Urdiduras do Crivo, Tramas de Memórias Femininas**. Santa Catarina: EPAGRI, 2002.

GOEDERT, Gustavo Roberge. **Pe. Lourenço Rodrigues de Andrade**. My Genealogy Home Page: Information about Pe. Lourenço Rodrigues de Andrade. <https://www.genealogy.com/ftm/g/o/e/Gustavo-R-Goedert/WEBSITE-0001/UHP-0736.html>. Acesso em: 20 JUL 2020.

LACAN, Jacques. **O Seminário, Livro 11: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

Lévi-Strauss, Claude. **Mito e significado**. Lisboa-PT: Edições 70, [1978], 2020.

MARX, Karl. **Formações econômicas pré-capitalistas**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso: princípios & procedimentos**. 12. ed. Campinas, SP: Pontes, 2015.

PÊCHEUX, Michel. **Análise de Discurso**: Michel Pêcheux. 4. ed. Campinas: Pontes, 2014. PIAZZA, Walter Fernando. **A epopeia açórico-madeirense (1746-1756)**. 2. ed. Funchal, Madeira: Centro de estudos de história do Atlântico, 1999.

SILVA, Bruno Francisco. **As criveiras de bombinhas**. Bombinhas: Ed. Do autor, 2025.

SILVA, Célia Maria e. **Ganchos/SC: ascensão e decadência da pequena produção mercantil pesqueira**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1992.

SOUZA, Sara Regina Silveira de. **Açorianos em Santa Catarina: povoamento e herança cultural**. in Cadernos da Cultura Catarinense Imigração e Colonização- O Patrimônio Cultural do Imigrante. Texto: Açorianos em Santa Catarina: Povoamento e Herança Cultural. No 01 – out. a dez./ 1984.



THEISS, Felix Christiano. **Análise do potencial ecoturístico de Armação da Piedade (Gov. Celso Ramos-SC), visando o seu desenvolvimento sustentável.** 80f. Monografia (Especialização/Pós-graduação em Direito Ambiental) – Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI), Itajaí. 1998.

TIMÓTEO, Daniel Kuaray Martins. **YVY MARÃ EM'YN: o corpo, os ritos de morte e a pandemia Covid-19.** 2024. 143 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis. 2024.



ARMAÇÃO DA PIEDADE: PATRIMÔNIO CULTURAL E HISTÓRICO CATARINENSE

William Wollinger Brenuvida | acangatu@gmail.com¹

1. INTRODUÇÃO

Edificado sobre sambaquis milenares, os resquícios do conjunto arquitetônico da Armação da Piedade mobiliza noções de cultura, formação sociocultural, patrimônio cultural, histórico, material e imaterial (SILVA e SILVA, 2009), estabelecendo um diálogo importante com noções de turismo religioso e economia sustentável a partir da herança vicentina, indígena e africana, também açórico-madeirense e luso-brasileira-germânica (a Armação da Piedade foi palco da primeira greve geral do Sul do Brasil, e da segunda colônia germânica de Santa Catarina, com 150 imigrantes, provenientes da Renânia-Palatinado, na Alemanha) (BRENUVIDA, 2024). Com o andamento da restauração da Igreja de Nossa Senhora da Piedade, bem edificado no século XVIII, e primeiro bem histórico tombado pelo Governo do Estado de Santa Catarina (SANTA CATARINA, 2008), o sítio histórico da Armação representa a primeira sede da Capitania de Santa Catarina.

Os descendentes do gancheiro Marcilio Geraldo, remanescentes da Armação Grande das Baleias, doravante, Armação da Piedade, ainda residem nesta terra, “*onde tudo começou*”, dizem os moradores da Armação, e complementam, “*onde todos nos esqueceram*”, “*a nossa igreja, tão caidinha*”. Armação é um nome derivado do latim *armare*, equipar com armas, portanto um nome que se relaciona à guerra, surgido no século XIV, dito pelo padre inglês Rafael Bluteau, em dicionário do século XVIII, como um vocábulo que se refere a “Armação de huma Igreja. Volantes, almofadas, cubretores, tafetazes, passemanes, etc, com que se armão as paredes, o tecto, as janellas, arcos, columnas, etc, Textilis templi ornatos”. (BLUTEAU, Companhia de Jesus, 1712-1728). É muito comum ouvir dos pescadores, nos portos ou à beira-mar, que eles vão *armar o bote*, a embarcação. O fato de um nome “pegar” na comunidade ou transitar por uma atividade pesqueira, por exemplo, está relacionado ao fato que as palavras simples do nosso cotidiano “já chegam até nós carregadas de sentidos que não sabemos como se

352

¹ Doutor em Ciência da Linguagem pela Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL) e pesquisador em História e Memória. Membro do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina e do Instituto de Genealogia Catarinense.



constituíram e que no entanto significam em nós e para nós” (ORLANDI, 2015, p.18). A Igreja de Nossa Senhora da Piedade, na *Armação*, edificada no século XVIII, e primeiro bem histórico tombado pelo Governo do Estado de Santa Catarina (SANTA CATARINA, 2008), em restauração desde 2015, com os problemas de sempre, as intempéries, a falta de recursos e atenção das autoridades, com questionamentos frequentes da comunidade e da paróquia, “*Por que tombam se não nos ajudam a cuidar de um bem tombado?*”

Em 1998, o pesquisador e morador da Armação da Piedade, Felix Theiss, na monografia “Análise do potencial ecoturístico de Armação da Piedade (Governador Celso Ramos), visando seu desenvolvimento sustentável”, noticiou o que parece se repetir naquela localidade, ele disse que após uma década e meia sem telhado, e com as imagens sacras guardadas na casa do pescador Odilio Augusto Dias, a Igreja de Nossa Senhora da Piedade, com apoio do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o IPHAN, e do Governo do Estado, novamente era devolvida à comunidade (THEISS, 1998, p.32). Em 2005, um esforço entre IPHAN, FCC e a Paróquia Nossa Senhora dos Navegantes possibilitou uma ampla reforma e restauração da igreja, porém, em 2010 a igreja já enfrentava sérias dificuldades. A partir de 2015, o pesquisador William Wollinger Brenuvida promoveu por meio da Prefeitura de Governador Celso Ramos um movimento para restauração da Igreja de Nossa Senhora da Piedade, porém, somente em 2018 um movimento de amigos e colaboradores, coordenados pelo Padre Mauri Costa de Jesus, William Wollinger Brenuvida e pela arquiteta Lilian Mendonça reestruturaram a Ação Social Paroquial de Governador Celso Ramos e mobilizaram toda comunidade, incluindo a comunidade escolar gancheira, e após alguns revezes, venceu de maneira incontestemente o Edital Elisabete Anderle de Cultura. Atualmente, a perseverança deste grupo vai iniciar, no início do ano de 2026, as reformas e restaurações de todo sítio histórico, incluindo as obras sacras dos séculos XVIII e XIX, “traço incontestemente de um povo, de sua religiosidade e forma de expressão” (SANTA CATARINA, 2008).

De acordo com William Wollinger Brenuvida, em dois artigos recentes, “Correlação entre as Colônias Piedade e Santa Isabel”, publicado em 2023, para o projeto Páginas da Colonização”, organizado pelo historiador Toni Jochem, e “Ganchos – Santa Catarina: tempo e memória”, publicado em 2025, na coletânea do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, organizada pela historiadora Nelma Baldin, o termo armação está associado à



pescaria, as tarefas do mar e daí nascem os nomes “gancheiro” e “Ganchos²”¹. O gentílico vem antes, sendo gancheiro, assim como brasileiro, marceneiro, sapateiro, um nome de profissão, e no caso em tela, o tarefeiro do mar, o arpoador, aquele que maneja a fateixa para a caça baleeira, bem como aquele maneja o ancinho nas casas de frigar o toucinho em óleo [da baleia] nas armações baleeiras, eis o gancheiro, um nome atribuído aos descendentes de indígenas, africanos e portugueses de Açores e Madeira que foram destinados à prática da caça baleeira no litoral catarinense (BRENUVIDA, 2023 e 2025). Portanto, Armação, “De armar pesca, armar às baleias, ou seja, equipar-se para a pescaria, para a pesca das baleias, decorre a expressão Armação das baleias, ou simplesmente Armação”. (ELLIS, 1969, p. 59). Os ascendentes de Marcilio Geraldo eram gancheiros, moradores da Armação, seja ela a Armação da Piedade onde estava edificada uma indústria naval e pesqueira.

2. UM POUCO DE HISTÓRIA

A Armação Grande das Baleias foi edificada a partir de 1742 em um ancestral território indígena (BRENUVIDA, 2023), ocupado há mais de 5 mil anos por povos caçadores-coletores³ (GÜTTLER, 2017), muito embora em sua nota histórica, Manoel Joaquim de Almeida Coelho⁴ afirme que esta prática já ocorria em Terra Firme, desde 1716, pelo contratador Thomé Gomes Moreira com mais sete negociantes, para a caça da baleia (BRENUVIDA, 2023). Ainda de acordo com Brenuvida (2023), em 1742, havia diversos estabelecimentos na Armação: a Casa Grande do Administrador; a casa dos baleeiros; as senzalas e os tanques; e os armazéns, a capela consagrada a Nossa Senhora da Piedade e a bica da carioca. As instalações construídas numa área de 5.327 m² faziam daquela Armação a segunda mais importante do Brasil Colônia (SILVA, 1992).

² GANCHOS é o nome de uma antiga colônia de pesca citada por Arcipreste Paiva em 1868 no Dicionário topográfico, histórico e estatístico de Santa Catarina. O nome consta em 1776 em um mapa português que menciona a esquadra portuguesa e inglesa do Almirante Robert MacDouall (1730-1816) que serviu à Marinha da Inglaterra de 1759 até 1816, ancorada nas proximidades da Fortaleza de Santa Cruz do Anhatomirim, sede da capitania de Santa Catarina, fato que faz de Ganchos a primeira capital catarinense. Emancipado em 6 de novembro de 1963, com o nome Ganchos, passa a ser denominado Governador Celso Ramos, em 1967. O gentílico é gancheiro. (BRENUVIDA, 2020).

³ O trabalho “Arqueologia no Sambaqui Armação da Piedade” menciona o achado de dois esqueletos humanos, em um sítio arqueológico com aproximadamente 2.280 anos antes de Cristo.

⁴ Manoel Joaquim de Almeida Coelho afirma que a caça baleeira em Santa Catarina tem início em 1716 com base em Monsenhor Pizarro, e uma memória (M.S.) anônima que ele reputa como verdadeira. Monsenhor Pizarro é o título eclesiástico do historiador, eclesiástico e político, nascido e falecido no Rio de Janeiro, José de Souza Azevedo e Araújo Pizarro (12.10.1753 – 14.05.1830).



Eram também, os Geraldo⁵⁶, moradores da Fazenda da Armação, e vamos pensar que o nome “fazenda” surge após a instalação da Armação porque se refere a uma unidade de abastecimento e produção de víveres, aliás, se o nome “ganchos” e o gentílico “gancheiro” derivam da atividade baleeira, o termo “fazenda” para este caso em tela, esta localidade, também é oriundo da prática, da caça baleeira, William Wollinger Brenuvida explica que em 1710 não havia Armação Grande das Baleias, portanto, “não haveria o nome Ganchos, que decorre da atividade baleeira, portanto, do processo da navegação e da exploração das baleias” (BRENUVIDA, 2025, p.99). O autor ainda elucida que “os franceses, em 1710, denominaram a enseada da atual Fazenda da Armação, de Aguada do pequeno porto, portanto, um lugar para reabastecimento de víveres e conserto de embarcações. Pode-se compreender que ali já habitavam ibéricos e francos entre os originários da terra” (BRENUVIDA, 2025, p.99). Os ascendentes de Marcilio Geraldo passaram a viver num lugar chamado Costeira da Armação, próximo a Caieira do Norte, diante da Ilha e Fortaleza de Santa Cruz do Anhatomirim. O leitor já deve ter se perguntado, a esta altura, quem é Marcilio Geraldo e qual é a sua relevância com este escrito, então, vamos dizer que “boas perguntas constituem campos inesperados e novos tempos levam a novas historicidades” (SCHWARCZ, 2001).

A historicidade é o “modo pelo qual a história se inscreve no discurso – é a relação constitutiva entre linguagem e história”. (CAZARIN, 2013, p.170). O historiador francês Jacques Le Goff (1924-2014) “questiona, por exemplo, a historicidade, termo que diz respeito a uma qualidade que os homens de determinado período compartilham uns com os outros, uma função comum a todos que pertencem ao mesmo tempo.”. (SILVA e SILVA, 2009, p.183). Marcilio Geraldo era um pescador, um gancheiro, morador da Armação da Piedade, lugar que em 1928 era uma sombra distante do período áureo, quando a Armação Grande das Baleias representou a segunda economia do Brasil Colônia (SILVA, 1992). Marcilio Geraldo era descendente de escravizados africanos forçados à caça baleeira e açorianos que vieram paupérrimos, numerosos, dos arquipélagos de Açores e Madeira “vestidos de humildes roupas de linho ou de estaminha, de pano de miscra que faziam de lã de ovelha (CORTE REAL, 2008, p.35) e sem instrução, para Santa Catarina, compreendendo que as primeiras escolas públicas

⁵ Eram moradores de São Miguel da Terra Firme, Manoel Antônio Geraldo e Maria Izabel dos Santos, casados em 8 de dezembro de 1883, em Nossa Senhora do Desterro. Manoel Antônio era filho de José Maria da Silva e Anna Joaquina Marques.

⁶ Foram moradores da Armação da Piedade, Marinho Geraldo de Freitas (1888-1939) e Maria Emilia Soares (1896-1970), ele filho de Geraldo Cleto de Freitas e Justina Maria Cabral.



surgem nos Açores em 1759, na época pombalina, portanto, em grande parte, analfabetos (THEISS, 1998, p.34)⁷.

William Wollinger Brenuvida, por inúmeras vezes, em artigos, palestras e ensaios, citou um documento muito importante para comprovação da utilização de mão-de-obra de escravizados africanos na caça baleeira, o ex-voto suscepto⁸ de 1765, instalado na Igreja de Nossa Senhora da Piedade (BRENUVIDA, 2025). O documento, uma peça em madeira encomendada pelos timoneiros Antônio Cardoso e Augusto Francisco de Oliveira, sobreviventes do naufrágio a bordo da lancha baleeira atingida pela baleia, constam da narrativa escrita, porém, o nome dos outros ocupantes, incluindo a africana escravizada, morta neste trágico incidente, são ocultados (BRENUVIDA, 2025). Marcílio Geraldo era também descendente de vicentinos, provenientes de São Vicente, Cananeia e São Francisco do Sul, de açorianos e madeirenses, e de indígenas e africanos⁹, e é este gancheiro que vai colocar a Armação da Piedade nos relatos jornalísticos, dentro e fora do país, bem como nas memórias do aviador francês, da Aeropostale, Henry Delaunay.

Dito quem foi Marcílio Geraldo, brevemente vamos dizer, que houve, sob os escombros da antiga Armação, uma colônia de imigração germânica. Myriam Ellis, em “A baleia no Brasil Colonial”, menciona que a Armação da Piedade encerra suas atividades em 1847, com a fundação da Colônia Piedade. Há também o Aviso da Secretaria de Estado dos Negócios do Império, de 10 de abril de 1847 que menciona que a demolição da antiga Armação se deu por falta de comprador de seus utensílios, terrenos, edifícios, embarcações e escravizados, no Governo de Antero José Ferreira de Brito. A antiga igreja, edificada no século XVIII serviu de guarida aos colonos germânicos antes que fossem assentados em seus lotes (BRENUVIDA, 2023).

⁷ A este respeito, ler o artigo de Helena Melo, da Universidade dos Açores/DM/CMATI, “Breves notas sobre as normas matemáticas nas escolas açoreanas no século XIX que abarcam a disciplina de Matemática”, publicado no Suplemento do Boletim da SPM 65, Outubro 2011, pp. 46–48.

⁸ A transcrição do quadro: “M^o que, fez N.S. da Piedade no Timoneiro Ant. Cardoso e a Augusto Frans de Oliveira que saindo ao mar em lancha de pesca deste anno de 1765. Tendo justamente uma Baleia ao mar de outra q. lhe deu com tão grande pancada na lancha q a quebrou lançando ao mar todos os que estavam nella os quais nadando seis horas em cima d'água sem esperanças de savação chamaram pela padroeira a N.S. que lhe foi servido depressa lhe accudiu a laneira de q: não tinham esperanças algumas ela salvou toda gente menos d: uma preta q: já tinha morrido afogada.”.

⁹ A respeito da presença dos vicentinos em Armação da Piedade, as obras de Celia Maria e Silva, “Ganchos/SC – ascensão e decadência da pequena produção mercantil pesqueira”, e de Vanderlei Rouver, “Canelinha do Tijucas Grande”.



Entre as famílias que receberam lotes na Armação da Piedade estavam os Bins, Endries, Justen, Kallfelz, Klein Knod, Laus, Loux, Meurer, Mohr, Ocker, Platten, Pellenz, Peter, Rachz, Reiff, Reitz, Ronen, Schneider, Shommer, Steffens, Tries, Wademphul, Wendling, entre outros (SILVA, 1992), sendo que o relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa em 1847 aponta que foram assentados nas colônias Santa Isabel e Piedade, 380 colonos, sendo 268 colonos em Santa Isabel e 112 em Piedade¹⁰ (BRENUVIDA, 2023). O historiador Toni Jochem menciona que dos 150 imigrantes que chegaram, em 1847, à Colônia Piedade, em 1856, restavam 41 (JOCHEM, 2008, p. 180), este entendimento é corroborado no livro “A baleia no Brasil colonial” de Myriam Ellis, apontando para o fato que em 1855 a Colônia Piedade não mais existia (ELLIS, 1969). William Wollinger Brenuvida também cita a pesquisa da professora Célia Maria e Silva em 1992 e os periódicos e falas oficiais dos presidentes de província de Santa Catarina para dizer que fica comprovado que a ausência de uma política agrícola eficiente ou mesmo a substituição do modelo socioeconômico empregado na Colônia Piedade foi a razão para sua extinção com menos de uma década de existência (BRENUVIDA, 2023, p.23)

3. FRANCESES NA ARMAÇÃO

Em 1928, mais de oito décadas após a chegada dos germânicos na Armação da Piedade, um fato colocou a Armação da Piedade e Igreja de N.S. da Piedade nos jornais nacionais¹¹ e estrangeiros¹². O piloto francês da Aéropostale Henri Delaunay (1904-1965), na época com 23 anos de idade, realizava um *raid*, desde o Rio de Janeiro, capital federal, e transportava consigo o mecânico Marseau, o jornalista Manoel Bernardino e o cinegrafista Antônio Ferreira, do jornal carioca A Noite (A REPÚBLICA, 1928). Delaunay “havia decolado horas antes do Campo dos Afonsos (Rio de Janeiro) naquele fatídico 7 de maio” (CASTRO, 2025) foi resgatado por pescadores simples, e mesmo havendo um jornalista e um cinegrafista a bordo do avião acidentado, somente o nome de Marcilio Geraldo foi preservado porque mesmo sofrendo as dores de queimaduras nas mãos e pés, Henry Delaunay pode lembrar aquele nome. Delaunay fez uma arriscada manobra para salvar a tripulação e também para não colidir com a Igreja de

¹⁰ Conforme Relatório Imperial de 1847/48.

Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/720968/per720968_1847_00001.pdf. Acesso em: 10 set. 2021.

¹¹ Jornal A República, Ano 13, número 480, Florianópolis, terça-feira, 8 de maio de 1928.

¹² Embora periódicos da época tenham noticiado o sinistro do Latê 26 é importante mencionar que a revista Icare n.º 38, lançada no verão/outono de 1966, traz Henri Delaunay na capa e em artigos sobre o piloto de guerra e sobre o futuro da aviação de transporte.



Nossa Senhora da Piedade. Após o acidente, com queimaduras graves, Delaunay e a tripulação foram socorridos por pescadores e moradores da Armação da Piedade. Coube ao Marcílio Geraldo conduzir em uma bateira, em uma pequena embarcação de madeira a remo e vela, o avião francês até o ambulatório da Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim onde recebeu os primeiros socorros do médico Vitor Sá Earp, depois transportado ao Hospital de Caridade, onde permaneceu por 6 meses (CASTRO, 2025), ali esteve sob os cuidados do médico Carlos Côrrea. Os jornais "O Pharol de Itajay" e "O Estado" deram a notícia, porém, a narrativa do Jornal "Republica" traz um detalhe relevante, o jornalista que escreve a respeito preservou um pedido de Henry Delaunay¹³.

4. IGREJA DE NOSSA SENHORA DA PIEDADE E PATRIMÔNIO HISTÓRICO

As restaurações da Igreja de Nossa Senhora da Piedade, bem tombado pelo Município de Governador Celso Ramos em 1983, e pelo Estado de Santa Catarina em 2001¹⁴, são recorrentes, e sempre dispendiosas. “A igreja consagrada a Nossa Senhora da Piedade foi benta em 18 de janeiro de 1745” (BRENUVIDA, 2023), e sempre enfrentou as intempéries e as dificuldades da indústria naval e pesqueira. Com o advento da República só não foi demolida por resistência de seus moradores. Uma igreja consagrada a Santa Cruz, de proporções próximas às igrejas de Nossa Senhora das Necessidades, em Santo Antônio de Lisboa, e Nossa Senhora da Lapa, no Ribeirão da Ilha, em Florianópolis, foi demolida com advento do regime republicano¹⁵. Inicialmente sem reboco e adornos, a Igreja de Nossa da Piedade recebeu caiação em branco e detalhes que remetem o culto ao Divino Espírito Santo. Quando da chegada dos colonos germânicos, em 1846, há relatos oficiais solicitando uma reforma do templo religioso, e há indícios de reformas entre as décadas de 1920 a 1960, inclusive por ordem e auxílio do ex-governador Aderbal Ramos da Silva. Do conjunto arquitetônico da Armação Grande das Baleias, restaram a igreja consagrada a Nossa Senhora da Piedade, o cruzeiro, as ruínas da casa de ferramentas e parte da amurada que serviu de resistência à invasão dos castelhanos, e as ruínas da bica da carioca (BRENUVIDA, 2023). Maria Nunes da Silva,

¹³ Contribuiu com este tema Silvio Adriano Cardoso, autor de “O último voo do C-47 2023”.

¹⁴ Decreto Municipal 010, de 12 de maio de 1983 e Decreto Estadual 3.458, de 23 de novembro de 2001.

¹⁵ Henrique Boiteux, em “Os barriga-verdes”, menciona que duas capelas, hoje em Governador Celso Ramos, são bentas durante a administração do governante interino Patricio Manoel de Figueiredo: a capela consagrada à Nossa Senhora da Piedade, aos 18 de outubro de 1745, e a capela de Santa Cruz, na Fortaleza de Santa Cruz do Anhatomirim, aos 28 de outubro de 1745.



bordadeira do Crivo¹, com 95 anos de idade, em entrevista concedida no ano de 2024, mencionou que, entre 9 e 10 anos de idade, caminhava a pé de Areias do Meio para Armação da Piedade para as festas e missas na Armação da Piedade, e se recorda que a porta central da igreja era arredondada. Embora a fotografia mais antiga da Igreja, publicada em jornal, datada da década de 1930 mostre que a porta central é retangular, Maria Nunes da Silva afirma que a porta central era arredondada igual ao formato das janelas.

A Igreja e o sítio histórico são considerados um patrimônio histórico e cultural. Embora a definição para patrimônio histórico esteja diretamente relacionada pela Convenção sobre Proteção do Patrimônio Mundial Cultural, promovida em 1972 pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura – UNESCO, vamos buscar aqui um entendimento do historiador Jacques Le Goff, que relaciona patrimônio histórico e monumento. Para Le Goff, “O monumento é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação, testemunhar uma época, uma atividade, um homem. É o legado à memória coletiva”, e Le Goff ainda menciona que “A palavra monumento tem a mesma raiz de monere, que significa advertir, lembrar. O monumento é, portanto, uma intenção de memória.” (LE GOFF, 1990, p. 535)

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Armação da Piedade foi um palco de disputas políticas, econômicas e militares, envolvendo as coroas ibéricas, e que arrastou para a caça baleeira europeus, indígenas, africanos. Descendente de baleeiros do Golfo de Biscaia, ao Norte da Espanha, de portugueses de Lisboa, Porto e Ericeira, e de açorianos e madeirenses, lançados ao mar do litoral catarinense, William Wollinger Brenuvida é um pesquisador catarinense que atualiza a memória gancheira. Os biscainhos que para cá vieram, acostumados ao mar bravio, nunca temeram os mares do Brasil Meridional. Navegar, caçar baleias e pescar também nunca foi uma novidade para os lisboetas, os tripeiros e os ericeirenses, estes últimos citados eram conhecidos como exímios navegadores e denominados “os faróis de Portugal”. Açorianos e madeirenses estavam acostumados às atividades de plantio e cuidado do gado. A caça baleeira, com modelo diverso daquela praticada pelos biscainhos (ELLIS, 1969), um modelo mais industrial, somente chegou aos arquipélagos um século após a caça baleeira ser praticada na Armação da Piedade – aliás,

¹ O Crivo é uma prática cultural gancheira, em bordado, trazida dos Açores e amalgamada com práticas do litoral catarinense.



na costa brasileira. Foi neste cenário, de luta e conquista do mar, que os moradores da Armação da Piedade consagraram suas preces, dores e alegrias para Nossa Senhora da Piedade.

Restaurar a Igreja de Nossa Senhora da Piedade é um desafio de uma comunidade que vai diminuindo, lutando contra as burocracias e insistindo em legar uma memória¹. Ao repensar a esperança, em Kafka, Giorgio Agamben nos lembra que há uma possibilidade de esperança, em crer no divino, mas não o alcançar (AGAMBEN, 2005, p.21), assim são as burocracias para se revitalizar um templo católico do século XVIII, um ato de (des)esperança. As burocracias servem ao homem comum para o custeio dos processos judiciais e das obras que o poder público deveria se ocupar. Kafka talvez diria que as burocracias, “exibem a impotência do homem diante da organização social à qual está submetido”¹⁸¹⁹ (AGAMBEN, 2005, p.83). E se pensarmos a manobra de Delaunay, em 1928, para salvar a tripulação e não destruir a igreja, com mãos e pés queimados pelo incêndio no Latê 26, ela se soma a dedicação dos moradores da Armação, onde está inscrita a memória de Marcilio Geraldo. Vencer a burocracia para que a igreja não desmorone é um símbolo da fé, memória e resistência do povo gancheiro.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **Profanações**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

360

BOITEUX, Henrique. **Os barriga-verdes**. Catariniana, 9. Florianópolis: IHGSC, 2006.

BRENUVIDA, William Wollinger. **Correlação entre as Colônias Piedade e Santa Isabel**. Páginas da Colonização: Estudos/subsídios históricos sobre a Colônia Alemã Santa Isabel – 175 anos de Fundação, 2023. Disponível em: <http://tonijochem.com.br/artigos-paginas-da-colonizacao/>. Acesso em: 17 jun. 2025

BRENUVIDA, W. W. **Igreja de Nossa Senhora da Piedade: fé e historicidade**. In: O paraíso é aqui! Revista A Cidade. Cristiane Toschi, editora. Ano 01, N. 1. Verão 2017/2018.

BRENUVIDA, W. W. **Para além do crivo: circulação de sentidos na prática de mulheres em Ganchos/SC**. Porto Alegre: Vivilendo, 2020.

¹⁷ A comunidade da Armação enfrentou a burocracia estatal, o ciclone-bomba (2020), a desarticulação social na pandemia/COVID-19, e uma multa promovida pelo Ministério Público Estadual.

¹⁸ Entre 2015 a 2025, um arquivo extenso, envolvendo ofícios, requerimentos, memoriais de reuniões, plantas e pranchas arquitetônicas, procedimentos e custas judiciais foram mobilizados para a reforma e restauração da Igreja de N.S. da Piedade e sítio histórico.

¹⁹ Esta é uma interpretação de Agamben a partir da obra “O processo”, de Kafka.



BRENUVIDA, W. W. **Piedade:** uma Armação Gancheira. In. BARRIO, Angel Espina, DE BORTOLI, Célia Regina, CORRÊA, Luiz Nilton. **Patrimônio, Cultura e Identidade em Ibero-América**. Salto Veloso-SC: Cum Laude, 2025

CASTRO, Elisiane Trilha. **O acidente com o avião Henri Dellaunay: a historiadora Elisiana Trilha Castro pesquisa notícias sobre a Aéropostale em diferentes jornais brasileiros**. Associação e memória da Aéropostale no Brasil – AMAB. <https://amab-saint-exupery.com/o-acidente-com-o-aviador-henri-dellaunay/> Acesso em 10 MAI 2025.

CÔRTE REAL, Jandy. **A única saída:** o paraíso. Florianópolis: Insular, 2008.

ELLIS, Myriam. **A baleia no Brasil colonial**. São Paulo: Edições Melhoramentos/Editora da Universidade de São Paulo, 1969.

FARIAS, Deisi Scunderlick Eloy de. **Arqueologia do Sambaqui:** Armação da Piedade. Tubarão: Edição do autor, 2021.

JOCHEM, Toni. **Nos percalços da história:** do Alto Biguaçu a Antônio Carlos. In: BECKHÄUSER, Adauto, et. al. Academia de Letras de Biguaçu: trajetória (antologia). Biguaçu: Academia de Letras de Biguaçu, 2008.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso:** princípios & procedimentos. 12. ed. Campinas, SP: Pontes, 2015.

ROUVER, Vanderlei. **Canelinha do Tijucas Grande**. Canelinha: Edição da Prefeitura Municipal de Canelinha, 1988.

SILVA, Célia Maria e. **Ganchos/SC:** ascensão e decadência da pequena produção mercantil pesqueira. Florianópolis: Editora da UFSC, 1992.

SANTA CATARINA. **Arte Sacra Patrimônio Catarinense:** inventário de bens móveis sacros imaginária e pintura – EPATA 1. Florianópolis: ATECOR – Ateliê de conservação restauração de bens móveis. Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte, 2008.



NARRATIVAS, SILENCIAMENTOS E REPARAÇÃO: A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA MEMÓRIA NO CENTRO ANGLOGOLD ASHANTI

Yasmin Albertina Lopes Martins | UFMG | yalbertina.ufmg@gmail.com¹

1. INTRODUÇÃO

Organizações que se apropriam da memória como recurso tendem a reforçar reputações pautadas por legitimação enviesada, como no Centro de Memória AngloGold Ashanti, em Nova Lima (MG). A memória institucionalizada atua como mecanismo de lembrança e esquecimento, sujeita à latência e reparação. É necessário refletir se esses lugares de memória expressam compromisso social ou apenas reproduzem discursos alinhados a uma cultura de conveniência. A expografia construída não apresenta perspectivas além das gerenciais, silenciando sobre o trabalho escravo desde a instalação da mineração e sobre condições insalubres como silicose e arsenicismo, que afetaram operários mesmo após a abolição e leis trabalhistas. Dois acidentes graves marcaram a Mina de Morro Velho: em 1867, incêndio e desabamento mataram 17 escravos e um inglês; em 1886, ocorreu outro desastre com “numerosas vítimas”, segundo fontes imprecisas. A ausência de tais fatos na exposição revela uma abordagem superficial para um “lugar de memória”.

362

O discurso exalta a trajetória empresarial e colaboradores europeus, omitindo os trabalhadores que sustentaram a operação. Essa omissão reforça a necessidade de associar tais questões à reparação, pois centros de memória devem orientar decisões e ações sob sua responsabilidade.

Há risco da “história única” — narrativa que privilegia versões convenientes e marginaliza outras realidades. Assim, questiona-se se tais organizações manifestam compromisso e pertencimento social ou apenas reforçam reputações tendenciosas. Instituições de memória possuem potencial tanto para perpetuar silenciamentos quanto para promover reparações históricas, sendo crucial reconhecer e agir sobre essas escolhas narrativas.

A memória trabalhada em diferentes tipologias de museus se dá de forma complexa, de modo que, a presente pesquisa tem enfoque no estudo da memória institucional, que por sua vez ocorre em instituições públicas e privadas. Nesse sentido, os centros de memórias

¹ Graduanda em Museologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).



emergiram de forma significativa no Brasil na década de 70 e tinham como enfoque a valorização da memória institucional, o que se tornou atrativo e essencial para as organizações. Assim, a memória institucional pode ser compreendida:

Diferente da memória organizacional, mais mutável e identificada com a eficácia, está ligada à legitimidade, à identidade e à responsabilidade histórica dos produtores nas instituições. Ela pode ser (re)construída por meio dos arquivos, ainda que não se confunda com eles. (PARRELA; NASCIMENTO, 2019, p. 176).

No processo de memória institucional, o indivíduo é sujeito e objeto do processo estabelecido por meio das relações sociais. Além disso, essa memória pode ser reconhecida pelo seu potencial de agregar valor aos relacionamentos e à reputação das instituições. Portanto, a memória institucional objetiva assegurar a preservação e a transmissão da história, identidade e conhecimentos acumulados ao longo do tempo por uma instituição, através daquilo que é produzido pelos indivíduos que a instituem e de suas relações com a sociedade. Nota-se que em conjunto, as memórias em nível coletivo, impostas e defendidas, por meio de um trabalho especializado de enquadramento, são um componente crucial, embora não exclusivo, para a continuidade dos aspectos sociais (formados por diversos agentes, sejam esses políticos, econômicos e/ou culturais) e estruturas institucionais de uma sociedade. O entrelaçamento de memórias, com suas convergências e divergências, molda a dinâmica do meio em que estamos inseridos, tecendo o consenso e os conflitos que permeiam um determinado contexto. Nesse contexto, a identidade também surge como uma questão fundamental, uma vez que as memórias compartilhadas refletem e reforçam o senso de pertencimento e a complexidade das relações entre indivíduos, instituições e sociedade. Os museus, como espaços de manifesto das memórias, fortalecem o sentimento de pertencimento e de identidade cultural. Simultaneamente, como detentores de poder memorial e portadores do discurso, envolvem-se em questões da análise das narrativas performativas das memórias e identidades construídas nos museus, que incluem o que é transmitido, como é transmitido, quem transmite e por que é transmitido. São essas interações da memória que, quando manifestadas através de um museu, permitem caracterizar esse espaço como um "lugar de memória", como conceitua o autor Pierre Nora.

Ademais, é importante ressaltar que há também o fato de que a memória em geral não é estática; ela está em constante evolução à medida que os grupos sociais mudam e se



desenvolvem. Ou seja, é dinâmica. Dentro desse panorama, ao conceber a memória como algo sujeito a flutuações, transformações e mudanças constantes.

Além do mais, outro ponto é a seleção da mesma, pois a memória não é íntegra e absoluta, ela sofre perdas. O sociólogo, Polela, aponta que: “A memória é seletiva. Nem tudo fica gravado. Nem tudo fica registrado.” (Polela, Michael, vol. 5, nº 10, 1992). Assim, nenhuma memória é exatamente fiel ao passado, pois é reconfigurada para se ajustar à narrativa de um determinado momento. A seleção da memória exposta nos museus e de modo geral, envolvem disputas sobre o que merece ser lembrado e o que será esquecido. Nessa linha, ao investigar essas instituições, destaca-se que a memória está intrinsecamente conectada à tríade memória, esquecimento e poder. Esses elementos, interdependentes, moldam as construções nos lugares de memórias, permitindo que os erros e acertos do passado sejam utilizados como instrumentos para compreender o presente e planejar ações futuras. Não é por acaso que ministérios públicos, arquivos, tribunais, câmaras e grandes multinacionais, por exemplo, tenham criado espaços dedicados à preservação e exposição da memória. Esses cenários evidenciam a importância da do fortalecimento de suas identidades com a sociedade. Contudo, é fundamental analisar se as narrativas construídas nesses espaços são realmente eficazes e se vão além da perspectiva empresarial.

Assim, deve-se questionar se essas instituições, ao se apropriar, uma vez que estes encontram-se presentes em locais detentores de poder memorial e portadores do discurso, oferecem uma visão engajante efetiva, ou se estão apenas concedendo um título de pertencimento, sem um compromisso genuíno com a reflexão e a complexidade dos processos sociais que moldam a memória.

2. O CENTRO DE MEMÓRIA ANGLOGOLD ASHANTI

O Centro de Memória AngloGold Ashanti, localizado na Rua Enfermeiro José Caldeira Brant, nº 7, no bairro Retiro, em Nova Lima (MG), constitui um espaço institucional dedicado a divulgação da trajetória da mineração de ouro na região, cuja exploração remonta a 1834, com destaque para a Mina de Morro Velho. Criado em 29 de junho de 1994, inicialmente sob a denominação “Centro de Memória Morro Velho”, o espaço passou posteriormente a adotar o nome atual em consonância com a identidade corporativa da empresa AngloGold Ashanti.



A narrativa expográfica privilegia uma abordagem que enfatiza o protagonismo dos proprietários ingleses e da administração empresarial ao longo do tempo. A ênfase na trajetória dos fundadores europeus é acompanhada pela presença de registros que destacam a visita de figuras políticas e autoridades nacionais — como Dom Pedro II, em 1881, além de Rodrigues Alves (1904), Eitácio Pessoa (1920) e Getúlio Vargas (1930) — reforçando a representação de prestígio e legitimidade institucional associada à mineração.

Entretanto, observa-se um silenciamento significativo em relação às condições de trabalho que sustentaram a operação da mina desde o século XIX. A exposição não contempla de modo explícito a utilização de mão de obra escravizada na fase “inicial” da mineração nem as condições insalubres que perduraram após a abolição, como silicose e arsenicismo, doenças que afetaram trabalhadores submetidos a ambientes subterrâneos extremamente precários. Esse apagamento se torna ainda mais evidente diante de fatos históricos relevantes, como os dois graves acidentes ocorridos na Mina de Morro Velho: o incêndio seguido de desabamento em 1867, que vitimou 17 trabalhadores escravizados e um inglês, e o acidente de 1886, cujas fontes indicam “numerosas vítimas”, chegando a mencionar 34 mineiros soterrados segundo reportagem do jornal “O Estado de Minas”. A ausência de tais eventos no discurso expositivo revela uma seleção narrativa que privilegia conquistas empresariais em detrimento de memórias dolorosas e coletivas.

Desse modo, a forma como os sujeitos sociais são representados no percurso expositivo reforça essa assimetria. Há uma sala dedicada exclusivamente ao trabalhador britânico George Chalmers, enquanto trabalhadores negros — escravizados ou livres — surgem de modo marginalizado e descontextualizado. As fotografias de Seu Braz Coqueiros e de Dona Isaltina Thomasia Cruz, embora presentes, são acompanhadas por legendas superficiais que naturalizam a exploração laboral. Seu Braz é descrito como alguém que “preferiu continuar trabalhando” até sua morte em 1893, e Dona Isaltina, como uma funcionária que “ainda era empregada” quando faleceu, ocultando as dimensões estruturais de necessidade, pobreza e ausência de direitos que determinavam tais permanências compulsórias no trabalho.

A seguir temos a fotografia de Seu Braz Coqueiros, um dos primeiros empregados da mina, sendo parte dos objetos em exposição:



Figura 1 - Seu Braz Coqueiros.



Fonte: Próprio Autor, 2025.

A legenda da imagem acima diz que: “Seu Braz Coqueiro trabalhou até 1893, quando morreu. Dizem que ele tinha mais de 100 anos. Foi aposentado pela companhia em 1890, preferindo entretanto continuar trabalhando a ficar inativo.”

Essas foram as palavras da legenda da foto exposta. Nessa linha, será que os diferentes públicos que acessam o local conseguem articular que ele trabalhou até falecer, mesmo após a abolição em 88, pois certamente não tinha recursos de subsistência e que ele estava então submetido àquelas condições?

Como também há fotografia de Dona Isaltina Thomasia Cruz, exposta ao lado da fotografia de Seu Braz Coqueiros:



Figura 2 - Isaltina Thomasia Cruz



Fonte: Próprio Autor, 2025.

A legenda da figura 2 descreve que: “85 anos de trabalho. Quando faleceu, ainda era empregada”.

367

Logo, é importante pensar também que ao acessar o percurso expositivo, uma mediação complementadora, se torna indispensável. Pensando no âmbito de visitas espontâneas, o que será que seria absorvido ao ser submetido as fotografias citadas?

Ainda, é preciso lembrar ainda dois graves acidentes ocorridos na Mina de Morro Velho em Nova Lima: o primeiro foi um incêndio seguido de desabamento ocorrido em 1867 ceifando a vida de 17 escravos e de um inglês; o segundo, o grande acidente de 1886 —lamentavelmente, as fontes não são precisas quanto ao número de mortos, algumas falam em “numerosas vítimas”. O jornal “O Estado de Minas” noticiou que “ficam soterrados 34 mineiros”.

A “maldita fome do lucro” pode ser associada a outras mineradoras, que também prejudicaram em massa a sociedade por meio de tragédias. E que maioria dessas, estão inseridas na criação e parceria de sítios de memória.

No caso do Centro de Memória da AngloGold Ashanti, percebe-se um discurso voltado à exaltação da trajetória empresarial e de seus empregados europeus, ao passo que vozes



subalternizadas — como a dos trabalhadores escravizados e adoecidos — são marginalizadas ou ausentes. Além disso, propostas de integração com a população local, que ainda é marcada até nos dias de hoje pelos resquícios da exploração naquela região, não ocorrem de forma integrada. Como um lugar de memória que tem função social contribui a quem realmente é destinado dessa forma?

3. CONCLUSÃO

É possível pensar em como os sujeitos sociais são representados e como os discursos museológicos são elaborados e são apropriados pelos usuários, como se dá o repasse/transmissão da memória.

Os museus, como dito por definição, abrigam remanescentes do passado, expostos no presente e, potencialmente, preservados para o futuro. Se hoje a memória se recusa a calar e os museus existem para representá-la e performá-la, é crucial expor e questionar os limites e complexidades da construção de memórias dentro desses espaços.

Diante da análise proposta, torna-se evidente que os museus, como instituições de memória, possuem o potencial tanto para perpetuar silenciamentos quanto para promover reparações históricas. No caso do Centro de Memória da AngloGold Ashanti, percebe-se um discurso museológico voltado à exaltação da trajetória empresarial e de seus fundadores europeus, ao passo que vozes subalternizadas — como a dos trabalhadores escravizados e adoecidos — são marginalizadas ou ausentes. Essa omissão revela não apenas uma seletividade da memória, mas um projeto de domínio que privilegia uma ‘história única’ — uma narrativa que privilegia determinadas versões convenientes dos fatos, colocando as margens outras realidades e culturas. De acordo com Adichie (2019, p. 33), "quando rejeitamos a história única, quando percebemos que nunca existe uma história única sobre lugar nenhum, reavemos uma espécie de paraíso".

Ademais, se hoje a memória se recusa a calar e os parâmetros museológicos existem para reformá-la, é crucial expor e questionar os limites e complexidades da construção de memórias dentro desses espaços, que devem lastrear a execução das ações sob sua responsabilidade. Só assim será possível romper com discursos unilaterais, em diálogo com a necessidade atual de empregar ações de descolonização.



Por fim, coincidência ou não, a empresa que mantém o centro de Memória e que emprega o nome no mesmo, sendo esta a denominação “Ashanti”, permite uma correlação significativa com o pensamento de Abdias do Nascimento. O autor recupera o conceito representado pelo adinkra sankofa, do povo Ashanti da África Ocidental, que nos convoca a “retornar ao passado para ressignificar o presente e construir o futuro”. Diante disso, não seria essa uma boa uma iniciativa a ser promovida?

REFERÊNCIAS:

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo da história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ANGLOGOLD ASHANTI. **Linha do tempo**. AngloGold Ashanti Brasil, [s.l.], [s.d.]. Disponível em: <https://www.anglogoldashanti.com.br/sobre/linha-do-tempo/>. Acesso em: 16 nov. 2025.

A saga dos mineiros da Mina de Morro Velho. História no Vima, [s.l.], [s.d.]. Disponível em: <https://historianovalima.no.comunidades.net/a-saga-dos-mineiros-da-mina-de-morro-velho>. Acesso em: 16 nov. 2025.

Dos ingleses até a AngloGold Ashanti. Diário do Comércio – 90 Anos, [s.l.], [s.d.]. Disponível em: <https://90anos.diariodocomercio.com.br/materias-quem/dos-ingleses-ate-a-anglogold-ashanti/>. Acesso em: 16 nov. 2025.

Governo Temer e o Morro Velho da escravidão. MAM Nacional, 26 out. 2017. Disponível em: <https://www.mamnacional.org.br/2017/10/26/governo-temer-e-o-morro-velho-da-escravidao/>. Acesso em: 16 nov. 2025.

MINA DE MORRO VELHO: o inferno de Dante. Revista HC-SM, [s.l.], [s.d.]. Disponível em: <https://revistahcsm.coc.fiocruz.br/mina-de-morro-velho-o-inferno-de-dante/>. Acesso em: 16 nov. 2025.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Projeto História. São Paulo: PUC-SP. Nº 10, p. 12. 1993.

PARRELA, Ivana; NASCIMENTO, Adalson. **Memória Institucional e Arquivologia: uma discussão teórico-metodológica**. Perspectivas em Ciência da Informação, v.24, número especial, p.176-188, jan./mar.2019.

PAULA, Fabiano Lopes de. **O espaço da morte nas minerações inglesas em Minas Gerais - o exemplo de Morro Velho**. 1997. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997. Acesso em: 16 nov. 2025.

POLLAK, Michael. **“Memória e Identidade Social”**, Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.5, n.10,1992, p. 200-212.



A HARMONIZAÇÃO ENTRE SABER CIENTÍFICO E SABER TRADICIONAL NA VITIVINICULTURA MINEIRA¹

Zaira Belloto Felisberto dos Reis | IDPC Brasil | zairafelisberto@gmail.com²

Rosana Sampaio Pinheiro | IDPC Brasil | contato@rosanapinheiro.com³

1. INTRODUÇÃO

A vitivinicultura constitui, no Brasil, um campo em que se entrecruzam dimensões históricas, culturais, ambientais e tecnológicas. Longe de ser apenas uma atividade agrícola, ela se atrela a saberes vinculados a processos identitários que articulam comunidades, territórios e memórias, configurando-se como patrimônio cultural imaterial em diversos municípios brasileiros. Entre esses contextos, destaca-se a produção de vinhos elaborados com uvas híbridas e americanas, especialmente a uva Jacquez, cujo cultivo e processamento se enraizaram na região de Andradas (MG), conformando um repertório técnico e simbólico transmitido intergeracionalmente e cujo modo de fazer é reconhecido como patrimônio cultural imaterial no Município.

Em 2000, após muitas pesquisas, começou a ser implantada, pela Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (EPAMIG), a tecnologia da dupla poda. Nesse cenário, o modo tradicional de fazer vinho de Uva Jacquez passou a coexistir com práticas padronizadas, análises laboratoriais e normativas federais, permitindo observar como diferentes regimes de conhecimento interagem na construção de sistemas agroalimentares.

A partir desse contexto, emerge a questão central deste estudo: de que maneira os saberes tradicionais associados ao modo de fazer vinho de uva Jacquez se articulam, e por vezes se tensionam, com o saber científico aplicado à vitivinicultura? A harmonização entre esses regimes de conhecimento revela não apenas um processo técnico, mas sobretudo uma dinâmica cultural que redefine o lugar das comunidades produtoras diante de normativas estatais, avanços tecnológicos e exigências de qualidade e origem por parte do mercado e dos consumidores. Tal problemática justifica-se pela necessidade de compreender como tradições produtivas se mantêm, adaptam-se e/ou se transformam frente aos processos de cientificação

¹ Pesquisa vinculada à Oficina de Elaboração de Artigos Completos, ofertada pelo Instituto de Direito do Patrimônio Cultural Brasil (IDPC Brasil).

² Pós-graduada em Direito Público. Advogada. Conselheira Fiscal do IDPC Brasil, membro do Conselho Municipal de Patrimônio Cultural em Andradas.

³ Doutora em Direito com Louvor pela USP. Professora e Advogada. Presidente do IDPC Brasil.



da agricultura e às novas formas de regulação e certificação, especialmente em territórios que reivindicam a proteção de seus modos de fazer como patrimônio cultural.

Além das dimensões culturais e técnicas, o modo de fazer vinho de uva Jacquez se insere em debates mais amplos que atravessam o patrimônio alimentar, o território e a propriedade intelectual. Enquanto patrimônio alimentar, o vinho de mesa produzido com uvas comuns, em especial a Jacquez, expressa práticas cotidianas que articulam memórias familiares, calendários produtivos, variedades locais e modos específicos de trabalhar a terra. Como território, a vitivinicultura de Andradas constitui um sistema complexo de relações que envolvem geografia, ecologia, processos migratórios, infraestrutura pública, associativismo e dinâmicas comunitárias.

No campo da propriedade intelectual, emergem reflexões relevantes sobre a possibilidade, ou não, de reconhecer esse sistema tradicional por meio de uma Indicação Geográfica (IG). A comparação com os vinhos de inverno do Sul de Minas, que obtiveram recentemente reconhecimento como IG, é particularmente elucidativa. Enquanto tais vinhos se alicerçam em um modelo de produção de alta tecnologia associado ao manejo da videira fina sob dupla poda, o vinho de uva Jacquez se sustenta historicamente na rusticidade das uvas híbridas e no saber-fazer tradicional transmitido entre gerações. A análise comparativa permite compreender semelhanças e diferenças entre ambos os sistemas produtivos: de um lado, um produto tecnicamente padronizável e altamente articulado com a lógica de mercados premium; de outro, um produto cuja autenticidade deriva justamente da memória, do território e de um modo de fazer profundamente enraizado na cultura local.

Neste contexto, adota-se como marco teórico a obra de Rosana Sampaio Pinheiro, “Registro e Indicação Geográfica no Direito do Patrimônio Cultural” (2025). Nesse rumo, este artigo parte de uma metodologia bibliográfica e documental, com análise qualitativa do Inventário de Proteção do Patrimônio Cultural de Andradas (Andradas, 2022) e do Dossiê de Registro do Modo de Fazer Vinho de Uva Jacquez (Andradas, 2024), além de literatura especializada.

Nesse cenário, investigar se o vinho de uva Jacquez, entendido como suporte físico de um bem cultural relevante a dada comunidade, poderia ou não ser objeto de uma futura proteção por IG, e sob quais critérios, torna-se parte da discussão sobre como harmonizar os saberes tradicionais com o saber científico, bem como sobre qual modelo de valorização a política de propriedade intelectual brasileira efetivamente contempla.



2. DESENVOLVIMENTO

2.1 Patrimônio imaterial: saberes tradicionais, territórios e ancestralidade

O patrimônio cultural imaterial, nos termos do art. 216 da Constituição da República, compreende práticas, saberes, celebrações, formas de expressão e modos de fazer que estruturam a memória coletiva e sustentam a identidade dos grupos formadores da sociedade brasileira. A proteção desse patrimônio é operacionalizada, em âmbito federal, pelo instrumento do Registro, disciplinado pelo Decreto nº 3.551/2000, que se refere a um processo administrativo destinado à salvaguarda do patrimônio cultural imaterial. Apesar de representar um avanço institucional relevante, o Registro evidencia limitações quanto aos seus efeitos jurídicos, sobretudo no que se refere à proteção intelectual.

A importância do patrimônio cultural de natureza imaterial encontra sólida fundamentação em documentos internacionais, especialmente na Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial da UNESCO (2003). No âmbito nacional, destaca-se o órgão de proteção nacional, isto é, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), que estrutura os Livros de Registro em saberes, práticas, celebrações, formas de expressão e conhecimentos transmitidos entre gerações, elementos que configuram a continuidade e a vitalidade das tradições culturais no país.

Trata-se de um patrimônio vivo, enraizado nas dinâmicas comunitárias e na relação afetiva e histórica entre pessoas, práticas e territórios. Dentro desse campo mais amplo, destaca-se o patrimônio alimentar, ou patrimônio agroalimentar, mais especificamente, entendido como o conjunto de saberes, ritos, técnicas, produtos e práticas associados à produção, transformação, preparo e consumo dos alimentos.

A obra de Pinheiro (2025) aprofunda essa dimensão sensível e identitária do patrimônio alimentar ao defender que os bens agroalimentares não podem ser compreendidos apenas pela materialidade dos produtos, mas, sobretudo, pela inseparabilidade entre saber e sentir. Ademais, é imprescindível considerar desde a lida na terra até as normas de vigilância sanitária e questões de saúde e segurança do consumidor, de modo que essa modalidade apresenta muitas peculiaridades.



Quando se observa o cenário contemporâneo da vitivinicultura, no qual proliferam produções tecnificadas com uvas finas, dupla poda e forte apelo turístico, torna-se ainda mais significativo compreender por que os modos tradicionais de fazer continuam sendo fundamentais. Eles representam a espinha dorsal da memória produtiva da região. Incorporar, nessas produções modernas, uma “pitada” daquele saber antigo, como recorda Pinheiro (2025), não é apenas uma homenagem simbólica: é um gesto de continuidade histórica e de respeito ao território, condição que pode abrir caminhos para aproximar dois instrumentos de proteção muitas vezes vistos como distantes e até dicotômico: o registro como patrimônio imaterial (o que, aliás, já existe) e a Indicação Geográfica (IG).

A própria autora sintetiza essa convergência ao analisar a “simbiose” entre IG e Registro. Segundo Pinheiro (2025), ambos partilham elementos estruturantes, tais como interesse social, desenvolvimento territorial, vínculos comunitários, natureza declaratória, segurança ao produtor/detentor, cultura do coletivo, proteção patrimonial e até mesmo a atuação contingente do legislativo que, no caso do registro de patrimônio imaterial, não impõe prazo de vigência. Em outras palavras, ainda que se situem em regimes jurídicos distintos, um no campo do patrimônio cultural; outro no campo da propriedade intelectual, ambos têm, como objeto, um dos lados de uma mesma moeda: o saber/o produto (suporte físico).

373

Essa convergência torna-se particularmente relevante para pensar a vitivinicultura tradicional de Andradas. Ao mesmo tempo em que o registro reconhece o saber-fazer e seu valor cultural, a IG oferece potencial para a valorização econômica, territorial e simbólica, desde que adaptada às realidades sociais e culturais que fundamentam o modo de fazer tradicional. É justamente nessa interface que este artigo busca aprofundar o diálogo entre ancestralidade, conhecimento científico, desenvolvimento territorial e proteção jurídica.

É nesse horizonte que se insere o modo de fazer vinho de uva Jacquez em Andradas (MG), reconhecido como patrimônio imaterial local e profundamente vinculado à história, à sociabilidade e às formas tradicionais de uso do território. O vinho produzido com a uva Jacquez, variedade rústica, híbrida e especialmente adaptada às condições edafoclimáticas da Serra da Mantiqueira, expressa relações de longa duração entre migração italiana, agricultura familiar, economia local e memória afetiva (Andradas, 2024).

Os saberes que sustentam esse modo de fazer foram transmitidos de geração em geração, preservando gestos, práticas, instrumentos e rituais que definem o patrimônio alimentar da região. Ao longo do tempo, no entanto, a própria dinâmica econômica e social



exigiu ajustes, adaptações e reelaborações, mantendo a tradição viva, porém não estática. Nesse sentido, é importante salientar que o patrimônio imaterial não é reconstituição “arqueológica” do passado: ele se transforma, reelabora-se e se reconfigura para continuar existindo.

Um exemplo significativo dessa adaptação pode ser observado na trajetória da Vinícola Beloto, em Andradas. Seu reconhecimento regional consolidou-se inicialmente pela produção de uvas de mesa e, entre elas, pela Jacquez, que historicamente estruturou a identidade vitivinícola da família e de parte do território. Com o avanço das demandas de mercado e a necessidade de diversificar produtos para manter o negócio familiar, a vinícola passou a experimentar formas de incorporação tecnológica que não rompessem com a tradição, mas dialogassem com ela.

Nesse contexto, a Vinícola Beloto passou a testar a técnica da dupla poda, também conhecida como “ciclo invertido”, e gera a “colheita de inverno”, prática agrônômica consolidada no Sul de Minas e em outros territórios de altitude para produção de vinhos finos (ANPROVIN, online). Normalmente aplicada em *Vitis vinifera*, a técnica reorganiza o ciclo produtivo, permitindo a colheita durante os meses secos e frios, resultando em maior concentração aromática e melhor qualidade enológica.

374

Quando aplicada à uva Jacquez, a dupla poda produziu um efeito notável: o vinho apresentou características sensoriais “muito próximas” às dos vinhos elaborados com uvas finas, sem romper com a rusticidade própria da cultivar. Tal resultado inaugurou uma nova fase para a vinícola, um momento em que tradição e tecnologia não se opõem, mas se complementam. A tecnologia foi incorporada a favor da tradição, não em substituição a ela, permitindo “aprimorar aquilo que já era bom” e ampliando as possibilidades produtivas e identitárias da região.

Nesse rumo, a vinícola Beloto foi a primeira no Brasil a testar essa técnica moderna em uma uva que produz vinhos de mesa, tendo o acompanhamento da EPAMIG, buscando a harmonização entre saber fazer e a tecnologia. (EPAMIG, online).

Esse processo demonstra como o patrimônio imaterial não é incompatível com a inovação: ao contrário, ele pode dialogar com novas tecnologias desde que estas respeitem a lógica cultural, o modo de fazer, a memória e o território que dão sentido à produção. No caso do vinho de uva Jacquez, a dupla poda não descaracterizou o patrimônio alimentar, mas abriu possibilidades de continuidade, sustentabilidade econômica e renovação simbólica.



Nessa seara, pode-se mencionar o direito ao patrimônio cultural, que é um direito fundamental e humano e, além disso, contém atributos de um direito de personalidade. Conforme defende Paiva (2022), o exercício do direito ao patrimônio cultural se faz por meio do acesso, fruição e criação das referências culturais. Desse modo, a criação pode estar relacionada ao aspecto de inovação oriundo da adaptação das técnicas relativas à uva Jacquez.

No entanto, qual seria o limite para que isso não descaracterize o patrimônio cultural? Considerando que não se pode, por um lado, engessar o patrimônio cultural, que é vivo e dinâmico, e, por outro, que não se pode desvirtuar sua essência, qual seria o ponto de equilíbrio? Para isso, convém mencionar novamente o conceito de Paiva de núcleo essencial, de modo que o exercício desse direito pela criação não pode impedir ou interromper a transmissibilidade do modo de fazer. Assim, se a inovação contribui para a manutenção do saber, para que os processos de referencialidade das identidades individuais e coletivas não sejam interrompidos, tem-se a legitimidade da criação em matéria de patrimônio cultural.

Seria, então, esse o caso do modo de fazer vinho de uva Jacquez, ao passo de que o vinho feito com Syrah ou outras modalidades, dentro da seara dos chamados vinhos de inverno do Sul de Minas, não representam ou não se enquadram, por óbvio, no conceito jurídico de patrimônio cultural.

2.2 Propriedade intelectual: Indicação Geográfica, Inovação, Técnica e Desenvolvimento Regional

A compreensão do modo de fazer vinho de uva Jacquez como patrimônio imaterial permite avançar para um segundo eixo analítico: a discussão sobre o papel da propriedade intelectual, especialmente a Indicação Geográfica (IG), como instrumento capaz de reconhecer territórios produtivos, promover inovação e fomentar desenvolvimento regional. É nesse cruzamento entre tradição e técnica que emergem tensões e possibilidades relevantes para a vitivinicultura de Andradas.

A Indicação Geográfica, enquanto categoria de propriedade intelectual, tem por finalidade proteger produtos cujas qualidades, reputação ou características estejam vinculadas ao território. Ao mesmo tempo, opera como ferramenta de desenvolvimento regional, agregando valor econômico, simbólico e mercadológico. No entanto, a lógica da IG está tradicionalmente associada à padronização técnica e à comprovação objetiva das



características únicas do produto, o que pode gerar desafios quando aplicada a sistemas produtivos que têm como fundamento justamente a variabilidade cultural e o saber ancestral, como é o caso do vinho de uva Jacquez.

A Lei de Propriedade Industrial 9.279 de 1996 regulamenta o instrumento da IG, a partir do que está estabelecido na Constituição da República no artigo 5º, IX: “é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença”. A IG possui duas modalidades, a Indicação de Procedência e a Denominação de Origem, conforme preceitua a Lei 9.279/96, em seus artigos 177 e 178, mencionando que, na IP, considera-se o nome geográfico de país, cidade, região ou localidade de seu território, que se tenha tornado conhecido como centro de extração, produção ou fabricação de determinado produto ou de prestação de determinado serviço (mais raro). Para a DO, considera-se o nome geográfico de país, cidade, região ou localidade de seu território, que designe produto ou serviço cujas qualidades ou características se devam exclusiva ou essencialmente ao meio geográfico, incluídos fatores naturais e humanos.

Cumprе ressaltar que a IG reconhecida no Sul de Minas foi na modalidade Indicação de Procedência (INPI, online). Com o grande crescimento das produções modernas de uvas finas, cresceu exponencialmente o turismo agroalimentar. Cidades que não tinham a tradição do vinho, hoje, investem milhões para a produção do vinho fino, o que ocasiona a comparação entre vinhos que não tem o mesmo princípio técnico. Um exemplo disso é a produção de vinhos na cidade de Ouro Preto, pela vinícola Quinta de Glaura que em 2023 lançou o primeiro rótulo de vinhos finos. (Justo, 2023, online).

Diante do movimento turístico que vem crescendo, formando um novo público para conhecer os vinhos finos, é necessário acautelar os consumidores das diferenças históricas e da produção moderna.

2.3 Articulações e tensões entre o patrimônio imaterial e a propriedade intelectual

Não há dúvidas de que o movimento e expansão turísticas são importantes, porém, será que se o “antigo” não tivesse existido para mostrar que essa região era boa para produzir vinho, será que existiria o vinho “novo”?

Será que a indicação geográfica e instrumentos de proteção ao patrimônio cultural, como inventário e registro, coexistem neste cenário? A reflexão aponta para uma questão central: a



inovação só se sustenta porque existiu, antes dela, uma tradição. E mais: a inovação, quando descolada da memória, tende a produzir territórios artificiais, turísticos, mas não identitários.

Nesse sentido, surge a pergunta: IG e registro podem coexistir? A literatura jurídica e patrimonial tem respondido afirmativamente, especialmente nas análises de Pinheiro (2025), com algumas ressalvas. A autora demonstra que registro e IG não são automaticamente instrumentos concorrentes, mas sim camadas complementares de proteção, pois compartilham fundamentos como: interesse social, desenvolvimento territorial, vínculos comunitários, natureza declaratória, segurança ao produtor/detentor, cultura do coletivo, proteção patrimonial.

Intenta-se harmonizar a defesa de produtos considerados tradicionais, em face da tentativa de apropriação, até mesmo da “tradição” pela grande indústria, ao passo que se permite inovar e se adequar às demandas do mercado e do consumidor, em termos de tecnologia, sustentabilidade e produtividade. Ao cabo, o que dá “o ar da Graça” ao instrumento da IG é a luta pela memória afetiva vinculada a determinados alimentos, ainda que motivada, em primeira instância, pelo proveito econômico - sustento- que também pode ser, afinal, uma das maneiras de fruição do bem cultural. (Pinheiro, 2025, p. 102)

Desse modo, a IG não precisa ser entendida como instrumento puramente técnico, mas como mecanismo capaz de preservar a singularidade cultural, ainda que adaptada a demandas contemporâneas de inovação, sustentabilidade e produtividade. No caso do vinho de uva Jacquez, ela poderia funcionar como eixo de convergência entre o passado e o futuro: valorizando o saber ancestral, ao mesmo tempo em que garante condições econômicas para sua continuidade.

377

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi apresentado neste artigo, concluímos que a harmonização entre o saber científico e o saber tradicional na vitivinicultura é possível. Tanto o Patrimônio Cultural quanto a Propriedade Industrial podem caminhar lado a lado, desde que ambos estejam voltados para a proteção e a valorização de um bem comum, seja em sua dimensão simbólica ou física, e, historicamente, são aprimorados ao longo do tempo. Se considerarmos que tudo o que acontece hoje será, um dia, considerado passado, é possível afirmar que muitas das ideias contemporâneas poderão ser reconhecidas como patrimônio no futuro.



As duas formas de conhecimento, a contemporânea, comprovada cientificamente, e a tradicional, transmitida de geração em geração, coexistem, o que constitui um fato concreto. Um indício dessa coexistência pode ser observada na produção do vinho de colheita de inverno realizada pela Vinícola Beloto. A uva Jaquez, pioneira na produção vitivinícola de Andradas em 1890, volta a protagonizar a história local ao ser novamente a primeira a impulsionar a tecnologia atual, demonstrando sua relevância como insumo da produção e como base de subsistência de uma família que há mais de um século vive desse cultivo. Esse movimento revigora o ânimo daqueles que, em algum momento, sentiram-se ameaçados pelo avanço da colheita de inverno e, por vezes, menosprezados pela ausência de renome e reconhecimento de seus vinhos, especialmente diante dos vinhos finos e nobres.

O exercício do direito ao patrimônio cultural, no aspecto da criação, pode ter coerência com a Indicação Geográfica, desde que ambos promovam a salvaguarda e o reconhecimento de práticas, vivências e tecnologias que interagem para extrair o melhor de cada forma de saber. Essa harmonização garante a sobrevivência e a perpetuação dos conhecimentos tradicionais e dos novos estudos tecnológicos, incentivando que mais produtores vitivinícolas se unam na busca por novos reconhecimentos e, quem sabe, contribuam para o ressurgimento de novos parreirais de uva Jaquez.

REFERÊNCIAS

ANDRADAS (MG). Dossiê – **Modo de Fazer Vinho de Uva Jaquez**. Andradas: Prefeitura Municipal de Andradas; Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Agrário, Turismo e Cultura, 2024.

ANDRADAS (MG). **Inventário de Proteção do Patrimônio Cultural: Ficha 05 – Modo de Fazer Vinho de Uva Jaquez**. Andradas: Prefeitura Municipal de Andradas; Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Agrário, Turismo e Cultura, 2022 (execução 2024). 179 p.

ANPROVIN – Associação Nacional de Produtores de Vinhos de Inverno. **Dupla poda**. [S.l.], [s.d.]. Disponível em: <https://anprovin.com.br/dupla-poda/>. Acesso em: 15 nov. 2025.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Diário Oficial da União, Brasília, 5 out. 1988.

BRASIL. **Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000**. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial. Diário Oficial da União, Brasília, 7 ago. 2000.



BRASIL. **Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996.** Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial. Diário Oficial da União, Brasília, 15 maio 1996.

EPAMIG. **EPAMIG apoia produção inovadora de vinho de mesa de colheita de inverno. Disponível em:** <https://www.epamig.br/epamig-apoia-producao-inovadora-de-vinho-de-mesa-de-colheita-de-inverno/>. Acesso: 15 nov. 2025.

EUROPEAN COMMISSION. **Geographical indications and quality schemes explained.** [S.l.], [s.d.]. Disponível em: https://agriculture.ec.europa.eu/farming/geographical-indications-and-quality-schemes/geographical-indications-and-quality-schemes-explained_en. Acesso em: 15 nov. 2025.

INPI. **INPI reconhece IG para vinhos de inverno do Sul de Minas.** Disponível em: <https://www.gov.br/inpi/pt-br/central-de-conteudo/noticias/inpi-reconhece-ig-para-vinhos-de-inverno-do-sul-de-minas>. Acesso em: 15 nov. 2025.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Sistema de Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial.** Brasília: IPHAN, 2023. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br>. Acesso em: 15 nov. 2025.

JUSTO, Marcelle. Em meio ao barroco de suas ladeiras, Ouro Preto lança 1º rótulo de vinho fino. **Diário do Comércio**, 18 abr. 2025. Disponível em: <https://diariodocomercio.com.br/opiniao/coluna/vinho-da-casa/ouro-preto-lanca-1o-rotulo-vinho-fino/>. Acesso em: 15 nov. 2025.

MINAS GERAIS. **Lei nº 25.466, de 2 de janeiro de 2025.** Reconhece Andradas como Capital Mineira do Vinho. Diário Oficial de Minas Gerais, Belo Horizonte, 3 jan. 2025.
PAIVA, Carlos Magno de Souza. **Direito do Patrimônio Cultural: Autonomia e Efetividade.** 2 ed. Curitiba: Juruá, 2022.

PINHEIRO, Rosana Sampaio. **Registro e Indicação Geográfica no Direito do Patrimônio Cultural.** Belo Horizonte: Editora Conhecimento, 2025.

TMDN – Trade Marks and Designs Network. **Giview – Geographical Indications view.** Disponível em: <https://www.tmdn.org/giview/gi/EUGI00000003824>. Acesso em: 15 nov. 2025.

UNESCO. **Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial.** Paris: UNESCO, 2003. Disponível em: <https://ich.unesco.org/>. Acesso em: 15 nov. 2025.

